

JOELSON LOPES MACIEL

**PARA ALÉM DO SENADOR:  
UMA BIOGRAFIA POLÍTICA DE CARLOS GOMES DE  
OLIVEIRA (1894-1997)**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História Cultural. Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo.

**Orientador:** Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maciel, Joelson Lopes

Para além do senador : uma biografia política de  
Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997) / Joelson  
Lopes Maciel ; orientador, Waldir José Rampinelli,  
2018.

371 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,  
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. História. 2. Biografia. 3. Culturas políticas.  
4. Trabalhismo. 5. Santa Catarina. I. Rampinelli,  
Waldir José. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

**PARA ALÉM DO SENADOR: UMA BIOGRAFIA POLÍTICA DE  
CARLOS GOMES DE OLIVEIRA (1894-1997)**

**Joelson Lopes Maciel**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

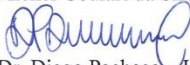
**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (Orientador e Presidente) - PPGH/UFSC


  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – PPGH/UFRGS

  
Prof. Dr. Michel Goulart da Silva – IFSC

  
Prof. Dr. Diego Pacheco – UFSC

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Suplente interno) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. George Fellipe Zeidan Vilela Araújo (Suplente externo) – UDESC

  
Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian  
Coordenadora do PPGH/CFH/UFSC  
Florianópolis, 26 de junho de 2018.



## AGRADECIMENTOS

Ao fim de pouco mais de dois anos de caminhada, finalmente passei pelo desafio da banca de defesa, que me avaliou com justiça e critério. Esta caminhada me agrada, agora que a observo com mais calma, e não teria sido possível sem a participação e contribuição de pessoas e instituições. Dedico-me, agora, a agradecer a todos e todas que me ampararam nesse período.

Começo com o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal e a linha de pesquisa Sociedade Política e Cultura no Mundo Contemporâneo. Amadureci como historiador nas aulas e nos diálogos com meus colegas e professores; levarei para sempre esse amadurecimento, para muito além deste trabalho. Por isso, muito e a muitos tenho a agradecer, especialmente a Ricardo Duwe e Fabiano Garcia.

Simultaneamente às aulas, empreendi minhas pesquisas de campo, mais especificamente no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Sou grato à cordialidade e presteza de sua equipe de atendimento. Virtualmente, também utilizei o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC), da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) e do Arquivo Nacional, o que me leva a agradecer a essas instituições.

Pela orientação sincera, cordial, profissional e bem-humorada, além das instrutivas discussões no grupo de estudo da obra de Lima Barreto (autor que, doravante, será presença obrigatória em minha estante de livros), agradeço ao prof. dr. Waldir José Rampinelli.

Pelo companheirismo nas andanças pelo *campus* da UFSC e pela cidade de Joinville, sou grato a José Vítor Lemos de Oliveira, meu amigo de uma década inteira. Economizo nas palavras aqui, sabendo que as utilizamos prodigamente em nossas conversas.

Por todo o suporte emocional, financeiro e logístico, serei eternamente grato a meus pais, João Martins Maciel e Helenita Lopes Maciel. Minha gratidão é muito maior do que minhas breves palavras possam expressar.

Minhas pesquisas no Arquivo Histórico de Joinville seriam impossíveis se, em algum momento do início da década de 1980, Carlos Gomes de Oliveira, meu objeto de estudo, não tivesse tomado a decisão de selecionar, reunir e doar ao referido arquivo documentos sobre sua própria trajetória de vida. Desta forma, agradeço a Carlos por ter aberto uma parte de sua vida ao público. Quiseram as vicissitudes da minha vida que eu investigasse as nuances da sua.



## RESUMO

Esta dissertação consiste num exercício de escrita biográfica, tendo como objeto Carlos Gomes de Oliveira. Nascido em Joinville (SC), em 1894, graduou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1919; no retorno à sua terra natal, atuou na advocacia, no jornalismo e na política municipal, estadual e nacional. Originário de uma família tradicional do norte do estado, aliado político de famílias oligárquicas, Carlos Gomes de Oliveira, a partir da década de 1930, adquire experiências políticas no centro da administração do país, atuando como presidente do Instituto Nacional do Mate, entre 1940 e 1945, por nomeação de Getúlio Vargas. Em 1947, ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro, onde permanece até 1960. No PTB, participa ativamente da construção da cultura política do trabalhismo, com seu papel de cúpula, como senador e integrante da convenção nacional da legenda. Retirado da política partidária desde então, viveu uma aposentadoria intelectualmente ativa, publicando livros. Faleceu em Joinville (SC), em 1997, aos 102 anos de idade. Sua trajetória é interessante para se observar a política brasileira e catarinense, da primeira metade do século XX ao fim dos anos 1950. Procuramos, através do conceito de cultura política, analisar seu comportamento político em pouco mais de quatro décadas de atuação pública – e, quando possível, explicar -, a partir da reconstrução dos contextos cultural, social e político por ele vividos e da observação de suas relações com diferentes grupos e instituições sociais, tais como sua família, os partidos e instituições educacionais que integrou, por indicadores de vetores de socialização e culturas políticas.

**Palavras-chave:** Biografia. Culturas políticas. Trabalhismo.

## ABSTRACT

This dissertation consists of an exercise in biographical writing, with Carlos Gomes de Oliveira as the main subject. Born in Joinville (SC) in 1894, he graduated in legal studies from the Faculty of Law of São Paulo in 1919 and, on returning to his homeland, worked in law, journalism and municipal, state and national politics. Originally from a traditional family in the north of Santa Catarina, political ally of oligarchic families in the State, Carlos Gomes de Oliveira, from the 1930s, acquires political experiences in the center of the country's administration, acting as president of the National Institute of Mate, between 1940 and 1945, by appointment of Getúlio Vargas. In 1947, he joined the Brazilian Labor Party, where he remained until 1960. At PTB, he participated actively in the construction of the political culture of labor, with his role as a top executive, as Senator and member of the National Convention of Legend. Retired from partisan politics ever since, he lived his retirement intellectually active, publishing books. He died in Joinville (SC) in 1997, at the age of 102. His trajectory is interesting to observe Brazilian and Santa Catarina politics from the first half of the twentieth century to the end of the 1950s. Through the concept of political culture, we seek to analyze and provide possible explanations for his political behavior in just over four decades of performance of the cultural, social and political contexts lived by Carlos Gomes and the observation of his relations with different groups and social institutions, such as his family, parties that he integrated, educational institutions, examples of vectors of socialization and political cultures.

**Keywords:** Biography. Political cultures. Labourism



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Retrato de Carlos Gomes de Oliveira, década de 1950. .... 187
- Figura 2 - Retrato do formando ciências jurídicas Carlos Gomes de Oliveira, janeiro de 1919. .... 187
- Figura 3 - Carlos e sua esposa Sara Gomes de Oliveira em um passeio. Possivelmente década de 1920. .... 188
- Figura 4 - Celebração da família Gomes de Oliveira em frente à casa de Procópio Gomes, anos 1920. Da esquerda para a direita, a terceira é Sara, o quarto é Carlos, e em seguida Maria Balbina e Procópio (sogros de Carlos)..... 188
- Figura 5 - Capa do *Correio de Joinville*, edição de 15/10/1921, com um artigo denunciando a atuação política do Juiz de Direito Ulisses Costa. O jornal tinha sua redação no escritório de advocacia de Carlos Gomes, na Rua do Príncipe, em Joinville. .... 189
- Figura 6 - Carlos e Plácido Gomes retornam da prisão no Rio de Janeiro em 23/08/1922. Recepcionados por uma multidão. Um pouco à esquerda e acima, num automóvel, Plácido, dedo em riste, discursava, ladeado por CGO..... 190
- Figura 7 - Momento exato da chegada, no Porto de Joinville, de Carlos Gomes e seu cunhado Plácido, em 23/08/1922. .... 190
- Figura 8 - Instituto Nacional de Ciência Política parabeniza Vargas pelo décimo aniversário da Revolução de 1930. Getúlio, de costas, segura um volume. À sua esquerda, na mesma roda de conversa, outro homem de costas, Carlos Gomes de Oliveira. Palácio do Catete, 21/11/1940. .... 191
- Figura 9 - Getúlio (centro) desatando a fita da inauguração do pavilhão do Instituto Nacional do Mate na XII Feira Internacional de Amostras no Rio de Janeiro, 25/11/1939. Carlos Gomes, à sua esquerda, observa ..... 191
- Figura 10 - Carlos Gomes de Oliveira apresentando convidados a Getúlio Vargas em reunião do Instituto Nacional do Mate. Palácio do Catete, 17/12/1942..... 192
- Figura 11 - Para Senador, um filho de Joinville". Material de campanha de Carlos Gomes em 1950..... 192
- Figura 12 - Multidão no comício de Getúlio em Joinville/SC, eleições de 1950..... 193

Figura 13 - Crianças no comício de Getúlio em Joinville, em 1950. A política de alianças entre a cúpula nacional e estadual do PTB pareceu não ter muita penetração na cidade, ao deduzir dos dizeres de alguns cartazes: "A massa operária saúda Getúlio Vargas - Carlos Gomes".....	194
Figura 14 - <i>O Malho</i> , revista carioca, fotografa Carlos Gomes de Oliveira (esq.) e Landulfo Alves (dir.), ambos senadores petebistas, no Palácio Monroe, e não perde a oportunidade de uma piada. ....	194
Figura 15 - Carlos, o segundo da esquerda para a direita, lê, no plenário do Senado, observado por Nereu Ramos, o quarto da esquerda para a direita. Década de 1950. ....	195
Figura 16 - Carlos Gomes conversa com o Presidente Nereu Ramos - os dois primeiros partindo da esquerda - em almoço no Palácio do Catete oferecido aos representantes do Poder Legislativo, 27/01/1956. ....	195
Figura 17 - Aspecto da posse de Juscelino e Jango em 31/01/1956. No Palácio Tiradentes, o senador Gomes de Oliveira (centro) dirigiu os trabalhos.....	196
Figura 18 - Representação do Brasil na ONU em 1957. Carlos é o primeiro da esquerda para a direita. Oswaldo Aranha é o terceiro. ....	196
Figura 19 - Visita de João Goulart e Ivete Vargas a Santa Catarina em 1958. Da esquerda para a direita: Luís Batistoti, Saulo Ramos, Ivete Vargas, Beneval de Oliveira (fundo), João Goulart, Acácio S. Thiago, Carlos Gomes e Evilásio Caon. ....	197
Figura 20 - Celebração dos 60 anos de casamento entre Carlos e Sara, 1981. Ele, de terno cinza, ela, de vestido lilás. Atrás, o filho Flávio Edmundo, a nora Gilza e uma neta. ....	197
Figura 21 - Programa da sessão solene de comemoração do Centenário de CGO, na Catedral de Joinville, 02/09/1994. Evento organizado pelo jornal <i>A Notícia</i> com o apoio da UFSC. ....	198
Figura 22 - Carlos Gomes, já centenário, em entrevista para o periódico <i>Indústria &amp; Comércio</i> , de Curitiba/PR, maio de 1995.....	198
Figura 23 - Cartaz da campanha de CGO à reeleição em 1958 .....	324
Figura 24 - Folheto de propaganda para a reeleição de Carlos Gomes em 1958.....	326

Figura 25 - Material da Chapa Irineu/Carlos Gomes para as eleições de 1960.....	331
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIB – Ação Integralista Brasileira (1932-1938)
- AEG – Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft
- AHJ – Arquivo Histórico de Joinville
- ANL – Aliança Nacional Libertadora (1935)
- CCJ – Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados
- CGO – Carlos Gomes de Oliveira
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CTC – Companhia Telefônica Catarinense
- DAM – Departamento de Administração Municipal
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- EUA – Estados Unidos da América
- FCGO – Fundo Carlos Gomes de Oliveira
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FUG – Frente Única Gaúcha
- HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
- IBC – Instituto Brasileiro de Cultura
- INM – Instituto Nacional do Mate
- INCP – Instituto Nacional de Ciência Política
- INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
- JK – Juscelino Kubitschek
- LNSP – Liga Nacionalista de São Paulo
- LSN – Lei de Segurança Nacional
- MRT – Movimento de Recuperação Trabalhista
- MTR – Movimento Trabalhista Renovador

- NIRA – National Industrial Recovery Act
- NRA – National Recovery Administration
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- OPA – Operação Pan-Americana
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PD – Partido Democrático
- PLC – Partido Liberal Catarinense (1931-1937)
- PRC – Partido Republicano Catarinense (1902-1930, 1933- 1937)
- PRM – Partido Republicano Mineiro (1889-1930)
- PRP – Partido Republicano Paulista (1889-1930, 1932-1937)
- PRR – Partido Republicano Rio-grandense (1889- 1930, 1932-1937)
- PSD – Partido Social Democrático (1945-1965)
- PSP – Partido Social Progressista (1946-1964)
- PST – Partido Social Trabalhista (1947-1965)
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965)
- UDN – União Democrática Nacional (1945-1965)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 DE JOINVILLE A SÃO PAULO, E DE VOLTA OUTRA VEZ</b>	<b>33</b>
2.1 A POLÍTICA TAL QUAL A CONHECEU O JOVEM CARLOS GOMES DE OLIVEIRA .....	34
2.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA: INTERAÇÕES INTELLECTUAIS NA SÃO PAULO DOS ANOS 1910 .....	41
2.3 “E ESSA SITUAÇÃO FOI QUE ME FEZ ENTRAR NA POLÍTICA” .....	49
<b>2.3.1 O <i>Correio de Joinville</i> e as dissensões na política oligárquica joinvilense .....</b>	<b>54</b>
<b>2.3.2 A Liga dos Lavradores: uma experiência socialmente atuante .....</b>	<b>59</b>
<b>2.3.3 O manifesto dos 33: a campanha nilista de 1922.....</b>	<b>63</b>
2.4 “BATISMO DE FOGO” .....	69
2.5 A “DESVENTURADA” VIDA DE OPOSIÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO.....	75
<b>3 A SEGUNDA INCURSÃO NO CAMPO POLÍTICO-PARTIDÁRIO.....</b>	<b>89</b>
3.1 UM CURTO “EXÍLIO” .....	90
3.2 REESTRUTURAÇÃO DAS OLIGARQUIAS ESTADUAIS: O RETORNO DE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA.....	93
3.3 ENTRE DISSIDENTES E ALIANCISTAS: A ÚLTIMA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA.....	97
<b>3.3.1 O “novo” <i>Correio de Joinville</i>.....</b>	<b>97</b>
<b>3.3.2 A campanha presidencial: classe política dividida.....</b>	<b>101</b>
<b>3.3.3 Carlos Gomes: “revolucionário” ou não? .....</b>	<b>109</b>
3.4 REVOLUCIONÁRIOS, ADESISTAS E A CRIAÇÃO DE PARTIDOS NO “BRASIL NOVO” .....	116
3.5 “SOMOS AGORA, O QUE SEMPRE FOMOS” .....	130

<b>4 O DEPUTADO CARLOS GOMES E A ESFINGE.....</b>	<b>147</b>
4.1 A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS.....	148
4.2 A “REVOLUÇÃO” EM ANDAMENTO SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1934 .....	159
4.3 OU ME DECIFRAS, OU TE DEVORO! .....	173
<b>5 CADERNO DE IMAGENS .....</b>	<b>187</b>
<b>6 GRÃOS DE AREIA .....</b>	<b>199</b>
6.1 A SOLIDARIEDADE DO DEPUTADO CARLOS GOMES DE OLIVEIRA.....	200
6.2 UM AGENTE DA “DEMOCRACIA REAL” DO PRESIDENTE VARGAS .....	214
6.3 BAGAGEM ESTADONOVISTA .....	237
<b>7 A INVENÇÃO DO TRABALHISTA .....</b>	<b>251</b>
7.1 O CAMINHO PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO: CONTROLES E DESCONTROLES.....	253
7.2 POR QUE O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO?.....	260
7.3 O “REBELDE” PTB CATARINENSE EM 1950.....	268
7.4 LIDERANÇA E OS PRIMEIROS ANOS NO PALÁCIO MONROE .....	275
7.5 UM BREVE PERÍODO .....	291
<b>8 O SEGUNDO TEMPO DO TRABALHISMO BRASILEIRO ..</b>	<b>295</b>
8.1 A BATALHA DE SIGNIFICADOS.....	296
8.2 OS ARTÍFICES DA UNIÃO NACIONAL .....	299
8.3 NA POSSE E GOVERNO DE JUSCELINO.....	305
<b>8.3.1 A Operação Pan-Americana.....</b>	<b>308</b>
<b>8.3.2 O projeto de lei nº 17/52 e as reformas de base para o senador Gomes de Oliveira .....</b>	<b>312</b>
8.4 O SEGUNDO TEMPO DO TRABALHISMO CATARINENSE: SUBSTITUIÇÃO DE LIDERANÇAS .....	315

<b>8.4.1 As campanhas eleitorais de 1958 e 1960: composições e resultados.....</b>	<b>318</b>
<b>8.4.2 O senador, o candidato .....</b>	<b>321</b>
<b>8.4.3 “Unidos mais uma vez por Santa Catarina”.....</b>	<b>329</b>
<b>8.5 CARLOS GOMES DE OLIVEIRA DEIXA O PTB .....</b>	<b>333</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>337</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>349</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nascido no município de Joinville a 12 de outubro de 1894, sétimo filho de Francisco Gomes de Oliveira e Isabel Vieira, Carlos Gomes de Oliveira pôde comemorar seu centésimo aniversário com honrarias. O jornal *A Notícia*, de Joinville, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) promoveram, em setembro de 1994, uma semana de comemorações pelo seu centenário.

Esta semana fechava um ciclo de comemorações que iniciou meses antes, em 28 de junho, com a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* a Carlos na UFSC, pelo reitor Antônio Diomário de Queiroz. Ele foi, inclusive, o primeiro catarinense a receber este título da instituição.

Poderíamos nos questionar que motivos credenciaram Carlos Gomes de Oliveira a receber tais homenagens, qual imagem dele é apresentada, qual o uso dado à sua biografia, resumidos no *slogan* da semana de comemorações a ele dedicada: “Carlos Gomes de Oliveira – 100 anos – A História viva da política catarinense”.

História viva da política catarinense, Carlos formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1919. Dividiu seu início de carreira na advocacia com outros interesses, especialmente a imprensa e a política. Deputado estadual constituinte, deputado federal constituinte, presidente de autarquia do governo federal, senador da República, contemporâneo de conhecidas figuras da política tradicional catarinense, Carlos Gomes teve longa vivência nos quadros da política partidária neste estado, desde o Partido Republicano Catarinense, dissolvido em 1930, passando pelo Partido Liberal Catarinense e pelo Partido Trabalhista Brasileiro, neste a partir dos anos 1940. Aliado e adversário das principais famílias de políticos, como os Ramos, os Konder e os Bornhausen, Carlos é comemorado na década de 1990 por este lado de sua vida, por estas conexões estabelecidas, pelos cargos eletivos que ocupou durante sua vida. Ele é “história viva”, numa perspectiva predominantemente institucional e elitista da política, que tem como motor de sua história os grupos de poder, no estado, nos partidos e no fazer a política através dos partidos e eleições.

O documento por excelência deste momento de homenagem é um livro lançado, neste contexto, em parceria entre o jornal *A Notícia* e a UFSC, de autoria do jornalista Apolinário Ternes - *Carlos Gomes de Oliveira – Dossiê dos 100 anos* -, com a compilação de entrevistas e depoimentos de Carlos Gomes e daqueles que a seu respeito se pronunciaram.

Embora Ternes não tivesse pretensões de fornecer uma biografia do personagem neste trabalho, o livro foi, até aquele momento, foi o esforço mais sistematizado e de maior fôlego na confecção e organização de uma narrativa inteligível a respeito da vida desse indivíduo, com destaque para sua atuação pública. Portanto, interessante é observar alguns de seus aspectos, considerando ter o trabalho, que se está introduzindo agora, pretensões de levantar pelo menos aspectos de sua biografia.

A indagação inicial do autor, “O que é um grande homem?”, além do título de outro capítulo, “O fascínio dos grandes”, nos remetem a um uso e uma concepção da biografia presente no período em que a história se institucionalizou como disciplina acadêmica, no século XIX, a saber, com foco no estudo da trajetória dos considerados “grandes homens”: os biógrafos inspirados no positivismo que, especificamente, “celebram os heróis da sociedade, dignos de servirem de exemplo para os seus contemporâneos”<sup>1</sup>. A sua vida pública é prioridade, apresentada numa perspectiva linear, para apontar uma evolução e um progresso. Nesta perspectiva, a observação das diferenças e descontinuidades eram desestimuladas ao historiador/biógrafo, valendo “apenas as ações que aprimoram a organização social e as iniciativas que fizeram a humanidade (ou a espécie) avançar na direção de seu *verdadeiro* fim.”<sup>2</sup> Na leitura do livro de Ternes observam-se tais elementos; os depoimentos recolhidos obedecem a uma ordem cronológica, seguindo rumo à consagração final da personagem Carlos Gomes.

Além disso, fica claro o caráter laudatório do livro, um panegírico a Carlos Gomes de Oliveira:

A grandeza do joinvilense Carlos Gomes, contudo, não está, própria ou exclusivamente, na vida pública de quatro décadas. Nos cargos que ocupou. Nos discursos que proferiu nos mais nobres auditórios e plenários. Nas proposições que apresentou. Nas ideias que defendeu. Nas batalhas cívicas e eleitorais em que se envolveu. No

---

<sup>1</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico**: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, p. 11.

<sup>2</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 231.

sacerdócio político que cumpriu com incomparável retidão. A grandeza de Carlos Gomes de Oliveira está na dignidade com que desempenhou todas estas funções. No caráter nobre, superior, quase divino que emprestou a cada uma destas atividades, ao longo, agora, de exato um século de vida.<sup>3</sup>

Podemos inferir que, por ter sido lançada no contexto de comemoração dos cem anos de Carlos Gomes, Ternes, deliberadamente, incorporou este caráter de elogio, elevação moral e divinização para tornar o personagem um exemplo de dignidade, decoro e grandeza para quem se aventurasse em sua leitura. E nisso mostra uma inspiração inconsciente em biógrafos da Antiguidade Clássica, como Suetônio que, embora propusesse o inverso do panegírico, ou seja, a desmistificação através da análise da tradição oral, outros documentos e biografias estabeleciam seu modelo biográfico no “esboço da personalidade”, do “perfil”.

Retornar à Antiguidade Clássica é importante para pontuar que história e biografia coexistem desde então, e dali a historiografia grega nos legou a uma divisão básica entre as duas: a primeira, lidava com acontecimentos e fatos coletivos e preocupava-se com a busca da verdade destes fatos; a segunda, relegada a um plano inferior, trabalhando com os gestos e fatos a respeito da vida de um indivíduo, em casos em que o autor exercia interferência direta sobre o sentido (na dupla acepção de direção e motivação), sugerindo ele mesmo este sentido, na vida do indivíduo. Plutarco, biógrafo da época, por exemplo, marcando a diferença entre história e biografia, “demonstrava pouco interesse pelos determinantes estruturais e sempre reivindicava com energia a superioridade dos sinais da alma sobre a etiologia política” (LORIGA, 1998, p. 228).

A trajetória do “gênero” biográfico (assim chamado na medida em que a história passou ao status de “ciência” no século XIX), no decorrer dos séculos, continuou vinculada à historiografia, e isso não é diferente durante o século XX. Surgem então novas abordagens da historiografia do gênero biográfico, destacando-se o tratamento a ela dispensado pelos marxistas e pelos acadêmicos dos *Annales*.

Os primeiros procuram olhar mais as estruturas econômicas e sociais do conjunto das sociedades, creditando o movimento da história à

---

<sup>3</sup> TERNES, Apolinário. **Carlos Gomes de Oliveira**: dossiê dos 100 anos. Joinville, SC: A Notícia, 1994, p. 10.

luta de classes, não havendo grande interesse na historiografia marxista em buscar o individual.

Já os historiadores vinculados à chamada Escola dos *Annales*, em linhas gerais, estiveram abertos ao gênero biográfico na “primeira geração”, especialmente com Lucien Febvre, mas a partir de Fernand Braudel, as histórias de vida perderam força, com sua reflexão acerca da temporalidade, de curta, média e longa duração. Ganhou no campo da história a observação de “forças profundas”: “Entre um rei e um povo, entre um homem e uma massa, era indiscutível que a História se afirmava melhor como ciência humana e social através de um povo e de uma massa.”<sup>4</sup>

Entretanto, em decorrência de crises de paradigma no campo da história (e outros fatores sociais mais amplos), a partir dos anos 1980, houve um “retorno” da produção acadêmica em torno do gênero biográfico. Em suma, conforme assinala Roger Chartier, a história desviou seu olhar “das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação”<sup>5</sup>.

Algumas correntes estão à frente desta retomada do gênero biográfico. Schmidt (1996) cita, entre outras, a terceira geração dos *Annales*; um grupo marxista e outro da micro-história italiana. Em relação aos primeiros, a biografia serve como ferramenta para, a partir da trajetória de um indivíduo, perscrutar uma época inteira, tal como a biografia de William Marshal, escrita por Georges Duby, em que a preocupação do autor era a sociedade medieval; no caso dos marxistas, o exemplo mais aludido é o de Christopher Hill, que, em sua biografia de Oliver Cromwell, procurou conectar o lorde protetor às classes sociais e aos conflitos religiosos de seu tempo para interpretar sua trajetória e sua importância nevrálgica para os eventos políticos da Inglaterra seiscentista. Quanto à micro-história, ela se utiliza das biografias para privilegiar uma observação microscópica para responder a grandes problemas, como no caso de Giovanni Levi, em *A Herança Imaterial*, em que traça o perfil biográfico do padre exorcista Chiesa, e outros

---

<sup>4</sup> LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 159.

<sup>5</sup> CHARTIER, 1994 *apud* AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da História, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 68.

moradores de uma vila no Piemonte, como pretexto para um objetivo maior, a reflexão sobre a sociedade, a cultura, a racionalidade e as estratégias de ação camponesa na Idade Moderna.

Giovanni Levi, aliás, é um historiador que têm se voltado para as reflexões biográficas nas últimas décadas. Sobre os desafios da escrita biográfica atualmente, o italiano aponta para a deficiência da documentação, a necessidade de o biógrafo ser criativo, e as descontinuidades da trajetória humana. Da primeira dificuldade, a documentação, Levi assinala, além das possíveis lacunas, ainda o fato de a maioria dos documentos ser produzida em torno de ações, decisões, o que exclui os momentos de pensamento, gestação de ideias, etc. Relativamente à questão da criatividade, o problema é que, diante de uma documentação parcial e repleta de lacunas, o biógrafo precisa ser criativo ao questionar suas fontes, não podendo se conformar com o “fato dado” além de, e principalmente, criar sentidos “ficcionalis. O gênero biográfico é um campo em que a criação ficcional encontra espaço, desde que ancorada em referenciais historiográficos, pois, como em qualquer outro trabalho no campo da história, a busca é por uma história real, ou o mais próximo possível da realidade.

O terceiro ponto arrolado por Levi, a questão da incoerência da trajetória dos sujeitos, de sua fragmentação, de suas incertezas, é ponto comum de preocupação entre os historiadores-biógrafos, e também motivo de crítica por parte de outros intelectuais. Ele entende que “a dificuldade de escrever uma biografia é exatamente essa: evitar tipicidade, coerências e linearidades” (LEVI, 2014, p. 8), em outras palavras, evitar a produção de um sujeito tipo. Vavy Pacheco Borges alerta no sentido de que, “Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas” (BORGES, 2009 *apud* AVELAR, 2012, p. 72).

É também no ponto da fragmentação do indivíduo que se situa o teor da crítica de Pierre Bourdieu, ao considerar a narrativa biográfica uma “ilusão”, em seu clássico texto, *A Ilusão Biográfica*. Sua queixa é que, a não ser pelo nome próprio, há pouco que realmente unifique os indivíduos. Desta forma critica as formulações de biógrafos que buscam regularidades, continuidades de comportamentos e virtudes, “do berço”, “desde a infância”, até um pretense zênite da trajetória do sujeito. Aliás, tal premissa de uma trajetória linear rumo a um clímax é também equivocada se considerarmos a crítica do sociólogo. A vida, escrevia

Bourdieu em 1926, não é a concretização de um projeto estanque, um devir rígido.

Por exemplo, no caso de nosso estudo, Carlos Gomes, ao ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro nos anos 1940, e se autodenominar “trabalhista”, não está cumprindo um devir de sua própria história, com vínculos de suas experiências com as dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais na Joinville dos anos 1920. Sua entrada no PTB foi uma possibilidade histórica na década de 1940, e não um projeto gestado desde vinte anos antes, até porque a legenda nasceu apenas em 1945. O que se registra é que Carlos flertou com mais projetos políticos neste período, conforme veremos no decorrer do trabalho.

Assimilamos os alertas de Bourdieu, mas discordamos na medida em que não vemos uma impossibilidade epistemológica na produção do texto biográfico. O que a biografia nos permite observar em relação aos indivíduos é “a perspectiva de um devir histórico aberto, em constante mudança e marcado por dinâmicas e mecanismos interativos” (AVELAR, 2012, p. 78).

Retornando aos desafios na pesquisa e escrita biográficas, podemos listar mais alguns. Ao analisar a trajetória de nosso personagem, temos que nos acautelar a respeito de seu processo decisório. Retomando Levi, este critica um modelo de racionalidade mecânico, que, afirma, pressupõe:

Maximização dos resultados prefixados e minimização dos custos, disponibilidade total ao esforço em direção a uma determinada meta, ausência de inércia, irrelevância na determinação dos objetivos da interação entre as pessoas e do contexto específico, coerência dos interesses e dos mecanismos psicológicos de todos os grupos sociais, total disponibilidade das informações são todas simplificações da realidade que tornam mecânicas as relações entre indivíduos e normas e entre decisões e ações.<sup>6</sup>

Deparamo-nos com situações, no decorrer da pesquisa, em que nosso personagem agia, ou deixava de agir, baseado em informações parciais, em outras bases que não a racionalização dos dividendos. É essa racionalidade “parcial” que nos mostra que há diferença em grupos aparentemente monolíticos.

---

<sup>6</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.

A escrita também é motivo de debates no campo biográfico (assim como na historiografia como um todo). Pode-se argumentar que a opção pela narrativa nas biografias a afaste da história problema; entretanto, consideramos indispensável a narrativa. Estaremos falando de uma trajetória de vida em sua temporalidade, com determinados acontecimentos pessoais e coletivos. Narrar e descrever não exclui de maneira alguma a análise e a interpretação da atuação de Carlos Gomes e do contexto político, cultural e social por ele vivido.

Agora, há, sem dúvida, um instigante debate em torno da atuação do indivíduo na sociedade: qual sua relação com o mundo à sua volta? É capaz de agir no sentido de transformá-lo, modificá-lo? É forçado por este contexto em suas tomadas de decisão?

O gênero biográfico é uma ferramenta interessante para pensar as questões acima expostas, pois são debates ainda em voga. A biografia é campo para explorações; serve para colocar o sujeito no meio do processo histórico, num passado que é vivo, espaço de disputas, conflitos e alianças entre atores sociais em torno de projetos. Conforme aventa Schmidt (1996), não há oposição entre o individual e o social, mas sim uma perene tensão entre a atuação individual e o contexto que o cerca. A tarefa do historiador-biógrafo é recuperar essa tensão, no sentido de redimensionar o papel desempenhado pelo sujeito em relação às estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas de uma época.

Impossível deixar de falar, considerando o parágrafo anterior, dos usos do contexto na escrita biográfica. Ao escrever um balanço das produções de biografias por historiadores, Levi (1996) arrola uma abordagem que dá especial atenção ao uso do contexto.

Nesta modalidade, o contexto é valorizado como fator capaz “de caracterizar a atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”. Observa, ainda, que o contexto tem duas funções neste tratamento: a primeira, seria a capacidade de reconstituir o meio histórico e social, que poderia explicar o que, apenas sob o ângulo individual (e extremamente autônomo, característico das biografias tradicionais), parece inexplicável. Ainda seguindo seu raciocínio, “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”<sup>7</sup>. A segunda função da reconstrução do ambiente em que vivia o biografado é o

---

<sup>7</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 175-176.

preenchimento de lacunas, buscando encontrar respostas (ou possibilidades) em outros personagens com experiências análogas.

A importância do contexto, portanto, é a de observar com maior acuidade o mundo vivido por nosso personagem, e assim não mensurar de maneira equivocada algumas de suas atitudes; enfim, é evitar um olhar anacrônico sobre determinado tempo histórico. A reconstrução do contexto também é um recurso à criatividade, de que falamos anteriormente, já que, na falta de dados sobre o biografado, podemos consultar informações de contemporâneos. Finalmente, este contexto é vivo, em mutação, e, embora não de todo, mas em algum sentido condiciona Carlos Gomes em sua própria construção como pessoa. Pretendemos não pintá-lo apenas como cenário imóvel para a livre ação de CGO.

Um sujeito humano, parte de uma sociedade, com valores, crenças e sentimentos, fragmentado e, justamente por isso, em constante (des)construção, sem um devir histórico predefinido, seja por forças divinas ou terrenas, agente social em sua realidade, não como um “tipo normal”, mas através de sua racionalidade e experiências de vida é o Carlos Gomes de Oliveira que procuramos apreender no decorrer deste trabalho.

Esta pesquisa tem seus olhos voltados à atuação pública de CGO. Embora o foco em aspectos e “feitos” políticos seja uma característica das biografias ditas tradicionais, não é o que visamos aqui, pois se entende que a categoria dos “grandes homens”, tão característica das antigas biografias, não é mais válida e, portanto, não se aplica ao nosso personagem. Dito em outras palavras, ele não é um homem que “faz a história” munido “apenas” de sua vontade particular e um pretenso e infalível poder de decisão. Carlos é um membro de uma família tradicional de políticos, integrado ao sistema político institucional, partidário, o que não significa que sua vida se tenha resumido a seguir um comportamento único e universal. Conforme sintetiza Avelar, as trajetórias de vida nos ajudam:

[...] a destacar as incertezas e desvios que predominam em toda relação social, na qual os atores não contam com guias normativos capazes de prever ou limitar sem ambivalências os efeitos dos seus atos, já que nenhum sistema é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha, interpretação, manipulação e negociação das regras sociais (AVELAR, 2012, p. 78).



Manobrar dentro de determinado contexto, trabalhar com possibilidades de escolha, negociar, manipular, interpretar o mundo à sua volta para operar nestes termos, o sujeito deve ter alguns conhecimentos, dados, valores, alguma bagagem cultural, e experiências à mão. É aqui que as reflexões em torno da categoria de cultura política são caras à aposta biográfica que se faz neste trabalho.

Se o “retorno”, ou, melhor dizendo, a renovação do gênero biográfico entre os historiadores está ligada a mudanças na historiografia que redimensionaram a importância do evento, do episódico, no processo histórico, a história política também se beneficiou desta reflexão do campo sobre si mesma. Aliás, se a política e os políticos cada vez mais são encarregados de legislar acerca de inúmeros aspectos da vida de uma sociedade, da saúde à cultura e a educação, René Rémond pergunta: se “com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? (RÉMOND, 2003, p. 24).

O “retorno” do político e da biografia, entretanto, não deve ser encarado como um simples volver a concepções antigas: não é mais o olhar para aqueles que “fazem a história”. Rémond vê hoje o político, o sujeito deste meio, pela amplitude que as funções do governar têm tomado, como alguém que:

[...] também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social [...]. Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação (RÉMOND, 2003, p.35-36).

A ideia do político visto nesta ampla e capilar teia de relações com outros elementos da vida social aproxima-se das reflexões e premissas contemporâneas de cultura política.

Partilhamos, a respeito de cultura política, da compreensão de que há várias numa sociedade, e que:

é um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”<sup>8</sup>

O fenômeno, contudo, é também individual, na medida em que este conjunto de valores é interiorizado pelo sujeito, que passa a utilizar destes códigos em sua agência.

O mérito da cultura política está em não permitir uma explicação reducionista do comportamento político de um indivíduo ou grupo, na medida em que se apresenta como um fenômeno de múltiplos parâmetros em sua construção, construção esta que não é dada e estanque, mas está em constante evolução e modificação em decorrência da conjuntura vivida e da influência de outras culturas políticas. Em outras palavras, não apenas um cálculo racional e bem medido, ou o interesse, ou a adesão a uma ideologia explicam o comportamento político.

No entroncamento de uma pesquisa como esta, que se pretende biográfica e política, Serge Berstein aponta a sinergia entre as duas perspectivas, ao entender como a aposta dos estudos de cultura política por historiadores permite:

[...] pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014, p. 21.

<sup>9</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 362.

Considerando o caráter de contínua construção e modificação de uma cultura política é que a ideia de analisar a atividade individual de Carlos Gomes de Oliveira, em perspectiva histórica, ganha lógica. Dedicar-nos-emos a apreender as relações de Carlos com a sociedade à sua volta, por sua vez nada monolítica, com diferentes culturas políticas, diversos vetores de socialização política, espaços e valores que nosso biografado acessou.

Por exemplo, nascido numa família tradicional de políticos, a família foi, sem dúvida, um canal de experiência política para ele, conforme veremos já no primeiro capítulo. As instituições educacionais também são vetores da cultura política. Sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo proporcionou-lhe uma bagagem não apenas jurídica. No tocante à política, vemos Carlos em contato com as famílias oligárquicas mais poderosas de Santa Catarina, os Ramos e os Konder<sup>10</sup>, e ao mesmo tempo também com os operários joinvilenses. Mais adiante, veremos nosso personagem no Partido Trabalhista Brasileiro, na construção da experiência democrática inaugurada em 1945, e na construção e trajetória do trabalhismo brasileiro (especialmente através da cúpula petebista), entendido como uma cultura política.

Nossa aposta é que de cada um destes contatos em espaços sociais, culturais (e até geográficos) diversos, Carlos tenha aprendido e interiorizado representações destes diferentes grupos que o auxiliaram a produzir suas leituras de mundo e projetos políticos. Tal bagagem diversa possibilitou a ele produzir leituras de mundo, projetos políticos, permitiu fazer certas escolhas e agir politicamente em várias esferas durante o período sobre o qual nos debruçamos. Considerando o fato de que o fenômeno da cultura política é também coletivo, nossa incursão na trajetória de vida de Carlos Gomes de Oliveira será interessante também na medida em que pudermos observar suas relações com a constituição e ação de outras culturas políticas ou, até, se pudermos assim nos referir, suas variantes, como, a título de referência, as diferenças entre o PTB nacional e o catarinense. A visão de certos eventos na perspectiva de nossa personagem também pode oferecer interesse histórico se

---

<sup>10</sup> Ricardo Duwe entende que essas duas famílias de políticos manifestavam, embora adversárias, uma cultura política própria, com elementos partilhados: uma leitura de passado, vocabulários, práticas e valores comuns, etc. Mais em: DUWE, Ricardo. **Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

considerarmos, excetuando a pompa das comemorações, da alcunha de “história viva da política catarinense”, que ele de fato vivenciou eventos políticos no país durante boa parte do século XX.

Nesta temporalidade, que abarca principalmente da década de 1910 à década de 1950, ele produziu uma série de documentos, que padecem daquela característica aludida por Giovanni Levi, de serem documentos elaborados principalmente em momentos de decisão. Destacamos, entre as fontes que constituem material primordial, o Fundo Carlos Gomes de Oliveira, no Arquivo Histórico de Joinville, criado com documentos doados pelo próprio CGO em vida (e outros, por seus familiares depois de sua morte). O FCGO abarca fontes escritas, tais como recortes de jornais (alguns deles artigos de sua autoria), discursos, pareceres, correspondência, publicações oficiais (a exemplo do livro Nacionalização e Ensino); conta também com material iconográfico, fotografias, material visual de campanha eleitoral. O FCGO foi importante repositório de fontes para esta pesquisa, muito embora dê maior destaque a documentos relacionados à sua carreira pública, o que nos dificultou a busca por informações mais pessoais. Contudo, a abordagem de nossa pesquisa não priorizava este tipo de detalhes, de tal maneira que a lacuna do acervo documental não chegou a constituir uma barreira impeditiva.

A composição do FCGO, a partir da década de 1980, não foi, por seu turno, ingênua. Subentende uma seleção de documentos destinados a contar momentos da trajetória de vida. Carlos Gomes selecionou trechos de sua vida para expô-los a qualquer pesquisador, num arquivo público. É desta forma que em muitos momentos da pesquisa lançamos mão de outros acervos documentais, CPDOC, hemerotecas (AHJ, BPSC, Biblioteca Nacional) e outras publicações, em busca de suprimento de lacunas do FCGO.

Procuramos tomar certo cuidado também com outra fonte de informações, o livro do jornalista Apolinário Ternes, já mencionado. Conforme sugere Musiedlak (2007)<sup>11</sup>, muitas biografias são contemporâneas de seus biografados, escritas até por pessoas responsáveis por criar uma imagem específica e mitificada do biografado. O autor cita o exemplo da construção da figura de Mussolini, mas poderíamos aqui incluir Getúlio Vargas, agraciado com inúmeras biografias ainda durante a vigência do Estado Novo.

---

<sup>11</sup> MUSIEDLAK, Didier. Biografia e história. Reflexões metodológicas. **Esboços** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 13, n. 15, p. 103-9, 2007

O fato de o *Dossiê dos 100 anos* ter sido publicado num contexto de comemoração de aniversário de cem anos de Carlos, estando ele ainda vivo, recomenda-nos olhá-lo com ressalvas. Assim, o historiador-biógrafo deve discernir, neste tipo de fonte:

[...] o que diz respeito propriamente ao objeto biográfico estudado, apreender o melhor possível a sua temporalidade, se quiser separar o sujeito de sua história mítica e de seu entorno imaginário. Deve se dedicar a um trabalho de ‘desconstrução’, não porque esse imaginário seja artificial e falso. Ele faz parte da elaboração do mito do personagem e, nesse sentido, deve constituir uma parte essencial da elaboração do percurso biográfico. Mas ele não pode, de nenhum modo, confundir-se com os atos e as práticas em si mesmas da personalidade analisada. Na ausência dessa delimitação, o risco de ver o indivíduo ser engolido pelo seu mito é grande (MUSIEDLAK, 2007, p. 106).

Em resumo, procuramos aproveitar de informações e depoimentos coligidos no livro de Ternes, mas não tomando acriticamente suas frases e construções laudatórias, que, em certos momentos, subtraem CGO da historicidade dos contextos que viveu. Compreendemos, por outro lado, a importância da construção e instrumentalização de sua imagem, pois se trata de um mecanismo de inserção, disputa e veiculação de ideias da política e do ser político. Por exemplo, a trajetória de nosso biografado no PTB será permeada pela construção e difusão de símbolos e representações, importantes para rastrear seus posicionamentos e ações.

Enfim, esta pesquisa, por suas fontes, com seu direcionamento ao homem político – sabendo, porém, que este seu lado é hoje encarado em entrelaçamento com outros elementos culturais – é uma possibilidade, dentre outras, que podem, por outros historiadores com outras perguntas e fontes, se efetivar.

É a partir das reflexões acima registradas, englobando a escrita de biografias e a contribuição da categoria cultura política na reflexão acerca do comportamento político que desenvolvemos esta pesquisa, aqui disposta em seis capítulos.

O primeiro deles, intitulado “De Joinville a São Paulo e de volta outra vez”, dedica-se às primeiras experiências de Carlos Gomes de Oliveira, acadêmicas, profissionais e políticas, de seu nascimento à circulação do jornal que dirigia em conjunto seu cunhado Plácido Gomes,

entre 1921 e 1922. Exploramos a origem social de sua família e a importância dessas ligações familiares, o sistema político brasileiro, as especificidades catarinenses e sua atuação neste meio, em contato não apenas com o canal da política institucional e partidária.

O capítulo “A segunda incursão no campo político-partidário” segue linha similar, com destaque especial para o caminho de Carlos até o movimento de 1930, que derrubou a Primeira República. É neste capítulo que assistimos ao crescimento da rede de contatos de nosso personagem, agora já figura conhecida das maiores oligarquias estaduais. No período pós-1930, procuramos discutir como as elites oligárquicas catarinenses se reorganizaram em torno do poder, com a agravante do movimento armado paulista em 1932, que teve sua repercussão no estado.

A seguir, em “O deputado Carlos Gomes e a Esfinge”, nosso biografado vai ao Rio de Janeiro, então capital federal, exercer sua função de deputado constituinte a partir de 1933. Numa década de embates de projetos de país e de incertezas políticas, estará muito próximo do centro decisório do país, e, para um deputado que ajudou a construir a Constituição de 1934, desenvolverá com ela uma relação ambígua, que culminará com os eventos de outubro e novembro de 1937.

Entre este capítulo e o seguinte, com o intento de materializar o indivíduo Carlos Gomes e suas redes de sociabilidades aos olhos do leitor e leitora, reunimos algumas fontes iconográficas, coligidas no decorrer da pesquisa, relacionadas ao nosso personagem: são, principalmente, fotografias, obtidas nos acervos do Fundo Carlos Gomes de Oliveira, no Arquivo Histórico de Joinville, no CPDOC/FGV, na Biblioteca Pública de Santa Catarina, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

O capítulo “Grãos de areia” será dedicado a um momento de sua vida, pouco referido em entrevistas, e a outros esforços biográficos: sua relação com o Estado Novo. Geralmente, apenas a menção ao período em que presidiu o Instituto Nacional do Mate ganha destaque, mas se esquece completamente de sua participação no Instituto Nacional de Ciência Política, autarquia responsável, dentre outras coisas, pela propaganda do regime.

“A invenção do trabalhista”, seção que dá sequência a esta dissertação, ganha interesse à medida em que aborda o contexto da redemocratização, em 1945, que significou para Carlos a perda de cargos e o retorno a Santa Catarina. No restante da década de 1940, atentamos para um riquíssimo contexto político no estado, quando CGO ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro. A relação de nosso biografado com o trabalhismo brasileiro - na construção desta cultura política, como

membro da convenção nacional do partido e senador eleito em 1950 - é relação deveras interessante para compreender não apenas sua atuação, mas também a do partido.

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, representou um novo momento na história do PTB, e também para CGO. Este período de sua ação política pós-1954 é o tema do último capítulo. O trabalhismo brasileiro vai se (re)construindo a partir dos eventos de 24 de agosto. A disputa interna dentro da agremiação e dela com outras forças políticas nacionais é também a luta de nosso personagem. As eleições de 1960 e o paulatino afastamento de CGO do PTB, em decorrência de disputas internas na legenda, marcam temporalmente o final desta biografia política.





## 2 DE JOINVILLE A SÃO PAULO, E DE VOLTA OUTRA VEZ

A análise neste capítulo passará pelos anos iniciais da vida de Carlos Gomes de Oliveira, por sua formação acadêmica e seu início profissional e político. O marco estruturador do capítulo, de onde se desenrolará a narrativa, é seu retorno em definitivo para Santa Catarina, concluída sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo em 1919. Este período de experiência profissional e política de nosso personagem, até 1922, desenvolve-se principalmente através da imprensa, numa relação ambígua com o governo municipal e o estadual. O marco final, 1922, refere-se à sua prisão no Distrito Federal, inaugurando um período de “exílio” político.

Procuraremos as vivências acadêmicas de Carlos Gomes de Oliveira em São Paulo; seu retorno a Santa Catarina, num universo político dominado por oligarquias; procuraremos também compreender de que natureza eram as disputas políticas no estado durante os anos 1910 e 1920 e como ele reagiu diante dessas conjunturas.

Para empreender esta tarefa, é essencial analisar a produção intelectual e política de nosso personagem, em especial dos artigos publicados em periódicos como o *Correio de Joinville*, através dos quais Carlos Gomes se insere no debate público local e estadual.

Importante também é rastrear os círculos pelos quais transitou. Considerando a contribuição do conceito de cultura política a esta pesquisa, observar a relação estabelecida por Carlos com diferentes grupos e pessoas é observar sua atitude perante práticas e discursos diversos, por vezes antagônicos, e essa atitude nos fornecerá subsídios para compreender a formação de sua própria cultura política.

Tomamos emprestadas as reflexões de Serge Berstein a respeito dos canais (ou vetores) de difusão e socialização da política:

Em primeiro lugar, a família, onde a criança recebe mais ou menos directamente um conjunto de normas, de valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política, que conservará durante a vida ou rejeitará quando adulto. Depois, a escola, o liceu, a universidade, que transmitem, muitas vezes de maneira indirecta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição da família. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver. O exército desempenhou, durante muito tempo, um papel importante [...]. Em contrapartida, o meio de

trabalho continua a desempenhar um papel essencial, mesmo se a sindicalização, dantes factor importante de socialização política, não tem mais que um efeito marginal. O mesmo acontece com a pertença a partidos políticos, fenómeno que foi sempre minoritário em França e que tende a sê-lo cada vez mais ainda. Pelo contrário, não se poderia subestimar o papel dos media, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política (BERSTEIN, 1998, p. 356-357).

Dos vetores elencados pelo pesquisador como principais canais de disseminação de ideias e práticas políticas, CGO têm na família, na educação e no partido influências documentadas relativas à sua formação. Quanto ao primeiro item, destaca-se sua procedência de uma família de políticos joinvilense, os Gomes de Oliveira; do segundo, abordaremos a formação na Faculdade de Direito de São Paulo; no partido, filiação ao Partido Republicano Catarinense (PRC), sua atitude diante do poder público municipal em Joinville e diante de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos e rurais.

Inicialmente, vale uma incursão no universo da política partidária catarinense durante a década de 1910.

## 2.1 A POLÍTICA TAL QUAL A CONHECEU O JOVEM CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

A 14 de janeiro de 1919 anunciava o *Jornal de Joinville* o retorno à cidade de seu diretor, o agora dr. Carlos Gomes de Oliveira, que acabara de formar-se bacharel em ciências jurídicas. Carlos viveu cinco anos de longas idas e vindas em relação a São Paulo, onde cursou, de 1914 a 1919, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Embora o único catarinense de sua turma de 76 bacharelandos, o estado já havia emplacado outros acadêmicos naquela faculdade.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Como Nereu Ramos, graduado lá em 1909, Fúlvio Aducci (1907), Adolfo Konder (1907), Victor Konder (1907) e Marinho Lobo (1911). Este “seleto” grupo de juristas integrará correntes político-partidárias que, por décadas, comandarão a política estadual. Veremos as relações do Direito com a política mais adiante. Sobre a Faculdade do Largo São Francisco, criada em 1827, foi uma das primeiras do Brasil a se tornar independente e referência para as elites.

Não quer dizer que sair do interior do Brasil para um grande centro, numa das mais antigas faculdades do país, não fosse um desafio, especialmente financeiro. Sabemos que sua família possuía prestígio político e social na cidade, obtido através da economia da erva-mate e pela incursão no âmbito político. Contudo, o pai de Carlos, Francisco Gomes, estava de fora deste ramo econômico. Para custear os estudos do caçula na cidade grande, Francisco indiretamente se envolveu com o negócio da erva-mate, ao construir possivelmente a primeira vila operária de Joinville nas imediações dos engenhos existentes próximos ao mercado municipal.<sup>13</sup>

A “oligarquia do mate”, no norte de Santa Catarina, ajudava a movimentar a economia local, fomentava a urbanização e, indiretamente, financiava os estudos de CGO. A influência de sua família ia além do econômico, estendendo-se também ao setor político, tendo a família Gomes de Oliveira emplacado prefeitos e vereadores, dominando, junto com outros ervateiros, a política no norte do estado durante a Primeira República.

Oligarquia, portanto, é um conceito chave para entendermos o sistema político brasileiro durante a Primeira República. O termo possui origem grega, significando o governo de poucos. Filósofos clássicos pensaram a respeito dessa noção: Platão, por exemplo, identificava na oligarquia a forma de “governo dos ricos, ávidos por poder e dinheiro”, sendo “uma forma de governo que se opunha ao bom governo”.<sup>14</sup> O grupo oligárquico, originado nas elites de uma sociedade, fará, por sua vez, um governo também elitista. Para tal, precisa de um poder social forte o suficiente para exercer sua força de grupo dirigente, e esse poder pode ser financeiro, fundiário, religioso, cultural, político-partidário, etc.

A promulgação da Constituição de 1891, de cunho liberal, não impediu o controle da vida política por grupos reduzidos nos vários estados<sup>15</sup>. A Proclamação não significou uma ruptura completa com a

---

<sup>13</sup> Eram seis casas, de tijolo e cal. Abrigaram operários vindos de áreas ribeirinhas do sul do município. Foi do aluguel dessas casas que Francisco obteve os fundos necessários. OLIVEIRA, C. G. Uma família. A primeira vila. **A Notícia**, 31 mar. 1976. Além de sua entrevista para **A Notícia**, em 1º nov. 1981.

<sup>14</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 316.

<sup>15</sup> “Ao nível da política prática, porém, o sistema liberal não podia se efetivar em todo o país. A inclusão dos demais grupos sociais no processo político acabaria por pressionar os fundamentos da estrutura de poder necessários à manutenção do sistema produtivo monocultor-latifundiário existente”. CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus**

estrutura social, política e econômica do Império. Observam-se continuidades dentro dos quadros dirigentes, especialmente nos estados e municípios, graças ao adesismo desenfreado ao novo regime. Esse fenômeno ocorre em Santa Catarina, por exemplo, onde o reduzido grupo de republicanos históricos vitoriosos em 15 de novembro é logo seguido de uma onda de políticos, monarquistas até o dia anterior. Em Joinville, por exemplo, Francisco Gomes de Oliveira foi um desses adesistas e beneficiário do novo governo, ao ser nomeado coletor de rendas gerais do estado em São Francisco do Sul, em 1890.

A autonomia concedida aos estados, graças ao espírito federalista da Carta de 91, acentuou o domínio de oligarquias, ao fortalecer a primazia do Estado sobre a União e o município. Tal primazia solidificou-se através de um arranjo político-partidário que ganha corpo a partir do governo Campos Sales (1898-1902), a “política dos governadores”, uma dinâmica de compromissos regionais entre as elites dirigentes nos estados economicamente mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, para gerir a sucessão presidencial nacional. Essa política, de partidos de governos estaduais, marcou um deslocamento do federalismo da Constituição de 1891 para em “estadualismo”, em que o poder emanava dos grupos oligárquicos nos estados maiores, à revelia dos demais.

Num universo de partido único, os partidos republicanos estaduais controlavam o governo. Raramente aparecia um concorrente viável no nível partidário institucional; a maior oposição sofrida dentro dos quadros da política eleitoral era a de oligarquias de estados dissidentes, com peso próximo ao de São Paulo e Minas, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, etc. Em geral, o partido que comandava era o do gabinete do governador. Fora dele, a vida de oposição era difícil, vivendo de migalhas. Fora do oficialismo do governo, não se desfrutava das benesses e dos cargos.

Em nível municipal, o governo do estado também mostrava sua influência. Apesar de os “coronéis”<sup>16</sup> possuírem eleitores, não com um

---

programas. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1985, p. 113. Era um “liberalismo excludente”, refratário à participação popular nas disputas políticas.

<sup>16</sup> A respeito dos “coronéis”, sua menção remete a outro fenômeno político característico da Primeira República, o coronelismo. Este era responsável pela arregimentação de eleitores para o grupo dominante da política estadual. O domínio coronelista era possível em razão do ambiente de desigualdade que marcava as relações entre os cidadãos excluídos do exercício dos seus direitos e os “coronéis”, resultando na submissão dos primeiros aos segundos para obtenção de favores ou mesmo por medo de retaliações. Além do mais, estamos

curral eleitoral apenas mantinham seu poder na região: precisavam estar nas boas graças do governo estadual. O mandonismo no município se sustenta através das boas graças do Estado; e sair de debaixo de sua asa significava ostracismo político. Os tentáculos oligárquicos não estavam espalhados apenas pelos rincões de regiões distantes, mas espalhavam-se capilarmente por todas as regiões do país, seja no campo ou na cidade, fosse a elite dirigente vinculada ao latifúndio, à pecuária, à indústria ou ao comércio e/ou à exportação.

Tal era o processo político: sem partidos nacionais, grupos oligárquicos digladiando-se pelo controle dos partidos republicanos estaduais, de onde emanavam os desejos e acordos para acertar sucessões presidenciais, preenchimento de vagas no Poder Legislativo, no Judiciário e nas repartições públicas do nível federal ao mais capilar, nos distritos. O voto, embora mais difundido que no período imperial, era incapaz de vencer um processo eleitoral fraudulento e violento, que produzia não candidatos, mas atas de posse previamente lavradas.<sup>17</sup>

Todavia, mesmo diante dessa estrutura bem montada, o Brasil viveu três campanhas eleitorais em que a oposição teve chances “reais” de vitória: em 1910, com Rui Barbosa; em 1922, com Nilo Peçanha e em 1930, com Getúlio Vargas. Os três foram derrotados pela máquina eleitoral do situacionismo.<sup>18</sup>

Consideramos que também a política catarinense estava assentada sobre as mesmas bases, mantendo, porém, nuances próprias. Tal qual no Rio Grande do Sul, as elites dirigentes catarinenses ressentiam-se de traumas causados pela Revolução Federalista de 1893-1894.<sup>19</sup>

falando de domínio sobre uma população de cerca de 70% de analfabetos no Brasil, mais um fator que contribuía para a sujeição da população.

<sup>17</sup> As fraudes eram regra e, caso ainda uma candidatura oposicionista obtivesse vitória na apuração dos sufrágios, sua posse estava longe de ser garantida, pois geralmente sofriam esses candidatos a “degola”: sua vitória não era reconhecida, sendo empossado outro nome, com menos votos, mas alinhado ao governo. O situacionismo fraudava as eleições e, como se não bastasse, possuía essa última “peneira” para impedir a entrada de oposições nas casas legislativas.

<sup>18</sup> Por mais fechado que se pretendesse o sistema político, com a dobradinha do partido republicano mineiro e com o paulista, vozes dissidentes apareciam, geralmente em pleitos eleitorais. Essas dissidências nasciam geralmente entre oligarquias rebeldes, como foi o caso específico dos pleitos de 1922 e 1930.

<sup>19</sup> Depois de golpes em sequência, do confronto armado, do exílio e da anistia dos derrotados, a política estadual apresentava-se, em fins do século XIX, em dois grandes partidos: o Partido Republicano Catarinense e o Partido Federalista,

Amenizadas as diferenças com a inclusão dos derrotados no PRC, este passou a reinar sem concorrentes perenes no estado. Dentro do partido, porém, notamos duas alas divergentes: a “laurista”, ligada ao governador, e posteriormente senador e ministro, Lauro Muller; e a “herciliista”, capitaneada pelo também governador e senador Hercílio Luz. Essas alas enfrentaram-se durante todo o início do século, com domínio da ala “laurista” até 1918, quando Hercílio alcança o governo de Santa Catarina.

Hercílio Luz, vinculado que era ao poderio econômico urbano, industrial e da pequena lavoura do Vale do Itajaí, assim que assumiu o governo deu início a uma série de reformas tributárias importantes para esses setores, como a diminuição dos impostos de exportação de produtos da pequena lavoura, a geração de incentivos ao comércio e à indústria, mas, por outro lado, aumentando os impostos sobre fortuna territorial e predial. A última medida poderia ser considerada uma afronta à ala “laurista” do PRC, da qual a família Ramos era importante representante. Estes, ligados aos interesses agropecuários da região serrana, possuíam seu poder econômico e político sobre a base da grande propriedade.<sup>20</sup>

É numa disputa no situacionismo estadual que CGO terá sua primeira experiência eleitoral, antes mesmo de finalizar o curso de direito em São Paulo: a campanha para o governo estadual em 1918. Será assessor de Abdon Batista, pré-candidato ao posto. Embora a versão “oficial”, ventilada pelo próprio CGO, seja a de seu início na política através da publicação do jornal *Correio de Joinville*, em 1921, os eventos de 1918 são significativos para interpretarmos seus primeiros passos no *Correio*.

A historiografia catarinense aponta que, em 1918, o ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, indicou Abdon Batista como sucessor do governo catarinense, sem maiores consultas à linha “herciliista” do PRC.<sup>21</sup> Hercílio Luz, a par da indicação, inicia sua própria campanha

---

derrotado de 1894. Buscando a união das facções para fortalecimento mútuo, na esteira do rearranjo nacional realizado através da política dos governadores, Lauro Muller (um dos líderes incontestes do PRC) procura fundir as duas agremiações, fato conquistado em 1902.

<sup>20</sup> Lauro Muller, junto com Felipe Schmidt, Vidal Ramos e Gustavo Richard formavam a “linha dura” do PRC, ligada à economia latifundiária e agroexportadora. O norte do estado, através da exportação da erva-mate, especialmente para países da América do Sul, entra também neste núcleo, embora de forma marginal, devido ao passado federalista de alguns dos seus mais proeminentes membros: Abdon Batista.

<sup>21</sup> Aqui, as principais referências são: MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense – 1889-1930. Florianópolis:

rumo à convenção. Acreditava ser ele o sucessor natural do então governador Felipe Schmidt (este vinculado à ala “laurista”). Também não admitindo ser preterido em favor do ex-federalista Batista – Hercílio Luz, entre 1893 e 1894 foi um dos mais ferrenhos opositores dos federalistas. Deflagrou uma campanha ruidosa pelo estado, buscando demonstrar força e capital político, através da organização de passeatas, comícios na capital e no interior, em apoio à sua pré-candidatura<sup>22</sup>, com demonstrações intensificadas às vésperas da convenção do PRC em 27 de junho de 1918.

A campanha de Abdon não estava morta, porém. Conhecido no norte do estado, Batista teve caravana organizada para o sul, onde foi acompanhado por seu séquito, incluindo o presidente da Câmara Municipal de Joinville, Francisco Gomes de Oliveira, e seu assessor, o bacharelendo Carlos Gomes de Oliveira (TERNES, 1994, p. 32). Entretanto, a postura aparentemente neutra do governador Felipe Schmidt, que já era um problema para Batista, piorava com a presença do mandatário catarinense num comício pró-Hercílio na capital.

Diante da pressão dos correligionários, a convenção serviu aos políticos da ala “laurista” para salvar as aparências. Abdon declinou de sua própria candidatura, realizando o desejo do governador Felipe Schmidt de indicar o então ausente Lauro Muller para a chapa no cargo de governador. Vidal Ramos completou o teatro, sugerindo o nome de Hercílio Luz para o cargo de vice-governador. O acordo, posto de forma simples e aceito por ambas as alas diante do impasse, era que Muller não poderia assumir o governo, entregando-o a seu vice, Hercílio.

---

Insular, 1997; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 1983; PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994.

<sup>22</sup> Uma inspiração da Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910, apoiada por Hercílio Luz? Basbaum (1976a) indica que esta foi uma campanha interessante na medida em que procurou o apoio dessas classes médias, mas buscou também as massas, dirigindo-se ao operariado. Hermes da Fonseca, o rival, tratou de repetir a estratégia. De certa forma, Hercílio repetiu o movimento. Por outro lado, devemos encarar com cautela o uso do termo “popular” pela imprensa oficial do PRC na época: movimentos de massa, populares, como o operário, o urbano e os movimentos messiânicos existiram no país naquele período; contudo, eram manifestações que geralmente não se organizavam a partir da lógica partidária institucional. O clamor “popular” referia-se a correligionários, a pessoas contratadas, a pretendentes a cargos públicos que esperavam a bênção, e até transeuntes incautos reunidos em comícios.

Esta vitória pautará a dinâmica oligárquica catarinense. Lauro Muller não mais retornaria ao estado, terminando seus dias como ministro no Distrito Federal. Em nível estadual, Hercílio Luz se tornaria o chefe, e não mediria esforços para curvar as situações municipais às suas diretrizes. Uma das realidades municipais que iria mudar era justamente a de Joinville, praticamente único reduto de seu arquirrival Abdon Batista.

O então prefeito da cidade, com mandato até 1922, passou a ser aliado do jogo estadual, e Hercílio pôs em prática uma série de nomeações para cargos importantes na administração da cidade. Os substitutos eram cooptados pelo governador para agir conforme suas determinações. A intenção de Hercílio era substituir a situação, colocando no poder pessoas de sua confiança.

Esta determinação caiu como uma bomba nas pretensões de Batista, mas não só ele saiu prejudicado. O presidente da Câmara, Francisco Gomes de Oliveira, planejava um arranjo com seu velho amigo e prefeito, para nomear seu filho Carlos para o cargo de promotor público da cidade, posição que teria sido aceita pelo jovem advogado e jornalista. Porém, a derrota em âmbito estadual e os novos planos do governador para Joinville impediram o arranjo, sendo outro nome, desconhecido da região, investido. As nomeações continuaram, com um novo delegado de polícia, Gil Costa. Assumindo uma política amistosa para com a nova autoridade policial, CGO conseguiu ainda uma indicação, para delegado regional, em Mafra, com o aval de Hercílio. Declinou do cargo, preferindo a advocacia e o jornalismo em Joinville (OLIVEIRA, C. G. 1978, p. 11).

O último cargo a ser substituído seria decisivo para agravar as dissensões, provocando substituições no diretório local do PRC. Tratava-se do influente cargo de juiz de direito da comarca, preenchido por um até então desconhecido no estado: Ulisses Costa. Costa não resumiu sua atuação em Joinville à esfera profissional. Veio com a missão de interventor na política municipal, o que desagradou os *insiders*, entre eles CGO, que, anos depois, admitiu ter sido um equívoco de Hercílio nomear um juiz com intenções político-partidárias (OLIVEIRA, C. G., 1978).<sup>23</sup>

Assim podemos caracterizar as marchas do sistema oligárquico brasileiro e as particularidades catarinenses. Santa Catarina era uma unidade federativa pequena em comparação a Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; o PRC mantinha uma política oficial de alinhamento

---

<sup>23</sup> A própria S. Thiago (1988), em seu estudo sobre a figura de Abdon Batista, afirmava que a liderança política local ficara a cargo do juiz Ulisses Costa após o afastamento e posterior falecimento de Batista, em 1922.



ao governo federal, com algumas dissidências pontuais. Este partido se dividia em dois grupos principais, personalistas (a ala “laurista” e a “hercrista”), oriundos de embates do século anterior. Era um partido envelhecido, com lideranças atuantes desde a Proclamação, mas com alguns nomes despontando, como Nereu Ramos. O PRC tampouco possuía um regimento interno ou programa, sendo dirigido ao bel-prazer de quem estava à sua frente no momento, reforçando o caráter personalista da agremiação. Era um partido paradoxalmente centralizado na figura do governador, mas suscetível à formação de oposições, ligadas a uma ou outra de suas alas. Contava com a presença, em suas linhas, de famílias oligárquicas de influência estadual e regional, como os Ramos e os Gomes de Oliveira.

É neste estado de Santa Catarina que nosso personagem está vivendo seus primeiros anos de carreira profissional, e também exercera seus direitos políticos. A pergunta, porém, é: com que motivações e objetivos? Voltar alguns anos à cidade de São Paulo nos anos 1910, na Faculdade de Direito, pode ajudar-nos a responder a esta pergunta.

## 2.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA: INTERAÇÕES INTELLECTUAIS NA SÃO PAULO DOS ANOS 1910

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, o país viveu um intenso processo de reformas no tecido urbano. O crescimento das cidades estava relacionado à industrialização do país, gerando empregos diretos e indiretos, uma plêiade de oportunidades que atraíam imigrantes estrangeiros, bem como geravam êxodo rural. São Paulo é uma das cidades mais associadas a esse processo pela historiografia.

Foi para a estado de São Paulo, e principalmente para a sua capital, que boa parte dos imigrantes vindos para o Brasil afluíu entre 1887 e 1930 (52,4% de cerca de 3,5 milhões de pessoas). A capital crescia em ritmo acelerado: de 64.934 habitantes em 1890 para 239.820 em 1900, e depois cerca de 580 mil em fins dos anos 1910 (FAUSTO (2006) e PERICÁS, 2016, p. 21).<sup>24</sup> Para abrigar esse fluxo de pessoas, observamos que o número de construções cresceu em ritmo acelerado: se o número de

---

<sup>24</sup> Para abrigar esse fluxo de pessoas, observamos que o número de construções cresceu em ritmo acelerado: se o número de prédios era de 21.656 em 1900, saltou para 32.914 em 1910 e já próximo de 1920, (o número atingia...) perfazia cerca de 60 mil construções, de acordo com Petrone (1955).

prédios era de 21.656 em 1900, saltou para 32.914 em 1910 e, já próximo de 1920, era de cerca de 60 mil construções.

A capital se destaca como entreposto da produção cafeeira até o porto de Santos, bem como teatro de operações financeiras, pela quantidade de bancos ali sediados. A crescente população desfrutava (ou era submetida) de oportunidades diversas de emprego: comércio de rua, artesanato, abertura de fábricas de fundo de quintal, construção civil. “Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico” (FAUSTO, 2006, p. 284).<sup>25</sup>

Não é à toa, portanto, o crescimento da participação paulistana na produção industrial brasileira. Em 1920, cerca de um terço do valor da produção era gerada na cidade, ou 31,5% do total nacional, ante 16,6% de participação em 1907. Também em 1920 encontramos ali 4.157 estabelecimentos industriais (especialmente nos setores têxteis e de alimentação), de um total de 13.569 em funcionamento no país.

É nessa cidade, palco de agitações operárias, de oportunidades para profissionais liberais, mas também baluarte da economia cafeeira, que um jovem chamado Carlos Gomes de Oliveira chegará. Chegava na manhã de 25 de março de 1914, na sede da Faculdade de Direito de São Paulo, para a prova de admissão. Dos seis candidatos avaliados naquele dia por meio de uma prova oral, dois foram reprovados, mas não CGO, que pôde então ingressar no ensino superior, numa das mais antigas instituições do país, como bacharelando em ciências jurídicas e sociais.

Resultado intelectual dos anos de graduação foi a monografia publicada posteriormente, em 1924, pela então Livraria Acadêmica Saraiva & Cia., intitulada *Sociedades Irregulares*. Trata-se de um estudo, na área do Direito Comercial, que discorre a respeito do estatuto das sociedades comerciais irregulares, literalmente irregulares, por não estarem de acordo com a legislação exigida para uma plena existência. Prefaciado pelo próprio autor, e contando com uma carta do professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de São Paulo, Frederico Vergueiro Steidel, a monografia teve certa repercussão (OLIVEIRA, C. G. 1924).

A escolha pelo estudo especializado em Direito Comercial pode responder à demanda pessoal sobre a origem da riqueza de sua família. Como vimos anteriormente, a dos primos mais abastados, como o cel. Procópio Gomes de Oliveira, vinha do comércio e beneficiamento da erva-mate. Ressalta-se, porém, que CGO e seu pai não partilhavam dessa

---

<sup>25</sup> Profissionais liberais proliferavam igualmente, graças ao funcionalismo público.

riqueza de forma direta: Francisco nunca constituiria sociedade com os primos, ficando de fora da era de abundância da erva-mate. A hipótese do gosto por direito comercial, por demanda pessoal ou familiar, portanto, perderia um pouco de plausibilidade.

Tal escolha, por seu turno, fala sobre o ensino do direito no Brasil no início do século XX. O período republicano assistiu a mudanças na concepção do Direito, desde seu papel na sociedade à forma como era ensinado, até a pessoa do bacharel em direito, entre outros pontos. Era a época da crise do bacharelismo (SONTAG, 2008, p. 68).<sup>26</sup>

No decorrer da Primeira República (e Era Vargas adentro), o bacharelismo foi abalado pelos malogros de bacharéis frente apolíticas importantes, por influência do positivismo e também do tecnicismo. As principais críticas à cultura bacharelesca concentravam-se na formação geral e enciclopédica dos juristas e no uso excessivo da retórica. O jurista, de saber meramente enciclopédico, bom no discurso, mas fraco em saber propriamente jurídico, passou a ser contestado como profissional mais apto. Engenheiros e médicos sanitaristas, por exemplo, foram os substitutos mais comumente escolhidos para tocar grandes projetos, como as reformas urbanas na capital federal no início do século XX (Pereira Passos, por exemplo, era engenheiro, e Oswaldo Cruz, higienista).

Outro crítico do ensino superior no período foi o escritor Lima Barreto (LOPES, 2010, p. 70)<sup>27</sup>. Para ele, que também havia sido aluno de ensino superior no começo do século XX, as faculdades brasileiras possuíam um currículo superficial, atrasado e distante da realidade nacional; professores descompromissados com o conhecimento e estudantes que viam no diploma de bacharel ou doutor apenas um trampolim para a obtenção de um bom cargo público e de um bom matrimônio.<sup>28</sup> A facilidade do acesso (para os mais ricos) por exames

---

<sup>26</sup> O bacharelismo era uma tradição que se referia à imagem do jurista na sociedade brasileira durante o período imperial. No Brasil oitocentista, “o jurista seria a figura mais apta a participar da esfera dita política e guiar o país rumo à chamada civilização”

<sup>27</sup> Os primeiros profissionais da área da educação a elaborarem políticas públicas são das décadas de 1920 e 1930: “Antes disso, o pensamento educacional era elaborado e divulgado basicamente por publicistas, políticos e literatos. Na insuficiência de literatura educacional específica no período, por meio de sua obra, Lima Barreto oferece uma reflexão interessante sobre a educação escolar do período” (LOPES, 2010, p. 70).

<sup>28</sup> Escreveu Lima Barreto em 1918: “A maioria dos candidatos ao ‘doutorado’ é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que eles vêem no curso não é o estudo

frouxos também era criticada pelo literato. O alargamento do acesso e a extrema valorização do título de “doutor” ou “bacharel” foi por ele chamada de “doutomania”, ou bacharelismo: uma corrida universitária para a obtenção do título, para daí contar com prestígio social, cargos políticos, bons casamentos, etc. Diante deste cenário de estagnação, o diagnóstico de Lima Barreto era de um ensino superior elitizado e de péssima qualidade, povoado por jovens ricos, desinteressados de saber e conhecimento.

Ao menos na questão curricular, os cursos de direito procuraram dar uma resposta, primeiramente, sob a influência do positivismo. O principal expoente dessa vertente filosófica no mundo acadêmico do direito brasileiro era Tobias Barreto, diretor de outra tradicional faculdade de Direito brasileira, a do Recife. Sua principal bandeira era o fim da “fraseologia”; em outros termos, da proeminência da retórica na formação de juristas, em defasagem com o estudo “científico” das leis e da jurisprudência. Assim foi que a faculdade de Recife se especializou nos estudos teóricos, formando “homens de ciência” das leis. É deste período a exigência de as faculdades contarem com a publicação de ao menos uma revista acadêmica. A ciência exigia o texto, em contraposição ao simples discurso, sem profundidade teórica. CGO chegou a publicar um artigo sobre as sociedades irregulares dentro do Direito Civil na Revista dos Tribunais de São Paulo, o que podemos antever como um sinal dos tempos, e traço da formação acadêmica e práxis profissional de nosso biografado, sob inspiração do positivismo cientificista.

Quanto ao traço da especialização em Direito Comercial, mote inicial dessa revisão do direito no início do século XX, ele é tributário do tecnicismo, que se torna proeminente, principalmente a partir dos anos finais da Primeira República. Este tecnicismo opunha à retórica bacharelesca a letra da lei. O advogado passava a ter seu valor não mais nos belos discursos, na formação enciclopédica, ou como o profissional

---

sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que eles vêem é o título que lhes dá namoradas, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de ‘Seu’ Costa, contínuo de escritório do poderoso papai. Animados por êsse espírito, vão, com excelentes aprovações, às vezes, obtendo os exames preliminares e, afinal, matriculam-se na academia, como dizem eles no seu jargão pretensioso – podendo ela ser civil ou militar. Na escola ou faculdade, as cousas se passam muito mais facilmente. Não há filho de sujeito mais ou menos notável, que não vá adiante no curso, sem a menor dificuldade. É mais fácil que obter os preparatórios” (BARRETO, 1918 *apud* LOPES, 2010, p. 73).

por excelência a atuar na política, mas por ser o profissional com conhecimento das leis, ou seja, o advogado passou a ser útil à sociedade como advogado.

Esse espírito científico e técnico, de aperfeiçoamento constante através de exaustiva pesquisa, encontra-se no prefácio escrito por Carlos Gomes à edição de *Sociedades Irregulares*. Explicando que sua interpretação da lei, a respeito dessas sociedades, ia contra a opinião de muitos importantes juristas brasileiros, escrevia:

[...] a nossa timidez fez-nos estacar, considerando a temeridade da divergencia em que assim nos collocavamos em face d'essa corrente juridica. Mas, convencidos de que interpretavamos com verdade a lei, e defendiamos a coherencia a que faz jús a sabedoria dos seus dispositivos, internamos mais ainda pelas bibliothecas à procura de arrimo que suprisse a desvalia da nossa opinião OLIVEIRA, C. G., 1924, p. II).

A partir deste breve trecho, podemos antever algumas das características das mudanças pelas quais ia passando o ensino de direito no Brasil, sob os auspícios do positivismo científico e do tecnicismo. Seu texto traz elementos que podem ser vinculados a ambas as concepções: respeita os notáveis juristas dos quais discorda; porém, a interpretação da lei era a suma autoridade e ele compreendia que a letra da lei ia contra as opiniões desses juristas. Diante disso, cabia-lhe buscar ainda mais elementos jurídicos para dar suporte à sua tese. Outra característica que vincula a monografia de CGO a este movimento de reforma tecnicista do direito brasileiro é sua ideia de o assunto ser de “magno interesse prático” (OLIVEIRA, C. G., 1924, p. 4). Sua monografia viria a preencher uma lacuna específica, a da prática, da lide diária da profissão, esfera valorizada com a especialização disciplinar em curso naquele momento nas faculdades de direito.

Carlos alia, assim, o estudo das leis, da jurisprudência e de bibliografia especializada para produzir uma profunda e exaustiva monografia, sobre um tema específico dentro do Direito Comercial, às sociedades irregulares, que até então era (des)regulado por leis do período imperial e por palavras de autoridade, sem uma visão ampla e balizada por metódico estudo.

Inferimos que o jovem jurista CGO, bacharel graduado em 1919, época de mudanças na concepção do direito no país, tenha sido um profissional formado nas bases dessas novidades, mas de olho na inserção

nos meios políticos, objetivo comum aos que passavam pela formação da faculdade do Largo São Francisco.<sup>29</sup> Retomando, então, a crítica de Lima Barreto, observando também os anos seguintes à graduação de CGO, pode-se dizer que a faculdade foi um trampolim social para nosso biografado, que quase obteve um cargo público (o de promotor na cidade de Joinville); não foi, mas, mesmo assim, foi aproveitado pela iniciativa privada no Jornal de Joinville, e que pode tê-lo ajudado a contrair núpcias com Sara Gomes de Oliveira, filha de um importante político e empresário da região. Ao ingressar nessa família, entrou também com força na política local, bem como nos negócios familiares: ou seja, o caráter do diploma como ferramenta para a reprodução das elites estava presente. Por outro lado, Carlos não parecia ser descompromissado com sua formação jurídica, o que se confirmou na publicação futura da monografia e do exercício da advocacia em seu escritório em anos subsequentes. CGO é, portanto, fruto desta realidade de facetas diversas e, em certa medida, conflitantes, do ensino superior e de direito no país.

Retornando ao *Sociedades Irregulares*, o esforço que culminou na publicação do livro foi possível graças ao estímulo de um seu antigo professor na faculdade, o professor Vergueiro Steidel. O livro representou um esforço de colocação no campo do direito: o professor elogiou o trabalho e chegou a incentivar aluno/autor a candidatar-se à cátedra de Direito Comercial na Faculdade de Direito anos depois.<sup>30</sup> A influência de Steidel sobre CGO ia além do estudo da legislação brasileira.

Frederico Vergueiro Steidel (21 de fevereiro de 1867 – 23 de agosto de 1926), paulistano, de ascendência tradicional, graduou-se em direito em 1888, iniciando a carreira como advogado e promotor público em Santos (SP), chegando a professor na Faculdade do Largo São

---

<sup>29</sup> A Faculdade de São Paulo era associada à “formação dos grandes políticos e burocratas de Estado”. Da capital paulista “partiam as práticas políticas convertidas em leis e medidas” (SCHWARCZ, 2001, p. 96).

<sup>30</sup> CGO lembrou uma anedota que exprime a importância de seu livro em sua entrada também nos meios políticos: “Lembrei-me do grande civilista Lafayette Rodrigues Pereira, quando em acalorada interpelação na Câmara dos Deputados, Ministro que era num regime parlamentar, alguém ironizou os seus merecimentos. Respondera ele, que não chegou ali, a pé, mas montado em dois cavalinhos – os seus livros ‘Direito das Coisas e Direito da Família’. Também nós não chegamos a pé, ainda que a montaria fosse um pangaré” (OLIVEIRA, C. G., 1986, p. 40). Na década de 1930, *Sociedades Irregulares* lhe rendeu indicação à CCJ da Câmara dos Deputados, indicado por um colega jurista, leitor seu, o deputado Waldemar Ferreira.

Francisco em 1902, e assumindo a cátedra em Direito Comercial em 1919 (COSTA, 1967).

CGO elogiava Steidel por sua inserção social, para além dos meios acadêmicos, através de um discurso atuante. O convívio entre eles deu-se entre os anos de 1914 e 1919, quando nosso personagem estudou na faculdade, além de missivas trocadas alguns anos depois, quando do lançamento de *Sociedades Irregulares*. Este período é delicado na história mundial e, por conseguinte, com repercussões no Brasil. Trata-se dos anos da Primeira Guerra Mundial.

No país, algumas consequências fizeram-se sentir especialmente em grandes aglomerações urbanas como a Pauliceia: a industrialização impulsionou-se, substituindo as importações; existência de focos de movimentações sociais e operárias (dos quais o exemplo mais emblemático é a Greve Geral de 1917), por conta da carestia que grassou no país. Foi um período propício à discussão da “Nação”, no momento em que a disputa entre as nações europeias no campo de batalha se tornava mais renhida.

O professor Steidel fez da Faculdade de Direito de São Paulo *locus* de debate e ação neste contexto. Um instigador inicial das ideias nacionalistas e cívicas pelo Brasil dos anos 1910, porém, foi o poeta Olavo Bilac, ao criar a sua Liga de Defesa Nacional, em 1916. Percorreu o Brasil com palestras, exortando a criação de congêneres de sua liga. Na Faculdade do Largo São Francisco esteve em outubro de 1915, discursando com efeito sobre os presentes, entre os quais podemos incluir o professor Steidel e CGO: “Moços de São Paulo, estudantes de Direito, sede também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes de todo o Brasil: num exército admirável, sereis os escoteiros da nossa fé!” (COSTA, 1967, p. 41).<sup>31</sup>

Dado este ponto de partida, ainda em 1915 era fundado o Centro Nacionalista por estudantes da Faculdade de Direito. Esse centro foi o embrião da Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), surgida em 15 de dezembro 1916.<sup>32</sup> A liderança da recém-criada liga estava nas mãos das escolas superiores: Direito, Politécnica e Medicina. Mas é na Faculdade

---

<sup>31</sup> Não à toa um dos motes da campanha cívica do poeta era o alistamento militar obrigatório.

<sup>32</sup> A LNSP subsistiu até 1924, quando foi fechada pelo Artur Bernardes, acusada de conspirar com os revolucionários tenentistas que tomaram a cidade em julho daquele ano. A liga não mais ressuscitou, embora algumas de suas bandeiras tenham, mais tarde, sido levantadas pelo Partido Democrático.

de Direito que a LNSP encontra mais eco, sendo o professor Vergueiro Steidel seu presidente.

Steidel comprou a ideia do debate pela nacionalidade. A liga, que passou a presidir a partir de 1916, pugnava por bandeiras como o voto secreto e obrigatório, o cumprimento da lei de serviço militar e a difusão e desenvolvimento da instrução e ensino no país (LEVI-MOREIRA, 1984, p. 68).

Essas bandeiras não seriam um fim em si mesmas, mas, antes, contribuiriam para a regeneração da nacionalidade. O discurso da LNSP não foi, em momento algum, revolucionário, mas reformista. Na visão desses intelectuais, mais próximos às elites oligárquicas que à população em geral, a República estava em desordem, e cabia a quem detivesse conhecimento encontrar caminhos para harmonizar novamente a sociedade. Havia desilusão com a República, mas nenhuma vontade de romper com o modelo vigente: era preciso “regenerá-la”, “recuperá-la”. A distância entre governo e população era reconhecidamente um dos problemas apontados pelos doutrinadores da LNSP. Crise de representatividade que seria sanada através do tripé serviço militar, instrução e voto secreto.

Para galgar seus objetivos, a liga foi à luta: organização que se caracterizou pela ação, tendo, entre outras atividades, publicado livros e manuais cívicos; pregado o voto secreto através da imprensa, cinema e panfletos; incentivado a juventude a colaborar com a campanha do serviço militar promovida pelo Exército.

Steidel via no Direito uma expressão essencial da nacionalidade e afirmava ser ele essencial na defesa e construção dessa nacionalidade, quando fazia “votos para que não esmoreça, e continue a concorrer eficazmente para o brilho das nossas letras jurídicas e do nosso direito; uma das mais solidas bases do nacionalismo” (STEIDEL, 1923).

Vários colegas acadêmicos e professores (entre eles Steidel, com o qual mantinha uma ligação mais próxima) participaram da LNSP; entretanto, não há evidência de que CGO tenha ele mesmo constado em seus quadros. Na verdade, ao rememorar os tempos de faculdade, Carlos alude a “uma atividade política mínima, sendo os estudos a principal e a primeira de todas as suas preocupações”.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> “Lembra, contudo, da visita do embaixador da Argentina à faculdade, quando discursou em nome dos companheiros de curso, saudando o ilustre visitante” (TERNES, 1994, p. 26). Não encontramos, porém, vestígio deste discurso do jornalista. Quanto ao desempenho acadêmico, foi bom. No exame final, CGO foi aprovado plenamente nas cinco cadeiras, mas não alcançou nenhuma delas



Em 22 de setembro de 1918, uma comissão de 17 estudantes paulistanos, oriundos das três escolas superiores, vão em missão oficial ao Distrito Federal, onde são recepcionados pelos colegas cariocas. Carlos Gomes, já em seu quinto ano de graduação, participou da Missão Oficial Acadêmica Paulista, bem como seus colegas de turma, Idalício de Andrade e Silva e Joaquim Sampaio Vidal, presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto e representante especial da LNSP, respectivamente.

Entre as atividades previstas, os paulistas visitaram redações de jornais e assistiram a uma partida do campeonato acadêmico de futebol no dia 22; no dia seguinte, realizaram uma “romaria cívica” aos túmulos de grandes vultos da história do Brasil em cemitérios cariocas.

Naturalmente, essa viagem não é evidência de que CGO tenha pertencido aos quadros da liga; talvez nem seja esta a informação importante a reter. É preciso considerar que nosso biografado vivenciou esse meio, conviveu com essas pessoas (colegas e professores) num grau de intimidade que não nos é possível, com as fontes de que dispomos, conferir. É preciso considerar que ele residia na Pauliceia em expansão, clamando por mudanças, partilhando dos discursos mais conservadores, como os da LNSP, aos mais reivindicatórios e radicais, como os do movimento operário. É preciso, enfim, considerar que CGO viveu uma cidade que mesclava as contradições de um país em franco processo de urbanização e transformação social com um sistema político que estava em início de esfacelamento, algo mais claro na década seguinte.

Estes pontos podem fornecer subsídios para se compreender sua atuação profissional e política ao retornar para casa em 1919. Teriam as vivências acadêmicas e/ou cotidianas em São Paulo impactado nosso personagem?

### 2.3 “E ESSA SITUAÇÃO FOI QUE ME FEZ ENTRAR NA POLÍTICA”

Deixar o convívio da grande metrópole para uma região interiorana era uma diferença sensível. A Joinville dos anos 1910 contava com menos de 50 mil habitantes, incluindo os distritos, o que esvazia ainda mais o núcleo urbano central; 2 mil prédios, “quasi todos ornados com jardins que lhe dão a feição de Cidade das flores”; um município que possui muitas atividades econômicas agrícolas, porém, com um interessante

---

com distinção, conforme está registrado na edição do *Correio Paulistano* de 9 de janeiro de 1919. Acervo HDBN.

sortimento de indústria, sendo um sexto da população, aproximadamente, empregada em fábricas e outros estabelecimentos industriais. Esse proletariado nascente mostrou sinais de atividade política em 1917, aderindo à greve geral que abalou o país naquele ano.<sup>34</sup>

Para CGO, sua escalada foi imediata. Em janeiro de 1919 estava empregado, dirigindo o trissemanário *Jornal de Joinville*. À época, era o único de língua portuguesa sediado no município. Seu proprietário era um veterano do jornalismo local, Eduardo Schwartz, conhecido por seu trabalho à frente do *Joinvillenser Zeitung*, ainda no século anterior.<sup>35</sup>

Schwartz, aliado de longa data de Abdon Batista, provavelmente resolveu garantir um reforço em sua equipe, e viu no antigo assessor de Batista, filho de outro aliado (Francisco Gomes), membro de família influente na sociedade local e recém-graduado por uma faculdade de renome, uma pessoa capacitada a exercer o cargo de diretor. Assim, inferimos que o primeiro trabalho de Carlos na imprensa tenha resultado da conjunção de três fatores: arranjos oligárquicos, considerando que ele seria já nomeado promotor público da cidade, não fosse o malogro da campanha de Batista no ano anterior; o bacharelismo, ainda incrustrado na mentalidade das pessoas e dos cursos de formação jurídica da época (embora combatido, como vimos), e a tradição da imprensa brasileira e local.

Em 1919, assim como muitos anos antes, não havia faculdade de jornalismo, e profissionais de outras áreas atuavam nesta área, seja como diretores e/ou editores, dentre outras funções. A entrada de Carlos Gomes neste ramo não é exclusividade. Tomando como base o município de Joinville, encontramos casos de bacharéis de outras áreas do conhecimento atuando na imprensa. Na década de 1880, Abdon Batista, médico baiano radicado no norte de Santa Catarina, era o principal nome de *O Democrata* (1884), folha que apoiava o Partido Liberal no período monárquico; João Evangelista Leal, responsável pelo jornal republicano *Sul* (1889-1890), também se enquadra neste caso; mais recente era a

---

<sup>34</sup> Ribeiro calcula a população local em 48.005, dividida em quatro distritos (incluindo aí o centro urbano), numa área de 3,558 km<sup>2</sup>. Quanto ao operariado, a “Memória” reproduz a narrativa veiculada na imprensa pelas classes econômica e politicamente dominantes, de que a população cultivava “religiosamente o trabalho” e que “Impera disciplina nas officinas, no lar, na vida social”.

<sup>35</sup> Sobre os periódicos joinvilenses do século XIX e início do século XX, cf.: HERKENHOFF, 1998.

atuação de Plácido Gomes de Oliveira, médico, cunhado de Carlos Gomes, diretor de *O Município de Joinville* entre 1919 e 1920.

Observando estes exemplos, inferimos ao menos dois traços importantes para caracterizar a imprensa brasileira: em primeiro lugar, a íntima vinculação que muitos destes jornais mantinham com partidos políticos; em segundo lugar, constituíam-se quase que como empreendimentos solitários, de um homem só, o que tornava sua existência efêmera. Neste último aspecto, o advento do século XX traz mudanças, ao criar uma “consciência” empresarial que estruturará os periódicos economicamente, voltando-os ao lucro. É justamente na década de 1920 que o conglomerado dos Diários Associados nasce, bem como *O Globo*, espécimes desta “racionalização” da imprensa. Note-se, entretanto, que este processo de racionalização se circunscreve basicamente aos grandes centros. Em regiões interioranas, os periódicos continuavam, muitas vezes, mergulhados na luta política, com lucros irrisórios.<sup>36</sup>

A “grande empresa jornalística” preconizada por Nelson Werneck Sodré possivelmente ainda não havia chegado a Joinville, muito embora dois periódicos nascidos naquele período tenham alcançado, ao menos, a longevidade que faltava aos outros. É o caso do *Jornal de Joinville* (que circulou de 1919 até fins dos anos 1970) e o de *A Notícia* (nascido em 1923, em atuação até os dias atuais). Quanto à disputa política, esta manteve presença cativa na maior parte dos jornais de Santa Catarina, num momento de ebulição de ideias e de ânimos ideológicos.

De fato, tanto na capital do estado quanto em Joinville havia periódicos veiculados ao oficialismo, como o “órgão do Partido Republicano Catarinense”, caso do jornal *República* (em Florianópolis), e do *Jornal de Joinville*, o trissemanário que primeiro empregou Carlos Gomes em 1919. Publicado três vezes por semana (mais que o tradicional *Kolonie Zeitung*) e inicialmente afastado das lutas político-partidárias, diretriz, aliás, reivindicada por seu diretor (SENADOR CARLOS..., 1981)<sup>37</sup>, o periódico notabilizou-se, depois de sua saída, pela defesa do situacionismo municipal nos anos 1920.

---

<sup>36</sup> Sobre a trajetória da imprensa no Brasil, utilizamos: MARTINS; LUCA, 2008; SODRÉ, 1999.

<sup>37</sup> CGO percebe a ironia na situação: “foi um pouco curioso, porque uma das minhas condições para dirigir o ‘Jornal de Joinville’, era de que o jornal não fizesse política partidária, mas depois de quatro anos, acabei fundando um jornal com ‘espírito político’” (TERNES, 1994, p. 29). Acabaram os dois jornais afundados nas querelas partidárias, afinal de contas.

Desfrutando por pouco tempo, em 1918, do gosto pela política partidária, Carlos dedicou-se durante os anos de 1919 e 1920 a seu escritório de advocacia e à direção do *Jornal de Joinville*. No jornal, recebia duzentos mil réis mensais de salário. A título de comparação, um operário joinvilense era pago, em 1917, entre três mil e trezentos e cinco mil e seiscentos réis diários (A GREVE..., 1917, p. 1). Em 1928, os trabalhadores da indústria recebiam em torno de sete a oito mil réis (COSTA, 1996).

Uma de suas poucas atividades políticas deu-se a partir de 18 de agosto de 1919, na câmara municipal. Era uma reunião das “pessoas mais representativas de Joinville”, tendo por pauta a criação de um curso ginásial na cidade. CGO deveria saber das dificuldades de sair de casa para estudar: as longas viagens para o Colégio Catharinense, na capital, onde frequentou o curso ginásial entre 1910 e 1913, eram um passado recente; entendia igualmente o valor de estender e aprimorar a instrução pública, lição possivelmente aprendida também com os militantes da LNSP. Bons motivos para participar (ACTA..., 1919, p.1-2).<sup>38</sup>

Passada a questão do ginásio, Carlos voltou-se novamente às suas duas frentes de trabalho, o *Jornal de Joinville* e a advocacia. Jovem, solteiro, vivendo em certa estabilidade financeira, procurou logo o matrimônio, encontrando sua futura esposa dentro da própria família: Sara Gomes de Oliveira, filha do ex-prefeito e ervateiro Procópio Gomes de Oliveira. O parentesco entre ambos era de primos em quinto grau, pois, algumas gerações atrás, as árvores genealógicas se haviam parcialmente separado. O casamento, em 1921, colocava CGO próximo do núcleo mais influente da família, caso do genro do cel. Procópio e cunhado do deputado estadual Plácido Gomes.

Foi nesse ano de 1921 que ele abandonou seu emprego no *Jornal de Joinville* para fundar, pouco tempo depois, em parceria com seu primo e cunhado Plácido Gomes, o *Correio de Joinville*. Esse movimento significava uma guinada em sua vida profissional, financeira e política, pois deixava de ser empregado no primeiro periódico, com estabilidade, e embarcava numa aventura de criar um novo, no qual deveria arcar com os custos do empreendimento. Significava também maior autonomia no exercício de suas funções, considerando agora ser sócio fundador do *Correio*. Politicamente, não foi diferente. Primeiro, porque seu novo

---

<sup>38</sup> Seu pai, Francisco, e outros nomes conhecidos também marcaram presença. Na divisão das comissões de trabalho, ficou Oliveira responsável pela redação de representação aos deputados do município na Assembleia Legislativa estadual, intercedendo pela construção do novo grupo escolar.

jornal seguiria diretriz oposta à do antigo. O *Jornal* fora dominado pelo juiz Ulisses Costa; em segundo lugar, como sacramentou anos depois a respeito deste período de sua vida: “Naquele tempo era assim... política começava no jornal. Montava o jornal, pra fazer política. E daí prosseguir!” (OLIVEIRA, C. G., 1978, p. 4).<sup>39</sup>

Se o primeiro passo para fazer política era fundar um jornal, o passo estava dado. O semanário *Correio de Joinville* fez as vezes de tribuna de oposição (em nível municipal) durante os anos 1920, em dois períodos distintos, entre 1921 e 1922, e depois, entre 1929 e 1930. Durante os anos 1930, veremos que as posições no tabuleiro do poder se modificam, colocando o *Correio* em situação mais complicada. O periódico circulou até 1933, quando, no ano seguinte, fundiu-se ao *Folha Nova*, gerando o *Correio da Tarde*, sob a direção de CGO.

Sua primeira versão circulou entre 20 de agosto de 1921 e 5 de agosto de 1922, em quatro páginas, formato popular entre os demais jornais catarinenses já desde o século XIX. Temos de observar alguns limites da nova folha: o *Correio* era um semanário, diferente do *Jornal de Joinville*, publicado três vezes por semana. Era, portanto, mais acanhado. CGO dividiu seu espaço na Rua do Príncipe, nº 36, região central da cidade, entre o escritório de advocacia e a redação do jornal.

Contava ele com um sócio, cunhado (primo de quinto grau) e médico, Plácido Gomes de Oliveira<sup>40</sup>, que, aliás, não era estreante na imprensa. Entre 1919 e 1920, dirigira *O Município de Joinville*, bisemanário publicado em português e alemão, de curta duração. Plácido, à época, era deputado estadual e o maior interessado nas possibilidades que o jornal poderia oferecer como púlpito de debate. Avaliamos que a influência de Plácido em Joinville tenha sido maior que a de Carlos nesse

---

<sup>39</sup> Essa ideia de que o jornal era o primeiro passo para “fazer” política é herança imperial, onde fazer oposição dentro do Parlamento era impossível, dado o falho sistema eleitoral, que dificultava enormemente uma vitória da oposição. Cenário parecido prosseguiu República adentro, onde a prática de fundar jornais para fazer as vezes de púlpito de oposição continuou firme.

<sup>40</sup> Sobre o relacionamento com Plácido, comenta Carlos anos depois, em entrevista ao jornal *A Notícia*: “Meu cunhado, Plácido Gomes, já era deputado estadual e muito chegado a Hercílio Luz, numa posição antagonica à minha. Nessa reviravolta toda eu acabei me casando com a irmã dele e ficamos muito chegados” (TERNES, 1994, p. 33). O antagonismo que alude é que ele fora assessor de Abdon Batista, portanto, não havia apoiado a candidatura de Luz ao governo em 1918. Procópio Gomes e seu filho Plácido eram oposição a Abdon desde que o primeiro fora prefeito em 1911-1914, enquanto Francisco e o filho Carlos eram aliados de Batista.

momento, por estar em maior evidência, com prestígio junto ao governo estadual, e contando com mais adversários.

Outro articulista recorrente era o advogado e jornalista Crispim Mira. Escrevia para jornais cariocas antes de voltar a Santa Catarina em 1908, para fazer um trabalho de imprensa combativo. Mira contribuiria para trazer o *Correio* para o centro das polêmicas políticas e jornalísticas no município. Nascido em Joinville em 1880, notabilizou-se por críticas ferozes aos políticos, geralmente no governo, durante toda a sua carreira.<sup>41</sup>

Que intenção teriam tido os dois Gomes de Oliveira ao fundar uma nova folha? Constituí-la como um órgão combativo, de “reação do povo de Joinville; contra a teimosia dos que o não querem ouvir e contra o erro e o mal que se vê hoje presidindo a sua vida pública” (A NOSSA..., 1921, p. 1).

A redação do jornal, em especial do editorial, oferecia a visão de mundo de seus proprietários, uma série de elementos para entendermos seu posicionamento e o porquê deste posicionamento político, econômico e/ou cultural. Alguns artigos aqui selecionados, entre eles o editorial da primeira edição, falam um pouco do momento político e social, não apenas local, mas também nacional, bem como do papel dos primos nessas conjunturas.

### **2.3.1 O *Correio de Joinville* e as dissensões na política oligárquica joinvilense**

Iniciemos com o manifesto de estreia. Ele mostra as caras como órgão de combate ao situacionismo local, reivindicando a condição de reação do povo do município contra o mal instalado na prefeitura.

Era a “reação do povo de Joinville”, que se via prejudicado pela teimosia do poder público municipal. Deste povo, os editorialistas citam inicialmente as classes produtivas, especialmente do campo: “De um lado, uma classe inteira, eficientemente organizada – a dos lavradores – com a convicção dos seus direitos e a nobreza das suas aspirações queria um orgam com que fizesse valer na vida municipal, as funções que lhe competem [...]” (A NOSSA..., 1921, p. 1). E o *Correio* seria este órgão

---

<sup>41</sup> O preço pago por sua oposição foi caro. Foi assassinado na redação de seu jornal, a Folha Nova, de Florianópolis, em 05/03/1927, depois de denunciar irregularidades relacionadas à Victor Konder. Mais sobre o caso em: SANTOS, 2004. E sobre Mira: VEGINI, 1984.

de representação dos lavradores, já organizados numa liga<sup>42</sup>, no debate com o poder público municipal.

O programa da liga em que se organizaram os lavradores servia de base a uma postura de oposição em nível local, mas não em nível estadual: levariam sempre em conta Hercílio Luz, “porque estamos certos de que não lhe abalou a estima e a confiança depositada em um dos nossos redactores, o esforço ingrato dos que tentaram conseguí-lo” (A NOSSA..., 1921, p. 1).

A postura cautelosa, de respeito à autoridade máxima da política estadual, expõe um pouco das sortes do sistema político do período. Geralmente, as situações municipais mudavam ao sabor das situações estaduais; ou seja, indispor-se com o governador seria afastar-se das oportunidades de ocupar cargos ou concorrer a cargos eletivos.

Sem citá-lo, o editorial combate a atividade do juiz de direito da comarca, Ulisses Costa, acusado de agir politicamente, “saindo da esfera de ação”. Esta acusação explica outros trechos do editorial de estreia, que anunciam que se enganam aqueles que pensam que a “ordeira” população não seria capaz de rebelar-se contra os desmandos de pessoas recém-chegadas, uma indireta a Ulisses.<sup>43</sup>

Se, no editorial, o jornal mantém uma postura cautelosa e de respeito quanto ao governo estadual, temendo o desastre que seria indispor-se com o governador, tenta, no terceiro artigo da edição inaugural, descompatibilizar o adversário com o governo: “Espontaneamente ou por convite abdonista, o Juiz ficou encarregado da execução do plano que seria o de reconstituir o antigo partido, com a aparência de novo” (PARTIDO NOVO ..., 1921, p. 1).

Procuram colar a figura de Ulisses Costa ao então prefeito Abdon Batista, sabido adversário do governador. Ao mesmo tempo, imputam a culpa da reorganização do diretório municipal do PRC a Batista, procurando chamar a atenção do governo estadual para este diretório “abdonista”. Esperavam, talvez, uma intervenção de Hercílio no caso.

---

<sup>42</sup> Plácido Gomes havia articulado a fundação da Liga dos Lavradores, ou Bauernbund, na esteira da Greve Geral de 1917. Seu jornal *O Município de Joinville* também já havia se notabilizado pela defesa dessa liga e dos interesses do campo entre 1919 e 1920.

<sup>43</sup> “[...] não poderemos resignar – nós os que aqui nascemos, ou os que já nos sintamos joinvillenses por laços do coração e de interesses múltiplos que o tempo faz consolidados – é à secundária posição de hospedes em a nossa própria terra [...]” (A NOSSA..., 1921, p. 1).

A troca de acusações não foi iniciada pelos Gomes de Oliveira: o *Jornal de Joinville*, que outrora não se envolvia em querelas políticas, tentou, primeiramente, indispor os redatores do *Correio*, afirmando que este havia sido criado para a campanha presidencial de Nilo Peçanha. A resposta foi o contra-ataque.

Tentam os redatores Carlos e Plácido desqualificar o *Jornal*, colocando E. Schwartz (“abdonista” desde muito) e Ulisses Costa no mesmo lado da disputa<sup>44</sup>, reafirmando confiança na “clarividência” do governador, que não se deixaria enganar assim pelos detratores, e ainda ironiza o juiz Costa, insinuando que Luz não devia apoiá-lo incondicionalmente, já que precisava de intrigas para diminuir seus adversários.<sup>45</sup>

O que mostram os artigos de 20 de agosto, em relação ao panorama político local, era um desarranjo do sistema em Joinville, com o diretório do partido sendo desarticulado e rearticulado novamente sob a batuta de novos líderes. Essa desestruturação fora arquitetada pelo governador do estado, ao nomear pessoas de seu agrado para funções-chave na administração municipal, como o promotor público, o delegado de polícia e o juiz de direito.

A julgar pelo tom pouco amistoso das críticas a Costa e ao *Jornal de Joinville*, podemos interpretar que, ao iniciar seu projeto de desmonte da influência de Abdon Batista no diretório local do partido<sup>46</sup>, Ulisses tenha esbarrado em Plácido, e a relação que tinha potencial para dar certo, deu errado na medida em que Costa se aproximou de antigos aliados de Batista para empreender seu projeto, como jornalista proprietário do *Jornal*. À espera de uma intervenção de Hercílio Luz em seu favor, o deputado Plácido ficou decepcionado quando este veio à cidade para um

---

<sup>44</sup> Carlos assinalou a união entre Costa e Schwartz como motivo de sua saída do *Jornal*. Assim, o trecho pode ser encarado mais como uma denúncia que uma insinuação. Não invalida a tentativa de criar antagonismo entre o governador e seu ainda secreto emissário, o juiz Ulisses.

<sup>45</sup> “Esteja porém s. exa. descansado, por muito que seja o seu desejo em nos ver assim brigados com o governo; confiamos bastante no espirito de clarividência do exmo. Sr. Dr. Hercilio Luz, para crer que isso não há de dar-se. O que porém, nos admira é que o sr. Dr. Ulysses Costa julgando-se tão forte na posição de chefe que se deu, apoiado como diz pelo exmo. Sr. Governador, ponha tanto empenho em nos indispor com elle” (COMO SE..., 1921, p. 1).

<sup>46</sup> Abdon, já velho e doente, passou boa parte de seu último mandato como prefeito (1918-1922) afastado. Faleceu pouco tempo depois. Curiosamente, seu nome praticamente desaparece dos artigos que tratam do presente da política local. Um indício do ocaso de sua ingerência.



jantar e, para todos os ouvintes presentes, confirmou que o juiz Ulisses fora nomeado para promover uma devassa no partido local. Segundo Carlos, em entrevista posterior, naquele momento ambos romperam com o governo estadual, através de artigo no *Correio*.<sup>47</sup>

Plácido era o principal nome da política dentro da família naquele período de 1921-22, mas Carlos soube utilizar os meios de que dispunha para entrar na disputa: seu alvo mais comum era o juiz de direito. Em início de setembro, publicou uma carta aberta a Ulisses, na qual expunha os pontos que os mantinham em polos antagônicos<sup>48</sup>:

Aliás V. Exa., do convívio que commigo teve, sabe que eu tenho convicções pessoais. [...]

E me parece a mim que esse dissidio é apenas aparente; só existe entre a sua atitude e as minhas convicções, porque convicções, ambos, parece, temol-as iguaes.

Era V. Exa. mesmo quem ao chegar aqui, me dizia, ter vindo para esta comarca em virtude de um principio oposto ao que nella estava vigorando com a ingerência do dr. Heraclito Ribeiro na politica.

O juiz, dizia V. Exa., não deve ser politico, e eu não o sou nem o serei jamais, enquanto estiverem sobre mim as responsabilidades do cargo que occupo. [...]

Mas, dizem, se tantos juízes brasileiros são políticos...

---

<sup>47</sup> Foi em entrevista ao jornal *A Notícia*, em 1º nov 1981: “Um dia veio a Joinville o Hercílio Luz e nos ofereceu um jantar. E nós fomos, meu cunhado era chegado a ele, tinha sido seu defensor. Neste jantar o Ulisses Costa saudou o governador e diz que estava em Joinville cumprindo uma missão que o governador lhe tinha confiado. O Hercílio levanta-se e confirma tudo. No dia seguinte o nosso jornal tinha que romper também com o Hercílio [...]. E fizemos um artigo explicando as razões do rompimento com o governo do Estado” (TERNES, 1994, p. 33). Não localizamos o artigo, porém, há menções ao banquete na imprensa do Distrito Federal: um deles transcreve trecho final do artigo do rompimento, “Esclarecendo attitude”: “E se o Dr. Hercilio Luz, entre partidos e povo, disse preferir ficar com o povo, nós, parodiando-o, dizemos que, entre o governo e o povo, e entre nossas convicções e o governo, nós preferimos ficar com as nossas convicções e com o povo” (O SR. HERCILIO..., 1922).

<sup>48</sup> “Com a sinceridade das minhas convicções e a franqueza do meu caracter, convicções e caracter que animam os entusiasmos da minha mocidade, dizer-lhe o principio capital em que se funda a atitude que assumi para com V. Exa” (CARTA..., 1921, p. 1).

Ai dos nossos males! À conta d'elles devemos levar todos os infortúnios nacionaes. E uns males poderão justificar os outros? [...]

Leis boas, não faltam no Brasil, dizia Pedro Lessa, o que lhe minguum são homens que bem as cumpram.

E é principalmente a ingerência do juiz em funções incompatíveis com as suas próprias, que prejudica a verdadeira interpretação das leis e a honesta distribuição da justiça (CARTA..., 1921, p. 1).

Através da leitura da carta, observamos que o teor principal do debate gira em torno do papel de um juiz de direito na sociedade e, especialmente, dos direitos e deveres políticos legados a essa autoridade. É um debate político e jurídico. Mas há uma pitada de princípios morais, na medida em que Carlos afirma a si mesmo como pessoa de princípios (idealista convicto<sup>49</sup>), mas indica a mudança repentina de opinião de Ulisses, que age contra suas próprias convicções. Há até uma certa “troca de gentilezas” no texto, considerando que nem totalmente era antagônico o relacionamento entre Carlos e o chefe político local. De fato, ambos eram juristas e possuíam vínculos de amizade. Ulisses foi padrinho de casamento de nosso biografado. Não à toa a política do período é associada ao conceito de oligarquia: amigos, parentes e sócios encontram-se conectados em rede em todos os espaços e posições de poder possíveis, e também na oposição.

CGO ainda associa a ingerência de juízes na política aos males do país, representando eles uma das causas da injustiça na aplicação das leis. Seu posicionamento é claro: não devemos ter juízes envolvidos na política partidária, reorganizando diretórios, maquinando estratégias eleitorais,

---

<sup>49</sup> “A mim já me disseram, num tom pejorativo, que sou idealista; que a justiça e a política sempre andaram de mãos dadas, e não será o meu idealismo que há de separal-as. Não importa. Eu sinto mesmo que os meus sonhos de brasileiro e de moço estão povoados de ideaes. E ai do homem e do povo que os não tenha, e ainda mais num país onde, por corrigir há tantos erros e tantas coisas por fazer. O melhor patriotismo é o que se nutre de ideaes” (CARTA..., 1921, p. 1). Esse tratamento “pejorativo” pode ser um indício de como ele era levado com descrédito nos meios políticos da época, como um simples “idealista” que não fazia ideia de como funcionava a política. Nota-se a evocação ao patriotismo: herança local, dada a existência do elemento estrangeiro colonizador; e herança da LNSP, pois um patriotismo idealista aliado ao espírito reformista.

perseguido oponentes, etc. Era um mal do país e da política. A reorganização do PRC na cidade, sob a batuta do juiz, estava condenada a reproduzir um partido de velhos vícios.<sup>50</sup>

### 2.3.2 A Liga dos Lavradores: uma experiência socialmente atuante

O editorial de estreia do *Correio* trazia uma defesa da Liga dos Lavradores<sup>51</sup>. Mas o que era essa liga? A “Bauernbund”, ou Liga dos Lavradores (a partir de julho de 1921), criada após a greve de 1917, com a intenção de trabalhar para o barateamento dos artigos de primeira necessidade, era uma das associações de classe do campo surgidas em Joinville. Podemos afirmar que ela foi uma experiência de ação política, se não popular, ao menos organizada inicialmente fora da lógica partidária e institucional da política, e Carlos e Plácido Gomes estavam diretamente envolvidos nesta militância.

Plácido já estava envolvido com a liga desde sua fundação e, durante todo esse período, ele e Carlos seriam acusados de instigar os agricultores contra o poder municipal ou de constituí-la como um partido político de oposição. A mudança de nome, de Bauernbund para Liga dos Lavradores, em 1921, significou também uma mudança de diretriz, colocando a liga em oposição ao poder municipal, mais um pretexto para

---

<sup>50</sup> Vai além, criticando o sistema político vigente: “Sabem todos os que conhecem a vida de certos logarejos do Brasil, a contingencia em que se acham, muitas vezes, os juizes, ante as discórdias politicas dos seus jurisdicionados. Atrazado o povo, com os mais acanhados horizontes intellectuaes os chefetes, difícil lhes é compreender a nobreza das funções que cabem ao juiz e o papel que lhe compete desempenhar na sua comarca; e eil-os então, povo e chefetes, principalmente estes, a forcejarem, na estreiteza das suas intransigências partidárias, por levar o juiz às lutas inglórias das suas questiúnculas locais. E o juiz, cidadão timorato, às vezes, receiando as iras dos mandões da terra, pende para um dos lados e se mette na politicagem”. (CARTA..., 1921, p. 1). Eis aqui um clamor por reformas, nas práticas políticas e na educação política.

<sup>51</sup> “Da lavoura é o programma, porque foi no seio d’ella que essas ideas germinaram, mas, andando ella ligada intimamente à indústria e ao commercio, é natural que o seu programma também a essas classes aproveite, mesmo porque mútuos, entrelaçados e inseparáveis são, muitas vezes, os interesses dos diversos ramos de actividade em que se desdobra a vida de um povo” (A NOSSA..., 1921, p. 1). Tentam os articulistas mostrar que suas reivindicações são justas a toda a cidade. Esse programa tinha caráter puramente material, como “criação de escolas, no cuidado das estradas, na cobrança de impostos justos, no zelo da saúde publica”.

as acusações de influência de CGO e seu cunhado. Costa (1996) nota que Plácido era o nome geralmente mais visado nas críticas.

Na conduta dos Gomes de Oliveira junto à liga percebemos, portanto, um apoio às pautas (algumas provavelmente criadas por eles), mas com indícios de cooptação para interesses eleitorais, vide a organização da liga para a disputa das eleições municipais de 1921, e a reivindicação, quase sempre lembrada, do alistamento eleitoral (importante para fazer frente ao eleitorado dominado pela máquina política da situação).

Acusados pelo *Jornal de Joinville* de dirigirem a liga, os redatores respondem em duas frentes, afirmando que a entidade se fará representar por si só e que ela não é um partido, mas sim um movimento semelhante ao que levou à eleição de Hercílio Luz em 1918: à época, a imprensa oficial propalava a ideia de que fora um movimento popular que levava à eleição do então governador; sabe-se, entretanto, que foi a ação de um movimento ligado ao governo, a Junta Republicana Catarinense, que angariou o “apoio popular” necessário.<sup>52</sup>

Anos depois, em entrevista concedida à historiadora Iara Andrade Costa, CGO atribuirá essa militância junto à liga dos lavradores e em outras situações a uma política “trabalhista” por parte dele e de seu cunhado (que, aliás, já havia começado antes, no contexto da greve de 1917). Posição que desafiava o patronato local, interessado na exploração dessa mão de obra. Avaliava ele:

No fundo, nós éramos políticos, e éramos acusados como políticos, como defensor de uma idéia, que era a idéia trabalhista. [...] O trabalhador era a vítima, era explorado, sem saber, sem se aperceber. Ele era explorado sem se aperceber que o era. Hoje a questão trabalhista já não é tão séria, porque todos já tem consciência de sua situação, e o patrão consciência do dever para com o trabalhador [...], nós queríamos lhes dar garantias legais [...], e para isso era necessário a política. [...] Todos procuravam angariar votos no setor trabalhista” (COSTA, 1996, p. 114).

Podemos interpretar este uso do termo ao menos de duas formas. Na primeira, o termo é invocado anacronicamente por nossa personagem, considerando ter ele sido membro do Partido Trabalhista Brasileiro

---

<sup>52</sup> A respeito do apoio dito popular à campanha de Hercílio Luz em 1918, ver a nota 22.

durante muitos anos. O termo trabalhismo não existia, nos anos 1920, com o sentido atual. E se, segundo Berstein (1998), uma cultura política cria também uma linguagem própria, com códigos e vocabulário simbólicos, o fato de ter participado do PTB nos anos 1940-50 (considerando o trabalhismo uma cultura política) agregou o vocábulo “trabalhismo” ao dicionário de CGO com essa conotação específica. Aqui, nosso personagem reivindica o termo para interpretar sua trajetória política.

A outra interpretação vai no sentido de que, se nos anos 1920 ainda não existiam PTB e cultura política trabalhista, naquela década já existiam alguns de seus elementos simbólicos, como a ideia da exploração dos empregados pelos patrões, as bandeiras da promoção de leis trabalhistas e de previdência, entre elas medidas na área da saúde e educação públicas. A reivindicação de impostos justos, saúde, educação e infraestrutura estava no programa da liga em 1921, por exemplo. Lembrar que “todos” procuravam voto no setor “trabalhista” pode nos sugerir também que ele assim se entendia, por manter contato político próximo com os trabalhadores joinvilenses naquele período.

De qualquer modo, ambos defenderam a liga, e essa defesa responde também a um intuito eleitoral. A liga fez as vezes de movimento de sustentação política/eleitoral de Plácido (e Carlos, obviamente, se desejasse), nas eleições municipais que vieram em fins de 1921.

Também transitaram junto ao proletariado urbano Plácido e CGO. A primeira participação de ambos foi na greve geral de 1917. A repercussão do movimento paredista em Joinville foi grande. Em 27 de julho, trabalhadores de diversas categorias, como ferroviários, mecânicos, cervejeiros, carpinteiros e operários da indústria têxtil e de fósforos cruzaram os braços. As principais reivindicações eram o aumento de mil réis no salário diário (apenas um exemplar da *Gazeta do Commercio* custava cem réis) e o barateamento do custo de vida. A greve foi encerrada dia 1º de agosto, graças a um acordo firmado entre patrões e empregados, que cobria relativamente as aspirações dos grevistas.<sup>53</sup>

A participação de Plácido Gomes no contexto lhe rendeu as pechas de “socialista” e “anarquista”: “[...] Dr. Plácido Gomes de Oliveira que era representante do operariado naquela emergência. ‘[...]’ pessoa que discursava para os operários sobre as duas relações entre capital e o braço

---

<sup>53</sup> Os pontos do acordo são elencados por Costa (1996, p. 154): “os salários foram ajustados somente 20%, mas [...] em troca foram prometidos uma cooperativa alimentar aos operários pelo preço de custo, diminuindo e barateando o custo de vida, e sugestões para ajudar na construção de algumas casas operárias nas imediações das fábricas, para diminuir os gastos com conduções”.

auxílio e amparo mútuos moldados na mais sã doutrina socialista” (COSTA, 1996, p. 155). Costa (1996) destaca também a prisão de um operário considerado “socialista” na cidade, por reivindicar pautas como a diminuição da jornada de trabalho. Anarquistas, por seu turno, desempenhavam papel importante no movimento operário brasileiro naquela década. A imprensa, como se vê, não poupou Plácido de críticas contundentes, desqualificando o líder de trabalhadores “desordeiros” sob os epítetos de anarquista e socialista.

Vegini (1984) vai além, assinalando CGO e Plácido Gomes como os dois coordenadores da greve de 1917. Efetivamente, em relação à Carlos, precisamos matizar sua participação. A *Gazeta do Comércio*, em reportagem sobre as reuniões entre operariado e patronato, destacou a instigação de Plácido aos grevistas, supostamente com intuito político-partidário. Seu discurso inflamado impediu de serem ouvidas as “palavras de ordem e bom senso do academico Carlos Gomes” (*A Greve, 1917*, p. 1). O trecho é breve, mas denota que Carlos, ainda estudante, atuou no sentido de apaziguar o movimento, promovendo a harmonia entre patrões e empregados em nome da “ordem”.

Anos mais tarde, em outra conjuntura política, nosso personagem envolver-se-á na greve dos funcionários do Moinho Joinville (liderada pela Liga Operária), no papel de mediador do conflito. Esta atitude gerou uma pequena crise no diretório local do PRC. Por fim, um desenlace característico: o biografado foi convidado a palestrar na Liga Operária, quando esta posicionou um retrato do governador da época, Adolfo Konder, em sua sede. O discurso foi no sentido de solidariedade às pautas operárias, mas pregando respeito pela hierarquia e exortando à cooperação com os patrões.<sup>54</sup>

Observando posturas passadas, presentes e futuras, percebe-se que Carlos e Plácido Gomes, em 1921-22, não pugnavam por mudanças estruturais ou “revolucionárias” para o país. Aliás, o movimento operário

---

<sup>54</sup> Carlos e Plácido eram seguidamente acusados de instigar os lavradores ou operários contra o patronato. Seu discurso tentava desvinculá-lo dessa pecha, além de jogar panos quentes na questão da greve do Moinho: “Esta Liga, meus senhores, como qualquer outra associação de classe, poderá, bem conduzida, ser um factor de ordem, uma collaboradora valiosa dos poderes publicos, no fim que as move de proporcionar ao povo a maior somma de felicidades. Essa associação poderá instruir melhor o operário, dando-lhe noções que o elevem e dignifiquem mais, na sociedade em que vivem, contribuindo para estreitar sympathia entre operarios e patrões, em vez de os inimizar e separar”. (UMA..., 1927).

na época não era um bloco “revolucionário” monolítico, e ideologias diversas atuavam nestes meios, inclusive o próprio positivismo. Apoiavam os lavradores, e obtinham deste apoio os eleitores da associação para as lutas oligárquicas. Importante salientar, porém, que os dois militaram junto à Liga dos Lavradores e intercederam junto aos operários urbanos em disputas contra o patronato, o que lhes rendeu ira e ironias por parte da elite dirigente local (política ou empresarial).

De certa forma, todo este percurso que acabamos de analisar dá sentido à afirmação de nosso personagem, de que ele e seu cunhado eram “trabalhistas”: embora com significado diferente do atribuído à palavra nas décadas seguintes, Carlos e Plácido construíram relações com os trabalhadores, procurando auxiliá-los em suas disputas, reivindicando pautas populares entre os operários e indo a público, em seu jornal, defendê-las.<sup>55</sup>

### 2.3.3 O manifesto dos 33: a campanha nilista de 1922

Não apenas as disputas dentro da oligarquia estadual estavam na pauta dos artigos. Havia também o pano de fundo da eleição presidencial. O *Jornal* acusara o *Correio* de ser defensor da chamada Reação Republicana: esta foi uma campanha em torno dos nomes do ex-governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, e da Bahia, José Joaquim Seabra, à presidência e vice-presidência da República, em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes e do maranhense Urbano dos Santos. As eleições teriam espaço em 1º de março de 1922. A campanha ficou conhecida como “nilista”, termo utilizado na imprensa catarinense (também em outras regiões), aí incluindo sua plataforma de governo, seus discursos, suas práticas eleitorais, etc.

Quanto ao apoio à Reação, os Gomes de Oliveira desconversaram, mas de forma ambígua, pois, se de um lado negam envolvimento, faziam mais por considerar precoce ainda um posicionamento no pleito presidencial do que por alguma outra convicção, como fidelidade partidária, descrença na capacidade dos candidatos ou na legitimidade da candidatura. A campanha havia sido lançada em junho daquele ano na

---

<sup>55</sup> As pautas de cunho político eram curingas, pois serviam também a outros segmentos. Não queremos aqui romantizar a ação dos primos, transformando-os em defensores incontestes dos oprimidos, mas pontuar o comprometimento deles com mudanças, mesmo que numa postura conservadora. Tal postura rendeu apenas o que era geralmente legado às oposições: combate cerrado, alijamento partidário e violência, como veremos no item seguinte.

capital federal, e espalhava-se rapidamente pelo país. Não era tão cedo para pensar o pleito.

Sabemos que a política dos governadores era procurar minimizar os conflitos em torno da sucessão presidencial, buscando torná-los geralmente meros acordos de gabinete. Esse sistema, porém, dava mostras de desgaste no início dos anos 20. A prática de sucessão gerou oligarquias estaduais de primeira e segunda classe, e os estados satélites. Tal divisão desgastava as relações entre os estados, nos quais alguns sentiam-se desprestigiados.

A mudança na composição social do país também era um dos motivos do cansaço político: crescimento e ingresso das classes médias urbanas (profissionais liberais, intelectuais, uma pequena burguesia e setores do Exército) na política e o movimento operário são exemplos. É neste ponto que entra a Reação Republicana, primeira candidatura oposicionista forte em anos, sintoma do esgotamento político da República. Um dos motivos do surgimento da campanha dissidente foi o desprestígio sentido por certos estados na composição da chapa oficial, que desejavam altos cargos.

Assim, São Paulo, Minas Gerais e demais estados fecharam com a candidatura do mineiro Artur Bernardes. Oligarquias, como a gaúcha, a baiana, a pernambucana e a fluminense lançaram-se à oposição. A liderança “intelectual” do bloco era Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul.

Sua campanha visou ao eleitorado urbano crescente.<sup>56</sup> As principais bandeiras de campanha eram dirigidas contra a proteção a todos os produtos de exportação brasileiros, e não apenas ao café; orçamentos equilibrados e outras medidas para combater a inflação; combate à desigualdade de tratamento dos estados, ao imperialismo dos estados mais fortes, entre outras medidas.<sup>57</sup> A Reação Republicana usou de todos

---

<sup>56</sup> “[...] a Reação Republicana também estava interessada em mobilizar as massas urbanas. Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular, pregando a urgência ‘de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos’” (FERREIRA, 2008, p. 395).

<sup>57</sup> “[...] tem como base de sustentação a própria plataforma do movimento que incluía a crítica ao imperialismo dos grandes estados, sobretudo no que dizia respeito aos processos de escolha do candidato à Presidência e à influência exercida na constituição das bancadas dos estados mais fracos, a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além da conversibilidade da moeda e a adoção dos orçamentos equilibrados no plano financeiro”. Prossegue a autora: “Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o



os artifícios demagógicos para vencer as eleições, incluindo o famoso episódio das cartas ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca, cuja autoria foi atribuída a Artur Bernardes. O episódio serviu para aproximar Nilo e os militares, e indispor-los com Bernardes.

A campanha, com sua atenção no eleitor urbano<sup>58</sup>, que nada mais propunha que uma redistribuição do peso dos estados, não pretendendo nenhum rompimento com a ordem política vigente<sup>59</sup>, viu-se derrotada pela máquina eleitoral do governo.

Apenas quatro estados aderiram oficialmente à Reação; porém, dissidências em estados “bernardistas” apoiaram a campanha “nilista”, como Santa Catarina. A Reação nasceu em solo catarinense na cisão do PRC protagonizada pela família Ramos: Vidal e Nereu, que romperam oficialmente com o governo Hercílio Luz. No norte do estado, em Joinville, Nilo contava com o apoio do jornal *A Reação*.

Em janeiro, CGO assinou artigo de capa no *Correio*, preconizando a corrida eleitoral, ressentindo-se de que raramente houvesse campanhas que de fato envolvessem a população. O artigo é uma crítica ao sistema político atual, chamado por ele de “regime das unanimidades”, calcado em partidos estaduais sem participação popular, sem princípios e programas concretos.<sup>60</sup> São essas correntes de opinião intermitentes, que

---

analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados. A despeito desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi entretanto apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão” (FERREIRA, 2008, p. 395-396).

<sup>58</sup> Chacon caracteriza a retórica de Peçanha como “pré-populista” ou “parassocialista”. Para além das expressões que são problemáticas, como a existência de um “pré-populismo”, ou mesmo do “populismo”, como trabalharemos nos capítulos finais, vale a análise do autor: “Discurso mais que pré-populista, parassocialista, sob os aplausos da classe média ascendente, naquele princípio esperançoso de industrialização e urbanização. Na falta de grandes partidos socialistas e comunistas, reprimidos os sindicatos, tendo por si os vestígios anticlericais da maçonaria que assim irritava ainda o episcopado católico, Nilo Peçanha podia desfilhar como o candidato democrático jacobino. Então ocupou o espaço” (CHACON, 1985, p. 98).

<sup>59</sup> Basbaum (1976a) é taxativo, afirmando que absolutamente nada os diferenciava, eram grupos oligárquicos em disputa pelo poder, sem mesmo um programa concreto.

<sup>60</sup> “[...] a política vae assim, desandando em politicagem, na desmoralização dos processos de que fazem uso os seus exploradores. A aspiração dessa política é o poder, como o objeto de ataques e defesas são as pessoas. Ideal, que nobilite

desaparecem após os pleitos, ou após a morte de seus líderes. CGO via que a solução para o problema político brasileiro, para a inserção da população na política, era a criação de partidos nacionais, perenes, que mantivessem acesa a chama do debate público, que despertassem o interesse do povo pelas eleições, o que contribuiria para a “reabilitação” dos costumes políticos. Por isso, embora esta campanha pudesse sofrer com a transitoriedade das opiniões, merecia aplausos, por envolver, nos seus dizeres, maior parcela da sociedade no debate que em ocasiões anteriores.<sup>61</sup>

O *Correio* começava a ensaiar um discurso de oposição na campanha presidencial<sup>62</sup>, e um evento daria o pontapé inicial: em excursão de campanha pelo estado, Hercílio Luz esteve num jantar em Joinville, ao qual compareceram CGO e Plácido. Ali eles perceberam que nenhuma ajuda à sua causa política em Joinville viria de Florianópolis. O governador chancelava a ingerência política de Ulisses Costa. Romperam ambos, imediatamente, com o governador. Motivo adicional para o apoio à chapa Nilo-Seabra, oficializado na edição de 4 de fevereiro do *Correio*: a decisão por Nilo levava em consideração conteúdo político nacional e estadual.

O editorial do dia 4 trata de afirmar convicções: em primeiro lugar, a de que é absurda a ingerência do juiz na política local; segundo, convicção na capacidade técnica e política de Nilo Peçanha e Seabra para governar o país; terceiro, convicção de que o povo precisava se envolver, sem medo, na campanha, citando exemplos de outros países em que os governos “tirânicos” haviam sido derrubados e nos quais a vontade popular imperava.<sup>63</sup> No artigo seguinte, apareceram os 33 signatários do manifesto, que pregava, dentre outras pautas, o fim da “politicagem” que

---

as lutas que se travam, não os há. Princípios, que conduzam à acção agregando adeptos, muito menos” (O REGIMEN..., 1922, p. 1).

<sup>61</sup> “E luctas como a que hoje vemos travada entre duas candidaturas opostas, ao influxo das quaes accorda, no seio do povo brasileiro, a consciência dos seus deveres e direitos políticos, são muito de aplaudir-se” (O REGIMEN..., 1922, p. 1).

<sup>62</sup> “A falta de partidos nacionaes, sendo um mal geralmente reconhecido, não nos impedirá no emtanto que esposemos as nossas sympathias por um dos candidatos à presidência da República” (A QUESTAO..., 1922, p. 1).

<sup>63</sup> “Na Inglaterra, na Alemanha, na França, nos Estados Unidos, em toda parte, é a vontade do povo que impera. Foi essa vontade que atirou por terra, na Rússia, de pernas para o ar o despotismo que a oprimia”. (POSITIVANDO..., 1922, p. 1). Curiosa a citação indireta à Revolução Russa. Não que fizesse apologia ao regime soviético, mas usava o exemplo russo para incutir dramaticidade.

desmoralizava o país; a independência e soberania do eleitor de escolher seus candidatos sem atender a pedidos ou ordens de chefes políticos; união em torno dos candidatos da Reação Republicana (AO ELEITORADO..., 1922, p. 1).<sup>64</sup>

A menos de um mês para o pleito, o ponto alto da campanha nilista no norte de Santa Catarina foi o comício da noite de 9 de fevereiro, na Praça Lauro Muller, em Joinville, que envolveu várias lideranças que discursaram na ocasião, incluindo CGO.<sup>65</sup> Seguiu-se uma passeata até a casa dos Rupp, onde Henrique Rupp Júnior, um dos líderes estaduais da Reação, também discursou. Outro evento importante ocorreu na Liga dos Lavradores: a intenção da reunião era discutir o alistamento eleitoral, essencial às vésperas do pleito. Apenas um quarto dos membros da Liga era eleitor.

A campanha pela tinta dos redatores do *Correio* radicalizava-se às vésperas do pleito: na opinião do jornal, exposta em editoriais do período, a defesa da República, então considerada nas mãos de “exploradores”, deveria ser feita pela sua pregação (republicanizar de novo) ou pelas armas. Defesa, porém, com uma conotação diferente de guerra contra as elites: “Só há um meio e um remédio e que evite uma revolução popular que será, mais ou menos tempo, inevitável. É republicanizar de novo”.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Temos no grupo de signatários: políticos da situação (dois vereadores, um deputado), elementos do empresariado, profissionais liberais, jovens republicanos e até republicanos históricos, da época da propaganda. São quadros que chamaríamos de classes médias urbanas, setor em ascensão política.

<sup>65</sup> Carlos torna-se um crítico ferrenho do sistema político oligárquico, conforme relata o *Correio*: “Começa acentuando a necessidade que tem o povo de mais se interessar pelas coisas públicas, pois, e diz, da sua passividade costumeira, que decorrem os maiores males da nossa vida pública, ‘é no ambiente d’essa passividade, que germinam as oligarchias opressoras, se perpetua o desprezo dos potentados pelo povo, e se alastra a herva daminha dos juizes políticos’. Depois de outras considerações, s. s. acaba dizendo que é preciso que os governos se convençam de que a elles compete acompanhar o povo, e não ao povo, acompanhá-los, e se os governos não estão com o povo, estão contra elle” (GRANDE..., 1922, p. 1).

<sup>66</sup> O caráter conciliador fica claro também no seguinte trecho: “É entre o povo do trabalho rude, entre aquelles que sofrem todas as consequências dos maos governos, que se torna agora mister o ensino das verdades republicanas. Ensinal-o não só o cumprir os seus deveres, mas especialmente a reconhecer os seus direitos constitucionais, ensinal-o a defender-se vindo para às urnas, consciente de sua autoridade e da sua força, impor a sua vontade e as suas

Entendia o articulista que o povo havia posto de lado, e procurava exortá-lo a participar politicamente, mas apenas através da via institucional, pelo voto, temendo uma revolta popular. O fito era reformar, voltar à “República de Benjamin Constant”, e não criar algo novo, através de uma revolução das camadas sociais subalternas. A Reação Republicana também em Santa Catarina revestia caráter conciliador de classe. O objetivo era substituir os grupos oligárquicos, então dominantes, por outros.

O resultado da campanha foi comemorado posteriormente. Com menos de um mês, e enfrentando todo o aparato da máquina eleitoral, Joinville teria feito 370 votos para Nilo Peçanha (contra 697 dados a Bernardes), enquanto a estimativa do governo era de que no estado inteiro o nilismo não teria mais de 300. Na contagem geral, vitória de Bernardes em Santa Catarina, por 12.044 a 4.364 (CORREA, 1984).<sup>67</sup>

O que fica da Reação Republicana em Joinville é que foi tocada por um grupo empresarial, de profissionais liberais e políticos da situação e da oposição, a maioria mais jovem (embora contasse com um republicano histórico em Vidal Ramos); Em outras palavras, foram as classes médias urbanas, em ascensão política com o intenso processo de urbanização vivido pelo país (e por este município), o que não excluía os quadros do situacionismo. CGO, um desses jovens profissionais liberais e políticos, embarcou na campanha; mostrou, e para ele contribuiu, um discurso de mudança nos costumes e práxis políticas, notadamente o clamor pela constituição de partidos coerentes e duradouros, que seriam essenciais para manter o povo animado com a política institucional, além da moralização do processo político-partidário. No pensamento político de nosso personagem, naquele momento, republicanizar era imperativo, como era imperativo retornar a uma ordem do passado, então vilipendiada por aproveitadores, para impedir uma grande convulsão social.

---

aspirações legas aos governos que os tenham esquecido ou que tenham abusado delas”(DEFENDEMOS..., 1922, p. 1).

<sup>67</sup> Os números parecem divergir dos dados fornecidos por outras fontes, como Lenzi (1983), que aponta 906 para Nilo em todo o estado. Mesmo em Lages, terra dos Ramos, que estavam à frente da bandeira nilista, Peçanha foi derrotado, 1.249 a 573. Isso, porém, pouco importava, considerando as sucessivas fraudes eleitorais da época. O próprio Nilo julgava ter vencido a eleição, mas a contagem oficial deu a vitória a Bernardes.

## 2.4 “BATISMO DE FOGO”

Passado o processo eleitoral, a tendência preconizada (e denunciada) por CGO no artigo editorial do *Correio* de 28 de janeiro de 1922, era de calma no país, com as correntes de pensamento adversárias se desarticulando. Sua previsão, porém, estava equivocada. Se, de um lado, a Reação Republicana não aceitou o resultado, a ponto de exigir um tribunal de honra para avaliar o pleito<sup>68</sup>, por outro, não houve movimentação apenas entre as elites oligárquicas.

Em março, realizou-se no Distrito Federal o congresso que fundou o Partido Comunista do Brasil, contando com delegados da capital federal, Rio de Janeiro, de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A perda de força do movimento sindical anarquista e o rompimento entre estes e os comunistas na Rússia revolucionária foram fatores que contribuíram para a formação do partido, com quadros advindos, em parte, do próprio anarquismo. O PCB terá papel essencial na organização operária na década e, reconhecendo a importância de obter espaços dentro do estado, chegará a eleger dois vereadores no Distrito Federal em 1928, através do Bloco Operário e Camponês (BOC). O panorama político não seria mais o mesmo com o ingresso do PCB.<sup>69</sup>

Já o *Correio de Joinville* seguiu suas atividades de combate à situação local depois do pleito presidencial. Porém, ao menos o panorama catarinense era de aparente calma. Se, de um lado, haveria eleições estaduais, a Reação Republicana logo se desarticulou no estado, conforme vaticinava CGO, não lançando candidatura oposta à de Hercílio Luz ao

---

<sup>68</sup> O discurso nilista seguiu vivo, e inflamado: “Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. [...] as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito, J. J. Seabra declarava: ‘Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira’” (FERREIRA, 2008, p. 398).

<sup>69</sup> Mesmo atuando na clandestinidade durante grande parte de sua vida, a preocupação das autoridades era clara, na medida em que, poucos meses depois do nascimento, a agremiação foi posta na ilegalidade pelo estado de sítio decretado por Artur Bernardes. Em 1927, a Lei Celerada obrigou o partido a voltar à clandestinidade.

governo; quanto a Joinville, nilistas aliaram-se com seus oponentes para a eleição municipal.<sup>70</sup>

Após as eleições presidenciais, vimos que, ineditamente, a Reação não reconheceu derrota, exigindo um tribunal de arbitramento. Assim, mantinha-se a campanha acesa, instigando seus apoiadores. O caso das cartas atribuídas falsamente a Bernardes não ajudava, pois continha fortes ofensas ao Exército e ao marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente do Brasil e presidente do Clube Militar.

A escalada das tensões ganhou mais episódios após o 1º de março: o marechal Hermes telegrafou à guarnição militar de Pernambuco solicitando que esta não reprimisse a oposição estadual, em desacordo com a ordem do governo federal. O resultado foi a prisão de Hermes e o fechamento do Clube Militar por seis meses. As eleições de maio trouxeram complicações: vários deputados federais nilistas foram “degolados” no momento do reconhecimento dos diplomas, mostrando a face pouco democrática do sistema político institucional.

Diante desse clima de sentimentos feridos por parte do Exército e da oposição oligárquica, em 5 de julho rebelavam-se guarnições no Distrito Federal, Niterói e Campo Grande, no Mato Grosso. A tentativa de levante falhou, sendo rapidamente sufocada.<sup>71</sup> Apenas o Forte de Copacabana, sob o comando do filho do marechal Hermes, capitão Euclides da Fonseca, ofereceu resistência, mesmo após este ter sido preso e tentado negociar a rendição dos demais rebeldes. Foi o primeiro ato do movimento tenentista no Brasil. Na manhã de 6 de julho, marcharam os tenentes revoltosos para “salvar a honra do Exército”. Os “Dezoito do Forte”, como ficaram conhecidos, foram reprimidos em sua marcha pela cidade à bala, e muitos pereceram. Restaram apenas dois tenentes. O movimento não teve, naquela ocasião, um programa, mas representou o símbolo de um país melhor, que precisava de mudanças. Suas vagas ideias materializavam o alvo no federalismo oligárquico.<sup>72</sup> Esse desejo de

---

<sup>70</sup> Dos signatários do manifesto de 4 de fevereiro, Austergilio Menezes saiu candidato à reeleição à Câmara Municipal; Theopompo da R. Coutinho e Alvino Stamm, para juizes de paz do 1º distrito. Oliveira e Plácido Gomes estavam alijados do diretório (AO ELEITORADO..., 1922).

<sup>71</sup> “O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo” (FERREIRA, 2008, p. 400).

<sup>72</sup> Não paravam aí as críticas: “O grande mal a ser combatido eram as oligarquias, já que, segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em ‘vinte feudos’ [...]. Embora na época não chegassem a formular um programa antiliberal, e

mudanças por parte dos tenentes reverberava já em alguns setores da sociedade, e iria ainda mais, na medida em que, nos anos seguintes, se espalhava pelo Brasil.<sup>73</sup>

O potencial de infiltração destes movimentos era, sem dúvida, maior em grandes aglomerados urbanos, considerando que o crescimento das cidades era um dos fatores que haviam possibilitado o seu desenvolvimento. Numa Joinville, com cerca de dez mil habitantes em seu núcleo urbano, este potencial podia ficar em xeque.

O feito dos Dezoito apareceu tardiamente no *Correio de Joinville*. Era a edição de 22 de julho, que contava com um editorial, intitulado “Os últimos acontecimentos”. Depois de recapitular todos os episódios: as cartas<sup>74</sup>, a eleição acusada de fraudulenta, a questão de Pernambuco -, o articulista era taxativo: “Diante d’esses factos, só a revolução poderia desafrontar a grande maioria dos officiaes do exército que sustentaram a atitude do Clube, ante esses acontecimentos” (OS ÚLTIMOS..., 1922, p. 1). Todos os prejuízos materiais e morais resultantes eram culpa do governo federal, que afrontou seguidamente o Exército e a oposição

---

não obstante suas profundas contradições e seu vago nacionalismo, os tenentes identificavam-se com a defesa de propostas como a reforma da Constituição, a limitação da autonomia local, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do fisco”. (FERREIRA, 2008, p. 400)

<sup>73</sup> “O movimento [tenentista], que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades).” (FERREIRA, 2008, p. 400). Carvalho (2002, p. 91) corrobora: “O caráter corporativo inicial do movimento foi aos poucos dando lugar a reivindicações que tinham por alvo combater o domínio exclusivo das oligarquias sobre a política. O movimento ganhou a simpatia de outros grupos insatisfeitos, sobretudo os setores médios das grandes cidades”.

<sup>74</sup> Diz o editorial a respeito da carta: “Essa carta foi publicada, e por fim, submetida ao exame pericial de uma comissão organizada pelo Clube Militar, e aceita pelo próprio sr. Arthur Bernardes. Essa comissão, pela maioria dos seus membros, julgou verdadeiro o documento, que era increpado de ser falso. A classe militar, por grande maioria, ao menos dos sócios que compareceram às sessões do seu grêmio, deu como verdadeira essa carta” (OS ÚLTIMOS..., 1922, p. 1). Isso é um dado importantíssimo, pois significa que se acreditava, à época, na legitimidade das cartas. Diante das informações partilhadas pelos articulistas, as cartas conferiam legitimidade ao movimento. O indivíduo age e reage às informações de que dispõe. Não se tinha a certeza de que todo o caso era um engodo.

política. Mesmo assim, o movimento, em sua interpretação, era uma manifestação de classe apenas, diante das hostilidades imputadas.

Dizia o editorial a respeito da suposta carta de Bernardes: “Essa carta foi publicada, e por fim, submetida ao exame pericial de uma comissão organizada pelo Clube Militar, e aceita pelo próprio sr. Arthur Bernardes. Essa comissão, pela maioria dos seus membros, julgou verdadeiro o documento, que era increpado de ser falso. A classe militar, por grande maioria, ao menos dos sócios que compareceram às sessões do seu grêmio, deu como verdadeira essa carta”. “Os últimos acontecimentos” (OS ÚLTIMOS..., 1922, p. 1). Isso é um dado importantíssimo, pois significa que se acreditava, à época, na legitimidade das cartas. Diante das informações partilhadas pelos articulistas, elas conferiam legitimidade ao movimento. Conforme levantamos na introdução acerca da ideia de racionalidade “parcial”, o indivíduo traça estratégias de ação e de reação de acordo com as informações de que dispõe, e nem sempre ele tem em mãos todos os dados. Neste caso, não se tinha a certeza de que todo o caso fosse um engodo; a questão ainda era controversa, e essa informação incerta, tomada como verdade, serviu de argumento a Carlos Gomes.

Na parte final do texto, o *Correio* parte para cima dos políticos, criticando a postura dos líderes oligárquicos, citando Borges de Medeiros, acusado de instigar a revolução e abandonar agora, diante do fracasso, as suas vítimas, e assinala, em contraposição, o Exército: “se os políticos nos diminuem e nos envergonham, os soldados como Siqueira de Campos e Newton Prado, nos elevam e nos honram”.<sup>75</sup>

Encerrando o editorial, um trecho que “premiaria” os redatores do *Correio* com uma viagem indigesta ao Distrito Federal: “Sem a **revolução** o nosso exército, na porção respeitável dos officiaes que deram orientação ao Clube Militar, estaria enxovalhado, porque teria sido covarde, recuando, onde a dignidade manda enfrentar” (OS ÚLTIMOS..., 1922, p. 1).

A situação escala rapidamente. Dois dias depois da publicação, foram convocados Carlos e Plácido a comparecer à delegacia, por ordem do chefe de polícia, que havia instaurado inquérito contra o *Correio*, para apurar a autoria do artigo “Os últimos acontecimentos”, interpretado como instigação à revolução. O fato de Joinville contar com uma

---

<sup>75</sup> Prossegue ainda, elogiando a rebeldia, justificada segundo o texto: “Indignos da sua farda, e da nossa consideração, seriam os soldados que, após terem tomado uma atitude, não a sustentassem, mesmo com o sacrifício da própria vida” (OS ÚLTIMOS..., 1922, p. 1).



guarnição do Exército (o 13º Batalhão de Caçadores) era agravante para as autoridades policiais. Os articulistas do *Correio* eram acusados de ter a intenção de cometer atos revolucionários, ao elogiar o levante dos tenentes.

Em seu depoimento, CGO assume a responsabilidade do *Correio* pelo editorial, mas nega qualquer ação revolucionária. Argumenta que a visão exposta legitimava o movimento na medida em que se apresentava como uma manifestação de classe<sup>76</sup> (e não político-partidária) e que, quando elementos simpáticos à Reação cogitavam uma manifestação contra o governo pelas dificuldades imputadas ao alistamento eleitoral, ele e Plácido tratavam de apaziguar seus ânimos. Sobre a linha geral do jornal em relação à sucessão, Carlos afirmou que a folha sempre procurava pensar o país, e aventava a possibilidade de Artur Bernardes assumir a presidência com pouco apoio das forças armadas (o que de fato aconteceu), considerando o envolvimento delas na campanha eleitoral, mas nunca agiu no sentido de apologia dessa animosidade.

Prestados os depoimentos, seguiram ambos a vida. Dia 29 publicaram a edição do *Correio* onde informavam os fatos ocorridos, mas no domingo, dia 30 de julho, foram detidos pela polícia local, não sem resistência<sup>77</sup>. Dali foram enviados no dia seguinte para Curitiba e, de lá

---

<sup>76</sup> Mesmo acreditando nas imbricações partidárias, Carlos (e o editorial de 22 de julho) despolitizava a rebeldia dos tenentes. Mas a tendência era de que admitissem o caráter político da revolta, pois Plácido, que também depôs, iria referir-se ao movimento como sendo do Clube Militar. Isto significava que o episódio das cartas falsas, ainda no período eleitoral, era fator preponderante na revolta.

<sup>77</sup> Anos depois Carlos falou abertamente sobre o episódio: “Dias depois, éramos presos. Eu na estação da estrada de ferro, onde com minha família, aguardava o trem para um passeio até Hansa. Plácido o fora em sua casa. Convidado pelo agente da Estação para comparecer ao seu gabinete, não tive dúvidas em atende-lo. Lá encontrei o tenente Virgílio Dias. Convidou-me a ir à Delegacia. Desprevenido, declarei-lhe que ia a Hansa e, na minha volta, o atenderia. – Mas, dr., insistiu ele, o assunto é urgente. – Compreendi, então, que estava sendo preso. Afastei-me para comunicar a ocorrência aos meus familiares (minha senhora e meus sogros). E, de imediato, dirigi-me para a saída pelos lados da estação, decidido a não me entregar, raciocinando que, diante de uma violência, ou se reage ou se foge. Tomei um automóvel, e toquei rápido para a casa de Plácido Gomes, certo de que lhe aconteceria a mesma coisa. – Armate, disse-lhe eu chegando à sua porta, e escapemos, pois estamos sendo presos. – Eu já estou preso sob palavra, respondeu-me”. Assim acabaram rendendo-se. Detalhe interessante nessa narrativa, pois podemos observar a criação, por parte de Carlos, de uma interpretação sobre si e sobre o evento, no decorrer dos

dia 5 para o Distrito Federal. Os “subversivos” Plácido e Carlos Gomes tornaram-se vítimas das perseguições políticas empreendidas por Eptácio Pessoa, na esteira da decretação do estado de sítio do Distrito Federal.

Importante salientar a ilegalidade da prisão de ambos, e que o fato era notado, já à época, na imprensa. Conforme o decreto nº 4.549, de 5 de julho de 1922, o estado de sítio declarado ficava circunscrito ao Distrito Federal e ao estado do Rio de Janeiro. Relataria Carlos, anos depois, que a ele e à Plácido fora dada voz de prisão apenas na capital federal. Sua condução até lá, pela polícia catarinense, fora feita de forma mais “branda”: “No Rio de Janeiro ele [Delegado de Polícia] nos avisou: agora são prisioneiros, porque cessa a função da polícia de Santa Catarina” (TERNES, 1994, p. 31). A polícia catarinense, em conluio com a carioca, preparou uma armadilha para os dois, conduzindo-os para onde vigorava o estado de sítio.

Na capital, foram recolhidos, inicialmente, junto com outros presos políticos no quartel da polícia.<sup>78</sup> Ouvidos pelo chefe de política, tiveram ambos ainda um pedido de *habeas corpus* negado pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse período, veio a lume o 51º e último número do *Correio*, edição na qual deixavam os primos uma nota de protesto.<sup>79</sup> Ainda no mês de agosto, depois de 15 dias presos no Distrito Federal, foram libertados, tendo retornado à cidade de Joinville no dia 23 de agosto<sup>80</sup>.

---

cinquenta anos seguintes, onde destaca que, assim como os revoltosos do Forte, para manter sua posição, estaria pronto a agir “heroicamente”. A narrativa foi apresentada em artigo escrito por CGO ao *Jornal de Joinville*, em 28 de julho de 1972, numa edição comemorativa dos 50 anos do episódio. Irônico, considerando que o *Jornal*, em 1922, era adversário de Carlos e Plácido, bem como da revolta.

<sup>78</sup> “E não tivemos queixa de tratamento. Boa comida e boa cama não faltaram pois éramos presos políticos. E confortadoras visitas” (O FEITO..., 1972).

<sup>79</sup> “Seguimos para o Rio presos por motivos políticos, mas sem justificativa em lei alguma d’este paiz. O ‘Correio’ deixa por esse motivo de aparecer d’ora em diante, e nós protestamos perante o povo da nossa terra contra essa violência” (A COACÇÃO..., 1922, p. 1).

<sup>80</sup> O fim do *Correio de Joinville* abre alternativas quanto ao motivo de sua soltura: ou Carlos e Plácido decidiram, depois dessa situação grave, retirar-se da política por algum tempo e esperar a poeira baixar; ou o *Correio* foi sacrificado como parte de um acordo de cavalheiros, se considerarmos que o fim do jornal informado na edição do dia 5 supunha-se apenas temporário; ou ainda, considerando que o anúncio do fim do jornal era já definitivo a 5 de agosto, antes da negativa do *habeas corpus*, o sacrifício do *Correio* era uma tentativa de “moeda de troca” dos dois, para negociarem a soltura. Comentava Carlos

O retorno dos primos à terra natal foi uma apoteose, com centenas de pessoas reunidas no porto da cidade: discursos, abraços, apertos de mãos, ovações, assim foram brindados os filhos da terra depois de sua aventura. “Foi o meu batismo de fogo na política”, escreveria Carlos anos depois (O FEITO..., 1972). A República também ficou um pouco chamuscada.

## 2.5 A “DESVENTURADA” VIDA DE OPOSIÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO

Retomando as reflexões tecidas na introdução, entendemos que a trajetória de vida de um indivíduo não é dotada de um sentido, na acepção de devir ou direção. É equivocado conceber uma trajetória como um planejamento metódico, pensado milimetricamente e executado com perfeição. O indivíduo possui sua agência, porém ela é contingenciada por fatores externos de ordem cultural, política, social e econômica. Vivendo nesse mundo, este sujeito pode, na medida que suas forças e as condições permitem, interagir com este contexto e agir sobre ele. A respeito do sujeito Carlos Gomes, cabem considerações.

Neste primeiro capítulo procuramos analisar como se dava o processo político e partidário no Brasil da Primeira República, bem como nos Estados e municípios. A política vigente era oligárquica, ou seja, dominada por pequenos porém poderosos grupos; que os partidos nacionais eram raridade, e o que vigorava eram acordos intra-oligárquicos entre as elites de diferentes estados e seus Partidos Republicanos estaduais; que o sistema eleitoral era pouco mais que formalidade, devido às fraudes e dificuldades mil impostas às possíveis oposições; havia pouca vida, dentro da política institucional, para a oposição, que ficava alijada das escolhas de chapas eleitorais e cargos públicos.

Buscamos demonstrar quem foi o Carlos Gomes de Oliveira estudante de ciências jurídicas e sociais na Pauliceia dos anos 1910, como interagiu com a intelectualidade e com a cidade de São Paulo e o que pode ter trazido de volta para sua terra natal. Uma forte hipótese é a de que ele trouxe uma familiaridade, e até certa simpatia, com discursos nacionalistas, de reforma das instituições republicanas e de sua própria

---

Gomes, anos depois, sobre os desdobramentos do episódio: “[...] quando voltamos a Joinville recebemos uma manifestação que foi talvez a maior daquele tempo. Mas tivemos que parar com o jornal” (SENADOR..., 1981).

profissão. Para compreender a atuação de Carlos neste contexto político catarinense, é preciso compreender a bagagem por ele adquirida até então.

Para tal, retomamos Serge Berstein e suas reflexões sobre os canais de socialização política e difusores de cultura política. O autor vê nas instituições educacionais um destes espaços. A vivência acadêmica proporcionou a Carlos um diálogo não apenas no campo do Direito, mas também da vida social: foi mais do que currículo; foi convivência com associações como centros acadêmicos, colegas e professores engajados politicamente, especialmente na causa nacionalista. Este aspecto “extracurricular” conta como um canal de difusão de uma cultura política.<sup>81</sup> É daí que se pode aferir a familiaridade que Carlos adquiriu com discursos e práticas nacionalistas e reformistas na política brasileira.

Berstein indica que a influência adquirida através da educação pode vir a reforçar ou contradizer a bagagem anterior do indivíduo, da esfera familiar, por exemplo. Vale evocar as conexões de Carlos em Joinville para testar essa reflexão.

A pauta da nacionalidade não era exatamente uma novidade em Joinville, por conta da existência de uma nacionalidade paralela à brasileira, a *Deutschtum*, os alemães no Brasil, ou teuto-brasileiros. O período da Primeira Guerra Mundial caracterizou-se pela discussão de Nação brasileira, já comentada anteriormente. Em Santa Catarina, a situação não foi diferente. O debate, na verdade, foi redimensionado quando da entrada do Brasil no conflito em outubro de 1917. O “perigo alemão” era real para intelectuais da época, como Sílvio Romero.<sup>82</sup>

A discussão política tomou contornos interessantes, adentrando o campo simbólico, com o fomento de certas representações. Em Joinville, por exemplo, Francisco Gomes de Oliveira, pai de CGO, vereador, foi o autor de uma emenda em projeto de lei, modificando o nome de uma rua no núcleo urbano da cidade, a “Rua Allemã” para “Rua Saturnino de Mendonça”, emenda aprovada na sessão da Câmara de 3 de novembro

---

<sup>81</sup> Berstein (1998, p. 356), como já citamos no início do capítulo, admite que as instituições educacionais transmitem “muitas vezes de maneira indirecta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria”. Ou seja, muitas vezes, a difusão de valores e conceitos se dá por meios “extracurriculares”, tais como associações, cerimônias, rituais, etc.

<sup>82</sup> De acordo com Seyferth (1999, p. 209), “Em dois textos publicados em 1902 e 1906, Romero atribuiu à política de colonização do Império [Alemão] o ‘enquistamento’ da população teuto-brasileira, falando das dificuldades de assimilação e dos riscos de uma secessão patrocinada pelo Estado alemão unificado — riscos que receberam o rótulo de ‘perigo alemão’”.

daquele ano, dias depois da declaração de guerra do Brasil. O comandante Saturnino Barbosa de Mendonça e um taifeiro foram feitos prisioneiros e mortos, durante o bombardeio e o afundamento do vapor brasileiro “Macau”, na costa da Galiza (Espanha), em outubro de 1917. Este episódio foi o estopim da declaração de beligerância. Francisco atingiu em cheio o simbolismo em sua sugestão de mudança do nome de uma rua, de “Allemã”, no coração de uma cidade de colonização germânica, para “Saturnino de Mendonça”, “mártir” brasileiro no conflito contra o “perigo alemão”.

Neste caso, podemos afirmar que, ao menos no que tange à presença do nacionalismo no pensamento de CGO, a influência da LNSP não era a primeira em sua vida, e ele encontrou o afloramento desses sentimentos tanto em Joinville, quanto a partir da guerra, enquanto estudava em São Paulo<sup>83</sup>.

Ainda discutindo a bagagem adquirida por Carlos na faculdade do Largo São Francisco, temos uma ao mesmo tempo técnica e política. No debate que empreendeu com o juiz de direito da comarca de Joinville, Ulisses Costa, nosso personagem escreveu, a certa altura, considerar-se um “idealista”, por almejar uma relação entre política e o Poder Judiciário

---

<sup>83</sup> A produção de símbolos, representações e inimigos é característica na construção de uma cultura política. Veremos, no capítulo 4, uma nova carga, em Santa Catarina, contra as populações teuto-brasileiras. Este aspecto da ação e do discurso político no estado constitui uma permanência que pode ser um traço da cultura política de certos grupos oligárquicos no poder. Berstein afirma ser preciso tempo para que valores e as ideias sejam interiorizados por um grupo, constituindo característica de sua cultura política. E este discurso fermentou tempo suficiente, até culminar, em 1940, na publicação de *Nacionalização e Ensino*, de autoria de CGO. Não digo aqui que Carlos fosse “anti-germânico”: sua postura, como veremos adiante, é ambígua. Mas há uma continuidade: esse nacionalismo permanece em Carlos, mas ele não movimenta esse discurso de maneira ingênua, mas o reinterpreta à luz das necessidades daquele outro momento, nos anos 1930. O discurso impregnava os grupos políticos dirigentes no estado, incluindo nosso personagem. Outro aspecto: os discursos educacionais da LNSP, vinculados também intimamente à construção da nacionalidade, podem ter cativado o jovem CGO. Nos anos seguintes, será o campo educacional uma de suas bandeiras de luta, por uma escola que também fosse vetor da nacionalidade brasileira. A nacionalização da escola era também tema político recorrente em Santa Catarina. Enfim, Carlos, dentro desse debate da nacionalidade dos anos 1910, adquiriu subsídios que embasaram suas ações futuras, à luz de outras necessidades. E tal influência acadêmica encontrava eco na ação política de pelo menos um de seus familiares, o pai.

mais independente, em que juízes não tivessem ingerência em assuntos eleitorais e partidários. Na época, Carlos acusava Costa exatamente disso: de estar liderando a seção local do PRC, impondo suas diretrizes, perseguindo desafetos, entre outras ações que, na visão de CGO, eram inapropriadas para um juiz.

Argumenta Carlos:

Leis boas, não faltam no Brasil, dizia Pedro Lessa, o que lhe mingam são homens que bem as cumpram.

E é principalmente a ingerência do juiz em funções incompatíveis com as suas próprias, que prejudica a verdadeira interpretação das leis e a honesta distribuição da justiça. A mim já me disseram, num tom pejorativo, que sou idealista; que a justiça e a política sempre andaram de mãos dadas, e não será o meu idealismo que há de separar-as.

Não importa. Eu sinto mesmo que os meus sonhos de brasileiro e de moço estão povoados de ideaes.

E ai do homem e do povo que os não tenha, e ainda mais num país onde, por corrigir há tantos erros e tantas coisas por fazer.

O melhor patriotismo é o que se nutre de ideaes (CARTA..., 1921, p. 1).

Este breve trecho nos mostra um pouco da influência de sua formação acadêmica e da consciência da política brasileira que adquiriu em São Paulo. Por exemplo, o professor Vergueiro Steidel via no exercício das leis e do direito uma das bases da nacionalidade brasileira, pensamento similar ao de Carlos, que entendia ter o país boas leis, mas práticas viciosas, como a ingerência política dos juízes, que os cegavam em sua interpretação das leis e lhes impediam a distribuição da justiça, muito provavelmente aludindo às fraudes e violências constantes nos processos eleitorais, dentre outros problemas. Daí deprendermos também o caráter de reforma do sistema político vigente nas ideias de Carlos: sua bandeira era a devida separação dos poderes.

Ao conectar seu “idealismo” na defesa dessa separação de esferas a uma postura patriótica, Carlos conecta-se à retórica nacionalista da LNSP também, pois, como diz, são os ideais que podem levar a pátria “à glória de seus destinos”. Combater o juiz “político” é um exercício de patriotismo, como afirma em outro trecho do mesmo texto, pois é um combate a todos os males da administração pública.

Podemos afirmar, então, que a relação que manteve com este canal de socialização política, a universidade, o impeliu a tomar uma postura de combate a essa realidade. Tal postura de discordância em relação à agência política dos magistrados não foi tampouco efêmera, sendo veiculada por ele anos depois, em 1937 (ao apresentar projeto na Câmara dos Deputados, vedando a participação política a juízes), período suficiente para, de acordo com Berstein, uma ideia/prática solidificar-se num indivíduo a ponto de constituir um traço de sua cultura política.

Além desses discursos político-jurídicos, a própria fundação do *Correio de Joinville*, em parceria com seu cunhado Plácido Gomes, é fato tributário da sua relação com outros canais de difusão política. Mas qual o intuito da fundação do *Correio de Joinville*? Combater o recém-instalado situacionismo local? Defender a política corporativa da Liga dos Lavradores? Veicular a propaganda da Reação Republicana? Apenas um objetivo? Ou todos eles?

As relações familiares de Carlos Gomes, num clã político influente em Joinville, podem ser um caminho para compreender a fundação do jornal e seus objetivos. Primeiramente, a ideia de se criar um jornal “para fazer política”, como afirmou décadas depois. Conforme já explanado, a prática de se fundar uma folha de caráter partidário era recorrente na política catarinense desde o período imperial. Abdon Batista, do qual Carlos fora assessor na campanha de 1918, iniciara-se na política estadual através de jornais ainda nos anos 1880. As eleições fraudadas pela máquina da situação impediam a eleição de vozes dissidentes no parlamento no período republicano; então, o jornal funcionava como púlpito de oposição, e assim continuou décadas adiante, até que Carlos e Plácido criaram o seu próprio *Correio*, em 1921. Em outras palavras, usar o jornal para “fazer política” era prática enraizada na classe dirigente estadual, integrando a cultura política. Uma cultura flagrantemente excludente, considerando os índices elevados de analfabetismo da população.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Carlos denunciava, acidentalmente, tal cenário, ao explicar que o juiz em lugarejos mais afastados e com uma população inculta, acabava por se imiscuir na política: “Atrazado o povo, com os mais acanhados horizontes intellectuales os chefetes, difficil lhes é compreender a nobreza das funções que cabem ao juiz e o papel que lhe compete desempenhar na sua comarca; e eil-os então, povo e chefetes, principalmente estes, a forcejarem, na estreiteza das suas intransigências partidárias, por levar o juiz às lutas inglórias das suas questiúnculas locais. E o juiz, cidadão timorato, às vezes, receiando as iras dos mandões da terra, pende para um dos lados e se mette na politicagem.”

Dito isto, entende-se a ideia de se criar um jornal (até porque as situações possuíam seus próprios periódicos, ou seja, era prática geral). Agora, quanto a seu sócio, o cunhado Plácido Gomes, dele já citamos o fato de que, em 1918, estavam ambos em lados opostos, apoiando Hercílio e Abdon, respectivamente. O próprio CGO lembra o fato, e diz ter sido ideia de Plácido criar o jornal: “Ele, que era um homem que já tinha criado dois jornais periódicos, conversou comigo e fizemos um entendimento”. Este “entendimento” é forte indício da agência do vetor família influenciando também a atuação política de nosso biografado.<sup>85</sup> Numa entrevista futura de nosso personagem, transparece o intuito inicial da folha em combater o juiz.

Seria o *Correio* feito para combater o então juiz de direito emissário do governo do Estado para reestruturar o diretório local do PRC um ano antes das novas eleições municipais? Acreditamos ser plausível esta hipótese, pois os dois Gomes de Oliveira foram prejudicados com a reformulação do diretório, especialmente Plácido, por ter mais a perder. Carlos perdia pouco, politicamente, considerando que nada tinha, mas via na situação toda (a ingerência de um juiz na política partidária local) um absurdo, fruto talvez de sua visão do direito e do sistema político sob o qual viviam. Carlos dizia-se acusado de “idealista”, de que não sabia como a política de fato funcionava. Talvez seja fazer dele uma imagem muito colorida, mas a noção faz sentido, pois, ao passar para a oposição, tinha muito mais a perder do que a ganhar. Considerá-lo, por outro lado, *alter ego* do cunhado Plácido, iria contra os discursos vistos anteriormente, nos quais aludia à sua autonomia de consciência.

Mas a criação do *Correio* poderia relacionar-se à Liga dos Lavradores. Plácido Gomes era um dos articuladores da dita liga desde 1917, ano em que começara a ser acusado de agitador dos trabalhadores, dada sua atuação entre grevistas durante a greve geral. Carlos, naquela época, fora elogiado pela imprensa por contemporizar e tentar acalmar os

---

(CARTA..., 1921). Joinville não seria um caso assim; portanto, ele combatia a ingerência do juiz Ulisses Costa.

<sup>85</sup> Quando Berstein fala do vetor família, ele o apreende no sentido de uma inculcação lenta de valores, práticas e ideais que este indivíduo aprende no seio da família, como, por exemplo o apoio a Abdon, legado por Carlos, muito provavelmente por influência do pai, desde há muito. O caso aqui citado é diferente; é uma conjuntura imediata, num acordo entre duas partes conscientes do que estão a acordar, mas não invalida o argumento da influência dos laços familiares, lembrando que, enquanto primos distantes, eram também apenas conhecidos distantes. Foi o casamento de CGO com Sara que o aproximou de Plácido.



ânimos. Quatro anos depois, ambos estavam juntos, organizando reuniões da liga, sendo acusados de serem agitadores e “anarquistas”. Esta “acusação” é interessante para medirmos a influência dos meios de comunicação na produção do medo de sublevação operária. A imprensa é um vetor de cultura política a ser destacado, graças a seu potencial de ventilar ideias, pautar debates e argumentos, criar símbolos e linguagens.

Sobre sua atuação junto aos trabalhadores nesta época, CGO comentou, em entrevista já citada anteriormente, que ele e Plácido agiam num sentido “trabalhista”. Para além do questionamento em torno no uso do termo nos anos 1920, devemos lembrar que Carlos e Plácido atuaram junto a uma associação que defendia pautas como impostos e preços justos, infraestrutura, educação e saúde (pautas que eles devem ter referendado, já que as publicavam em seu jornal). Não quero aqui incorrer na “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu, fazendo uso dos “desde aquela época” ou “sempre”: “Carlos era trabalhista desde 1920”. Não é essa a interpretação correta a se fazer. Até porque a Liga não tinha um caráter tão “popular”: era mais constituída de pequenos proprietários do meio rural. Entretanto, a liga reivindicava transparência em relação aos impostos, melhoria de estradas e na instrução pública. Esse momento constituiu uma primeira incursão de Carlos nesse cenário de reivindicações. Temos o episódio da greve de 1917 e o da liga para corroborar tal interpretação. A familiaridade será completamente redimensionada a partir da década seguinte, embasada em novas concepções do Estado brasileiro, conforme veremos no capítulo 3. O substrato inicial, porém, estava presente aqui, nos anos 1910 e 1920. Ainda no decorrer desta década, Carlos adquiriu experiências que o colocaram em contato com operários urbanos, reforçando essa consideração.<sup>86</sup>

Seria o *Correio* fruto e meio para a defesa da Liga dos Lavradores? É hipótese plausível. Havia de fato uma defesa da pauta de reivindicações da liga. Plácido, então deputado estadual, buscava apoio eleitoral na área rural do município, e controlar as pautas reivindicatórias seria interessante

---

<sup>86</sup> As experiências de Carlos, contudo, o mostram numa postura de contemporização, apregoando a colaboração entre patrões e empregados para a resolução dos problemas operários, sem prejuízo da ordem. Veremos, no capítulo 4, como esta fórmula de conciliação será aperfeiçoada, mesmo por Carlos, para a efetivação do projeto trabalhista. Novamente, importante notar que não afirmo que aqui na década de 1920 era Carlos um “trabalhista”, mas que estava lidando com situações que, à época, não teria como saber que desembocariam num projeto nacional.

nessa intenção; a liga seria seu instrumento. O alistamento eleitoral era recorrentemente reforçado em textos referentes ao assunto. Portanto, mostrava um caráter de mobilização, mas apenas dentro da política institucional.<sup>87</sup>

Por fim, teria nascido o *Correio* para apoiar a chapa Nilo Peçanha-J.J. Seabra? Neste ponto, não observamos sustentação nas evidências. A “denúncia” do *Jornal de Joinville* em agosto de 1921 só se confirmará em fevereiro de 1922. Nesse espaço de tempo, nenhuma menção do *Correio* à campanha presidencial. Isso porque o jogo político do períodourgia atitudes muitas vezes ambíguas: Carlos e Plácido combatiam Ulisses Costa, mas não sabiam, à época, ser este emissário de Hercílio Luz para desmontar a política abdonista em Joinville. Esperando intervenção do amigo e governador, Plácido Gomes e Carlos romperam com o mandatário logo que perceberam que este de fato dava suporte ao juiz. Oposição apenas em nível municipal não significava em nível estadual. Doravante, adversários do situacionismo catarinense, foi mais fácil para os cunhados ingressarem na campanha dissidente nacional, a Reação Republicana. Desse movimento partilhavam muitas das bandeiras da campanha nilista; entretanto, é possível inferir que, não rompendo com Hercílio, os redatores do *Correio* jamais tivessem ingressado na campanha da Reação.

Quanto ao nilismo em Santa Catarina, mesmo não apoiado pelas oligarquias dirigentes, espalhou-se por várias regiões, graças ao trabalho dos oligarcas dissidentes, sob a liderança dos Ramos, de Lages. A campanha espalhou-se ao menos por três grandes centros: Lages, Florianópolis e Joinville. Nas duas últimas, a imprensa desempenhou interessante papel, sendo o jornal *O Estado*, da capital, *A Reação* e, posteriormente, o *Correio de Joinville*, esses últimos de Joinville, cabos eleitorais da chapa Nilo-Seabra.

Em Joinville, especificamente, inferimos que o movimento teve um caráter mais independente em relação ao resto do estado. A única

---

<sup>87</sup> O que os cunhados Carlos e Plácido podem ter ensaiado nos idos de 1921 e 1922 é um processo que Ângela de Castro Gomes (2005) considera primordial na criação do projeto “trabalhista” do Estado Novo: a ressignificação da palavra operária. É um processo no qual o governo cooptou e transformou a retórica reivindicatória e simbólica do operariado, veiculando um novo tipo de discurso, de sua autoria, e não mais dos trabalhadores. O processo estadonovista contou com instrumentos deveras sofisticados, e com muito mais pessoas, mas não dá para se descartar a experiência de CGO e Plácido Gomes no sentido de articular os lavradores.

menção aos Ramos encontrada no *Correio* refere-se a um telegrama de felicitação de Vidal Ramos pela campanha aqui mencionada. O comício de 9 de fevereiro de 1922 não contou com nenhuma autoridade nilista de fora, à exceção de Henrique Rupp Júnior. A participação deste, porém, demonstra ter sido mais por circunstância do que por planejamento prévio. A atitude de Carlos e Plácido de apoiar Nilo Peçanha deu-se após o rompimento deles com o governador Hercílio Luz, tratando-se, portanto, de um posicionamento tributário de uma querela política local. Dessa forma, a Reação Republicana em Joinville tinha um caráter diferente do resto do movimento em âmbito estadual, derivado das relações políticas dos Ramos com grupos oligárquicos gaúchos que apoiavam o presidenciável fluminense.<sup>88</sup>

Carlos Gomes foi partidário da Reação Republicana, mas não apenas isso: manifestou, em seus artigos no *Correio* (tanto os assinados por ele quanto os editoriais), um discurso em desalinho com o situacionismo local (e depois estadual e nacional), denunciando o estado de coisas na República e pugnando por reformas em sua estrutura política (O REGIMEN..., 1922, p. 1)<sup>89</sup>. Dirigia suas críticas recorrentemente à estrutura partidária, à participação direta de magistrados na política e ao sistema eleitoral.

Sua postura de oposição, ao menos até a publicação do Manifesto dos 33 em fevereiro de 1922 no *Correio de Joinville*, é deveras ambígua. Embora em oposição ao diretório reformado do PRC joinvilense, Carlos mantinha cargo no governo municipal, o de “chefe-escolar”, ou inspetor, do qual foi exonerado nos dias em que o Manifesto foi publicado (PELA..., 1922). Que relações mantinha CGO com o partido?

Devemos retomar o fato de que o PRC era um partido à época já envelhecido, dirigido praticamente pelas mesmas lideranças desde o início da República. Um partido com pouca coesão, dada a falta de um

---

<sup>88</sup> Entretanto, o jornal joinvilense “A Reacção”, criado especificamente para a campanha nilista, talvez seja um dos braços da campanha estadual dos Ramos, sendo fundado semanas antes da adesão do *Correio*. O diretor de *A Reacção*, Antônio do Nascimento Teixeira, não assinou o “manifesto” dos 33 do *Correio*, e também não se tem notícia de que alguém vinculado ao jornal tenha participado do comício de 09/02. Podemos estar diante de duas vertentes que desfraldavam a mesma bandeira, mas não trabalhavam juntas.

<sup>89</sup> Crítica o que chama de “regime das unanimidades”, onde “Os governos, comumente, do norte ao sul, têm feito os seus partidos, com quem o povo, sob a pressão d’essa força prestigiosa, que tem em mãos todos os poderes, se habituou a votar”. (O REGIMEN..., 1922, p. 1).

programa oficial e de um regulamento que ordenasse a ação e a disciplina partidária. Era uma agremiação presa ainda ao século XIX. É nos anos 1920 que novos nomes (alguns, nem tanto) vão proceder a uma renovação do PRC, mas isso acontecerá mais tarde. O fato é que neste momento, ainda sob a presidência de Hercílio Luz, Carlos pouco espaço tinha ou teria no partido.

O que faziam políticos do PRC quando estavam “de fora” do gabinete do Presidente do Estado? Buscavam criar algum espaço, geralmente através de uma folha. Caso de Hercílio Luz, em 1908, quando fundou a Gazeta Catharinense em Florianópolis. Contratou o jornalista Crispim Mira, amigo dos cunhados Carlos e Plácido, para dirigi-lo: Mira (e Luz) logo se viram em “acirradas polêmicas por causa dos seus sistemáticos ataques ao governo de Gustavo Richard”. O fato de ser o partido mais antigo de Santa Catarina não fazia do PRC um berço de tranquilidade, conforme depreendemos da existência de correntes dentro da agremiação. O exemplo mais emblemático do embate intrapartidário foi a campanha eleitoral de 1918, que Carlos presenciou ao vivo. O combate aberto, mesmo que entre os membros de gabinete, era lugar-comum na política institucional político-partidária no estado, e o uso da imprensa nesse combate, traço de uma cultura política. Essas práticas, vigentes dentro do PRC, proporcionaram a Carlos e Plácido a ferramenta para se colocarem dentro do debate público, fugindo ao ostracismo parlamentar legado às oposições, através do *Correio de Joinville*.

Neste debate político, aparece uma leitura de nosso biografado: a de que o Partido Republicano Catarinense não se constituía num partido. Havia, para CGO, governos e pessoas controlando a política, mas não partidos propriamente ditos: “Pinheirismo, Hermismo, Hercilismo, são os nomes que têm tido as diversas correntes políticas a que chamamos partidos. D’ahi também a inconstância de taes correntes, e a variabilidade dos seus adeptos” (O REGIMEN..., 1922, p. 1). O antídoto para essa transitoriedade, força dos governos e mal da vida pública, eram partidos ideologicamente coesos, com “idéas congregando os indivíduos, com a estabilidade e a força imutavel das concepções que ellas incarnassem, possível então seria organizar partidos definitivos” (O REGIMEN..., 1922, p. 1)<sup>90</sup>. Com correntes estáveis, o governo seria, em sua opinião, mais bem vigiado pela opinião pública, e não se veria o espetáculo da

---

<sup>90</sup> A operação discursiva do *Correio* merece menção neste aspecto. Recorrentemente, o jornal se referia pejorativamente à coligação de estados que elegeu Arthur Bernardes como “Bernardismo”, ou seja, um movimento transitório e pessoalizado.

mídia, com seus “aplausos unânimes e escandalosos que, se lisonjeiam e agradam os governantes fátuos, nunca aproveitam aos interesses collectivos.” (O REGIMEN..., 1922, p. 1).

Os partidos republicanos estaduais nasceram dos clubes republicanos depois da Proclamação em 1889, e perduravam até então. Segundo Berstein, para um partido sobreviver depois do problema ao qual ele se apresentou como resposta, ele devia amearhar, com o passar dos anos:

uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa [...] que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as idéias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas. O conjunto desses elementos, que o partido se esforça naturalmente por conservar, permite-lhe adquirir uma força considerável e sobreviver durante longo tempo ao desaparecimento das condições precisas que favoreceram seu nascimento. Esse fenômeno, que chamaremos de inércia do político, explica por que as formações partidárias perduram, mesmo quando parecem não ter como agir sobre uma situação nova à qual não puderam se adaptar, porque sua razão de ser residia numa situação já ultrapassada (BERSTEIN, 2003, p. 69).

Dessa forma, o que Carlos detecta em 1922 não é a inexistência de partidos, mas o estado anacrônico em que se encontrava o PRC, *locus* dos republicanos históricos desde que era o diretório provincial do Clube Republicano. Esse partido, no início dos anos 1920, já não respondia às novas situações, especialmente sociais, pelas quais passava o Brasil.

Para Carlos Gomes, era necessário pregar novamente a República, já que o regime havia colocado de lado o “povo que trabalha”, “por estúpido analfabeto e inconsciente”. Refletindo a luz de Berstein, esse afastamento dos partidos e do governo em relação à população é o que podemos chamar de disfunção das demandas da população em relação às práticas e ideias dos partidos. Se não se enxergava nos partidos povo “trabalhador”, ele deveria procurar em outros espaços a resolução para suas reivindicações. Para CGO, contudo, isto não significava necessidade

de novos modelos políticos. Na verdade, sua solução para o distanciamento entre a população e a classe política seria “republicanizar” a República:

É entre o povo do trabalho rude, entre aqueles que sofrem todas as consequências dos maos governos, que se torna agora mister o ensino das verdades republicanas. Ensinal-o não só o cumprir os seus deveres, mas especialmente a reconhecer os seus direitos constitucionais, ensinal-o a defender-se vindo para às urnas, consciente de sua autoridade e da sua força, impor a sua vontade e as suas aspirações legais aos governos que os tenham esquecido ou que tenham abusado delas. Não há dois caminhos. Ou prega-se de novo a República ou teremos de defendel-a com as armas (DEFENDEMOS..., 1922, p. 1).

O trecho deixa transparecer sua visão elitista da política, em que um grupo de “bons e honestos” deveria ensinar o que é a República ao “trabalhador rude”. Conclamava também estes “bons e honestos” republicanos para o debate e a luta política: ou seja, era necessário continuar a se fazer política, em partidos, mas não nas bases em que se encontravam. Carlos não negava a política partidária, queria reformá-la.

A consciência de que partidos como o PRC eram anacrônicos e incapazes de encontrar soluções para os novos problemas nacionais, provindos, por exemplo, do surgimento de uma classe trabalhadora industrial urbana, servia-lhe também de estímulo para ingressar na campanha nilista, de forte apelo junto aos atores urbanos marginalizados, veiculando propostas de moralização dos costumes políticos, da administração pública, de extensão da educação pública, entre outras medidas “regenerativas”.<sup>91</sup>

Toda a bagagem adquirida por CGO e discutida até aqui, desde a faculdade até seu envolvimento com a campanha de Nilo Peçanha, contribuiu para sua postura diante do evento estopim do movimento tenentista: ele foi um dos muitos brasileiros que, em julho de 1922, se encantou com o que chamou de “heroísmo” dos tenentes no Distrito

---

<sup>91</sup> A pauta da Reação Republicana, contudo, tinha limites. Se a ideia da defesa da instrução pública visava agregar segmentos urbanos marginalizados à política, através do voto, este não precisava, na visão de Nilo, ser necessariamente secreto. Também nos artigos do *Correio*, nesse momento, não havia defesa ou menção ao voto secreto.

Federal. Embora creditasse ao levante um aspecto de manifestação da classe militar, entendia sua relação íntima com o processo político, mas, principalmente, elogiava a postura dos oficiais do Exército em defender suas posições, mesmo que para isso tivessem que recorrer às armas. Postura considerada por ele muito mais digna que a da política oligárquica que, ou impunha os resultados eleitorais e não dialogava com as oposições, ou instigava a revolução e, depois da derrota, abandonava seus aliados.

Todos os artigos, mesmo o último em defesa do tenentismo, apresentam discursos de regeneração da República, que se achava em mãos supostamente mal-intencionadas, visando apenas à luta intestina pelo poder e o domínio das vontades políticas. São discursos de conciliação e cooptação da classe trabalhadora, do campo e da cidade. É um discurso reformista sem um programa definido, mas com esboços de algumas propostas, como vimos nas páginas anteriores. Indiretamente, o alvo predileto é a política oligárquica e o mandonismo, seja municipal, estadual ou nacional, exercida pelos aventureiros que vilipendiavam a República de Benjamin Constant.

Após a prisão, tributária do artigo em defesa do tenentismo no *Correio de Joinville*, Carlos enfrentaria um período de “exílio” político, até que mais um realinhamento das elites dirigentes no estado lhe possibilitasse um retorno. Nosso personagem, iniciando na política, chegou a afirmar posteriormente, em diversas ocasiões, como era difícil ser oposição no período da Primeira República. Era um sistema montado para inibir qualquer ação rebelde: no momento em que se incompatibilizava com o oficialismo, ocorria o afastamento do partido, e da partilha do poder. A volta só poderia se dar por acordos de gabinetes, acarretando desgastes pessoais. O retorno por meios eleitorais era dificultado pela máquina eleitoral dos partidos do governo, máquina que incluía atas previamente lavradas e delegados zelosos da “ordem”. Ser oposição significava ter voz ativa socialmente e, por isso, era preciso ter um púlpito, e esse espaço de fala era o jornal, empreendimento dispendioso e que geralmente acarretava só prejuízos, dada a pouca circulação desses periódicos. Ser oposição acarretava também sofrer ataques diários na imprensa, ainda mais se o antagonismo se arrastasse também para o movimento operário.

Mas o sistema político do período possibilitava brechas, graças não só às endêmicas tensões entre os grupos dirigentes oligárquicos, mas também às mudanças sociais pelas quais passava o país no início do século XX. E Carlos Gomes era um representante dessa mudança, oriundo de outra geração de republicanos catarinenses, não mais a vinculada ao

15 de novembro de 1889, e estando imbuído de convicções reformistas. Sua atuação no município será combativa das práticas vigentes, em consciente independência do governo, mas uma independência relativa, já que alinhado à política de seu cunhado, o deputado Plácido. Sua trajetória mostra que, mesmo distante dos grandes centros, era possível para grupos de elite dissidentes fazer política de oposição: “bastava” manipular um capital simbólico de representações e ideias, possuir capital econômico para viabilizar um jornal para colocar os “ideais” no papel, e cultivar uma agenda socialmente atuante.

Foi essa a complicada vida de oposicionista de Carlos Gomes de Oliveira em sua primeira incursão política, e que lhe rendeu a pecha de subversivo pela polícia do Distrito Federal. Observamos, neste capítulo, que CGO, frente a vários canais de socialização de culturas políticas, optou por veicular um discurso de reforma política e por ele militar. Aproveitou-se do contexto o mais que pôde, colocando-se em evidência através da imprensa; cultivou contatos em meios diversos. No capítulo seguinte, na sequência da investigação de sua trajetória, continuaremos a observar as relações que estabelece com diferentes atores sociais.



### 3 A SEGUNDA INCURSÃO NO CAMPO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

No capítulo anterior, pudemos ter uma amostra da atitude política de CGO, uma postura de oposição ao governo e discurso reformista do sistema oligárquico federativo.

Acompanharemos, agora, nosso personagem a partir do momento seguinte: suas atividades profissionais e pessoais depois de agosto de 1922. Período de “exílio” que, entretanto, duraria pouco tempo: o Partido Republicano Catarinense estava passando por uma atualização em seus quadros, o que abria espaço a “novos” nomes. A partir de 1926, CGO retornava às atividades político-partidárias, mas agora, teoricamente, dentro do governo, e não mais como opositor. Veremos, porém, que suas atitudes transbordavam ambiguidades.

Um exemplo evidente de uma dessas suas atitudes políticas acontece durante a chamada “Revolução de 1930”, encabeçada pelo político gaúcho Getúlio Vargas, e que levou à deposição do presidente da República Washington Luís e ao fim da Primeira República. Naquele contexto de ruptura institucional, Carlos Gomes decidiu, em última instância, sua permanência ou ostracismo na política catarinense, navegando entre grupos adversários.

Entendendo que a ambição na utilização do conceito de cultura política é “compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político” (BERSTEIN, 1998, p. 359), as ambiguidades no comportamento de Carlos serão aprofundadas através das reflexões em torno deste conceito. Assim, continuaremos a observar sua relação com os chamados “vetores” de socialização política (e também de culturas políticas), observação iniciada no capítulo anterior.<sup>92</sup>

O marco temporal final deste item é o ano de 1932, em referência a uma grande crise política em Santa Catarina, da qual tomou parte o nosso personagem: o desembarque dos liberais catarinenses do governo do interventor federal no estado, o major Ruy Zubaran. O período de 1932 a 1934 é de finais e recomeços na trajetória de Carlos. Ele abandona, por ora, a atividade jornalística e na advocacia, para despejar todas as suas energias na representação na Assembleia Nacional Constituinte a partir de fins de 1933, prosseguindo sua atuação parlamentar até o golpe do

---

<sup>92</sup> Aqui podemos incluir, por exemplo, as relações familiares, intelectuais e de trabalho estabelecidas com a classe política institucional no estado (e suas vertentes antagônicas), além de outros canais de se fazer política (fora dos partidos republicanos estaduais), entre outros.

Estado Novo. Essa transição, verificada entre 1932 e 1934, de uma atuação modesta em nível estadual para uma de certo destaque em nível federal, é o que demarca a fronteira entre este e o próximo capítulo.

Esta segunda incursão de Carlos Gomes de Oliveira guarda ao menos uma diferença em relação à primeira: se entre 1919 e 1922 foi opositorista, entre 1926 e 1932 sentirá o gosto de estar na situação.

### 3.1 UM CURTO “EXÍLIO”

Encerradas as atividades do *Correio de Joinville*, rompido oficialmente com o governo estadual e o municipal, Carlos Gomes de Oliveira, advogado e jornalista joinvilense, aos 28 anos de idade, interrompeu sua atividade política. A prisão fora, em sua visão, uma violência grande demais para prosseguir com sua atitude combativa, considerada subversiva pela polícia, mesmo que conservadora em vários pontos.<sup>93</sup> Distanciado da política, até que um ponto de inflexão na conjuntura catarinense, ainda inexistente em seu horizonte, o trouxesse novamente para o cenário político institucional, nosso biografado dedicou-se, nos anos subsequentes, a *hobbies*, às letras jurídicas e à família.

O ano de 1922 foi marcado igualmente (e influenciado) pela data do Centenário da Independência do país. Em face disso, por todo o Brasil foram organizados eventos comemorativos de várias espécies.

Em Joinville, o superintendente Marinho de Sousa Lobo não deixou por menos: em novembro, por exemplo, lançou o “Campeonato do Centenário”, uma competição de futebol que ofertava ao vencedor a “Taça do Centenário”. Caso vencesse o campeonato por três anos consecutivos, o clube vitorioso conservaria permanentemente a taça. Uma competição dessas atçou, sem dúvida, a vontade dos habitantes da cidade e dos membros dos clubes de futebol já instalados no município. O desejo de participar do evento também se manifestou em um dos sócios-fundadores do América Foot-Ball Club, equipe tradicional deste desporto, fundada em 1914: o próprio Carlos Gomes de Oliveira.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> “Sentimos que não tínhamos segurança nesta atividade política” dirá, anos depois (OLIVEIRA, C. G. 1978, p. 15). De fato, quase todo o governo Artur Bernardes (1922-1926) desenrolou-se em Estado de Sítio, apenas no Distrito Federal. Mas como já haviam sido presos arbitrariamente uma vez, poderia temer novo encarceramento.

<sup>94</sup> Amante do futebol já à época da fundação do América FC (13 jul. 1914), quando estudante da Faculdade de Direito de São Paulo. Talvez não apenas

Assim, por três anos disputou o América FC o Campeonato do Centenário, obtendo finalmente a taça em definitivo, graças, sem dúvida, aos esforços dos jogadores que o representaram em campo, a exemplo do “centro dianteiro” Carlos (“Carlito”)<sup>95</sup> Gomes de Oliveira, que atuou em muitas das partidas dos torneios. Anos depois, afastado dos campos, retornaria ao clube como presidente.<sup>96</sup>

É ainda no intenso ano de 1922, em dezembro, que Sara Gomes de Oliveira dá à luz o primeiro filho do casal, Flávio Edmundo, no município de Joinville. João Carlos, o segundo filho, nasce em 1926. Com certas dificuldades para advogar (dado ao imbróglia político), e agora com uma família maior, Carlos foi convidado a tomar parte nos negócios do sogro, o ex-prefeito Procópio Gomes.

Com atividades nos setores de comércio, exportação e energia, Procópio era sabidamente um dos homens mais abastados de Joinville. Na primeira década do século XX, o município passou a ser abastecido de eletricidade, graças à concessão dada à Empresa de Luz e Força de Joinville, empreitada na qual Procópio entrará como sócio anos mais tarde. Procurando expandir a empresa, o velho coronel tinha em vista os municípios vizinhos. São Francisco do Sul e Parati (hoje Araquari) já contavam com uma concessionária (com contrato por 40 anos) desde

---

intelectual e politicamente o tenha inspirado a capital paulista. Proliferavam agremiações futebolísticas na cidade naquele período, como o CA Paulistano, o Germânia, o SC Corinthians Paulista, entre outros.

<sup>95</sup> Apelido que ganhara dos colegas de futebol.

<sup>96</sup> Informações do *Correio de Joinville*, edição de 13 jul. 1929, em reportagem referente ao aniversário do clube. A posse de CGO como presidente do América FC deu-se neste mesmo dia, em baile oferecido no Palace Theatro, no centro da cidade, comemorativo dos quinze anos da agremiação. Devemos considerar as relações estabelecidas dentro do clube na formação de CGO, pois agremiações recreativas e/ou esportivas abrigam redes de sociabilidades e podem ser canais de difusão política: o América FC reunia em seus quadros administrativos, e até em seu elenco (o futebol brasileiro ainda vivia sua fase de amadorismo), alguns nomes da política local, como Marinho de Sousa Lobo, Austergílio de Menezes (vereador na época), Montezuma Carvalho, entre outros. Sem dúvida, um baile sediado no Palace Theatro era um importante evento social para os envolvidos com o clube e entusiastas do desporto, e Carlos era o astro principal. Devemos lembrar que os “vetores” não dificilmente agem por “doutrinação”, ou seja, o fato de estar presente num almoço com outros membros do clube, também políticos, é indício de uma rede que pode contribuir para a difusão de práticas e ideias políticas.

1919, que alimentava, a vapor, os dois municípios com eletricidade. Aí estava a brecha para a expansão da companhia joinvilense.

Joinville oferecia inovação técnica em relação ao vapor, mas em troca exigia a venda de energia para a empresa de São Francisco. Foi construída uma linha condutora de alta voltagem entre os dois municípios, em contrato com a *Siemens-Schuckert*. Em 1925, estavam as cidades de São Francisco e Parati abastecidas com eletricidade vinda da usina da Empresa Joinvilense de Luz e Força. Carlos, por participar do processo de negociação e implementação do projeto, obteve o cargo de diretor-gerente da concessionária francisquense.<sup>97</sup>

Dividindo seu tempo entre a paixão pelo América FC, sua família e os negócios em São Francisco, foi também neste período que perdeu o pai, Francisco Gomes.

Não abandonou as letras jurídicas, por outro lado. Com mais intensidade, desde 1923, trabalha no sentido de escrever e publicar uma monografia, intitulada *Sociedades Irregulares*. Embora afastado dos meios acadêmicos, Carlos Gomes aciona contatos dos velhos tempos, como o professor Vergueiro Steidel e editoras paulistanas, o que lhe renderá a publicação do livro, em inícios de 1924.

A repercussão de *Sociedades Irregulares* foi elogiosa por parte de alguns pares, porém pouco ruidosa. À época, valeram-lhe ao menos críticas positivas do professor Vergueiro Steidel, que o felicitava pelo espírito de investigação e dedicação às letras jurídicas<sup>98</sup>, e do também jurista catarinense, e futuro ministro do STF, Luiz Gallotti.<sup>99</sup> Obra por

<sup>97</sup> Em 1930, ainda com nosso personagem no cargo de diretor-gerente, a Empresa Luz e Força São Francisco S. A. prepara-se para construir sua própria usina geradora, contratando a *Siemens-Schuckert*. A previsão de início das atividades da nova usina era 1931.

<sup>98</sup> Carta do prof. Steidel, incluída na publicação final do livro. Ternes (1994, p. 27) assinala que a obra “obteve honrosos comentários de respeitados juristas paulistas, tendo, inclusive, justificado o convite de seu ex-professor de Direito Comercial, Francisco (*sic*) Vergueiro Steidel, para disputar uma cátedra na faculdade de Direito de São Paulo”. Carlos, porém, não aceitou a sugestão, por motivos não identificados.

<sup>99</sup> “Meu caro Carlos. Como teu amigo e conterrâneo, estou envaidecido com a leitura do livro que escreveste sobre sociedades irregulares. Nelle vejo, com satisfação, reafirmados o teu talento, a tua cultura e ainda um apurado senso jurídico, que te faz tirar conclusões convincentes de premissas verdadeiras. Felicito-te vivamente, com muitos agradecimentos por me haveres ofertado um exemplar”. Bilhete de Luiz Gallotti a Carlos Gomes de Oliveira. Florianópolis, 12 mar. 1927. Acervo FCGO/AHJ.

muitos anos praticamente única no segmento<sup>100</sup>, receberia também críticas laudatórias quando do seu cinquentenário de parte de juristas catarinenses, como Carlos Aduino Vieira e Cyro Ehlke.<sup>101</sup>

Ja levando CGO uma vida pacata, porém atarefada por esses anos, com publicação de livro, nascimento dos filhos, idas e vindas de São Francisco do Sul por conta do trabalho na concessionária e a advocacia. Estava ele na planície, “exilado” dos acordos de gabinete no diretório do PRC, mas não totalmente desinformado. Acompanhava a situação do governador atentamente, obtendo informações por Nereu de Oliveira Ramos a respeito de Hercílio Luz, que estava adoentado. A correspondência com Nereu evidenciava a falta de esperança na recuperação do velho mandatário, que, de fato, viria a falecer poucos dias depois da troca de informações (RAMOS, 1924).

### 3.2 REESTRUTURAÇÃO DAS OLIGARQUIAS ESTADUAIS: O RETORNO DE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

O falecimento de Hercílio Luz em 1924 e o paulatino afastamento de Lauro Muller do estado deixavam abertos grandes espaços a serem preenchidos. As movimentações em torno da sucessão presidencial (à época, o cargo de governador do estado era chamado de presidente) eram uma boa oportunidade de ascender dentro da estrutura partidária. Boa oportunidade, porque o partido estava dividido desde que os Ramos se colocaram em oposição a Hercílio, por motivos além de uma simples animosidade pessoal.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> É o que afirma Ternes (1994, p. 27-28): “Por longo tempo a obra foi única nesta área, obtendo de Pontes de Miranda, em 1965, referência no volume 40 do seu ‘Tratado de Direito Privado’. Também Plínio Barreto, em crítica literária e jurídica publicada no ‘Estado de S. Paulo’, exaltou os méritos da obra”.

<sup>101</sup> O artigo de Ehlke frisa a boa repercussão (e citações futuras) que o livro obteve, no meio jurídico fraco em publicações de Santa Catarina, mais o desconhecimento de *Sociedades Irregulares* por parte das novas gerações, pela edição original estar esgotada. Recomenda uma nova edição (EHLKE, 1974). Vieira comenta a falta de trabalhos jurídicos de autores catarinenses, e lembra de *Sociedades Irregulares*, citado por grandes juristas como Vergueiro Steidel, Pontes de Miranda, Waldemar Ferreira, entre outros. Insinua a Carlos, no texto, que poderia fazer uma revisão crítica de sua monografia e publicá-la novamente, pois não estava de todo desatualizada (VIEIRA, 1974).

<sup>102</sup> Este rompimento aconteceu em 1920. Dentre os motivos, Hackenhaar (2014) destaca a reação dos Ramos à Lei nº 1.231, de 29 de outubro de 1918, que

A definição da chapa oficial à presidência do estado ocorreria na convenção do PRC, a ser realizada no palácio do governo, entre 20 e 21 de janeiro de 1926. Ali, os irmãos Konder, Adolfo, Victor e Marcos, outrora vinculados à figura de Hercílio Luz, buscaram solidificar sua base dentro do PRC, propondo mudanças na estrutura do partido, como a formulação de uma Lei Orgânica, Programa Político e Regulamento da Comissão Diretora. O vácuo deixado por lideranças históricas, falecidas ou afastadas, abriu margem para muitos arrivistas. Os mais fortes então procuraram iniciar um processo de reconstrução do PRC, para fortalecer sua posição sobre os membros da agremiação, dotando-os de direitos e deveres para com o partido (LENZI, 1983, p. 106).<sup>103</sup>

Criando regras para o processo político dentro da velha agremiação, os irmãos Konder buscavam também reagrupar as lideranças dissidentes, como Vidal e Nereu Ramos. Em nível regional, procuraram resolver querelas internas, comportando novos acordos. Assim foi que os nomes de oposição em Joinville, por exemplo, puderam reingressar na política oficial feita pelo partido único estadual. Neste clima de congraçamento, seriam selecionados os nomes de Adolfo Konder e Walmor Ribeiro para a chapa oficial para concorrer à presidência e à vice-presidência do estado, sendo eleitos sem oposição em fins de 1926.

Com o poder de chefe do partido e presidente do estado, Adolfo buscou uma política de conciliação dentro dos diretórios locais do PRC.

---

umentou impostos sobre fortunas prediais e territoriais. Segundo este historiador, a família Ramos, grande proprietária de terras na região de Lages e ligada à pecuária, foi prejudicada por esta reforma tributária. Um dos mentores da lei foi Marcos Konder, representante desta família e de suas inclinações contrárias “à grande propriedade e favoráveis aos interesses da pequena propriedade, da indústria e do comércio” (HACKENHAAR, 2014, p. 47). Em 1930, estes grupos econômicos, ligados aos Konder, dominavam o estado, e uma das primeiras medidas tomadas pelo interventor Ptolomeu de Assis Brasil, logo após a vitória do movimento que depôs Washington Luís (e os Konder) naquele ano, foi reverter os efeitos da Lei nº 1.231, de 1918.

<sup>103</sup> O autor seleciona trecho do discurso de Victor Konder, que aponta a intenção da reforma: “O que nós não queremos nunca mais é um partido sob a direção discricionária de uma pessoa só, e um comando distante e sem comunhão de ideais e de objetivos com os correligionários e a opinião do Estado; [...] O que nós queremos é um partido governado por expressões legítimas da opinião, que sintam e compreendam as nossas necessidades e anseios, um partido em que haja apreço ao merecimento e campo aberto às gerações novas...”. Discurso refratário ao mandonismo dos chefes locais e de abertura a novas gerações que provavelmente cativou nosso personagem.

Foi assim que em Joinville o diretório passou a integrar o agora prefeito Ulisses Costa e seus opositoristas de outrora, como nosso biografado. Para ele, desde que Ulisses deixara o cargo de juiz de direito, não havia embaraços em apoiá-lo. Carlos exerceu então o cargo de inspetor escolar (TERNES, 1994, p. 34)<sup>104</sup> e foi nomeado para o conselho consultivo municipal, sendo alçado a segundo substituto do superintendente Ulisses.

CGO passou, então, a ter mais espaço de ação dentro dos quadros da política catarinense do que nunca, em contato direto com o presidente Adolfo Konder e com o prefeito de Joinville. Nos anos seguintes, nosso biografado buscou aproximações e conversas com estes personagens, e cristalizou uma posição forte para figurar na chapa oficial a concorrer nas eleições para o Congresso Representativo estadual (Assembleia Legislativa).

Não foi um caminho sem solavancos: já nos referimos anteriormente à Greve do Moinho, em Joinville, em junho de 1927, quando CGO buscou mediar o conflito e, sentindo incompatibilidade com o cargo no conselho municipal, resolveu entregá-lo, no que não foi atendido por Ulisses Costa.

Passada a crise, sua posição tornou-se evidentemente sólida em outubro. Neste mês, esteve à frente da prefeitura municipal e representou Joinville no Congresso das Municipalidades promovido pelo governo estadual, participando de discussões até o seu encerramento.<sup>105</sup>

Tudo parecia bem até o início de novembro: os lavradores voltaram a aparecer, pressionando as autoridades municipais, paralisando suas

---

<sup>104</sup> A avaliação de Ternes é positiva a respeito da passagem de CGO pelo cargo: “Abre mão da remuneração do cargo, mas exige recursos para dotar os alunos de cadernos e lápis. Quer, ainda, melhorar os salários dos professores e deseja manter no cargo apenas os professores capacitados. Promove uma primeira grande transformação no ensino [...]. Promove exonerações, aplica avaliações no corpo docente e trata de manter as crianças nas escolas [...]” (TERNES, 1994, p. 34).

<sup>105</sup> O Congresso das Municipalidades, medida “moderna” do presidente para melhor conhecer seu estado, encerrou-se em 10/10/1927, com discussões sobre políticas públicas até a última noite. Noite esta em que Carlos esteve presente, defendendo sua tese a respeito da nacionalização do ensino (não será a sua última incursão no tema). (NOTÍCIAS..., 1927). Na prefeitura municipal, em acordo com o empresariado local, assinou decreto que reconheceu a Associações Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ - como de utilidade pública. (CGO– 100 ANOS..., 1994).

atividades e vindo à sede para negociar.<sup>106</sup> Por fazer parte da situação, mas manter ligações com a Liga dos Lavradores, Carlos ficou em situação delicada, sendo acusado de instigar os lavradores, do que procurou defender-se, alegando que no dia em que “a política me impossibilitar com os seus melindres, de ter opinião e principalmente, sobre coisas mal feitas, como é em geral a nossa tributação, nesse dia eu saberei afastar-me della, para não me diminuir aos meus próprios olhos” (OLIVEIRA. C. G., 1927, p. 1).<sup>107</sup> Invoca um princípio de autonomia, ao alegar que não se desligou dos lavradores, e que, no caso, procurou aconselhá-los. Seu argumento de autonomia ante o partido sugere que Carlos não se alinhava automaticamente ao comando do superintendente Ulisses Costa. Para manter esse posicionamento, calcava-se em seu bom relacionamento com o presidente Adolfo Konder.

O abalo foi pouco significativo. Já a 3 de novembro, Adolfo Konder o tranquilizava quanto à escolha para a chapa oficial para o Congresso Representativo; de fato, seu nome figurará na lista final (KONDER, 1927).<sup>108</sup> O congresso, com poderes constituintes, se reuniria em 1º de julho de 1928, no esforço de secundar a reforma constitucional, que Washington Luís, dois anos antes, promovera em nível federal.

Realizado o pleito a 4 de dezembro, nenhuma surpresa, sendo eleitos os candidatos do oficialismo. Com pouco mais de oito mil sufrágios<sup>109</sup>, nosso personagem obtinha um cargo eletivo pela primeira vez em sua carreira política. Os trabalhos da constituinte se iniciariam em 1º de julho do ano seguinte, sendo concluídos em 27 de julho de 1928, quando da promulgação da quinta Constituição Republicana de Santa Catarina.

Relembrando sua crítica à falta de partidos políticos e correntes de pensamento contínuas na política, forte nos idos de 1922, Carlos

<sup>106</sup> Costa (1996, p. 181) expõe o problema: “Em 1927 os problemas das taxações dos impostos no campo, voltaram a ser discutidos por estarem taxados entre 50% e 60%. O Dr. Carlos Gomes disse que aconselhou os lavradores a pagarem, que fez tudo para evitar que viessem a cidade novamente, como haviam vindo no dia anterior [...]”.

<sup>107</sup> O artigo foi publicado originalmente no *Jornal de Joinville* a 17 nov. 1927, e refere-se a acontecimentos daquela semana.

<sup>108</sup> Carta de Adolfo Konder para Carlos Gomes de Oliveira. A missiva denota que as articulações foram complicadas, com vários elementos envolvidos, mas o acordo foi selado. Os outros representantes de Joinville na chapa foram Marinho Lobo e Cezar Pereira de Souza (NOTÍCIAS..., 1927).

<sup>109</sup> Total de 8.587, sendo o penúltimo colocado entre os eleitos. O campeão, Luiz Gallotti, obteve 13.812 sufrágios (ELEIÇÃO..., 1927, p. 1).



rememorava o clima da assembleia constituinte: “Os deputados, pois, eram todos do mesmo Partido, se enfileiravam na corrente governista. Apoiavam, naturalmente, o governo, isto é, o poder executivo”. Isso fazia do “ambiente no plenário [...] o mais tranquilo que se possa imaginar. E se às vezes [...] se agitasse, não seria por divergências partidárias, mas, pessoais, suscitadas por querelas nos municípios” (OLIVEIRA, C. G. 1984, p. 180).<sup>110</sup> Não havia vida fora do oficialismo, e se todos ali estavam, era por alinhamento ao governo, e assim procederam, sob a batuta do presidente do estado. CGO exerceria mandato até 1930, quando seria eleita nova assembleia, bem como eleito o sucessor de Konder.

### 3.3 ENTRE DISSIDENTES E ALIANCISTAS: A ÚLTIMA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Promulgada a nova Constituição estadual, Carlos prosseguiu suas funções de deputado, concomitantemente com a advocacia e a diretoria da Empresa Luz e Força de São Francisco do Sul. Dividido entre três municípios, arranjou tempo para articular uma rede de sócios com o intuito de refundar o *Correio de Joinville*, empastelado (indiretamente) em decorrência do polêmico artigo editorial de 22 de julho de 1922, que levou os redatores da folha à prisão. O *Correio* seria importante porta-voz político de fins dos anos 20, e testemunha/agente daquele contexto. Estes fatos nos levam a incursionar em sua trajetória.

#### 3.3.1 O “novo” Correio de Joinville

Se o *Correio* original, já em seu editorial, pôs-se ao ataque. As coisas não parecem ter sido muito diferentes com a folha, surgida em 8 de junho de 1929. Seu artigo de apresentação traz noções universais da função social da imprensa e sua necessidade, “à medida que o organismo social se desenvolve e as suas exigencias crescem”. Entendendo que o jornal é o instrumento que liga as mais longínquas comunidades de uma mesma cidade, afirma ser este, portanto, “uma miniatura da vida social. Nelle vivem em synthese todos os anseios da collectividade - as suas tragedias, as suas dôres, os seus enthusiasmos, as suas exigencias” (OLIVEIRA, C. G.; OLIVEIRA, P. G., 1929, p. 1). Essa ideia de atuação

---

<sup>110</sup> Trata-se de memória escrita por CGO para a coletânea das constituições estaduais coligidas por Walter Piazza. Seu relato de que disputas municipais eram as mais comuns demonstra como a “disciplina” partidária era relativa dentro do PRC.

e de público do *Correio* visava, portanto, influenciar a opinião pública: “encarando suas funções publicas, elle ha de ser honesto nas suas opiniões visando sobretudo o bem publico, para que possa orientar os seus leitores nos assumptos de interesse geral e inspirar-lhes confiança”.<sup>111</sup>

Mais acintoso quanto à função do novo periódico é seu diretor, Montezuma Carvalho, quando indica que, mesmo não sendo, a despeito do que muitos acreditavam ser o novo jornal (e até temiam), uma folha de combate sistemático, “vermelho” (curioso o uso deste termo), ao poder público, “nascemos com o desejo firme de não descambarmos para as luctas pessoases, isso não implica o nosso apoio aos possiveis erros dos nossos administradores”, mas com o espírito de colaborar “com os poderes publicos na missão difficil de administração”, amparando a lavoura, o comércio e estando alertas, discutindo os assuntos pertinentes, “jamais transigindo com os nossos principios” (CARVALHO, M., 1929).<sup>112</sup>

Carvalho quer demonstrar que a folha que dirige, mesmo tendo sócios vinculados politicamente ao situacionismo, mantém-se “imparcial”. Entretanto, o que nos diz também é que os sócios filiados ao PRC querem manter-se independentes do partido, não o combatendo sistematicamente, mas prontos a fazerem oposição quando conveniente. Essa oposição velada ao PRC, neste momento, se dava apenas em nível municipal, já que o diretório era ainda dirigido por Ulisses Costa. Em relação ao governo do estado, o *Correio* exhibia sua lealdade num enorme artigo de capa já em 8 de junho, com direito a fotografia do mandatário Adolfo Konder.

O aparecimento de um novo jornal, o *Correio*, num município onde já existia uma folha, na prática, governista, não passaria despercebido. Em sua edição de 15 de junho, jocosamente, escrevia que “Aquella coisa que se publica alli à rua 3 de maio”, o *Jornal de Joinville*, manifestava suposta inquietação quanto ao seu aparecimento. O

---

<sup>111</sup> O artigo, assinado por Carlos Gomes e Plácido Olímpio de Oliveira, integrantes da comissão fiscal da Empresa Gráfica Joinvillense Ltda., proprietária do jornal, apresentava seu até então desconhecido diretor, Montezuma Carvalho. Sintomático das intenções políticas da folha é o artigo da capa ser de CGO e outro político local, ao invés de seu diretor.

<sup>112</sup> Montezuma Carvalho era o zagueiro esquerdo do time do América FC no início da década. Seu “ótimo jogo de cabeça” foi aproveitado por Carlos na empreitada do novo jornal. O clube demonstrou, então, ser um interessante espaço de socialização e também de difusão política, forjando uma parceria profissional entre Carlos e Montezuma.

confronto com o “*Jornal*”, secundado por artigo em que criticava a gestão do prefeito Ulisses Costa (neste caso por “prodigalidade” com o dinheiro público), marcaria de vez a atitude oposicionista em nível local.<sup>113</sup> Seguindo prática entranhada há muito no estado, para fazer política, era primeiro necessário fundar um jornal.

O *Correio* teve vida mais longa neste renascimento, chegando a circular com este nome até 1933, transformando-se no ano seguinte em *Correio da Tarde*. O *Correio*, e seu rival *Jornal de Joinville*, seriam os veículos por excelência do embate CGO versus Ulisses Costa.

Uma das grandes polêmicas que envolviam Carlos e Ulisses nesse período, porém, referiu-se à Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), subsidiária da transnacional alemã A.E.G. e sua entrada em Joinville, no ano de 1928, findo o contrato da antiga concessionária, a Empresa Joinvilense de Luz e Força.

A empresa local, da qual Procópio Gomes, sogro de CGO, era o principal acionista, e que levava eletricidade também a São Francisco do Sul, teria sido prejudicada pela prefeitura, que, ao publicar edital de “poucas linhas”, sem estabelecer “nenhuma condição”, transformou a concorrência entre as duas companhias em farsa, sendo a Empresul vitoriosa *a priori*.

O bate-boca corporativo entre o *Jornal* e o *Correio* ganharia novo capítulo, em 1930: é que a prefeitura estava para redigir novo contrato de concessão de serviços de telefonia, então operados pelos sócios Grossenbacher e Trinks. Porém, estes dois já estavam acertados com a Empresul para vender-lhe seu empreendimento. A Empresul, por seu turno, não queria assumir os serviços dentro do antigo contrato. Daí a reforma da concessão, com a chancela do poder público, na pessoa do superintendente Ulisses Costa, redator e signatário do novo contrato. Uma das queixas do *Correio* quanto ao contrato foi a de que ele fornecia um lado de todas as ruas da cidade para a fiação telefônica, e o outro lado já estava nas mãos da mesma empresa, por conta da fiação elétrica: dessa forma, nenhuma concorrente poderia entrar na cidade, mesmo a

---

<sup>113</sup> Além de posicionamento em nível municipal, criticando a administração do atual prefeito, o artigo mostrava desejo de mudanças nas práticas políticas “pruridas”. Clamava por um novo prefeito de “idéias liberais, de vontade firme e de são patriotismo” (SUCESSÃO..., 1929, p. 1). Vale destacar também o pensamento de que a “disciplina partidária” estaria sendo um impedimento à vitória da renovação de ideias.

concessão da Empresul não sendo exclusiva (FOI AFINAL..., 1930, p. 1).<sup>114</sup>

De ambos os lados dispararam ilações de uso da política em benefício pessoal próprio. Se, de um lado, o *Jornal* sugeria que a oposição na câmara municipal tinha nascido depois da questão da eletricidade em 1928, como retaliação ao prefeito Ulisses Costa, o *Correio* argumentava que a oposição era anterior, em resposta a uma obscura compra de terras da prefeitura, e que a concessão dos serviços de eletricidade fora ou “uma vingança do snr. Ulysses contra os conselheiros que o traziam embaraçado, ou [...] um caso de advocacia administrativa” (POLÍTICA..., 1930, p. 1)<sup>115</sup>, e que agora, no caso telefônico, Ulisses, ao não consultar o conselho municipal sobre o contrato lavrado, se assenhorava da cidade de Joinville de forma autoritária e “politiqueira”. O contrato, “em vez de ser um assumpto de alta relevancia publica, foi, para o sr. Ulysses, o prato politico que sempre lhe apeteceu. Jogou com elle, acreditando [...] que os seus adversarios, fossem do estofu dos politicos profissioaes, que só cuidam de si” (POLÍTICA..., 1930, p. 1).

Não custa mencionar que a mesma Empresul pavimentou muito bem seu caminho, desde que assumiu a concessão da eletricidade em Joinville em 1928. No ano seguinte, o PRC estava em busca de fundos para a construção de sua sede, e a empresa doou dois contos de réis à agremiação para este fim.<sup>116</sup> Em menos de dois anos, não possuíam concorrentes no município de Joinville, graças à ajuda de Ulisses Costa.

Por conta de sentimentos, feridos ou não, por conta do jogo empresarial<sup>117</sup>, acirravam-se as disputas entre o superintendente Ulisses e o deputado Carlos Gomes, manifestada nos dois periódicos

<sup>114</sup> Sarcasticamente, o subtítulo da matéria é: “A reforma do contracto anterior parece ter sido feita à revelia da Prefeitura, tão favorável é à concessionaria”.

<sup>115</sup> Advocacia administrativa era crime previsto no Código Penal de 1890, ou seja, uma grave acusação. O favorecimento pessoal através de contratos públicos não era novidade em Santa Catarina. Crispim Mira, amigo pessoal de Carlos, fora assassinado em 1927 após publicar contundentes denúncias de corrupção nas obras do porto da Capital em seu periódico em Florianópolis.

<sup>116</sup> Quantia modesta, na verdade, em comparação com os 5 contos do senador Celso Bayma. Todavia, a Empresul era o único grupo empresarial listado entre os benfeitores. Carlos Gomes doou 500 mil réis, valor mínimo da lista. Vários outros políticos contribuíram, como Ulisses Costa, Artur Costa e Hans Jordan (CASA..., 1929, p. 3).

<sup>117</sup> À época, Carlos diz não visar a Empresul, mas sim fiscalizar as ações da prefeitura no caso. Escreveu ainda: “a venda da antiga Empresa, depois, à Empresul, redundou em vantagens, que os concessionarios de então jamais

A postura de oposição do *Correio*, por sua vez, é reafirmada por outro vestígio: futuramente, ao cruzar os nomes do quadro de sócios da Empresa Gráfica Joinvillense Ltda. com os membros do diretório da Aliança Liberal de Joinville, após o movimento de 1930, encontraremos muitas coincidências, entre as quais Carlos Gomes de Oliveira (JUNTA COMMERCIAL..., 1929, p. 8; DIRECTÓRIO..., 1930). Para entendermos como se deu essa virada na carreira de nosso biografado, analisamos, por primeiro, um fato que ocorre no mês seguinte ao surgimento do *Correio*. Em julho, é lançada oficialmente a Aliança Liberal, campanha a favor da candidatura oposicionista à presidência da República, chapa encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas.

### **3.3.2 A campanha presidencial: classe política dividida**

Depois do conturbado governo de Artur Bernardes, a sucessão presidencial foi tranquila, aparando arestas e recompondo as oligarquias regionais. Neste clima de tranquilidade (dentro dos partidos oficiais) governou Washington Luís de 1926 até 1929, até que a sucessão presidencial se tornasse novamente a pauta dos conchavos e acordos intraoligárquicos.

Não que a sucessão tenha sido a única dor de cabeça do mandatário maior do Brasil: verificavam-se pelo país inúmeras manifestações operárias (como no 1º de maio de 1929) semanas depois da escolha da chapa oficial; fundação de confederações sindicais sob a orientação do Partido Comunista, principal instigador do operariado na época; o próprio crescimento eleitoral dos comunistas, através do Bloco Operário e Camponês (BOC), elegendo dois vereadores no Distrito Federal em 1928; e a Coluna Prestes, formada por tropas que haviam tomado São Paulo em 1924, e outros tenentes vindos do Rio Grande do Sul, liderada por Luís Carlos Prestes, que enveredou pelo interior do Brasil levando a inspiração dos tenentes para os rincões da nação. Prestes, neste período, ainda não havia aderido ao comunismo, contando, assim, o movimento com

---

poderiam esperar” (POLÍTICA..., 1930, p. 1). Anos depois, confirmará a mesma opinião, de que a Empresul pagou vultosa quantia pelo maquinário da Empresa Joinvillense de Luz e Força. Inegável, porém, é que o caso das concessões entre 1928 e 1930 deu munção para ataques à administração municipal.

inspiração tenentista. Jamais derrotados nos anos em que vagaram pelo país, os líderes da Coluna exilaram-se em 1927 (BASBAUM, 1976a).<sup>118</sup>

O Brasil passava por grandes mudanças sociais, com a entrada de novos atores ávidos por transformações no sistema político, por não se verem representados por seus detentores, como o proletariado em formação, as classes médias urbanas e os tenentes. Nessa conjuntura, os partidos republicanos estaduais, a nata da oligarquia, tampouco se entendiam.

Como se previa na consagrada “política dos governadores”, Washington Luís, presidente incumbente, paulista, deveria abrir caminho para um sucessor mineiro. Entretanto, insistiu no nome do presidente de São Paulo, Júlio Prestes, para sucedê-lo. As razões da insistência são desconhecidas, mas o resultado foi a migração do PRM para o lado das oligarquias dissidentes dos estados de “segunda classe”, que estavam fora do jogo cafeeiro exportador. Contrariado pela atitude do presidente, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas, passou parte da primeira metade de 1929 articulando o lançamento da Aliança Liberal em conversas com o PRR. Criada então em julho a Aliança, foi a chapa encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa, apoiada também pelo Partido Democrático<sup>119</sup>, de São Paulo, uma dissidência do PRP.

O programa da oposição buscava sanar as reivindicações das oligarquias desassociadas do centro cafeeiro, e intentava a aproximação com as classes médias urbanas e os tenentes. Para os primeiros, propunha o incentivo da produção agrícola nacional como um todo, não apenas o café, criticando a política de valorização empreendida por W. Luís. Para os segundos, pugnava pela moralização dos processos políticos. Para os terceiros, oferecia anistia aos tenentes presos durante os movimentos

---

<sup>118</sup> O autor relata que os líderes buscaram articular seu retorno. Num encontro dele com Prestes e Juarez Távora, em Buenos Aires, Basbaum relembra a tentativa de acordar a candidatura do primeiro à presidência em 1930 pelo PCB, arranjo malsucedido. Basbaum foi um antigo e atuante militante comunista brasileiro.

<sup>119</sup> A respeito da formação social e caráter programático do PD, tributário da velha LNSP, escreve Chacon (1985, p. 101-102): “Em fins da década de 1920, o Partido Republicano Paulista não conseguia mais controlar as crescentes reclamações contra seu imobilismo. De novo, setores jovens do estamento desafiavam não o ‘establishment’, do qual queriam continuar fazendo parte, porém, sua liderança, à qual desejavam substituir. Era um protesto e não uma contestação”. Esses setores formaram em 1926 o PD, cujo objetivo era nada mais que alijar o “perrepsismo” do poder em São Paulo.

rebeldes da década. O proletariado também era contemplado no programa, com a promessa como a extensão das aposentadorias a vários setores, a regulamentação do trabalho infantil e feminino e a aplicação de fato da lei de férias de 1925.<sup>120</sup>

O tema da moralização, ou regeneração dos costumes políticos, era recorrente na década de 1920, em vista principalmente das práticas eleitorais perniciosas (voto a bico de pena, de cabresto, entre outras fraudes) e da falta de participação dos segmentos urbanos na política. Tanto que uma das principais propostas da plataforma era a reforma eleitoral, com a adoção do voto secreto e de uma justiça eleitoral para arbitrar os processos. O voto secreto era uma promessa extremamente popular. Setores da classe média urbana e profissionais liberais acreditavam que a sua adoção em todo o território nacional seria a solução para os problemas políticos. O discurso liberal da Aliança era, assim, mais de reformas no sistema político e econômico, oligárquico, cafeeiro, exportador.

CGO, então deputado estadual, andava reflexivo quanto à sucessão presidencial em curso. Expôs o fruto de suas ponderações em artigo no *Correio de Joinville*, em 24 de julho de 1929.

Iniciava justificando o envolvimento do presidente na sucessão, afirmando que “A falta de partidos políticos entre nós, facilita e obriga mesmo a ação do presidente da república na escolha do seu sucessor” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1). Mesmo respeitando a chefia presidencial, aventava que, “Às vezes, essa chefia se faz sentir demasiado forte e inconveniente, mas ainda assim, não deixa de trazer benefícios, porque coordena as forças políticas da nação, disciplinando-as (OLIVEIRA, C.

---

<sup>120</sup> Informações de Fausto (2006). Ferreira (2008, p. 404) corrobora as assertivas de Fausto, ao assinalar, a respeito do programa da Aliança: “Sob o lema ‘Representação e Justiça’, sua plataforma estava voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava a luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura de poder, além dos segmentos médios urbanos que se desenvolveram em função da expansão econômica”. Basbaum (1976a) compreende que essa plataforma “demagógica” visava, e obteve, um bom apoio entre as massas que acompanhavam os comunistas, a ponto de a Revolução, que viria em 1930, ser conduzida, em certas localidades, basicamente por setores populares, com papel mais proeminente que o Exército.

G., 1929, p. 1). A solução para contornar a ação dos “partidos de governo” e a ingerência do situacionismo na sucessão, a solução estaria na “criação de partidos que avocassem a si, a função política ora desempenhada pelos homens do governo. E só então poderemos ter a política organizada em moldes democraticos, como a quer o povo brasileiro, e o exige o espirito moderno” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1).

Este desejo de arejamento democrático, de modernidade nos costumes políticos, porém, não impedia que se congregassem as forças governistas em torno do presidente para a resolução do problema sucessório. Já o dever dos políticos estaduais era congregarem-se em torno de seus governadores para prestigiá-los e acordar a sucessão estadual também.

As linhas seguintes são dedicadas à lealdade ao presidente Adolfo Konder, “que o espirito mais liberal, não se arreceiará de apoiar”. Com mentalidade nova, “ha de romper a rotina, e derribar os processos tacanhos de fazer politica, para melhor satisfazer os reclamos da nossa época”. Reclamos de “regeneração” e “participação” política.

É por isso mesmo que CGO, também um reclamante desde 1921, alertava que, sob a influência de Adolfo e Marcos Konder, os “políticos ‘manda-chuvas’ que, por ahí, fazem de pequenos reis antigos, mandando e desmandando por sua conta exclusiva, hão de [...] vêr as suas varinhas magicas perder o condão do mandonismo” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1). Ou o mandonismo acaba, “os homens que ora ocupam o poder, e dirigem a politica se adaptam as novas exigencias sociaes e politicas, ou serão esmagados” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1). Era um alerta temeroso de uma “revolução social”, medo recorrente entre as elites do período. Perguntava-se como um político que ainda vivia no século XVIII, no absolutismo, não ouvindo sequer o próprio diretório político, encararia o povo e suas aspirações.<sup>121</sup>

Sua visão era de sobressalto com as agitações sociais do período, e a inabilidade de setores políticos intransigentes, que mal ouviam seus iguais, em lidar com as reivindicações da época, não apenas as operárias, mas os reclamos de seu próprio segmento, os profissionais liberais urbanos. Mesmo assim, assegurava apoio e confiança à decisão de Adolfo Konder na questão da sucessão.

---

<sup>121</sup> A “indireta” é direcionada a Ulisses Costa. Em outro trecho, Carlos critica o líder local por não consultar o diretório local do PRC, do qual ele faz parte. A resposta de Costa veio dias depois, na reunião de 29 de julho, convocada pelo superintendente, na qual este não convidou CGO e seu aliado Max Colin. Crise resolvida com o arbítrio do presidente Konder (PELA..., 1929, p. 2).



Um homem “tolerante, justo, [...] liberal como convem às nossas exigências democráticas” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1), e que estava produzindo uma renovação no estado de Santa Catarina. De certa forma, era verdade, considerando a reforma do PRC, empreendida por Konder, os congressos das municipalidades e da educação, promovidos já em seu governo, e até a proteção à exportação catarinense, na criação do Instituto do Mate. CGO não poderia reclamar, pois participara ativamente dos congressos e era delegado no Instituto do Mate, além de agora estar integrado ao oficialismo, colhendo dividendos políticos.

O programa liberal da Aliança não encontrou eco no pensamento do mandatário catarinense, e não havia a menor chance para isso ocorrer: pouco importava a plataforma da oposição, e sim que Santa Catarina possuía três ministros no governo W. Luís, inclusive um irmão de Adolfo, Victor Konder, ministro da Viação e Obras Públicas. Ainda no mês de julho, o *Correio* noticiava a tomada de posição de Adolfo em favor da candidatura Júlio Prestes, notando, porém, que ambos os candidatos possuíam bons predicados para o cargo. Os artigos sobre o assunto deixam transparecer que o único motivo pelo qual apoiam Júlio Prestes era prestigiar o presidente Konder<sup>122</sup>, e que em nada se diferenciavam os candidatos, ambos “vehementes apologistas do governo do snr. W. Luiz, apoiando-o em todos os seus actos” (A SUCESSÃO..., 1929a, p. 1). Daí a dificuldade em se definirem as correntes de sufrágio a um ou outro, já que não passava de uma discórdia de oligarquias. Era, de certa forma, uma crítica do jornal à sucessão, que em sua lógica seria disputada por grupos então adversários, mas que, depois do pleito, voltariam a ser correligionários, dada a inexistência de partidos nacionais regidos por correntes de opinião ou ideologias fortes e perenes o suficiente para manterem o debate político.

Iniciada a campanha em favor da chapa Júlio Prestes-Vital Soares em Santa Catarina, encabeçada pelo presidente Konder, também se

---

<sup>122</sup> Por exemplo, quando fala do apoio da maioria dos órgãos de imprensa a Prestes, incluindo o próprio *Correio*: “A imprensa estadual, em sua maioria, apoia a chapa do Cattete. E isso justifica-se. Como já tivemos ocasião de accentuar, ambos os candidatos à futura presidencia da Republica, possuem predicados que os recommendam ao alto posto na suprema magistratura do paiz. Estado essa imprensa com s. excia. desde que o dr. Adolpho foi eleito para o cargo que vem ocupando com tanto brilho, não era logico que ella se afastasse de s. excia. nesta conjunctura, em que o preclaro chefe do executivo catharinense se poz ao lado do candidato do Cattete” (A SUCESSÃO..., 1929a, p. 1).

movimentou a oposição, sendo a região sul do estado (Lages inclusa) e a antiga área do Contestado as mais fortes na campanha da Aliança Liberal. No estado, os correligionários de Getúlio lançam candidatos ao Senado e à Câmara federal, sendo eleito apenas o deputado Nereu Ramos. A família Ramos militou ativamente na campanha, mostrando que Santa Catarina não foi um bloco único de apoio a Prestes: o diálogo foi constante por parte dos aliancistas gaúchos para aliciar as elites dissidentes catarinenses, e nisso obtiveram sucesso.<sup>123</sup>

A campanha do oficialismo ia a todo vapor. Em 2 de setembro, por exemplo, temos notícia de um *meeting* pró-Júlio Prestes em Itajaí: local mais auspicioso impossível, considerando ser a terra do presidente do estado. Embora faltoso no dia, Adolfo enviou alguns dos seus aliados mais próximos para o comício. Ali discursaram os irmãos Luís e Francisco Gallotti, Carlos Gomes de Oliveira, Gil Costa (então secretário da Justiça) e Marcos Konder, líder da maioria na Assembleia estadual.

Foi neste início de setembro que o *Correio de Joinville* perdeu um de seus principais sócios, Otto Koch. Com este problema em mãos, CGO aparentemente deixou de lado brevemente o pleito presidencial, para garantir o reaparecimento da folha em novembro.

O deputado estadual, porém, estava possivelmente mais interessado na formação da chapa do partido para concorrer à Câmara Federal, já que o superintendente Ulisses Costa almejava figurar entre os nomes escolhidos. Carlos e Ulisses, compreendendo que fora do oficialismo a vida de opositor era complicada, buscaram minar as posições um do outro. Assim é que o superintendente fechava literalmente as portas do diretório local do PRC ao nosso biografado e seus aliados; porém, era Carlos quem transitava com mais frequência na capital do estado e conversava por mais tempo com os demais líderes. Ele, inclusive, usava o púlpito da Assembleia Legislativa para discorrer sobre a política joinvilense.

Afinal de contas, Ulisses Costa havia sido preterido na chapa oficial. É possível conjecturar que essa exclusão se deva a articulações de CGO? Sim, embora essa hipótese seja discutível por ao menos dois motivos: o primeiro, é sua posição como deputado estadual, possivelmente não era de sua alçada a Câmara Federal; segundo, o substituto, o lageano Walmor Ribeiro, então vice-presidente do estado,

---

<sup>123</sup> Porém, mesmo entre os aliancistas catarinenses, havia confrontos internos, como a animosidade de longa data entre Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior. Os dois, porém, já haviam trabalhado juntos por outra candidatura presidencial: a de Nilo Peçanha, em 1922.

nome não relacionado a CGO. Não podemos descartar um ponderável sentimento de “vingança” de Carlos pela “queima” da candidatura de Plácido Gomes, em 1921, orquestrada por Ulisses.

Fato, porém, é que a escolha de Ribeiro era a mais lógica naquele momento, pois a vaga que em que entrou pertenceria a Vidal Ramos, também lageano, mas agora dissidente. A troca de um lageano por outro evitaria uma fragorosa derrota naquele município, considerando que Nereu, filho de Vidal, concorreria à Câmara Federal pela Aliança Liberal. Conveniência, maestria de Carlos Gomes, ou ambos, o fato é que Costa foi substituído por Ribeiro.

A eleição presidencial de 1º de março de 1930 seria outro episódio que reforçaria a ideia de que Carlos e Ulisses disputavam cada palmo de posição dentro do PRC.

Chegado o dia primeiro, foram os eleitores brasileiros às urnas. Naturalmente, a falta de lisura nos pleitos destituía de maior importância o ritual do voto. Por outro lado, esta eleição era uma daquelas em que havia real concorrência, e o resultado das urnas era aguardado ansiosamente. São várias as contagens disponíveis, mas todas acertam num ponto: Júlio Prestes venceu a eleição no país e em Santa Catarina, mas não em Joinville. O *Correio de Joinville*, munido da informação da vitória de Vargas na cidade, partiu ao ataque.<sup>124</sup>

Declarando “fallida pois, a politica do sr. Ulysses Costa”, o editorial do *Correio* não poupou críticas à forma como conduziu a campanha presidencial o superintendente. O principal ponto de acusação foi a de fechar o partido, não convocando os integrantes do diretório para nenhuma reunião, matando assim o “sentimento partidário”.

Se era uma mensagem de acusação à postura do superintendente, era também uma mensagem de justificação. Entendia que os opositoristas da cidade, CGO e outros quatro conselheiros municipais, também estavam com Prestes, mas estes não conseguiram conter os seus

---

<sup>124</sup> O diretório catarinense da Aliança Liberal informou os resultados parciais, porém os números são muito diferentes dos dados pelo PRC na mesma data, e diferentes dos apresentados por Piazza (1994). Os números do PRC e de Piazza se aproximam, mas são diferentes. Em Joinville, segundo a contagem aliancista, Getúlio Vargas obteve 1.370 sufrágios ante 1.329 de Prestes, uma vitória magra. Outros municípios em que a Aliança teria vencido eram Camboriú, Itaiópolis, Ouro Verde e Urussanga. Em Lages, magra vitória para Prestes. Blumenau, São José e Florianópolis apresentaram ótimas margens para a candidatura oficial (O PLEITO..., 1930). Considerando as discrepâncias nos números, é difícil cravar estes dados. Assim como em 1922, cada lado cantava vitória, fiado em suas próprias contagens.

aliados e amigos “no ímpeto dos sentimentos de oposição local destes, pois que os aliancistas que apreciavam contrariando a corrente chefiada pelo sr. Ulysses Costa, encontravam por isso o caminho aberto à conquista de adesões” (A ELEIÇÃO..., 1930), p. 1). O editorial também deixava claro que Carlos era ligado ao situacionismo estadual, e não municipal, e pela suposta má condução da campanha por parte de Costa, “não pode conter” as adesões dos aliancistas, que trabalhavam sua campanha justamente em cima da figura pouco popular do superintendente.<sup>125</sup>

Ao afirmar que os donos do jornal apoiavam Júlio Prestes, “o que sempre declararam aos amigos que os consultaram, e, embora sem desenvolver trabalho, é natural que tivessem contido a muitos amigos, e levado certo numero de votos à candidatura Prestes” (A ELEIÇÃO ..., 1930, p. 1), fica claro o motivo pelo qual escrevia escusas o deputado Carlos Gomes: ele praticamente nada fez em prol da campanha presidencial na cidade, à exceção do *meeting* em Itajaí em setembro do ano anterior!

Fica patente a dubiedade da atitude do nosso personagem no pleito de 1930, dubiedade esta possibilitada pelo sistema político vigente: de um lado era ele correligionário de Adolfo Konder, mas seu jornal pouco havia publicado em favor de Júlio Prestes, concentrando sua narrativa mais numa linha de apoio ao presidente do Estado; por outro, estava em franca oposição a Ulisses Costa, o chefe com todos os poderes políticos em Joinville, que contava com a força da máquina eleitoral. Ao fazer absolutamente nada em favor de Júlio Prestes, Carlos torcia, podemos supor, para a derrota do candidato oficial em Joinville, que seria também a sua derrota, mas seria ainda mais a derrota de Ulisses contra “um grupo de entusiastas embora, mas novos na politica e novatos nas praticas eleitoraes” (A ELEIÇÃO..., 1930, p. 1), que eram os aliancistas.

A derrota seria menor para Carlos pois um destes aliancistas era seu parente distante, Plácido Olympio de Oliveira, advogado como ele, também sócio da Empresa Gráfica Joinvillense Ltda, e, portanto, sócio do

---

<sup>125</sup> Pouco popular entre eles, políticos locais. O texto ataca também a gestão municipal, e atribui ao proclamado péssimo governo de Costa uma das causas da derrota: “É preciso dar outra direcção à nossa politica, se se quiser congregiar elementos capazes de orientar a vida publica do municipio. A sua administração, que, pouco ou mal, tem attendido às nossas necessidades, foi outro factor da derrota. Os descontentamentos são geraes em todo municipio e estão a requerer um Prefeito que pense menos em politica e mais em administração”. (A ELEIÇÃO ..., 1930, p. 1),

*Correio de Joinville*. Elemento que corrobora a ambiguidade da atuação de Carlos e do *Correio* no pleito de 1930: diretor e jornal eram “agentes duplos”, aliancistas com um verniz republicano.

Carlos possivelmente deleitou-se diante do texto e da “derrota inédita nos annaes da politica joinvillense e quiçá, do Estado inteiro” (A ELEIÇÃO..., 1930, p. 1).<sup>126</sup>

### 3.3.3 Carlos Gomes: “revolucionário” ou não?

Passado o 1º de março, o governo proclamou-se vencedor e a oposição recolhia-se. Borges de Medeiros reconhecia a vitória de Júlio Prestes. É verdade que setores mais exaltados da Aliança iniciavam, desde então, a conspirar para tomar o poder à força<sup>127</sup>, mas nenhuma movimentação expressiva foi registrada até julho.

O calendário estaria cheio de eventos eleitorais. Santa Catarina elegeria seu novo presidente e deputados estaduais, e os municípios, seus superintendentes e conselheiros. No primeiro pleito, levou a chapa oficial, encabeçada por Fulvio Aducci, sem candidatura rival, numa campanha tranquila, com o apoio do oficialismo.

Em 5 de outubro seriam realizadas eleições municipais. Os artífices da campanha, porém, começaram a forjá-la desde cedo. Em 14

---

<sup>126</sup> De fato, entre os municípios vencidos por Vargas no estado, Joinville era, eleitoralmente, o mais expressivo. A derrota de Prestes ali tenderia a ter maior repercussão. Anos mais tarde, Carlos dará a entender que realmente só não apoiou Getúlio por conta da proximidade com o governo Konder. Sobre a atuação do *Correio*, comentará: “[...] nós não tomamos partido, nosso jornal publicou a fotografia dos dois e fez... uma biografia dos dois e não tomamos partido na eleição para a Presidência da República” (OLIVEIRA, C. G, 1978, p. 21).

<sup>127</sup> Basbaum (1976a) entende que o pleito de 1º de março foi, na verdade, a última chance dada pelos aliancistas ao PRP para que entregasse o poder por vias institucionais. As conspirações golpistas corriam desde antes da eleição, chefiadas por líderes do movimento tenentista (à exceção de Luís Carlos Prestes, identificado, desde maio de 30, com o comunismo) e os “tenentes civis” (jovens políticos gaúchos da chamada “geração de 1907”, como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e Flores da Cunha, nomes essenciais da política pós-30). A heterogeneidade da composição política e social da Aliança Liberal era patente: havia estados vinculados, ou não, à produção de café, rivais históricos militando juntos, oligarcas dissidentes e tenentes revolucionários no mesmo barco. A heterogeneidade deste grupo daria a tônica ao Estado brasileiro após a Revolução de 30.

de junho, CGO assina artigo no *Correio*, informando que “bairrismo joinvilense” não significa “hostilidade à gente de fora, mas dignidade nossa”. Esse bairrismo se insurgia contra o prefeito Ulisses, principalmente por ser juiz imposto contra a vontade da “população local”, e que, por sua conta, interferia em assuntos políticos da cidade sem ter sido solicitado pela população joinvilense, prevalecendo-se de sua centralização e autoritarismo para anular a ação dos políticos da cidade. Lutando contra um “monopólio” da política por parte de Ulisses, CGO vê que o sentimento bairrista “pode bem inspirar uma campanha emancipadora como a que empreendemos” (OLIVEIRA, C. G., 1930a, p. 1).

Estava deflagrada a “campanha emancipadora” oposicionista, chamada Dissidência Municipal. Artigos na edição de 2 de julho explicam os motivos da oposição e rebatem as ponderações do *Jornal de Joinville* sobre o caso da Empresul. O artigo reafirma a confiança no partido estadual e em como sua direção está possibilitando maior participação política, ao contrário da política municipal monopolizada por Costa. Assim, o *Correio* noticia que Carlos e Plácido tinham ido a Florianópolis negociar um acordo: possivelmente uma saída para o impasse da sucessão municipal, disputada por duas correntes. Os dois buscavam, na reunião com o presidente Bulcão Vianna<sup>128</sup>, a imparcialidade da direção central do PRC nas eleições joinvilenses (um pleito sem as engrenagens da máquina eleitoral oficial).

O Programa da Dissidência Municipal era constituído de quinze pontos e assinado por nove partidários. Dentre os pontos, destacamos, dentre outros: promessa de não aumentar impostos; melhoria nas escolas coloniais, com a melhora do salário dos professores; conserto das estradas; revisão de impostos territoriais; redução de gastos públicos apenas ao indispensável; auxílio no desenvolvimento da lavoura; consultas gratuitas no hospital às “classes pobres”; incentivo à construção de casas baratas e higiênicas para o operariado; publicação diária das despesas do governo; representação dos distritos no Conselho Municipal.

Era uma plataforma que encontrava arrimo no operariado e na população pobre local; retomava bandeiras históricas da Liga dos Lavradores; refletia a preocupação com a instrução pública; sugeria também austeridade nos gastos públicos, proposta condizente com a

---

<sup>128</sup> O médico militar Antônio Vicente Bulcão Vianna (1875-1940) foi deputado estadual durante boa parte da década de 1920, chegando a exercer interinamente a presidência do estado em certas ocasiões, como nesta, de março a setembro de 1930. Mais, cf. PIAZZA, 1994, p. 799.

opinião pública da época, mas de difícil implementação se se pensava em tantas propostas de construção, desenvolvimento, etc. Assinavam o manifesto Carlos Gomes, Plácido Gomes, Plácido Olímpio de Oliveira (aliancista), o empresário candidato a prefeito na chapa, Max Colin, e outras figuras socialmente conhecidas, principalmente profissionais liberais, empresários e comerciantes (nenhum representante do operariado).<sup>129</sup>

Em Florianópolis, CGO usa o púlpito da Assembleia estadual para responder às críticas contra a Dissidência que tinha chegado à capital<sup>130</sup>: “Ora, se diz que os oposicionistas locais são escorraçados nos seus comícios pelo auditorio, que se diz hostil a eles; ora, avança-se que os seus oradores têm até pregado a revolução” (RESUMO DA..., 1930, p. 5). O deputado tenta dissociar seu grupo dessas ideias, e contesta a “informação” de que estariam sendo escorraçados de comícios, explanando que a oposição se dava em duas frentes: administrativa e política.

Administrativamente, devia-se ao fato de o superintendente vetar lei de reforma da instrução pública, pela “necessidade de ser annullado um contracto telephonicó ilegal e contrario ao interesse publico” (RESUMO DA..., 1930, p. 5), e pelo fato de o joinvilense ser o cidadão que mais pagava impostos municipais em todo o Estado de Santa Catarina.

Politicamente, o antagonismo se devia à postura expansiva de Ulisses Costa à frente do diretório do partido. Carlos não se “prestaria à situação vexatoria de um dois de paus”. Reivindicava, como deputado, a prerrogativa, de caráter moral, de ter sua autonomia de ação e pensamento, mas também defendia a lei orgânica do partido, criada em 1926, que exigia decisões partidárias tomadas em conjunto pelo diretório, e não vindas de cima para baixo.

---

<sup>129</sup> “Resumo do Programma da Dissidencia Municipal”. Joinville, 16 ago. 1930. Acervo FCGO/AHJ. Os demais signatários eram Rodolfo Schlemm, da família sócia da antiga concessionária de eletricidade; Aristides Rego, já conhecido nos meios políticos locais; Eugenio Boehm, Guilherme Urban e Roberto Schmidlin, comerciantes. De fato, a acusação do “Jornal” da oposição ser refratária a “estrangeiros” perdia força com a quantidade de descendentes de europeus no partido dissidente.

<sup>130</sup> O discurso de CGO na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de 23/09, foi publicado na íntegra no **República**, de Florianópolis, em 24 set. 1930, e no **Correio de Joinville**, em 27 set. 1930.

No dia seguinte ao discurso, a executiva estadual do PRC decidiu penhorar apoio à candidatura de Hans Jordan à prefeitura de Joinville, em chapa patrocinada pelo superintendente Ulisses Costa. Acabadas as esperanças de não interferência do gabinete do presidente do estado na eleição joinvilense, restava prosseguir até o pleito, no início de outubro.

A dissidência municipal apresentava uma plataforma que granjeava apoio das classes populares, num movimento eleitoral então comum (da mesma forma que a Aliança Liberal também buscava apoio nesses grupos). Os perfis socioeconômicos de seus candidatos eram similares aos de seus opositores: Max Colin, o cabeça de chapa da Dissidência, por exemplo, era o “príncipe dos industriais”, algo em que Hans Jordan, outro descendente de imigrantes germânicos, não ficava para trás, sendo exportador de erva-mate e membro do conselho fiscal da recém-instalada Empresul; ambos os líderes, CGO e Ulisses Costa, eram políticos situacionistas, com certas diferenças de cunho administrativo e político, mas ambos juristas que, aparentemente, empenhavam apoio ao regime vigente.

Antes do 3 de outubro, porém, importante voltar ao 26 de julho, data em que João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas, foi assassinado na Paraíba. Seu homicídio se deveu a questões pessoais; o autor, porém, era um político adversário que, nas eleições estaduais, fora apoiado pelo presidente Washington Luís, e essa ligação causou grande mal-estar, dando a Pessoa a *status* de mártir. Este evento pode ser considerado como estopim das movimentações golpistas entre os aliancistas.

*Démarches* de ordem política e logística desenrolaram-se nos meses seguintes, até a sexta-feira, 3 de outubro de 1930, quando, no Rio Grande do Sul, Vargas iniciou o que seria afinal sua marcha triunfante sobre o Distrito Federal, para tornar-se chefe do governo provisório. Aqueles foram dias agitados em Santa Catarina, teoricamente a primeira linha de defesa contra as forças rebeldes sul-riograndenses.

Decretado o estado de sítio, a imprensa foi censurada, impedindo ao *Correio* de publicar ou comentar o momento político. Carlos não era o único cidadão joinvilense agitado naqueles primeiros dias de outubro. Havia a ameaça de confronto em breve, o que acabou ocorrendo entre os dias 8 e 10. O 13º Batalhão de Caçadores da cidade, acantonado no Planalto Norte, aderiu ao movimento, marchando de volta para casa, não antes sem enfrentar esparsos contingentes legalistas na tomada de Joinville.

Neste dia 10, todavia, nosso personagem, num movimento no mínimo pouco seguro, viajou para a capital, saindo de uma Joinville



conflagrada. Naquele momento, parte significativa do país havia capitulado ante os rebeldes, e em breve sua terra natal seria a próxima.

Sua posição como deputado estadual, porém dissidente em nível municipal, o deixava numa situação delicada: possuía amigos tanto entre os rebeldes quanto entre os legalistas. Por outro lado, já há muitos anos proferira, junto a seu cunhado Plácido, um discurso “regenerativo” das práticas políticas (alguns em consonância com o programa aliancista); desde então, combatia o mandonismo do então prefeito. Carlos Gomes era um homem público, que via com bons olhos mudanças no sistema político. Sua plataforma municipal era dinâmica; buscava o apoio dos setores urbanos e rurais.

Estes talvez tenham sido alguns pensamentos que passaram por sua cabeça naqueles dias, planejando seu próximo passo, que seria dado no dia 10, em reunião com os irmãos Adolfo e Marcos Konder na capital.<sup>131</sup>

Ao chegar a Florianópolis, dirige-se imediatamente ao palácio do governo. Em conferência com os Konder, revelou que já havia sido convidado pelo colega de *Correio* e da Dissidência, Plácido Olímpio, para juntar-se aos aliancistas, vitoriosa ou não a revolta; indicou que, caso vencesse o movimento, ele não teria outra escolha senão endossar o grupo aliancista.

O convite aliancista facilitava sua decisão: aderindo, estaria seguro contra qualquer possível depuração em massa, ou até mesmo de violências, por parte dos “revolucionários”.

Na prática, foi a postura de antagonismo municipal que aproximou oficialmente (e não apenas por pretensa afinidade) CGO dos “revolucionários” de 1930, da mesma forma que em 1922, quando aderiu ao nilismo depois do rompimento com o situacionismo estadual. Ou seja, nestes tempos de federalismo (ou estadualismo), a relação mantida com o governo estadual era o fiel da balança em questões nacionais. No caso de 30, outra característica foi a iminência de conflito armado, tensão que apressou a tomada de decisões.

Deposto Washington Luís, a marcha revolucionária não cessou: Vargas queria o poder. O *Correio* proclamava a vitória da revolução: uma nova era, para que, “sobre os escombros dos erros, e dos crimes

---

<sup>131</sup> Não podemos esquecer a amizade de longa data com Nereu Ramos, um dos líderes da Aliança Liberal no Estado, ligado aos partidos Libertador (do RS) e Democrático (de SP), fundando inclusive a seção estadual do Partido Democrático Nacional em Santa Catarina em 1928. O PD era o herdeiro dos ideais da LNSP. A atuação de Nereu pode ter sido mais um incentivo à tomada de decisão de Oliveira.

cometidos, dos vícios enraizados na nossa vida pública, edifiquemos um Brasil novo, que se oriente pelo interesse exclusivo da coletividade brasileira”. Convocava os “patriotas”, “desinteressados de si”, para tomarem seus lugares na construção desse novo país. Construção essa que passaria “pela educação social que se faz pela escola e pela imprensa é o complemento indispensável ao êxito de uma reforma na vida do Brasil”. E, se educação é obra de anos, que se inicie agora, para harmonizar novamente povo e governo. Harmonia que significa também que se “extingam entre nós, os pruridos revolucionários”. Construir um Brasil novo, com um governo adequado a seu povo, para evitar maiores sobressaltos revolucionários. Era a fórmula do *Correio* (A REVOLUÇÃO..., 1930, p. 1).

Se o 24 de outubro fora movimentado no Distrito Federal, também o foi em Joinville: ocorreu às 20 horas daquela noite uma manifestação de apoio aos militares que ocupavam o município, discursando elementos da sociedade civil, militares e políticos. Destes últimos, discursaram Plácido Olímpio de Oliveira e, “a convite, falou também o dr. Carlos Gomes, accentuando em breves palavras, que os civis, ao lado dos denotados soldados do exército, tinham também um papel saliente na revolução” (O POVO..., 1930, p. 1.), prestando ainda homenagem a Plácido Olímpio e a militares. A manifestação terminou numa caminhada ao quartel do 13º Batalhão de Caçadores.

Alguns setores políticos locais questionaram a legitimidade do deputado situacionista Carlos Gomes em estar entre os revolucionários de agora. A disputa acerca da “propriedade” do movimento de 1930 seria lugar-comum nos anos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, quando grupos políticos dentro dos estados (ou aqueles que se pretendiam nacionais, como o Clube 3 de Outubro) arrogavam a si mesmos a prerrogativa de próceres únicos da Revolução.

Carlos tratou de demarcar sua posição ante o movimento vitorioso. Argumentava que os aliancistas o haviam convidado a participar do comício, e que fez questão de comparecer, pois sentia júbilo pela Revolução que havia tirado de Joinville “uma situação empedernida nos processos antigos e perniciosos de administração e de política” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1). Ele, como opositor de longa data a essa situação, comprazia-se com o movimento e a abertura de “uma nova perspectiva” para a vida administrativa na cidade.

Não negava haver sido governista na política estadual, mas o fora com autonomia de pensamento e “com sobejas razões de interesse público que ninguém, de boa fé, nos recusará”. Entendia também que, se não fora aliancista, sempre “representamos o papel de reaccionários contra a

ordem de coisas, não só no município como do paiz” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1). Aludia, ainda, ao discurso reformista do *Correio*, mesmo quando apoiava o governo Konder, a respeito da necessidade de se atentar para os problemas sociais. Alguém com tais predicados, na sua visão, não podia ser acusado de adesista tardio das ideias da Revolução.

Esta “carta” de justificativa ainda preparava uma terceira seção: era preciso desvencilhar-se das amarras da situação caída. Neste momento, sua interpretação era que seu jornal nada havia feito pela campanha de Júlio Prestes, mas que mantivera lealdade ao governo estadual, ficando, portanto, dividido entre seu compromisso com Konder e suas convicções, “as tendencias reformistas da Aliança Liberal”. Excluído do diretório local do PRC, iniciou a Dissidência Municipal para as eleições de outubro. Em julho, foi em missão a Florianópolis, com Plácido Gomes, para negociar a neutralidade da diretoria estadual nas eleições joinvilenses; porém, quando a comissão executiva do PRC reconheceu a chapa do grupo de Ulysses, “a dissidencia em Joinville, podia considerar-se desobrigada dos compromissos que antes tinha para com a politica estadual” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1). Fora do governo, sentiu-se tranquilo para dar vazão às “idéas politicas e às tendencias reformistas que, sustentadas durante muitos annos de opposição, não nos abstivemos de externar publicamente, ainda quando, de passagem, fomos governistas” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1).

Carlos, assim como seu pai quarenta anos antes, aderiu a um movimento que mudaria (em termos) o país. Defendia-se ao dizer que não o fizera por ambição: “Eu de mim, o unico cargo electivo que occupei, foi o de deputado estadoal, mas não o fiz, sem que antes, me recusasse a acceita-lo, como o poderei provar documentalmente” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1). Sua adesão teria sido pelo idealismo que a revolução pretensamente lhe entremostrava.

CGO possuía proximidade com Marcos Konder. A respeito de sua amizade com este representante do governo escrevia: “Não podíamos illudir-nos quanto às preferencias officiaes” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1). Isto é, pouco importavam as amizades; Carlos fora preterido pelo governo estadual que sustentava a situação em Joinville. Contava, por outro lado, com ligações fortes entre os aliancistas, incluindo seus líderes do município e do estado, Plácido Olímpio e Nereu Ramos, respectivamente.

Com amigos dos dois lados, esperou o desenrolar da revolta, como escreveu nas páginas do mesmo jornal, e a vitória dos rebeldes o levou definitivamente àquele grupo. Entendemos que nosso personagem foi, de fato, oposição durante muitos anos, e que proferia um discurso reformista;

mesmo assim, integrava a corrente oficial, embora relegado ao papel de “oposição dentro da situação”. O movimento de 1930 veio em boa hora para Carlos que, em breve, estaria fora da Assembleia Legislativa e sem quaisquer garantias políticas. Foi uma contingência que deu ao Brasil e a ele a chance de dar novos rumos a suas trajetórias.

### 3.4 REVOLUCIONÁRIOS, ADESISTAS E A CRIAÇÃO DE PARTIDOS NO “BRASIL NOVO”

Qual o Estado que se inauguraria a partir de 3 de novembro de 1930? Este evento foi interpretado inúmeras vezes por historiadores e outros cientistas sociais desde seu acontecimento, constituindo um debate de fôlego, mas que não é foco desta dissertação.<sup>132</sup> Entretanto, podemos aqui, através da análise da trajetória do próprio Carlos Gomes, identificar algumas características do período.

A queda do sistema pressupunha, em primeiro lugar, a substituição de quadros administrativos antigos por novos, alinhados à política dos autodenominados “revolucionários”. Foi dessa forma que Carlos Gomes de Oliveira chegou a conselheiro municipal (o equivalente a vereador) em Joinville no ano de 1931. O líder aliancista da localidade, Plácido Olímpio de Oliveira, fora escolhido prefeito municipal e o general Ptolomeu de Assis Brasil, nomeado interventor federal em Santa Catarina.

Dentre as características do governo provisório, uma das primeiras foi o controle capilar do Catete sobre a administração estadual e local. Naqueles anos, Getúlio Vargas intermediaria a nomeação de interventores estaduais (inicialmente, quase todos tenentes aliancistas). Os legislativos foram dissolvidos; o poder municipal era também nomeado. Era, além da tentativa de governar o país, um freio nas pretensões democráticas de determinados grupos “revolucionários” (especialmente as oligarquias

---

<sup>132</sup> Ferreira (2008) produz um breve balanço das interpretações historiográficas sobre o evento, desde os que entendem o movimento como uma revolução das classes médias, ou como uma revolução surgida dos embates entre uma burguesia urbana e industrial e setores agroexportadores. Por fim, destaca a interpretação de Fausto (1970), de que “Revolução de 1930 deve ser entendida como o resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira” (FERREIRA, 2008, p. 409). Basbaum (1976a) destaca que, grosso modo, não houve “revolução”, e seu resultado foi a substituição de um setor da classe política dominante por outro, sem mudanças estruturais no país.

dissidentes paulistas), que desejavam um golpe rápido e o retorno imediato à democracia.

Também no campo econômico os estados sentiram a mão do Catete no controle. Datam deste período a criação de conselhos técnicos nacionais, sendo o Conselho Nacional do Café (CNC) o mais conhecido, fundado em maio de 1931, composto por delegados dos estados produtores e representante do governo federal.<sup>133</sup> Data do início da década a tentativa fracassada de criação do Conselho Nacional do Mate, com representação de delegados dos estados interessados, no caso, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Nomeado emissário do governo catarinense para as reuniões de fundação deste conselho, Carlos Gomes, como advogado, partiu para o Distrito Federal em fins de junho de 1932, junto a Hans Jordan e Claudio Almeida (estes, do Instituto do Mate de Joinville). Na capital, tomando os trabalhos de relator, operou para a efetivação do conselho. O principal trabalho da entidade seria a propaganda do produto, especialmente no exterior, até então feita apenas com dinheiro do Instituto do Mate de Joinville. Com o conselho, os recursos de propaganda seriam captados “com a cooperação de todos os quatro Estados produtores” (OLIVEIRA, C. G., 1932).

Esta é uma diferença entre os dois Conselhos: o do Café foi encarado pelo principal estado produtor, São Paulo, como intervencionismo indesejado do governo federal; no caso do conselho do mate, os produtores buscavam com persistência pelos auspícios do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Carlos, a partir de 1932, foi ponta de lança neste projeto de cooperação entre produtores sob a tutela do governo federal, de vital interesse econômico para Santa Catarina e, especialmente, Joinville, cidade sede das operações de beneficiamento e exportação da erva-mate. O produto correspondia, em 1932, a 3,48% do valor de exportações do país, o quarto colocado no quesito (EXPORTAÇÃO..., 1936). De alguma forma, depois de obtido um acordo para a criação do conselho, o Governo Provisório jamais promulgou o decreto necessário à sua efetivação.

---

<sup>133</sup> Pandolfi (2007, p. 20) discorre acerca dessa medida intervencionista ante o federalismo oligárquico: “O governo desejava exercer um controle maior sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros. Visando a retirar das mãos de São Paulo o controle absoluto que o estado vinha exercendo sobre a política cafeeira, Vargas criou, em maio de 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC)”.

Outra medida imediata do novo regime foi a reestruturação partidária, com o intuito de varrer os velhos partidos republicanos estaduais, uma exigência do momento para a “consolidação da obra revolucionária”, como pregava o manifesto para a formação de um novo partido em Santa Catarina. Entre os signatários, encontramos velhas figuras oriundas da ordem anterior, mesmo que adversárias, como Vidal e Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior. Em fins de 1930, o diretório liberal joinvilense estava formado, contando igualmente com nomes da velha ordem: como seu primeiro secretário, CGO; além dele, os industriários Max Colin, Joaquim Wolff e Rodolfo Schlemm, todos que em algum momento haviam integrado o antigo PRC.

Em Santa Catarina, assim como nos outros estados, não houve substituição total de uma “casta” “revolucionária” sobre a “decaída”: entre as forças patrocinadoras da Revolução de 1930 estavam os tenentes, alguns quadros das classes médias urbanas, e também muitos “oligarcas dissidentes”, políticos tradicionais em seus respectivos estados, e que pregavam menos uma mudança estrutural da sociedade do que uma melhor distribuição de recursos e de poder entre as unidades federativas. Os tenentes eram o oposto. Advogavam a centralização do poder estatal e a introdução de reformas sociais. Setores liberais (e principalmente urbanos), como o Partido Democrático e seus correligionários, buscavam a adoção de princípios liberais na política, a tal “regeneração dos costumes”, e o controle político sobre São Paulo. O que unia estes grupos era o combate às oligarquias estaduais (ao PRP, encarnação do “mal”). Este consórcio revolucionário era, político e socialmente, heterogêneo e, nos anos do Governo Provisório, batalhara para abocanhar seus quinhões dentro do Estado brasileiro.

Esta condição é chamada por alguns historiadores como Estado de compromisso<sup>134</sup>: um Estado que procurava atender a todos os grupos da Revolução, mas não se dobrava diante de nenhum deles; um Estado centralizador e intervencionista na política e na economia, agora não mais restrito apenas à produção cafeeira.

A Aliança Liberal em Santa Catarina era relativamente homogênea, presidida pelo ex-governador e velho oligarca Vidal Ramos e seu filho, o advogado Nereu Ramos. Este último, durante a década de 1920, teve intensa participação política em sentido reformista. Participou de caravanas do Partido Democrático pelo país, e chegou a fundar a seção catarinense desse partido em 1927. Era ainda próximo a Assis Brasil e a

---

<sup>134</sup> **A Revolução de 30: história e historiografia** (1970), livro de Boris Fausto, introduz o conceito de *Estado de compromisso*.

Raul Pilla, do Partido Libertador, do Rio Grande do Sul. Outro prócer liberal, o jornalista Henrique Rupp Júnior, possuía pouca proximidade com os Ramos, porém mantinha contatos com o Rio Grande do Sul. Plácido Olímpio, advogado e também filho de um velho oligarca, liderou o movimento em Joinville. Temos, então, algumas gerações diferentes na cabeça do movimento, e certa homogeneidade social: civis, oligarcas com poderio econômico e político, e profissionais liberais.

Depreende-se, então, ter a Aliança no Estado proeminência de dois elementos: um, “oligarca dissidente”, o velho ex-governador Vidal, e uma nova geração de profissionais liberais, até certo ponto porta-vozes de setores médios urbanos, embora, no caso de Nereu e Rupp Júnior, também representantes de setores latifundiários.

Nosso personagem era um representante do profissional liberal e urbano, porém relacionado, por laços familiares, com a elite econômica e política local. Professou um discurso reformista e “regenerativo” durante toda a década de 1920, mas, assim mesmo, deitou-se no leito do situacionismo oligárquico. Suas convicções, como ele mesmo escreveu, estavam com a Aliança Liberal, fazendo-o rejubilar-se pela vitória da Revolução. Será mais um elemento da política catarinense nos anos 1930 a sobreviver muito bem ao movimento revolucionário, por se integrar a ele.

É este grupo, majoritariamente de políticos civis, que, em fevereiro de 1931, criará o Partido Liberal Catarinense, herdeiro direto da Aliança Liberal no estado. CGO estava empolgado com a possibilidade da formação de um novo partido, mas não apenas um: Brasil afora, surgiam agremiações e ligas revolucionárias civis e militares de apoio e sustentação ao projeto revolucionário; algumas, as nomeadamente tenentistas, com aspirações a se transformarem em verdadeiros partidos nacionais. Essa proficiência na formação de partidos havia chegado a Joinville, com a organização de dois diretórios: o liberal, ainda em dezembro de 1930, e a Legião 10 de Outubro, no mês seguinte, fundada pelo capitão Caldas Braga, e com ligações tenentistas.

Acompanhando o processo de formação do Partido Liberal Catarinense e dele participando de perto, CGO utilizou novamente o púlpito proporcionado pelo *Correio* para discutir a necessidade de partidos na vida política democrática. Um texto busca demonstrar que os homens não eram o problema no regime anterior, mas, sim, a circunstância em que se encontravam no governo, um governo que substituíra o partido e impunha a política do centro para a periferia, de cima para baixo, divorciado das aspirações populares. Ademais, o voto era inexistente de fato, pois as eleições eram burladas. A ditadura que

então assumia o poder de nada valeria, escrevia Carlos Gomes, “se não se formarem partidos que coordenem as aspirações da collectividade, e orientem a nossa vida publica”. Salutar era para a democracia o nascimento dessas agremiações, “porque os partidos organizados afundam as suas raízes na alma do povo, buscando nella inspiração e prestígio” (A NECESSIDADE..., 1931a, p. 1). Tendo simpatia entre a população, acabava aquele divórcio do período anterior. Dessa forma, só haveria democracia e bom governo com independência entre governo e partido, um partido socialmente diferenciado das agremiações pré-revolucionárias no sentido de buscar “a sua autoridade, não na força dos governos, [...] mas no apoio do povo que forme nas suas fileiras” (A NECESSIDADE..., 1931a, p. 1).

A convenção do PLC em Florianópolis havia, sem dúvida, animado nosso personagem, pois foi credenciado a se pronunciar na elaboração da Lei Orgânica e, depois, vindo a ser eleito suplente no diretório central.<sup>135</sup> Proclamava seu jornal, semanas depois: “Ha uma ansiedade irreprimivel de coisa nova”. Era preciso uma renovação da vida pública, só possível com uma pretensa mudança da “mentalidade coletiva” brasileira; mudança essa em processo, fora desencadeada pela Revolução. Imperativa era a aproximação da política formal, partidária, com a população em geral: “Busquemos formas novas de acção, que dêem ao povo, a sensação verdadeira de uma vida nova, arejada, aberta para as palpitações, do ambiente que nos cerca” (A RENOVACÃO..., 1931, p. 1). No mesmo artigo, alertava pouco antes que o regime anterior caíra por não se adaptar às exigências coletivas, e o novo pode ir pelo mesmo caminho caso não se adaptar, embora deixasse vago o sentido dessa mudança, indicando apenas “exigencias ainda indefiniveis, mas decididamente novas” (A RENOVACÃO..., 1931, p. 1).

O momento era de intensa disputa pelo Estado brasileiro, com diversos grupos digladiando-se, e este texto mostra um cenário de incertezas, no qual determinados segmentos pareciam não dispor de um programa determinado de ação, e não ter uma ideia clara a respeito do papel do povo dentro desse processo (seu papel dentro dos partidos, única

---

<sup>135</sup> Na eleição do diretório, em 27 de fevereiro, CGO obteve apenas um voto para compô-lo. Obteve sua suplência por nomeação de um titular, o prefeito de Joinville, Plácido Olímpio de Oliveira. Sobre a eleição do diretório central do PLC, ver “CONGRESSO DO PARTIDO LIBERAL CATHARINENSE”. **República**, Florianópolis, p. 3, 28 fev. 1931. Foi na eleição da comissão diretora, evento decisivo na constituição do partido, que Carlos exerceu sua suplência: (A ELEIÇÃO..., 1931).



ferramenta de ação considerada legítima). Neste clima de ansiedade e incertezas políticas, prosseguiu a estruturação do PLC, com a criação oficial dos diretórios municipais em julho. Essa análise de conjuntura de CGO chamou a atenção de seu amigo Nereu Ramos que, diretor do *República*, convidou-o a publicar artigo de capa para o jornal, sobre a formação do PLC.

Seguiu, neste artigo, a mesma linha de raciocínio, entendendo que o mal da vida pública brasileira pré-revolucionária era a falta de partidos que organizassem a opinião popular e as forças políticas, o que abria espaço para que o governo impusesse sua própria política. Os antigos partidos republicanos nutriam-se do governo, e não da população. Aliás, CGO afirmava que, naquela conjuntura dos anos 1930, existiam dois regimes, o da força e o da opinião, e que a situação pré-revolucionária era de força, já que o “povo” “não passava de brinquedo; falavam em nome delle, mas não o ouviam, faziam-se eleições, mas não se elegia ninguém, porque os candidatos já vinham escolhidos da antesala dos palácios” (A NECESSIDADE..., 1931b, p. 1). Este simulacro de democracia seria superado apenas com a formação de partidos que orientassem as tendências dispersas, congregando-as e disciplinando assim uma consciência coletiva. A opinião só possuiria legitimidade se referendada dentro do partido. Só dessa forma se escaparia dos regimes de força ditatoriais rumo ao regime da opinião. Havia, contudo, um risco: o de retornar à ditadura velada de antes de 1930. O caminho para o articulista era evoluir para a democracia através da fundação dos partidos: apenas com os partidos a obra política e social da Revolução poderia ser concretizada (A NECESSIDADE..., 1931b, p. 1).

Sua fala pretendia demonstrar a “falsa democracia” do período anterior, que afastava o povo da política. A verdadeira democracia seria alcançada por meio dos partidos, *locus* de mediação política, de legítima participação popular na política e da consulta à população em questões políticas, sociais e econômicas (o partido como uma instituição de conciliação de classes). O partido teria sentido de criar uma “opinião organizada”, nos dizeres de Oliveira Vianna. Controlar as opiniões e os esforços políticos dentro do partido seria a única ferramenta socialmente aceita de ação política. O povo só entraria na política através do partido e se sua opinião for referendada pela maioria do diretório. O partido era, então, um mecanismo de controle das opiniões, repelindo ideias “radicais”: “É só organizando a nossa vida política com os partidos, que conseguiremos orientá-la convenientemente, e preservar o paiz da anarquia que é o caldo procurado das idéas extremistas que nos rondam” (A NECESSIDADE..., 1931b, p. 1).

Embora criticasse os governos pré-1930 de “tutelarem” o povo, que jamais era ouvido, CGO propunha, num outro discurso: “procurando estabelecer na sociedade formulas de trabalho que tornem a vida mais suave e mais feliz, olhando com desvelo igual o interesse dos grandes, como a necessidade dos pequenos” (A REUNIÃO..., 1931, p. 1). Em trechos como esse revela-se uma ideia de tutela do povo. É um indício dos novos tempos, com uma maior preocupação do Governo Provisório com a questão social (não por acaso o Ministério do Trabalho era chamado de Ministério da Revolução), mas mantendo a ação política dessa população controlada por mecanismos institucionais: nesse caso, o partido político.

Há em Carlos um discurso de união entre elementos do passado e do presente (desde que não corrompidos pelos vícios do regime decaído). Fala que se ajusta à trajetória até então do PLC, que tinha nele um de seus quadros, pois fora deputado estadual na ordem anterior. Seu discurso indica um pós-1930 num Estado mais complexo em termos políticos, construído por próceres da Aliança Liberal, mas também por antigos integrantes do PRC. A plataforma do PLC, idealizada em suas linhas principais por Nereu Ramos, um liberal desde os anos 1920, era um fator aglutinador para políticos como Carlos Gomes, que também proferia em seus discursos anseios por reformas de cunho liberal para o país.<sup>136</sup>

A união em torno dos ideais da Revolução estava um pouco distante da realidade catarinense nos idos de 1931. Henrique Rupp Júnior, adversário de Nereu Ramos, opôs-se à formação do PLC nos moldes em que havia surgido, sob o controle dos Ramos. Com sua saída das hostes liberais, formou a Legião Revolucionária, inspirada vagamente na Legião Paulista, organização civil e militar que visava fomentar a obra revolucionária, pregando a centralização política e administrativa do Estado, denunciando a corrupção e a má execução dessa obra. Segundo Lenzi (1983), Rupp Júnior, diante da pouca adesão, transformou-a num partido político, surgindo em agosto a Legião Republicana: esta, composta apenas de políticos civis. Nos anos seguintes, a Legião seria o partido de oposição ao PLC. Partidos de antigos oligarcas que arrogavam para si a prerrogativa de verdadeira corrente “revolucionária” no estado.

---

<sup>136</sup> Quanto aos pontos dessa plataforma: “A Lei Orgânica do Partido, organizada por Nereu Ramos, defendia a educação pública, o voto popular, a publicidade ampla dos gastos oficiais, supressão dos impostos de exportação, respeito à autoridade municipal, independência dos tribunais e o acesso das magistraturas independentes de filiação partidária, além do combate às oligarquias e da intromissão dos juizes na política” (PIAZZA, 1994, p. 558).

Nacionalmente, o consórcio revolucionário de 1930, elevado ao poder num modelo de “Estado de compromisso”, logo começou a deteriorar-se, sendo as principais discordâncias em relação ao modelo de Estado a ser adotado e à duração do governo provisório: os tenentes, inspirados por intelectuais como Oliveira Vianna, advogavam a criação de um Estado forte, partidário, centralizador, nacionalista, e ativo na economia para explorar recursos naturais como petróleo e jazidas minerais; as oligarquias dissidentes aliancistas defendiam a democracia liberal, com ampla autonomia para as unidades federativas.

Quanto à constitucionalização do país, os tenentes militares e “civis” entendiam que esta não deveria ser imediata, a fim de evitar o retorno das oligarquias decaídas com o movimento revolucionário. A obra da Revolução ainda não estava pronta; era preciso realizar as reformas políticas e sociais necessárias para neutralizar as forças oligárquicas defensoras do federalismo, tão características do regime decaído. Por seu turno, os oligarcas dissidentes, patrocinadores da Revolução de diferentes estados, articulavam o rápido retorno à constitucionalização do Brasil, no intuito de assegurar suas posições de direção em seus respectivos estados, limitando, de quebra, a agenda centralizadora do Governo Provisório.

Enquanto Getúlio promovia reformas com vistas ao fortalecimento do poder central, cresciam as insatisfações nos estados, onde grupos antagônicos iam se articulando, com o apoio ou à revelia dos interventores nomeados pelo chefe do governo. Em fins de 1931, renascia o velho Partido Republicano Paulista, formando, com o seu adversário histórico, o Partido Democrático<sup>137</sup>, a Frente Única Paulista, força política de oposição aos tenentes, que governavam o estado, e ao governo central.

Já em 1932, setores da política gaúcha começavam a se afastar de Vargas, depois de uma crise oriunda do ataque dos tenentes a um jornal antitenentista no Distrito Federal em fevereiro daquele ano. Era uma retaliação à promulgação do Código Eleitoral no dia anterior. Esse código era o primeiro passo para a realização de eleições constituintes.<sup>138</sup> O PRR

---

<sup>137</sup> O PD estava certamente frustrado. Sua principal intenção ao ingressar na Aliança Liberal era galgar o poder estadual, mas Getúlio negou essa ambição ao nomear o tenente João Alberto para a interventoria. João Alberto seria eventualmente substituído por pressão dos paulistas, uma concessão de Vargas, mas o desgaste entre São Paulo e Vargas se acentuaria a ponto de os primeiros iniciarem uma revolta armada em julho de 1932.

<sup>138</sup> O Código previa o voto secreto e a instituição de uma justiça eleitoral, entre outras medidas liberais. O governo, com essa medida, pedia para a

e o Partido Libertador uniram-se na Frente Única Gaúcha (FUG), que passou a articular com a sua congênere paulista uma oposição ampla. Em Minas Gerais, houve também a formação de um partido de oposição, liderado por Artur Bernardes, embora menor que os citados.

Em Santa Catarina, os “carcomidos” aos poucos retornavam. O ex-governador Adolfo Konder iniciou a rearticulação do PRC em fins de 1932; já no início do ano, alguns republicanos retornaram ao estado, como Ulisses Costa, ex-prefeito de Joinville.<sup>139</sup> Mesmo entre os liberais catarinenses havia descontentamentos: o longo período da interventoria de Ptolomeu de Assis Brasil, um “forasteiro” entre os catarinenses, era considerado um acinte pelo grupo que patrocinara o movimento aliancista neste estado. Não à toa trabalharam contra o interventor<sup>140</sup>, que, pelos idos de abril, havia entregado o cargo.

A renúncia “irrevogável” de Assis Brasil teve consequências sérias para o estado: o diretório central do PLC reuniu-se em 12 de abril para discutir os rumos da política estadual e nacional. Ali aprovaram uma moção de apoio à FUG e a seus esforços pela reconstitucionalização do país (PARTIDO LIBERAL..., 1932, p. 1).<sup>141</sup> Não é ingênuo aventar que,

---

constitucionalização do país, gerando ira entre os setores tenentistas mais radicais.

<sup>139</sup> Foi apenas em fevereiro de 1933 que ocorreu a convenção que reorganizou o PRC, aparentemente mais atento à conjuntura política e social imposta pela Revolução: “Adolfo Konder, em pronunciamento na Convenção, criticou os pontos principais que haviam sido causa para o enfraquecimento do Partido, no período anterior a 1930, o conservantismo extremo, o excesso de disciplina, além do atraso em relação às conquistas sociais” (PIAZZA, 1994, p. 579-580).

<sup>140</sup> Em novembro, Henrique Ricardo Hall escreveu a Getúlio Vargas analisando a política catarinense, e a respeito de Assis Brasil afirmou que ele “não soube atrair a simpatia da população e fações políticas do Estado. As ausências prolongadas do interventor [...] criaram-lhe um ambiente de hostilidade. [...] criou-se a impressão de que pouco se interessava pelo Estado e que desprezava os seus homens. Não foi habil nem político deixar de congregiar os elementos revolucionários afim de apoiar o seu Governo [...], mormente em um Estado cuja corrente reacionária tem raízes profundas” (HALL. CARTA... 1932). Em resumo, havia distanciamento entre o secretariado e o interventor, gerando um desgaste que o levou à renúncia.

<sup>141</sup> Essa nota quase que comemora a renúncia do general Assis Brasil, e noticia também a ida de Aristiliano Ramos ao Rio Grande do Sul como emissário político do PLC. Havia, claramente, diálogo entre a FUG e o partido catarinense, e um evento dessa magnitude demandava a atualização da agenda possivelmente conjunta das duas agremiações.

para responder à agenda da FUG, o PLC tenha acelerado<sup>142</sup> o desgaste de Assis Brasil, uma manobra política visando também a futuros apoios militares (Santa Catarina era a primeira linha a ser ultrapassada, por ser fronteira com o Rio Grande do Sul). Assis retirou seu pedido de demissão em maio, manobra do Governo Provisório para voltar ao controle do estado, algo que irritou profundamente os “revolucionários” locais.

Em abril, duas vezes dissidentes manifestaram-se dentro do PLC quanto à FUG: José Eugênio Muller, e outro colega de diretório, porém suplente, o conselheiro municipal em Joinville e representante do governo do estado junto ao Conselho Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira. Muller entendia que aquele era o momento de prestigiar e auxiliar o Governo Provisório a traçar um plano de reconstrução econômica do país. A realização da obra revolucionária levaria, conseqüentemente, a uma constituinte, mas aquele não era o momento. Carlos Gomes não estava presente nesta reunião, porém, uma carta sua foi lida, manifestando seu pensamento contrário à recondução imediata do país ao regime constitucional.

A repercussão da atitude de nosso biografado foi imediata, especialmente na imprensa de oposição, como o jornal *A Notícia*, de Joinville. No dia seguinte à reunião do diretório, a capa do periódico trazia a “definição” do campo político municipal: existiriam os Liberais, os Legionários, os Decaídos, e os Outubristas. Esse último grupo seria representado por CGO, “solidario com os principios defendidos pelas Esquerdas Revolucionarias”<sup>143</sup>, o primeiro joinvilense a publicamente “manifestar suas tendencias esquerdistas”. O articulista “aprecia” o gesto de Carlos, mas entende que se abria entre o político e seu jornal um antagonismo, considerando que a folha se mantinha fiel à orientação do diretório e de seu presidente, Nereu Ramos, em apoio à FUG. (DEFINIDOS OS ..., 1932, p. 2).

Deve ter gerado certo desconforto a nota de *A Notícia*, pois foi respondida de imediato por Carlos, em carta publicada no jornal joinvilense em 14 de abril e na capa de *República*, edição do dia 19. Na

---

<sup>142</sup> Lembrando que Nereu Ramos era, antes de 1930, muito próximo do Partido Libertador, então parte da FUG. Piazza (1994, p. 558) minimiza o evento, explicando que a adesão à FUG teve pouco efeito prático, pois “como o Partido apoiava formalmente o Governo de Getúlio Vargas, Nereu afastou-se da presidência [...]”

<sup>143</sup> Bomeny (1980, p. 231) a respeito do termo, discorre: “Era conhecida como “esquerda revolucionária” uma ala do tenentismo que se caracterizava por uma oposição mais radical às oligarquias”.

carta, CGO negava ter rompido com o PLC e formado uma corrente dissidente local. Afirmava ser importante para si dar sua “opinião franca e livre, como o fiz”, e que sabia divergir ou acatar a decisão da maioria, quando preciso. Neste caso, entrou em divergência, sabendo respeitar a decisão da direção. A mensagem procurava afirmar uma antiga postura de seu interlocutor: autonomia ante o partido e/ou governo.

Outro detalhe interessante dessa carta encontramos no trecho: “[...] embora eu continue a pensar que não é ainda a hora dos Partidos, como disse na carta referida” (POLÍTICA..., 1932, p. 1). Carlos fora um apologista da formação do PLC e, de certa forma, de outros partidos que pudessem organizar as opiniões da coletividade, em textos do ano anterior. Aqui, o elemento “tempo” é decisivo para sua recusa em aceitar a ingerência dos partidos na política: naquele momento, abril de 1932, a “obra revolucionária” ainda não estava efetivada, e a publicação do Código Eleitoral dois meses antes jogava o Brasil dramaticamente no caminho da constitucionalização. Carlos, tal como seu colega José Eugênio Muller, via com preocupação essa precoce corrida constitucional, bem como o afastamento do PLC em relação ao Governo Provisório. A desejada mudança da mentalidade coletiva, propalada por ele, ainda não ocorrera e, portanto, constitucionalizar o país através de eleições livres poderia trazer todas as velhas práticas renegadas pela Revolução, conforme afirmara em artigo no ano anterior.<sup>144</sup>

Informado ou não das conspirações contra o Governo Provisório que fermentavam em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, CGO, como delegado catarinense no Conselho Nacional do Mate, rumou ao Distrito Federal para mais uma rodada de negociações em torno da criação definitiva do conselho. Lá ainda se encontrava em 9 de julho, quando se iniciava em São Paulo a chamada Revolução Constitucionalista, uma das maiores guerras civis da história do Brasil. Meses depois, Carlos diria que, a par dos acontecimentos, posicionou-se lealmente ao lado do Governo Provisório, mesmo não sabendo do posicionamento de Santa Catarina ante o conflito. A desinformação era compreensível: São Paulo, por exemplo, negociando apoio com políticos de outros estados, era frustrado por negativas de última hora, razão por que muitas adesões não se efetivavam, gerando desencontros.

Borges de Medeiros, liderança da FUG, falhou em criar focos rebeldes, bem como Artur Bernardes em Minas Gerais, politicamente

---

<sup>144</sup> De certa forma, CGO manifestava alguma afinidade de ideias com as ditas esquerdas revolucionárias. Fato é que ele não se “defendeu” do epíteto de “esquerdista” a ele imposto pelo articulista de **A Notícia**.

isolado, e que pouco podia fazer. Os paulistas acabaram lutando sozinhos na guerra. Correligionários catarinenses foram de pouco auxílio igualmente. O apoio do PLC à FUG não saiu do papel.

O *Correio*, sem qualquer vínculo com a causa paulista, não demorou a posicionar-se: um artigo de capa na edição de 20 de julho acusou os constitucionalistas de retardarem as reformas revolucionárias e de trazerem para a política novamente os interesses meramente privados, típicos das práticas “politiqueiras” da antiga ordem. Essa inferência encontra base na taxativa declaração: “A Constituinte puxará novamente o país ao regime antigo, a despeito de todas as renovações que se façam no corpo imbele da Constituição brasileira” (PARA..., 1932, p. 1). Nova constituição não seria capaz de mudar os hábitos administrativos arraigados entre os “políticos profissionais”, velhos oligarcas. O articulista (possivelmente Plácido Gomes) temia que mesmo a existência de partidos nos parlamentos fosse subvertida graças aos métodos antigos, pois os maiores poderiam facilmente acabar com a representatividade dos menores, encastelando-se novamente em torno dos governos estaduais, reencenando o federalismo pré-1930.

Os partidos poderiam gerar outros inconvenientes, como disputas intestinas pelo poder. O ponto principal de sua argumentação era que a “balbúrdia” do atrito de interesses só teria solução com uma ditadura (ou seu prolongamento), algo nada irreal na então conjuntura brasileira: “A ditadura já agora se apresenta aos olhos indagadores da nação atribulada, como uma aspiração em meio de um naufragio” (PARA..., 1932, p. 1), era como arrematava o texto, depois de citar Itália e Portugal como exemplos de países que se salvaram da “ruína” pela instituição de ditaduras.<sup>145</sup> O posicionamento antagônico em relação aos constitucionalistas é claro, e vale pontuar também a alusão recorrente à Itália fascista.

O desenrolar da revolta paulista assistirá em terras catarinenses a alguns desdobramentos, especialmente ao surgimento de um foco rebelde na vila de Cruzeiro do Sul (atual município de Joaçaba, oeste do estado). Em 6 de setembro, chegou a notícia de que havia um movimento sedicioso naquelas paragens. Ao tentar contato com a administração local, a interventoria descobriu que de fato a vila estava sob controle rebelde. Naquele mesmo dia, o advogado Ivo de Aquino liderava um grupo de “reacionários” em marcha para Campos Novos. Em Cruzeiro, entretanto,

---

<sup>145</sup> “Portugal, depois de quatorze revoluções em doze anos de Constituição, salvou-se da ruína pela Ditadura. Itália já está sob uma Ditadura Constitucional há perto de quinze anos, restabelecida e revigorada” (PARA..., 1932, p. 1).

os rebeldes foram dominados por forças legais e, dois dias depois, postos em fuga (NOTA DA INTERVENTORIA..., 1932).

Em alerta máximo depois de debelado o foco revoltoso no estado, Assis Brasil assinou o decreto nº 278, em 17 de setembro, criando o cargo de subchefe de polícia do Estado. Considerava que, mesmo depois de findo o foco, era preciso redobrar a atenção e que o chefe de polícia precisava de um auxiliar direto para este trabalho de coordenação de forças e vigilância. O cargo seria transitório, durando até quando persistisse a guerra civil, e teria todas as atribuições dadas ao chefe de polícia (quando estivessem na mesma comarca, o subchefe seria subordinado ao titular, naturalmente). Deveria ser preenchido por um bacharel em direito, e seu salário mensal seria de um conto de réis.<sup>146</sup>

Interessante o desejo por um subchefe bacharel em direito, já que o chefe era um coronel do Exército, mais gabaritado, de certa forma, para lidar com a Força Pública estadual. Quais os benefícios de um bacharel? Uma resposta que depende dos reais motivos da criação do cargo. O escolhido para ocupá-lo foi CGO, que, em seu discurso de posse, fez alusões ao passado “subversivo”, denunciando como fora injustiçado pela força discricionária da polícia em 1922. Enfim, pedia a cooperação dos conterrâneos no cumprimento da função. Sua fala seria quase protocolar, não fosse a lembrança de 22, para reafirmar sua convicção na separação necessária entre política e justiça. Era sua tentativa de parecer imparcial diante da situação.

Tais preocupações discursivas contam um pouco sobre quais trabalhos precisou realizar em pouco mais de um mês no cargo: Ptolomeu de Assis Brasil precisava de um jurista para presidir o inquérito dirigido contra os sediciosos da vila de Cruzeiro do Sul. Naturalmente, se o conflito recrudescesse nos meses seguintes, o subchefe de polícia seria o segundo no comando da força policial catarinense, como previa o decreto nº 278, mas não foi o caso, pois, logo em outubro, chegaria ao fim a revolta paulista.

Nacionalmente, a derrota dos constitucionalistas significou uma depuração em massa de antigas lideranças políticas e militares. No caso catarinense, os inquéritos não tiveram grande impacto, considerando, por exemplo, que CGO, responsável por eles, já em fins de outubro deixava o cargo. Ivo de Aquino, um dos líderes da revolta, passou dois anos na “planície” e voltou para os braços do então governador Nereu Ramos em 1935, ocupando a Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde. De

---

<sup>146</sup> O decreto foi publicado na “Folha Oficial” do jornal *República*, edição de 20 set. 1932. Acervo HDBN.



certa forma, um “corporativismo” agiu para preservar Ivo de Aquino de maiores sanções: ele era advogado e membro da recém-formada seção catarinense da OAB. Pelo mesmo caminho ia nosso biografado, por ter solicitado sua inclusão nos quadros dessa associação justamente naquele mês de setembro.<sup>147</sup>

Politicamente, a estada de CGO na subchefia teve um significado mais pronunciado quando de sua saída, que coincidiu com o fim da Revolução Constitucionalista e com o pedido de demissão definitivo do interventor Ptolomeu de Assis Brasil. Impopular entre liberais e legionários catarinenses, Assis Brasil indicou um parente seu, o major Ruy Zubaran, para substituí-lo, e assim ocorreu, para ira dos catarinenses, ansiosos para se apossarem-se do poder. Zubaran, que ao chegar ao estado perdia seu chefe de polícia, convidou o antigo subchefe, que se recusou prontamente a aceitar o cargo. Houve um desembarque em massa dos liberais do governo estadual, em protesto à nomeação do major.

A indignação rendeu um telegrama em conjunto de vários nomes da política local a Getúlio Vargas. O telegrama indicava o nome de Cândido Ramos para substituir o recém-chegado interventor, indicação de quem “se sente esquecido dos sacrifícios, dedicação causa Outubro”, nos dizeres da mensagem.<sup>148</sup> Sentiam-se traídos por apoiarem incondicionalmente o Governo Provisório em 1930 e 1932 e nada receberem em troca. Uma versão um tanto dissimulada, considerando a ligação do PLC com a FUG. Entretanto, Nereu Ramos não estava entre os remetentes, o que ajudava a dissipar a sombra dessa relação. De fato, dois dos protestantes em abril encontravam-se aqui entre os indignados: Carlos Gomes e José Eugênio Muller. Apoiar o Governo Provisório era imperativo, mas aquele haveria de reconhecer as demandas políticas estaduais em troca, num exemplo de estado de compromisso.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> O que nos remete às diversas redes de sociabilidade (vetores de cultura política) estabelecidas por Carlos. Além da advocacia, profissão compartilhada entre Carlos, Ivo e Nereu Ramos, há ainda o fato de quem presidiu os inquéritos: um civil com fortes relações com antigas oligarquias e com os novos “donos do poder”. Nereu e Ivo de Aquino estariam “seguros” nas mãos de CGO. Quanto aos demais envolvidos, não encontramos informações suficientes sobre seus destinos.

<sup>148</sup> Telegrama de lideranças civis e militares catarinenses a Getúlio Vargas, em 27 out. 1932. Acervo CPDOC/FGV. GV c 1932.10.03

<sup>149</sup> Pandolfi (2007, p. 18), por exemplo, informa que “Entre 1930 e 1935 os vinte estados da federação e o Distrito Federal foram governados por 94 interventores”. Santa Catarina foi um estado relativamente “econômico”: foram três interventores. Os dois primeiros eram os militares e parentes

### 3.5 “SOMOS AGORA, O QUE SEMPRE FOMOS”

Com este título, Carlos publicou um artigo no *Correio*, em 22 de novembro de 1930, defendendo-se da acusação de ser um adesista de última hora do movimento que alçou Getúlio Vargas ao poder e derrubou a Primeira República.

O título é, sem dúvida, dos mais sugestivos, e o artigo nos deixa entrever alguns aspectos da política institucional na Santa Catarina do final dos anos 1920. Também nos instiga a refletir a respeito da relação de Carlos Gomes de Oliveira com a autoproclamada “Revolução de 1930”. É valendo-nos do arcabouço teórico dos estudos de cultura política que pretendemos aqui apresentar algumas considerações em relação a estes assuntos.

Observamos, no capítulo anterior, as relações estabelecidas entre Carlos Gomes e grupos/instituições com ideias e práticas diferentes entre si, como suas experiências na Faculdade de Direito de São Paulo, ou o contato com a política formal catarinense, por exemplo. Para lembrar a importância desses contatos, é preciso citar a constatação de Serge Berstein sobre os trabalhos de historiadores com foco na cultura política:

Por meio de seus estudos empíricos, eles constataam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos (BERSTEIN, 2009, p. 32).

Perscrutar a maneira como nosso personagem apreendeu as interações com diferentes grupos que manifestam práticas e representações divergentes (ou não divergentes) poderá fornecer subsídios para se compreender sua atuação política. Até porque a aquisição de uma cultura política se faz também através de cálculo racional, e que “pô-la em prática com um dado facto implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta e que, se o compromisso é um acto do ser profundo, ele não é nem impulsivo, nem irreflectido”

---

gaúchos; o terceiro, Aristiliano Ramos, prócer aliancista e um dos comandantes das forças revolucionárias no estado em 1930, era primo de Nereu Ramos. Sua nomeação, obviamente, desgostou os legionários de Rupp Júnior.

(BERSTEIN, 1998, p. 360-361). Dessa forma, devemos procurar compreender que experiências e impressões que Carlos mobilizou para ponderar sua ação diante daquela conjuntura que culminou com o fim da Primeira República.

Embora tenha retornado à política institucional a partir de 1926, não apenas nessa frente movimentou-se CGO: alusão à sua atuação junto de Plácido Gomes na Liga dos Lavradores, uma associação de classe do campo em Joinville, e também em episódios como a Greve de 1917. Carlos manterá estes contatos após engrossar as fileiras do governo Konder. Conforme já citado, CGO acabou por atuar como intermediário numa greve em junho de 1927 e, em novembro, entabulou conversas com os lavradores descontentes com o aumento de impostos.

O que vale reter das relações criadas entre Carlos e estes grupos vetores de uma política não institucional é que ele procurou agir de maneira temporizadora, buscando frear o ímpeto de grevistas e camponeses, mas admitindo a sua preocupação na resolução de conflitos, desde que numa atmosfera de paz: “Sinto dentro em mim essa scentelha de espirito publico que leva constantemente as minhas cogitações para os problemas sociaes, e serei feliz se puder pôr tambem a minha pedra, na construcção da paz e da felicidade collectivas [...]” (UMA JUSTA..., 1927, p. 1). Suas “cogitações para os problemas sociaes”, para além de uma negociação entre patrões e empregados, passam primordialmente pelo sistema político institucional: foi assim que ele e Plácido incentivaram o alistamento eleitoral dos integrantes da Liga dos Lavradores em 1921, procurando criar uma base de eleitores. Para Carlos, portanto, a solução era política, e para os governantes impunha-se o dilema de: ou se adaptar às “novas exigencias sociaes e politicas” ou “serem esmagados” (OLIVEIRA, C. G., 1929, p. 1). O não atendimento de reivindicações sociais era um dos fatores que deixavam os partidos e o sistema político formal dissociados dessa parcela importante da população, ameaçando a manutenção do sistema. Temos aqui a sua “preocupação” com a classe trabalhadora, no sentido de temê-la e de assisti-la, recorrente nos anos seguintes.

Mas quais as características dos partidos regionais em fins dos anos 20? Observamos, no capítulo anterior, que nosso personagem tinha impressão negativa a seu respeito, pois não formavam “correntes de opinião” fortes o suficiente para penetrar na sociedade. As correntes de oposição eram momentâneas, como a Campanha Civilista e a Reação Republicana. Após o processo eleitoral, todos os políticos voltavam a se congregar. Para Carlos, essas agremiações não eram mais capazes de responder aos problemas sociais da época, inclusive o partido catarinense

liderado que era por figuras do século anterior. Era um partido anacrônico. Tal diagnóstico significava para Carlos a busca de uma solução reformista, através da “regeneração” dos costumes políticos e administrativos.

Mas as figuras do século passado foram se eclipsando ante as mais jovens. Abdon Batista, Hercílio Luz e Lauro Muller faleceram nos primeiros anos da década, abrindo espaços para novos correligionários. Muito próximo de Luz, os irmãos Konder ascendem ao controle do partido na convenção de janeiro de 1926. Adolfo Konder promoveu uma reforma partidária, criando estatutos básicos para o funcionamento do PRC. Exigir que tomadas de decisões se dessem a partir de reuniões deliberativas de todo o diretório nos municípios, ao invés de serem definidas discricionariamente por um “chefe”, era medida nova e que agradava a Carlos Gomes.

Oponente da família Konder, a família Ramos era conhecida de nosso personagem. Nereu Ramos, advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, assim como Adolfo Konder e Carlos Gomes de Oliveira, por volta de 1928 trazia a Santa Catarina o Partido Democrático, fundado inicialmente em São Paulo, como oposição ao antigo PRP. O PD será partidário da Aliança Liberal em 1930, bem como os Ramos.

Embora em campos opostos, Ramos e Konder compartilhavam práticas e discursos políticos muito próximos. Em linhas gerais, de acordo com Duwe (2016), estas duas “famílias de políticos”, como se autointitulavam:

[...] que sempre resistiram à participação popular no interior dos seus partidos, centralizaram práticas políticas e econômicas em um seletivo grupo de empresários e políticos tradicionais, estando estes atrelados ao Estado em busca de benefícios para os seus empreendimentos privados, sem nunca deixar de expressar-se segundo balizas liberais. Todo este conjunto de ideias e práticas fez parte desta cultura política que podemos definir de forma mais precisa de acordo com o pensamento de Héglio Trindade, para o qual uma parcela significativa do pensamento liberal brasileiro formou-se seguindo uma lógica liberal e uma práxis autoritária (DUWE, 2016, 52-53).<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> Duwe não estuda o período de 1920-30 especificamente, porém, entende que esse processo de construção e consolidação dessa cultura política se deu na Primeira República. Aliás, conforme Berstein (entre outros), o fenômeno da

Duwe arrola algumas características que uniam essas duas famílias numa mesma cultura política: personalismo e clientelismo político; defesa de um regime democrático liberal e federativo; centralização das decisões partidárias, tomadas de cima para baixo; defesa de interesses econômicos industriais e agrários (ambas as famílias possuíam negócios nesses setores da economia); presciência das elites, ou um liberalismo elitista, que servia de justificativa ao combate à participação política popular<sup>151</sup>. Ainda outra característica da cultura política destas famílias, demonstrada pelo historiador, é a representação que criaram de “predestinação” ao poder. Acreditavam ser destinadas a dirigir a política estadual.<sup>152</sup>

Tão importantes quanto o partido, as relações familiares de Carlos não devem ser deixadas de lado. Depois de se afastar da política em 1922, ele fora empregado pelo sogro em um empreendimento familiar, no setor de energia, a fim de levar eletricidade ao município de São Francisco do Sul. Entretanto, a Empresa Joinvilense de Luz e Força estaria com os dias contados, ao menos em Joinville, substituída pela Empresul, vencedora da concorrência para a prestação do serviço em 1928, não sem protestos de Carlos. Ainda em 1930, a mesma empresa obteve a concessão da telefonia na cidade, fato combatido nas páginas do *Correio de Joinville*. Se do setor de energia a família se retirava, permanecia no de erva-mate. Carlos foi um representante em reuniões entre ervateiros e governo desde 1928, provavelmente através da influência pessoal de seu sogro e do apoio institucional de Adolfo Konder.<sup>153</sup>

---

cultura política só é possível em média ou longa duração, dada a necessidade de sua difusão (capilar) e internalização por parte dos indivíduos e grupos.

<sup>151</sup> Duwe cita Maria Victoria de Mesquita Benevides, que entende essa “presciência das elites” como “convicção da incapacidade da população ser politicamente responsável, necessitando ser guiada. A autora afirma que, ao ser manifesta, esta crença acaba por apresentar um desprezo destas elites pelas reivindicações trabalhistas (sinônimos da desordem e do caos) e uma desconfiança em relação ao voto popular (o povo seria incapaz de escolher os seus representantes)” (DUWE, 2016, p. 54-55).

<sup>152</sup> Não foi à toa que, para solidificar sua posição à frente do PRC, Adolfo Konder criou todo um aparato regimental de controle dos diretórios municipais do partido.

<sup>153</sup> O governo Konder apoiou essa atividade econômica. Uma das medidas foi o estabelecimento de atribuições ao Laboratório de Análises do Mate, em São Francisco do Sul, no início de 1930. Esse laboratório seria responsável por um exame de qualidade da erva a ser exportada (O LABORATÓRIO..., 1930, p. 1).

Além da conexão empresarial, Carlos mantinha sua parceria com Plácido Gomes, seja através da Liga dos Lavradores, seja da política partidária formal.

Partindo dessas bases, podemos avaliar o peso e a apreensão dessas influências em Carlos Gomes, na sua atuação política no fim da década de 1920, e, mais especificamente, em relação à queda do regime republicano inaugurado em 1889.

Em primeiro lugar, a adesão ao novo governo estadual. Conforme já abordado, a política partidária brasileira nesse período girava em torno dos gabinetes dos governadores dos estados. Adolfo Konder, em 1926, ao se lançar candidato à presidência do estado, alçou-se também à liderança do PRC. Para consolidar sua posição, realizou uma reforma estatutária no partido, dotando-o, por exemplo, de uma lei orgânica. Isso com o objetivo de criar toda uma estrutura deliberativa e de controle dos correligionários, no diretório estadual e nos dos municípios. O diretório joinvilense estava dividido, com os Gomes de Oliveira (uma dessas “famílias de políticos” tais como os próprios Konder) afastados. Carlos voltou para o lado da situação por convite de Adolfo Konder, num esforço de “pacificar” o diretório local.

Por que o teria aceitado? A aposta aqui é a de que CGO tenha observado o discurso e as ações já realizadas ou projetadas por Adolfo, além da oportunidade do retorno à política partidária, pleiteando cargos eletivos. Primeiramente, o futuro presidente do estado criou, como frisamos, uma verdadeira estrutura institucional para o PRC, fazendo deste um partido propriamente dito (graças à elaboração de sua lei orgânica). Nos anos seguintes, Carlos não poupou elogios aos irmãos Konder, especialmente a Adolfo e Marcos, com quem mantinha relação mais próxima, ambos deputados estaduais a partir de 1928. Mesmo após outubro de 1930, CGO refere-se com deferência a Marcos Konder, como “figura invulgar de homem publico” (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1) e defende ainda seu apoio ao “bom” governo que fizera Adolfo Konder. Durante sua administração, o presidente promoveu a realização de um congresso das municipalidades, reunindo representantes de todas as cidades do estado para a formalização de políticas públicas para os municípios. Foi neste congresso, conforme já vimos, que CGO propôs medidas no sentido da “nacionalização do ensino” – sua pauta recorrente na década de 1930.

Essa tônica “reformista” do governo Konder foi, sem dúvida, um fator para que Carlos Gomes aceitasse voltar a fazer parte da política

partidária estadual<sup>154</sup>. É o que ele próprio dá a entender durante o já discurso proferido na sede da Liga dos Operários, no qual afirmava que Adolfo “compreende, de certo, que a função da política é de coordenação social, possível apenas quando harmonizadas as aspirações e os interesses individuais naquilo que é comum a todos os indivíduos” (UMA JUSTA..., 1927, p. 1). Essa harmonização das aspirações se faria através de consulta às diferentes classes sociais, e esse papel era, na visão de Carlos, dos governantes de então.<sup>155</sup>

Acreditamos ter ficado demonstrado como sua volta ao PRC foi decisão tributária de sua bagagem política de anos anteriores no trato com diferentes grupos, com ideias e formas de se fazer política, e não apenas por interesse em exercer cargos eletivos e/ou públicos, embora os tenha exercido nos anos seguintes, graças a essa volta sob os auspícios do presidente do estado.

Nos anos seguintes, esse retorno ao PRC será marcado, de parte de Carlos, por sua forte oposição ao prefeito Ulisses Costa no Conselho Municipal. Data de 1927 (segundo o *Correio de Joinville*) a primeira rusga. Essa oposição prosseguiu até depois da vitória dos aliancistas em 1930. Aqui há algumas informações importantes. Num movimento, Carlos utiliza o púlpito do conselho e depois da Assembleia Legislativa, para criar uma representação da gestão Ulisses Costa e de seu grupo de dissidentes da política municipal. De um lado, o superintendente, que faz jogos com os problemas públicos, “acreditando a principio, que os seus adversarios, fossem do estofa dos politicos profissionaes, que só cuidam de si” (POLITICA..., 1930, p. 1). Ulisses seria um “político profissional” num mau sentido; um político “feito sob a influencia de uma mentalidade que não se coaduna mais com a nossa época” (RESUMO..., 1930). De outro lado, Carlos e os dissidentes, coerentes “na sua orientação em favor do bem publico e nas censuras que tem feito aos actos e às praticas da

---

<sup>154</sup> Não apenas Adolfo possuía uma “mentalidade nova”. Também Nereu Ramos, opositor ao governo, amigo de Carlos e próximo ao Partido Democrático de São Paulo, proferia também um discurso reformista nesse período, o que nos remete à Duwe (2016) e sua percepção do discurso liberal compartilhado entre os Konder e os Ramos, mesmo adversários.

<sup>155</sup> Prossegue ainda, deixando uma impressão positiva a respeito de Konder: “[...] porque nelle se conjugam a largueza de vistas de um espirito liberal, o accendrado amor a sua terra e à sua gente, e admiravel capacidade de trabalho com que elle num esforço esplendido e honesto, procura soerguer as nossas finanças e melhorar as condições da nossa existencia colectiva.” (UMA JUSTA..., 1927, p. 1).

administração municipal” (RESUMO..., 1930, p. 5), e que entraram na política sem ambições pessoais, fomentadoras da “politicagem”.

Este movimento de criação de uma imagem, de uma representação de si e de seu grupo como o “novo”, interessado sempre no “bem público”, é acompanhado de outro, em que CGO invoca, em diversas ocasiões, sua autonomia e independência de ação e pensamento. É por esta fórmula que manteve seu distanciamento do governo municipal.

Mas, afinal, como surge essa oposição? A imprensa local, à época, aventou duas hipóteses: vimos anteriormente que o *Jornal* acusou Carlos de ter iniciado sua oposição depois que o município deu a concessão dos serviços de eletricidade à Empresul, forçando a venda da Empresa Joinvilense de Luz e Força, da qual Procópio Gomes, sogro de CGO, era um dos proprietários. O *Correio* logo tratou de responder, afirmando que a oposição era anterior, relacionado à contração de um empréstimo por parte da prefeitura, de que eles, dissidentes, discordaram. Em outras palavras, ou a oposição surgiu por interesse empresarial, na visão do *Jornal de Joinville*, ou por conta da administração ineficiente e “politiqueira” de Ulisses Costa, da qual o contrato de eletricidade, e o de telefonia, firmado com a mesma concessionária, a Empresul, fora “mais uma das intercorrencias acidentadas” da sua gestão.

Relações familiares e empresariais são aludidas por Duwe (2016), em sua análise da cultura política das famílias Konder e Ramos. Aqui não podemos descartar o interesse corporativo da família Gomes de Oliveira como um fator que exacerbou a postura de oposição entre Carlos e Ulisses Costa. Os Gomes de Oliveira expandiram sua influência econômica para o âmbito político já em fins do século XIX; a perda da concorrência com a Empresul significava um baque numa das bases desse poderio econômico, ainda mais essencial se considerarmos que a erva-mate, outra base da economia da família, enfrentava crises de preço e exportação. O episódio da concessão dos serviços de eletricidade, sendo “retaliação” de Costa, ou sendo o estopim de uma oposição “rancorosa” por parte de Carlos, mostra como as conexões empresariais assumiam papel interessante para pensar a tomada de posições em política. Se o caso não foi o estopim da oposição, ao menos contribuiu para sua continuidade.<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> O contrato de telefonia, firmado também com a Empresul em inícios de 1930, de maneira ilegal, sem a consulta ao Conselho Municipal, foi outro episódio de discordância. Na primeira página da edição de reestrea do **Correio de Joinville**, já constava uma manchete tratando da renovação do contrato telefônico, e da “inconveniência” de se conceder os serviços à Empresul. O



Outro aspecto das conexões familiares pode ter pesado na atitude de CGO nestes anos. Retomando a ideia de “predestinação” à vida pública, representação diagnosticada por Duwe (2016) como integrante da cultura política das famílias Ramos e Konder, podemos encontrar ideia semelhante também entre os Gomes de Oliveira. Nessa família, detectamos sucesso econômico empresarial espreado para o campo político. Membros da família e sócios nos negócios exerceram o executivo municipal ou a presidência do Conselho Municipal durante o período republicano e até depois de 1930, mesmo que em algumas ocasiões não estivessem do mesmo lado do tabuleiro político local.

Entre eles, encontramos Ernesto Canac, sócio na Companhia Industrial (cujo principal negócio era o processamento e exportação de erva-mate), prefeito entre 1890-1892; Abdon Batista, sócio na mesma empresa, prefeito entre 1892-1894 e 1915-1921; Procópio Gomes de Oliveira, também exportador de erva-mate, prefeito entre 1903-1907 e 1911-1914; Francisco Gomes de Oliveira, pai de CGO, presidente do Conselho Municipal e prefeito interino em diversas oportunidades nos anos 1910; o próprio CGO, prefeito interino entre setembro e outubro de 1927. Depois de 1930, Plácido Olímpio de Oliveira exerceu o Executivo entre 1930-1933; João Acácio Gomes de Oliveira, filho de Procópio, sucedeu a Plácido Olímpio, entre 1933-1934; Max Colin, Joaquim Wolff e Arnaldo Moreira Douat, todos empresários e correligionários de CGO, também exerceram o Executivo municipal entre 1934-1936, 1938-1939 e 1940-1944, respectivamente. É uma rede que se estende desde antes do nascimento de Carlos Gomes e que ele acaba integrando depois de iniciado na política institucional.

É evocando todo esse histórico (que continuaria nos anos seguintes) que Carlos conclama o “bairrismo joinvilense” como sentimento que movia a oposição que empreendia contra o prefeito. Ulisses Costa chegara como juiz, mas usara desse poder para influir decisivamente na política: “Ninguém solicitou ao sr. Ulysses Costa, essa intervenção estemporanea na vida politica de Joinville; s. s. é que nella se intrometteu indevidamente, arrimado tão só, ao prestigio de seu cargo” (OLIVEIRA, C. G., 1930a, p. 1). Diante deste poder político de Costa, “a influencia dos mais graduados dos joinvilenses se annulla, porque s. s. politico habil e absorvente, chama a si todas as attribuições politicas do municipio” (OLIVEIRA, C. G., 1930a, p. 1). Eis o revestimento de campanha “emancipadora” da Dissidência Municipal: era para “tirar ao

---

imbróglío, envolvendo CGO e Empresul, prosseguiu na década de 1930, conforme veremos no capítulo 4.

sr. Ulysses Costa a illusão de que, em nossa terra as ambições políticas, são monopólio seu...” (OLIVEIRA, C. G., 1930a, p. 1). Este artigo no *Correio* é complementado por discurso de CGO na Assembleia Legislativa, onde afirma que não se recolheria à insignificância de um “dois de paus” diante da política exercida por Ulisses, de centralizar as decisões sem ouvir o diretório, com a agravante de ter sido um nome “imposto” aos joinvilenses. O que esses textos mostram é a presença de uma representação de “predestinação” elitista semelhante à das duas poderosas famílias de políticos catarinenses. Os discursos giram em torno dos “mais graduados joinvilenses”,<sup>157</sup> que têm sua influência diminuída diante da direção de alguém “de fora”, imposto contra sua vontade.<sup>158</sup>

O baque sofrido no poder político e empresarial suscitou respostas dos Gomes de Oliveira. A recriação do *Correio de Joinville* foi uma resposta. Devemos lembrar que era traço recorrente entre os grupos dirigentes catarinenses a formação de periódicos com cunho político; com o *Correio* não foi diferente, tanto em 1921, quanto em 1929.

O *Correio de Joinville* publicou muitos artigos focados em questões locais, como o contrato de telefonia e a eleição municipal, mas alguns sobre a política nacional também. No jornal, a defesa de Adolfo Konder por sua escolha pela candidatura de Julio Prestes, de um lado, e a apologia ao voto secreto, exaltando nomes como Getúlio Vargas, Antônio

---

<sup>157</sup> Muitos empresários presentes aqui. A defesa do liberalismo econômico e da iniciativa privada é patente nas falas de CGO neste período. Algo que o aproxima de seus correligionários Konder e Ramos.

<sup>158</sup> Duwe (2016) aponta, dentro do PRC, um processo decisório centralizado nas mãos dos Ramos e Konder, traço da cultura política partilhada por essas famílias. Assim sendo, intervenções estaduais em diretórios municipais eram corriqueiras, caracterizando uma política oficial de cima para baixo, que causava mal-estar mesmo entre os grupos dirigentes, o que potencializava o nascimento de dissidências, como a que surgiu em Joinville. O PRC ganhara, com a reforma regimental de Adolfo Konder, melhores ferramentas deliberativas e também de controle de seus correligionários. “Disciplina partidária” era um termo recorrente nas edições do *Correio de Joinville*, quando Carlos precisou responder a acusações de insubordinação ao diretório municipal. Se duas das maiores famílias de políticos, Ramos e Konder, mantinham-se em oposição, a situação se alastrava por algumas seções municipais do PRC. Santa Catarina, por sua diversidade étnica e econômica, e por reflexos da Revolta Federalista de 1893-94, possuía uma classe política indócil às ingerências externas, e estas eram comuns, na intenção de “disciplinar” setores “rebeldes”.

Carlos e João Pessoa, de outro<sup>159</sup>, corroboravam a ideia de Carlos, manifestada tanto em 1930 quanto anos depois, de que ele pouco se envolvera na campanha presidencial<sup>160</sup>, exceto no *meeting* de Itajaí, presente com o amigo Marcos Konder, em apoio a Júlio Prestes.

Esse pequeno envolvimento é por ele explicado como simpatia pelas ideias da Aliança Liberal, mas, ao mesmo tempo, compromisso com Adolfo Konder. Dessa forma, ter-se-ia sentido constrangido em apoiar um lado ou outro. A influência de Plácido Olímpio, seu sócio no *Correio* e aliancista, também é importante para entender essa “neutralidade” do periódico e de nosso personagem.

A eventual derrota de Prestes em Joinville foi interpretada pelo *Correio de Joinville* como de responsabilidade de Ulisses Costa: a ojeriza dos eleitores contra sua gestão na prefeitura é que deu a vitória municipal a Vargas. A oposição de CGO ao governo municipal se explica, em parte, pela representação da “predestinação” à liderança política manifestada por nosso personagem, partilhada por suas relações com as famílias Konder e Ramos.

A eleição municipal que ocorreria em outubro uniu oficialmente os dissidentes e os aliancistas joinvilenses. Contudo, antes do pleito, um movimento armado depôs o regime republicano nascido em 1889.

Carlos não hesitou em abraçar a nova situação surgida em outubro de 1930. Por quê? Essa adesão ao novo regime suscita o problema do compromisso em política. Consideramos que a fidelidade partidária dentro dos frágeis e regionalizados partidos republicanos, partidos de baixa penetração no tecido social, e apoiados principalmente no poder conferido pelos governos, era discutível.

---

<sup>159</sup> Assinado por “A.”, o artigo em questão finaliza listando nomes relacionados à Aliança Liberal e dando a impressão de falência do sistema eleitoral brasileiro e da injustiça que se procederia nas eleições presidenciais: “Com homens do valor de Antonio Oliveira, Getulio Vargas, Octavio Mangabeira, João Pessoa, Assis Brasil e tantos outros, e o voto secreto a garantir-lhes a liberdade de ação e de eleição, seria quase impossível a fallencia do Brasil” (PELO VOTO..., 1929, p. 1).

<sup>160</sup> No calor do momento, em março de 1930, o *Correio* comentou que a dissidência, mesmo “sem desenvolver trabalho” estava ao lado da candidatura de Prestes. Em novembro, deposto Washington Luís, o mesmo periódico afirmou: “A campanha presidencial se fez em Joinville, sem que nós, quer o ‘Correio’, quer os membros da dissidencia local, gastassemos uma palavra para defender o prestismo e combater as tendencias reformistas da Alliança Liberal, que, em grande parte, diziam com os nossos sentimentos [...]”. (OLIVEIRA, C. G., 1930b, p. 1).

Mas a fidelidade partidária e sua força e/ou fraqueza vão além neste caso. Carlos possuía um entendimento com o presidente do estado, além de laço de amizade com Marcos Konder, irmão do mandatário estadual.

Retomar a ideia de Berstein (1998) de que um grupo, ou, em nosso caso, um indivíduo, realiza também uma operação racional para colocar sua cultura política em prática, ou seja, para decidir uma posição a ser tomada (ou não ser) em determinada conjuntura, é um começo.

Essa operação racional segue um caminho como este: no momento em que o governo estadual apoiou a candidatura oficial à prefeitura de Joinville contra os dissidentes, Carlos se sentiu “desobrigado” de seu compromisso – foi o que argumentou. E como a parceria com os aliancistas estava vívida pelo pleito municipal, quando estes se saíram vitoriosos, nada mais natural do que se juntar a eles, ainda mais sendo convidado.

Mas isto é atentar apenas parcialmente para a escalada de eventos daqueles dias. O fato de Carlos se ter dirigido a Florianópolis para prestar satisfações aos irmãos Konder e afirmar “não ter saída”, a não ser integrando a nova situação caso esta saísse vitoriosa, nos faz refletir sobre a participação de sentimentos e valores intrínsecos aos compromissos partidários que possuía com os Konder e com os aliancistas. Isto vai ao encontro da ideia de que culturas políticas mobilizam “sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)” (MOTTA, 2014, p. 27-28).

Percebendo a ação de Carlos diante dessas possibilidades, observamos que ele não se sentia exatamente “desobrigado” com o governo estadual. A derrota na tentativa de apoio a Max Colin não significara para ele saída do governo. Os laços de amizade com Marcos Konder, e de lealdade partidária com o presidente do estado, tinham sua importância. Essa amizade também pode ser invocada do outro lado do tabuleiro político, por parte de Nereu Ramos, um dos organizadores da campanha aliancista e da “Revolução” no estado.

Outro fator que, isolado, é incompleto, mas integrado neste cenário fornece subsídios para responder ao porquê de sua adesão, é o ideológico. Desde 1922, proferia um discurso liberal de moralização dos costumes administrativos e políticos, de constituição de verdadeiros partidos e de cuidado com a questão social, algo que poderia colocá-lo próximo de alguns ideais tenentistas. Com este fato, aliado ao de haver defendido os 18 do Forte em 1922, Carlos poderia dizer fizera parte de um processo político que estava culminando naquela conjuntura “revolucionária”.

Essa continuidade, encarada como compartilhamento do projeto revolucionário, o credenciaria a tomar seu quinhão entre os vitoriosos de 1930. É isso que ele dá a entender em sua fala de posse na subchefia de polícia em 19 de setembro de 1932, quando alude ao seu passado de “subversivo”, caçado pela polícia, mas deixa transparecer seu posicionamento de revolucionário:

Quando, em 1922, os 18 de Copacabana, plantaram a semente que, um milagre, havia de vencer a aridez da praia e florescer na Revolução Brasileira que aí está ainda processando-se, a truculência da política de então, estendeu as suas garras até o nosso Estado e aqui veio fazer vítimas, levando presos para o Rio, a mim e a outro companheiro, porque, pela imprensa havíamos glorificado os heróis (POSSE..., 1932, p. 3).

Isso em 1932. Uma interpretação mais elaborada de suas aventuras políticas.

Em resumo, o fato de Carlos ter aderido ao regime inaugurado em 1930 responde a diversas demandas, raciocínios e representações que ele fazia daquele momento histórico, internalizados através do relacionamento que manteve com grupos vetores de socialização política até então ativos. Tudo guardava coerência com um programa de reformas próximo ao que defendia havia anos, que compreendia: a chance de influir nos destinos políticos da cidade, recuperando espaço perdido; uma controlada participação popular nestes movimentos (tudo feito para o povo, mas não pelo povo), mantendo uma atmosfera de “harmonia” social no país. Estes itens, dentre outros, ajudaram Carlos a tomar sua decisão em favor dos “revolucionários”. Os compromissos firmados pesaram para o lado dos aliancistas, entre os quais CGO também se sentia bem amparado.

E o que veio em seguida? E o “Brasil novo” (expressão da época) que estaria sendo construído pela “obra revolucionária”?

Em Santa Catarina, um grupo oligárquico foi substituído por outro no governo estadual. Naturalmente, havia o interventor federal nomeado, o militar gaúcho Ptolomeu de Assis Brasil, mas grande parte de seu secretariado era formado por membros da família Ramos e seus correligionários. Os Konder passavam para a “planície”. A “Revolução” não mudou muitas figuras no cenário político catarinense.

A Aliança Liberal aqui se transformou no PLC em inícios de 1931. Esse partido, que deu sustentação ao interventor, era liderado por Nereu

Ramos, formado por elementos advindos das elites oligárquicas, mas com bandeiras liberais na economia e na política. Caso do próprio Nereu, que mantinha contatos com partidos reformadores de outros estados desde antes de 1930, como o Partido Libertador gaúcho e o PD paulista. Mesmo contando com um Vidal Ramos, ex-governador nos anos 1910, o PLC tentava passar a ideia de novidade.

Nos primeiros anos do Governo Provisório, e em direção às eleições constituintes, Santa Catarina observou a desagregação dos grupos alçados ao poder, como a cisão do recém-formado Partido Liberal Catarinense, dissidência que formou a Legião Revolucionária do estado. Além de outros partidos formados na época, defensores de pautas diferentes daquelas do PLC - tenentistas, católicos, “carcomidos”, etc. -, todos tiveram oportunidade, no sistema partidário que se formou nos anos 1930, de ter voz, num momento de intensa disputa pelo Estado brasileiro.

E nosso personagem? Que relações estabelecia? Que posições demarcava neste período?

Primeiramente, aderiu sem constrangimento à nova ordem política, fazendo parte do diretório do PLC local e estadual. Isso já nos diz que, para um indivíduo bem colocado na ordem anterior, não havia embaraços intransponíveis em integrar o governo revolucionário. Seu diálogo com a família Ramos, especialmente com Nereu, é uma permanência do período anterior.

A trajetória de CGO mostra como o grupo vitorioso em Santa Catarina, liderado pelos Ramos, imbuídos de uma cultura política, lidou com a mudança de regime, no sentido de se apossar de cargos importantes de governo, criar um partido em seus moldes, e galgar, enfim, a Interventoria. A representação de sua “predestinação” ao poder foi um dos combustíveis da oposição que sofreram os dois interventores no estado. CGO fez parte deste processo, debandando do governo Zubaran e sendo signatário do telegrama de diversas lideranças a Getúlio em 32. A própria manutenção de CGO no governo, após 1930, responde a essa influência, pois o que faz é recuperar espaço perdido por ele e seus correligionários na administração municipal e no partido de situação.

Carlos Gomes compartilhava algumas das características da cultura política das famílias Ramos e Konder neste período, o que se explicaria pelo vínculo contínuo que havia entre estas duas famílias de políticos e pelo senso do papel de sua própria família na política e na economia joinvilenses. Entretanto, a partir de 1930, ao menos no discurso, Carlos toma distância destes referenciais em certas ocasiões, especialmente no que tange à imagem do Governo Provisório, da política e da sociedade na nova conjuntura. De onde retira os novos?

De 1931 em diante, Carlos foi representante catarinense nas negociações para a criação de um Conselho Nacional do Mate, tutelado pelo recém-fundado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), no Distrito Federal. O fato de ser um conselho de defesa de interesses empresariais não salta aos olhos, sendo mais uma permanência do período anterior, elevada a outro nível pela possibilidade de auxílio do governo federal em questão outrora restrita aos estados. Mas o importante é levar em conta essas constantes viagens ao Distrito Federal, e o contato com o MTIC.

O surgimento desse ministério, já em 1930, com o epíteto de “Ministério da Revolução”, tem uma carga simbólica interessante. Ele marca uma mutação no modo de se encarar a questão social no país, no qual a preocupação com os trabalhadores assume aspecto de política governamental, em bases autoritárias, e rivais em relação às do movimento sindical.<sup>161</sup>

Carlos mantinha contato recorrente com grupos trabalhadores, durante os anos 1910 e 1920. A criação do MTIC foi, sem dúvida, vista com bons olhos por ele, e não apenas pela oportunidade de defender os interesses corporativos dos ervateiros, mas por ser uma ferramenta de ação política nas questões sociais.<sup>162</sup> Um ministério necessário para o

---

<sup>161</sup> Processo semelhante ao teorizado por Berstein sobre a mutação de culturas políticas, segundo o qual essa mudança “depende também da influência que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas parecem trazer respostas baseadas nos problemas que se depararam às sociedades num dado momento da sua evolução” (BERSTEIN, 1998, p. 358). Neste caso, a ideia da urgência dos trabalhadores, de sua existência, de suas necessidades e sua força política, já antiga, como demonstra Ângela de Castro Gomes (2005), proferida por setores ligados aos trabalhadores, como anarquistas e depois comunistas, ascende à política oficial de governo a partir de 1930. O movimento torna-se mais intenso a partir de 1942, de acordo com a historiadora. Todo este contexto e a participação de Carlos serão aprofundados no capítulo 4. Em resumo, houve então uma “osmose”, em que as demandas de um grupo, dada a urgência do momento, ganharam ressonância na plataforma de outro. Naturalmente, a cessão de direitos trabalhistas será acompanhada de um controle estatal sobre os sindicatos.

<sup>162</sup> A lei de sindicalização (Decreto nº 19.770, de 1931), por exemplo, delineou as ações do governo com relação aos sindicatos e à classe trabalhadora: “Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado. [...] Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a

homem que escrevia a respeito da possibilidade de os governantes serem esmagados se não atentassem para as exigências sociais em 1929, e que reafirmara essa importância em diversas ocasiões nos anos anteriores e seguintes, ao ponto de, do púlpito da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, afirmar que a Revolução de 30 assumira uma “feição social”.

Outro episódio em que se distanciou dos próceres do PLC foi no contexto da Revolta Constitucionalista em São Paulo, invocando o já falado princípio de “independência”. O ponto em questão, para ele, era o momento: não era a hora de reconduzir o país à ordem constitucional. Seu receio era o retorno a velhas práticas que rendiam à Primeira República o cognome de “ditadura disfarçada”. Foi um período para ele de contundente crítica ao período anterior e a seu “simulacro de democracia”.<sup>163</sup>

Esta sua visão negativa do sistema político anterior está no cerne de sua decisão de ir contra o diretório do PLC naquela oportunidade. Mas de que fonte bebeu Carlos para chegar a essa leitura do passado recente do país? A aposta é de que, além de suas experiências progressas, desde a primeira geração do *Correio de Joinville*, Carlos teria sido atraído pelas ideias de centralização do Estado nacional, importantes para a realização da “obra revolucionária”, especialmente no campo social. Além dessa influência de seu contato com o Governo Provisório<sup>164</sup>, devemos considerar que ele se dirigia ao Distrito Federal e por lá conhecia pessoas, lia jornais, vivenciava em partes o cotidiano do governo federal. É forçoso pensar que toda a influência política exercida pelo tenentismo no governo tenha passado despercebida por CGO.

A sugestão de sua filiação às chamadas “esquerdas revolucionárias”, ala mais “radical” do tenentismo, é um “acinte” do

todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas etc. [...]”. (CASTRO GOMES, 2005, p. 163).

<sup>163</sup> Embora aliviasse o tom de crítica quando falava dos políticos (leia-se das oligarquias): “Os governos como os políticos que são elementos primordiais na vida de um povo, estavam entre nós, divorciados do sentimento colectivo. E nem sempre eram maus os homens que os encarnavam. Ao contrário, a maioria d’eles, assim o pareciam por força das circunstancias que os rodeavam” (A NECESSIDADE..., 1931a, p. 1).

<sup>164</sup> Quando a Revolta estourou em julho de 1932, Carlos estava no Distrito Federal e de lá declarou apoio a Getúlio, que, afirmou no discurso de setembro de 1932, ao assumir a subchefia de polícia. É um passo forte, dado sem a guia do PLC, o que é importante para perceber que nossa personagem, além de vontade própria, calculava suas ações através de outros referentes que não apenas a lealdade ao partido catarinense, ou mesmo seu vínculo com Nereu Ramos.



jornal *A Notícia*, que Carlos nega. De fato, no ano seguinte, o Partido Social Evolucionista, partido tenentista no estado, não chamará sua atenção, mas naquele momento, no contexto da Revolta Paulista, CGO estava próximo de algumas bandeiras tenentistas, fruto de sua proximidade com o Governo Provisório, com suas experiências em solo carioca e de sua leitura do passado político brasileiro.<sup>165</sup>

Carlos escrevera, no artigo de novembro de 1930, que era naquele momento o que sempre fora. Aludia à postura que chamava de “independente” em relação ao governo e às “convicções” reformistas (reivindicações habituais nas suas falas). Isto pode ser considerado válido, mas ele não era naquele momento o que sempre fora: estava surfando numa onda relativamente nova, a caminho de novas formas de pensar e fazer política. Estava, naquele momento, adquirindo experiências novas, por diferentes meios, o que lhe permitia realizar leituras de passado e presente, permitia-lhe tomar alguns posicionamentos, alguns não muito distantes do período pré-1930.

Este início de Governo Provisório no Brasil representou para Carlos um aumento em sua esfera de atuação, incluindo não apenas o estado de Santa Catarina; foi também um período de continuidade em certas práticas, como as inspiradas pelas relações com a classe política oligárquica. Não há, porém, como negar: algumas mudanças, tributárias de seus contatos com outros grupos, instituições e ideias de se fazer política. Se ele era o mesmo de sempre em novembro de 1930, nos anos seguintes se observarão algumas mudanças face ao panorama de novidades e incertezas políticas que caracterizou a década de 30 no Brasil.

---

<sup>165</sup> O que o distanciaria dos tenentes, entre outros motivos, era o direcionamento de suas críticas apenas ao modelo democrático “desvirtuado”, e não às oligarquias que ocupavam os governos.



#### 4 O DEPUTADO CARLOS GOMES E A ESFINGE

Distrito Federal, julho de 1922. Carlos Gomes de Oliveira e Plácido Gomes de Oliveira estavam presos, sem mandado, num quartel da polícia. A cidade estava sob estado de sítio, decretado por Epitácio Pessoa na esteira da Revolta do Forte de Copacabana. Os dois jornalistas catarinenses, presos ilegalmente em solo catarinense, eram acusados de açular o 13º Batalhão de Caçadores de Joinville à “revolução”, em artigo publicado em seu periódico, o *Correio de Joinville*. Foram libertados em fins de agosto daquele mesmo ano.

Distrito Federal, fevereiro de 1935. O deputado Carlos Gomes de Oliveira discursa no Palácio Tiradentes. O tema era o projeto da Lei de Segurança Nacional, ao qual ele dava sua anuência. Nos meses e anos subsequentes, CGO avalizou as investidas do Poder Executivo em cercear as liberdades constitucionais outorgadas pela Carta de 1934, da qual foi um dos construtores.

Há, neste intervalo de pouco mais de uma década, um deslocamento na vida de Carlos: de vítima do arbítrio da polícia política em 1922, a um dos seus colaboradores no período constitucional de 1934-37.

Reivindicações da Aliança Liberal, como moralização da administração pública, voto secreto e existência de partidos políticos são reafirmadas por ele em 1931, ao saudar a elevação do diretório catarinense da Aliança Liberal em Partido Liberal Catarinense (PLC). Como migrou CGO desta retórica política liberal para o apoio a um regime que extinguiu partidos e a atividade parlamentar no espaço de menos de uma década? E por quê?

A trajetória humana é suscetível a mudanças conjunturais e pessoais. Não é retilínea, rumada a um destino glorioso ou malogrado. O que teria motivado essa mudança na leitura da conjuntura política (e também da ação) de nosso biografado? Valendo-nos do conceito de cultura política, procuraremos, neste capítulo, abordar o tempo de CGO como parlamentar representante de Santa Catarina, observando seus posicionamentos, discursos e relações de sociabilidade estabelecidas dentro e fora do parlamento, inclusive com o presidente Getúlio Vargas, com o fito de responder a questões como as acima postas.

Nesta seção, iniciaremos com o processo de reconstitucionalização empreendido no Brasil, observando as áreas que mais concentravam sua atenção na condição de deputado constituinte. Em seguida, nossa visão se deslocará para os anos de 1935 a 1937, período em que a Carta de 34 foi praticamente suspensa. Por fim, focaremos de modo especial no papel de

nosso biografado nessa conjuntura, aventando hipóteses em relação a suas ações e consequências na política nacional.

#### 4.1 A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

Embora derrotada, a Revolta Paulista de 1932 alcançou o objetivo de obrigar o Governo Provisório a processar a reconstitucionalização do país. Os tenentes, em geral desgostosos com a ideia, começaram a dispersar-se, e o Clube 3 de Outubro, a perder força. Mesmo com os pedidos de demissão de alguns interventores tenentistas no Nordeste, estes procuravam, no Congresso Revolucionário realizado em novembro de 1932, formar um partido nacional para se contrapor às oligarquias regionais. O plano falhou, e o que surgiu no lugar foram os partidos estaduais, nem sempre em oposição às antigas oligarquias do período anterior a 1930.

Em Santa Catarina, observa-se a criação de um partido tenentista, porém em oposição tanto aos “carcomidos” quanto aos “revolucionários”, uns e outros advindos das oligarquias pré-1930. O indesejado (pelos grupos políticos locais) interventor, major Ruy Zobarán, orientou a criação do Partido Social Evolucionista em fevereiro de 1933. Os interventores Ptolomeu de Assis Brasil e Ruy Zobarán foram rechaçados pelos dirigentes do Partido Liberal Catarinense (PLC), antiga Aliança Liberal no Estado, formada basicamente por políticos ligados por laços de família às antigas oligarquias catarinenses. Não à toa, a família Ramos comandava a agremiação. Os vencedores de 1930 estavam divididos.

A partir de 1932, o “perrepismo” voltou à ativa, e os “carcomidos” de Santa Catarina reapareceram. O fim de 1932 é de boatos do retorno do ex-governador Adolfo Konder; em fevereiro do ano seguinte, o velho PRC lança novo manifesto. Em convenção realizada no mês de abril, Konder “criticou os pontos principais que haviam sido causa para o enfraquecimento do Partido, no período anterior a 1930, o conservantismo extremo, o excesso de disciplina, além do atraso em relação às conquistas sociais” (PIAZZA, 1994, p. 579-580).

Como última grande força partidária organizada para as eleições de 1933, aparece a Legião Republicana, sob presidência de Henrique Rupp Jr., um dos revolucionários de 1930 e inimigo de longa data de Nereu Ramos. A Legião se arrogava, assim como o “Evolucionista”, verdadeiro estandarte do movimento de 30 no estado.

Foi neste contexto de formação de novos partidos que caiu o interventor Zobarán. Depois de muitas negociações entre Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre, foi escolhido o nome de Aristiliano Ramos

para a interventoria. O sonho antigo da família Ramos e dos liberais catarinenses, de ter um conterrâneo no governo, fora realizado.

Convém retornar ao conceito de cultura política: a partir de uma análise das principais famílias de políticos de Santa Catarina, Duwe (2016) considera que, mesmo adversárias, as famílias Ramos e Konder/Bornhausen partilhavam semelhanças em seus discursos e práticas políticas; neste caso, uma retórica liberal acompanhada de uma práxis autoritária. Em resumo, a cultura política comum a esses dois clãs era:

[...] baseada em práticas políticas pautadas no clientelismo, personalismo e patriarcalismo; uma crença em comum no estado federativo pautado em uma democracia liberal; na percepção de que o desenvolvimento econômico do Estado deve voltar-se ao progresso do setor privado; e na ideia de que estes políticos tradicionais eram predestinados à vida pública enquanto representantes políticos da sociedade catarinense (DUWE, 2016, p. 32).

Este conjunto de crenças, especialmente sua pretensa “predestinação à vida pública”, por serem “famílias de políticos”, sustenta o sentimento de insatisfação entre os dirigentes do PLC com a nomeação de outro interventor gaúcho e militar para Santa Catarina em fins de 1932, quando Assis Brasil fora substituído por Zobaran. Em telegrama enviado por políticos locais (entre eles Carlos Gomes) a Getúlio, diziam sentir-se surpresos e, de certa forma, desconsiderados em seus esforços em prol da Revolução graças à nomeação desfavorável. Sugeriam o nome de Cândido Ramos, ex-secretário de Assis Brasil, catarinense, e “habitado aos problemas do estado”. Henrique Ricardo Hall, enviado do Distrito Federal para observar a situação catarinense, escrevia a Vargas também indicando o nome de Cândido para substituir o interventor. Alegava que Assis Brasil não conseguia fazer-se popular entre políticos locais, criando-se assim “a impressão de que pouco se interessava pelo Estado e que desprezava os seus homens.”<sup>166</sup> Se Cândido não emplacou,

---

<sup>166</sup> Hall segue criticando Assis Brasil, e fornece um panorama insólito a respeito da falta de respaldo do movimento revolucionário entre as classes políticas de Santa Catarina: “Não foi habil nem político deixar de congregar os elementos revolucionarios afim de apoiar o seu Governo e o Governo Federal, mormente em um Estado cuja corrente reaccionaria tem raises profundas.” (HALL, 1932, p. 1). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo->

Aristiliano, com o aval de Flores da Cunha, foi o vitorioso para substituir Zobaran.

Preparando-se para o pleito a ser realizado em 3 de maio de 1933, que elegeria quatro representantes catarinenses para a Assembleia Nacional Constituinte, Carlos Gomes de Oliveira procurou desincompatibilizar-se do cargo que ocupava no Conselho Consultivo (antiga Câmara de Vereadores) de Joinville, em fevereiro. Pouco tempo depois, foi realizada convenção do PLC, que, além de estabelecer a chapa, reintegrou Nereu Ramos ao partido.<sup>167</sup>

CGO e os demais candidatos do PLC ganharam as eleições, mas não levaram. O Partido Social Evolucionista entrou com recurso na recém-formada Justiça Eleitoral, alegando irregularidades nas cédulas utilizadas para votação, e obtiveram sucesso na impugnação do pleito. Para o “segundo turno”, mudança na composição das chapas. Cândido dava lugar ao primo Nereu no grupo liberal, enquanto republicanos e legionários uniam-se na “Coligação Por Santa Catarina”. Os evolucionistas articularam alianças com os liberais e foram sondados pelos agora coligados, mas terminaram isolados e fracassaram no pleito.

Neste ínterim, entre a organização das novas chapas e a divulgação dos resultados, é possível começar a rastrear indícios de uma cultura política interiorizada e manifestada por CGO. Documentos essenciais para perscrutar este momento são duas cartas enviadas ao amigo de longa data e aliado político, Nereu Ramos.

Os meses que se sucederam às eleições de maio parecem ter sido tensos na política catarinense, pela iminência de uma anulação (que de fato ocorreu); Carlos Gomes, especialmente, demonstrava estar atribulado. Em correspondência enviada a Nereu, depois de narrar uma crise política que levou ao afastamento de um membro do diretório liberal joinvilense e à sua substituição<sup>168</sup>, aprofundava suas considerações a respeito do momento catarinense e brasileiro. Começava avaliando que,

---

peessoal/GV/textual/carta-de-henrique-ricardo-hall-a-getulio-vargas-analisando-a-situacao-politica-de-santa-atarina-sob-as-interventorias-de-ptolomeu-de-assis-brasil>. Acesso em: 13 mai. 2017.

<sup>167</sup> Nereu Ramos havia emprestado apoio aos revoltosos paulistas em 1932, e saído do partido. Os candidatos escolhidos foram Cândido Ramos, Carlos Gomes de Oliveira, Arão Rebelo e o cel. Fontoura Borges do Amaral.

<sup>168</sup> O diretório joinvilense do PLC não escapava a um elitismo em suas hostes. Saía de cena (saída essa temporária, segundo CGO) o empresário Joaquim Wolff; entrava, por seu esforço, Adoniro Rosa, sócio de uma importante firma comercial e membro de antiga família local (OLIVEIRA, C. G., 1933a).

pelo veiculado na imprensa, a anulação do pleito de maio era inevitável. Sendo assim, acreditava ser possível uma coligação com os evolucionistas; prevendo, porém, a necessidade de um novo arranjo na chapa do partido, aventava abrir mão de sua candidatura.

Mais do que isso, mostrava sinais de incerteza em relação à opção tomada pela constitucionalização do Brasil, “porque sentindo o atropelo de ideais políticos em que vivemos, achava que devíamos esperar a sedimentação deles para que, só depois, fossemos moldar a nossa organização constitucional”. Sua contrariedade era em relação ao tempo: era cedo demais, e os novos conceitos acendidos com o movimento de 1930 não estavam sedimentados.

A democracia liberal e o regionalismo eram, em sua visão, em 1933, problemas que colocariam a obra revolucionária em risco<sup>169</sup>; isto considerado, era muito cedo voltar ao regime constitucional, devendo, em sua opinião, continuar o Governo Provisório, com o qual Getúlio Vargas governava através de decretos-lei, sem responder a outros poderes. Sua leitura do passado liberal democrático brasileiro pré-1930 era negativa. Sua percepção do presente era consternada: se a Revolução ainda estava em andamento, para uma transformação do sistema e dos costumes políticos não poderia ser interrompida por um processo eleitoral, que aconteceria ainda viciado como outrora. E que regime político uma constituinte nesses moldes chancelaria? Sem uma diretriz homogênea e nacional, a política voltaria ao vicioso regionalismo.<sup>170</sup>

Nereu Ramos respondeu à carta, argumentando que o movimento havia nascido de uma demanda de reforma política, ante o “desvirtuamento” do regime liberal, e este caráter reformista seria sua marca. Na réplica, datada de 20 de outubro, Carlos endossava o ponto do colega, mas afirma mais uma vez que o retorno ao regime democrático e liberal, para chamar uma constituinte, significaria a volta aos velhos costumes. Até então, apenas uma renovação de pessoal se processara<sup>171</sup>:

---

<sup>169</sup> Seu questionamento é preocupado: “O Estado liberal democratico que a Constituinte irá reconstruir satisfará as exigências da Revolução em marcha?”. CGO, entretanto, não elenca quais reformas a que se refere. Indica apenas que deve ser mais que apenas do sistema político.

<sup>170</sup> Destaca-se, especialmente, o seguinte trecho, neste sentido: “que sairá de uma Constituinte que não tenha, como parece não terá a nossa, uma diretriz determinada por uma organização política homogenia com criterio nacional e não meramente regional.”

<sup>171</sup> Em outro documento (DISCURSO do sr. Carlos Gomes de Oliveira) anos mais tarde, ele interpreta o período, com uma visão negativa do passado liberal: “Era [...] a minha impressão desoladora de que tudo voltava a ser como dantes – sem

o sistema de partidos regionais, inclusive (como o próprio PLC!) estava em uso.

Entendia haver uma desagregação social e política no país, potencializada por crises econômicas, ideologias “dissolventes” como a comunista, a diferença cultural entre colônias estrangeiras coesas e o “atraso do nosso povo”<sup>172</sup>. A solução seria uma transformação política completa, “até as raízes da nacionalidade, - educando o povo e integrando-o num novo espírito político” (OLIVEIRA, C. G., 1933 b, p. 2).

Era preciso criar uma base sólida e definitiva: “Só assim, fugiremos à contingência de efemero ligada aos homens, para nos firmarmos na solidez do definitivo, ligado às idéas e aos sistemas” (OLIVEIRA, C. G. 1933b, p. 2).

Nesse momento, CGO articulava uma representação da sociedade como politicamente confusa, em parte atrasada em termos de educação, em parte enclausurada em colônias estrangeiras, conservando nacionalidade outra. Essa sociedade estaria ávida por soluções para seus problemas, constituindo esse o ponto em que o comunismo poderia surgir como uma aposta, o que para ele era inaceitável. Continuava, na mesma carta, propondo que para “salvamos o país e a nacionalidade do aniquilamento”, era preciso dar continuidade à ditadura, mantendo caladas disputas políticas e eleitorais “estéreis”. Ideologicamente, os parâmetros que deveriam guiar essa transformação deveriam ser os de Plínio Salgado (OLIVEIRA, C. G., 1933b).<sup>173</sup>

---

o arejamento, sem a renovação dos costumes políticos que aspirávamos.” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 21). Mas, caso aludisse a Santa Catarina ou a Joinville, estaria enganado; de fato, surgiram nomes novos, mas o controle dos grandes partidos e das administrações do estado e dos municípios ficou nas mãos de antigas e tradicionais famílias de políticos, como os Ramos, os Konder, os Bornhausen e os Gomes de Oliveira. Até mesmo em nível federal, estava parcialmente equivocado quanto a essa pretensa renovação: Getúlio Vargas, por exemplo, era membro atuante do PRR, e fora ministro no governo Washington Luís.

<sup>172</sup> Essa oposição, possivelmente, se referia às colônias estrangeiras de Santa Catarina, como Joinville e Blumenau. Ali, o homem descendente de germânicos, o teuto-brasileiro, era encarado como ordeiro, trabalhador, asseado, homem de iniciativa e industrial. O “nosso povo”, conforme algumas vezes ele mesmo se identificou, era o luso-brasileiro, de origem humilde, representado como ignorante e indolente.

<sup>173</sup> “Acabo porem, de encontrar nas idéas integralistas, recentemente expostas, a sistematização do pensamento que, embora ainda não bem definido, vivia já no



Para Carlos, essa transformação política deveria penetrar no cerne da nacionalidade, instruir politicamente a população no sentido de fortalecer o sentimento nacional. Para ser efetiva, essa educação deveria avançar para o âmbito cultural e o social. Dessa forma, encontraria menos oportunidades de realização numa democracia liberal “viciada” do que em um regime integralista. Indicava, porém, certa descrença na força do movimento integralista de realizar tal empreendimento. Somando isso ainda à sua disposição à renúncia, CGO escrevia que não estava oficialmente filiado à Ação Integralista Brasileira (AIB).

De fato, Plínio Salgado, um intelectual modernista de matriz conservadora, elaborou boa parte de seu ideário relacionando cultura, religião e nacionalismo. Fundada em 1932, a (AIB) recrutou cerca de 200 mil militantes, sendo muitos advindos da classe média urbana<sup>174</sup>, católicos e alguns militares. O movimento mobilizou as massas à direita, no contexto de radicalização política dos anos 30, unindo seus adeptos em torno do lema “Deus, Pátria e Família”. A AIB defendia a existência de um único partido nacional, ela própria, que seria a ferramenta de integração entre Estado e sociedade, numa ampla união nacional. Essa ideia de homogeneidade e estabilidade de um partido nacional deve ter cativado Carlos, preocupado com o sistema de partidos regionais.

Por fim, CGO insistia em colocar seu cargo de deputado constituinte nas mãos do PLC, pois não se furtaria em defender tais diretrizes em plenário. A carta dava a entender que seu flerte com o discurso de Plínio Salgado tem causado alguns atritos com conhecidos<sup>175</sup>,

---

meu espírito. É o caminho certo que se abre”. Na mesma carta, alude a um discurso feito em julho, na sede do diretório liberal de Joinville: antes de conhecer o integralismo, expôs ideias que “já encaminhavam bem para um movimento dessa ordem que, dentro dos moldes da política atual, passei a considerar impossível” (OLIVEIRA, C. G., 1933b, p. 3).

<sup>174</sup> Quanto à composição social da AIB, diz Fausto (2006, p. 356): “O quadro é diverso quando analisamos as origens sociais de dirigentes e militantes das organizações menores, de âmbito local, nas quais predominavam funcionários públicos, com cerca de 40% dos efetivos, equilibrando-se a seguir os profissionais e membros das camadas populares, em torno de 20%.” CGO, um profissional liberal urbano de classe média, seria mais um integrante regular da agremiação, se tivesse efetivado sua filiação.

<sup>175</sup> Dois cunhados de Carlos, Plácido Gomes e João Acácio Gomes de Oliveira, tornaram-se integralistas, mas oficialmente não estiveram filiados a esta corrente. Em 1936, já no período constitucional, coube a ele a articulação de uma candidatura à prefeitura de Joinville entre os dois partidos tradicionais, PLC e PRC, num pleito em que concorreram contra um candidato da AIB.

e, assim, por não querer causar embaraços ao partido, consentia em renunciar, caso o diretório assim decidisse. A renúncia nunca aconteceu, embora a eleição tenha sido de fato anulada. Novas eleições foram realizadas, e Carlos foi novamente eleito.

Foi então, em 1934, que a família Gomes de Oliveira se mudou para a capital da República. Carlos, tendo sido o último deputado catarinense empossado, encontrou os trabalhos já em andamento em fins de janeiro. Fazendo um balanço, anos depois, da atuação da bancada catarinense, apontava que a liderança estadual na Constituinte ficara a cargo de Nereu Ramos e que sua atuação pessoal se havia baseado nestes temas principais: educação, terra e a questão social.

Interessante notar que CGO destacou, em entrevistas e, mais especificamente, neste relato, uma emenda de sua autoria, aprovada e constante na Carta, que instituía a obrigatoriedade do ensino primário em língua portuguesa. Carlos Gomes, criado em uma antiga colônia estrangeira, mas originário do grupo luso-brasileiro, visava à questão no sentido de reforço da escola primária pública e “nacional” ante a escola estrangeira.<sup>176</sup>

No item relacionado à terra, chegou a propor um projeto substitutivo; entretanto, foi voto vencido, e um texto mais moderado entrou em vigor. Tratava-se do direito de usucapião da terra. O prazo previsto no Código Civil, de vinte anos de ocupação, seria diminuído para cinco anos pela emenda de nosso biografado; entretanto, no texto final vingou o tempo de dez anos.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Deve-se salientar que os esforços para uma “nacionalização” do ensino, em Santa Catarina, no sentido de expandir o sistema educativo e normatizá-lo, vêm desde 1911, durante o governo de Vidal Ramos. Nereu Ramos, filho de Vidal, foi um dos subscritores da emenda. O projeto de nacionalização em Santa Catarina era antigo, e tenderia a se reforçar nos anos seguintes, mas como política da União.

<sup>177</sup> O texto de sua emenda ao artigo 153 dizia: “Aquele que, por cinco anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, ocupar um trecho de terra de até quarenta hectares de superfície e aí tiver a sua morada, adquirir-lhe-á o domínio pleno, pela forma que a lei determinar.” Num trecho da justificativa, argumentava: “Se o dever do Estado, hoje mais do que nunca reconhecido, é proteger o indivíduo, o natural é que lhe proporcione e facilite a aquisição de um pedaço de terra para morar e trabalhar.” (OLIVEIRA, C. G., 1986, p. 24). O texto indica sua percepção a respeito do papel do Estado no campo social nesse momento dos anos 1930. Basbaum (1976b, p. 64) é um crítico do silêncio da Constituição de 1934 em relação à reforma agrária: “Em

Em outra emenda vencida, Carlos Gomes chegou a propor à União que fosse incumbida de criar um plano de seguridade social para previdência de setores em situação de vulnerabilidade: desemprego, doença, velhice, maternidade, viuvez e também orfandade. Os recursos para custear estes fundos sairiam do imposto de renda.<sup>178</sup>

A proposta desta emenda, embora vencida, fundamentava a retórica do personagem durante a Assembleia, no sentido de que, embora o movimento inaugurado em 30 tivesse uma motivação inicialmente política, o processo “revolucionário” que se desencadeou a partir desta data não poderia mais se restringir à reforma da democracia liberal. Seguindo um movimento internacional das repúblicas do pós-guerra, como a Constituição de Weimar, da Alemanha, a futura Carta brasileira deveria atentar à questão social, um “reclamo da época”<sup>179</sup>. O Estado deveria entrar neste campo, não contemplado pela Carta de 1891, de direção e equilíbrio social.

Entre algumas votações importantes entre os constituintes, estava a anistia aos rebeldes de 1932, a aprovação dos atos do Governo Provisório e a eleição indireta do presidente da República. Em relação ao último ponto, CGO elaborou uma fala, pronunciada em plenário, traçando um panorama estruturado em torno do movimento de 30, que fornece subsídios para compreendermos a sua percepção do passado, do presente, e um projeto para o futuro do país.

Neste discurso, ele retoma a crítica ao regime político anterior, confinado ao oficialismo, isto é, ao gabinete dos governadores. Candidatos impostos pelo governo ao eleitorado eram geralmente os

---

suma, uma constituição burguesa liberal que não toca no problema da terra porque é precisamente na posse dela que se baseia o seu domínio”.

<sup>178</sup> A emenda foi recusada, mas nos anos subsequentes foram criados institutos previdenciários para algumas categorias profissionais. Daí Carlos, em **Constituinte e Constituição**, reivindicar para si o “pioneirismo” do INPS.

<sup>179</sup> CGO admite que as greves operárias durante a Primeira República foram determinantes para essa mudança na percepção do papel do Estado pelo viés do Direito: “As novas diretrizes do direito a que nos referimos, foram determinadas pelo ambiente das cidades, na pressão, sobretudo, de greves operárias – eclosão de crises sociais” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 46). O processo de ressignificação da classe trabalhadora e da construção do trabalhismo ainda não era uma política sistemática de Estado na época, sendo, segundo Castro Gomes (2005), um processo desenvolvido entre 1942-45, no qual até mesmo as menções ao passado operário pré-1930 são silenciadas, e o Estado se apropria de seus discursos, símbolos e aspirações. Daí este “deslize” de Carlos, lembrando os tempos de luta operária antes da “Revolução”.

vencedores, dados os vícios do processo eleitoral. Entendendo que o sistema achincalhava a “vontade popular”, foi engolfado por descrença, que levou à Revolução. Esta, inicialmente um movimento político, sofrera influência de “ideologias sociais” que teriam deslocado o “eixo primitivo do movimento, que, de simplesmente político, - a restauração do regime democrático deturpado – passou a ser também – social – a satisfação das exigências econômicas do povo, da massa, em regra esquecida pelas elites dominantes” (DIÁRIO..., 1934, p. 5.109).

A “Revolução” seria, naquele momento, supranacional, acima de querelas políticas desagregadoras, e só assim poderia levar em frente sua obra de transformação da sociedade, nos termos acima expostos. A emergência do aspecto social vai ao encontro do que Carlos chamara de espírito “social-econômico”, “uma tendência incoercível, forçando lugar ao lado do espírito-liberal, para limitar o direito de propriedade, os lucros, a liberdade de comércio, ou a ação industrial” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 41-43). O projeto “social-econômico” seria caracterizado, portanto, por uma intervenção estatal na sociedade, regulando a economia, procurando normatizar, em nível federal, a produção, o comércio, a seguridade e inclusive a posse de terra. Para Carlos Gomes, não bastava apenas conferir direitos políticos, mas especialmente os sociais: “Aos direitos políticos acrescem os direitos sociais; ao lado do cidadão, sujeito daqueles direitos, coloca-se o homem – organismo de exigências materiais” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 41-43).<sup>180</sup>

Politicamente, defendeu a candidatura de Vargas na eleição indireta. Refere-se a Getúlio, em diversas ocasiões, especialmente neste discurso, como “Ditador”, dizendo que o regime em que viviam era uma “Ditadura”. Aparentemente, não procura atribuir a estes termos uma conotação negativa. Pelo contrário: com o fracasso das Legiões Revolucionárias, a Revolta Constitucionalista e a desagregação dentro do Exército, “foi preciso então que os partidários do Ditador, organizassem, às pressas quasi, as forças políticas que se faziam mister para a continuação da obra revolucionária” (DIÁRIO..., 1934, p. 5.109).<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> Esse discurso, constante no livro **Nacionalização e Ensino**, foi proferido em plenário em 1933, publicado pelo Jornal do Brasil, indicando uma boa recepção de sua retórica. Castro Gomes (2005) vê distinção similar, entre indivíduo de direitos políticos e pessoa humana, no Estado Novo. Servia como baluarte humanitário e cristão do projeto corporativo (ver próximo capítulo), indicando que o Estado protegeria seus direitos materiais e espirituais.

<sup>181</sup> Congratulava a articulação das agremiações em torno do governo, apoiando-o, num projeto supranacional revolucionário: “E é só graças à articulação

O apoio, a estabilidade necessária para o prosseguimento dos trabalhos na constituinte, no sentido de construir um Estado social-econômico, com forte participação da União nestes dois campos, fazia-se necessária para evitar a ação de ideologias “dissolventes”. No início da assembleia havia ele alertado para uma “confusão ideológica”: seu receio era o “tumulto” advindo do debate de modelos diferentes de Estado, a “desordem” gerada por manifestações comunistas, por exemplo, e que poderiam radicalizar os debates nacionais, já acirrados no período. Depreende-se, portanto, que seu receio era a participação popular na política para além de seu papel eleitoral: algo plausível para alguém que defendeu abertamente o prosseguimento do Governo Provisório pouco tempo antes, sendo contrário à constitucionalização do país naquele momento.

A ênfase dada por CGO aos direitos sociais foi uma tônica da Constituinte, e não à toa contava a Carta de 1934 com um título sobre a ordem econômica e social, com 32 artigos. A Constituição apresentava alguns avanços no tocante ao papel do Estado perante a sociedade, sendo aprovados dispositivos que permitiam maior intervenção na economia nacional, bem como outorgava um papel de maior destaque na área social e do trabalho. Mantinha o sistema federativo, sendo menos centralizadora do que desejava o presidente eleito.<sup>182</sup>

Não escapou, porém, às críticas do presidente eleito, chegando a confidenciar, em particular, que seria o primeiro revisor da Carta<sup>183</sup>. O presidente e seus aliados próximos no Exército buscaram

---

dessas correntes partidárias, animadas de um mesmo espírito de solidariedade e apôio ao govêrno da Revolução, que temos podido nesta Casa, orientar os nossos trabalhos [...]” (DIÁRIO..., 1934, p. 5.109).

<sup>182</sup> Fausto (2006) destaca as intenções nacionalistas no campo econômico, com a nacionalização de bancos de depósito, das jazidas minerais e quedas d’água. Basbaum (1976b) frisa demandas dos comunistas pré-30 que foram atendidas, a ratificação de leis trabalhistas e o pluralismo sindical. Para CGO, avaliando dos anos 1940, a Carta era “extremamente liberal” na política, mas “admitiu francamente” a intervenção do Estado na economia.

<sup>183</sup> De acordo com Pandolfi (2007, p. 29-30) a recepção de Getúlio à Carta de 34 foi péssima: “Segundo ele, ‘a Constituição de 34, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração: acorçoa as forças armadas à prática do facciosismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão.’”

sistematicamente, a partir de 1934, minar a nova lei básica brasileira, elaborando mecanismos de delimitação dos princípios liberais e democráticos que a inspiravam, aproveitando-se da conjuntura nacional conturbada da época. Carlos Gomes viveu este período dentro, em parte, da Câmara dos Deputados, onde pôde debater tais temas. Agora, passa-se à nova fase de mapeamento de seus discursos e práticas políticas, para testar até que ponto ia o comprometimento de CGO com a nova Constituição e com o novo regime.

Num primeiro momento, a Constituição deve ter nele deixado uma boa impressão. Em conferência na Faculdade de Direito de Santa Catarina, seu papel foi o de palestrar a respeito das mudanças trazidas na Carta; em geral, confere-lhe um parecer favorável. Interessante notar que seu destaque foi dado quase que inteiramente à legislação social instituída (FACULDADE..., 1934, p. 6)<sup>184</sup>, e à economia. Neste último ponto, reafirma sua crença de que o Estado não poderia mais ficar alheio à economia, e chega a elogiar (não seria a última vez) a política econômica de Franklin Roosevelt nos Estados Unidos, um “revolucionário autêntico”. Nesta conjuntura, frisa ainda o poder dado à União de monopolizar certos ramos da indústria (e a nacionalização de recursos minerais) e que o liberalismo econômico fora condicionado “à satisfação dos princípios de justiça e necessidades da vida nacional, de modo que se possibilite a todos existencia digna, conforme o padrão de vida nas várias regiões do país” (FACULDADE..., 1934, p. 6).<sup>185</sup> Estava o liberalismo, portanto, afastado de sua natureza antiga. Como se vê, CGO estava imbuído com este projeto de Estado provedor de justiça social, através de legislação específica de assistência e direitos trabalhistas, além de controle da economia: elementos que encontram eco no preconizado projeto “social-econômico” (OLIVEIRA, C. G., 1986, p. 29).<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> Exalta as medidas de assistência instituídas, bem como o aspecto educacional. Em relação a este, aponta que a Carta reconhece o direito da população à educação e que, em geral, no capítulo de ordem social e econômica “acentuou o espírito de solidariedade humana que é um traço forte no coração dos brasileiros, e expressou a ansia de aperfeiçoamento intelectual em que nos debatemos.” (FACULDADE..., 1934, p. 6).

<sup>185</sup> Assim, até mesmo os lucros de serviços privatizados seriam mais justos, de modo a não “exceder à justa retribuição do capital, tomando-se em conta as necessidades de expansão e melhoramento desses serviços.” (FACULDADE..., 1934, p. 6).

<sup>186</sup> Anos mais tarde, Carlos defende que o Estado Novo, instaurado em 1937, fora vaticinado por ele neste discurso: “Esta tese foi por mim defendida na Constituinte de 1934, em discurso que o Jornal do Brasil publicou e consta do

## 4.2 A “REVOLUÇÃO” EM ANDAMENTO SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1934

Naquele mesmo período, o Partido Liberal Catarinense, como tantos outros no país, organizou-se para concorrer aos pleitos que elegeriam as assembleias estaduais, com poderes constituintes, e a nova Câmara dos Deputados. Carlos concorreu ao cargo de deputado federal, enquanto mantinha seu posto no Palácio Tiradentes. Derrotado por dois votos, ficou como primeiro suplente do PLC. Com a eleição de Nereu Ramos ao governo do estado, este renunciou a seu cargo de deputado, o que promoveu definitivamente Carlos Gomes, em 1935.

Para Joinville e Santa Catarina, a eleição significou cisões dentro do grupo ascendido ao poder em 1930: o antigo interventor, Aristiliano Ramos, fundou um novo partido e denunciou o primo por traição. Carlos Gomes, desde cedo apoiador da candidatura de Nereu, respondeu na imprensa carioca às acusações de Aristiliano, julgando-as de cunho pessoal e extremamente agressivas. Em sua opinião, o que havia acontecido em Santa Catarina fora o desdobramento natural da cisão das correntes políticas existentes: assim, seria normal a ascensão de uma “figura empolgante, com grande projeção no Estado”<sup>187</sup> (AINDA..., 1935), como Nereu.

Quanto a Vargas, se desejava revisar o quanto antes a Carta de 1934, a situação política do país não parecia querer contribuir: o fim daquele ano, marcado por eleições estaduais, foi de grande embate, com a volta dos anistiados de 1932, a ascensão da AIB, e a derrota de muitos interventores (incluindo o de Santa Catarina). A explosão de movimentos grevistas compunha um cenário de efervescência, que em alguns casos terminaram em confrontos, como o protagonizado por integralistas e militantes antifascistas em São Paulo, em outubro de 1934.

A resposta do governo foi a elaboração do projeto de Lei de Segurança Nacional (LSN). Os debates em torno desta lei foram intensos

---

meu livro ‘Nacionalização e Ensino’, a que se chamou de Estado Novo” (OLIVEIRA, C. G., 1986, p. 29). Fora apenas um vaticínio ou a percepção da necessidade (ou desejo) de um Estado forte capaz de empreender as propaladas transformações de que o Brasil precisava?

<sup>187</sup> A entrevista original de CGO foi dada ao *Correio da Noite*, do Distrito Federal, e republicada no periódico florianopolitano. O que silencia CGO é que o próprio Nereu trabalhou para “desagregar” a base de apoio ao interventor, e mesmo a oposição. Foi justamente com votos de deputados oposicionistas que Nereu obteve a vitória na Assembleia Legislativa.

(algo que se depreende da leitura dos anais da Câmara dos Deputados), desde o início do ano, culminando com sua aprovação em 4 de abril de 1935. A LSN definiu inúmeros crimes contra a ordem social e política. Dentre eles, destacam-se a organização de associações ou partidos com objetivos de subverter essa ordem, a propaganda subversiva e a incitação de ódio entre as classes sociais. A lei (chamada, por parte da imprensa e de políticos de oposição, de “monstro”) limitava a participação política de muitos setores da sociedade, como as Forças Armadas, e já se preparava contra a ação dos comunistas e integralistas, que granjeavam apoio entre a população, nucleados em suas agremiações; a AIB, dos integralistas, que existia desde 1932; e a ANL, que reunia grupos antifascistas, incluindo comunistas, surgida em março de 1935, “coincidentalmente” mesmo período do início dos debates em torno da LSN.

CGO chegou a manifestar sua opinião a respeito da matéria, em fala no início de fevereiro. Discurso conturbado, com intervenções recorrentes do deputado oposicionista Zoroastro Gouvêa<sup>188</sup>, geralmente questionando a argumentação do colega catarinense.

Carlos iniciou sua exposição comentando que, apesar de alguns pontos de discordância “nos seus fins e nas suas linhas gerais” não via “nada mais oportuno e necessario do que uma lei como essa”. Isso porque entendia ser missão do governo preservar o país de “convulsões” que podem ocorrer, dada a “hora de inquietação dos espiritos, em que as tendencias sociais e políticas se chocam, agitando a superficie da vida coletiva” pela qual passava o Brasil (A LEI..., 1935, p. 6).

Após um longo debate, em que o opositor retrucou no sentido de que um pressuposto da democracia era o embate de ideias, CGO finalizou sua defesa do projeto afirmando que “o Govêrno precisa ser forte e ter tranquilidade para trabalhar.” A lei seria o mecanismo que permitiria a Getúlio Vargas o exercício pleno de sua autoridade, no combate aos

---

<sup>188</sup> O baiano Zoroastro Gouvêa construiu sua vida em São Paulo, graduando-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco em 1917, um ano antes de CGO. Os dois velhos colegas se encontraram na Constituinte em 1933, embora Zoroastro tenha levado sua atuação para o combate ao Governo Provisório. O advogado baiano filiou-se ao Partido Democrático e chegou a entrar no PCB nos anos 1920. Em 32, lutou ao lado dos paulistas na Revolta Constitucionalista. Os dois advogados, contemporâneos, construíram trajetórias diferentes depois de suas graduações. Sobre Zoroastro, mais detalhes no Dicionário do acervo *online* do CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gouveia-zoroastro>>. Acesso em: 25 out. 2017.



“efeitos dos males economicos e sociais que nos afligem”. Para CGO (A LEI..., 1935, p. 6), a “revolução” ainda estava em andamento, sendo 1930 apenas a deflagração militar do movimento, e só uma lei como a LSN daria estabilidade ao governo para traçar e executar plano de “reorganização nacional”: reorganização especialmente no setor econômico.

Observando o texto transcrito do debate entre os dois parlamentares, detectamos aquela tensão política citada anteriormente, com a crescente participação política da sociedade, e como este fato era encarado por integrantes do Poder Legislativo. Além disso, materializava um embate entre um discurso mais alinhado à ideia de um Estado forte e outro, mais receoso desse fortalecimento, poucos meses apenas depois da volta ao regime democrático. Em sua linha de raciocínio, Carlos Gomes demonstrava temer o acontecimento de mais sublevações violentas, recorrentes no período, mas não parecia externar apreço pelo debate democrático e, ainda menos, pela participação popular. Era um indício do que se chamou de “recoo dos liberais diante da organização do movimento popular” (PANDOLFI, 2007, p. 33).

O receio da perda de primazia dentro da arena política e da imprevisibilidade do momento podem ter interferido no apoio da maioria na Câmara em favor do projeto. A AIB já dava mostras de poder de mobilização popular, e a ANL, que viria a ser fundada um mês depois, rivalizaria com a primeira. Durante a discussão, transparece o receio de Carlos em relação especialmente à atividade dos comunistas, e, segundo ele, apenas um governo forte poderia atacar os problemas do Brasil nas raízes, tirando, assim, munição dos comunistas.<sup>189</sup>

Outro parlamentar catarinense defensor público da LSN fora Nereu Ramos. O ex-constituente, visando possivelmente à eleição para o governo de Santa Catarina, aproveitou-se do contexto dos debates para, ao advogar a favor da lei, melhorar sua imagem perante o presidente Vargas. Getúlio era sempre consultado em relação às disputas em âmbito estadual, bem como delegava ministros para articular alianças. Se o apoio do Catete era importante, provavelmente surtiu efeito, dado que Nereu

---

<sup>189</sup> Explana: “A inquietação das massas não se acalma senão com a ação decidida e orientadora dos govêrnos. E se queremos combater o comunismo e devemos fazê-lo, procuremos surpreendê-lo na sua origem que é a crise e a miséria”. Sua ideia era um grande plano de reajustamento econômico nacional. Inclusive viria a apresentar um projeto de criação de um “Conselho Nacional da Produção”, dois meses depois, conselho esse voltado para a produção agrícola em especial, e o comércio. A medida não passou da fase inicial.

superou a força do primo, e então interventor<sup>190</sup>, na eleição indireta ao governo do estado de maio de 1935.

Entretanto, o ano de 1935 estava apenas começando. Em 30 de março era fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de cunho antifascista, combativa em relação à conservadora AIB. A ANL seguia um modelo de frente popular de oposição a tipos de governo fascistas e à ascensão dessa ideologia, inscrita numa tática internacional incentivada pela União Soviética; aglutinava comunistas, socialistas e liberais desiludidos com os rumos do movimento de 1930, todos eles fazendo forte oposição ao governo.<sup>191</sup> A decepção da população, e até de setores da burguesia com a “Revolução”, é apontada como um dos principais fatores da boa adesão que recebeu a ANL em seu curto período de legalidade, chegando a contar com cerca de 100 mil membros em julho do mesmo ano (FAUSTO, 2006).

O programa da ANL fora exposto em cinco pontos, nenhum deles especificamente ligado aos problemas do operariado urbano. Os itens denotam uma preocupação nacionalista e anti-imperialista; de extensão dos direitos e liberdades políticas para a população; e uma proposta de

---

<sup>190</sup> Segundo Piazza (1994, p. 560-561), Aristiliano era o preferido também do interventor gaúcho, Flores da Cunha. Dessa forma, a eleição catarinense tornou-se assunto de segurança gravíssimo: “[...] como Flores da Cunha, por outros motivos, gradativamente afastava-se de Getúlio Vargas, ameaçando mesmo uma nova revolução nacional, a eleição de Aristiliano Ramos representava um perigo para o Governo Central, pois seria mais um Governador, que, pelo menos, daria passagem livre e ouvidos ao político gaúcho. Assim, era preferível a Getúlio Vargas deixar de apoiar Aristiliano [...]” Basbaum (1976b) aborda também a questão, lembrando que Flores da Cunha mantinha seus “provisórios”, tropas da polícia estadual à disposição para uma eventualidade. O interventor, eleito governador em 1935, via-se como sucessor natural de Getúlio; por isso a ameaça que representava ao projeto continuísta do presidente que, segundo o mesmo autor, já estava em andamento em 1935.

<sup>191</sup> Pandolfi (2007) destaca a presença de quadros oriundos do tenentismo na agremiação, como seu presidente de honra, Luís Carlos Prestes (agora comunista), Herculino Cascardo, Miguel Costa e Agildo Barata. Basbaum (1976b) complementa, notando que a ANL nascera como que dos “escombros” do Clube 3 de Outubro, chegando mesmo a ocupar a sede da antiga associação dos tenentes. O clube, a esta altura, havia perdido toda a sua influência da época do Governo Provisório, tendo sofrido a debandada dos que o achavam deveras conservador ou deveras radical. Uma associação deste cunho, que levava o debate político para dentro dos quartéis, era impensável na nova política *do* Exército, planejada por Góis Monteiro.

reforma agrária. Não demorou muito para a agremiação ser enquadrada na LSN. Em 5 de julho, Prestes fez divulgar um manifesto, em que conclamava à derrubada do governo “odioso” de Vargas e à formação de um governo popular, revolucionário e anti-imperialista.

Os meses que se seguiram foram de muitas prisões, de parte do governo, de membros da ANL. Por seu turno, Prestes e o PCB articulavam uma via revolucionária. Esta via resultou numa revolta, executada num *modus operandi* conhecido nos anos 1920. Uma rebelião de quartel fora deflagrada em 23 de novembro de 1935, em Natal/RN, sendo seguida por sublevações em quartéis no Recife e, com maior intensidade, no Distrito Federal, onde foram registrados confrontos e baixas de ambos os lados.

A “Intentona Comunista” (alcunha pejorativa dada ao movimento) serviu a Getúlio Vargas para restringir ainda mais as garantias constitucionais, feridas desde a “lei monstro”. Durante a revolta, em 25 de novembro, o governo solicitou ao Congresso a decretação do estado de sítio em todo o território nacional por trinta dias e, apesar da oposição da minoria, foi atendido. A partir da revolta comunista de 1935, desencadeou-se um período de repressão sem precedentes. O governo e a cúpula militar foram extremamente intolerantes depois de nova quebra de hierarquia (os militares rebeldes eram novamente os de baixa patente). O estado de sítio, equiparado ao estado de guerra, seria prorrogado ininterruptamente, com a anuência do Congresso, até junho de 1937.

Após o sufocamento tático da revolta, foi hora de enterrar os mortos, e perseguir os vivos. Quanto ao primeiro aspecto, em 3 de dezembro, uma grande cerimônia de homenagem aos oficiais legalistas mortos teve lugar na capital da República. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina se fez representar pelo senador Artur Costa e pelos deputados Carlos Gomes de Oliveira e Abelardo Luz. Cerimônias como esta ajudaram a criar um clima de comoção no Distrito Federal, servindo para legitimar as ações seguintes dos congressistas em conceder poderes repressivos ao governo, e à sua ação, pelos próximos dois anos.

Em dezembro, quase findo o período de trinta dias de estado de sítio, Getúlio enviou nova mensagem ao Congresso, solicitando desta vez a decretação do estado de sítio por noventa dias, e a declaração de estado de guerra pelo mesmo prazo. Carlos Gomes informava sua posição favorável à mensagem presidencial em telegrama publicado em jornal da capital catarinense em 22 de dezembro.<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> A equiparação do estado de sítio ao estado de guerra era gravíssima, pois equiparava rebelião a intervenção estrangeira, ou seja, era como se o Brasil

Foi apenas a primeira prorrogação do estado de sítio. Em março de 1936 houve outra. Neste mês, inclusive, a polícia prendeu, de maneira violenta, congressistas que no ano anterior haviam simpatizado ou apoiado a ANL. O Congresso nada fez para defender seus membros.<sup>193</sup> Na prorrogação prevista para junho de 1936, CGO ganhou projeção, sendo ele o integrante da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara – CCJ designado para relatar o projeto, depois de nova mensagem presidencial.

Em seu parecer, o deputado Carlos Gomes traça um panorama das *démarches* iniciadas na Constituição de 34, no sentido de fortalecer o governo. Cita o artigo 113, que proibia “a propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social”. Precauções insuficientes, mas que teriam ganhado corpo com a LSN. Esta foi positiva em sua percepção, por ter possibilitado o enquadramento e fechamento da ANL em julho de 35, interrompendo “a propaganda que resultaria talvez num movimento de desordem e anarquia nos meios proletários dos grandes centros” (PRORROGAÇÃO..., 1936, p. 1). A preocupação com a instigação das massas e a subversão da hierarquia do Exército, levando a uma sublevação violenta, era premente no texto.

Narra os acontecimentos de novembro, a revolta, e, de dezembro, a votação de emendas à Constituição, equiparando o estado de guerra a comoção intestina grave, com o objetivo de subverter a ordem política e social (Emenda nº 1). A justificativa para o voto favorável às emendas e às restrições ao regime constitucional, além de jurídicas, representavam o “espírito da nação nos seus sentimentos políticos, religiosos e familiares”. Aqui, CGO dá a entender que o processo decisório político não passa apenas pelo cálculo racional, estando igualmente suscetível a outras instâncias, neste caso, de ordem emocional e de fidelidade religiosa.

Considerando que “as autoridades vêm colhendo, constantemente, provas sobre o preparo e articulação de novos movimentos que visem

---

estivesse em guerra contra um inimigo externo. (PRORROGAÇÃO..., 1935, p. 1).

<sup>193</sup> Basbaum (1976b, p. 82) fala do clima de terror que baixou no país com as sucessivas medidas de repressão pedidas pelo governo, e concedidas pela Câmara e o Senado: “Foram feitas milhares de prisões. Presos foram não somente comunistas ou simpatizantes. Até mesmo parentes e vizinhos, assim como membros e dirigentes da ANL que nada sabiam do levante. Parlamentares, como Abel Chermont, Domingos Velasco, foram presos e espancados com a complacência do Congresso. Escritores como Graciliano Ramos e Lins do Rego, jornalistas, muitos dos quais nem eram da ANL, foram encarcerados e submetidos a humilhações e espancamentos.”

destruir a nossa ordem política e social” (PRORROGAÇÃO..., 1936, p. 7), a presença de Prestes e Berger no Brasil confirmava a extensão e as conexões internacionais do plano de subversão da ordem política e social no Brasil. O governo ganhara então legitimidade e autoridade inegáveis para combater essa ingerência estrangeira no país. Era preciso continuar municinando o presidente, pois era o Estado democrático brasileiro, inaugurado pela Constituição de 1934, que estava em perigo.<sup>194</sup> Ou o regime liberal democrático se mostrava capaz de garantir a estabilidade institucional, ou ia à falência, segundo o parlamentar catarinense. O quadro tornaria justa a delimitação das garantias constitucionais, implícitas no estado de guerra.

CGO continuaria em evidência em 1936, em temas relacionados à segurança nacional. Por exemplo, “A serviço do extremismo verde!” foi uma manchete que deve tê-lo contrafeito, além de frases pouco amistosas em reportagens entre novembro e dezembro daquele ano, referindo-se a ele como “sigmático”, ou “novo adepto forçado do Sigma da Câmara”<sup>195</sup>.

Getúlio Vargas enviara mensagem ao Congresso, pedindo a regulamentação das emendas 2 e 3 à Constituição, que dispunham sobre a demissão de funcionários públicos e militares envolvidos em movimentos subversivos da *ordem política e social*.<sup>196</sup> CGO argumentara, na CCJ, que a regulamentação não seria suficiente, e propôs a elaboração de novas emendas, que seriam acrescidas às originais. Ele próprio teve a oportunidade de redigir novas emendas. Dentro da Comissão, a ideia foi bem-vinda, bem como a inclusão do “aliciamento” como delito a ser punido. Outra mudança em relação ao texto original não

---

<sup>194</sup> A continuidade da legislação social também estaria em perigo: “só compreendemos a satisfação desses reclamos, no regime da ordem em que sem destruir o equilíbrio social indispensável ao bem estar coletivo se processem as transformações necessárias” (PRORROGAÇÃO..., 1936, p. 7). Em outros termos, nosso biografado partilhava da opinião de um Estado provedor da legislação social e trabalhista para uma população que, dado o seu silenciamento, não teria uma atuação política definida para além do voto, ainda muito restrito, mesmo após 1930.

<sup>195</sup> Série de matérias do jornal carioca *O Radical*: A serviço do extremismo verde! 1936, p. 1; A Reforma constitucional, 2 dez. 1936, p. 2; Os distúrbios extremistas no sul. 4 dez. 1936, p. 2. Acervo HDBN.

<sup>196</sup> Segundo *O Radical*, a regulamentação fora solicitada visando a “tirar o carácter de instabilidade em que se encontra o funcionalismo e as classes armadas em face dos termos das referidas emendas. Trata-se, pois, como é natural, de assegurar o julgamento em fôro legal e o direito de defesa [...]” (A SERVIÇO..., 1936, p. 1.)

obteve tão boa recepção: nosso personagem sugeriu a mudança do termo *ordem social e política* pelo termo *comunismo*.<sup>197</sup> O texto ganhou repercussão na imprensa, que teceu as tramas de um grande debate e de retumbante derrota do parlamentar catarinense.<sup>198</sup>

As acusações do periódico carioca *O Radical* contra CGO encontrariam eco em suas atividades e retórica política? As eleições municipais realizadas em março daquele ano podem fornecer informações a respeito. Joinville absorveria Carlos Gomes. Ele fora designado por Nereu Ramos para articular a chamada “Frente Única”, coalizão de liberais e republicanos para combater a candidatura da AIB na cidade.<sup>199</sup> Líderes do PLC e do PRC patinavam, não conseguindo chegar a um acordo. CGO chegou a sair da cidade, certa ocasião, convencido de que não haveria união. Apesar dos percalços, em novembro de 35 foi organizado um diretório e elaborada uma chapa, lançando o farmacêutico Sérgio da Vieira Fonseca à prefeitura.<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> A emenda nº 5, referente aos militares, por exemplo, ganhava esta escrita de seu relator: “O Poder Executivo, mediante proposta do Supremo Tribunal Militar, sem prejuízo do disposto no art. 165, § 1º, e ressalvados os efeitos da decisão judicial que no caso couber, decretará a perda de patente e posto do official da activa, da reserva, ou reformado, que promover alliciação, praticar acto ou participar de movimento subversivo de caracter comunista” (A SERVIÇO... 1936, p. 2).

<sup>198</sup> Raul Fernandes teria sido o deputado mais contrariado com as novas emendas. Ele teria dado o “tiro de misericórdia” em Carlos Gomes, segundo **O Radical**. O paulista Waldemar Ferreira, presidente da CCJ, teria logo interpelado o colega catarinense: “Não está certo! E o integralismo? Poderá agir à vontade?”, teria questionado (A SERVIÇO..., 1936, p. 2).

<sup>199</sup> Aristides Largura, professor oriundo de Blumenau, fora inspetor escolar na cidade, e nesta função angariara popularidade entre a população joinvilense. De origem humilde, foi a escolha dos integralistas para a disputa. A articulação corria desde meados de 1935. Nesta ocasião, Plínio Salgado palestrou em diversas cidades catarinenses, e saíra satisfeito com a organização da militância da AIB em Joinville. Para uma análise mais profunda da presença integralista na cidade e sobre a eleição municipal de 1936, ver WENDLAND, 2011.

<sup>200</sup> Wendland (2011, p. 52) aventa a estratégia por trás da escolha de um *outsider* para combater outro: “Para representar a união entre ‘republicanos’ e liberais’ foi escolhido como candidato a prefeito o farmacêutico Sérgio da Vieira Fonseca, que embora fosse novato na política era comerciante popular na cidade. A escolha de um farmacêutico descomprometido até então com a política pode ter sido uma resposta à candidatura integralista, que entre seus quadros não trazia representantes da política joinvilense.” De fato, a composição integralista trazia uma chapa com nomes de profissões variadas,

Um dos grandes eventos que marcaram a campanha foi a “Concentração Operária”, realizada em 9 de fevereiro de 1936. Organizada pelo Círculo Operário de Joinville, entidade controlada pela Igreja católica, contou com a fala de padres e autoridades locais (incluindo CGO). A pauta do comício era o “extremismo de esquerda e de direita”, mas a tônica foi de campanha pró Frente Única. O evento recebeu telegramas de congratulação de Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães e outros ministros de Estado, louvando os esforços do Círculo junto ao operariado contra o “extremismo”. Toda essa publicidade foi devidamente alardeada pelo jornal *A Notícia*, partidário da Frente Única.

A derrota da coalização desencadeou uma reorganização do diretório liberal, bem como uma campanha na tentativa de achar possíveis culpados.<sup>201</sup> Carlos Gomes, articulador da reorganização do PLC, lançou manifesto (*O MANIFESTO...*, 1936, p. 1) um mês depois, já com os resultados conhecidos: vaticinava que Joinville, diante do “desastre” da vitória integralista, seria isolada politicamente. Urgia a união dos liberais para criar conexões com os governos estadual e federal. Urgia também o posicionamento na defesa do regime liberal democrático contra o extremismo, “seja da esquerda seja da direita” (*O MANIFESTO...*, 1936, p. 1).

Em discurso que seguia o manifesto, Carlos retoma alguns pontos, como a defesa do regime liberal-democrático. Acusa a estratégia dos integralistas, que insultam políticos, mas agem como tais, já que pregam suas ideias e concorrem a cargos políticos. Sua retórica contra os “extremismos” marca uma postura de oposição ao novo prefeito e à AIB.<sup>202</sup>

---

de padeiros a operários e médicos, todos *outsiders*. Na Frente Única, predominavam as profissões liberais e os industriários.

<sup>201</sup> Importante salientar este ponto. *A Notícia* culpou a pretensa falta de instrução política da população do interior do município, maioria de teuto-brasileiros, pela derrota da Frente Única. Para Wendland (2011, p. 69), ao observar os números por seção eleitoral, indica “que não havia áreas determinadas de influência integralista, mas uma distribuição quase homogênea do partido na cidade”. *A Notícia* procurava criar assim uma associação entre integralismo, fascismo europeu e a população teuto-brasileira, em oposição aos “brasileiros”, defensores do regime liberal democrático. O fato é que o prefeito eleito, Aristides Largura, não era joinvilense e sequer conhecia o idioma estrangeiro, tendo que recorrer a intérpretes durante a campanha.

<sup>202</sup> Os integralistas exploram a desilusão com a política, apresentando-se como algo novo e diferente. Para Carlos, o integralismo não era novo e nem diferente, mas sim hipócrita: é um movimento que visa subverter a democracia vigente e

Por último, um trecho de seu discurso nos remete a 1933. Ao admitir que o atual sistema político não é perfeito, entende que o Brasil vive uma “confusão mental”, deixando pessoas suscetíveis às “extravagâncias” de ideologias extremistas: “E eu mesmo não fiquei isento de tentações por ellas para afinal concluir que o regimen atual, apesar dos seus inconvenientes, ainda é o melhor, porque se funda verdadeiramente, na vontade do povo” (DISCURSO..., 1936, p. 6). Se, em 1933, dizia que os escritos de Plínio Salgado estavam em consonância com seu espírito, três anos depois sua compreensão se modificaria.

Às voltas novamente com o integralismo, Carlos decidiu que era hora de apresentar sua defesa, e o fez em sessão no plenário em inícios de dezembro. Disse não estar surpreso com as divergências surgidas, mas entendia que o integralismo era uma doutrina de subversão da ordem política *apenas*, e não política e social, como o comunismo. Como as emendas exigiam para a demissão de funcionário ou militar a sua filiação a um movimento subversivo, tanto da ordem política quanto da social, ficava claro que as emendas atingiam somente os comunistas. Argumentava ainda que apenas os oficiais e funcionários comunistas haviam sido punidos, enquanto os integralistas continuavam livres, algo verificável considerando que estes últimos possuíam registro partidário, editavam jornal na capital federal, chegavam a eleger prefeitos! O integralismo estava “sob a proteção” das autoridades, se comparado com o comunismo, que sofria guerra aberta desde novembro do ano anterior.<sup>203</sup>

Ponderava CGO que se o integralismo era de fato incompatível com o regime instituído em 1934 no país; ele só existia em função do comunismo. Extinta a atividade comunista no país, o integralismo se tornaria contraditório e anacrônico.

---

apossar-se do poder, numa ditadura: “Apenas vejo entre os politicos da liberal democracia e o do integralismo, uma differença – é que aquelles são sempre eleitos por 4 annos, estes ficarão no poder a vida inteira, aquelles precisam estar sempre em contacto com o povo, e se esforçar o mais possivel, trabalhando, produzindo, para merecerem as preferencias do eleitorado, estes os integralistas, só precisarão estar bem com os chefes porque só delles dependerá a sua investidura.”

<sup>203</sup> Comentou Carlos Gomes: “Ao integralismo, entretanto, em pleno Estado de Guerra, só se lhe tirou a camisa, pois que continua em atividade”, no que foi apartado por um indignado Café Filho: “No Distrito Federal, nem a camisa! Está sendo prestigiado pelas altas autoridades da República” (ELOQUENTE..., 1936, p. 1). Carlos apontou que essa disparidade no combate do Estado em relação a uma ou outra ideologia confundia os funcionários e militares, que se filiavam à AIB, “sem saber” pesar a gravidade disso.



Pegando carona no aparte do deputado Café Filho, Carlos Gomes frisava estar “justamente, falando no sentido de demonstrar como se tem deixado o integralismo à larga” (ELOQUENTE..., 1936, p. 1). E que estava satisfeito com o debate suscitado por seu texto, na medida em que o integralismo fora, finalmente, identificado como um movimento subversivo político e social, identificado como inimigo do regime.<sup>204</sup>

“De mim direi que jamais me senti mais identificado com o regime vigente.” A frase de CGO veio logo após essa conclamação à criminalização do integralismo. A propalada tentativa de “manobrar” a CCJ para legalizar o integralismo pode não ter passado de isca para reafirmar justamente o contrário: como o governo fazia pouco caso do poder de mobilização popular dos integralistas, demonstrar como tal poder era perigoso ao regime, e forçar a ilegalidade da AIB.

As experiências mais próximas de Carlos, no estado de Santa Catarina, eram de combate aos integralistas. Na mesma época da elaboração das emendas, em outubro de 1936, um comício da AIB em Jaraguá do Sul, cidade vizinha a Joinville, fora proibido pelo governador Nereu Ramos. Desrespeitada a resolução, deu-se, mesmo assim, a concentração. O comício foi dissolvido, não sem confronto. A polícia, comandada pelo delegado regional Mimoso Ruiz, matou um e feriu vários militantes.<sup>205</sup>

Diante deste panorama, *O Radical* parecia desinformado sobre Carlos Gomes: a hipótese mais aceitável em relação à sua atuação quanto às emendas é a de que se utilizou de um artifício (a pretensão de tornar o integralismo “legal”) para chamar a atenção justamente do contrário (que

<sup>204</sup> O público alvo dessas definições seria o povo: “as massas populares querem afirmações positivas”. O objetivo era criminalizar o integralismo para que a população tomasse distância da AIB, assim como, desde 1935, em relação ao comunismo.

<sup>205</sup> A AIB encontrava na figura do delegado Mimoso Ruiz, jornalista e velho conhecido de Carlos, um obstáculo duro de transpor. Ele utilizava-se dos dispositivos da LSN para enquadrar os integralistas. O *Correio da Tarde*, jornal fundado em Joinville em 1934, tinha Carlos como diretor e Mimoso Ruiz como redator. O delegado foi por muitos anos militante do PLC em Joinville, e, junto de Carlos, posicionou-se ao lado de Nereu nas eleições ao governo do estado um ano antes, o que lhe rendeu um bom posto de comando policial. A escolta policial foi acusada de ser responsável pelas cenas de violência. CGO e Diniz Júnior, outro deputado catarinense, tentaram defender as forças policiais envolvidas diante da má repercussão do caso na Câmara, amparados pela mídia barriga-verde, na figura do periódico oficial do PLC, o *República*, que lançou reportagens em defesa da polícia na ocasião.

a AIB agia sob a proteção de importantes autoridades da República). Tal postura serviria a dois objetivos: sanar uma demanda de endurecimento ao cerco integralista em Santa Catarina, estado onde a AIB era perseguida “apenas” com base na LSN e na decretação do estado de guerra; criar polêmica que culminaria com a ideia de que a AIB é de fato um movimento subversivo da ordem política e social, ajudando a sedimentar a ideia de que deveria ser podado, mais cedo ou mais tarde, por Getúlio Vargas.<sup>206</sup>

Passado o ano de 1936, enquanto Carlos Gomes gozava de “férias” em Santa Catarina<sup>207</sup>, Getúlio Vargas, dando prosseguimento à sua pretensão continuísta, reunia em Poços de Caldas/MG, com a ajuda de Benedito Valadares, diversos governadores. A conversa era uma sondagem sobre a aceitação dos mandatários estaduais ao endurecimento do regime. A chancela de Nereu Ramos aos planos do presidente pode ter significado a aproximação dos parlamentares catarinenses ao presidente (LENZI, 1983).<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> Essa hipótese é controversa, considerando que, à época - 1936 -, a AIB servia como uma base de sustentação política a Vargas. Apenas com o golpe do Estado Novo é que as contradições entre o projeto autoritário getulista e o integralista começam a emergir, resultado no fechamento da agremiação em maio de 1938. Portanto, o que se pode questionar é se Vargas queria pôr um fim, ou dificultar a vida da AIB já em 1936. Talvez sim, considerando que a legislação para a qual ele pedia regulamentação era ambígua, podendo atingir tanto comunistas quanto integralistas (muito embora, conforme salientou CGO, apenas os comunistas tenham sido enquadrados).

<sup>207</sup> Em 31 de janeiro, por exemplo, Carlos recebeu um banquete em sua homenagem em São Francisco do Sul, onde pronunciou breve fala realçando seus “laços de afeição” com a terra de seus antepassados. Naturalmente, os charutos, vinho, champanhe nacionais, licores e frutos do mar, oferecidos com o apoio do prefeito Carvalho Filho e do deputado estadual Rogério Vieira não foram em vão. Em julho de 1937, Carlos Gomes e outro parlamentar catarinense, Diniz Júnior, assinaram proposta de emenda ao orçamento, destinando 6 mil contos de réis para a construção de estrada de ligação do porto de São Francisco do Sul ao sistema viário que interligava Joinville a Curitiba. A estrada saiu do papel em 1938. Sobre o banquete, cf. AO DEPUTADO Carlos Gomes de Oliveira. Convite e cardápio do almoço realizado em São Francisco do Sul/SC, 30 jan. 1937. Acervo FCGO/AHJ.

<sup>208</sup> Isso de acordo com Lenzi (1983). Para ele, o apoio sedimentou o caminho de Nereu para a interventoria catarinense, em novembro daquele ano. Interpretação discutível, em primeiro lugar, porque Lenzi é o único autor que faz referência a essa reunião; em segundo, porque Nereu não seria a primeira opção de Vargas (que convidou CGO para assumir). Entretanto, Edgard Carone

Vargas desgostava das candidaturas então existentes para a eleição presidencial a ser realizada em fins de 1937: de um lado, o paulista e opositor Armando de Salles Oliveira; de outro, o seu candidato “oficial”, José Américo de Almeida; e ainda Plínio Salgado, líder da AIB.

Para minar o processo eleitoral e preparar o terreno para o golpe, Vargas procurou intervir nos governos estaduais, buscando apoios, dividindo forças, substituindo mandatários. No Exército, Góis Monteiro afastou oficiais que poderiam resistir. Por outro lado, o Congresso dava mostras de liberalidade: em março, a prorrogação do estado de guerra por mais 90 dias sofreu oposição, e, na prorrogação de junho, foi derrotado o presidente. Presos políticos chegaram a receber anistia durante aquele ano.

Para fechar o regime, o governo precisava, naquele momento, de um fato novo, para fazer renascer o clima propício para o golpismo. Em finais de setembro, chegava ao conhecimento da população um pretensão plano de implantação do comunismo no Brasil, com inspiração da União Soviética, e que previa desprezíveis violências contra as instituições democráticas brasileiras: o Plano Cohen<sup>209</sup>. Não passava de ficção. Seu autor, o integralista cap. Olímpio Mourão Filho, fora flagrado datilografando o documento numa instalação do Exército, com o fito de publicá-lo num boletim da AIB.

O documento parou nas mãos do governo e foi divulgado pela *Hora do Brasil* para todo o país.<sup>210</sup> Concomitantemente, Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso solicitando a decretação de estado de guerra.

Tema de intensos debates, setores oposicionistas questionaram veementemente a veracidade do plano. Na CCJ da Câmara, o deputado Carlos Gomes de Oliveira fora designado relator da matéria<sup>211</sup>. A sessão

---

indica que todos os governadores situacionistas aceitaram o endurecimento do regime (CARONE, 1974).

<sup>209</sup> De acordo com Fausto (2006, p. 363), “a insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc.”. Com tais especificidades, se enquadraria como movimento de subversão da ordem política e social, comoção intestina grave, justificando o pedido de decretação do estado de guerra.

<sup>210</sup> Basbaum (1976b) ressalta que o general Góis Monteiro, anos depois, teria admitido que o plano era apócrifo de fato, e, mesmo sabendo disso já na época, tratou de alardear seu conteúdo.

<sup>211</sup> Designação costurada pelo presidente da Câmara e líder do governo na casa, o deputado mineiro Pedro Aleixo, na residência dos Gomes de Oliveira na

em que expôs seu parecer foi atravancada, com inúmeros deputados de oposição apartando-o para questionar a necessidade da decretação do estado de guerra, quem deveria executá-lo, e a respeito da manutenção de liberdades constitucionais.

Em seu parecer, Carlos rejeitava todas as emendas propostas pela bancada sul-riograndense<sup>212</sup> (bancada do governador Flores da Cunha); negava qualquer anormalidade tanto do Plano Cohen quanto do arbítrio dado ao presidente Getúlio Vargas, e procurou rebater todos os argumentos contrários das bancadas de oposição. Seu parecer era muito claro: conceder ao governo o poder de decretar o estado de guerra em todo o território nacional, por 90 dias.

No trecho final de seu discurso, CGO entendia que em “momentos graves como êste, mais do que nunca, a Constituição é o refugio a que nos devemos obrigar. Com ela teremos a tranquilidade a ordem de que o Brasil precisa” (NA CÂMARA..., 1937, p. 5). O estado de guerra era um mecanismo garantido por emenda constitucional, e os deputados nada de mais estavam fazendo, senão apoiando-se na segurança da Carta Magna para defender o regime da subversão.

---

capital federal, o Regina Hotel. Aleixo havia ascendido à presidência da Câmara no início de 1937 graças às articulações do Palácio do Catete.

<sup>212</sup> A primeira era a tentativa de garantir a liberdade de imprensa, especialmente para a propaganda das candidaturas à presidência. A resposta de Carlos foi de negar a necessidade de emenda com tal conteúdo: “[...] o próprio texto do projeto que acabo de ler declara que o estado de guerra só será decretado para o fim de combater a comoção intestina grave, contra as instituições políticas e sociais. A liberdade de imprensa continua integral, em tudo que não afete à letra expressa do projeto que acabo de ler”. Mais à frente, depois de questionado pelo deputado Ribeiro Júnior, admitiu a censura à imprensa, nestes termos: “Êste arbítrio, vai exercer-se também contra a liberdade de imprensa, evidentemente; mas, só naquilo que diga respeito à garantia das instituições sociais e políticas.” Ribeiro e outro colega, Oliveira Coutinho, voltaram à carga, o segundo dizendo que se o arbítrio ficava a cargo do presidente, então o relator não poderia garantir absolutamente nada. Outra emenda da bancada liberal do Rio Grande do Sul que causou polêmica procurava ressaltar as imunidades parlamentares. Se, por seu turno, CGO afirmava não ser necessária essa emenda por serem essas imunidades direitos inerentes aos poderes, Raul Bittencourt retrucou lembrando que no ano anterior essas imunidades haviam sido sustadas (devia fazer alusão ao caso dos parlamentares presos, acusados de simpatizantes da ANL). Carlos, em resposta, lembrou que a suprema corte havia decidido recentemente que o estado de guerra não extinguiu tais imunidades (NA CÂMARA..., 1937).

Por ampla maioria, o Congresso concedeu o estado de guerra por 90 dias. Daí, de acordo com Fausto (2006) e Pandolfi (2007), as *démarches* varguistas escalararam rapidamente. O presidente enviou o deputado Negrão de Lima aos estados do Norte e Nordeste para obter apoio ao fechamento do regime, no que conseguiu adesões importantes. Os governadores de Minas Gerais e Santa Catarina, Benedito Valadares e Nereu Ramos, respectivamente, já estavam de acordo. Eventualmente, o substituto de Armando de Salles Oliveira em São Paulo também cedeu. Restava a oposição de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Vargas promoveu então a federalização da Brigada Militar gaúcha, neutralizando qualquer tentativa de resistência armada. Diante disso, o governador gaúcho renunciou e exilou-se no Uruguai.

A oposição organizou resistência apenas em início de novembro. Salles Oliveira divulgou manifesto dirigido às Forças Armadas no dia 9, conclamando essas forças a manterem a legalidade. A informação de que este manifesto estava sendo lido e comentado por casernas Brasil afora adiantou o golpe, realizado no dia seguinte. Publicada a nova Constituição, a população ficara sabendo da mudança de regime apenas ao ouvir a *Hora do Brasil*, ou se passasse pelos Palácios Monroe e Tiradentes, cercados de tropas, durante o dia. O golpe de 10 de novembro foi rápido e “limpo”; não contou com a participação popular, nem precisou disparar um único tiro<sup>213</sup>. A perseguição aos comunistas sanava qualquer oposição popular, considerando que os integralistas se rejubilaram com o novo regime, chegando a promover uma grande manifestação de apoio dia 15 de novembro.

Quanto a Carlos Gomes, como teria sido sua reação à mudança de regime?

#### 4.3 OU ME DECIFRAS, OU TE DEVORO!

---

<sup>213</sup> Basbaum (1976b, p. 98) procura encontrar alguma explicação para a falta de oposição ao golpe: “Na realidade a nova Constituição outorgada, de caráter nitidamente fascista, era apenas a confirmação de um ‘*status quo*’. O clima de terror, o estado de sítio seguido pelo estado-de-guerra, há muito haviam tirado ao povo todos os direitos garantidos pela Constituição. Os partidos políticos inteiramente desligados das massas, um Congresso de eunucos divorciado do povo, ninguém mais acreditava nesses dois mais importantes instrumentos da democracia.” Há de se considerar a força da AIB, até então aplaudindo as medidas repressivas. Plínio Salgado, na época, chegou a ser convidado a assumir o Ministério da Educação.

O período inaugurado no Brasil, em 1930, apresentou uma série de mudanças em relação ao anterior, especialmente na concepção do Estado brasileiro. Foi-se construindo um consenso pela necessidade de reformá-lo em outras bases, encarando problemas até então ignorados, como a emergência de novos atores sociais, entre eles o operariado urbano. A extensa legislação trabalhista e de intervenção econômica é marca distintiva deste período em relação à República, que os autodenominados “revolucionários” de 30 chamavam pejorativamente de “Velha”. O país assistiu a diversos acontecimentos políticos até 1937, da guerra civil à promulgação de uma nova Constituição, e a dois golpes de Estado.

Foi um período de grande disputa entre projetos, certas vezes antagônicos. Carlos Gomes de Oliveira, espectador e ator em alguns momentos desta época, gostava de lembrar a Esfinge, criatura da mitologia grega, para referir-se aos grandes dilemas do momento, tal como o modo de o Estado, especialmente a União, encarar a educação nacional, ou como este Estado deveria tratar dos problemas sociais do país: ou o Estado decifrava o enigma e encontrava uma saída para empreender sua política, ou seria devorado, não pela criatura em si, mas pelas implicações que traziam estes problemas.<sup>214</sup>

Carlos defendeu ideias para responder a alguns “enigmas esfíngicos” brasileiros de período, e passamos a avaliar sua atuação, observando-a através da imbricação de suas práticas e discursos políticos, em dois movimentos: o primeiro, como deputado, entre 1933 e 1937, um dos construtores e “zeladores” da Constituição de 1934; o segundo, entre 1937 e 1945, que será abordado no capítulo seguinte, em que Carlos aparece como agente de um novo Estado nacional, intelectual vetor de ideias e burocrata do setor de planejamento econômico.

Adotamos esta estratégia com o fito de apreender sua ação em relação a discursos e práticas diversas que o envolviam, e inferir sobre quais elementos teria ele interiorizado (e se os teria), e movimentado em sua agência política. Em outras palavras, questionamos o pendor

---

<sup>214</sup> Carlos traz a referência à esfinge em discurso constante em *Nacionalização e Ensino*, proferido na Assembleia Nacional Constituinte, defendendo a ideia de que a União fixasse um valor do orçamento para a educação pública, bem como se encarregasse da organização. Esta era a resposta para fugir da boca da criatura mitológica. Outra referência é em *Economia do Mate*, quando defende a intervenção do Estado nos setores econômicos e sociais, através do corporativismo, como resposta a problemas contemporâneos. Seria, para ele um meio termo entre certa “apatia” do Estado liberal e uma “opressão” pela estatização completa da economia, no comunismo soviético.

manifestado por Carlos em direção ao apoio à investida autoritária do governo constitucional, e o porquê desta atitude; questionamos se Carlos defendera a campanha de nacionalização, de que forma e por que; questionamos seu alinhamento ao Estado instalado com a Constituição de 1937, sua participação na construção deste Estado Novo, e o peso dessa conjuntura na sua construção.

Para apreender Carlos Gomes em primeiro movimento, devemos lembrar alguns pontos. Inicialmente, compreender os círculos por onde caminhava nosso personagem: referimo-nos aqui às suas amizades e alianças cultivadas desde os anos 1920, com setores até adversários, como os irmãos Konder e Nereu Ramos. Já observamos, nos capítulos anteriores, que estas duas famílias manifestavam uma cultura política característica.

Carlos iniciou sua carreira política em contato com essas pessoas; compôs gabinetes tanto com Adolfo Konder quanto com Nereu Ramos, tanto na Primeira República quanto durante o Estado Novo. Mas, manifestava estes traços gerais da cultura política compartilhada pelos outros dois? Partiremos da premissa positiva, no sentido do discurso liberal e reformista do sistema político, e da práxis autoritária. Em momentos das décadas de 1920 e 1930, ele manifestava, em maior ou menor intensidade, tais características.

Outro ponto a se observar do período pré-1930 foi seu papel, em conjunto com o cunhado Plácido, na articulação de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais, como a Liga dos Lavradores, e seu papel de mediador de movimentos grevistas, em 1917, e em anos seguintes (quando mediara uma greve em 1933 em Joinville, por exemplo). Carlos estava atento à emergência deste novo ator social, e a todas as questões que esta emergência trazia.

Portanto, podemos afirmar que CGO viu com bons olhos a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) - o “Ministério da Revolução” -, e do Ministério da Educação e Saúde, pelo Governo Provisório. Nos primeiros anos da década de 1930, foram legalizados muitos direitos trabalhistas e previdenciários reivindicados anos antes pelo movimento operário. Entre 1931 e 1932, Carlos viajara ao Distrito Federal como representante catarinense, em convocação do MTIC, para reuniões com a intenção de criar um Conselho Nacional do Mate, a exemplo do homônimo que se criara para regular a produção cafeeira. Estas conexões são novidades para Carlos neste período pós-30.

Parecia à vontade com os novos órgãos do governo federal e com a condução do processo “revolucionário” por Getúlio, tanto que se manifestou contrário à reconstitucionalização do país em 1933. A

ditadura deveria ser estendida, pois a obra da Revolução não havia sido concluída. Duvidava do regime liberal-democrático na condução na política nacional, receando o retorno das velhas práticas pré-1930, em confissão feita ao amigo Nereu. É neste momento de incertezas que chega a se aproximar do Integralismo, imbuído das leituras de Plínio Salgado. Era um momento de efervescência na cabeça de nosso personagem, em que se relacionava com atores de diferentes matizes ideológicos. De apologista da moralização dos processos eleitorais e administrativos da democracia liberal brasileira “desvirtuada”, Carlos flertava com o integralismo três anos depois da Revolução. É interessante mapear estes deslocamentos ocorridos na relação com diferentes culturas políticas, que contribuem para analisarmos sua construção como indivíduo.

Contrário à reconstitucionalização, foi escolhido candidato a deputado constituinte. Eleito, e depois de promulgada a Carta, elogiou-a por sua percepção ampla das atribuições do Estado na resolução dos problemas sociais, destacando a existência de um título específico com este escopo, inexistente na Carta de 1891.<sup>215</sup> Anos depois, revelara que se “afeiçoara” à Constituição de 34. Sua principal contribuição ocorrera na área educacional e da terra, dois temas com os quais já estava familiarizado em Joinville.<sup>216</sup>

A “lua de mel” da Constituição jamais existira com Getúlio; com Carlos, os atos do catarinense demonstram que durara pouco. Se em 1933 denunciava a confusão política em que se encontrava o país, e o perigo de uma nova lei magna, em 1935 usara a mesma justificativa para legitimar

---

<sup>215</sup> Ao justificar o voto em Getúlio Vargas para presidente em 1934, Carlos interpreta o movimento revolucionário, percebendo um deslocamento de objetivos: “[...] as ideologias sociais, deslocaram o eixo primitivo do movimento, que, de simplesmente político - a restauração do regime democrático deturpado -, passou a ser também - social - a satisfação das exigências econômicas do povo, da massa, em regra esquecida pelas elites dominantes” (DIÁRIO..., p. 5.109). Portanto, a preocupação e o alinhamento com as políticas sociais do governo já estavam no discurso de CGO.

<sup>216</sup> Carlos lamentou o caráter “federativo” do sistema educacional adotado pela Constituinte de 1934, legando aos estados a atribuição de organizá-lo, em conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em agosto de 1934. A Sociedade Alberto Torres possuía, entre seus membros, muitos simpatizantes do integralismo: convidada a filiar-se oficialmente à AIB, a sociedade declinou, afastando-se de Plínio Salgado. Além disso, Carlos retomara suas funções de inspetor escolar, com que procurara promover reformas no ensino municipal em Joinville. Na Câmara Federal, proporia ainda a elaboração de um plano nacional de educação (e de um conselho, o que acabou não progredindo).



a LSN, para armar o Estado de ferramentas que lhe assegurassem estabilidade para, nos dizeres de Azevedo Amaral, “traçar um plano de reorganização nacional”. Lembrava ainda, no mesmo discurso, que outubro de 1930 fora apenas um movimento militar, e que a revolução ainda se processava. Portanto, era lícito dar-lhe mais poderes.

Como se vê, Carlos Gomes, até então, alternava ações e discursos: em defesa da continuidade do período do Governo Provisório; pela aproximação com uma ideologia autoritária (o Integralismo); por um passado e um presente de democrata liberal, como constituinte; com a crítica à Constituição no tocante à pouca intervenção do governo federal na educação pública; com o apoio à LSN, receando a agitação política e social que se verificava no Brasil em inícios de 1935 e desejando dar ao governo federal mais força. O substrato da cultura política dos Ramos verificava-se em CGO, mas redimensionada pelas novas conexões estabelecidas no pós-30, de forma que a retórica liberal vacilava e a social ganhava importância renovada.

Diante deste cenário de construção e disputa interna do político Carlos Gomes, a radicalização do cenário político ganhava contornos imprescindíveis para entendermos sua atuação política, especialmente a partir da revolta comunista de novembro de 1935. Em 3 de dezembro, por exemplo, Carlos e outros políticos catarinenses participaram de cerimônia, na capital federal, em memória dos oficiais mortos durante a rebelião, e “em defesa das instituições”, organizada pelo governo federal. Este episódio foi marcado por uma carga emocional, procurando instigar um clima de comoção nacional. Daí o governo obteve legitimidade para empreender uma onda de repressão sem precedentes até aquele momento, endossada pelo Congresso, que municiou a Presidência da República com a declaração do estado de guerra, seguidas vezes, até 1937.

Entendemos que o episódio ganhou contornos de drama nacional. Os discursos contra “os extremismos de esquerda e de direita” (os integralistas também não eram bem vistos por muitos parlamentares) tornam-se frequentes no Congresso e são difundidos pela imprensa. Em junho de 1936, Carlos Gomes fora o relator de projeto de prorrogação do estado de sítio e do estado de guerra. Dera parecer favorável, denunciando a violência pela qual os rebeldes queriam subverter toda a ordem social e política, destruindo o próprio Estado.<sup>217</sup> Para continuar a obra social em favor das massas, era preciso manter a ordem constitucional e o equilíbrio

---

<sup>217</sup> Em seus dizeres, “foi ao espírito da nação nos seus sentimentos políticos, religiosos e familiares” que o Congresso concedera inicialmente o estado de guerra em dezembro de 35.

social. O regime liberal ou se adaptava para sobreviver, ou desapareceria. Em outras palavras, era lícito modificar a natureza liberal-democrática do regime para salvá-lo do “extremismo”.

A investida seguinte de CGO foi na direção do integralismo. Ao redigir emendas à Constituição sobre a demissão de funcionários públicos e militares envolvidos em movimentos subversivos da *ordem política e social*, nosso personagem retirava, deliberadamente, o integralismo deste rol, deixando lá apenas o comunismo. Diante da repercussão negativa à tentativa de “legalização” do integralismo, CGO foi à tribuna e comentou que apenas evidenciara que as perseguições da polícia se davam apenas contra os comunistas, e os integralistas estavam impunes (menos em Santa Catarina, onde o governo Nereu Ramos já usava dispositivos da LSN para encurralar a AIB). Jamais se sentira mais identificado com o regime como naquele momento, dizia CGO, ao ver o integralismo incluído no rol de ideologias inimigas do regime. Sua emenda fora derrubada, mas sua vitória fora estratégica. Uma vitória às avessas.

Em 37, quando da revelação do Plano Cohen, novamente Carlos foi o escolhido para relatar o projeto de concessão de estado de guerra em todo o território nacional, solicitado por Vargas. Novamente foi favorável, mesmo diante do barulho da oposição. Novamente o alarmismo de violências contidas no dito plano comunista servia de justificativa. CGO agarrava-se à Constituição, que, de tão emendada por parlamentares, a pedido de Vargas, permitia estes dispositivos. A Carta de 34 seria a fortaleza à qual eles deveriam acorrer contra o extremismo, e não havia justificativa para não ceder ao pedido do presidente. Ceder a Vargas significaria também mostrar à população que, dentro do regime, era possível lutar contra os extremismos, sem necessidade de recorrer a outros expedientes.

O que impeliu Carlos a concordar com o estado de guerra e, pouco mais de um mês depois, com o golpe, a prestar solidariedade ao ditador?

Uma primeira hipótese seria um pacto firmado entre CGO e Getúlio Vargas, baseado na lógica de um cálculo racional de ações e reações. Em outubro de 1937, concomitantemente às acaloradas discussões do estado de guerra, corria na Câmara o projeto de criação do Conselho Nacional do Mate (INM), pleiteado por Carlos (com várias emendas de sua autoria). Aqui também o debate não era fácil, com oposição do deputado mato-grossense Generoso Ponce Filho à criação de tal conselho. O fechamento do Congresso silenciou os debates parlamentares, mas não os movimentos para a construção do Conselho, conforme demonstra correspondência de CGO em fins daquele ano. Getúlio assinaria o decreto de criação do INM em 13 de abril de 1938,

empossando outro deputado catarinense, Diniz Júnior, como presidente. Em agosto, CGO tornou-se diretor da autarquia.<sup>218</sup>

Mas nem sempre o interesse pode ser tomado como único agente propulsor das ações políticas. Carlos, representante de ervateiros catarinenses, antigo inspetor escolar em Joinville e com alguma experiência no diálogo com trabalhadores rurais e urbanos, demonstrava afinidade com a legislação social promulgada até 1937. Em muitos discursos seus destacava, por outro lado, que apenas dentro da ordem e da harmonia entre as classes se poderia processar a obra social da “Revolução”. Eleitor de Getúlio Vargas nas eleições de 1934, não se pode descartar um sincero alinhamento à política econômica e social que o governo vinha realizando como fator da ação política de CGO nestes anos: se o governo estava em perigo, sua obra também estava, assim como todas as mudanças que empreendia nas relações trabalhistas e econômicas. Neste sentido, para proteger o projeto de modernização conservadora, medidas repressivas seriam justificadas.<sup>219</sup>

Próximo da afinidade programática de Getúlio Vargas, outro fator que pode ter orientado a ação política de Carlos seria o da lealdade.<sup>220</sup> Encaramos a lealdade com base na interpretação de Berstein (1998) e Motta (2014). Estes historiadores admitem que os estudos que se valem do arsenal conceitual de cultura política permitem vislumbrar outros motivadores da atuação política, tais como tradições, sentimentos e valores partilhados por um determinado grupo. Entre eles, podemos incluir a lealdade. Mas essa “lealdade” não deve ser “romantizada”: ela é acionada pelo cálculo de uma estratégia política. Aliado de longa data de Nereu Ramos, seu amigo pessoal, conterrâneo, colega de profissão e de

---

<sup>218</sup> Vale lembrar que, dias depois do golpe, Getúlio recebeu ex-parlamentares no Catete, entre eles boa parte das bancadas catarinenses no Senado e na Câmara, incluindo CGO, Diniz Júnior e José Eugênio Muller (este último, também interessado na criação do Conselho).

<sup>219</sup> Neste item, é aceitável ainda a justificativa de ingenuidade invocada por Carlos anos mais tarde. Entretanto, é improvável. Ele possuía, à época, a visão de que o movimento de 1930 deveria ser social, mais do que a reforma da democracia liberal. Portanto, os enfrentamentos com que o regime constitucional lidava, especialmente o “perigo comunista”, constituíam para ele uma ameaça também às transformações que o governo Vargas realizava no campo social (em sua percepção). A solução, para ele, seria a mesma de uma “corrente autoritária” dentro do governo, assim identificada por Fausto (2006, p. 357): “O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.”

<sup>220</sup> Mais em: BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2014.

partido político, CGO, em artigos publicados na imprensa e em discursos diversos, reafirmava sua confiança e definia Nereu em Santa Catarina como “figura empolgante”, “homem digno”, que goza “de maior acatamento” onde quer que atue (AINDA..., 1935). O fator lealdade pode, nessa perspectiva, ter inspirado, inclusive, sua desistência do cargo de interventor em Santa Catarina em favor de Nereu. Carlos talvez tenha declinado do posto por desconfiar que não teria sustentação política no estado, especialmente de Nereu. Ele bem sabia das manobras do então governador para desbancar o primo Aristiliano Ramos apenas dois anos antes, na eleição estadual. A hipótese da lealdade também se encaixa na relação com o presidente da República. Dias depois do golpe, Carlos e outros deputados catarinenses prestaram solidariedade a Vargas no Catete.<sup>221</sup>

Há outros dois fatores que podem ter tido participação nas atitudes tomadas por CGO, entre si umbilicalmente conectados: um valor, o nacionalismo; e um sentimento, o medo. Segundo Serge Berstein, embora a força da cultura política esteja na sua internalização pelo grupo e/ou indivíduo (e, portanto, orientadora da ação política destes), tornando difícil uma mudança radical em sua cultura política, há uma possibilidade de modificação, mesmo que provisória: o traumatismo grave.<sup>222</sup>

Retomando o que foi exposto anteriormente, o período de 35 a 37 foi de forte repressão ao Partido Comunista, a seus simpatizantes, aos que sequer eram simpatizantes, e a todos os envolvidos no levante de novembro de 1935. A revolta gerou uma grande comoção nacional – ou,

---

<sup>221</sup> Por outro lado, Carlos argumentara, em outubro, a favor de conceder o estado de guerra por ser uma prerrogativa constitucional, por confiar nas instituições. Assim, mostrou-se inicialmente desapontado com o golpe, de acordo com depoimento em setembro de 1944 no INCP. Além disso, vale lembrar seu voto em Vargas em 1934.

<sup>222</sup> Nas palavras de Berstein (1998, p. 361): “Se a cultura política acaba por fazer integralmente parte do ser humano, significaria isso que, passada uma certa idade, se tomou intangível? Sem aí chegar, pode-se pelo menos admitir que, uma vez alcançada a idade madura, é difícil pô-la em questão, salvo traumatismo grave. Pode-se considerar que a derrota de 1940, o fenómeno da deportação durante a Segunda Guerra Mundial ou, de maneira menos dramática, o Movimento de Maio de 1968 para os universitários ou intelectuais, na medida em que põem em causa identidades, trouxeram efectivamente a mutação, o abandono de culturas políticas solidamente instaladas ou a adesão a novas formas de cultura política.” Carlos era um personagem em disputa na época, e um traumatismo grave teria grande impacto na formação ou mudança de sua cultura política.

em outros temos, comoção intestina grave, conforme termo da emenda que permitia ao governo declarar o estado de guerra. Enfim, comoção insuflada pelo próprio governo e pela imprensa nacional. Angela de Castro Gomes (2005) chama esse processo de “redimensionamento da *ameaça comunista*”, uma das estratégias de Getúlio para sedimentar seu caminho até o golpe de 1937. Basbaum (1976b) indica que as movimentações do presidente para endurecer o regime haviam começado já em 1935, no bojo da Intentona.

Este redimensionamento da *ameaça vermelha* é um novo trauma na política nacional, já abalada pela radicalização entre facções, forte mobilização popular (vista como perigosa por setores da política institucional, inclusive CGO), e pela guerra civil de 1932. Todos estes fatores juntos instalaram um clima alarmista na classe política, conforme se pode antever nos discursos de Carlos Gomes em defesa do estado de guerra entre 1936-37. O Plano Cohen (que mesmo falso, existiu), prevendo inúmeras atrocidades preparadas por comunistas para, violentamente, subverter a ordem política e social do país, agrava o quadro de medo.

Explorar essas sensações como fatores de decisão em política é uma das possibilidades das reflexões acerca de cultura política. Desta forma, o receio de mais um grande trauma nacional pode ter sido um catalisador da ação política, não só de Carlos, mas de muitos outros parlamentares, o que coloca o anticomunismo como traço de uma cultura política partilhada pelos parlamentares brasileiros naquele período.

Não só isso. Pandolfi (2007) destaca o medo de que o Exército fechasse o Congresso caso não fosse concedida a medida do Estado de Guerra. Para evitar o pior, primeiro o comunismo e, depois, a ingerência militar, os congressistas deram amplos poderes ao presidente da República. Carlos Gomes, por seu turno, deu indícios, anos mais tarde, de que as ameaças do general Góis Monteiro tinham repercussão na Câmara, ao escrever: “[...] sofremos ali, apreensões constantes com as ameaças que Góis Monteiro fazia ao Congresso, lembrando os seus granadeiros, nas entrevistas de todos os dias, que dava aos jornais” (OLIVEIRA, C. G., 1986, p. 41).<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup>. Por seu turno, Basbaum (1976b, p. 96) vai no mesmo sentido, destacando a resignação do Poder Legislativo aos planos golpistas de Vargas: “Quanto ao Congresso..., não seria esse Congresso de eunucos, acovardado, humilhado, cujas imunidades desde o 27 de novembro se mostraram tão frágeis, que lhe dera tão facilmente o estado de guerra diante de um documento sabidamente falso, que lhe iria opor resistência.”

Por outro lado, o receio do integralismo era forte também, e, em Santa Catarina, conforme observado, os camisas-verdes sofriam nas mãos da polícia de Nereu Ramos. O receio para Carlos era duplo.

O nacionalismo entra justamente no medo de interferências externas, seja do comunismo “sem pátria”, seja do integralismo, visto como imagem e semelhança do nazi fascismo europeu (ELOQUENTE ..., 1936, p. 1).<sup>224</sup> Dentro deste nacionalismo entra também a preservação da espiritualidade religiosa e da instituição da família, “ameaçadas” pelos extremismos, especialmente o comunista.

Vale uma digressão sobre a percepção de Carlos sobre o golpe de 10 de novembro, que é um tanto intrigante, observada em perspectiva histórica. Em 1944, Carlos procura explicar sua atitude, indicando que, se sentia “afeição” pela Carta de 34, e o golpe de 37 o havia “desapontado”, “refeito da primeira impressão [...] passei a reexaminar o nosso panorama político. Encontrava-me a mim mesmo, de novo” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 21). O momento era grave para prosseguir a “confusão política” da democracia liberal (como havia proferido em 1933 sua contrariedade à constitucionalização). Os perigos que (supostamente) rondavam o regime demandavam o fim da política, para melhor continuidade da obra de 1930.<sup>225</sup>

Décadas à frente, em *Constituinte e Constituição* (1986), sua interpretação do evento modificou-se, ao silenciar essa percepção de “confusão” e “cansaço” da política, reforçando o lado da insatisfação com o golpe: ele depunha afirmando ter sido um “inocente útil” para Vargas, ao relatar o projeto do estado de guerra. “Testemunha e vítima”, assim se definia.

Essa sua mudança de percepção precisa ser avaliada. Os boatos do projeto continuísta de Vargas eram intensos no período, e o próprio Nereu

---

<sup>224</sup> Carlos dizia que a Constituição seria o abrigo contra os extremismos sem que se precisasse “importar essas quinquilharias ideológicas que certos ditadores estão oferecendo ao mundo” (ELOQUENTE ..., 1936, p. 1). Havia ainda o receio das populações teuto-brasileiras em Santa Catarina, e de planos nazistas de invasão do sul do Brasil. Carlos agia, de longa data, no sentido de “nacionalizá-las”. O Estado Novo foi proveitoso neste sentido, outorgando leis de nacionalização aplicadas em Santa Catarina nos anos seguintes.

<sup>225</sup> “Evidentemente, estávamos fartos de política. Precisávamos parar de novo, e descansar; não o país apenas, mas os próprios políticos que foram quase sempre as maiores vítimas dos processos vigentes” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22). No mesmo discurso, Carlos legitima o golpe de 1937 através de outro fator: a boa aceitação do “povo”, que não sentiu pesar pelo desaparecimento das instituições democráticas.

Ramos já havia concordado com o endurecimento do regime em janeiro de 1937. Carlos provavelmente sabia dos boatos em torno de difusos planos continuístas do presidente, mas é inconclusivo afirmar se ele se surpreendeu, ou não, com o golpe de 10 de novembro. Por um lado, a conspiração golpista a partir de meados de 37 era ensurdecadora, segundo Basbaum (1976b). Nereu Ramos possivelmente já havia concordado com o continuísmo de Getúlio. Já Carlos defendia acintosamente (junto de outro colega de PLC, Diniz Júnior) a decretação de estado de guerra em outubro, indo contra o presidente da CCJ, Waldemar Ferreira (antigo professor do Largo São Francisco e que o indicara para compor a mesma Comissão) e a audiência de “despedida” (dizeres de Getúlio em seu diário, denotando um encontro ameno) de 13 de novembro, a que ele e boa parte da bancada catarinense compareceram, fatos que apontavam para um caminho já bem sedimentado entre a classe política catarinense e Getúlio. Por outro lado, o contexto era muito confuso. Salles de Oliveira só percebeu que algo estava errado às vésperas do golpe.

Talvez Carlos desconfiasse que Vargas tentaria alguma manobra, mas não imaginava ser o Plano Cohen o estratagema. Vale lembrar que as relações entre Congresso e Exército eram tensas, com as ameaças constantes de Góis Monteiro. Neste caso, como o plano fora “descoberto” dentro do Exército, à margem do Congresso, a possibilidade de Carlos estar ciente da trama golpista diminui. É neste cenário de incerteza que ele agiu, talvez desconfiando da trama, mas acuado pela ameaça comunista, ou mais bem informado, já que fora escolhido por Pedro Aleixo para relatar o projeto do estado de guerra.

Castro Gomes (2004) pode contribuir nesta reflexão. Ao debater as implicações metodológicas do uso de fontes que chama de “escrita de si”, como estes textos a que nos referimos (1944 e 1986), recomenda um olhar metodológico cuidadoso sobre elas: não nos interessa, através desses documentos, saber a “verdade dos fatos”, mas, sim, a percepção apreendida pela pessoa, o que ela viu, experimentou, visto em retrospectiva.<sup>226</sup>

---

<sup>226</sup> Para Gomes (2004, p. 15): “uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao ‘erro’ ou à ‘mentira’, digamos assim, do texto sob exame. Nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’ (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz

Sendo assim, importa menos saber se CGO estaria “mentindo” sobre saber ou não, concordar ou não com o golpe nestes textos posteriores. Interessa ver o deslocamento. Em 37, logo foi prestar solidariedade a Getúlio. A visão de que fora um “inocente útil” cresceu com o passar dos anos, mas não existia em 1944, estando em seu lugar a ótica da “surpresa” com o golpe, e de posterior reflexão, aceitação e exaltação.

Em 1937, o jogo político estava em aberto. Carlos e seus colegas de bancada catarinense agiram, indo cumprimentar o presidente, prestar-lhe solidariedade, independentemente de saberem ou não desses planos. Quanto a 1944, a interpretação é outra, constando-se o seguinte caminho: a ótica da “surpresa” com o golpe, e posterior reflexão, aceitação e exaltação do Estado Novo. Naturalmente, pelo ano em que tal discurso foi pronunciado, faria sentido um membro do governo elogiá-lo, mas sua fala vai além. Conforme veremos adiante, a construção do projeto trabalhista e dos sindicatos corporativos, a partir de 1942, implicava uma ressignificação do conceito de democracia, não mais pautada nas premissas do liberalismo. Entretanto, o projeto tinha em vista criar, em linhas gerais, uma base política de apoio para o Estado para sobreviver ao fim da ditadura, o que prova que o liberalismo político e o corporativismo não estavam dissociados. O discurso oficial do MTIC, a partir de 1944 (e também a rearticulação das oposições), começa a admitir o jogo político-partidário, coexistente com os sindicatos corporativos. Assim, a “surpresa” com o golpe e a “afeição” à Carta de 1934 representavam a maneira de Carlos de acompanhar esse discurso, de se aproximar desses ideais da liberal-democracia<sup>227</sup>, não se afastando da defesa do Estado Novo, posto que refletira e vira a conveniência da mudança de regime. Desta forma, o texto fala mais sobre o Brasil de 1944 rumo à redemocratização, do que do Brasil de sete anos antes.

Essa imprecisão dos anos 1940, de aceitação do golpe desaparece de narrativas posteriores de sua vida, como no livro de 1986. Neste, ele fala como um ex-constituente, autor de uma carta democrática, liberal. O momento era outro, de saída de outra ditadura (1964-1985) e rumo a uma nova constitucionalização do país, num contexto de avidez por democracia.

---

que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.” (GOMES, 2004. pp. 7-26).

<sup>227</sup> Em inícios de 1945, Carlos dirá que, depois de “descansar” da política, “já **queremos** pratica-la de novo” (ECONOMIA ERVATEIRA..., 1945, p. 8). (Grifo meu).



Tal fato (o golpe de 10 de novembro de 1937) passou por interpretações durante muitos anos, à luz de novas conjunturas. Esses deslocamentos de interpretação e silêncios podem ter funcionado para CGO como um mecanismo de seleção de fatos “convenientemente” para constar na memória de sua trajetória. Contudo, é inegável que colheria frutos do regime, como veremos no capítulo seguinte.



## 5 CADERNO DE IMAGENS



**Figura 1** - Retrato de Carlos Gomes de Oliveira, década de 1950.

Fonte: Acervo AHJ, inventário 8468



**Figura 2** - Retrato do formando ciências jurídicas Carlos Gomes de Oliveira, janeiro de 1919.

Fonte: Acervo AHJ, inventário 8468



**Figura 3** - Carlos e sua esposa Sara Gomes de Oliveira em um passeio. Possivelmente década de 1920.

Fonte: Santiago Photo. Acervo AHJ, inventário 8551

**Figura 4** - Celebração da família Gomes de Oliveira em frente à casa de Procópio Gomes, anos 1920. Da esquerda para a direita, a terceira é Sara, o quarto é Carlos, e em seguida Maria Balbina e Procópio (sogros de Carlos).



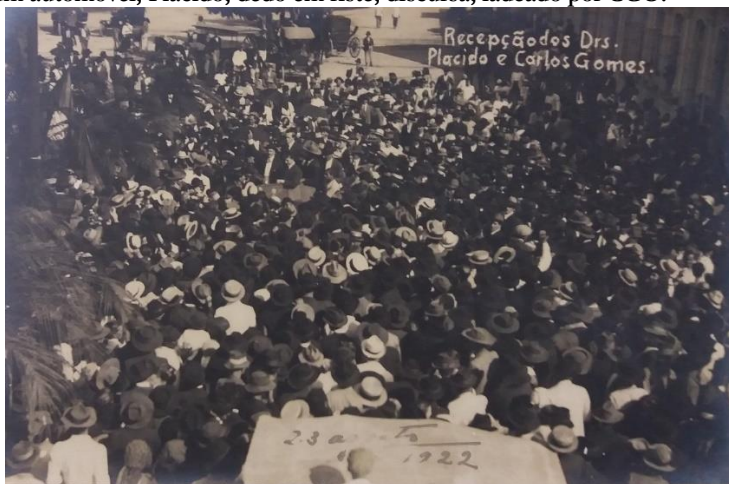
Fonte: Acervo AHJ, inventário 6601.

Figura 5 - Capa de *Correio de Joinville*, edição de 15/10/1921, com um artigo denunciando a atuação política do Juiz de Direito Ulisses Costa. O jornal tinha sua redação no escritório de advocacia de Carlos Gomes, na Rua do Príncipe, em Joinville.



Fonte: Fonte: Acervo Digital BPSC.

**Figura 6** - Carlos e Plácido Gomes retornam da prisão no Rio de Janeiro em 23/08/1922. Recepcionados por uma multidão. Um pouco à esquerda e acima, num automóvel, Plácido, dedo em riste, discursa, ladeado por CGO.



Fonte: Acervo AHJ, inventário 4149.

**Figura 7** - Momento exato da chegada, no Porto de Joinville, de Carlos Gomes e seu cunhado Plácido, em 23/08/1922.



Fonte: Acervo AHJ, inventário 8555.

**Figura 8** - Instituto Nacional de Ciência Política parabeniza Vargas pelo décimo aniversário da Revolução de 1930. Getúlio, de costas, segura um volume. À sua esquerda, na mesma roda de conversa, outro homem de costas, Carlos Gomes de Oliveira. Palácio do Catete, 21/11/1940.



Fonte: Fotografia: Agência Nacional. SIAN - Sistemas de Informação do Arquivo Nacional - BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.803.

**Figura 9** - Getúlio (centro) desatando a fita da inauguração do pavilhão do Instituto Nacional do Mate na XII Feira Internacional de Amostras no Rio de Janeiro, 25/11/1939. Carlos Gomes, à sua esquerda, observa



Fonte: Fotografia: Agência Nacional. Fonte: SIAN - Sistemas de Informação do Arquivo Nacional - BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.1384.

**Figura 10** - Carlos Gomes de Oliveira apresentando convidados a Getúlio Vargas em reunião do Instituto Nacional do Mate. Palácio do Catete, 17/12/1942.



Fotografia: Agência Nacional. Fonte: SIAN - Sistemas de Informação do Arquivo Nacional - BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.1035

**Figura 11** - "Para Senador, um filho de Joinville". Material de campanha de Carlos Gomes em 1950.



Fonte: Acervo FCGO/AHJ.



**Figura 12 -** Multidão no comício de Getúlio em Joinville/SC, eleições de 1950

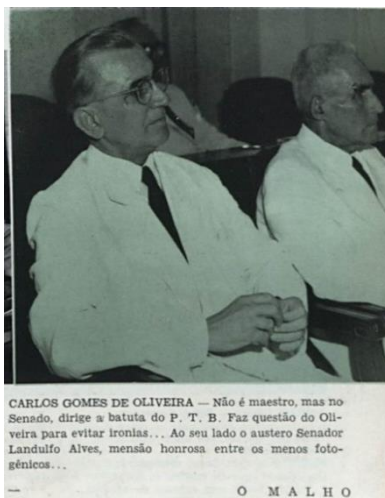


Fotografia: Foto Lacand. Fonte: Acervo CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, Classificação GV foto 179.



**Figura 13** - Crianças no comício de Getúlio em Joinville, em 1950. A política de alianças entre a cúpula nacional e estadual do PTB pareceu não ter muita penetração na cidade, ao deduzir dos dizeres de alguns cartazes: "A massa operária saúda Getúlio Vargas - Carlos Gomes".

Fotografia: Foto Lacand. Fonte: Acervo CPDOC/FGV - Arquivo Getúlio Vargas, Classificação GV foto 179



**Figura 14** - *O Malho*, revista carioca, fotografa Carlos Gomes de Oliveira (esq.) e Landulfo Alves (dir.), ambos senadores petebistas, no Palácio Monroe, e não perde a oportunidade de uma piada.

Fotografia: Revista *O Malho*, edição mensal de junho de 1953, p. 15. Fonte: Acervo HDBN

**Figura 15** - Carlos, o segundo da esquerda para a direita, lê no plenário do Senado, observado por Nereu Ramos, o quarto da esquerda para a direita. Década de 1950.



Álbum 08 - Acervo FCGO/AHJ



**Figura 16** - Carlos Gomes conversa com o Presidente Nereu Ramos - os dois primeiros partindo da esquerda - em almoço no Palácio do Catete oferecido aos representantes do Poder Legislativo, 27/01/1956.

Fotografia: Agência Nacional. Fonte: SIAN - Sistemas de Informação do Arquivo – BR RJANRIO, PRP. 5101

**Figura 17** - Aspecto da posse de Juscelino e Jango em 31/01/1956. No Palácio Tiradentes, o senador Gomes de Oliveira (centro) dirigiu os trabalhos



AMIB ART AND FLOWERS KUBITSCHEK WAVES AFTER HE AND VICE PRESIDENT GOULART (RIGHT) ARE SWORN IN BY SENATOR GOMES DE OLIVEIRA (CENTER)

Fotografia: Revista Life, 13 de fevereiro de 1956.

**Figura 18** - Representação do Brasil na ONU em 1957. Carlos é o primeiro da esquerda para a direita. Oswaldo Aranha é o terceiro.



Foto de Leo Rosenthal. Fonte: Acervo AHJ, inventário 8466.

**Figura 19** - Visita de João Goulart e Ivete Vargas a Santa Catarina em 1958. Da esquerda para a direita: Luís Batistoti, Saulo Ramos, Ivete Vargas, Beneval de Oliveira (fundo), João Goulart, Acácio S. Thiago, Carlos Gomes e Evilásio Caon.

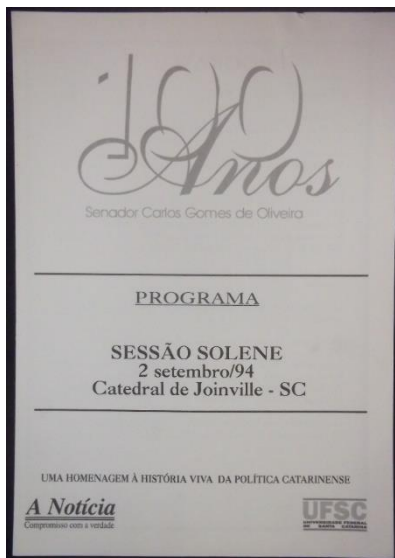


Fonte: Acervo AHJ, inventário 8495.

**Figura 20** - Celebração dos 60 anos de casamento entre Carlos e Sara, 1981. Ele, de terno cinza, ela, de vestido lilás. Atrás, o filho Flávio Edmundo, a nora Gilza e uma neta.



Fonte: Acervo AHJ, inventário 2793.



Fonte: Acervo FCGO/AHJ.

**Figura 21** - Programa da sessão solene de comemoração do Centenário de CGO, na Catedral de Joinville, 02/09/1994. Evento organizado pelo jornal *A Notícia* com o apoio da UFSC.

**Figura 22** - Carlos Gomes, já centenário, em entrevista para o periódico *Indústria & Comércio*, de Curitiba/PR, maio de 1995.



Fotografia: Everson Bressan, *Indústria & Comércio*, 10/05/1995, p. B-4. Fonte: Acervo FCGO/AHJ.

## 6 GRÃOS DE AREIA

Em novembro de 1937, temos o golpe executado por Getúlio, inaugurando o período ditatorial do Estado Novo. Se, inicialmente, CGO foi destituído de seu cargo no Legislativo, não cairia em “ostracismo”, posto que, meses depois, já atuava na administração do interventor Nereu Ramos em Santa Catarina. Em pouco tempo, retornava à capital federal, nomeado por Vargas diretor do Instituto Nacional do Mate (INM), do qual será promovido a presidente em 1941.

O INM não foi a única autarquia federal que contou com Carlos entre seus integrantes. Ele também foi colaborador do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e um dos responsáveis pela propaganda política favorável ao “Chefe da Nação” e da legitimação do regime. É neste contexto que nasce *Nacionalização e Ensino* (José Olympio Editora, 1940), livro no qual nosso biografado defendia abertamente a campanha de nacionalização empreendida pelo Estado Novo em áreas de imigração estrangeira, como Santa Catarina,

Os laços de CGO com a ditadura saltam aos olhos, seja colaborando na difusão de ideias positivas de Getúlio, seja no planejamento econômico e na burocracia estatal. Este período de sua atividade pública pode ser percebido em dois momentos: no estado de Santa Catarina, por sua retórica em favor da campanha de nacionalização, e onde está mais próximo do interventor Nereu Ramos; e no Distrito Federal, onde possui atribuições de interesse nacional, próximo ao “chefe da Nação”, Getúlio Vargas.

Neste capítulo, iniciaremos com a análise do período de Carlos na interventoria de Nereu Ramos, sempre atentos a suas práticas e discursos políticos na relação com a cultura política característica do grupo de poder então vigente no estado; em seguida, o segundo movimento de CGO durante o Estado Novo, quando ele retorna ao Rio de Janeiro como burocrata, e adquire toda uma experiência de governo em momentos essenciais ao regime, como a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do país. Com um acréscimo: em parte deste período, Carlos está em contato com o Ministério do Trabalho, no contexto da criação de um projeto estadonovista para as classes trabalhadoras. É a partir de 1942 que se começa a construir o trabalhismo brasileiro como cultura política. Vale o esforço de rastrear as percepções e leituras de Carlos neste período de fomento da legislação, de organização sindical e de criação de discursos simbólicos direcionados aos trabalhadores, ainda mais considerando que, a partir da



redemocratização de 1945, integrará o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que se valeu fortemente deste aparato técnico e simbólico gestado e empreendido durante o Estado Novo, e representante partidária maior da cultura política trabalhista no país até 1964.

Antes de compreender melhor os caminhos que levaram à arquitetura do trabalhismo, devemos começar com os passos de Carlos logo depois do 10 de novembro.

## 6.1 A SOLIDARIEDADE DO DEPUTADO CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

“Uma esmolinha pelo amor de Deus!” A irreverente manchete de *O Radical* apresenta a visão do periódico em relação a um evento que, para alguns historiadores, é indício da submissão a que se sujeitava o Congresso em relação a Getúlio. Dia 13 de novembro, 42 congressistas estiveram no Palácio do Catete em reunião com o ditador, incluindo boa parte da bancada catarinense, representada por Carlos Gomes, Diniz Júnior e Abelardo Luz. Segundo o jornal da capital, além de servilismo, a visita dos congressistas (salvando “oito ou dez iludidos”) foi para “pedir dois contos de réis de ajuda de custas para regressar aos seus logares obscuros na Província, de onde saíram, pela mão nefasta da politicagem, para desservir ao Brasil” (UMA ESMOLINHA..., 1937, p. 5).<sup>228</sup>

Servilismo de alguns, mendicância de outros, o resultado fora importante para nosso personagem, tendo em vista que, ao telegrafar para a terra natal, informava: “Tudo bem. Continuamos solidários com o Presidente Getulio Vargas. Seguirei em breve. Abraços!” (O DR. CARLOS..., 1937, p. 1).

Hipotecada sua solidariedade ao presidente dia 13, a mudança de regime requisitava algumas movimentações para adequar a política catarinense e joinvilense aos novos tempos. Nessa reunião com Vargas, pode ter surgido o convite para que Carlos ocupasse a interventoria

---

<sup>228</sup> *O Radical* tinha uma visão negativa do Congresso, e celebrara o golpe de 10 de novembro, com uma pitada de atrevimento e irreverência.



catarinense.<sup>229</sup> Diante da possibilidade, porém, nosso personagem preferiu outro caminho, declinando do cargo.<sup>230</sup>

Pode-se inferir que a recusa respondeu a algumas características do período: a amizade e a aliança de longa data entre ele e Nereu, bem como o amplo domínio de Nereu dentro do antigo PLC, ante sua figura menos proeminente dentro da elite política catarinense. O poder da tradição da família Ramos e da lealdade em relação ao amigo Nereu não pode ser subestimado, conforme já exposto no capítulo anterior, especialmente considerando a influência de aspectos culturais, morais e sentimentais no processo decisório político, na perspectiva teórica da cultura política. A ação de Carlos no mês de dezembro dá força à ideia de colaboração com Nereu, ao ser um elo entre o governo federal e estadual, e também na rearticulação da política joinvilense.

Enquanto sua presença era costurada no novo gabinete de Nereu Ramos, como diretor do Departamento de Administração Municipal (DAM), Carlos Gomes de Oliveira agia na capital federal. Dia 23, teve audiência com Getúlio Vargas e, dias depois, com o diretor da Caixa Econômica, articulando a liberação de empréstimos para municípios catarinenses. Desejava passar o Natal em Joinville, mas tais assuntos o prenderam na capital até o dia 27 de dezembro.

Tomara providências para reorganizar também a política municipal. Concordara com nomes de representantes dos velhos partidos, o empresário Joaquim Wolff (PLC) e o médico Norberto Bachmann (PRC). Sua solução ideal, porém, seria um nome de fora da política<sup>231</sup>, o

---

<sup>229</sup> Carlos afirma ter estado a ponto de ser nomeado interventor, por conta de sua relatoria favorável ao estado de guerra, que abrisse as portas para o golpe do Estado Novo. Entretanto, não fica claro de onde partiu sua indicação, mas é provável que tenha sido do Distrito Federal, do próprio Getúlio ou de algum ministro.

<sup>230</sup> Em carta enviada a Vargas, elogia Nereu e completa dizendo que seu trabalho merece continuar: “Homem de fibra, leal como o sr. o tem visto, com uma grande capacidade de ação, bem orientado, o dr. Nereu Ramos está realizando no meu Estado uma obra apreciável, [...]” Em seguida, lista uma série de obras do governo, e completa a missiva dando a entender que a escolha ainda estava em aberto: “Desejo, e estou certo que a grande maioria dos catarinenses, que o senhor leve em conta essas considerações, para decidir do destino administrativo do meu Estado.” (OLIVEIRA, C. G., 1937a, p. 1-2).

<sup>231</sup> O descontentamento com a política governista estava em alta em Joinville. A vitória do integralista Aristides Largura na eleição municipal do ano anterior era um indício. Outra indicação fora dos quadros dos partidos tradicionais parecia fazer sentido a CGO e a Nereu Ramos, também envolvido nas

também empresário Arnaldo Moreira Douat. No fim, Wolff acabou aceitando o cargo, exercendo o executivo até 1939. Wolff, membro do PLC desde os primórdios da agremiação, confirmou a continuidade dos vitoriosos de 1930 no poder. Douat eventualmente assumiu a prefeitura, de 1940 a 1944.

Antes de retornar a Santa Catarina, CGO escreveu a Getúlio Vargas pautando temas candentes para os próximos anos. Em primeiro lugar, pedia a intercessão do presidente no caso dos empréstimos aos municípios catarinenses. Depois, introduzia problemas de comunicação do Conselho de Comércio Exterior para a formação do Conselho do Mate (OLIVEIRA, C. G., 1937d) <sup>232</sup>. Tão importante quanto, sugere ao presidente, “no sentido nacionalista”, a encampação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), subsidiária da alemã AEG, que tem sido, no norte de Santa Catarina, “um centro de germanismo inquietante, ao lado da prosperidade crescente dos industriais, germanicos” (OLIVEIRA, C. G., 1937d, p. 1). Com tamanha influência econômica, o nazismo, segundo consta na carta, adquiria escolas, alastrando-se assim em duas frentes, econômica e cultural.

Destaca Carlos, por outro lado, que o governo catarinense, já atento, intervinha na situação: “Com elementos fartos, o nazismo consegue até adquirir colegios, (Ginásio Bom Jesus) cuja criação animamos com espírito nacionalista”. O dispositivo de sua autoria na Carta de 1934, que obrigava o ensino nas escolas a ser ministrado em

---

conversas. Se havia preocupação com insatisfação popular, seria pouca. A frase “Trata-se do prefeito que devemos dar a Joinville”, ao introduzir o assunto da carta a Joaquim Wolff, dá a tônica do momento político do país: os temas da política voltavam a ser resolvidos em acordos de gabinetes, sem nenhuma participação popular, *Modus operandi* comum da República “Velha”, tantas vezes atacado por Carlos nas décadas de 20 e 30 (OLIVEIRA, C. G., 1937c).

<sup>232</sup> Vale reter este ponto. Desde 1932 Carlos Gomes frequentava reuniões para a organização nacional da economia de erva-mate. O Conselho Nacional do Mate, denunciava em 1934, não havia saído do papel. Em outubro de 37, discutia-se na Câmara ainda o projeto de criação do Conselho, sendo mencionada a intervenção dos institutos estaduais de SC e PR a seu favor. Conforme dá a entender a carta, as negociações prosseguiram após o golpe, envolvendo o governo catarinense. Medidas seriam tomadas no ano seguinte. Em maio, Getúlio assina decreto criando o Instituto Nacional do Mate. O antigo deputado catarinense Diniz Júnior assumirá sua presidência. Portanto, não podemos descartar os esforços de Getúlio na direção dos problemas da economia do mate como fator na hipoteca de “leal solidariedade” de CGO ao Estado Novo.

Língua portuguesa, era uma das ferramentas de controle do governo sobre escolas particulares, como a *Deutsche Schule* de Joinville, dissolvida e incorporada pelo Ginásio Bom Jesus.<sup>233</sup>

Este padrão de “caça” aos teuto-brasileiros no estado sob a acusação de serem nazistas (o Instituto Bom Jesus foi posteriormente acusado de ser “foco nazista”) ganha força com o decreto-lei nº 88 de março de 1938, atingindo em cheio escolas particulares, ao reforçar o uso do idioma vernáculo no ensino e estabelecer uma série de exigências para sua legalização.<sup>234</sup> Em Joinville especificamente, Joaquim Wolff baixou decreto em dezembro de 1938 arrolando multas aos habitantes que desrespeitassem as leis de nacionalização no município.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> A respeito das duas escolas, escreve Coelho (2005, p. 181): “Tendo suas atividades encerradas por resolução do governo estadual, as instalações da *Deutsche Schule*, entretanto, foram aproveitadas pelo Instituto Bom Jesus, fundado em 1926 por Ana Maria Harger. [...] o instituto voltava-se ao ensino profissionalizante, ampliando suas atividades, em função também do fechamento das escolas alemãs”. Entretanto, em 1939, o jardim de infância e o curso primário do Instituto Bom Jesus foram também dissolvidos, considerados idênticos do ensino da antiga escola alemã. Coelho cita um motivo para o fim do curso primário, a suposta “convivência” de Harger com interesses nazistas. Tal acusação contra diversas pessoas era recorrente no período.

<sup>234</sup> Para se ter uma ideia, Ivo D’Aquino, secretário de Justiça, Educação e Saúde do estado, responsável pela aplicação das legislações de nacionalização, estimava que “das 661 escolas privadas em 1937 nas regiões de colonização alemã, permaneceram funcionando apenas 113 em 1938, diminuindo para 69 em 1939” (COELHO, 2005, p. 180).

<sup>235</sup> Seyferth (1999, p. 218) aborda a importância do idioma para a nacionalização: “[...] a mudança do heterogêneo para o homogêneo como definição para o processo de assimilação, segundo Lourival Câmara (1940), começa com a imposição da língua nacional. [...] o conhecimento das pesquisas realizadas por Emílio Willems (1940) na década de 30 sobre a aculturação dos alemães no Brasil serviram como suportes científicos para considerar a língua uma fronteira cultural impeditiva da integração dos imigrantes à nova pátria.” Prossegue a pesquisadora, destacando o porquê de a instituição escolar ser tão visada: “A representatividade da rede escolar teuto-brasileira (e a influência nazista em muitas escolas primárias), por um lado, e a existência de sistemas escolares com ensino em idioma estrangeiro mantidos por outros grupos (especialmente japoneses, poloneses e italianos), por outro lado, transformaram a reforma educacional no ponto de partida da campanha de nacionalização em 1937, tarefa assumida pelos interventores nomeados para cada estado” (SEYFERTH, 1999, p. 220).

Se uma campanha de âmbito nacional, que tinha como público alvo as áreas de colonização estrangeira, iniciara suas ações em 1938, ela já se desenhava desde há muito tempo em Santa Catarina. Carlos, quando criança, em fins dos anos 1900, foi aluno do Colégio Municipal de Orestes Guimarães, em Joinville, fundado em 1907 com uma nova proposta educacional, também de ensino em língua portuguesa. O colégio do professor Guimarães inspirará, a partir de 1911, em todo o estado, uma reforma educacional com várias preocupações, entre elas o ensino primário aplicado em português. Mas a partir dos anos 1930 é que surge a oportunidade de elaborar uma organização educacional em nível nacional, com o amparo de um governo central muito mais forte do que durante a Primeira República. Talvez tenha sido com essa percepção em mente que Carlos Gomes proferira inúmeras conferências entre 1933 e 1939, com a pauta da nacionalização.<sup>236</sup>

Esses discursos e textos versam sobre alguns temas principais, como a existência de uma comunidade de ascendência estrangeira em Santa Catarina, e como esta, deixada à margem pelo governo imperial e, depois, pelo republicano, havia tratado por iniciativa própria prover-se de

---

<sup>236</sup> Seis discursos e artigos selecionados e compilados no decorrer de 1939 no livro intitulado *Nacionalização e Ensino* (Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1940). O primeiro data de 1937, na Câmara dos Deputados; o segundo, ainda na Assembleia Nacional Constituinte; o terceiro, palestra dada na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, logo após a promulgação da Carta de 1934; o quarto, fala na Câmara em 1936; o quinto, artigo seu publicado no jornal *A Notícia*, de Joinville, em 1938, uma mensagem direta aos teuto-brasileiros a respeito da “decisão de nacionalizar”; o sexto, palestra no Instituto Brasileiro de Cultura proferida em 1939; por fim, na íntegra, o decreto-lei nº 1.545, de 1939, que estabelece medidas por parte de estados e municípios para a adaptação de setores “estrangeiros”. Diz o Art. 1º que a “adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.” A lei previa a ação conjunta de inúmeros ministérios, do Conselho de Segurança Nacional, estados e municípios. Não se iniciou em 1933 o interesse de nosso biografado no assunto. No Congresso do Ensino Primário de Santa Catarina, em 1927, defendeu tese nesse sentido; afirmava ser necessária a melhora das escolas para os “caboclos”, e o conhecimento prioritário do português por parte dos teuto-brasileiros. Sua tese foi aprovada. A comissão avaliadora decidiu pela criação de mais escolas isoladas e fiscalização sobre as escolas particulares e públicas. Foi também aprovada a subvenção a escolas que cumprissem as leis de nacionalização aprovadas (no Congresso das Municipalidades, que ocorria concomitantemente).

meios de sobrevivência, fossem necessidades materiais (e daí um motivo para a propalada pujança econômica industrial dessas áreas), fossem culturais (dado que em seus países de origem tais povos estariam acostumados a certos padrões educacionais). Dessa forma, surgiu toda uma rede de estabelecimentos educacionais, com currículos paralelos aos das escolas oficiais, deixando de ensinar sobre o Brasil, sobre sua língua e história.

Seguindo ainda o raciocínio de nosso biografado, ao lado do teuto-brasileiro conviviam o “caboclo”, o luso-brasileiro, também abandonados à própria sorte pelo Estado, que não lhes fornecia educação, saúde e justiça. Este caboclo, por supostamente não possuir a bagagem cultural do estrangeiro, mantinha-se alheio e ignorante.

Assim, CGO entra na questão da nacionalização, que seria a integração, tanto do estrangeiro quanto do caboclo, à nacionalidade brasileira. O vetor da integração destes dois povos à nacionalidade seria a escola, e sua ferramenta principal, o idioma vernáculo. Por isso, todo o cuidado com a inserção da obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa nas escolas na Constituição de 1934 (emenda de autoria de CGO, subscrita por seus colegas catarinenses), reforçada pelo o Decreto-Lei nº 88, de março de 1938. A nacionalidade brasileira, para CGO, no debate da época, era tributária da portuguesa, e a língua era sua principal manifestação.<sup>237</sup>

Através da escola, seria empreendido este trabalho de ensino da língua e da cultura brasileiras. Portanto, seria necessário traçar as linhas de uma escola nacional, sob a égide do governo central, e não mais legar a educação à ação fragmentada de cada estado. Tal concepção social e política da escola não compreendia a existência de estabelecimentos rivais, ministrando ensino ainda em idioma estrangeiro.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> As informações de Seyferth (1999) em relação à concepção de contemporâneos, da língua como denominador da nacionalidade, encontram eco nas formulações do livro de CGO. A nacionalidade brasileira, para Carlos, estava assentada sobre a língua portuguesa: “[...] é inegável que o povo brasileiro constitui já, pelas suas tradições e pela sua história, pela própria religião, e, sobretudo, pela língua, uma nacionalidade de contornos definidos” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 10). Mas também sobre o “tipo” português: “O negro africano, o indígena, o holandês, que em maior porcentagem entraram para o amálgama de que saiu o povo brasileiro, foram absorvidos pela raça portuguesa, nas tendências, e na língua” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 9).

<sup>238</sup> CGO não chega a discutir currículo (sua fala, no livro, passa mais por questões de legislação, orçamento e política), mas podemos deduzir que, se a pretensão era criar uma nacionalidade, inculcando valores cívicos e morais nos estudantes,

Outra reivindicação que permeia os textos de CGO é a da construção de uma escola rural mais eficiente que as escolas isoladas (a cargo dos governos municipais). Essa escola rural, integral, serviria para o aprimoramento “mental, moral e físico” da criança, “provendo o futuro da nacionalidade, que constitua atração ao espírito infantil, e que seja, nos meios mais atrasados ou estrangeirados, um centro de irradiação de estímulo, de vida e de brasilidade” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 113).<sup>239</sup>

A escola de CGO seria o alicerce da comunidade e o centro de difusão da nacionalidade brasileira<sup>240</sup>. Por ser vetor da nacionalidade, a escola deveria preparar para a vida econômica, conforme indica CGO: “A escola, preparando o homem para a atividade econômica, há de, ao mesmo tempo, criar nele o espírito da nacionalidade a que pertence” (OLIVEIRA, C. G., 1940, p. 100). Nacionalidade, cidadania e trabalho eram intimamente ligados durante o Estado Novo, como veremos adiante. A escola ganhava então características pragmáticas, de formação física e mental para o mercado e, no caso rural, no combate ao êxodo, fornecendo condições para fixar o homem à terra.

No texto “O Colono Alemão”, CGO sai em defesa de sua postura “nacionalista”, numa fala voltada principalmente a seus conterrâneos:

---

não bastava apenas o ensino do idioma (Carlos repetiu diversas vezes em seu livro que alfabetizar não deveria ser o fim da educação): o ensino da história do Brasil, uma percepção dessa história criada e mediada pelo Estado, ganharia também os holofotes na construção deste currículo.

<sup>239</sup> Para CGO, as escolas isoladas daquele período mal ensinavam a ler e a escrever. Mesmo que o fizessem, seria insuficiente, pois “nada valerá esse ensino para as atividades práticas do homem de amanhã, principalmente nos meios caboclos ou luso-brasileiros, onde é notória a falta de noções de economia doméstica e de higiene e a deficiência alimentar, e onde as endemias grassam impiedosamente”. (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 112). Este texto é o proferido no Instituto Brasileiro de Cultura em 1939, denotando que a reforma educacional por ele pretendida ainda estava em fermentação de ideias, longe de se realizar.

<sup>240</sup> Para atingir este intento, a escola seria um vetor mais do que literário, devendo prover assistência de outras naturezas à população. Deveria ser “um padrão de vida às populações rurais, pela lição dos professores, pelo arranjo caprichoso do seu interior, pelo aspecto de dignidade e conforto que apresente; aparelhando-a aqui e ali, para o ensino vocacional; criando-a à feição das exigências locais, colônias-educandários, onde preciso for, centro de higiene rural, em que o mestre seja um agente dela; tornando-a generosa, na distribuição de merendas e material escolar; dando-lhe enfim, as atrações que deve ter para os espíritos infantis, construiremos seguro e definitivo alicerce da nossa grandeza.” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 77-78).

“Cremos no êxito da educação e encaramos o esforço nacionalizador como um movimento de simpatia, sobretudo se feito pela escola e pelos processos dóceis de persuasão” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 82). Apresenta aqui uma característica importante no *modus operandi* da campanha: a assimilação pela persuasão e não pela força, pois o “estrangeiro”, na sua ética do trabalho, havia contribuído para o desenvolvimento econômico do estado. Tal ética era uma característica enriquecedora para a nacionalidade brasileira, a ser assimilada.<sup>241</sup>

No outro subtítulo, diretamente dirigido ao público catarinense, “Decisão de Nacionalizar”, alerta que apenas a integração dos elementos estrangeiros numa comunhão nacional é aceitável, caso contrário “haveríamos de lutar mais tarde, contra quistos de espécies várias” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 88).<sup>242</sup> Reforça o erro no abandono do governo em relação aos teutos e aos caboclos, e que o governo federal deveria contribuir para a construção de uma escola nacional para os dois grupos. Este texto, publicado no jornal *A Notícia*, de Joinville, vinha especialmente em defesa do Decreto-Lei estadual nº 88, de março 1938, já aqui referido: “Verdadeira carta de alforria, a lei sancionada em Florianópolis, - modelo de obra legislativa, - emancipa definitivamente o

---

<sup>241</sup> O discurso, na Câmara dos Deputados, em 1936, finalizava da seguinte forma: “É justo que bendigamos a sua colaboração ao nosso esforço, em bem da grandeza do país e entoemos louvores à emigração que trouxe para o nosso meio, contribuição tão valiosa” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 83-84). De um lado, elogiava os imigrantes; por outro, desejava que fossem assimilados na nacionalidade brasileira em fermentação. Essa fala é estruturada como resposta à acusação (não menciona de quem) de que seu nacionalismo seria “jacobino” (ou radical). É uma fala direta ao seu estado, e selecionada possivelmente com o fito de passar uma imagem mais moderada de sua postura e ação em relação à campanha de nacionalização que, em 1939, estava a todo vapor. Mais sobre a representação de Joinville, como uma cidade ordeira e trabalhadora e o papel do imigrante germânico na criação e difusão desta representação, em Costa (1996) e Cunha (2008).

<sup>242</sup> Seyferth (1999, p. 222) explana a extensão e a força dos quistos teuto-brasileiros na ótica dos “nacionalizadores”: “Esses textos informam sobre a existência de ‘quistos’ raciais, psicológicos, lingüísticos e culturais passíveis de assimilação, reportam ao repúdio das medidas nacionalizadoras por parte dos ‘alienígenas’, reafirmam a importância da nacionalização do ensino e apontam para outros fatores de desnacionalização ou de isolamento étnico pouco atingidos pela campanha (o lar, as igrejas, as associações e a falta de contato com brasileiros)”. Assimilar quistos era missão urgente, pois que todos os aspectos da vida destes imigrantes os afastavam, naquele momento, da nacionalidade brasileira.

ensino de influências estranhas”. Via o principal avanço do decreto em admitir apenas uma concepção nacional de educação. Passava, em tom assertivo, uma mensagem oficial do governo aos teuto-brasileiros: “Sobretudo nos lugares onde temos escolas bastantes, não há que tolerar concorrência prejudicial ao espírito da nacionalidade brasileira. Dispensaremos a pretensa colaboração de elementos suspeitos ao espírito nacional e de governos alienígenas, [...]” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 92).

Vale anotar que, no decorrer da leitura dos textos, transparece uma visão autoritária sobre a nacionalização, considerando a ausência de diálogo entre governo e sociedade na formulação de estratégias para a “integração”. Se CGO silencia sobre a participação da sociedade (na formulação de políticas), em certos momentos procura apaziguar, frisando o caráter “pacífico” e “simpático” da campanha de nacionalização.

Há ainda outro traço comum em seus textos, no tocante à população teuto-brasileira: o elogio à sua proficiência econômica. A indústria catarinense florescia, naquele período, principalmente nas áreas de colonização. Alguns aliados políticos de Carlos eram industriários, como o ex-prefeito de Joinville Max Colin e o então mandatário, Joaquim Wolff. Entretanto, nem todos os empresários eram aliados na missão nacionalizadora. É o que CGO nos mostra no último texto (datado de 1939), quando cita novamente a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), estabelecida em região “onde a influência estrangeira já é inquietante”. Vai além em sua crítica à influência da empresa, acusando-a frontalmente de ter entre seus diretores notórios adeptos nazismo. Por outro lado, a crítica de Carlos novamente remete a 1928, quando a concessionária dos serviços de eletricidade, na qual ele mesmo trabalhava e seu sogro era sócio, foi substituída pela Empresul, numa concorrência por ele considerada desleal em várias oportunidades. É sempre importante mencionar este passado, pois a relação familiar conflituosa com a Empresul se destaca.

Por fim, Carlos arremete contra as sociedades e agremiações culturais estrangeiras, também atingidas pelas leis de nacionalização. Em dado momento de sua conferência no Instituto Brasileiro de Cultura (IBC), lança suspeita sobre as conexões de tais sociedades, pontuando, em certo caso, a facilidade com que um “grupo germânico”, organizado em sociedade, teve em obter “suspeitíssimos recursos” para a aquisição de um estabelecimento de ensino (que o governo estadual falhara em adquirir anteriormente).



Perscrutada panoramicamente a percepção da nação, da nacionalidade e da integração da população (especialmente catarinense) nessa nacionalidade, apresentada por CGO durante a década de 1930, é válido observar um curto período de sua vida, mapeando sua atuação dentro do governo estadual e federal no tocante à campanha de nacionalização. A partir de 1938, nosso biografado passou a exercer o cargo de diretor do Departamento de Administração Municipal (DAM), onde esperava “poder prestar algum serviço ao Estado Novo” (OLIVEIRA, C. G., 1937, p. 1).

O departamento foi instalado em 5 de fevereiro na antiga Assembleia Legislativa do estado, contando oficialmente com três seções: Contabilidade, Legal e de Engenharia. As atribuições do departamento estavam principalmente no âmbito do estudo dos problemas administrativos municipais; dar assistência jurídica, contábil, orçamentária e burocrática aos prefeitos, na elaboração de códigos de posturas, tributários, estudos de obras, etc.; enfim, ser olho, ouvido e braço da interventoria estadual nos municípios.

O departamento seria “um órgão destinado a promover as relações com os municípios e garantir a estes, através de projetos e negociações, a implantação de melhorias urbanas, tais como sistemas de água, construção de escolas, pontes e estradas” (TERNES, 1994, p. 43). As atribuições do diretor geral, Carlos Gomes de Oliveira, regulamentadas pelo Decreto-Lei estadual nº 380, de 2 de fevereiro de 1938, consistiam em: propor a anulação de atos dos prefeitos que fossem inconstitucionais ou contra o “interesse público”; estudar problemas administrativos, econômicos e sociais dos municípios; deliberar sobre pareceres apresentados pelas seções do departamento, entre outras funções.

Durante os pouco mais de seis meses no cargo, Carlos participou ativamente da sociedade florianopolitana, sendo cotado para a eleição de novos sócios efetivos da Academia Catarinense de Letras (ACL) e sendo nomeado presidente da Federação de Desportos do estado. Em carta a Getúlio Vargas dizia pretender “desenvolver ativa campanha em favor do aperfeiçoamento físico da mocidade, por um Brasil Novo” (OLIVEIRA, C. G., 1938). Tal intenção se coadunava com a da escola nacionalizada que defendia, que era a de formar corpos e mentes.

Durante os anos da campanha de nacionalização, especialmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a repressão aos teuto-brasileiros recrudesciu no estado, com dezenas de prisões, encampações de empresas e confiscos de bens de consumo da população teuta. Carlos Gomes, durante o período, pareceu assumir uma posição ambígua: de um lado, desejava uma campanha persuasiva e não

repressiva; de outro, mostrou-se crítico em relação à ingerência de associações e empresas de origem “suspeita” na sociedade do norte catarinense.

Já em dezembro de 1937, como já vimos, sugeria a Getúlio Vargas a encampação da Empresul, acusando a concessionária dos serviços de eletricidade e telefonia em Joinville de ser “foco nazista” (com a agravante do poderio econômico).

Em correspondência ao gen. Meira Vasconcellos, comandante da 5ª Região Militar, e um dos principais responsáveis pela aplicação das leis de nacionalização no sul do país, Carlos novamente apontava o perigo dessa empresa no norte catarinense, “constituída por alemães e dirigida por nazistas”. A influência econômica da Empresul era apenas um exemplo da piora das condições para a campanha na região, pois, “quanto às elites, aos elementos influentes, [...] aquela cidade está mais do que nunca dominada economicamente por elementos germânicos, graças à prosperidade das suas indústrias”. Seguiu ainda sua investida contra esses inominados membros da “elite” teuta em Joinville, acusando-os de utilizar sua influência econômica para roubar dos “caboclos”, como ele se chamava, o poder político. Desabafou: “Pensei, às vezes, abandonar a minha terra”. Pintava um quadro difícil de ação em Joinville, recomendando moderação ao general, considerando-a ser “de todo aconselhável, mesmo como tática de ação, pois uma vez inimizados no meio, acabamos carne para as feras, vítima de toda a sorte de boicotagem” (TERNES, 1994, p. 45).<sup>243</sup>

Se, de um lado, alertava as autoridades sobre toda sorte de dificuldades para empreender a nacionalização da elite econômica e

---

<sup>243</sup> Aparentemente, o trânsito de Carlos era problemático em certos círculos da sociedade joinvilense. Relata na mesma carta: “Filho de Joinville, [...] posso falar sobre o assunto com algum conhecimento de causa e talvez com alguma autoridade, pois sempre considerei esta questão um dos pontos principais da minha atividade pública, tendo-a mesmo levado para a tribuna da Câmara. Talvez por isso, seja eu considerado entre as rodas germânicas, um nacionalista e jacobino, embora seja moderado nas minhas atitudes.” Essa moderação nas atitudes não parecia convencer seus adversários, dado que, mais adiante, desabafa contra as forças “de elite”. Os trechos da carta estão transcritos em Ternes (1994, p. 44-45). Este autor assinala que a original fora consultada no acervo do AHJ; entretanto, não foi encontrada durante esta pesquisa. Ternes também não indica a data da missiva, mas pode-se inferir que date de 1938, mesmo ano do texto “Decisão de Nacionalizar”, constante no livro *Nacionalização e Ensino*, que inicia comentando carta do general Meira Vasconcellos.

cultural teuto-brasileira, informava, por outro, sobre os progressos quanto aos mais pobres graças às escolas instaladas. De modo geral, a ação, vista de sua ótica, deveria procurar integrar essas populações mais humildes “na vida brasileira mais por processos educativos, pois o seu germanismo não é mais do que uma tendência natural” (TERNES, 1994, p. 45), diferentemente dos grupos teuto-brasileiros, com poderio econômico, e que agiam de forma coordenada e deliberada para combater a campanha. Para estes, CGO dá a entender que a nacionalização deveria ser mais agressiva.

Outra correspondência nos ajuda a apreender as articulações de nosso personagem durante o período. Em junho de 1938, dirige-se, alarmado, a Nereu Ramos, a respeito da prisão de dois importantes industriários catarinenses, Max Colin e Kurt Hering. Considerava a prisão desses indivíduos influentes na comunidade teuto-brasileira um “exagero contraproducente”. Alertava que toda a comunidade “germânica” estava alarmada e, com a propaganda correta, os adversários (sobretudo os nazistas) os convenceriam de que o governo de fato empreendia campanha contra eles (OLIVEIRA, C. G. 1938).<sup>244</sup>

Não apenas na articulação e reivindicação de estratégias para a campanha ficou a ação de Carlos. Durante seu período à frente do DAM, a autarquia lidou com 832 matérias, emitiu mais de mil ofícios. Pessoalmente, realizou 720 despachos. No seu discurso de despedida, ao fazer balanço dos seis meses, admitiu não ter realizado o que gostaria, especialmente por conta da escassez de recursos para colocar em funcionamento a Seção de Engenharia, que apenas no fim se organizara (CGO contava com apenas sete funcionários). No tocante à nacionalização, apontava a vontade dos municípios em investir em instrução pública, e que chegavam a atingir 13% de seus orçamentos nesta área. Comemorava a instalação crescente de escolas, mas questionava sua efetividade, considerando o modelo de escola isolada ineficaz para a obra nacionalizadora, pois que mal alfabetizava as crianças: estas deveriam ser alimentadas, receber assistência médica, e a escola isolada pouco fazia neste sentido.<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> Questionava por fim: “Convirá essa impressão ou convicção deles para o nosso trabalho de nacionalização?”. Assim como a carta ao general Vasconcellos, não a encontramos no acervo do AHJ no decorrer da pesquisa.

<sup>245</sup> “[...] precisamos de escolas que moldem nas crianças, os homens que o Brasil precisa – são, fortes, esclarecidos na prática do seu mistér cotidiano” (DEPARTAMENTO..., 1938, p. 15). Sua solução, grupos escolares maiores, especialmente no campo, que, conforme dito em texto de *Nacionalização e*

Deste período, destaca-se um caso em especial no tocante à nacionalização: o episódio da concessão dos serviços telefônicos de Joinville. Mais uma vez, a Empresul cruzava o caminho de CGO. A concessionária dos serviços elétricos obtivera também o contrato de telefonia em 1930; entretanto, durante aquela década uma série de decisões de governo colocava em xeque a legitimidade do contrato. Este foi o parecer do relatório do Departamento, assinado por Carlos Gomes em 24 de junho de 1938. Extinto o contrato, pela lei estadual nº 142 de 1936, o prefeito Joaquim Wolff estaria autorizado a realizar uma concorrência pública.

Além dos problemas jurídicos, um de ordem prática servia de justificativa para a prefeitura contra a Empresul: as dificuldades nas ligações interurbanas, operadas pela Companhia Telefônica Catarinense (CTC), que enfrentavam os consumidores joinvilenses. Segundo o parecer de Carlos, tanto seu departamento quanto a prefeitura entraram em negociação com a Empresul e a CTC para sanar o problema das linhas telefônicas interurbanas: “Dêsses entendimentos, embora deles se afastasse a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade, resultou o compromisso assumido pela Companhia Telefônica, [...] referente ao arrendamento do serviço de comunicações inter-municipais” (DEPARTAMENTO..., 1938, p. 36). Concluía então CGO pela abertura de concorrência pública, autorizada por decreto de Nereu Ramos, de 7 de julho.

A Empresul respondeu, em edital de protesto, julgando injusto o parecer do DAM que praticamente culpava a empresa pelo fracasso das negociações com a CTC a respeito das ligações intermunicipais, “quando os fatos demonstram que a não realização desse trafego cabe exclusivamente à C T C.” (EDITAL..., 1938, p. 11).

A réplica da Empresul, datada de 3 de agosto, pegou Carlos Gomes nos seus últimos dias dentro do gabinete de Nereu. O caso, aparentemente, não teve continuidade, sendo a empresa ainda responsável pelos serviços telefônicos da cidade até 1942, quando um de seus diretores, Albrecht Engels, foi preso sob acusação de pertencer a uma rede de espionagem nazista no Brasil, acusação exaustivamente explorada pela mídia joinvilense na época. Eventualmente, a Empresul seria encampada pelo governo, conforme havia recomendado CGO em 1937.<sup>246</sup>

---

*Ensino*, possibilitariam melhor ordenamento e coesão de esforços. Tais grupos seriam, em sua visão, centros de difusão da nacionalidade.

<sup>246</sup> Para Carlos Gomes, a Empresul seria lócus nazista em Joinville, constituída e dirigida por nazistas. A associação com a AEG, uma empresa alemã, dava força

Observando a trajetória das ações de Carlos Gomes à frente do DAM, bem como em conversa com outras figuras importantes de governo, pode-se perceber uma postura ambígua em relação à campanha de nacionalização. Ternes (1994, p. 44) interpreta da seguinte forma: “Sua posição, ainda que favorável à nacionalização, contudo, sempre foi muito clara, rejeitando qualquer tipo de violência, como, de fato, chegou a ocorrer”. O jornalista utiliza as missivas ao general Meira Vasconcellos e a Nereu Ramos como base para esta afirmação. Em relação à primeira carta, comete um equívoco, ao esquecer o alerta de Carlos a respeito da forte influência de alemães nazistas entre a elite econômica joinvilense, e que o governo deveria reprimir os que deliberadamente desrespeitassem as leis de nacionalização; quanto à correspondência enviada a Nereu, Ternes não considerou o fato de que a ordem de prisão a Hering e a Colin não viera de Florianópolis, mas de São Paulo, e sem uma justificativa clara. Aí residia parte do reclamo.

Este ponto deve ser salientado ao observarmos a análise de Hackenhaar (2014) em relação ao período da nacionalização. Para este historiador, a campanha serviu, em Santa Catarina, mais às perseguições políticas da família Ramos contra seus rivais, os Konder, e contra os integralistas, do que para realmente “integrar” ou “assimilar” a população teuto-brasileira<sup>247</sup>. Chega à conclusão sobre a quem as perseguições eram

---

à afirmação. Seja como for, a direção da empresa passou às mãos de Marinho Lobo, ex-prefeito de Joinville nos anos 1920. Além da Empresul, a Fábrica de Máquinas Raimann e a metalúrgica Otto Bennack foram encampadas no período. Segundo Oliveira (1994, p. 54) a Otto Bennack, “durante a guerra, foi encampada [...] para atender a manutenção e construção de equipamentos ferroviários (vagões, auto-motrizes, etc.). Os produtos da fábrica de Máquinas Raimann (máquinas para beneficiar madeira) igualmente, neste período, não tinham similares na América do Sul”. Nem todos os alemães ou teuto-brasileiros foram expropriados: foi entre 1938 e 1945 que surgiram em Joinville grandes empresas (algumas em funcionamento até hoje), como a Fundação Tupy (1938), a Cia. Hansen (1941) e a Buschle & Lepper (1943).

<sup>247</sup> A campanha apenas recrudescer a repressão do governo catarinense direcionada às áreas do norte e do Vale do Itajaí, regiões onde a AIB e o PRC eram fortes. Por exemplo, o desmembramento dos municípios de Joinville e Blumenau data de 1934, como represália contra a vitória do PRC nestes municípios nas eleições federais daquele ano. Discorre Hackenhaar (2014, p. 53): “[...] acredito que perseguições não foram realizadas contra qualquer alemão ou teuto-brasileiro nessas regiões, mas àqueles que, de alguma forma, estavam ligados à estrutura de poder dos Konder, ao Partido Republicano Catarinense, aos integralistas após 1936 ou outros grupos com interesses

direcionadas; nem todos os alemães ou teuto-brasileiros foram vítimas. Tendo isso em mente, entendemos a lógica de CGO no caso da ordem de prisão de Hering e Colin: a ordem não era de Nereu (embora o destino dos dois estivesse nas mãos do interventor); então, não fazia sentido para CGO acatá-la, ainda mais sendo os presos empresários de destaque, e um deles, Colin, um antigo aliado político em Joinville e seu amigo pessoal.

Considerando a ação de CGO no período, bem como as conclusões de Hackenhaar, podemos inferir que nosso biografado também fez uso, em certas ocasiões, especialmente no “caso” Empresul, da campanha de nacionalização para fins de perseguição a desafetos. Era favorável à nacionalização por questões de “assimilação” e “integração” das áreas de colonização; por outro lado, fez uso da acusação de “nazista” para policiar uns mais que outros.

Num balanço deste período de sua vida, embora tenha admitido que a campanha prejudicou o dinamismo cultural teuto-brasileiro, com a intervenção nas associações culturais, Carlos Gomes destaca o ponto positivo da nacionalização do sistema escolar, argumentando que “as novas gerações, as crianças, você encontra aí a toda hora... eles só falam português. Isso para mim, realmente é um... é um conforto que eu... que eu sinto porque foi uma das minhas campanhas [...] daquele tempo em que Joinville era, realmente, uma pequena Alemanha [...]” (OLIVEIRA, C. G., 1978, p. 37).<sup>248</sup>

## 6.2 UM AGENTE DA “DEMOCRACIA REAL” DO PRESIDENTE VARGAS

Em 22 de agosto de 1938 Carlos assinava o relatório de sua gestão no DAM, que deixava à luz do convite que recebera de Getúlio Vargas para integrar a diretoria do recém-criado Instituto Nacional do Mate. Da sociedade florianopolitana, Carlos passaria a frequentar a carioca a partir daquele ano. Entre 1938 e 1939 elaborou a compilação e publicação de seu segundo livro, *Nacionalização e Ensino* (José Olympio Editora,

---

contrários aos do governo estadual. Este buscava dar um fim à rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentava o poderio das oligarquias do nordeste e norte do estado.”

<sup>248</sup> Entrevista concedida a Eneida R. S. Thiago. Barra Velha/SC. Controle e veiculação de propaganda governamental.

1940). Escrevera a apresentação em outubro de 39, com a campanha de nacionalização a todo vapor.

Seu livro conta com discursos e textos de momentos diferentes, em ambientes diferentes e, portanto, para públicos diferentes. Como exposto anteriormente, a publicação versa a respeito do histórico catarinense em relação à nacionalização do ensino, e da atualidade e planos para o futuro. De fato, suas ideias encontravam eco naquela conjuntura. Contemporâneos de CGO advogavam a necessidade da nacionalização. Ele mesmo citava alguns, como Oliveira Vianna, para embasar sua concepção da nacionalidade brasileira. Como um advogado, jornalista e ex-deputado catarinense encontrava eco no mercado editorial? Encontramos essa resposta ao observar mais de perto a política cultural de Getúlio Vargas, especialmente após o Estado Novo.

Se, desde 1931, Getúlio se preocupava em criar departamentos responsáveis pelo controle e veiculação de propaganda governamental, a prática ganhou força em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão mais poderoso do gênero criado até então. Em resumo, o DIP “tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder” (CAPELATO, 2007, p. 123).<sup>249</sup> Missão dessa envergadura demandava mão de obra especializada. Assim, Getúlio esforçou-se por chamar para perto de si (com a ajuda de ministros como o da Educação, Gustavo Capanema) escritores, jornalistas, artistas e intelectuais do período.

A formação do DIP e a política cultural e de propaganda engendrada na época demonstram uma “preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva. O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo [...]”<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> Páginas adiante, complementa as funções do referido departamento: “[...] diretamente subordinado à Presidência da República, tendo como funções centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa. Cabia a esse órgão realizar a censura do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da imprensa, das atividades recreativas e esportivas. Deveria, também, promover e patrocinar manifestações cívicas [...]. O DIP passou a ser dirigido pelo jornalista Lourival Fontes, afinado com os ideais do Estado Novo.” (CAPELATO, 2007, p. 141).

<sup>250</sup> CAPELATO (2007, p. 124). Na página seguinte, prossegue a historiadora, entendendo que “A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A

Também de acordo com Bomeny (2001), a convicção da importância da intervenção do Estado na criação de uma política nacional de cultura, educação, ciência e outras áreas da vida social, como alternativa à política de descontinuidades locais da Primeira República, foi um fator que aproximou os intelectuais modernistas do governo<sup>251</sup>. Desta forma, o apelo de modernização estadonovista cativou os egressos do movimento modernista iniciado com a Semana de Arte de 1922<sup>252</sup> de suas várias vertentes ideológicas para as fileiras do governo no decorrer da década de 1930. Assim, vemos Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade com cargos ministeriais. Na propaganda, também atuaram os egressos do modernismo dos anos 1920: Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, por exemplo, dirigiram os jornais *A Manhã* e *A Noite*, do Distrito Federal, a serviço do Estado Novo. Entre os ideólogos do regime, podemos listar o próprio Oliveira Vianna e também Azevedo Amaral.

Era este o arcabouço institucional para a cultura no país, com o qual estaria provavelmente familiarizado CGO, dada sua inserção neste meio através de *Nacionalização e Ensino*. É a partir da missão do DIP - construção de uma nacionalidade brasileira - que compreendemos a mobilização da produção cultural para atingir este fim, essencial à propaganda do regime. Dessa forma, podemos contextualizar a publicação do livro em janeiro de 1940. O Estado se apropriava de espaços culturais, criava novos. Foi deste contexto que CGO se aproveitou-se para deixar sua marca na construção do Brasil novo.

Seria então Carlos Gomes um dos inúmeros intelectuais aglutinados pelo Estado Novo? Acreditamos que sim, considerando, conceitualmente, duas acepções simbióticas do intelectual: “uma ampla e

---

cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.”

<sup>251</sup> Esta convicção partilhada entre os intelectuais também foi se construindo em CGO, conforme depreendemos de sua atuação em prol de intervenção estatal na economia e na regulação das relações de trabalho durante os anos 1930.

<sup>252</sup> O movimento modernista surge na esteira do crescente debate da nacionalidade brasileira, vinculado à crise dos parâmetros científicos, artísticos, culturais e políticos da Europa, mergulhada na Primeira Guerra Mundial. Escritores e artistas vinculados propuseram a ruptura com os modelos eurocêntricos e a “redescoberta” da cultura brasileira. Muitos dos intelectuais vinculados ao movimento desempenharam funções culturais e políticas expressivas no contexto do Estado Novo.



sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais; a outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento.”<sup>253</sup>

Carlos Gomes responde a estas duas percepções do termo intelectual: é um criador e “mediador” cultural, por ser escritor e ter exercido por anos a função de articulista em periódicos de Joinville, versando especialmente sobre política<sup>254</sup>. É também engajado politicamente na vida não apenas do município, mas do país. Tais acepções são simbióticas porque “são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive - especialização esta que legítima [...] sua intervenção -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243). Assim, consideramos que este Carlos engajado, criador e mediador cultural que se manifesta com *Nacionalização e Ensino* não era inédito: política e intelectualidade andavam próximas na Primeira República, e ele próprio experimentara seu lado intelectual, na publicação de seu primeiro livro, na redação de jornais, o que justificava sua atuação na política regional.

O campo de atuação do intelectual é o do engajamento político e da fermentação de ideias. CGO, ao participar de conferências, publicar artigos em periódicos e, posteriormente, selecionar seus escritos para a publicação de uma coletânea, veicula e organiza a formulação de suas ideias políticas e sociais, ocupando posição no campo político.

Tal posição, como vimos, em prol das leis de nacionalização aplicadas em Santa Catarina e da utopia de construir uma nova escola, veículo da nacionalidade, materialmente bem equipada não apenas para alfabetizar, visava também a alimentar o sujeito e cuidar de sua saúde, e a prepará-lo para o trabalho (especialmente na área rural).

Além de obter espaço privilegiado no mercado editorial para legitimar a campanha de nacionalização realizada no país<sup>255</sup>, Carlos

---

<sup>253</sup> Emprestamos aqui as reflexões conceituais de SIRINELLI, 2003, p. 242. A hipótese de CGO como um intelectual é também trabalhada por ANDRADE, 2014.

<sup>254</sup> Sirinelli (2003, p. 242) indica alguns grupos inclusos nessa definição: “No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, [...]”

<sup>255</sup> A divulgação orquestrada pela editora José Olympio constou da publicação de resumos em diversos jornais do país, especialmente no Distrito Federal. Os resumos curtos, de cerca de três parágrafos cada, continham estrutura parecida: introduziam o “problema” da educação em áreas de colonização estrangeira;

Gomes não encerrou aí sua “carreira” de intelectual, devendo-se muito a isso a repercussão de seu livro.

Em resenhas publicadas em jornais cariocas na época, percebe-se a boa recepção da obra. Numa delas, são destacadas a atualidade do tema, a autoridade do autor, devido à sua atuação no ensino catarinense e à sua “inteligência vigorosa”, além da ênfase dada por ele à ideia da escola rural integral<sup>256</sup>. Noutra, o autor frisa a importância dos temas da nacionalidade e do ensino como ferramenta para integrar o povo num mesmo sentimento de pertencimento à nação. Do livro, chama-lhe a atenção positivamente a conclusão de CGO de que a nacionalização deveria ser feita pacificamente, por meio das escolas, e não de forma punitiva. O estudo da língua e da história do Brasil é basilar neste contexto. Enfim, Carlos é elogiado por seu “profundo” nacionalismo, por seu “pioneirismo” na nacionalização do ensino em Santa Catarina (OLIVEIRA, B., 1940, p. 8).<sup>257</sup> O último resenhista abordado é da opinião de que o autor de *Nacionalização e Ensino* é um autêntico discípulo de Alberto Torres<sup>258</sup>, enquanto a obra em si é de “interesse supremo” para a nação.

---

destacavam a ação “patriótica” de CGO na Câmara Federal na resolução deste problema; e listavam os textos reunidos. Estes itens sucediam-se, nem sempre na mesma ordem. Os textos de divulgação constam no acervo FCGO/AHJ.

<sup>256</sup> TROTTA, Frederico. Nacionalização e Ensino. **Jornal do Commercio**, Distrito Federal, 04 out. 1944. Acervo FCGO/AHJ. O Major Trotta era advogado, fundador, em 1933, do Instituto de Professores Públicos e Particulares (IPPP), e então seu presidente.

<sup>257</sup> Beneval de Oliveira publicou dois livros em 1941, com temáticas próximas à de CGO e em consonância com a tônica impressa pelo Estado Novo. Beneval também foi membro do INCP.

<sup>258</sup> Alberto Torres (1865-1917) foi um sociólogo preocupado com as condições de vida e trabalho das populações rurais no Brasil, o que ajuda a explicar a simpatia que despertava sua figura em Carlos Gomes, que concentrou os esforços de seu *Nacionalização e Ensino* na defesa de melhores condições educacionais e assistencialistas à população camponesa. Torres, que também propunha uma organização mais racional da economia brasileira, estava de acordo com Carlos em fala sua na Câmara dos Deputados em 1935. Outro motivo de inspiração para nosso personagem. A resenha em questão é de Zedar Perfeito da Silva, de 16 jan. 1945, e consta no acervo FCGO/AHJ. O texto é datilografado, sem indicação do jornal original que o publicou. Zedar possuía proximidade outra com o autor: era catarinense. Foi membro fundador da Academia Itajaiense de Letras. Outra resenha encontrada do período, também laudatória, é do catarinense Nelson Etienne Douat, colaborador ocasional do INCP.

De onde vinham essas resenhas positivas? Seus autores, publicando-as de grandes centros, eram quase todos integrados à máquina estatal no momento em que as escreveram. O major Frederico Trotta, por exemplo, dirigia um instituto de professores, indicando a aceitação dos conceitos da nacionalização entre os burocratas a cargo da política educacional do país.

As avaliações positivas de setores oficiais foram o passaporte de CGO para a realização de conferências no IBC entre 1939 e 1940, e, de 1940 e 1945 para sua colaboração literária na revista *Ciência Política*, publicada pelo Instituto Nacional de Ciência Política – INCP, sob diretriz do DIP, e coordenada por Humberto Grande concomitantemente com o exercício de cargo de diretor (posteriormente presidente) do INM, autarquia do governo.

Um rumo para as pesquisas em torno da ação política dos intelectuais pode ser “tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 2003, p. 261)<sup>259</sup>. Exercício interessante, considerando a conexão de nosso biografado com Getúlio Vargas e o Estado Novo, no exercício de criador/mediador cultural e de burocrata dentro da máquina governamental.

O DIP orientou a publicação de algumas revistas, dentre elas *Cultura Política* e *Ciência Política*. A primeira, reunia nomes de maior projeção; tratava de temas caros ao regime (como patriotismo, nacionalidade, entre outros) e destinava-se a um grupo seletivo. Sua “contraparte popular” era a segunda, *Ciência Política*, “produzida por intelectuais de menor peso e se dirigia ao grande público; caracterizou-se como ‘escola de patriotismo’, fazia proselitismo político, difundindo os ensinamentos do Estado Novo” (CAPELATO, 2007, p. 141). CGO foi

---

<sup>259</sup> Segundo este autor, há uma certa defasagem entre o que é pensado pelo intelectual e a “atmosfera” política sentida na sociedade: “Esta defasagem está ligada especialmente à natureza do campo estudado, o meio intelectual. Este meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo). E entre os dois níveis, há uma defasagem, e, portanto, um fosso, quase constantes” (SIRINELLI, 2003, p. 261). A distinção entre metapolítico e político deve ser tomada com cuidado, quando observado o período em questão, pois que o confronto ideológico “metapolítico”, era tutelado pelo Estado, tendendo a ser limitado, e o “político”, estava também sob o controle do regime. Devemos encarar estes polos de maneira mais íntima, andando no mesmo ritmo, um alimentando o outro, sob a égide estatal.

colaborador desta segunda revista, desde seu primeiro número, de novembro de 1940, até o último, de junho de 1945.

A revista era o boletim mensal do INCP.<sup>260</sup> Este se definia como organização cultural, agregando membros do magistério, da academia, da magistratura, das letras e da imprensa na tarefa “do estudo das realidades e das possibilidades brasileiras, estudando a obra de construção e reconstrução social e jurídica do atual governo” (O INSTITUTO..., 1942, p. 72). A ideia de reconstrução social era forte dentre os dirigentes do instituto. Humberto Grande, em 1941, interpretava a história do país pós-1930 em duas etapas de “evolução social”: a revolucionária, de 30 a 37, e de 1937 em diante a “Reconstrução”, que desembocaria num “período de grande prosperidade para a nação”. Organização orientada pelo governo, era essencial para atingir este zênite, e essa organização implicava o conhecimento da “realidade social da nossa nacionalidade”.

Com relação a quem deveria conduzir o processo de criação e congregação da nacionalidade brasileira, o INCP é claro: “uma robusta nacionalidade fundamenta os seus alicerces nas grandes cabeças pensantes, com o aproveitamento dos homens dignos, o culto da competência, [...] e o domínio das elites esclarecidas com a cooperação espontânea do povo” (GRANDE, H., 1941, p. 13). Em outras palavras, através de uma ação política e pedagógica, o instituto seria instrumento para o fortalecimento da nacionalidade, e vetor destes conceitos, desde que com a cooperação espontânea do povo. Mentalidade coadunada com a conjuntura autoritária atravessada pelo país.

Promovendo sessões de debates, eventos, visitas ao presidente<sup>261</sup>, foi o INCP relatando suas atividades, reuniões e textos de seus colaboradores (incluindo Carlos) em *Ciência Política*.

---

<sup>260</sup> De acordo com levantamento de Martinelli (2016, p. 258), a pauta da revista girava em torno de temas candentes do período, sempre como forma de exaltar a ação do governo e seu líder: “nacionalismo e unidade nacional, patriotismo e civismo, Exército Nacional e cultura bélica, direitos sociais e trabalhistas, indústria siderúrgica, desenvolvimento econômico, política internacional e pan-americanismo, o papel do professor e do ensino secundário, o problema das secas no nordeste, e artigos que afirmavam as realizações do governo e que salientavam o misticismo em torno do Estado Novo. Getúlio Vargas era constantemente exaltado como herói nacional, político singular e grande administrador; a agenda e os discursos do presidente também eram publicados pela revista.”

<sup>261</sup> Numa dessas visitas ao Catete, realizada em 14 de janeiro de 1941, os intelectuais aglutinados pelo Estado Novo entregaram a Vargas uma mensagem

Durante o Estado Novo, Vargas e sua equipe movimentaram um arsenal propagandístico para criar uma imagem positiva do regime e de seu líder. A revista *Ciência Política* era uma dessas ferramentas de propaganda. O que Carlos Gomes de Oliveira, um dos colaboradores da revista, tinha a dizer a respeito de Getúlio Vargas? De suas conferências nas sessões do INCP, realizadas aos sábados no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, analisaremos, adiante, quatro delas, as que foi possível localizar nas edições disponíveis da revista no acervo da HDBN, embora nosso personagem tenha publicado ao menos seis, entre 1940 e 1945.

O Chefe da Nação, como era chamado, aparece nas palavras de CGO como um homem com sabedoria e instinto político, alguém que estaria recuperando a nação através da consciência política da unidade nacional, consenso que consolidaria a força e a grandeza do país. Vargas estaria cumprindo “seu alto destino histórico, de harmonizar, de congregar de unificar a nação” (OLIVEIRA, C. G., 1940a, p. 49)<sup>262</sup>. Foram sua “vocaçãõ”, adquirida na “escola de autoridade e disciplina”, que era o PRR, e seu positivismo que o levaram a realizar o golpe do Estado Novo e toda a política de organização da nacionalidade brasileira.

Na sessão de 9 de novembro de 1940, exalta os dez anos de Getúlio Vargas à frente do Brasil, listando aspectos gerais de sua obra administrativa, econômica, de legislação social e de infraestrutura. Saúda o presidente que, “pela amplitude com que encara os aspectos da vida brasileira, harmoniza classes, identifica as massas trabalhadoras com o poder público, integra efetivamente, na comunhão nacional, indo vê-las e senti-las” (OLIVEIRA, C. G., 1940c, p. 26).

Há um movimento interessante aqui: CGO junta nesta conferência elementos caros tanto à interventoria catarinense quanto ao governo central: nacionalismo e classe trabalhadora. Ao elogiar as políticas

---

consignando “o seu aplauso e o seu louvor irrestrito ao esforço cotidiano, patriótico e generoso de V. Ex., desde a sua ascensão ao poder, em benefício da cultura nacional” (AS CLASSES..., p. 68). Agradeciam a assistência e o incentivo institucional dos últimos dez anos (ou seja, desde 1930). Entre os signatários, encontramos nomes ligados à magistratura, à burocracia, à imprensa e às letras, como José Linhares, Carlos Gomes de Oliveira, Nereu Ramos, Cassiano Ricardo, Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Oliveira Vianna e Carlos Drummond de Andrade.

<sup>262</sup> CGO dá um tom de onisciência à atuação administrativa de Vargas: “a sua ação eleva-se, sublima-se, até pairar acima dos partidos, das paixões e dos preconceitos, sem insuficiências, nem demasias”. (OLIVEIRA, C. G., 1940b, p. 49).

nacionalistas do presidente, o faz destacando medidas desde o fechamento de escolas estrangeiras: a lei que fixava em dois terços o número de operários brasileiros em empresas em solo nacional; a igualdade de salário entre o profissional brasileiro e o estrangeiro, passando pela nacionalização dos bancos de depósito, dos institutos de previdência (o Resseguro); a criação dos institutos e conselhos técnicos econômicos, desembocando no fim dos partidos regionais e bandeiras estaduais. A causa da nacionalização passava, portanto, pela valorização do trabalhador brasileiro frente ao “alienígena”, e o controle do Estado sobre o trabalho, a previdência e a economia.

Também manifesta uma ideia cara ao regime, a da aproximação dos trabalhadores com o governo, harmonicamente, procurando estabelecer diferença com o período anterior pré-1930. Indica aí uma redefinição da democracia brasileira: a relação direta entre o “chefe” e o povo, sem mais as amarras da representação liberal parlamentar.<sup>263</sup>

Na sessão dedicada ao aniversário de Vargas, em 19 de abril de 1942, a Segunda Guerra Mundial tomou conta das reflexões de Carlos Gomes, que pedia confiança no presidente Getúlio Vargas, um “guia sereno” e “sábio”, que, animado pelo “espírito americanista” de solidariedade continental, colocou o Brasil em atitude definitiva no conflito. Atacava as pretensões imperialistas do Eixo, e abordava a urgência da questão, questionando o que seria do Brasil, rico em bens naturais, mas pobre militarmente, diante de uma vitória dos “imperialistas” do Eixo, que, sob a justificativa do “espaço vital”, legitimavam suas agressões (OLIVEIRA, C. G., 1942, p. 29-31).<sup>264</sup>

Dois anos depois, durante as comemorações da “Semana da Pátria”, em setembro de 1944, Carlos voltava a analisar a conjuntura política, social e econômica do país sob o governo Vargas. Neste discurso,

---

<sup>263</sup> Castro Gomes (2005) data essa redefinição do conceito de democracia como processo realizado a partir de 1942, mas Carlos dá aqui uma pista, mesmo que inconsciente do que estaria por vir. O destaque que dá à mediação do Estado nas relações de trabalho, assistência e economia, também preconiza a criação do projeto corporativo do Estado Novo. Essa democracia era chamada de “social”. Nomenclatura próxima à que Carlos utilizara em 1944, a “democracia real”, para definir o Estado Novo. Mais detalhes sobre o projeto corporativista, à frente.

<sup>264</sup> Era um receio corrente, na época, o da invasão do sul do Brasil, de colonização ítalo-germânica, pelas potências do Eixo. Dez dias antes desta conferência (9 de abril), executivos da Empresul eram presos, acusados de atuar numa rede de espionagem nazista no Brasil, o que pode ter catalisado o receio de parte da sociedade e da classe política com essa possível invasão.

já aludido anteriormente, observou a trajetória brasileira durante a Primeira República e o governo provisório e o constitucional de Getúlio, sob o viés político, até chegar à sua percepção do regime instaurado em 37.

Embora não trate de Carlos Gomes de Oliveira, Boris Fausto (2006, p. 376) aponta características de seus discursos ao traçar a imagem que o regime estadonovista criara de si mesmo:

No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 30. Fazia um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos (FAUSTO, 2006, p. 376).

Nosso personagem se sentira desapontado com o golpe de 10 de novembro, mas refizera sua opinião pouco tempo depois. Isso porque, em sua percepção, ao continuar com a “confusão” política da democracia liberal (e com os partidos regionais), o país ficava ameaçado por “extremismos nacionalmente mais bem organizados.

Investido dos poderes ditatoriais, Getúlio era responsável pela “estabilidade” do país, graças a predicados como “experiência dos negócios públicos, o equilíbrio de espírito, a magnanimidade do coração, a sabedoria política nêle se casavam para fazer do chefe do govêrno o homem que o momento reclamava, para tão grave missão.”<sup>265</sup> Vargas havia encaminhado, ou solucionado, “todos” os problemas internos e alinhado a política externa brasileira com as forças aliadas, o que permitia a CGO saudar o presidente como figura ímpar na política nacional. Sua obra seria “imperecível”.

---

<sup>265</sup> Esta caracterização de Vargas por CGO vai ao encontro do diagnóstico de Capelato (2007, p. 124) em relação à produção da imagem do “chefe da nação” por outros escritores/intelectuais do período: “Muitas biografias de Getúlio Vargas e obras laudatórias ao governo foram publicadas na época. Nelas o chefe do poder era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia profundamente a sociedade, ora a um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo”.

Sintetizando suas observações, Carlos questiona: “Seria então oportuno indagar se temos tido com Getúlio Vargas um regime democrático?” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 23). Para responder a este ponto, ele considerou que “através dos Conselhos vários, das autarquias econômicas, Getúlio Vargas limita-se, comumente, a coordenar opiniões, raramente fazendo valer a sua” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22); Considerou também “o interesse pelas questões que dizem diretamente com a vida do povo”; bem como “os processos de consulta aos interesses legítimos” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22-23). Sua conclusão era que o Brasil vivia uma “democracia real”, diferente da democracia formal da Primeira República. Sua crítica, em 1944, se fazia sob o prisma da política social instituída pelo Estado Novo. A “velha” República era ruim por se abster da questão social, por não intervir na vida econômica do país. Em 1933, Carlos também via com maus olhos o período pré-30, mas sob o ponto de vista político, e em particular a respeito da falta de partidos nacionais, sobre o “exclusivismo” do poder por parte dos partidos de governo, etc. Há um deslocamento do conceito de democracia. Se outrora a representação estava restrita à disputa partidária, em 1944, esta se fazia a partir do sindicato, do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.<sup>266</sup>

Mesmo vendo em Getúlio “uma figura de governante respeitável e estimado em tôdas as camadas sociais” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 23), Carlos Gomes de Oliveira parecia algo incomodado ao fim de sua oração: pedia confiança no presidente, que “estará preparando conciliar em fórmulas com as realidades nacionais e assegurar a continuidade dos nossos altos destinos” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 23). Era setembro de 1944, e a iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra, evidenciando as contradições do Estado Novo, fizera ressurgir os setores oposicionistas. O ano seguinte, além do fim da guerra, presenciaria ao paulatino enfraquecimento da ditadura, processo já verificado nesta fala de Carlos Gomes.

No INCP, CGO auxiliou a campanha promovida pelo DIP na mitificação da figura de Vargas. Suas conferências evidenciam seu

---

<sup>266</sup> Conforme veremos adiante, o Estado Novo, a partir de 1942, para empreender um projeto político de organização da classe trabalhadora, começa a redefinir o conceito de democracia. A democracia estadonovista era chamada, à época, de “democracia social”, calcada nos sindicatos corporativos, órgãos técnicos e intervenção estatal (CASTRO GOMES, 2005). A nomenclatura de Carlos, “democracia real” para tratar o Estado Novo, pode ser considerada sinônimo da “social”.



alinhamento com a política econômica e social em andamento, com a decisiva participação estatal na direção dos destinos do país, pouco detalhando a participação popular na construção destes destinos.

Foi, além de propagandista a serviço do Estado Novo, um burocrata dentro do governo, sendo diretor e presidente do Instituto Nacional do Mate (INM), entre 1938 e 1945. Vale observar sua experiência na administração desta autarquia no período, atentando para relações outras que lá tenha estabelecido com o Estado.

A Constituição de 10 de novembro possuía um caráter diverso das anteriores, acabando, na teoria, com o sistema federativo. Muitos dispositivos da Carta, como o plebiscito para sua aprovação e até eleições para um novo parlamento jamais foram cumpridos. Na prática, Getúlio voltou a governar através de decretos-lei, como no Governo Provisório. Nos estados, de bandeiras queimadas, governaram os delegados nomeados pelo “Chefe”.

Se a segurança do regime estava em jogo, ameaçada por conspirações internacionais como o Plano Cohen, as leis de repressão foram mantidas e/ou sofisticadas na nova Carta. As “disposições finais e transitórias” (que na prática eram a Constituição) determinavam, no artigo 177, “ao governo aposentar ou demitir funcionários, civis ou militares, cujas atividades e pensamentos não se coadunassem com os do governo” (BASBAUM, 1976b, p. 106)<sup>267</sup>. O artigo 186, por seu turno, declarava estado de emergência em todo o território nacional, invalidando qualquer garantia constitucional de liberdade civil. A repressão, já ensaiada entre 1935 e 1937, fora ratificada com a nova Constituição pela manutenção do Tribunal de Segurança Nacional, prevendo, inclusive, a pena de morte.

A extinção dos partidos veio a 2 de dezembro: estava encerrada a “confusão política” a que tanto aludia CGO. Com a abolição do Poder Legislativo, o Poder Executivo ganhou o poder de legislar (e aplicar a lei, considerando a existência do Tribunal de Segurança Nacional). Era a vitória da “corrente autoritária”, constituída de setores do governo (como as Forças Armadas), que buscavam uma modernização conservadora, segundo a qual caberia “ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e bem-estar geral” (FAUSTO, 2006, p. 357).

Censura, controle e encampação de meios de comunicação (rádio e jornais) foram amadurecendo a partir do golpe, culminando com a

---

<sup>267</sup>O autor nota que este artigo seria válido apenas por três meses, mas fora prorrogado por tempo indeterminado, “porque era uma arma da qual o novo regime não podia largar mão”.

criação do DIP em dezembro de 1939. Opiniões e notícias eram controladas, fornecidas em textos redigidos pelo departamento.

Quando, em 1944, CGO se referiu à “democracia real” que o Brasil vivia sob o regime instaurado em 1937, fazia alusão aos “conselhos vários, das autarquias econômicas”, através dos quais Vargas “coordenava opiniões”. Embora os conselhos e demais autarquias ligadas não fossem criações da Constituição de 1937, ganharam poderes não vistos anteriormente, substituindo o Congresso como entidade de representação.<sup>268</sup>

Se não criou os conselhos, a Carta de novembro demonstrou o papel que deveria ter o Estado dentro da economia nacional: em linhas gerais, o de “suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção” (AMARAL apud CAPELATO, 2007, p. 118). Este princípio de intervenção estatal, defendido por Amaral, era chamado de “dirigismo”, uma fórmula de intervenção baseada no planejamento governamental para a economia, “corrigindo abusos e reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo”.<sup>269</sup> Sua forma mais avançada, o corporativismo, seria a nova diretriz do capitalismo moderno. O Estado corporativo deveria “atuar como um verdadeiro coordenador na distribuição da riqueza nacional” (CAPELATO, 2007, p. 119).

A ideia da intervenção ia ao encontro da pretensão do governo da modernização conservadora, e isso incluía diversificar as atividades produtivas, tirando a primazia do setor agrícola. Se entre 1930 e 1937 Getúlio teve de se equilibrar entre interesses diversos, a partir do golpe pôde imprimir uma orientação econômica voltada incisivamente à industrialização. Essa mudança de política econômica era o meio para que o Brasil novo alcançasse o progresso material, deixando de ser um país totalmente agrário.

Outro campo de intervenção do Estado deveria ser nas relações trabalhistas, justamente para prevenir a difusão de ideologias “desagregadoras”, como o comunismo, que poderiam organizar um movimento operário contestatório. A ideia de intervenção neste campo vinha desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1930. Durante toda a década uma série de reivindicações antigas do movimento operário foram atendidas, seguidas, porém, de legislação que buscava controlar os sindicatos. Greves e *lockouts* foram

---

<sup>268</sup> Observação de Capelato (2007, p. 119): “A ênfase no papel da tecnocracia à frente dos negócios públicos, em detrimento da liderança política, constituiu uma novidade introduzida pelo regime.”

proibidos, bem como a pluralidade sindical. O controle do MTIC sobre os trabalhadores tornou-se mais cerrado, dependendo de sua aprovação o regimento e as diretorias dos sindicatos.<sup>270</sup> Enquanto isso, Getúlio sistematizava a legislação trabalhista dos anos 1930, organizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, visando a conciliação de classes<sup>271</sup>. A essa política de cessão de direitos, era aliada outra, de propaganda, que através do DIP e do MTIC procurava criar uma imagem mítica do ditador, como defensor dos trabalhadores, estadista clarividente, entre outros adjetivos laudatórios. A união destas duas dimensões, material (cessão de direitos) e simbólica (através da propaganda) será essencial, como veremos adiante, a partir de 1942, para o projeto corporativo e trabalhista do Estado Novo.

Uma promessa em especial, prevista na Carta de 1934, foi apenas a partir de 1938 posta em prática: o salário-mínimo. Foram instaladas comissões de estudo de preços e condições de vida em todos os estados, a fim de estipular um valor “capaz de satisfazer às necessidades do trabalhador, conforme as condições de cada região.”<sup>272</sup>

Carlos Gomes desejava em Santa Catarina fazer algo de útil em prol do Estado Novo, conforme confidenciou em carta a Getúlio em fins de 1937. Seis meses depois voltou a escrever ao “Chefe da Nação”

---

<sup>270</sup> Castro Gomes (2005) destaca que, a partir de 1935, com a repressão voltada contra os comunistas, o movimento operário foi aos poucos sendo silenciado e cooptado, processo recrudescido a partir de 1937 e persistente até 1942, quando o MTIC decide imprimir nova dinâmica às relações Estado/classe trabalhadora.

<sup>271</sup> Capelato (2007, p. 120) aponta o caráter conciliador pretendido pelo Estado na cessão de direitos: “A legislação trabalhista visava a regulamentar os conflitos entre patrões e operários [...]. O objetivo maior consistia no impedimento de que conflitos sociais se expressassem na esfera pública. [...] o conjunto de leis referentes ao mundo do trabalho (salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho), promulgadas ao longo dos anos, foi sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho.”

<sup>272</sup> De acordo com Fausto (2006, p. 374), “O país foi dividido em várias regiões e estabeleceu-se uma escala variável de acordo com as peculiaridades regionais. Na capital federal – onde o índice era mais elevado – o mínimo foi fixado em 240 mil réis mensais. O salário médio pago no país, segundo o censo de 1940, era de 205 mil-réis, o que indica a melhora salarial representada pelo estabelecimento de um salário mínimo”. Capelato (2007, p. 120), por outro lado, aponta a insatisfação do proletariado com o salário mínimo instituído, por considerá-lo abaixo do custo de vida, especialmente a partir de 1942, quando se iniciava um surto inflacionário, que não veria fim durante a vigência do Estado Novo.

fazendo um pedido, “acreditando que, segundo palavras suas a meu respeito, disso sou merecedor”: a sua nomeação para Presidente da Comissão Mista do Salário Mínimo no estado. CGO argumentava que se sentia familiarizado com os problemas dos trabalhadores, “tendo sempre acompanhado muito de perto as causas operarias” e que admirava a ação de Getúlio no tocante à questão social (OLIVEIRA, C. G., 1938<sup>a</sup>, p. 1).<sup>273</sup>

A nomeação para a presidência da comissão do salário mínimo não aconteceu, mas dois meses depois Getúlio demonstrou confiança em Carlos, nomeando-o diretor do INM<sup>274</sup>. Escolha até certo ponto previsível. Desde 1931, Carlos Gomes havia participado de reuniões e articulações para a criação de um conselho federal que tratasse da economia ervateira. Já em maio de 1938, a imprensa catarinense via como iminente sua nomeação para um cargo no recém-criado INM, e ele logo elogiou em carta ao presidente a escolha de um conterrâneo, Diniz Júnior, para a presidência do instituto, em junho.

O que pode ter sido menos previsível foi a criação do próprio instituto em abril de 1938. Na sessão da Câmara de 13 de outubro de 1937, parte do debate girou em torno da criação do Conselho Nacional do Mate, e o mato-grossense Generoso Ponce criticava o projeto de sua criação, alegando prejudicar os produtores de erva-mate de seu estado, e contemplar apenas a indústria de beneficiamento localizada em Santa Catarina e no Paraná. Uma emenda de CGO ao projeto era particularmente criticada pelo colega: a emenda dava ao conselho o poder de “propôr ao governo a restrição do corte da herva matte.” Era uma

---

<sup>273</sup> Dizia, ainda, em carta, fazer o pedido para agir em favor do Estado Novo e do próprio Vargas, além de “tranquilizar o desejo que tenho de realizar alguma coisa minha”.

<sup>274</sup> O Decreto nº 3.128, de 5 de outubro de 1938, indicava o executivo do instituto ser formado por um presidente e três diretores. Destes, um representava os produtores de erva-mate; outro, os industriais e/ou exportadores; o último, o governo estadual. Os diretores seriam eleitos pela Junta Deliberativa e efetivados com a chancela do presidente da República. Não é conclusivo afirmar qual grupo representava oficialmente o diretor CGO, mas provavelmente deve ter entrado como representante do governo catarinense, dada sua trajetória progressiva de representante estadual em situações anteriores que envolviam as questões da erva-mate, ou como representante dos industriais, que, na época, eram basicamente os integrantes dos institutos do mate de Paraná e Santa Catarina, com os quais CGO tinha proximidade, dado o passado aludido. Para mais detalhes da organização administrativa do INM (PAES, 2010).

intervenção “draconiana”, na acepção de Ponce, que pedia à Câmara que enterrasse o projeto e o conselho.

O golpe de 10 de novembro naturalmente interrompeu a discussão em torno da criação do conselho, ao menos pela via parlamentar. Não podemos deixar de aventar que uma das motivações de Carlos Gomes na reunião entre os ex-parlamentares e Getúlio Vargas em 13 de novembro tenha sido justamente assegurar a continuidade do projeto. Em dezembro, CGO informava o “Chefe da Nação” sobre questões burocráticas na criação do conselho.

Seja como for, na queda de braço entre Santa Catarina e Paraná, de um lado, e Mato Grosso, de outro, levaram a melhor os estados sulistas<sup>275</sup>, com a criação do instituto no ano seguinte, sem a aprovação das emendas<sup>276</sup> propostas pelo deputado Ponce.

---

<sup>275</sup> Uma das ações do INM, nos anos seguintes, foi o cadastro de produtores, comerciantes, exportadores e industriais do setor. Alguns números podem ajudar a dimensionar as forças envolvidas nesta disputa e mostrar o encaminhamento dado à questão. Em 1942, de acordo com exposição de CGO, havia 78 indústrias cadastradas, sendo 24 no Paraná, 9 em Santa Catarina e apenas 1 no Mato Grosso. Quanto aos produtores, o Paraná contava com pouco mais de dez mil cadastrados; Santa Catarina, com 4.839 e Mato Grosso, com 897. Nota-se que Paraná e Santa Catarina eram os estados mais expressivos no setor.

<sup>276</sup> As emendas eram três: isenção de taxaço da erva cancheada para fins de propaganda; permissão para a representação de possíveis futuros institutos regionais de mate no Conselho, para fazer frente aos institutos de SC e PR; não proibição de exportação da erva cancheada. A fala de Ponce foi publicada no jornal **Correio da Manhã**, Distrito Federal, 17 out. 1937, p. 13. No decreto de criação do INM, nenhuma dessas emendas constava, embora abrisse margem à negociação quanto à taxaço e exportação da erva cancheada. Nos anos da guerra, em busca de novos mercados, a cancheada seria produto de exportação importante para os EUA. Entre 1941-42, quando da reorganização do INM (Decreto-Lei nº 3.937 de 13 de dezembro de 1941 e Decreto nº 10.755, de 30 de outubro de 1942), a exportação de erva cancheada continuava sob o controle do instituto (havia na época uma querela envolvendo os interesses de industriais paranaenses, que solicitavam o aumento do preço da cancheada para o mercado uruguaio, a fim de não prejudicar a exportação de erva beneficiada para o país vizinho e “defender a indústria nacional); assim como a taxaço (que aumentara de 5% para 7% sobre o valor do produto nos portos em quatro anos) para propaganda; apenas a representação estava mais ao gosto de Ponce, com a paridade entre os estados. O ex-deputado mato-grossense acabou por ceder, ocupando um cargo de diretoria no INM a partir de 1943.

Em 1940, conforme lembra CGO em discurso três anos depois, procurava o INM reestruturar-se, para ultrapassar a barreira de órgão de propaganda, tornar-se “também um órgão técnico, especializado em tudo que diga respeito ao mate, em todos os detalhes, que nos permitam traçar planos de trabalho, no sentido de aperfeiçoamento das atividades ervateiras [...]” (INSTITUTO..., 1943, p. 13). É neste contexto que se dá a nomeação do nosso biografado para a presidência do instituto, a 19 de maio de 1941. Ele procurou coordenar a reorganização do INM, alcançada com os decretos de 13 de dezembro de 1941 e o de regulamentação, a 30 de outubro de 1942. Assim, o órgão executivo do instituto ganhava novas atribuições, com a criação das seções de Produção e Indústria, Comércio e Transporte, e Controle e Estatística dentro da Divisão Econômica da instituição.<sup>277</sup>

A reforma empreendida por CGO seguia uma linha de política econômica e social que criticava o liberalismo, e se pautava pelos conceitos de dirigismo e corporativismo.

Como Carlos apreendia estes conceitos? Ele traçava um panorama desde o século XIX e, embora elogiasse em certos pontos o liberalismo econômico, colocando em sua conta o progresso material visto naquele século, entendia que o individualismo, premissa daquele período, produzira desigualdade social gritante, graças à exploração do proletariado, submetido a jornadas de trabalho extenuantes, sem acesso à saúde, sem garantias previdenciárias, sujeito apenas ao arbítrio dos

---

<sup>277</sup> Segundo CGO, a Seção de Produção e Indústria seria responsável por “estudar o produto em si, desde a árvore, até a entrega ao consumo público, e mais os processos de colheita, preparo e beneficiamento [...]” (INSTITUTO..., 1943, p. 13). A ideia era buscar técnicas científicas para otimizar o produto, da colheita à entrega ao consumidor. À seção de Comércio e Transporte caberia “estudar as condições em que o comércio do mate é feito, nos antigos mercados ou o possa ser em novos, tributações a que estiver sujeito, capacidade de consumo e aquisitiva, seguros, transações bancárias, embalagem, acordos diplomáticos, preços.” (INSTITUTO..., 1943, p. 13-14). A de Controle e Estatística teria, “Além dos serviços de estatística, registro, cadastro, de indústrias e produtores, quotas e crédito para eles ou respectivas entidades coletivas, orientação de ação educativa, são atribuições desta seção” (INSTITUTO..., 1943, p. 14). O trabalho dessa seção era essencial, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, considerando o cuidado com o cadastro dos produtores. Além da Divisão Econômica, existiam os serviços de Administração, Propaganda, Contabilidade, bem como as Delegacias Regionais, que representavam o INM nos estados.

padrões. Esta situação desencadeara a luta de classes, intensificada no século XX “sob a inspiração de Moscou” (INSTITUTO..., 1943, p. 84).

Essa conferência, contida no livro *Economia do Mate* (1943), foi proferida no IBC em 1941 (ou julho de 1940). Faz alusão, nesta fala, ao discurso de Vargas de 11 de junho de 1940, em que o ditador discorre sobre o papel intervencionista que o Estado deve ter na economia. É imbuído destas ideias que Carlos adere ao dirigismo (embora desde o início da década de 1930 já reclamasse intervenção governamental, ao menos no setor da erva-mate). Este fator (o alinhamento com o dirigismo) talvez tenha facilitado sua escolha como homem a tocar a reorganização do INM, assentada sobre essas novas bases, para ultrapassar seu escopo original, de órgão de propaganda.

Todo este panorama suscitou medidas de defesa, patronais e operárias. No primeiro caso, os trustes, nocivos, na acepção de CGO, por destruírem a livre concorrência, essência do liberalismo. Os operários organizavam-se em sindicatos, que “desempenharam função apreciável de autodefesa, não só porque davam estabilidade a seus associados, como porque lhes garantiam melhoria de salários e assistência” (INSTITUTO..., 1943, p. 83). Mesmo assim, os sindicatos eram insuficientes, e os trustes, nocivos.<sup>278</sup> O Estado seria o agente para organizar as relações de trabalho de forma racional a fim de beneficiar os dois lados. Apoiava-se CGO num personagem que estava conduzindo uma “verdadeira revolução” em seu país, Franklin Roosevelt, que, através da NRA, procurava investir 11 bilhões de dólares na economia, como parte do *New Deal*.<sup>279</sup> A política da NRA, porém, não passou de transitória. A solução brasileira precisava ser definitiva.

---

<sup>278</sup> Carlos denuncia ainda a existência de algo semelhante a um truste no setor do mate, uma organização destinada a exportar o produto para o Chile, fixando preços e direcionando remessas. Com o INM foi desbaratado o truste.

<sup>279</sup> Carlos faz aqui uma mistura de várias políticas empreendidas pelo governo Roosevelt. Inicialmente, supomos que ele se tenha referido ao *National Industrial Recovery Act* (NIRA), aprovado em junho de 1933, que, segundo Limoncic (2009, p. 135), “propunha a criação de códigos de competição nos diferentes setores industriais, códigos esses que seriam supervisionados pelo Estado.” A NIRA comportava a ideia de cooperação corporativa entre Estado e iniciativa privada, “de modo a atender aos interesses dos acionistas, dos trabalhadores, dos consumidores e do Estado, como representante do interesse público” (LIMONCIC, 2009, p. 137). A NRA era a *National Recovery Administration*, criada pela NIRA para administrar os códigos de competição. Os códigos de competição tinham dois anos de validade apenas. Embora de natureza diferente, a política de injetar dinheiro na economia e ade controlar a

Aí entra o dirigismo. CGO alude a exemplos europeus, como França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Portugal (INSTITUTO..., 1943, p. 88)<sup>280</sup> para demonstrar como vinham seus governos adotando o dirigismo, através de legislação de controle econômico, fiscal e social. No Brasil, já a Carta de 34, na opinião de nosso personagem, dava margem à intervenção direta na economia, disposição reforçada na Constituição de 1937, ao definir uma diretriz na aproximação do Estado com os setores produtivos: a formação de corporações.

O corporativismo era para Carlos “a última etapa desse movimento evolutivo no sentido de dirigir a economia e, indo além, harmonizar os grupos sociais” (INSTITUTO..., 1943, p. 90). Com o fito de otimizar as relações de trabalho, numa ação coordenada, as corporações congregariam sindicatos de operários, patrões, comerciantes e produtores das atividades produtivas, tendo poder legislativo, executivo e judiciário no que concernia ao seu setor da economia.

O corporativismo era um ponto de conexão entre a política econômica e a social do Estado Novo, e o INM era uma das primeiras experiências corporativas do novo governo. Corporativismo de Estado seria a chave da adaptação do governo brasileiro às novas exigências

---

competição industrial faziam parte do *New Deal*. Defensor do corporativismo para a organização da economia e do trabalho no Brasil, não à toa Carlos tinha inspiração (ao menos “filosófica”) no modelo americano. Se se inspirava na política de Roosevelt, este também via semelhanças entre sua política e a de Vargas, mesmo antes do Estado Novo, chegando a afirmar, em 1936, no Rio de Janeiro, que ele e Getúlio eram os inventores do *New Deal*. Para Limonic (2009, p. 252), “Roosevelt ressaltava o fato de que, durante os anos 1930, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, gestavam-se e consolidavam-se novas ideias a respeito da regulação da economia que, centradas no papel do Estado como promotor do bem comum, jogariam os princípios do liberalismo econômico no ostracismo [...]”. Nos anos 40, tais ideias continuariam a solidificar-se no Estado Novo e em CGO. Ver mais sobre o *New Deal* em LIMONCIC, 2009.

<sup>280</sup> Discorre CGO sobre o que chamava ironicamente de destruição “racional” dos estoques. Era o alívio dos mercados, superlotados de produtos. Assim, os EUA abateram porcos para estabilizar preços; Inglaterra e Canadá deixaram trigo e milho apodrecerem e o Brasil queimou café e impediu a entrada de maquinário para indústria têxtil em 1931, renovada em 1937 (com o fito de controlar a superprodução). Itália e Alemanha, embora “houvessem já confiscado rendas, estabelecendo um limite para os dividendos e a aplicação do excedente em títulos públicos, o regime aí vigorante respeitou a propriedade, permitiu a iniciativa e a empresa particular. Era a manutenção do capitalismo nos regimes fascistas.



econômicas e sociais mundiais. Era um meio termo entre o comunismo, “a incorporação das atividades e dos bens pelo Estado”, e o liberalismo, que consistiria no desinteresse do Estado pela economia e numa ação modesta, de apenas zelar pelos direitos individuais.<sup>281</sup>

O INM desempenhava sua função de gerir a economia ervateira aglutinando os grupos envolvidos na sua Junta Deliberativa, responsável principal por traçar a política do instituto. Composta de doze membros, quatro deles representavam os produtores dos quatro estados interessados. Aqui, a intenção era incentivar a organização dos produtores, esparsos no campo, em cooperativas. Assim, cadastrados e conhecidos, os produtores ganhavam voz no instituto. Princípio semelhante ao da sindicalização dos trabalhadores urbanos no período, que apenas usufruiriam dos direitos sociais caso se associassem ao sindicato reconhecido pelo governo.

Outra frente de controle dos produtores foi o plano cooperativista do INM, lançado em agosto de 1941. Naquele momento, os sindicatos operários não estavam ainda representados no instituto. Os produtores, público alvo inicial da formação de cooperativas, não eram operários, mas proprietários dos ervais. A sindicalização dos trabalhadores rurais não havia ainda saído do papel. O plano para os produtores consistia na intervenção da recém-criada entidade na constituição das cooperativas (e na reorganização das existentes)<sup>282</sup>. Fazendo uma avaliação deste processo, em janeiro de 1945, na esteira da realização do 1º Congresso Ervateiro, CGO via os esforços do INM de forma positiva. Para ele, o

---

<sup>281</sup> O projeto do Estado corporativo, nos dizeres de Castro Gomes (2005, p. 205), se definia “no plano econômico, como a articulação das forças vivas do individualismo, sem qualquer hipertrofia ou esmagamento; e no plano social, como a promoção do trabalho pela harmonização e proteção de todas as classes.” A articulação se daria em autarquias, como o INM, contando com representação de trabalhadores e patrões, harmonizados, para definir os destinos de cada setor da economia.

<sup>282</sup> A promessa da formação de cooperativas para os produtores era de maior facilidade de crédito e financiamento através do Banco do Brasil, e de facilidade de assistência social (seria mais fácil assistir produtores organizados do que esparsos e isolados). O INM se ingeria diretamente na formação dessas cooperativas, elaborando estatutos, “dando às cooperativas adequada organização de serviços e permitindo-lhes também desempenhar função de órgãos auxiliares do Instituto no setor da produção” (INSTITUTO..., 1943, p. 26). A elaboração dos estatutos era realizada em conjunto com o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e com o Banco do Brasil, através de “sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em termos que facilitem por intermédio dele o financiamento à produção” (INSTITUTO..., 1943, p. 26).

apoio do Ministério da Agricultura à ideia cooperativista reforçava o trabalho realizado pelo instituto, constituindo o cooperativismo uma “realidade vitoriosa”. Mas não parecia muito confiante em outro trecho, pois admitia que as cooperativas eram criticadas por seus “insucessos” recentes (mas não citava quais). Contudo, reafirmava serem elas essenciais para o plano de direção da economia ervateira, inspirado pela política getulista (ORGANIZAÇÃO..., 1945).<sup>283</sup>

Carlos teve outra oportunidade de falar diretamente aos produtores, através de mensagem lida no programa radiofônico oficial *Hora do Brasil*. Argumentou, na ocasião, que a ação do INM e seu plano de cooperativas buscavam retirar o produtor de seu isolamento e abandono de outrora – abandono que gerava crises de superprodução, derrubando os preços da erva-mate e sacrificando os produtores. O panorama da crise ainda não era dos melhores para os produtores, mas o presidente do instituto pedia paciência e tranquilizava-os, garantindo a melhora dos preços, graças ao aumento das exportações que se verificara: “Os benefícios já colhidos pelas demais categorias da atividade ervateira vos hão de caber em parte igual” (INSTITUTO..., 1943, p. 66). A orientação do instituto seria a mesma do presidente Vargas: “sábria e justa, de amparo aos que trabalham, sem ver, entre brasileiros, grandes e pequenos” (INSTITUTO..., 1943, p. 66).

A tônica do discurso de CGO, imprimindo a ideia de compreensão entre classes na orientação da economia ervateira, se sobressai.<sup>284</sup> Outro

---

<sup>283</sup> Entre as medidas de incentivo às cooperativas, CGO indicava que elas necessitavam de “recursos para as suas despesas de administração e promover assistência ao productora”. Como obter recursos começando do zero? A resposta era: “Daí termos procurado assentar a sua vida econômica numa taxa cobrada, indiretamente, a todos os associados ou não, e cujo produto reverteria para as cooperativas, proporcionalmente, à produção da respectiva zona de influência. Assim, com recursos financeiros e mesmo com um número mínimo de sócios inicialmente, a cooperativa já poderá mostrar serviços e vantagens que constituirão meios de propaganda para o aliciamento de sócios, fazendo do cooperativismo um verdadeiro credo [...]”. Medidas como essas procuravam tornar quase compulsória a associação de produtores às cooperativas. No congresso de 1945, três mil produtores compareceram, dos 21 mil que estavam associados em cooperativas. Outra reportagem fala em sete mil produtores associados. Percebe-se que ainda havia muito trabalho a se fazer para associar todos os produtores.

<sup>284</sup> Reforça a representação dos produtores na Junta Deliberativa do INM. Neste espaço, “graças ao espírito de compreensão que encontramos entre as demais classes que compõem a família ervateira, temos conseguido harmonizar

aspecto da fala é o louvor aos trabalhadores, “simples”, mas “honrados”, que “ajudam a construir a grandeza do Brasil”. Este momento na *Hora do Brasil* merece destaque, pois é mais uma ocasião em que CGO serve de propagandista do Estado Novo: agora com um discurso mais direcionado aos trabalhadores (rurais neste caso) do que na ocasião de suas falas no INCP, proferidas a um público mais selecionado, leia-se alfabetizado, que teria de ler a revista *Ciência Política* para acessar seu texto. O rádio era muito mais potente na difusão da palavra governamental, e aqui o presidente do INM tinha oportunidade de aproximar-se do trabalhador e tocá-lo.

Uma leitura do texto dá a impressão de que Carlos evitava, em parte, os termos técnicos, concentrando-se em aspectos mais palpáveis da vida prática dos produtores, como o problema dos preços e da superprodução, oferecendo uma perspectiva otimista, de que o aumento das exportações e as quotas de produção fixadas pelo instituto sanariam os problemas – as quotas impediam que os produtores operassem em capacidade máxima, inundando o mercado de erva-mate. Tentava ainda, o orador, aproximar o governo dessa população, com diversos recursos de uma fala mais palatável: ao demonstrar a sua participação nas instâncias deliberativas do INM; ao demonstrar como a autarquia tinha por finalidade a melhoria da economia ervateira; que a melhoria prevista, que já se verificava em outros setores, passaria também pela melhoria material do produtor. Todo este progresso sob a tutela de Getúlio Vargas.

Os resultados, porém, eram discutíveis. Em reunião da Junta Deliberativa em outubro de 1945, Carlos fazia cálculos elaborados para demonstrar que as exportações da erva-mate não haviam piorado tanto, e que haviam decaído menos com a criação do INM. As notícias ruins ficavam a cargo da Argentina, que começara a produzir seu próprio mate, e diminuía drasticamente suas compras do Brasil desde o início dos anos 1930. O mercado estadunidense crescia, embora ainda acanhado, mais graças a impedimentos comerciais dos EUA do que da guerra (REUNIÃO DA..., 1945).<sup>285</sup>

---

interesses, dentro de um plano de organização econômica em que, na expressão do ministro Marcondes Filho, quanto aos aspectos sociais, as reivindicações do produtor não são impostas de cima para baixo, ou arrancadas de baixo para cima, pelo sofrimento ou pelo sangue, mas obtidas por uma composição de direitos, no interesse comum” (INSTITUTO..., 1943, p. 66).

<sup>285</sup> A principal preocupação do instituto, depreende-se a partir dos balancetes presentes em **Economia do Mate** e das ações relatadas por Carlos, era com a exportação da erva, especialmente da beneficiada (a exportação da cancheada

Se em fins de 1945 a política nacional tornava-se acirrada com o ocaso do Estado Novo e a iminência de eleições presidenciais, as coisas não estavam menos candentes na autarquia presidida por Carlos Gomes de Oliveira. Na véspera da reunião da Junta Deliberativa, CGO escreveu ao chefe de polícia, João Alberto, relatando a instauração de um processo administrativo no INM, a fim de apurar irregularidades no caixa da instituição, desfalcado em pouco mais de um milhão de cruzeiros. Chegando a dois responsáveis, Carlos pedia a prisão preventiva de ambos a João Alberto. Este instaurou um inquérito policial. Após a perícia, o caso foi encaminhado à 14ª Vara Criminal da capital da República (UM DESFALQUE..., 1945. Acervo FCGO/AHJ).<sup>286</sup>

Nosso personagem acabou demitido do instituto na esteira da deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, mas o processo continuou, com implicações pessoais. Em 23 de novembro, escreveu ao presidente interino da República, José Linhares, questionando a decisão presidencial de se instaurar inquérito para investigar sua gestão à frente do INM, considerando já haver ele mesmo pedido uma investigação, chegando a dois culpados e, mesmo depois de demitido, manter a estima dos membros da Junta Deliberativa por sua “honestidade, acerto e pleno contento da produção do comércio e da indústria do mate”. Carlos, na defensiva, questionava a palavra de Luís Alves Casas, um dos imputados no inquérito interno, “que blasonava de intimidades com V. Exa. estaria, como arma de defesa, influenciando o governo contra o homem que o pegou em desonestidade no cargo que exercia” (OLIVEIRA, 1945).<sup>287</sup>

---

engatinhava no início dos anos 1940). Por exemplo, toda uma operação articulando a delegacia regional do INM em Nova York, a embaixada brasileira nos EUA e o escritório de Nelson Rockefeller havia sido montada em 1942 para agilizar a resolução de problemas burocráticos para o envio da erva-mate brasileira para os Estados Unidos (o que prejudicava o comércio com o Canadá também). Em 1941, foram enviadas aos EUA 15 toneladas de erva-mate; em 1944, essa cifra saltou para 800 toneladas.

<sup>286</sup> Os dois comparsas eram Sinésio Soares, chefe do Serviço de Contabilidade do INM, e Luís Alves Casas, oficial administrativo responsável pela Caixa.

<sup>287</sup> Em trecho seguinte, CGO parte para o ataque, insinuando que Casas buscava manipular o presidente: “Não admira que assim proceda, intrigando a administração do Instituto, quem, em tempos, envolvia o nome do juiz que V. Excia. era em processo judicial de Isaac Elbas, nos interesses da sociedade ‘Indústrias Químicas Alvis S. A.’” (OLIVEIRA, C. G. 1945, p. 3.). Elbas era sócio-proprietário das Indústrias Químicas Alvis, envolvida também no setor de erva-mate, entre outros negócios. José Alves Linhares, sobrinho de José

Casas acabou juntando-se a Soares na cadeia, até ser liberado por *habeas corpus* em meados de 1946. O inquérito continuou, até que em 1948 foi apresentada a denúncia formal, apenas a Sinésio Soares. Casas e CGO não foram incluídos por não terem sido encontrados indícios de suas participações, estando ainda sujeitos à imputação, em caso de novas provas.<sup>288</sup>

O processo teve fim no ano seguinte, e com vitória pessoal de Carlos sobre seu detrator Luís Alves Casas, condenado, assim como Sinésio Soares, a sete anos de reclusão, e a pagar multa de cinco mil cruzeiros.<sup>289</sup> O imbróglio, encarado por Carlos como perseguição na curta gestão de José Linhares, chegava ao fim, aparando a última aresta de sua atuação à frente do INM. No início dos anos 1960, Carlos voltaria brevemente à autarquia, no cargo de diretor.

### 6.3 BAGAGEM ESTADONOVISTA

A trajetória de CGO após o golpe de 10 de novembro tem como *locus* inicial Santa Catarina, e a produção de representações e de projetos para o estado. Do Distrito Federal traz Carlos, para o Estado, o desejo e ideias para realizar alguma obra em prol do Estado Novo. Nisso era acompanhado pela gestão do interventor, que mesmo antes de 1937 realizava obras no campo social com o fito de moldar um novo cidadão para o “Brasil novo”.<sup>290</sup> Muito desse esforço passava pelos

---

Linhares, e Luís Alves Casas, eram os outros dois sócios-fundadores da companhia.

<sup>288</sup> Sinésio foi acusado de peculato, com pena prevista, em caso de condenação, entre dois e doze anos de prisão, e multa de cinco a 50 mil cruzeiros. Multa modesta, se considerado o valor desviado, de um milhão de cruzeiros, e o boato de que Casas havia adquirido um apartamento com sua parte do roubo. (DENUNCIADO..., 1948, p. 3).

<sup>289</sup> O juiz Paulo Alonso, da 14ª Vara Criminal, em excerto da sentença, afirma que a perícia rastreou a farsa contábil não apenas em 1944 e nos primeiros meses do ano seguinte, mas também em 1943, e o desvio pode ter sido ainda maior que o oficial. (CONDENADOS..., 1949, p. 5).

<sup>290</sup> Hackenhaar (2011, p. 55) explana as linhas principais da política social de Nereu: “Durante a sua administração estadual, Nereu Ramos desenvolveu uma série de estratégias educativas e assistenciais. A partir de 1935, foram criados vários asilos de menores, hospitais psiquiátricos, casas de detenção e escolas, tomados como ótimas instituições para a formação de um novo tipo de trabalhador-cidadão. [...] Para Cynthia Machado Campos (2008), essas políticas assistencialistas e educativas de Nereu Ramos objetivavam manter sob tutela

estabelecimentos de ensino e seus currículos. A construção do cidadão catarinense e brasileiro não poderia conviver com projetos concorrentes; portanto, a nacionalização do ensino foi bandeira presente no discurso e na práxis de Carlos durante seu período parlamentar e no DAM.

Durante seus meses no departamento em 1938, deu sinais, numa prática recorrente na administração da família Ramos, de utilizar as leis de nacionalização para resolver antigas querelas, como no caso da telefonia joinvilense. Por outro lado, nem todos os teutos eram inimigos. CGO defendeu, em carta, a soltura de dois industriários catarinenses de origem germânica naquele mesmo ano. As perseguições definitivamente não eram expedientes em alguns casos. Devemos salientar, contudo, a defesa, ao menos na retórica, de uma nacionalização em bases persuasivas, através do cultivo das simpatias das populações teuto-brasileiras, fazendo uso especialmente da escola.<sup>291</sup>

Carlos invocava suas origens, um “caboclo” nascido e criado em terra de forte imigração estrangeira, para justificar sua fala “imparcial” na defesa da nacionalização. Destacava, por sua militância na bandeira da nacionalização, ser combatido e rechaçado por parte da sociedade joinvilense, estando longe de ser pacífico este contato. Seria ele então um “anti-germânico”? Não se pode afirmar isso sem ir de encontro à farta documentação aqui exposta: sua retórica era simpática às “qualidades” dos teuto-brasileiros, especialmente à sua proficiência industrial e cultural. Se Carlos contribuía com perseguições a elementos estrangeiros, defendia grupos outros, e era aliado político de longa data de outros mais.<sup>292</sup>

---

massas urbanas que cresciam rapidamente. [...] Como acontecia no restante do país, em Santa Catarina, as políticas de assistência destinadas às camadas populares foram convertidas em instrumentos para a consolidação de um determinado tipo de sociedade e indústria.” O próprio CGO, em carta a Getúlio, revelava sua intenção, como presidente da Federação Catarinense de Desportos, de aperfeiçoar e disciplinar os corpos e mentes (OLIVEIRA, C. G., 1938a).

<sup>291</sup> Entretanto, fazer prevalecer a escola pública nacional ante a privada estrangeira incorria em processos pouco persuasivos, como fechamento dessas escolas, inquéritos contra professores e diretores, etc. Nacionalizar implicava também o fechamento ou intervenção militar em associações culturais de origem estrangeira e a proibição do uso do idioma em espaços públicos.

<sup>292</sup> A atuação do governo catarinense (Carlos incluso) era ambígua no trato aos “alienígenas”. Em relação à população teuto-brasileira mais humilde, o governo catarinense tinha a oportunidade de se valer dos modernos meios de persuasão, como obras assistencialistas e grupos escolares, para realizar seu trabalho de formar o novo cidadão brasileiro (embora tenha incorrido em prisões e confisco

O que se observa, de modo geral, da atuação de Carlos neste curto período, é que ele não se desligou de seus contatos no Distrito Federal, correspondendo-se ainda com o presidente Getúlio Vargas. Sua atuação frente ao DAM, podemos inferir com segurança, tem influência tanto de Vargas quanto de Nereu, homens a quem Carlos sempre se referira como de liderança incontestada em suas áreas de influência – relembremos que a inspiração para a criação do DAM veio, segundo Carlos, do próprio Getúlio. Neste momento, a formação do nosso personagem já estava impregnada das ideias e práticas pensadas não apenas pela ótica regional, mas nacional, fermentadas no intercâmbio administrativo e político de CGO nos anos de Rio de Janeiro.

É no retorno à capital federal que Carlos exercerá trabalhos mais intensos em prol do novo Estado nacional, do ponto de vista prático, na direção/presidência do INM, e da seção de propaganda, com a publicação de *Nacionalização e Ensino* e a contribuição no INCP.

O Estado Novo é importante para rastrear a atuação de Carlos depois da redemocratização, porque é o período, de 1942 em diante, de desenvolvimento do trabalhismo brasileiro, sob a batuta de Getúlio e, no ocaso do regime, da formação dos partidos políticos que dominarão a cena eleitoral até 1965. Na segunda metade dos anos 1940, Carlos Gomes ingressará no Partido Trabalhista Brasileiro, e este seu período dentro das estruturas do Estado Novo é angular para explicar sua filiação a um partido, o que, a princípio, poderia parecer incompatível com sua atuação política progressista, de proximidade a grupos oligárquicos, considerando que a maioria de seus antigos aliados se havia filiado a outros partidos que não o PTB no pós-1945. Sendo assim, como se estruturou o projeto trabalhista a partir de 1942, e qual a participação de CGO neste processo?

O “trabalhismo”, conforme destaca Castro Gomes (2005), foi uma forma de mediação e organização das relações entre Estado e classe trabalhadora, urdida pelo Estado Novo, em moldes corporativos. Esse projeto demandava a criação de um discurso mediado pelo Estado, que articulava uma dimensão material e outra, simbólica (CASTRO GOMES, 2005, p.180)<sup>293</sup>; demandava a formação de uma rede de sindicatos

---

de bens de consumo, por exemplo). Já a elite econômica “estrangeira”, refratária, precisava ser tratada com mais rigor, daí a ocorrência de perseguições.

<sup>293</sup> A outorga de leis trabalhistas e de políticas de assistência, o lado material, “combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista que, ressignificando a ‘palavra operária’ construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação,

representativos de classe. Sindicatos e operários sindicalizados eram projetados como futuros atores políticos num Brasil pós-Estado Novo. A estratégia de sindicalização corporativa, (acompanhadas de todas as premissas das atribuições do Estado que a acompanham) foi traçada e executada a partir de 1942, como uma reação às modificações que se verificavam na política externa e interna.

A política externa, equidistante, adotada por Getúlio, tornara-se anacrônica, e o afastamento do Brasil dos países do Eixo foi se consolidando no decorrer daquele ano. Salienta-se que essa mudança na política externa colocara o regime em contradição: um país autoritário ao lado de aliados democratas liberais.

Essa contradição se arrastaria para dentro do governo. O debate na sociedade e no governo era o anúncio “do inevitável retorno à cena política nacional de procedimentos mais mobilizadores que, ou não poderiam mais ser evitados como haviam sido antes, ou teriam mesmo que passar a ser promovidos” (CASTRO GOMES, 2005, p. 185).<sup>294</sup> É pensando num futuro democrático que o Estado Novo projeta na organização da classe trabalhadora sua política de “transição”. Castro Gomes (2005) destaca essa ambiguidade, que passa a envolver o regime a partir de 1942. Diante dessa compreensão do momento e de suas implicações em médio prazo alcançada por Getúlio, não é temerário

---

mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. Nesta perspectiva, o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições [...].”

<sup>294</sup> A UNE protagonizou passeatas em apoio dos Aliados durante aquele ano, por exemplo. A historiadora prossegue, sobre os dilemas que o regime teria de enfrentar a partir dali: “Anúncio também da necessidade de se enfrentar a questão da democracia liberal e mesmo do comunismo em outros termos, uma vez que Estados Unidos e Rússia eram nossos aliados na luta contra o nazifascismo.” Interessante notar este aspecto da mudança nas relações internacionais brasileiras, pois mostra novamente um remanejamento no pensamento de Carlos. Se em 1937 o anticomunismo estava presente em sua fala contra o “extremismo” que ameaçava a democracia liberal brasileira, em 1944 avaliava o período de 37 mais com o seu presente, ao silenciar sobre a “ameaça vermelha”. O comunismo soviético, agora aliado contra Hitler, não é mais atacado. Sua crítica recaía sobre os integralistas, que poderiam ter tomado o poder diante daquela conjuntura de “desordem liberal”, e era de “imaginar-se, dadas as suas ligações ideológicas com o regime ítalo-germânico, qual teria sido o rumo da nossa política internacional” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22).



considerar que o ditador planejava sua política continuísta desde então. A historiadora destaca, porém, que este rearranjo de esforços do regime não era sinal de seu declínio, mas de sua adaptação ao novo contexto internacional (e nacional). Assim é que em 1941-1942 Vargas empreende uma reforma ministerial. Esta não significou a ascensão de pessoas comprometidas com a democracia: a defesa do regime autoritário não era questionada.

Tal ambiguidade, entre pensar uma transição rumo à democracia e não abrir mão de postos chave de poder, subentendia a capacidade de pensar e executar um plano de legitimação para a continuidade nestes postos de poder, e de construção de uma base política de sustentação.

É este ponto que explica as mudanças ministeriais. No MTIC, assumia o advogado paulista Alexandre Marcondes Filho, que passaria também a exercer a pasta da Justiça no mesmo ano. A política do novo ministro do Trabalho foi principalmente dirigida à reorganização das relações entre Estado e classe trabalhadora. Castro Gomes (2005) destaca suas três principais frentes de ação: primeiramente, atuação maciça em propaganda, a ser realizada primordialmente por ele mesmo (para isso, Marcondes Filho passou a realizar palestras diárias no programa de rádio *Hora do Brasil*, sempre tratando de temas de interesse direto da classe trabalhadora, com uma linguagem acessível); depois, implementação de medidas favoráveis e incentivadoras da sindicalização dos trabalhadores do campo e da cidade; e, por fim, a junção destas medidas, “com a montagem de uma estratégia política nitidamente continuísta, cuja base deveria ser a organização sindical corporativista e cuja ideologia devia ter como matriz o discurso ministerial” (CASTRO GOMES, 2005, p. 186).<sup>295</sup> A intenção do ministério era criar um pacto entre o Estado Novo e a classe trabalhadora, e o adormecido potencial de mobilização dos sindicatos (silenciados até então por perseguições do próprio governo) foi acionado. Não se buscava nesse modelo sindical corporativo apenas controlar os trabalhadores, mas sim ganhar sua adesão, contar com seu poder de mobilização “o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real”

---

<sup>295</sup> Em outras palavras, aglutinar a classe trabalhadora em torno dos sindicatos, e utilizar estes como força política num futuro em que prevaleceria a liberal-democracia. É exatamente por isso que Castro Gomes frisa que o projeto trabalhista não era conflitante à redemocratização, mas fora planejado para a organização de mais um ator político, a classe trabalhadora, preferencialmente leal ao governo.

(CASTRO GOMES, 2005, p. 187). O ano de 1943, não à toa, foi decretado o ano da sindicalização.

Este ambicioso projeto demandava deste grupo dentro do governo a capacidade de articular discursos e medidas sofisticados para empreendê-lo. Eis a importância redimensionada que ganham o DIP e os veículos que controlava. Nosso personagem, neste meio, contribuíra para a construção do trabalhismo? À época, presidente do INM, autarquia subordinada ao MTIC, passara incólume pela reforma ministerial (muito embora seu nome inspirasse confiança para a promoção deste projeto, ao menos no setor erivateiro, pois que fora nomeado presidente), e, como colaborador do INCP, contribuíra para a difusão de certas ideias durante o período<sup>296</sup>.

De acordo com exposição anterior, o DIP teve papel importante na divulgação do regime, incluindo a aglutinação de intelectuais que tinham como função o estudo do Estado Novo e de seu chefe Getúlio Vargas. O ministro Marcondes Filho recorrerá ao departamento para veicular a mensagem do MTIC para a classe trabalhadora. Antes disso, porém, o DIP já organizara revistas, como a *Cultura Política*, que reunia pensadores alinhados ao regime, para realizar a defesa do novo Estado nacional. Surge em 1940 também o INCP, com sua revista mensal, *Ciência Política*, outro vetor da publicidade estadonovista. Os intelectuais reunidos nestes periódicos produziram narrativas de passado, presente e futuro do Brasil, elegendo ídolos e problemas a serem sanados pelo Estado Novo.

O estudo dos textos publicados na época indica uma visão de passado em que 1937 representava o desdobramento natural de 1930, e que este último havia libertado o país da malfadada experiência republicana liberal. O ano de 1930 era o do início de um movimento que estava se realizando apenas a partir de 37. Nesse interregno, a Constituição de 1934 havia sido apenas um lamentável desvio. De 1932, nada se fala. CGO é crítico também do período constitucional, que para

---

<sup>296</sup> Pegando carona nas reflexões sobre a escrita autobiográfica, amparada em Castro Gomes (2004), é importante salientar que em entrevistas futuras, dos anos 1970 a 1990, bem como em Ternes (1994), a linearidade da trajetória de CGO não comportava sua colaboração com o INCP. Não se tocava no assunto. Já sua administração no INM era mais aludida. O porquê dessa disparidade de tratamento se pode atribuir a fatores diversos, dentre eles, o interesse de Carlos em selecionar um passado sobre o qual falar. Reinterpretações futuras, percepções redimensionadas deste processo histórico podem tê-lo influenciado a não comentar o assunto.

ele haveria (e houve) de trazer novamente os vícios da antiga república. Se em 1932 tinha a impressão de que a reconstitucionalização era um desvio da obra inacabada da “Revolução”, chegou à conclusão de que 1937 era o movimento que colocaria o processo, iniciado em 30 e interrompido entre 33, entraria nos eixos.

O Estado liberal da Primeira República, notável pela sua apatia em relação às questões econômicas e sociais, precisava ser substituído, e desde o Governo Provisório, estava sendo substituído por um novo Estado (novamente a noção de continuidade histórica). No campo da organização econômica e das relações Estado/classe trabalhadora, Carlos defensor defendia o dirigismo econômico e o que chamava de sua versão mais avançada, o corporativismo. Defesa que se inseria dentro dessa rede retórica apresentada por outros colegas intelectuais ligados ao DIP, que detectavam o abandono do Estado em relação à população. O Estado Novo deveria se constituir intervencionista, garantindo assistência ao trabalhador, mas reconhecedor da iniciativa privada. Deveria agir “como um verdadeiro coordenador na distribuição da riqueza nacional” (CASTRO GOMES, 2005, p. 204).<sup>297</sup> Para CGO, por exemplo, este novo Estado, que deveria diferir do regime comunista, do liberal e do totalitário, seria corporativo. A ideia da organização corporativa estava umbilicalmente ligada à ressignificação do conceito de democracia empreendida nesse período: a verdadeira democracia não era a da representação eleitoral, pois os indivíduos não eram iguais por natureza, mas desiguais, e o Estado deveria ser o responsável por diminuir essa desigualdade. É por comportar a “organização corporativa dos indivíduos em sindicatos diferenciados e dotados de poder político” que o Estado Novo se constituía democrático. Essa democracia nova “era a democracia das corporações, que se constituíam como centros de organização e orientação dos indivíduos para o bem público e representavam fontes originárias da vontade popular” (CASTRO GOMES, 2005, p. 204).<sup>298</sup>

---

<sup>297</sup> Prossegue a historiadora, mostrando de quais modelos o Estado Novo deveria escapar, de acordo com os articulistas de **Cultura Política**: “O novo Estado brasileiro, intervencionista, antiliberal e promotor da justiça social, edificava uma quarta via de acesso à democracia, distinguindo-se quer das velhas organizações políticas ainda presas à ideologia liberal, quer dos Estados totalitários que, combatendo a democracia, pretendiam substituí-la por regimes despóticos.” Além disso, os comunistas também erravam, ao dizer destes intelectuais, ao criar um Estado pesado demais para ser carregado pelos cidadãos.

<sup>298</sup> CGO vê o corporativismo como “o conjunto dos indivíduos empregados e empregadores, produtores, comerciantes, ou industriais de determinada

Não à toa, em 1944, Carlos defendia que, sob Getúlio, ao invés da democracia formal vivida, os brasileiros estavam sob a égide de uma democracia “real”, evocando justamente a ideia dos conselhos corporativos, como o INM. A “vontade popular”, dos trabalhadores, organizada sob sindicatos e conselhos técnicos corporativos, não passava mais pela lógica da representação liberal de partidos e parlamentos, fazendo com que o contato entre trabalhadores e Estado se fizesse diretamente, entre estes (devidamente sindicalizados) e outro interlocutor, o presidente Getúlio Vargas.<sup>299</sup> Como dizia CGO, não se vivia sob o governo de um homem só, na medida que a ação do presidente Vargas era de coordenação dos interesses legitimamente representados em conselhos corporativos: “A lhanza das atitudes, o interesse pelas questões que dizem diretamente com a vida do povo, a sabedoria da orientação administrativa e política, os processos de consulta aos interesses legítimos” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22-23) faziam de Getúlio figura ímpar na história política brasileira. Esta era a razão por que, neste projeto político estadonovista, o relacionamento entre trabalhadores e “Chefe da Nação” seria realizado de forma direta, sem intermediários. Só assim Getúlio poderia exprimir e executar a vontade nacional organizada.<sup>300</sup>

---

atividade, constituído em corpo, com prerrogativas de poder público (funções delegadas por este) para falar e legislar em nome dessa atividade e sobre o objeto dela.” (INSTITUTO..., 1943, p. 91-92).

<sup>299</sup> Esse é um deslocamento importante. Durante os anos 30 (pelo menos desde o debate em torno da LSN), com a ascensão do integralismo e do comunismo, Carlos via um cenário de “confusão política” e o perigo que aí estava implícito. Defendia, à época, que o regime constitucional, democrata e liberal era o antídoto ideal contra essas ideologias “extravagantes” por exprimir a vontade do povo. O que acontece, nos anos de Estado Novo, é que sua compreensão de democracia se modificou, não sendo mais pautada pela representação política partidária liberal, mas através da representação corporativa e do exercício dos direitos sociais. O Estado Novo, segundo ele, jamais deixou de ouvir o povo; apenas o fazia de maneira mais adequada que o regime liberal democrático anterior, não incorrendo na inconveniência de dar espaço aos “extremismos”. Essa modificação no conceito de democracia, despido da roupagem liberal democrática, é verificado por Castro Gomes (2005) em discursos de intelectuais vinculados ao projeto estadonovista. Carlos, neste caso, acompanhou esse movimento de redefinição da democracia.

<sup>300</sup> Dados e reflexões estes que permitiram a Castro Gomes (2005, p. 209) “compreender a compatibilidade do modelo de representação que emerge do Estado Novo, associando a eficiência da organização corporativa de representação dos interesses com a força da representação simbólica corporificada no presidente.”. Dito de outro modo, como remete a historiadora

Se, a partir do campo intelectual, que estava intrinsecamente ligado à construção do projeto trabalhista, Carlos colocou o seu “grão de areia” no processo, atuando no INCP, noutra frente, o advogado catarinense pôde agir de um posto mais próximo ao MTIC.

No INM, CGO havia, como vimos, iniciado uma reorganização do órgão, e um dos pilares do novo instituto, como se percebe no Decreto nº 10.755, de 30 de outubro de 1942, é a organização corporativa dos envolvidos no setor, na medida em que elenca entre as finalidades do INM, que era de “promover a cooperação entre os produtores, industriais e exportadores de mate” (INSTITUTO..., 1943, p. 134).

Desenvolver o espírito associativo do trabalhador brasileiro era um desejo e objetivo do ministro Marcondes Filho, especialmente diante da necessidade política, de transição para um futuro democrático. Para tal, em suas palestras na *Hora do Brasil*, o ministro decretou 1943 como o ano da sindicalização, anunciando medidas como o imposto sindical, para tornar os sindicatos existentes mais atraentes para possíveis associados. No setor ervateiro, CGO desenvolveria política semelhante, ao instituir imposto destinado às cooperativas. Se Marcondes orquestrou a Comissão Técnica de Orientação Sindical para ajudar na tarefa da sindicalização, Carlos, já então subordinado ao ministro da Agricultura, articulou a criação da Comissão de Organização Cooperativista dos Produtores de Mate, com a finalidade de coordenar a criação de cooperativas.<sup>301</sup> O objetivo de Marcondes era criar sindicatos representativos, que reunissem de forma participativa todos os trabalhadores com carteira assinada de determinado setor. A meta não parecia ser diferente para Carlos no setor ervateiro. Em 1943, inclusive, em mensagem para a *Hora do Brasil*, CGO

---

a um texto do período, “As sociedades precisam de grandes estadistas como o organismo e a inteligência humanas precisam da linguagem falada e da energia muscular: eles são o seu único meio de expressão, o seu único instrumento de ação consciente e dirigida para um fim”. Como se vê, a lógica da representação estadonovista passava longe da forma liberal.

<sup>301</sup> Comissão articulada junto à Coordenação de Mobilização Econômica, dirigida por João Alberto, e o Serviço de Economia Rural. Carlos costura as medidas tomadas: “[...] a organização de uma Comissão para que fosse levado adiante o plano de organização cooperativista dos produtores de mate, que assentava, sobretudo, numa taxa creada pelo Instituto, de acordo, aliás, com os industriais e os exportadores, para a manutenção e custeio das Cooperativas.” (ECONOMIA ERVATEIRA 1945).

reforçava a importância da política cooperativista na assistência aos produtores.<sup>302</sup>

Essa política nasceu de maneira coordenada, dentro do MTIC, em 1942. Conforme lembra Castro Gomes (2005), 1943 também foi quando se abordou seriamente a necessidade da extensão da legislação rural ao campo e, por conseguinte, à sindicalização rural. Entretanto, já em agosto de 1941, o INM trabalhava com a ideia de cooperativas, com a intenção de assistir melhor aos produtores, especialmente no que tangia a financiamento agrícola. Não pretendemos dizer que o INM antecipou a política de sindicatos corporativos do MTIC, mas que esta foi redimensionada a partir da demanda do ministério, e prosseguiu quando o instituto foi transferido para a jurisdição do Ministério da Agricultura. Se o MTIC, em 1943, comemorava o aumento de 15% no número de trabalhadores sindicalizados, dois anos mais tarde, CGO mostrava-se satisfeito com sete dos 21 mil produtores de erva-mate associados em cooperativas.

O objetivo político do projeto sindical corporativo era, afinal, “respaldar um regime que buscava a saída do autoritarismo” (CASTRO GOMES, 2005, p. 255). O produto dessa ideia deveria ser um sindicato minimamente representativo de classe, que aglutinasse o trabalhador: a propaganda objetivava mobilizar os operários, preparar lideranças e seguidores. Para quê? Para um futuro pós-Estado Novo, no qual os sindicatos seriam aliados dos homens hoje no governo.

Este futuro parecia próximo, a considerar as palestras do ministro Marcondes Filho que, a partir de 1944, passara a conjugar representação profissional e representação política partidária. Isto significou uma redefinição do conceito de cidadania e de seu exercício, que reincorporou então a dimensão político-partidária. Permaneceram, em suas palestras, a crítica ao liberalismo econômico, a defesa da centralização administrativa, do nacionalismo e, obviamente, do corporativismo.

CGO aparentava estar atento às mudanças que se processavam. Se em 1937 afirmava o cansaço da política, em 1944 sinalizava a abertura,

---

<sup>302</sup> Certos trechos são mensagens acabadas da linguagem em voga na época, de exaltação do trabalho, do trabalhador, do “Chefe da Nação”, e da política corporativista: “Enaltecendo a função que desempenhais, procurando dar-vos assistência merecida, assegurando-vos representação efetiva pelas vossas cooperativas, na Junta Deliberativa do Instituto, não fazemos mais do que seguir, no setor ervateiro, a orientação do presidente Getúlio Vargas, sábio e justa, de amparo aos que trabalham, sem ver, entre brasileiros, grandes e pequenos.” (INSTITUTO..., 1943, p. 66).

sob a batuta do presidente Vargas, que estaria pensando em fórmulas para assegurar a continuidade dos “nossos altos destinos” (OLIVEIRA, C. G., 1944, p. 22). A sua percepção do processo histórico era diferente entre os dois momentos: em 44, era preciso garantir a continuidade da obra estadonovista, e Vargas deveria elaborar as regras do novo jogo político. Carlos reafirmava também a necessidade da política centralizada do Estado Novo, através da lógica corporativa. Essa seria a política *fim*, com a finalidade de governar. Havia, porém, um tipo “menos agradável”, “penosa”, a política *meio*, partidária, de “preparar os meios para que o poder publico alcance os seus fins”. (ECONOMIA ERVATEIRA..., 1945).

Depois do “descanso”, os homens públicos estavam dispostos a praticar a política partidária novamente. Projetou a convocação do plebiscito de aprovação da Constituição de 1937, através do sufrágio secreto e universal, conforme prometera Vargas fazê-lo depois da guerra.<sup>303</sup>

De fato, 1945 será pontilhado de movimentações decisivas para a formação de partidos políticos, em torno de campanhas eleitorais e manifestações populares, nas quais Carlos tomaria posição. De que forma?

A bagagem por ele adquirida, em algumas linhas, pode adiantar alguns subsídios para essa reflexão: desde o Governo Provisório e o período constitucional, que vai até 1937, fermentou ideias e criou laços que, a partir do Estado Novo, ganharam força e coesão, de acordo com a correspondência com Getúlio Vargas e a percepção do papel do Estado, mais ativo, para com as questões econômicas, sociais e trabalhistas. Viveu e trabalhou, dentro de suas competências, para a disseminação e implementação deste projeto trabalhista desenvolvido no Estado Novo.

Carlos acessará ainda tais conexões nos anos seguintes, conforme veremos adiante. Já em 1946 dava mostras de uma continuidade de ideias e práticas administrativas, mesmo após o fim do Estado Novo. Em conferência realizada na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 26 de julho de 1946, CGO tratava da política econômica de Vargas durante a guerra. A Segunda Guerra Mundial influenciara fortemente a economia

---

<sup>303</sup> Aí diferia do discurso de Marcondes Filho que enfrentava a questão não negando e nem exaltando partidos e o sufrágio universal. Mas ambos se encontram novamente, na medida em que “a defesa do corporativismo se estruturava em articulação e não em oposição às transformações que o regime teria que sofrer.” (CASTRO GOMES, 2005, p. 256). O Plebiscito, previsto nas Disposições Transitórias da Carta de 37, jamais foi realizado.

brasileira, especialmente entre os trabalhadores assalariados. A inflação fora a regra no início dos anos 1940; para controlá-la, bem como aos preços de produtos essenciais à subsistência dos trabalhadores, Carlos defendia a existência de órgãos como a Coordenação de Mobilização Econômica<sup>304</sup>, no sentido de incentivar a produção agrícola e industrial, controlar importações, exportações e preços, coordenar o abastecimento do mercado interno e combater a inflação. Mesmo após a guerra, Carlos continuava a defender a existência desse órgão, bem como a intervenção estatal no setor de preços. Defendeu ainda, que, se a coordenação tivera pouca ação efetiva, isto se deveu ao imprevisto de suas estruturas, e que sua extinção em dezembro de 1945, para depois ser “recriada” na Comissão Central de Preços, foi perda preciosa de tempo. A questão da carestia e da inflação deveria ser combatida a partir da coordenação de todos os setores da economia por parte do Estado, e da retirada de circulação de numerário, através de pagamento de impostos e compra compulsória de títulos do governo. Relembrava com aceitação o tributo sobre lucros extraordinários, instituído em outubro de 1942, apesar de resultados discutíveis. Carlos continuaria a defender estes órgãos nos anos seguintes, chegando a integrar uma comissão oficial de preços em Santa Catarina em 1947 (OLIVEIRA, C. G., 1946, p. 4).<sup>305</sup>

A continuidade e a sedimentação destes traços, para além do Estado Novo, poderia indicar que haviam sido internalizados por ele, integrando uma cultura política. O período de 1937-1945 (de média duração) seria de internalização de uma visão de passado, de uma linguagem própria, de uma utopia de futuro para Carlos. Ciclo necessário, se considerarmos as reflexões de Serge Berstein, que entende que uma cultura política se torna “operacional” apenas quando aderida por certo grupo social, e isso se dá num processo de média ou longa duração, “após ter progredido nas mentes que pouco a pouco se vão habituando ao seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la.

---

<sup>304</sup> Criada em setembro de 1942, logo após a entrada do Brasil na guerra, subordinada diretamente à Presidência da República. Aqui, para Carlos, a inspiração também vinha dos EUA, com o seu *Office of Price Administration*, criado em 1941, que, junto a outros órgãos estatais (muito melhor aparelhados que no Brasil) supervisionava preços e tocava políticas de controle da inflação. A Coordenação, dirigida por algum tempo por João Alberto, possuía funções amplas demais, o que, na opinião de Carlos, foi causa de seu aparente fracasso.

<sup>305</sup> O *Jornal do Comércio*, Distrito Federal, 10 nov. 1946, p. 4, publicou na íntegra a conferência de OLIVEIRA, C. G., com o título: Deve o Estado intervir na economia?



É então, somente então, que ela se torna um dos móveis do comportamento político” (BERSTEIN, 2009, p. 38-39)

Retomando a conferência de 2 de setembro de 1944, Carlos assinalou ter “pôsto o meu grão de areia na elaboração da Carta de 34”. Entretanto, este não foi o único grão de areia com que contribuiu com o Estado brasileiro durante os anos 1930 e 1940, como bem observamos em sua atuação na Câmara dos Deputados e após o golpe de 10 de novembro. Ter a oportunidade de colocar esses “grãos de areia” em pauta, através de discursos e exercício de cargos públicos, permitiu-lhe adquirir uma bagagem de práticas e ideias políticas postas em movimento no período.

A possibilidade de esta vivência, de esta bagagem absorvida ter sido determinante em seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro é a hipótese a ser testada no próximo capítulo.



## 7 A INVENÇÃO DO TRABALHISTA

No capítulo anterior observamos os meandros da experiência democrática brasileira a partir de 1933, experiência essa abreviada com o golpe do Estado Novo em 1937. Daí em diante, interessou-nos particularmente a ação de Carlos Gomes de Oliveira dentro da máquina governamental estadonovista e sua relação com a construção do projeto trabalhista a partir de 1942, sob a égide do Ministério do Trabalho.

CGO deixou seu cargo no Instituto Nacional do Mate na mesma semana em que Getúlio Vargas renunciava (de maneira pouco voluntária) à presidência, mas indicamos que algumas características de seu pensamento e ação política subsistiram posteriormente. A partir de 1945, a ditadura estadonovista murchava e encaminhava-se para a redemocratização, assim como antecipara as ações do Ministério do Trabalho desde 1942.

Carlos, há muitos anos envolvido com política partidária, assistiria à formação de várias agremiações no decorrer de 45, entre elas, as eleitoralmente mais fortes do período de 1945 até o golpe civil-militar de 1964: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nosso personagem ingressara, afinal de contas, no Partido Trabalhista Brasileiro, sendo eleito senador da República no pleito de 3 de outubro de 1950. Permaneceu na legenda até 1960, data que marca seu afastamento definitivo da política partidária (o que não o furtaria, nas décadas seguintes, a manter contatos, a fornecer consultoria, a escrever artigos de opinião em jornais sobre o tema da política estadual e nacional).

Retomando as reflexões em relação à cultura política, o objetivo central deste capítulo é perscrutar o posicionamento de CGO em relação ao PTB e à cultura política trabalhista, encarnada principalmente neste partido (mas não apenas nele) nas décadas de 1940 e 1950.

Ao abordar a trajetória do trabalhismo a partir da noção de “cultura política”, afastamo-nos da ideia de “consenso populista”, criticada pelo historiador Jorge Ferreira. O “consenso populista”, segundo este autor, é o trato da experiência democrática de 1945-64 a partir da noção de “populismo”, que coloca na conta de um líder onisciente, de uma burocracia sindical pelega e de uma massa acéfala o sucesso eleitoral do PTB no período (foi a legenda que mais cresceu em termos eleitorais no período). O sucesso trabalhista deve ser encontrado, por outro lado, em uma ideologia, em crenças, tradições, valores e experiências econômicas e sociais partilhadas e construídas na sociedade brasileira. Em resumo, “da personalização da política, o ‘getulismo’ institucionalizou-se em um

partido político, o PTB, transformando-se em um projeto de país, nomeado trabalhismo” (FERREIRA, 2005, p. 11-12).<sup>306</sup>

Nossa análise, neste e no próximo capítulo, se concentrará em dois momentos, divididos por uma ocorrência específica: o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Este evento marca, para os historiadores que estudam a trajetória do sistema partidário pós-45 e, especialmente, o PTB, um ponto de inflexão, em que a agremiação perde sua liderança carismática maior, e precisa reencontrar-se (em termos de novas lideranças, organização e programa) em outras bases, mas sem abandonar a defesa de sua imagem.

Para Castro Gomes, o impacto do suicídio de Getúlio foi enorme nos três grandes partidos da época, PSD, PTB e UDN, pois, invariavelmente todos se construíram em torno do getulismo: os dois primeiros, reverenciando sua figura, e o último, cultivando o antigetulismo. Em relação ao PTB:

Partido que nascera sob a sombra do carisma de Vargas e que crescera tendo-o como sua própria face, o PTB sofria um violento golpe que desorientava não só seu eleitorado que perdia sua principal referência simbólica, mas também seus próprios membros e lideranças (CASTRO GOMES, 1994, p. 134).<sup>307</sup>

---

<sup>306</sup> A abordagem de Ferreira privilegia os trabalhadores, os militantes anônimos do PTB, mas seguramente podemos encarar as relações do partido com um de seus “grandes” nomes, no caso, nosso biografado. Ferreira discorre mais adiante sobre sua proposta teórico-metodológica: “Ao abordar teoricamente as manifestações políticas das camadas populares adeptas do trabalhismo e do PTB sob o conceito de cultura, acredito ser possível reconstituir um aparato simbólico que, para elas, teve existência real. Como uma linguagem, necessariamente coletiva, a cultura organiza a realidade na consciência social das pessoas, tornando possível, ao pesquisador, resgatar e compreender a ‘gramática’ desse idioma” (FERREIRA, 2005, p. 14). Sua proposta não difere muito da aqui pretendida, embora tenhamos aqui a comodidade de analisar fontes mais variadas (Ferreira opta pela imprensa em seu estudo).

<sup>307</sup> Ser carismático para um partido implica certas características. Por exemplo, um partido estabelecido nessas bases dificilmente subsiste após a morte do chefe. Mas, no caso do PTB, foi diferente. Segundo D’Araujo (1996), ao delegar a palavra do trabalhismo a outros interlocutores além dele mesmo, Vargas contribuiu para a “dispersão do carisma”. Assim, por mais que o partido sofresse por ser pouco institucionalizado, foi possível salvá-lo através deste fenômeno de dispersão da palavra e do carisma.

A reestruturação do PTB passou, a partir de 1954, por uma expansão e ressignificação do trabalhismo, “traduzindo-se na necessidade de lutar pelo monopólio do carisma de Vargas, ao mesmo tempo que distinguia entre trabalhismo de getulismo” (CASTRO GOMES, 1994, p. 135-136). Esta distinção não significava, contudo, abandonar o getulismo, que constituía capital simbólico importante do partido. Não apenas em nível institucional, mas também no campo das representações, o partido e seus líderes secundários travaram disputas para formar um “novo” e “verdadeiro” trabalhismo.

Assim, podemos distinguir dois momentos na história do PTB e do trabalhismo, um, antes, e outro, depois da morte do líder carismático. Carlos vivenciou e ajudou a construir o PTB nestes dois momentos. Observar posicionamentos, alianças, oposições de CGO nestes períodos da história do PTB pode fornecer-nos subsídios para entender não apenas sua conduta, mas a de toda a agremiação, em nível nacional e estadual.

Assim, no período abordado neste capítulo, de 1945 a 1954, daremos atenção especial ao contexto e ao modo como CGO ingressou no partido e obteve sua eleição para a senatoria; depois, atentaremos para sua atuação em debates candentes na sociedade brasileira, como na ocasião do nascimento da Petrobrás, e, ainda, no suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954.

## 7.1 O CAMINHO PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO: CONTROLES E DESCONTROLES

Conforme observado no capítulo anterior, o projeto trabalhista do Estado Novo fazia parte dos preparativos do regime para a transição democrática que se desenhava no país, especialmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e dos rumos do conflito, pendendo contra o nazi-fascismo europeu. A iminente queda daqueles regimes autoritários foi vaticínio do que esperava o Estado Novo brasileiro.

Getúlio Vargas, entretanto, procurou guiar o processo de redemocratização da melhor maneira possível para executar uma transição que possibilitasse sua continuidade na presidência. A estratégia consistia na reforma da Carta de 1937 (e sua submissão ao plebiscito previsto para sua implementação) e no planejamento de eleições. Essas eleições, entretanto, não comportariam partidos e sequer competição eleitoral: “É como se o processo de transição se encaminhasse de tal forma que seu término fosse a eleição de Vargas, sem que qualquer tipo de transtorno pudesse surgir como ameaça” (CASTRO GOMES, 2005, p. 275). O processo, contudo, logo saiu de controle.

Já o ano de 1944 é de altos e baixos para este plano. Se, de um lado, havia toda a campanha de enaltecimento da obra trabalhista do Estado Novo, do fortalecimento da imagem de Getúlio, do anúncio de decretos trabalhistas e previdenciários; de outro, escapavam às mãos do regime as oposições, que precisariam estar mais acanhadas. O lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (nome das Forças Armadas) precipitou um rearranjo: se, inicialmente, Vargas desejava eleições presidenciais apenas após o término da guerra, para dar tempo de criar um clima de consenso e união nacional em torno de seu nome, em dezembro de 1944 anunciava a reforma constitucional e a convocação de eleições presidenciais o mais breve possível.

A saída de Alexandre Marcondes Filho e a entrada do interventor e ex-ministro Agamenon Magalhães na pasta da Justiça em março sinalizava também uma mudança de rumos na política de transição, com vistas à sua aceleração. Sinal de que o plano de candidatura única, conduzido por Marcondes, naufragara. Já em 9 de março de 1945, Agamenon convocava comissão de elaboração da lei eleitoral, e distribuía as seguintes diretrizes para sua construção: alistamento eleitoral *ex-officio*, voto secreto, justiça eleitoral independente, apuração rápida e a exigência de partidos nacionais. De acordo com Castro Gomes (2005), a prerrogativa de partidos nacionais mostrava a mudança de orientação do governo em relação à transição e a superação do dilema partido nacional/regional.

Contudo, Agamenon esbarrou no veto do próprio Getúlio à sua fórmula, que consistia na “convocação de uma Constituinte que, estabelecendo um regime constitucional, possibilitasse a convocação de eleições. O esquema era semelhante ao de 1934, não prevendo nenhum procedimento que consagrasse a inelegibilidade de Vargas” (CASTRO GOMES, 2005, p. 279).

Para o “Chefe da Nação”, não era o momento de se expor. Os riscos de a oposição questionar a legitimidade do processo eram grandes. Sem poder lançar-se, e diante da já consolidada candidatura do brigadeiro, surge de dentro do governo o nome do Gal. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra e um dos articuladores do golpe de 1937.

A partir de março de 1945, as articulações em torno da criação de partidos crescem, dada sua necessidade diante de uma disputa eleitoral nos moldes liberais-democráticos em que se desenhava o pleito marcado então para 2 de dezembro.

Os grupos historicamente opositoristas a Getúlio desde os tempos de Aliança Liberal, ou abandonados pelo “Chefe da Nação” no decorrer

dos últimos quinze anos<sup>308</sup>, se articularam na candidatura do brigadeiro e fundaram (oficialmente em 7 de maio) a UDN. O fato de ser reduto também de grupos de esquerda durou pouco: “o grupo esquerdista era fraco. E muitos dos seus componentes acabaram aderindo ao PCB quando, após a libertação de Prestes, ele se havia tornado legal” (BASBAUM, 1976b, p. 135).

O governo, naturalmente, criaria sua própria agremiação. Na edição de março da revista *Ciência Política*, consta o programa de um Partido Social Renovador. Entre suas diretrizes maiores estava “defender e propagar o pensamento político de Getúlio Vargas”. Este partido seria o sustentáculo da candidatura de Gaspar Dutra. Ambos, partido e lançamento do nome do ministro da Guerra, foram exortados pelos membros do INCP presentes na sessão, inclusive o presidente do INM, Carlos Gomes de Oliveira. Não sabemos até que ponto a criação do PSD se inspirou no programa do Partido Social Renovador, mas o fato é que, no início de abril, Dutra se consolidou como candidato, e foi reunida comissão para a elaboração de um programa para o PSD.

A ideia original, em 1944, era de um partido único, que reunisse toda a base de apoio de Vargas: dos interventores à máquina sindical corporativa, num grande partido de massas. A recusa dos interventores em dividir a primazia resultaria na fundação do PSD. Ao estabelecer suas bases entre os nomes mais conhecidos da política estadonovista, os interventores estaduais, vencedores em 1930, que devidamente aparelharam a máquina estatal em seus respectivos domínios, o PSD se criou e ao mesmo tempo criou outro partido, que deveria aglutinar um importante baluarte de sustentação estadonovista, os sindicatos corporativos. É concomitante à criação da UDN e do PSD que nasce a ideia do Partido Trabalhista Brasileiro, entranhado na estrutura burocrática do Ministério do Trabalho, e que deveria, em linhas gerais, “reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista” (FAUSTO, 2006, p. 385).<sup>309</sup> Data de maio a formação de uma comissão executiva nacional provisória para sua organização.

---

<sup>308</sup> No caso catarinense, Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Ramos, aliancistas em 1930, mas “caídos em desgraça” no decorrer daquela década, vão integrar o partido de oposição. Os Konder-Bornhausen, representantes do antigo PRC, serão os líderes da UDN catarinense.

<sup>309</sup> O PTB certamente se arrogava como a melhor bandeira para reunir os trabalhadores, em contraposição ao Partido Comunista (PCB) que, de volta à legalidade, mostrava força de mobilização entre o operariado urbano. Mas concordamos com Castro Gomes e D’Araújo (1987) quando estas historiadoras

Ainda em maio, CGO voltou ao radar das articulações partidárias. A seção catarinense do PSD é oficialmente fundada na capital na metade daquele mês. Nosso personagem, presente naquela tarde de sábado no Cine Ritz, participou como orador. Na ocasião, submeteu uma moção de apoio ao interventor Nereu Ramos, aprovada pelos presentes. Aparentemente, esta formalidade foi a única intervenção de Carlos no encontro, dado que seu nome não constava na Comissão Executiva estadual eleita, nem na composição da mesa que presidiu os trabalhos. Bibliografia consultada também não o incluía na lista de membros eleitos para o diretório.

Sua presença no evento se pode explicar por uma miríade de fatores, desde sua proximidade com o interventor, passando por um mero compromisso protocolar, a saber, a formação do partido “de Getúlio” no estado (legenda responsável por aglutinar as principais lideranças políticas), até mesmo um desejo de ingressar na agremiação. Esta última hipótese parece equivocada, considerando o fato de, afinal de contas, não se ter filiado. Seja como for, Carlos voltava para os bastidores do INM, enquanto nos meses seguintes à sucessão tomou novos rumos.

Entre maio e julho crescia o chamado “queremismo”, movimento popular que pugnava pela continuidade de Getúlio na presidência do país. As frases de ordem “Queremos Getúlio!” e “Constituinte com Getúlio!” eram características do movimento. Suas manifestações, cada vez mais concorridas alçaram o movimento, depois de julho, a grande importância no cenário eleitoral que se desenhava, elevada também pela aliança firmada com o PCB no mesmo período.

A associação do queremismo entre Getúlio e PCB incomodava as oposições liberais e militares do ditador, e mesmo a situação. Por seu turno, o ditador cultivou amizade com os queremistas. Os comícios na capital da República sempre terminavam com passeata ao Palácio do Catete, para apresentar ao “Chefe” o desejo de que ele concorresse às eleições. Getúlio sempre declinava do pedido, mas o fato de receber os queremistas demonstra a intenção de se manter em evidência. De modo geral, “o ocaso do Estado Novo, com o movimento queremista, transformava-se numa ocasião de grandes aparições para Vargas [...]. O

---

concluem que não se deve creditar a criação do PTB apenas como esforço de improvisado para deter os comunistas. Desde o início do projeto trabalhista em 1942 já se pensava em utilizar toda a estrutura corporativa politicamente, e o PTB foi a solução encontrada dado o fracasso do “partido único” governamental.



movimento era assimétrico: caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas” (CASTRO GOMES, 2005, p. 286).

Mas quais eram as relações do quererismo com o PTB? O movimento contava com o apoio do Ministério do Trabalho, do DIP e de alguns interventores; em linhas gerais, pugnavam pelos mesmos objetivos, “promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados” (D’ARAUJO, 1996, p. 26).<sup>310</sup> A força do quererismo não seria possível sem todo o arcabouço construído pelo Ministério do Trabalho a partir de 1942, o trabalhismo, “como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se propunha manter com a classe trabalhadora” (CASTRO GOMES, 2005, p. 284).

É assim que o trabalhismo, entendido como cultura política em formação, iniciada através da pregação da política social estadonovista, e o getulismo, a forma de fazer política de Getúlio Vargas (a relação direta e emocional construída nos comícios de 1º de Maio durante o Estado Novo, nas manifestações quereristas e na sua representação como “pai dos pobres”) se retroalimentam para formar o PTB em 1945. Isso tudo explica a origem carismática da agremiação, centrada na figura do líder Getúlio Vargas “à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas a imagem do chefe do governo” (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 3).<sup>311</sup>

---

<sup>310</sup> Mais tarde, às vésperas da deposição de Getúlio, pessoas próximas ao ditador recomendavam uma melhor organização para o movimento quererista. “Com um incrível poder de mobilização, o quererismo tinha comitês em praticamente todas as grandes cidades e todos os municípios do país. [...] Em todos os estados e mesmo no Distrito Federal a situação era confusa e precisava ser urgentemente esclarecida. A sugestão proposta era que os comitês fossem encaminhados para o PTB e que os diretórios provisórios do partido fossem orientados para receber todos os seus integrantes. Neste sentido, nos locais onde não existissem ainda diretórios do PTB, os comitês poderiam ser pura e simplesmente transformados em diretórios, encerrando-se aquele afastamento proposital entre PTB e movimento quererista.” (CASTRO GOMES, 2005, p. 287).

<sup>311</sup> Dentre outras implicações a respeito de uma origem carismática para um partido, D’Araújo (1996, p. 18) indica que o líder é “quem define as metas ideológicas, identifica a base social e estabelece a identidade entre sua imagem pessoal e a do partido. O partido é o instrumento das ideias do seu criador, sendo o carisma pessoal deste que empresta autoridade e legitimidade àquele.”

Data de setembro de 1945 a I Convenção Nacional do PTB, oportunidade em que se elegem uma comissão executiva e um diretório nacional. Os dias de convenção foram também de muitos comícios queremistas no Distrito Federal. Carlos Gomes não era insensível ao momento. Em carta a um dos irmãos do Presidente, Viriato Vargas, expõe suas considerações sobre os erros e méritos da condução do processo de redemocratização e dos partidos.

O cerne do problema, para ele, estava na ideia inicialmente equivocada do governo de querer reformar a Carta de 1937, e não convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Vencida esta etapa, outro problema se opunha à redemocratização: a eleição presidencial. Não fazia sentido algum eleger um novo presidente antes de se elaborar uma nova constituição. Uma solução assim costurada seria satisfatória para a UDN, e o coro do PSD a essa ideia era inaceitável. Temia Carlos pela imagem e obra do presidente, ao ver seus principais “amigos” defendendo a tese da eleição presidencial para 2 de dezembro (OLIVEIRA, C. G., 1945).<sup>312</sup>

Passa então a elogiar a postura de PTB e do PCB na matéria, embora observasse os comunistas com reserva.<sup>313</sup> Os trabalhistas propunham, por seu turno, “a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda com Getúlio no poder, para, em seguida, serem realizadas eleições diretas em que Vargas poderia ser candidato” (CASTRO GOMES, 2005, p. 284).<sup>314</sup> Era por isso que CGO cravava a fórmula “Constituinte, com Getúlio Vargas” ao fim da missiva. O jargão se popularizara no decorrer do ano, especialmente a partir de julho, com

---

Ou seja, o trabalhismo não existiria dissociado do getulismo e da pessoa de Getúlio, ao menos até sua morte.

<sup>312</sup> Carlos Gomes alertava a Viriato Vargas: “Mas a União Democrática é oposicionista ao chefe do Governo. Quer, por isso, vê-lo fora do poder o mais cedo possível. Não lhe importa pois que o novo Presidente da República continue a ter poderes ditatoriais, contanto que seja outro homem que não o Presidente Vargas.” (OLIVEIRA, C. G., 1945).

<sup>313</sup> O PCB seria, em sua opinião, “equidistante” do governo. A associação PCB e Vargas incomodava certos setores, até mesmo do governo. Durante aquele ano, uma série de medidas aproximava Vargas de Prestes. A anistia concedida ao comunista, a volta do partido à legalidade, a promulgação da Lei Antitruste e a retomada de relações diplomáticas com a URSS estavam entre as principais.

<sup>314</sup> Segundo a historiadora, a ideia não excluía as candidaturas militares, mas estas seriam suplantadas graças ao apelo popular para o lançamento de Getúlio. As candidaturas de Eduardo Gomes e Eurico Dutra eram tidas como pouco populares perto do nome de Vargas.

a intensificação do movimento queremista, que desejava a continuidade do “Chefe”, desta vez como presidente eleito.

É interessante notar a forma impessoal como trata todas as quatro agremiações citadas na correspondência: o PSD e “seu candidato”, a UDN “oposicionista ao chefe do Governo”, “os Partidos Trabalhista e Comunista”. Tais referências nos levam a inferir que CGO não possuía vinculação oficial com nenhum deles ainda.<sup>315</sup>

Sua roupagem queremista, porém, se destaca. Qual o sentido de seu envolvimento em tal movimento? De acordo com Castro Gomes e D’Araujo, o significado do queremismo era:

1º) O ‘queremos’ velado dos comunistas, que desconfiam da democracia do brigadeiro e da democracia do general; 2º) o ‘queremos’ dos que estão nas atuais posições e ‘acham melhor’ o Sr. Getúlio Vargas do que a renovação de quadros do general; 3º) o ‘queremos’ do povo que gosta mesmo do Sr. Getúlio Vargas[...] CASTRO GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 22).

Recorrendo ao depoimento de Segadas Viana, um dos fundadores PTB, queremismo e getulismo estavam irremediavelmente imbricados na opinião pública: “[...] para os órgãos de repressão ‘PTB era queremismo e queremismo era PTB’. Já para a população em geral, esclarece: ‘o povo não distinguia entre queremismo e petebismo; então dizia: é getulismo.’”<sup>316</sup>

Considerando a extensão, a polissemia do movimento e sua relação com os partidos é que podemos compreender o aval de Carlos. O “quero” de Carlos é o de quem está em boa posição e não vê necessidade nas mudanças que fatalmente adviriam. O “quero” de Carlos estava imbuído do getulismo e, portanto, simpático ao PTB (que, diferentemente do PCB, não era “equidistante” ao regime). Talvez fosse um “quero” popular, ao menos em partes.

Contudo, não encontramos registros de uma vinculação oficial sua ao movimento queremista.<sup>317</sup> Sua trajetória partidária também estava ainda em disputa, dado que não ingressou naquele ano nas hostes do PTB.

---

<sup>315</sup> A carta, de 20 de setembro, poucos dias depois da I Convenção Nacional do PTB, demonstra que Carlos não esteve envolvido, ao menos não oficialmente, na criação inicial do partido.

<sup>316</sup> Id., *ibid.*, p. 21.

<sup>317</sup> Oficialmente, não encontramos o nome de Carlos associado a nenhum comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas (os comitês queremistas). Isto, talvez,

## 7.2 POR QUE O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO?

A criação da seção catarinense do PTB é motivo de controvérsia na historiografia regional. Leituras mais antigas (LENZI, 1983; PIAZZA, 1994 e CARREIRÃO, 1988), guardadas as devidas diferenças teórico-metodológicas do último em relação aos dois primeiros, são mais lacônicas, e terminam por incluir nomes como Saulo Ramos, Carlos Gomes de Oliveira, Otacílio Nascimento, entre outros, como fundadores da legenda no estado. Yan Carreirão indica estes como nomes “moderados”, além da fraca estruturação partidária e dos tímidos resultados eleitorais do partido em seus primeiros anos. Carlos Lenzi, ao se referir especificamente a CGO, utiliza um depoimento seu em carta, em que afirma ter ingressado no PTB dado que ocupara a presidência do INM durante os anos de Estado Novo. Mais recente, Daniely Wendland demonstra que estes quadros não participaram da fundação do partido. Sua articulação se deu através de líderes sindicais, da Igreja e dos integralistas. Criado a partir de um comitê de candidatura do general Dutra, fundado em julho de 1945, o PTB-SC enviou à I Convenção Nacional o sindicalista joinvilense Conrado de Mira e o ex-prefeito de Joinville, eleito em 1936 pela AIB, Aristides Largura.

Isto fazia do PTB catarinense, em seu nascimento, uma agremiação com objetivos e composição um pouco diferentes dos da seção nacional: se, de um lado, no estado sua bandeira era a candidatura Dutra, em nível nacional o partido não tomou decisão favorável ao general até a palavra final de Vargas às vésperas do pleito. Quanto à sua composição também há diferenças, embora menores: nacionalmente, o partido recrutava quadros dos sindicatos corporativos estadonovistas, o que se verifica no caso catarinense; a diferença guardada é aqui a participação de setores integralistas e da Igreja.

Nosso personagem, por seu turno, após a queda de Getúlio e a renúncia de Nereu Ramos, foi nomeado secretário da Fazenda na breve interventoria de Luiz Gallotti. Fora designado secretário de Justiça, Educação e Saúde na interventoria de Udo Deeke (PSD), a partir de fevereiro de 1946 (ORGANIZADO..., 1946, p. 6). Carlos manteria cargos no governo catarinense também na gestão de Aderbal Ramos da Silva

---

porque funcionários do governo eram desestimulados a aderir abertamente tanto aos partidos quanto ao queremismo. Não interessava politicamente a Getúlio posicionar-se assertivamente sobre sua candidatura presidencial.

(PSD), quando reassumiria o DAM, transformado em Consultoria Jurídica<sup>318</sup>, até lançar-se candidato ao Senado Federal pelo PTB em 1950.

Sua participação nos círculos sociais da capital do estado deu-se não só através de seu posto na administração estadual, mas também do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e da Faculdade de Direito. Nesta última, proferiu a já referida conferência no segundo semestre de 1946, quando discutiu aspectos da economia mundial no pós-guerra e pugnou pela centralidade da ação do Estado na regulação econômica, através de conselhos para cada setor, comissões de controle de preços, e outros.

Para Carlos, o Estado deveria estar “sempre aparelhado para agir, se necessário, nas emergências, e fazê-lo com elementos próprios”. Para isso seria importante até mesmo a criação de um único órgão unificado, um ministério ou um conselho de economia. A extinção da Coordenação de Mobilização Econômica e do Conselho do Café pelo governo Dutra ganhou sua repreensão, pois constituía passo atrás nesse aparelhamento por ele proposto. Eventualmente, para Carlos, a economia de livre iniciativa traria problemas e o governo, em vista da extinção de mecanismos, teria de agir de improviso, improviso que anteriormente havia prejudicado justamente a ação destes conselhos. Era preciso continuidade.<sup>319</sup>

Carlos, que dava a impressão, nesta conferência, de estar atento aos problemas nacionais como um homem público atuante, em breve reingressaria na política partidária (PTB). Nestes primeiros anos, o partido sofria com sua parca institucionalização e a falta de disciplina

---

<sup>318</sup> Foram estas as funções que lhe renderam, conforme diversos relatos nos anos seguintes, a sua aposentadoria.

<sup>319</sup> O texto integral, publicado no Jornal do Comércio, DF, é uma peça interessantíssima para trabalhar as experiências de macroeconomia durante o Estado Novo. Apresenta também uma pitada de anticomunismo, renascido no contexto de início de Guerra Fria. Exprime principalmente a interpretação de Carlos de que o futuro da economia nacional passava pela atuação do Estado, na correção dos “excessos” do *laissez faire*. Vale lembrar que, segundo Fausto (2006), o governo Dutra iniciou uma política econômica liberal, abolindo mecanismos de controle estadonovistas. A importação desenfreada de bens nos dois primeiros anos arruinou as divisas acumuladas durante a guerra, obrigando o governo a adotar medidas restritivas. A inflação, em crescente desde o Estado Novo, piorou nos primeiros anos de administração do pessedista, o que gerava uma alta sensível nos preços de víveres de suma importância na subsistência dos mais pobres.

partidária, que levava a duros embates entre lideranças dentro da legenda, geralmente arbitrados por Getúlio. Segundo Maria Celina D'Araujo:

Marcado pelo personalismo de Vargas, o PTB, em seu processo de estruturação, não conseguiu institucionalizar mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas, nem a consolidação de lideranças secundárias. A dissidência não era tolerada, e sim encarada como ameaça à figura do fundador e, portanto, à razão de ser do partido. Essa dinâmica resultou no incentivo a uma tendência centralizadora e autoritária, uma das características de um partido de origem carismática e personalista. O processo de consolidação de lideranças foi mais grave no plano regional. Aí também ficou patente a ausência de participação popular de que fala Almino Afonso (1981) (D'ARAÚJO, 1996, p. 61).

Em linhas gerais, o PTB era um partido de cúpula nacional, de centralismo decisório, intervencionista nos diretórios regionais, intolerante com correntes oposicionistas e de duvidosa participação popular.<sup>320</sup>

Foi numa conjuntura de disputa entre lideranças estaduais num partido com essas características internas que se deu o ingresso de Carlos Gomes no PTB. Eleições estaduais estavam marcadas para janeiro de 1947. O partido, cortejado para uma aliança com o PSD, a aceitou em novembro anterior. Consistia o acordo no lançamento de uma chapa única ao governo, ao Senado e à Câmara Federal; de candidaturas independentes à Assembleia Legislativa; de nomeação de petebistas a secretarias do governo, para cada deputado estadual eleito (ACÔRDO..., 1946, p. 4).<sup>321</sup> Pelo acordo, Aristides Largura seria o candidato a deputado federal petebista da chapa.

---

<sup>320</sup> O que se deve também ao número de delegados em suas convenções nacionais: no PTB, nunca passaram de 50 convencionais. No PSD, por comparação, esse número chegava a três mil.

<sup>321</sup> Na convenção estadual do PTB, realizada em Itajaí, seria eleito o diretório da legenda, tendo como presidente: Aristides Largura; vice – Valdemiro Palhares; 1º secretário – João Linhares; 2º secretário – Otacílio Nascimento; 3º secretário – Abelardo Luiz de Oliveira; 1º tesoureiro – Wilson Augusto da Costa Schiefler; 2º secretário – Francisco De Marchi. A presença de sindicalistas no partido, em posições de direção, ainda se nota neste momento, com Palhares e Nascimento, por exemplo. A partir dessa convenção, a presença destes

Um interlocutor do ex-ditador estava incomodado com o acordo, justamente CGO. Em carta a Vargas, Carlos abandonava as formas “impessoais” ao se referir ao PTB. Ao enviar o texto de sua conferência na Faculdade de Direito, afirmou ter sustentado “idéas que coincidem com as idéas do nosso Partido. E, ao redigi-la, tive sempre presente a ação do seu governo que acompanhei de perto [...] e que tenho sempre procurado justificar e defender” (OLIVEIRA, C. G., 1947, 1f).

Seu diagnóstico do estado do partido era otimista, conforme discurso em comício da legenda em Joinville e por ter visto ali muita “vibração”. Porém, criticava a aliança com o PSD. Para ele, ao se encostar num partido mais forte, “o nosso perdeu muito da sua personalidade, prejudicando aquela posição que o sr. definiu, de um Partido que não procura postos, mas que afirma idéas.” Sua crítica também se dirigiu à cúpula nacional, à qual faltaria “maior convicção pelas idéas.” Sem afirmar uma ideologia, o PTB estaria fadado a repetir os antigos partidos.

A queixa contra o acordo com o PSD era também questão de espaço de poder: ter um suplente de deputado apenas era muito pouco, e o partido deveria tentar eleger o vice-governador (que, à época, era o presidente da Assembleia Legislativa). Desta forma, CGO demonstrava preocupações de ordem doutrinária e também de organização do partido, o que apontava no sentido de não se observar as disputas dentro do PTB através da dicotomia de grupos “ideológicos” e “fisiológicos”: “O que importa assinalar é que, politicamente, a luta partidária assuma a forma de uma luta simbólica pelo controle, talvez, do mais importante recurso de poder desse partido” (CASTRO GOMES, 1994, p. 136).<sup>322</sup> O recurso referido é o carisma de Getúlio.

---

diminuiria: “A Convenção aprovou também a reforma dos estatutos, ampliando o Diretório Nacional de 30 para 50 membros, e elegeu nova comissão executiva. Nessa ocasião, a preocupação era, mais uma vez, congregar as diferentes regiões do país e também incorporar novos setores sociais. O número de trabalhadores foi nitidamente reduzido e os cargos de direção começaram a ser ocupados por políticos de status sócio-econômico mais alto.” (D’ARAUJO, 1996, p. 43).

<sup>322</sup> A historiadora utiliza estes parâmetros ao analisar o partido após 1954, entretanto entendemos que os conflitos dentro do partido, nessas bases, já existiam desde 1945, e estavam ainda mais vivos às vésperas da II Convenção Nacional, realizada em março de 1947, graças à polêmica atuação do empresário Hugo Borghi, da seção paulista do PTB, e sua bandeira de cooperação com o governo Dutra. Mais detalhes sobre Borghi em D’Araujo (1996), cap. 2 e 3.

De fato, Carlos enviava a Getúlio a carta buscando mediação para um tema que não se sentia confortável em tratar com Aristides Largura: não cita qual, mas pode-se inferir considerando os eventos seguintes.

A II Convenção Nacional do PTB, reunida entre 5 e 10 de março de 1947, contou com a presença da delegação catarinense, encabeçada por seu presidente, Aristides Largura. Para sua surpresa, porém, havia lá uma comissão de três delegados conterrâneos, formada sem o seu conhecimento. Os três indivíduos eram Otacílio Nascimento, o deputado estadual Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira. A formação da comissão, através de reunião extraordinária do diretório municipal do PTB de Florianópolis, foi noticiada na imprensa (PARTIDO..., 1947, p. 8)<sup>323</sup>, e nela CGO é referido como “consultor jurídico” do partido.<sup>324</sup> Seja como for, os três indivíduos trabalharam muito durante a convenção. É isto que indica o depoimento de Aristides Largura. Segundo o então presidente estadual da legenda, nada havia sido levantado na reunião do diretório estadual, e essa comissão de observadores havia sido formada sem seu conhecimento, e deveria ter sido considerada ilegal, pois não constava nos estatutos do partido.<sup>325</sup>

Entre os trabalhos da convenção estava o de eleger nova comissão executiva nacional. Aí Largura sentiu as articulações dos outros catarinenses: ao se ver empatado com um correligionário baiano para um cargo na executiva, perdeu o desempate. Além disso, sequer manteve seu posto de convencional. Estava alijado do Diretório Nacional. Sua derrota ante as articulações dos observadores foi dupla, se considerarmos que ele perdeu seu lugar na Comissão Executiva Nacional e essa comissão possuía a prerrogativa, e só ela, de realizar intervenções nos diretórios estaduais, nomeando comissões de reestruturação<sup>326</sup>. E foi o que a

---

<sup>323</sup> Nascimento não é citado, sendo seu nome substituído pelo deputado estadual Braz Joaquim Alves.

<sup>324</sup> Em depoimento anos depois, Largura comenta que o primeiro, Nascimento, esteve na criação do partido desde o início. E quanto aos outros dois, CGO e Saulo Ramos, um ele mesmo convenceu a entrar no PTB e outro ele não sabia que já havia se filiado e sido aceito (não especifica quem).

<sup>325</sup> Aristides parece não ter conseguido ou sequer tentado a impugnação desta comissão “surpresa”, considerando a continuidade de sua atuação. Talvez a debilidade organizacional do partido tenha contribuído para uma interpretação “obliqua” dos regimentos, permitindo a atuação dos três observadores.

<sup>326</sup> Segundo D’Araujo (1996, p. 44), foi realizado um expurgo no PTB naquela ocasião: “Visando expurgar o partido do adesismo de Borghi, a Convenção decidiu ainda criar comissões estaduais de coordenação encarregadas de realizar assembléias nos estados para eleger novos diretórios regionais.”



Comissão Executiva Nacional fez, nomeando uma comissão de reorganização do PTB-SC.

O partido, também por sua origem carismática, lidava de maneira autoritária com suas dissidências. Assim, grassavam disputas encarniçadas e uma liderança secundária (primária só Vargas); para surgir e se firmar, precisava derrubar a anterior<sup>327</sup>. Enfim, essas lideranças, para firmar posições, praticavam “antropofagia”, e foi o que aconteceu com o PTB-SC: CGO e Saulo Ramos tiveram de “acotovelar” Largura. Esse era o *modus operandi* do partido. Eles não poderiam criar uma dissidência local em Santa Catarina, dado o centralismo decisório do partido. Se assim agissem, seriam expulsos de alguma forma. Então, eles escolheram a batalha. Lutaram onde poderiam vencer: na Convenção Nacional.<sup>328</sup>

A situação de Largura, entretanto, parece mais delicada do que sugere seu depoimento, pois, depois de finalizada a Convenção, assinou nota em conjunto com outros deputados contra a expulsão de Hugo Borghi do partido. Na verdade, estavam assinando suas saídas do PTB (CINDIU-SE..., 1947, p. 3).

Num contexto em que os petebistas mantinham uma posição ambígua em relação ao governo Dutra, e justamente o apoio de Borghi à aliança com o PSD era renegado em convenção, a disputa aparentemente localizada no diretório catarinense, resultando na formação de comissão de reorganização, não deve ser encarada como um “golpe” de membros do PTB-SC contra o presidente do PTB-SC, feito na surdina neste estado. Ao contrário, esse resultado foi uma decisão nacional do partido, com o aval da Convenção. Não existiam “golpes” localizados no PTB, se considerarmos o forte controle exercido pela Executiva Nacional. Todo esse desenrolar nos remete à carta de CGO a Getúlio, de janeiro de 1947, especialmente no trecho em que nosso personagem busca a mediação de

---

<sup>327</sup> Foi assim que Jango suplantou, com o beneplácito de Vargas, Danton Coelho; foi assim que Danton Coelho suplantou Salgado Filho; assim por diante.

<sup>328</sup> Importante ter em consideração o rigoroso critério de escolha dos convencionais que era realizado pelo PTB: “Era integrada por delegados estaduais, em número de dois por estado ou território, indicados pelos diretórios regionais. Esses, por sua vez, tinham que ter sua composição reconhecida pelo Diretório Nacional. Além disso, as credenciais dos delegados deviam ser examinadas caso a caso, quando instalada a Convenção. Isto é, só chegavam como delegados à Convenção Nacional aquelas pessoas efetivamente da confiança da cúpula nacional do partido.” (D’ARAÚJO, 1996, p. 86). Ou seja, a comissão feita à revelia de Largura não foi considerada ilegal, afinal de contas.

Getúlio numa questão inominada, o que pode indicar a existência de uma articulação prévia neste sentido.

Sabemos até agora que ocorreu uma disputa de espaço, de poder, entre os trabalhistas catarinenses nesta II Convenção, catalisada pelo momento nacional do partido, já desembarcando do governo Dutra. Confronto que resultou na vitória de um dos grupos e no completo alijamento da liderança anterior, que teve de se abrigar em outra legenda. A partir de abril, iniciava-se um amplo trabalho de reestruturação física, administrativa e programática da seção catarinense do PTB, tendo CGO como um dos comandantes do processo.<sup>329</sup>

Entretanto, a disputa parecer ter ido além da luta por espaço e poder. Não é temerário afirmar que o conflito se deu numa esfera simbólica, de representação, em que ideias acerca do significado do trabalhismo se confrontaram. Os acordos costurados por Largura com o PSD em Santa Catarina e o modo como ingressou no partido (como comitê pró-candidatura de Dutra) estavam se tornando anacrônicos no PTB. Mas a questão não é necessariamente esta. Aristides queixou-se, em depoimento, da atuação dos três delegados observadores de Santa Catarina, de que um dos artifícios utilizados por eles para combatê-lo teria sido seu passado integralista: “E este fato é o que foi explorado lá na convenção. Surgia naquela ocasião: o Largura um integralista, um integralista, um integralista e foi o que decidiu meu destino na convenção.” O contexto internacional e o brasileiro não comportavam mais a existência de um movimento como a AIB, e a associação tornou-se a ruína de Aristides dentro do PTB.

Os motivos da entrada de Carlos no PTB já foram explorados antes, em textos como o de Lenzi e também de Ternes. A tendência, especialmente no texto de Ternes, era reforçar a “naturalidade” do ingresso, dada a atuação anterior de CGO como “defensor” dos trabalhadores e dos humildes. O jornalista até fazia alusão a “amarguras

---

<sup>329</sup> O partido manteve quadros da situação anterior, como os sindicalistas Valdemiro Palhares, que passou a exercer a presidência interinamente, até que, em agosto, Saulo Ramos fosse eleito para o cargo. Este movimento de afastamento de lideranças sindicais da direção do partido não era algo restrito a Santa Catarina, fruto da “moderação” de seus dirigentes, mas uma tendência nacional do partido. A comissão organizada em abril de 1947, preocupada especialmente com a divulgação das ideias trabalhistas, contava também com Saulo Ramos, Braz Joaquim Alves, Telmo Vieira Ribeiro, Nilson Borges, Wilson Schiefler. Muitos destes nomes coincidiam com os que eram referidos como fundadores do partido por bibliografia mais antiga.

de escassez de assistência material, de dinheiro, de segurança” enfrentadas na juventude, e que haviam criado em Carlos o senso de defesa dos menos favorecidos. Em trecho de entrevista coligida, Carlos afirmava ter sido um trabalhista sincero, e que sua tese sempre fora “a defesa do trabalhador, do pequeno e lutava pela criação de sindicatos e por aqueles que realmente necessitavam de uma assistência” (TERNES, 1994, p. 72). Tentar aproximar-se de raízes populares, vale lembrar, era representação recorrente no trabalhismo brasileiro. A história de que o PTB teria sido fundado numa gafieira na Praça da República insere-se nessa representação de simplicidade criada pelos correligionários.<sup>330</sup>

De qualquer forma, a escolha de CGO pelo PTB e sua entrada no partido não foram processos “naturais”, dado a seu passado dentro do Estado Novo, na construção do trabalhismo, na defesa de leis trabalhistas, mas é inegável que a força desta bagagem era decisiva, na medida em que Carlos havia cultivado contatos imprescindíveis, como com o líder carismático do partido, Getúlio Vargas. Mesmo assim, o PSD, também um partido de inspiração getulista, seria uma escolha também coerente com sua trajetória, dado que muitos de seus companheiros de política desde os anos 1920 haviam ingressado nessa legenda. A hipótese, porém, é de que Carlos compartilhara de experiências políticas, econômicas, sociais dentro da máquina do governo, diferentes das de Nereu Ramos, por exemplo. Ao contrário do interventor catarinense, nosso personagem havia estado mais próximo do Ministério do Trabalho, exercido atividades de administração federal quando no INM, bem como de propaganda da obra social estadonovista no INCP. A inspiração econômica de Carlos em sua palestra de 1946 claramente remete a suas experiências administrativas no setor durante a ditadura. De certo modo, a bagagem adquirida por CGO desde a década de 1930<sup>331</sup> exerceu seu papel nesta escolha partidária, suplantando a influência de seus contatos com a política estadual.

---

<sup>330</sup> Aliás, em outro momento (posterior a seu mandato de Senador, na verdade), Carlos relembra ter crescido brincando com filhos de operários que residiam nas casas construídas por empreendimento de seu pai, direcionadas a esse público.

<sup>331</sup> A ideia de intervenção estatal na economia, de amparo ao trabalhador rural e urbano vinha em Carlos desde este período. Basta lembrar de suas articulações para criar o Conselho Nacional do Mate a partir de 1931, e seu diagnóstico do liberalismo econômico no seu discurso de 1933 na Assembleia Nacional Constituinte, compilado em *Nacionalização e Ensino*.

### 7.3 O “REBELDE” PTB CATARINENSE EM 1950

O PTB seguiu até o fim do governo Dutra na oposição. A partir da eleição de Salgado Filho para a presidência em junho de 1948, o partido aspirava estruturar-se com mais eficiência em todos os estados e melhorar seu trânsito com setores mais tradicionais da política.<sup>332</sup> De um lado, Salgado Filho, reconstruindo e expandindo diretórios nos estados, e de outro, o início da campanha eleitoral de Vargas, nas mãos de outro político experiente, Danton Coelho. Em linhas gerais, assim caminhou o partido nos dois anos seguintes.

A prioridade máxima era a eleição de Getúlio, e para tal o partido desestimulava a formação de chapas independentes nos estados: a ideia era utilizar o poder de barganha, de ser o partido fiel da balança na esfera estadual, a fim de obter eleitores ilustres (e, por conseguinte, os anônimos) para a campanha de Getúlio. A celeridade coesa rumo à eleição do presidente de honra do partido esbarrava em alguns problemas, como a dificuldade na organização de chapas nos estados, especialmente no diretório paulista, rebelde de longa data. Mas o diretório catarinense também causaria dores de cabeça ao articulista da campanha, Danton Coelho.

O desejo da cúpula nacional era arregimentar o apoio do então vice-presidente da República, Nereu Ramos, em solo catarinense. Com a candidatura à presidência da República, preterida dentro do PSD em favor de Cristiano Machado, Nereu era visto como aliado em potencial pelos trabalhistas. Danton Coelho esteve no estado em fins de junho, mas aparentemente sua missão de costurar um bom acordo para o partido falhara, dado que em 23 de julho, na Convenção Estadual, Carlos Gomes de Oliveira fora aclamado candidato do partido ao governo estadual. Tudo o que não desejava a Executiva Nacional.

Como um partido como o PTB, claramente a terceira força política do Estado, se lançava numa candidatura própria ao governo? CGO deu a senha da percepção trabalhista no período. Avaliou, anos depois, que sua candidatura não poderia competir com o PSD e a UDN. O porquê dessa decisão consta da seguinte explicação: “Eu aceitei a candidatura a governador por entender que o nosso partido devia abrir caminho e seguir só, com o seu programa trabalhista, para fazê-lo, um dia, vitorioso, como

---

<sup>332</sup> D’Araujo (1996) comenta que a convivência de sindicalistas no controle do partido, entre burocratas, empresários e políticos mais experientes, havia mostrado os limites do PTB, e naquele momento optou-se por uma mudança de rumos, tirando o partido do controle dos sindicalistas.

o fizera o Partido Trabalhista Britânico [...]” (CALDAS FILHO, 1977b, p. 15). Em algumas ocasiões, os líderes do PTB catarinense adotavam este discurso de independência em relação aos demais partidos, geralmente com o intuito de que, assim, poderiam lutar pela implementação de seu programa partidário, com o qual PSD e UDN não possuíam nenhum compromisso.

Entretanto, a independência partidária, se neste contexto significava seguir só na construção de seu programa, em muitas outras ocasiões essa noção significava estabelecer acordos com quaisquer agremiações, para além do PSD. A pretensão de independência, reforçada principalmente a partir dos anos 1960, tem um capítulo perdido em fins da década de 1940. Como se construiu essa opção de independência dentro do diretório estadual do PTB? Um dos primeiros episódios é a carta de CGO a Getúlio em 1947. Nela, ele alertava o ex-ditador da perda de identidade do partido ao se encostar no PSD e, se isso não bastasse, as péssimas condições do acordo político. Carlos Gomes julgava necessário o PTB articular-se para eleger o Presidente da Assembleia Legislativa. Aí está o início do afastamento entre PTB e PSD.

Aderbal Ramos da Silva, eleito governador em 1947, ficou boa parte de seu mandato licenciado, cuidando de sua saúde. O segundo na linha sucessória era justamente o presidente da Assembleia. O acordo, costurado por Aristides Largura, só valia para a eleição para o governo do estado e a Câmara Federal. Os trabalhistas eleitos para a Assembleia venceram com votos próprios do PTB. Tratava-se de Braz J. Alves e Saulo Ramos. Quando Largura deixou a legenda, o acordo PTB-PSD tornou-se ainda mais anacrônico. Some-se a isso a oposição que o PTB fazia a Dutra em nível federal, e temos um afastamento paulatino entre os vencedores de 1947.

A partir de agosto de 1947, Saulo Ramos tornou-se presidente estadual do PTB. O fim da década de 40 foi um período marcado no partido pelo esforço de reestruturação e criação de diretórios em todo o país, e isso se verificou também em Santa Catarina.<sup>333</sup>

---

<sup>333</sup> Na circular do PTB-SC indicando as normas para a reestruturação, vê-se a preocupação com uma organização partidária desde a vizinhança de bairro, da base. Prezava-se o ingresso de indivíduos de reconhecida “fé trabalhista”, e previa também a elaboração de relatórios das movimentações políticas em cada uma das Zonas em que subdividiam o estado. Vê-se então um cuidado com a organização burocrática do partido, com os quadros que estariam se filiando e também com todas as movimentações inclusive de outros partidos, visando alianças futuras. Momento propício para o aprofundamento da independência

Concomitantemente, o enfraquecimento da cúpula pessedista, fracionada entre os que lutavam pelo butim do governador afastado, fez Saulo Ramos sonhar alto: ele já era vice-presidente da Assembleia, e poderia ser escolhido como nome de conciliação para a presidência, galgando automaticamente o governo do estado. A reeleição de José Boabaid para o cargo poderia também ter contribuído para o afastamento. A situação serviu ao PTB catarinense para ter noção de seu poder, ou pelo menos para demonstrar isso. Durante o ano de 1949, Saulo Ramos, se, de um lado, negava aliança com o PSD, de outro, aumentava o tom de suas críticas e de sua atuação política no Estado.<sup>334</sup> A criação do jornal *A Evolução*, em janeiro de 1950, de propriedade dos maiores nomes do trabalhismo catarinense, para a divulgação de suas ideias, fazia parte deste momento de fortalecimento do partido<sup>335</sup>. Em fevereiro, falava-se abertamente na possibilidade de uma candidatura própria ao governo pelo PTB.

Os malogros de Nereu Ramos em nível federal repercutiram entre os políticos catarinenses, pois sua força se mostrava contestável. Mas foi mostrando resolução que os pessedistas lançaram Udo Deeke para o governo e Nereu Ramos para o Senado em fins de junho, seguidas da candidatura udenista, no começo de julho de 1950. Em 23 de julho, o PTB

---

partidária almejada por CGO. A reestruturação pareceu correr dentro do planejado, com a expansão do número de diretórios municipais e filiados.

<sup>334</sup> Em novembro de 1949 Saulo e Carlos foram ao Distrito Federal discutir aspectos da campanha eleitoral e da reorganização do partido no estado. Num encontro com o radialista e trabalhista José Junqueira, os dois teriam comentado o assunto da perda de identidade do PTB em sua proximidade com o PSD: “Fizeram ainda um perfeito relatório da política catarinense e realçaram a necessidade de uma concentração de esforços no Estado, afim de destruir as manobras confusionistas do P.S.D. que continua fazendo crer ao eleitorado que aquele partido e o P.T.B. são a mesma coisa, a pretexto de sua amizade pelo Nereu.” Percebe-se que a questão, ao menos na retórica, não é apenas a disputa por espaço nos cargos eletivos, mas sim uma disputa de identidade e espaço entre os eleitores, onde o PTB-SC resistia às investidas do PSD. (JUNQUEIRA, 1949, p. 3-4).

<sup>335</sup> CGO, Saulo Ramos, Telmo Vieira Ribeiro, Rafael Cruz Lima eram os proprietários: “A Evolução surge no momento em que Getúlio Vargas lançava-se como postulante ao cargo de Presidente da República e, portanto, foi um importante meio para a propaganda ‘da candidatura do brasileiro insigne e do seu grande partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, refúgio dos trabalhadores, esperança da Pátria’. Outro objetivo reivindicado pelo impresso era o de ser ‘porta-voz dos anseios e reivindicações populares’” (ROCHA JUNIOR, 2017, p. 49).

lançava CGO ao governo, mas, sugestivamente, nenhum nome para o Senado. Nosso personagem alegou, anos depois, que, graças ao “espírito imediatista” da época, é que foi convencido a desistir, reabrindo a seção catarinense do PTB às alianças.

O desenrolar das negociações entre PTB e outros partidos se mostra um pouco confuso, no período de 23 de julho a 1º de setembro, quando é firmada oficialmente a aliança com a UDN que, por sua vez, já trabalhava no sentido de selar aliança com partidos de menor expressão, como o PRP, o PDC e o PSP. Irineu Bornhausen, diante da primeira recusa de Carlos ao acordo, argumentou que, caso o PTB não aceitasse, o fazia com o PSP. Diante da pressão de correligionários para que aceitasse o acordo, CGO partiu para o Distrito Federal para consultar Danton Coelho e, principalmente, Getúlio.

Jornalistas, até mesmo na capital da República, sabiam abertamente do descontentamento de Getúlio ante uma candidatura própria do PTB. Fazer alianças era imprescindível para alcançar o objetivo maior, sua eleição para presidente. Entre as alianças, já se aventava uma entre o PTB e a UDN em território catarinense. João Neves criticava em 29 de julho, a postura de Danton Coelho, que estaria sendo leniente com um erro político dos trabalhistas de Santa Catarina no seu pendor favorável à UDN. *A Manhã* anunciava a “retomada” das conversas entre os dois partidos, sob a condição de apoio dos trabalhistas a Irineu Bornhausen para o governo e vagas para Carlos Gomes e Saulo Ramos para o Senado e a Câmara, respectivamente. Das conversas entabuladas com próceres do PTB no Distrito Federal, Carlos relatou, em carta posterior, que o objetivo da viagem era consultar Getúlio:

Os meus companheiros insistem, por sua vez, comigo, e numa reunião em que longamente debatemos o assunto. Sem me convencer, deliberei ir ao Rio para consultar os proceres do Partido, inclusive, naturalmente, Getúlio. Este porém, como Danton Coelho, Presidente do Partido, estavam ausentes do Rio.

Entrevistei-me, então, com Alzira Vargas Peixoto, que poderia responder por seu pai. “É, disse-me ela, o Ademar quer controlar o Senado”. De outras observações concluí que ela aprovava o acordo com a UDN. Mas, só no dia seguinte eu chegara a uma conclusão, quando pude, afinal, encontrar-me com Danton. Este me recebeu com manifestação de entusiasmo pela minha candidatura, pois já sabia dos fatos por Alzira. À observação de que não

tinhamos dinheiro para a campanha, não titubeou na promessa. E realmente me entregou certa importância para esse fim. Assim resguardado nos meus escrúpulos partidários, e só assim foi que decidi aceitar a candidatura ao senado, e portanto, o acordo com a UDN, telegrafando nesse sentido à direção do PTB em Florianópolis. Aqui desembarquei, dias depois, recebido com os aplausos dos companheiros e dos aliados udenistas, portando cartazes que mandara fazer no Rio (OLIVEIRA, C. G., 1979, p. 3).

Ao retornar a Santa Catarina em 12 de agosto, porém, tudo parecia difuso, considerando a entrevista sua cedida ao órgão do PSD, *O Estado*. Nesta, CGO ainda se diz candidato ao governo, mas a retirada era possível, visando acordos com outras legendas. Contudo: “Jamais, porém, se há-de admitir um acôrdo para apoio a outro partido, com sacrifício da candidatura do P.T.B., mediante compensações ou troca de posição porventura havida como mais segura para mim.” (O P.T.B..., 1950, p. 1). Sua declaração é ambígua. *O Estado* a encara sob a perspectiva de que o PTB não aceitaria candidatura ao Senado com a UDN, mas poderia ser vista também como reserva contra o próprio PSD, já que esta legenda não retiraria as candidaturas Udo Deeke e Nereu Ramos.

A 16 de agosto, Manoel Vargas, sobrinho de Getúlio, chegava a Florianópolis para esclarecer a situação. É difícil dizer qual o teor da reunião realizada no diretório, mas sabe-se que ali CGO desistiu oficialmente da candidatura ao governo do estado. Adiante, é possível afirmar que, entre outros pontos definidos, estava a liberação do voto do eleitorado trabalhista para o cargo de governador. O apoio “espontâneo” dado pela UDN ao nome de Carlos para o Senado não deveria significar automaticamente apoio petebista a Irineu. Teria sido definida também a independência dos diretórios municipais em firmar acordos para o pleito. Em Blumenau, por exemplo, o PTB recomendava voto em Udo Deeke, demonstrando um racha dentro do partido quanto à polêmica aliança.

Apenas em 1º de setembro a aliança é oficialmente firmada. No decorrer deste mês *O Estado* deflagra uma intensa campanha de combate à figura de Saulo Ramos, visto como artífice do acordo (FRECHANDO..., 1950, p. 8).<sup>336</sup> O periódico pessedista apela aos estatutos do PTB, ao

---

<sup>336</sup> Na coluna “Frechando” do jornal **O Estado**, o que se lê é uma crítica jocosa aos trabalhistas: “Um leitor da Evolução, lendo-a no domingo, largou esta: - O Saulo empurrou o Carlinhos na fogueira para salvar a própria pele! Torrou o



Código Eleitoral e à opinião de dissidentes, como Otacílio Nascimento, para enfraquecer o efeito do enlace. Mas também nos bastidores agiu o PSD: líderes queixaram-se abertamente à Comissão Executiva Nacional petebista. Danton Coelho, responsável pela campanha de Getúlio, rumou ao estado.<sup>337</sup> Reunido com lideranças do partido, optou pela intervenção no diretório catarinense. Escreveu a Getúlio: “Foi necessária a intervenção. O Saulo Ramos estava comprometido com a U.D.N. desde março. Já não poderia recuar. Resolvemos da melhor forma” (COELHO, 1950, p. 1).

A “melhor forma” foi nomear uma nova executiva estadual, presidida pelo dissidente Otacílio Nascimento.<sup>338</sup> Havia ainda um entrave. Getúlio queria o apoio incontestado de Nereu. Para isso, a candidatura de CGO deveria ser retirada. A despeito da insistência do partido junto ao tribunal eleitoral, sua candidatura foi homologada a 18 de setembro.

No dia seguinte, 19, realizou-se em Florianópolis, por organização dos interventores estaduais do PTB, comício com a presença do próprio Getúlio Vargas. As narrativas sobre o episódio mostram um clima difícil. Vargas subia ao palanque diante de uma multidão de petebistas, pessedistas e udenistas, cercado por Nereu Ramos e Carlos Gomes de Oliveira.

De acordo com alguns relatos, o comício teria sido tumultuado, finalizado antes do previsto, devido à insatisfação da plateia diante da indicação do nome de Nereu Ramos por Getúlio. O ex-ditador teria contemporizado, diante da péssima recepção de sua fala, afirmando: “seja

---

amigo (sic) para evitar que queimasse a êle, Saulo!”. Noutra tira: “Mais adiante comentava um mestre da ironia: - Todo médico precisa de uma enfermeira. O Saulo político arranhou, no Carlinhos, uma verdadeira Irmã Paula!!!”.

<sup>337</sup> A vinda também de Luís Simões Lopes foi festejada por *O Estado*. Trazia mensagem de Getúlio, que estaria insatisfeito com a aliança PTB-UDN. Sintomaticamente, o prócer da campanha de Vargas hospedara-se na residência do então Governador Aderbal Ramos da Silva.

<sup>338</sup> Considerando que, na historiografia catarinense sobre o PTB se fala em liderança forte de Saulo Ramos no diretório até 1956 e, na historiografia brasileira, se refere ao paulatino afastamento dos líderes sindicais dos postos chave do partido, infere-se que o controle da seção estadual por Otacílio pouco durou. Vale ainda acrescentar que, depois de eleitos, CGO e Saulo Ramos seriam os líderes no PTB nos palácios Monroe e Tiradentes. Naturalmente, bancada e Diretório possuem demandas e processos diferentes, conforme atesta D’Araujo (1996), porém é inegável o prestígio dos dois catarinenses logo após a intervenção.

qual for o livre resultado do pleito, eu respeitarei, se eleito Presidente da República, o *verdictum* popular, e apoiarei o candidato eleito, pois o povo é livre para eleger os seus legítimos governantes” (LAUS, 1985, p. 185). Tal declaração foi amplamente explorada por cabos eleitorais do PTB e da UDN, como amostra de que Getúlio estaria “liberando” o eleitorado. Mesmo assim, a percepção de Carlos foi pessimista: “considerarei irremediavelmente perdida a nossa causa. Disputar uma eleição contra Nereu Ramos, a maior força política do Estado e contra Getúlio Vargas, o maior líder do país e pensar em vencer parecia um absurdo” (CALDAS FILHO, 1977b, p. 15). Não apenas o apoio de Getúlio a seu adversário o incomodava. Não confiava plenamente que os udenistas o apoiariam de fato. A traição de acordos era comum no período, e esse receio, inclusive, foi um dos motivos que o fez hesitar em aceitar o apoio de Irineu. De qualquer forma, recuar não era opção para CGO.

Foi assim, numa eleição com muitas complicações para as classes políticas locais, sem apoio ostensivo de Getúlio, com poucas chances de vitória, e na qual o PTB procurava afirmar uma linha independente, consumada no exercício “rebelde” de sua vocação de “fiel da balança”, que afinal de contas Carlos seria eleito senador da República a 3 de outubro com 144.533 votos. Saulo Ramos, alvo preferencial das críticas jocosas de *O Estado*, seria eleito deputado federal (o mais votado do estado) e Irineu Bornhausen, governador de Santa Catarina.

O receio da direção nacional do PTB quanto à dispersão dos votos do PSD provou-se real. Getúlio venceu no estado, mas com pouca margem. Obteve 110.398 votos, contra 101.386 de Eduardo Gomes e 59.501 de Cristiano Machado. O eleitorado petebista, porém, manteve-se fiel a Carlos, Irineu e Getúlio.

A eleição de Vargas em 1950 trouxe problemas ao partido e, conseqüentemente, ao próprio governo. O PTB foi apenas um dos elementos que reconduziram o ex-ditador ao poder. A sustentação da campanha se fazia muito mais com a mobilização das massas queremistas; o apoio do PSD não podia ser menosprezado. O PTB não chegava ao poder como força majoritária na coalizão governamental, nem na formação ministerial. Assim, “Getúlio não governaria como um presidente de partido, nem o PTB se comportaria como um partido de governo” (D’ARAUJO, 1996, p. 59). A atuação de Carlos Gomes de Oliveira no Senado, como líder de seu partido naquela casa, deve ser analisada a partir do 3 de outubro de 1950 e dos descompassos que este pleito trouxe ao PTB.

## 7.4 LIDERANÇA E OS PRIMEIROS ANOS NO PALÁCIO MONROE

A partir de 1951, o presidente Getúlio Vargas buscou imprimir uma dinâmica em suas relações com o movimento sindical, pautada no incentivo à estrutura sindical corporativa, e de mobilização política destes sindicatos.

O primeiro ponto foi empreendido durante o período de Segadas Viana à frente da pasta do Trabalho: seu intuito, ao nomeá-lo ministro, era um retorno à política estadonovista, ou “uma estratégia de contato direto com os sindicatos”. Mas, nos anos 1950, havia partidos, e o PTB constituiria uma linha auxiliar nas relações com os trabalhadores, com sua bancada veiculando uma doutrina trabalhista e nacionalista, e a representação que criara para si, de um “partido de trabalhadores”. O segundo ponto, o da mobilização sindical, ficaria mais evidente durante a estada de João Goulart no Ministério do Trabalho.

Dentro do partido, em contrapartida, Danton Coelho ia aos poucos enfrentando maior resistência, até que na V Convenção Nacional, em fevereiro de 1952, ele foi deposto e substituído por Dinarte Dornelles, não sem antes acionar a Justiça Eleitoral. Este momento desencadeou cisões no partido, com parte da bancada congressista do PTB agindo fora do controle da direção nacional. Diante dos problemas internos, Getúlio sugeriu um nome de conciliação dentro do partido, João Goulart.

CGO, como membro do Diretório Nacional, participou destas inúmeras convenções do partido que pulularam no início dos anos 1950, embora seus posicionamentos não fossem tão evidentes nos momentos de crise mais aguda, como foi a deposição de Danton Coelho na V Convenção Nacional do partido em fevereiro de 1952, quando quadros parlamentares do PTB tomaram o lado de Danton, a exemplo de Alberto Pasqualini. (D'ARAUJO, 1996, p. 90).<sup>339</sup>

---

<sup>339</sup> De acordo com a autora: “Este foi um momento importante para a configuração de futuras tendências, pois alguns parlamentares eleitos em 1950 formaram ao lado de Danton, menos por afinidades eletivas do que por oposição aos métodos excludentes do grupo vitorioso. Importantes parlamentares como Lúcio Bittencourt (MG), Euzébio Rocha (SP), Frota Aguiar (DF), Alberto Pasqualini (RS) e Vieira Lins (PR), constituíram um grupo de destaque no parlamento, fora do controle da direção nacional. Assim, ao lado das disputas pelos postos de comando, cristalizava-se uma clivagem entre a base parlamentar e a direção partidária na qual superpunham-se divergências ideológicas e ambições de poder.” Não há indícios de que Carlos tenha participado desta dissidência.

Eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1950, era tido, no período, como um dos principais ideólogos do trabalhismo brasileiro. Buscando referenciais internacionais, no trabalhismo inglês e no keynesianismo, propugnava-o como defensor de uma forma mais humana do capitalismo.<sup>340</sup> Para CGO, Alberto Pasqualini foi um colega de bancada importante: uma fonte da qual retirou inspiração para sua ideia de trabalhismo.

Se, de um lado, personagens como Pasqualini cobravam, dentro do partido, maior coerência ideológica, grassavam dissidências na legenda. A ascensão de Jango à presidência do partido e, depois, ao cargo de Ministro do Trabalho, tem parte no surgimento de crises, muito embora a estratégia de Jango para fortalecer a máquina partidária seguisse duas linhas: a primeira, reduzir “o conflito interno no partido, fortalecendo direções partidárias locais a liberdade de atuação da bancada no Congresso”; a segunda, intensificar “os contatos com o movimento sindical” e costurar “alianças com os comunistas onde estes eram mais fortes, para assegurar a presença do PTB nos sindicatos”.<sup>341</sup> Assim, neste período, o governo buscava, através da ação de seu ministro do Trabalho e presidente do partido, estar à frente da política trabalhista, graças aos canais de comunicação criados com os sindicatos corporativos e com os sindicalistas comunistas. Não seria uma política empreendida sem conflitos, como veremos adiante.

Após a IV Convenção Nacional do PTB, realizada entre 8 e 10 de junho de 1951, a bancada petebista no Senado Federal escolheu seu líder, o colega catarinense Carlos Gomes de Oliveira.<sup>342</sup> Observar alguns de seus posicionamentos políticos, como líder do PTB numa das casas do Parlamento, frente a certos debates na sociedade brasileira do início da década de 1950, pode ser revelador de suas contribuições para a construção dessa cultura política do trabalhismo. Para isso, selecionamos quatro frentes, embora sua participação possa ser mais ou menos rastreada: a questão da organização sindical; a criação da Petrobrás; o

---

<sup>340</sup> Para maiores detalhes sobre o pensamento de Alberto Pasqualini, ver SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em história, Universidade Federal Fluminense.

<sup>341</sup> Trechos retirados de D’Araujo (1996, p. 92-93).

<sup>342</sup> É difícil precisar se lideranças parlamentares foram pautas do conclave do partido, mas é possível que sim, dado que a imprensa noticiou a escolha de CGO como líder no Palácio Monroe, em 14 de junho.

ocaso do governo Getúlio Vargas e as ligações que manteve com o estado de Santa Catarina, seja com a classe política, seja com o operariado.

A experiência democrática inaugurada em 1945 passou a dar prioridade às massas. Uma proximidade com um eleitorado cada vez maior era essencial para o sucesso nos pleitos. Viagens pelo interior do país para travar contato com a população tornaram-se comuns, mas não apenas em tempos eleitorais. O senador Gomes de Oliveira, em algumas oportunidades, relatou na tribuna sua percepção em viagens ao seu estado natal, em que costumava fazer aparições em congressos de produtores, em inauguração de obras ou canteiros de obras em andamento, além de sindicatos, como o dos trabalhadores do carvão de Criciúma, onde reportou ter assistido a uma eleição daquela associação de classe.

O PTB catarinense, a despeito de dirigido por elementos considerados “moderados” pela bibliografia, procurou estabelecer canais de comunicação não apenas nos gabinetes, através de negociação de acordos, como nas eleições anteriores, mas também com sua base eleitoral, os trabalhadores e assalariados em geral, que, em algumas oportunidades, puderam ver nos representantes do partido meios a quem recorrer em situação de necessidade. Era o caso dos trabalhadores das minas de carvão no sul do estado, que protagonizaram movimento grevista em outubro de 1952.

Desde a base nos diretórios municipais do PTB, chegou ao conhecimento da Executiva estadual e ao presidente Getúlio Vargas a situação precária dos cerca de mil e quinhentos trabalhadores do setor. Precariedade, em particular, em salários e condições de trabalho. Os dois representantes petebistas no Congresso Nacional não se furtaram a comentar o assunto. Saulo Ramos, na Câmara, proferiu discurso em que urgia a aprovação do projeto do Plano Nacional do Carvão, uma das demandas dos trabalhadores. Sua lógica era a de que a aprovação do plano melhoraria as condições financeiras das companhias de exploração, o que se traduziria em melhoria das condições dos trabalhadores.<sup>343</sup>

---

<sup>343</sup> O contato inicial entre os mineradores e o poder público foi entabulado por João Correia Bittencourt, representante do diretório municipal de Lauro Muller/SC: “Em telegrama destinado ao Presidente da República e ao Presidente do partido, Bittencourt relatou as dificuldades encontradas pelos que dependiam da situação econômica do carvão, pois a vida da comunidade girava em torno da extração do minério. Os trabalhadores alocados nesse setor sofriam com a precariedade das condições de serviço, os salários eram baixos e faltava auxílio, todos dependiam da elaboração do Plano Nacional do Carvão, a ser estruturado pelo poder público. Dizia o telegrama: ‘Há anos esta gente sofre

No Palácio Monroe, casa do Senado, CGO também se pronunciou, enfatizando os motivos da greve, a saber: melhores condições de trabalho, reajuste salarial e, “por incrível que pareça, em alguns casos, para receberem salários em atraso”.<sup>344</sup> Pautava ainda a aprovação do Plano Nacional do Carvão, que era a “esperança” das companhias de exploração e frisava que o aumento concedido por Getúlio ao preço do carvão e a quitação de dívidas que as autarquias federais possuíam com essas empresas eliminavam os motivos que tais companhias reivindicavam para atrasar e arrochar os salários de seus empregados.

Mas CGO foi além, ao criticar o modelo de extração do minério. Segundo ele, as mais de vinte empresas diferentes não possuíam o capital necessário para a sua exploração. Em emenda (não aprovada) ao Plano Nacional do Carvão, sugeria a estatização dos serviços, com vistas a uma maior eficiência no método de extração e também melhores condições para os trabalhadores do setor. O Estado teria capitais suficientes para investir massivamente no setor.

Além de mostrar um pouco das ideias sobre a economia nacional partilhada por alguns líderes trabalhistas (Alberto Pasqualini subscreveu a emenda de Carlos), o caso da greve, provocada pela precariedade das condições dos trabalhadores, contribuiu para dar notoriedade em nível nacional às suas aspirações, de certa forma, atendida com a aprovação do Plano Nacional do Carvão. Em 1954, Carlos visitou a região e o sindicato da categoria.

Não foi a única oportunidade de contato entre a base e os dirigentes trabalhistas catarinenses. Em janeiro de 1954, CGO rememorava a greve do setor têxtil de Brusque em fins de 1952. Na ocasião, “aqueles operários reclamavam aumento de salários, alegando que a majoração última sobre seus vencimentos, de 7%, se verificara em 1948” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 208). Num contexto de inflação e aumento do custo de vida, com um congelamento de quatro anos, é possível conjecturar a defasagem

---

pacientemente verdadeira miséria esperando melhoria situação carvão nacional afim Cia. Barro Branco possa garantir melhores salários assistência mais adequada trabalho mineração’. Com um olhar atento sobre os dizeres da mensagem enviada, podemos perceber que a queixa do representante trabalhista consiste em defender o interesse da Cia. Barro Branco, ou seja, só com a melhoria da situação do carvão nacional a empresa poderia conceder salários mais dignos aos seus funcionários.” ROCHA JR, G., 2017).

<sup>344</sup> Todos os trechos de discursos de Carlos no Senado são retirados do livro: OLIVEIRA, C. G., 1992.

existente. A greve foi amplamente combatida pelo patronato; de acordo com a exposição de Carlos, muitos operários foram sumariamente demitidos.<sup>345</sup> Nosso biografado procurou agir além da retórica. Em junho de 1953, apresentou projeto de anistia aos trabalhadores por motivo de greve, dado que os operários de Brusque se encontravam sob processo e afastados de suas funções. O projeto foi finalmente rejeitado em março de 1957.

Ambos os exemplos, tanto o dos mineiros quanto o dos operários têxteis, sugerem que, além de contatos de gabinete, descolados da sociedade e de sua base eleitoral, os dirigentes trabalhistas catarinenses demonstraram sensibilidade em relação à base, mesmo que visando também a um objetivo prático: o reforço da presença do PTB entre esses trabalhadores e eleitores. Exemplos da união entre a doutrina trabalhista e objetivos mais pragmáticos da ação política.

Neste caso, temos que pensar o trabalhismo e o PTB além da dicotomia entre lideranças “doutrinárias” e “reformistas” (ou boas), e “pragmáticas” e “clientelísticas” (ou más) (CASTRO GOMES, 1994).<sup>346</sup> Indivíduos como Carlos Gomes de Oliveira estariam em ambos os grupos, na medida em que também expressam a representação de um partido preocupado com a questão trabalhista. Por exemplo, acessa sua memória sobre o caso da greve de Brusque ao defender a política do salário mínimo e a conduta do então ministro do Trabalho, João Goulart, no assunto.

Carlos acostumou-se a subir à tribuna para discursar sobre sindicatos. Seu envolvimento na proposta de reforma da organização sindical traz alguns elementos para pensar as intenções do PTB para este nicho.

O programa de 1945 do partido continha, em um de seus itens, a defesa da liberdade sindical, em oposição à tutela do Estado, sistema em vigor desde a lei de sindicalização de 1931 e amplamente aproveitado durante o Estado Novo. Devemos lembrar que a estratégia de Vargas em relação aos sindicatos se dava em duas frentes: reforço da estrutura corporativa e mobilização sindical. Eram as estratégias para adequar o sindicalismo à “via partidária”, ou seja, solidificar as posições do partido entre os trabalhadores. Essa fórmula implicava mudanças na legislação, sob a fórmula da liberdade e unidade sindical. Liberdade para construir a

---

<sup>345</sup> É o mesmo referido por Rocha Junior (2017). Segundo o historiador, o aumento salarial pretendido era de 60%, mas ficou em torno de 7% apenas.

<sup>346</sup> A ideia de pensar para além das dicotomias as lideranças petebistas é de Castro Gomes (1994). A historiadora a aplica para o estudo da trajetória do PTB sem Vargas.

mobilização e possibilitar a ascensão de líderes alinhados ao PTB; unidade para a manutenção do corporativismo.

Todo esse trabalho só foi necessário pelo fato de o PTB não reinar sozinho nos sindicatos oficiais. A concorrência do PCB, reavivada a partir de 1952, fez Getúlio decidir reforçar o diálogo do governo com os trabalhadores. Em 1º de maio, prometeu repassar aos trabalhadores cargos de direção nos institutos de Previdência. Só foi possível engrenar esse regime de nomeação graças à revisão de projetos de lei (do governo Dutra) sobre o assunto. No Senado, CGO seria o responsável por relatar e avaliar os vetos de Getúlio aos dispositivos daqueles projetos de lei que vedavam a escolha de sindicalistas para os cargos de direção.

Entendemos que CGO construiu junto do PTB este movimento de reorganização sindical. Durante sua trajetória no Congresso, em nenhum momento ficou evidenciada uma ação mais próxima aos sindicatos, no sentido de sua mobilização política em benefício do partido. Sua ação no fortalecimento do PTB dentro dos sindicatos se dava através de sua atuação parlamentar. Já em agosto de 1951, apresentou parecer sobre o projeto da organização sindical na Comissão de Trabalho e Previdência Social do Senado, favorável à liberdade. Para ele, a fase iniciada em 1931 estava superada, graças à “consciência sindical” já formada no país: “A autonomia para os sindicatos é já uma aspiração formulada” (LIBERDADE..., 1951, p. 2). Não foi sem antes consultar Getúlio e Pasqualini que Carlos produziu seu parecer favorável.

A disciplina da bancada petebista com o governo prosseguiria, ao menos na retórica, quando CGO foi a plenário defender o ministro João Goulart das acusações de querer instalar a propalada “república sindicalista” no país. A política sindical de Jango fortaleceu o partido entre os trabalhadores, mas indispsôs a oposição com igual intensidade. A ideia da “república sindicalista” era fortemente ventilada por setores militares, da UDN, e colocava medo até em alguns parlamentares do PTB.

Foi em resposta a um militar, o Almirante Penna Boto, que CGO subiu à tribuna em 30 de setembro de 1953. Depois de brevemente discutir o mérito da participação dos militares na política, nosso biografado responde à acusação feita a João Goulart, de que este desejava a unidade sindical para impor um regime “peronista”. Para Carlos, a unidade sindical era defendida “pelo desejo de proporcionar mais forças aos sindicatos. No regime democrático que se estabelecer dentro dessas entidades, as correntes divergentes terão ocasião de defender os seus pontos de vista e fazê-los vitoriosos nas eleições” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 174).



No debate com o senador Othon Mader (UDN-PR), defensor da pluralidade, outras características do projeto se mostram. A ideia de liberdade que se fazia era a de garantir autonomia para as eleições dentro dos sindicatos e respeitar os resultados do confronto entre as correntes; era tirar do poder público a escolha dos principais representantes dos sindicatos. Essas entidades tinham, nesta concepção, caráter mais restrito, de defesa do trabalhador ante o empregador. Portanto, não haveria necessidade de pluralidade, que possibilitaria o fracionamento em sindicatos de inspiração confessional, ou mesmo política. Em outras palavras: “Dentro de uma nação temos, realmente, vários partidos políticos onde se debatem ideias gerais, amplas. Neles se assenta o próprio regime democrático. Mas nem por isso, quando certo partido é derrotado, vai ele formar outro governo” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 175). Ou seja, a liberdade estaria garantida dentro da unidade, onde seria livre a concorrência. A pluralidade seria “formar outro governo”, o dos derrotados, o que fragmentaria, desse modo, a força dessas associações.

Mas, para Carlos e o PTB, não bastava a organização dos trabalhadores para defender seus interesses junto aos patrões. Esta luta deveria ser acompanhada de uma orientação política adequada, que afastasse os operários e assalariados em geral dos “extremismos” - no caso, o comunista. Carlos explana a ligação entre sindicatos livres e em unidade com a política: “Não tendo os sindicatos funções políticas, só a um partido, que eles considerem ser o seu, caberá essa função geral e complexa que é a política” (OS VERDADEIROS..., 1952, p. 2). Essa era a senha da mobilização sindical realizada por Jango, no sentido de sedimentar a presença do PTB dentro dessas entidades, dando asas ao alarmismo da oposição.

A associação do nome de Jango aos comunistas era comum por setores da oposição no período, e uma crise político-militar abreviaria a presença do gaúcho à frente da pasta do Trabalho no início de 1954, catalisada por sua sugestão de aumento de 100% do salário mínimo.

Também na tribuna do Monroe o assunto foi largamente debatido, e em 23 e 24 de fevereiro de 1954, CGO, mais uma vez, manifestou-se sobre a conduta do agora ex-ministro João Goulart. Os apartes de Assis Chateaubriand (PSD-PB), naquela ocasião, bem apresentam o teor das acusações dirigidas a Jango.<sup>347</sup>

---

<sup>347</sup> Chateaubriand insinuou que Jango, com um grupo armado, tentou assaltar a administração do porto do Rio de Janeiro. Além disso, na conta do ex-ministro estariam ainda associação com comunistas e a criação de um “partido de agitação” para subverter a ordem pública.

É na acusação imputada ao ex-ministro - de tentar subverter a ordem vigente - que CGO faz seu caso em relação à conveniência do PTB, do trabalhismo e de seus líderes Jango e Getúlio. O Brasil tinha “a necessidade de partidos políticos como o Partido Trabalhista Brasileiro [...] de homens que se dirijam as massas, que vão ouvi-las e atraí-las para uma corrente política contrária ao extremismo” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 267). Ora, nada mais do que inspirar a confiança dos trabalhadores estava a fazer o então ministro do Trabalho; para isso, arrebatava os *slogans* do comunismo (o vocabulário), mas justamente para afastar a massa trabalhadora do “extremismo”, que encontrava terreno fértil na difícil situação econômica que o país enfrentava. As transformações sociais almejadas pelos trabalhadores somente seriam alcançadas “através de um partido como o Partido Trabalhista Brasileiro e com uma política social inteligente, [...] sem abalos e choques que constituem um perigo na hora que vivemos” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 269).

Enfim, a disciplina partidária de Carlos estava em dia. Sua defesa do Ministério do Trabalho terminara no discurso do dia 23, com a leitura de uma fala de Jango, em que solicitava a reforma das tabelas do salário mínimo e o congelamento de preços de gêneros essenciais à subsistência dos trabalhadores.<sup>348</sup> No dia seguinte, subiu novamente nosso personagem à tribuna para ler a nota do PTB referente ao afastamento de Jango do ministério. Dentre os pontos elencados como bandeiras de luta do partido, podemos observar muitos pontos pelos quais Carlos também se debatia. A última pauta - “pela libertação econômica nacional e contra a agiotagem internacional” - foi construída em um amplo debate com a sociedade civil e a classe política no decorrer do governo Vargas e se materializara na criação da Petrobrás, em 1953.

O petróleo povoava a discussão política desde a década de 1930. Mas, a partir do fim dos anos 1940 e início da década seguinte, é que o debate acerca do regime de exploração do recurso ganhou as ruas. O famoso *slogan* “O petróleo é nosso!” é herança deste período. Frase de

---

<sup>348</sup> Paradoxalmente, se, por um lado, o governo fracassava nas tentativas de conter a inflação, de outro, fornecia assunto para o contato entre o PTB e os trabalhadores. CGO, em diversas oportunidades, discursou a respeito da carestia, inclusive pregando uma moral para os homens públicos, de que não deveriam esbanjar recursos e precisavam levar uma vida parlamentar mais austera. Essa “austeridade moral” também era focalizada por Jango no referido discurso, o que pode indicar que, dentro da cultura política do trabalhismo, esse “respeito” às dificuldades financeiras da população era uma das representações do PTB.

ordem de parcela da sociedade que se contrapunha à ingerência de companhias estrangeiras, como *Standard Oil* e *Shell*, no planejamento e exploração do recurso. A questão do petróleo foi um dos catalizadores de uma polarização nos meios civis e militares da sociedade quanto ao projeto de Brasil que se desejava construir. Era a divisão entre grupos chamados “entreguistas” e nacionalistas”.

Essa polarização, presente em vários espaços da esfera pública, civil e militar, define-se por visões antagônicas a respeito do papel do Brasil na geopolítica mundial. Em termos gerais, os “entreguistas”, vinculados principalmente à UDN, viam no alinhamento incondicional com os Estados Unidos (num contexto de Guerra da Coreia e macarthismo); na abertura do país ao capitalismo estrangeiro; na mínima intervenção do Estado na economia e, na austeridade e controle da inflação, as condições para o desenvolvimento do país. No que eram rechaçados pelos “nacionalistas”, advogados de relações equidistantes com os EUA; de forte presença estatal na economia, como reguladora e financiadora da indústria nacional em áreas estratégicas, como petróleo, siderurgia e comunicações. Quanto ao capital estrangeiro, era bem-vindo, desde que não ameaçasse a soberania brasileira.

A polarização entre nacionalistas e “entreguistas” estava, sem dúvida, presente para Carlos Gomes, inclusive na família. Dois de seus filhos, Flávio Edmundo e João Carlos eram oficiais da Aeronáutica (notadamente reacionária). Flávio relata, em sua autobiografia, a repreensão que fizera em 1950 contra colegas que desejavam fazer campanha para o brigadeiro Eduardo Gomes em missões oficiais, bem como, anos depois, os constrangimentos que sofrera por aceitar o cargo de secretário do ministro da Guerra de Getúlio.<sup>349</sup>

Nos seus contatos políticos, a polarização e, especialmente, o petróleo não eram temas estranhos a CGO. Em Santa Catarina, o diretório estadual do PTB auxiliou na propaganda da bandeira do monopólio estatal na exploração, em palestra de Saulo Ramos no Centro Catarinense de Defesa do Petróleo, em 1949.

A proposta inicial de Getúlio para a política petrolífera, porém, foi a criação de uma empresa, a Petrobrás, de economia mista. Setores parlamentares do PTB (e também da UDN) opuseram-se ao projeto. Líderes mais identificados com a bandeira nacionalista, como Lúcio Bittencourt (PTB-MG), desafiaram o projeto original. Gomes de Oliveira

---

<sup>349</sup> Mais detalhes sobre a vida de Flávio Edmundo e, por tabela, algumas informações sobre seus familiares, colegas e a Aeronáutica brasileira, em Oliveira, F. E. G. (2005).

deixou clara sua posição em relação à exploração de recursos vitais para a indústria brasileira, como o carvão e o petróleo, em maio de 1952<sup>350</sup>: por um imperativo trabalhista (o capital condicionado ao bem-estar social) e constitucional, o Estado deveria encarregar-se de sua exploração. Vargas cedeu e, afinal de contas, a Câmara dos Deputados aprovava o projeto da Petrobrás em fins de 1952. Na outra casa, o Congresso, a situação tomaria outros rumos.

Dezenas de emendas foram sugeridas no Palácio Monroe, entre elas a de número 19, autoria de Othon Mader (UDN-PR), que desfigurava o ponto principal do projeto aprovado no Tiradentes: o monopólio estatal. A acirrada disputa no Senado transparecia na imprensa. O *Última Hora* cravava a posição do relator das emendas, Gomes de Oliveira: “Seu ponto de vista é conhecido. Votará contra essa excrescência, devolvendo o projeto, sem grandes alterações, com a mesma fisionomia com que saiu da Câmara dos Deputados para o Senado [...]” (BARBOSA, 1953, p. 3).

No dia seguinte ao da publicação, 7 de maio, o senador catarinense foi à tribuna discutir o caso, expondo um vocabulário e uma visão estratégica nacionalista e relativamente agressiva. Essa agressividade se deu não pela ferocidade da linguagem, mas pela cobrança de atitude do líder do governo, Álvaro Adolfo (PSD/PA). Para Carlos, Adolfo estava cedendo em pontos do projeto vindo da Câmara, numa tentativa de encontrar um meio termo em que a Petrobrás obtivesse aprovação no Senado. Seu objetivo, assim como o da bancada do PTB, era aprovar o projeto na íntegra como tinha vindo do Tiradentes.

CGO então deslizou para o conteúdo nacionalista da pauta. O ponto central do projeto estabelecia que a política petrolífera do governo seria executada em bases monopolistas, através da Petrobrás e do Conselho Nacional do Petróleo. Aprovar a emenda de Mader seria um retrocesso: “Não é admissível peçamos ao Governo que entregue esta atribuição a outra entidade, que pode mesmo ser a própria *Standard Oil*” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 160). Só havia lugar para uma empresa, a Petrobrás, na exploração deste recurso no país. Finalizava adiantando seu voto contrário à emenda. O cálculo político mudou nos dias que se seguiram. Em 11 de abril, Carlos leu seu parecer avalizando a constitucionalidade das emendas (inclusive a de Mader). Teria estudado a questão apenas pelo lado constitucional. Afirmou que o mérito das emendas ficaria a cargo do relator na Comissão de Finanças, Alberto Pasqualini (PTB/RS). Este, por seu turno, propunha acordo de conciliação

---

<sup>350</sup> Este discurso é uma síntese interessante para compreender as ideias econômicas e sociais do PTB na visão de CGO.

entre nacionalistas e entreguistas, com o beneplácito de Adolfo: a aprovação da emenda de Ismar de Góis (PSD-AL).

Depois de um mês de discussões e emendas, a emenda do senador alagoano foi afinal aprovada. Ela consistia em conceder ao governo o direito de, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo e por intermédio da Petrobrás, contratar “trabalhos de pesquisa, perfuração e extração, mediante pagamento em dinheiro ou em espécie, inclusive mediante garantia de participação nos produtos da exploração, de modo a assegurar a compensação dos riscos” (REGULADA..., 1953, p. 2), de empresas nacionais e estrangeiras. O *Última Hora* destacou que, embora aprovada, a emenda não era vista com simpatia por senadores empenhados na causa monopolista, como CGO e Pasqualini.<sup>351</sup>

Ao voltar para a Câmara em junho, o projeto teve as emendas do Senado quase todas derrubadas. Mas, em alguns pontos, cedeu-se: justamente no ponto da participação de empresas estrangeiras no contrato de serviços e distribuição dos derivados do petróleo, e na concessão da continuidade de funcionamento e instalação de refinarias privadas já autorizadas (outro dedo de CGO no projeto; é de sua autoria o parecer que concede tal benefício às refinarias privadas). Com tais concessões é que Vargas sanciona a lei e cria a Petrobrás.

O caso da Petróleo Brasileiro S. A. nos mostra que havia uma mobilização suprapartidária nas duas casas do Legislativo (um ensaio das Frentes Parlamentares?), embora, no Monroe, esta mobilização com outras características fosse mais frágil. Mostrou também a agressividade e as mudanças nas articulações visando à aprovação final do projeto por parte da bancada petebista. Afinal, a empresa foi criada, e CGO, Pasqualini, Landulfo Alves e outros senadores receberam saudações do jornal *Última Hora*, edição de 29 de maio de 1953 (REGULADA..., p. 2), por sua defesa do princípio do monopólio estatal.

Apesar da vitória nacionalista, que representou a criação desta empresa, o governo Vargas enfrentava sérias dificuldades a partir de 1953. No campo econômico, grassavam a inflação e a carestia que

---

<sup>351</sup> A UDN também foi contra, mas por outros motivos. O desejo da bancada deste partido era derrotar a tese do monopólio estatal. No caso de Carlos e do PTB, era reforçar essa tese. Carlos, inclusive, aparteu Ismar de Góis para criticar a retirada, em sua emenda original, dos dizeres: “por intermédio da Petrobrás”. A frase acabou figurando no texto final. Para Carlos, retirar-se a prerrogativa de a Petrobrás contratar essas empresas privadas significava que “estariamos mutilando a essência do projeto que é criar um órgão executor da política petrolífera brasileira”.

atingiam em cheio o trabalhador. O fim da Comissão Mista Brasil-EUA (com a “indesejada” vitória de Eisenhower nos EUA) derrubou os superávits do país, adicionando, assim, mais uma agravante.

No campo político, o embate entre o projeto chamado “nacional-estatismo”, bandeira do trabalhismo e de Getúlio, e o liberalismo conservador da UDN, polarizara a sociedade. A UDN, cansada de perder, trabalhou dentro dos quartéis e das redações dos jornais a opção golpista, alternativa diante de sua incompetência eleitoral. Esta via estaria consolidada entre os grupos conservadores já em 1953. A UDN escolhera não cooperar, não dialogar com o governo, atravancar seu caminho, na medida do possível. Além disso, organizou uma grande mobilização midiática visando a desqualificar o presidente da República: “Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral, entre outras imagens extremamente negativas; assim os conservadores se esforçavam para desmerecer o presidente” (FERREIRA, 2003, p. 307). A atuação de Jango no Ministério do Trabalho, vista pela oposição udenista como tentativa da criação de uma “república sindicalista”, já levava a uma crise político-militar que resultou em sua exoneração em fevereiro de 1954. Nas Forças Armadas, a ascensão de um grupo conservador no Clube Militar era a senha de que Getúlio estava perdendo os quartéis.

Num encontro durante um passeio no início de agosto de 1954, no Leblon, Flávio Edmundo Gomes de Oliveira alertou seu colega de corporação, o major Rubens Vaz, da inconveniência de se envolver com política, ao trabalhar na guarda do jornalista Carlos Lacerda. Flávio percebia que não apenas Vaz, mas inúmeros outros oficiais da Aeronáutica já estavam comprometidos, atuando politicamente contra Getúlio. Relata o primogênito de CGO que, à menção feita por Vaz de que se surpreendia pelo fato de ele exercer cargo de ajudante de ordens do Ministro da Aeronáutica, Nero Moura, amigo pessoal do Presidente, de que já não tinha “dúvidas de que o fato de eu exercer essa função me colocou politicamente em posição oposta à de muitos companheiros da FAB” (OLIVEIRA, F. E. G., 2005, p. 172). De qualquer forma, seguiram o passeio, acompanhados de suas esposas, e terminaram por assistir a um filme no Cine Leblon. Não voltaram a se ver. Vaz acabou sendo a vítima fatal do malfadado atentado da rua Toneleros, em 5 de agosto de 1954.

Lacerda escapara e, na capa da *Tribuna da Imprensa*, culpava um só homem pelo crime: Getúlio Dornelles Vargas. Como se vê, a guerra simbólica contra o presidente se intensificou nos dias que se seguiram. Dentre os periódicos de maior tiragem, apenas o *Última Hora* se manteve ao lado do mandatário nos momentos difíceis. Os demais demandavam, diariamente, às Forças Armadas a derrubada de Vargas.

O preço de um governo “apartidário”, em que o PTB era minoria na coalizção, seria eventualmente cobrado. O líder do PTB no Monroe, senador Gomes de Oliveira, lembrava a fraca participação de seu partido no governo, recheado de ministros de outras siglas que, “muitas vezes, não comungam com as nossas ideias”. Outros pontos de sua fala indicam certo distanciamento entre ele e o Catete, a começar pelo fato de, mesmo líder do PTB, não ser líder do governo no Senado. Mas o principal ponto é a alusão à já citada carta de 1947 a Getúlio, em que manifestava sua visão do PTB como partido de ideias e não de homens. Em julho de 1954, ele voltava a criticar o que chamava de personalismo na política, colocando no centro de sua ação (e da bancada) o rigor doutrinário trabalhista, ou, como arrematou no final de sua intervenção: “Em verdade, não vejo homens no meu Partido ou no Senado, mas ideais e programas.” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 315). Mudar o panorama de uma sociedade formada de privilégios dos mais fortes através da promoção de igualdade e de um novo direito, o direito social, trabalhista e previdenciário, deveria ser meta para ele e toda a legenda, e não a defesa intransigente de Getúlio.

Essa linha discursiva, apregoando maior rigor na elaboração e aplicação de um programa trabalhista, não era movimento único dele na bancada. Um dos grandes expoentes deste dever do partido era Alberto Pasqualini, e no Senado encontrava coro entre os trabalhistas.

Um tom defensivo se aprofundaria em sua fala a partir do atentado de 5 de agosto. Em 10 de agosto, CGO fazia questão, em primeiro lugar, de demonstrar que “nenhum compromisso tenho tido com os atos ou orientação do Governo: jamais participei de suas deliberações, pois não me consta fora meu Partido chamado a opinar a respeito” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 321). No decorrer de sua fala, constantemente aparteada por Hamilton Nogueira (UDN/DF), Carlos busca dois movimentos: afastar sua imagem e de seu partido de Getúlio e, por outro lado, minimizar o atentado.

Este segundo movimento é trabalhado através de alguns pilares: primeiro, o alvo é Carlos Lacerda e seu jornalismo dito “violento”, “exacerbado” e “perigoso”. A prova da liberdade de imprensa e de que as instituições em geral funcionavam no país era justamente o desembaraço daquele jornalista em trazer uma pauta agressiva para sua folha. O segundo era a defesa do regime democrático. Na lógica de CGO (combatida por Nogueira, que a considerava “poesia” diante de um cenário que era de “decisão”), os erros do governo, se esse crime de fato fosse do Catete, deveriam ser levados em consideração no próximo pleito presidencial. O julgamento do destino de Getúlio deveria ser dado pelo povo através do voto. Era a única maneira de lidar com o panorama. Os

“espíritos apaixonados” da oposição, porém, estariam enveredando por caminho perigoso, ao procurar envolver as Forças Armadas num golpe de Estado de consequências inimagináveis.

De maneira geral, este debate fornece um panorama da conjuntura. De um lado CGO, procurando acalmar a situação, pregando confiança nas instituições diante de um contexto de radicalização que poderia, como ele mesmo lembrou, ter consequências inesperadas; de outro, a oposição udenista que mostrava um discurso golpista, apregoando ser hora de “decisões” e não de “ler poemas”, poemas esses que eram nada menos que a Constituição de 1946. A postura de Carlos, entretanto, pode indicar o isolamento do presidente: demarcar distância com o Catete, em primeiro lugar, era sintomático, mesmo desenvolvendo argumentação de defesa do mandato de Vargas.

Da tribuna do Senado, Hamilton Nogueira, exasperado diante da “calma” de CGO, pregava a solução da renúncia de Getúlio, e no dia seguinte (11 de agosto), no Clube da Aeronáutica, com a presença do brigadeiro Eduardo Gomes, discutia-se abertamente a possibilidade de golpe de Estado. Pertencendo o major Vaz àquela corporação, foram os oficiais da Aeronáutica que tomaram a frente das investigações. Aquartelados na base do Galeão, instituíram, com forte apoio da imprensa nacional, sua “República”. Com poucas armas para se defender, Getúlio assistiu ao massacre na mídia e nas investigações, que chamavam a depor pessoas muito próximas, inclusive de sua família. A situação se deteriorava rapidamente, e a 22 de agosto as corporações das Forças Armadas (o Exército, parcialmente) exigiam a renúncia do presidente.

Entre os civis, sua situação não era melhor. Em 23 de agosto, Café Filho, o vice-presidente, jogou Vargas ao vento, desincompatibilizando-se do presidente. A seguir, foi a vez do líder do PTB no Senado suceder a Café na tribuna. Gomes de Oliveira trabalhou em linha discursiva semelhante à de seu discurso de 10 de agosto: se, de um lado, buscava afastar sua imagem (e, em certa medida, até a de seu partido) do Catete, em outra frente defendia o mandato do presidente e a ordem constitucional.

“O trabalhismo não é devoção a um homem, mas doutrina como a que tem sido pregada por Alberto Pasqualini e que temos procurado desenvolver nesta Casa” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 325), comentava Carlos num trecho. O PTB, segundo ele, possuía uma individualidade própria, a defesa do trabalhismo, doutrina de “simpatia” pelo povo, expressa na extensa legislação trabalhista e previdenciária. Nascido no Estado Novo, o trabalhismo se institucionalizara em partido político a partir de 1945, o PTB. E Vargas, como prócer dessa política, ganhara o



apoio do partido, mas ele não constituía o partido sozinho. Para Carlos, infelizmente, Getúlio não pôde imprimir em sua administração uma política trabalhista, por ter de dividir posições com outros partidos.

A defesa da Carta de 1946 volta a aparecer em sua fala. “Não fizemos uma Constituição, em 1946, com o solene compromisso – sobretudo das Forças Armadas – de a defender?”. Além de ser um de seus questionamentos, era também uma denúncia contra setores das Forças Armadas que buscavam a renúncia forçada de Getúlio: “Lamento, [...] que as Forças Armadas não tivessem ficado imunes à política desbragada que tem sofrido o Governo para que pudéssemos prosseguir na prática do regime e submeter, regularmente, os homens públicos ao veredicto das urnas” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 328).<sup>352</sup>

De qualquer forma, a situação se agravou e, conforme vaticinou CGO, encontrou um desfecho inesperado, o suicídio do presidente. Dias depois, em uma coluna do *Diário de Notícias*, o jornalista Magalhães Filho denunciou o abandono sofrido por Getúlio. Todos os aliados afastaram-se nos últimos dias. O abandono mais “terrível”, porém, teria sido o do senador Gomes de Oliveira: depois do efeito psicológico de uma “bomba” que teve o discurso de Café Filho em 23 de agosto, a resposta do líder do PTB teria sido praticamente uma traição a Vargas:

Houve, sem dúvida, um movimento de interesse em torno da resposta que iria ser dada ao presidente do Senado. Mas a voz do senador do PTB não trazia o acento vibrante das grandes horas críticas em que uma palavra de conforto e de solidariedade moral vale mais que todos os tesouros materiais ou que as bôcas de todos os canhões. E aquele homem, sob aquela legenda, fala, fala e fala. Fala com voz fria e sem emoção, não para dizer uma palavra em defesa daquele cuja autoridade periclitava, não para de qualquer modo associar-se ao homem que se encontrava acuado no palácio presidencial em vigílias terríveis, não para mostrar a identificação do seu partido com as ideias do chefe de Estado prestes a sucumbir. Não. Muito ao contrário, a preocupação do senador Carlos Gomes de Oliveira foi apenas uma e única: a de desvincular a sua pessoa e o seu partido do sr. Getúlio Vargas. Timbrou em dizer que não tinha nada a ver com êle, que o PTB tinha uma linha ideológica sua, expressa nas ideias do senador Alberto Pasqualini, e não

---

<sup>352</sup> Trechos do discurso de 23 de agosto de 1954.

devia ser confundido com “getulismo” (A TRAGÉDIA..., 1954, p. 3).<sup>353</sup>

É, sem dúvida, interessante a crítica do jornalista, mas é preciso lembrar que ele “esquece” a defesa da ordem constitucional e, por conseguinte, do mandato de Getúlio feita por Carlos; esquece também que se, por um lado, desvinculava trabalhismo de getulismo, CGO frisava o papel de Vargas na criação do trabalhismo e do apoio do partido a seu nome.

Além disso, é preciso questionar até que ponto seria viável, ou mesmo bem-sucedida, uma defesa mais “agressiva” de Getúlio. O presidente tinha como uma de suas características o recurso à negociação e à conciliação. O caminho do enfrentamento aberto ainda engatinhava no PTB em 1954, e ganharia força justamente após a morte de Vargas. A “perda” dos quartéis e a intransigência oposicionista deixavam o governo com muitos inimigos. É possível, naturalmente, que uma fala mais incisiva, emocionada, para combater a movimentação de emoções criada pela imprensa (a exploração do crime e dos quatro órfãos do major Rubens Vaz foi massiva), pudesse surtir algum efeito, mas é inegável que a crise chegara a um ponto crítico. O PTB não estava pronto para uma “Campanha da Legalidade” em 1954.

Nosso personagem receava o destino da Constituição de 1946, do presidente e de seu próprio partido. Um golpe contra Getúlio invariavelmente atingiria o PTB e o trabalhismo. Pode-se questionar o valor de sua estratégia política, de desvincular em partes a legenda de seu líder carismático e de se limitar a uma defesa estritamente calcada nos preceitos constitucionais.<sup>354</sup> A fala “fria e sem emoção” de Carlos foi o que se verificou naquele 23 de agosto de 1954, e, se diferente fosse o tom de seu discurso, a estratégia de defesa, qual efeito diverso pudesse produzir, não passava de mera especulação do jornalista Magalhães Filho.

---

<sup>353</sup> O “Diário” se restabeleceu rapidamente, considerando que sua sede fora destruída por populares durante os motins de 24 de agosto. A folha se notabilizara pela oposição ao governo Vargas e ao PTB. Naturalmente, a crítica de Magalhães Filho era tributária desse posicionamento do jornal.

<sup>354</sup> Um paralelo com o contexto da instituição do Estado de Guerra em 1937 é curioso: em ambos os casos, CGO foi autor de uma linha de argumentação jurídica de defesa das instituições em contextos de grande comoção na sociedade. A sua calma nas duas situações levou a certa exasperação os oposicionistas nas duas oportunidades. Aparteado inúmeras vezes em 1937 e 1954, manteve sua retórica de defesa constitucional e confiança nas instituições democráticas.

## 7.5 UM BREVE PERÍODO

Observamos, durante o período compreendido entre 1945 e 1954, o percurso de CGO, de presidente do INM a senador da República pelo PTB. Sua retórica política, conforme visto em sua conferência de 1946, é imbuída das experiências vividas por ele no interior da máquina administrativa estadonovista. Anos depois, essa estratégia discursiva manterá boa parte de sua essência. Será uma palavra de apelo à intervenção estatal na regulação da vida econômica e social do país, a fim de tornar a sociedade brasileira mais justa, uma “revolução” pacífica, sem os sobressaltos que, em sua visão, caracterizariam a ascensão do comunismo.<sup>355</sup> A legislação trabalhista e os institutos previdenciários eram a expressão do trabalhismo. Ao cruzar alguns dos pontos verificados em seus discursos no Senado, podem-se encontrar inúmeras similaridades com as bandeiras notoriamente reformistas do PTB, divulgadas diante do afastamento de Jango do Ministério do Trabalho em 1954: a adoção de novas tabelas de salário mínimo, amplamente defendidas por CGO na tribuna; o “congelamento dos gêneros e utilidades e pela fiscalização desse congelamento através dos órgãos sindicais dos trabalhadores” (com destaque para a presença de CGO em comissões de regulação de preços desde os anos 1930); a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo, por quem Carlos defendia melhores condições de trabalho, infraestrutura, educação, entre outras, em seus discursos de *Nacionalização e Ensino*; a unidade e a liberdade sindicais e o nacionalismo, entre os mais representativos. Por outro turno, a ideia de um partido coeso em relação à defesa da ideologia trabalhista, e livre para realizar acordos e ser o “fidel da balança” nas eleições, era também uma percepção sua do papel do PTB dentro da política nacional.

CGO estava familiarizado tanto com a dimensão doutrinária quanto com a dimensão organizacional da legenda (participou ativamente de sua reestruturação, em Santa Catarina, a partir de 1947). Ajudou a construir, dentro de seu papel de convencional e senador, uma opção partidária de ocupação de espaços políticos, através da costura de acordos

---

<sup>355</sup> A relação de Carlos com o PCB é relativamente ambígua. Em várias oportunidades, nos anos 1930 e 1950, usou do púlpito do Legislativo para demonstrar-se distante do comunismo; entretanto, em 1953, por exemplo, mostrou-se favorável (assim como outros parlamentares de sua legenda) ao retorno do Partidão à legalidade, bem como ao reatamento de relações com a URSS. A disputa de espaço dentro dos sindicatos entre PTB e PCB deve ter tido algum peso nessa opinião, compartilhada por trabalhistas.

com diferentes partidos em contextos diversos, buscando melhores colocações para os trabalhistas.

A partir da ascensão de João Goulart na estrutura partidária, o PTB foi cada vez mais enveredando pela via reformista, como se depreende da nota do partido de fevereiro de 1954, à qual foi feita alusão anteriormente. Esse discurso favorável a mudanças estruturais constituiu um elemento importante para a popularidade do partido, embora fosse difícil identificar quem realmente se alinhava ao discurso ou o fazia por interesses eleitorais (fato, inclusive, denunciado por CGO).

Por outro lado, a opção sindicalista de Jango, que causava calafrios na oposição, enfrentava resistências dentro do PTB. A bibliografia dá a entender que muitos membros da bancada petebista no Monroe eram arredios em relação à política sindical do presidente do partido. É numa tentativa de conciliação que setores antijanguistas do partido são eleitos para a Comissão Executiva Nacional na Convenção de 16 de julho de 1953. CGO estava entre os nomes, ascendendo ao cargo de tesoureiro-geral. Os cargos mais importantes, contudo, ficaram em mãos de aliados de Goulart.

Considerando, dentre outros pontos, a proximidade de nosso personagem com Alberto Pasqualini, um opositor de Jango, eleito também para a Comissão Executiva em 1953, podemos afirmar que CGO integrava um grupo de parlamentares em oposição à política sindical janguista, e sua defesa de João Goulart, então ministro do Trabalho, na tribuna do Monroe em 1954, era sinal do movimento de conciliação partidária promovida no ano anterior. É importante pontuar sua posição dentro do partido neste momento, especialmente à luz das disputas internas no PTB, que se intensificarão a partir da ausência física de Getúlio Vargas.

Assim, em 24 de agosto de 1954, CGO era não só membro da Comissão Executiva Nacional do PTB, mas também líder do partido no Senado. Posição interessante dentro da agremiação, dada a independência das bancadas e o caráter de sua eleição para a Executiva: Carlos circulava, assim, entre vários setores do partido. Seu papel na construção do trabalhismo brasileiro foi o de organizador da legenda no estado de Santa Catarina a partir de 1947, de seus diretórios municipais, distritais e do estado. Foi principalmente, porém, através de sua atuação parlamentar que veio a maior contribuição, tanto em articulações com vistas a espaços políticos, quanto na defesa ou não de projetos e políticas públicas do governo Vargas, fosse na manutenção de canais de contato com os trabalhadores, ou sob o viés doutrinário. Fazia-o aproveitando de oportunidades como debates e discursos na tribuna do Senado Federal,

em que veiculava suas percepções acerca do papel angular do trabalhismo e do PTB no presente e no futuro do país, à luz de um passado que deveria ser superado na ordem jurídica, econômica e de organização social.

Daremos continuidade, no próximo capítulo, à análise de sua trajetória na construção do Partido Trabalhista Brasileiro e da cultura política trabalhista, a começar por seu papel na disputa de significados em torno da figura e do suicídio do presidente Getúlio Vargas.



## 8 O SEGUNDO TEMPO DO TRABALHISMO BRASILEIRO

O suicídio do presidente da República na manhã de 24 de agosto causou grande comoção popular, expressa em grandes multidões acompanhando seu caixão e em motins em várias cidades brasileiras, duramente reprimidos pela polícia. Oposicionistas de Getúlio, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, julgaram ser o momento de se retirar brevemente de cena. Veículos de imprensa sentiram na pele a ira popular. Carlos Lacerda, por exemplo, diante do contexto, foi obrigado a exilar-se em Cuba durante um tempo.

Em relação aos partidos, o suicídio causou um grande impacto, especialmente no PTB. Desaparecia sua principal figura simbólica: “O desaparecimento súbito de Vargas forçava o corpo eleitoral de então a refazer suas ligações com o sistema partidário e, particularmente, a reinstaurar ou não suas lealdades com o PTB” (CASTRO GOMES, 1994, p. 134). Com a perda do líder, era preciso fortalecer o partido. Isto se fez em duas frentes: uma, de organização, isto é, expansão e reestruturação dos diretórios; a outra, ideológica, pela manipulação de seu capital simbólico, o trabalhismo e sua vinculação umbilical com o getulismo, ou seja, disputando o monopólio da figura de Getúlio. O PTB teria de reinventar o trabalhismo, tirá-lo da “sombra” do getulismo, do qual, ao mesmo tempo, se pretendia herdeiro.

Uma cultura política não nasce instantaneamente. É preciso tempo para sedimentar discursos, práticas, símbolos e emoções em determinado grupo social. O trabalhismo brasileiro é uma dessas construções que demandaram tempo: como programa e como ação, estava em formação desde 1942, a partir da propaganda e dos benefícios materiais estadonovistas. Conforme lembrou CGO em algumas falas, o trabalhismo encontrava sua expressão nas leis trabalhistas e nos institutos previdenciários. Mas esse aparato era apenas uma faceta da sedimentação do trabalhismo brasileiro. Era preciso crescer a experiência da mobilização popular em 1945 com o movimento queremista, por exemplo, na construção desta cultura política. A eleição de Getúlio em 1950 fora outro momento de mobilização importante no manejo do capital simbólico trabalhista que ia se formando: uma agenda nacionalista, democrática, com forte presença do Estado na economia, de amparo aos trabalhadores e humildes sob a égide do “Pai dos Pobres”, e de participação deste trabalhador na política, entre outras representações. A partir de 1954, o trabalhismo passou por uma experiência traumática, e o que se inaugura após os eventos de 24 de agosto é um novo momento na construção dessa cultura política.

Nesse momento travaram-se disputas entre lideranças do partido pelo controle do seu capital simbólico. O sentido dessas disputas será a ressignificação da representação sobre o papel do PTB. Há um movimento duplo entre as lideranças da agremiação, um pragmático e organizacional, e outro, doutrinário. Isto não comporta a adoção da dicotomia “mau” e “bom” trabalhismo, ou seja, um “fisiológico” e outro “doutrinário”. Os dois movimentos são concomitantes e não excludentes, exercidos por todas as lideranças da legenda. O que há é conflito discursivo sobre o partido e a representação que ele cria sobre si. Nessa disputa de representação, o discurso falado/impresso é um importante elemento (a exemplo da Carta Testamento de Getúlio, um símbolo novo do trabalhismo), e um dos mais abundantes legado pelo senador Castro Gomes (1994, p. 136-137).<sup>356</sup>

Neste capítulo final, portanto, daremos um destaque ao papel de Carlos dentro das disputas internas do PTB, bem como à sua ação, e à do partido, na sucessão presidencial de 1955. Este “segundo tempo” do trabalhismo brasileiro, inaugurado em 1954, eventualmente trará mudanças para a sessão catarinense do PTB. A chegada do jornalista Doutel de Andrade no fim da década significará uma depuração das antigas lideranças do partido no estado, entre elas as de Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira. É o “segundo tempo” do trabalhismo catarinense.

## 8.1 A BATALHA DE SIGNIFICADOS

Como uma das lideranças em nível nacional do PTB, Carlos envolveu-se nos meandros da disputa partidária, seja na construção simbólica do trabalhismo, seja no campo pragmático (cargos ministeriais

---

<sup>356</sup> A produção de representações dentro do partido era parte essencial do processo de construção da cultura política trabalhista, de acordo com Castro Gomes (1994, p. 136-137): “A proposta é que o PTB trabalha com dois sentidos, aparentemente até contraditórios, da idéia de representação. O sentido de representação como ‘encarnação’, em que o partido está materializado em um representante, no caso um indivíduo, que simbolicamente está presente e vivo através de seu carisma/legado. E o sentido de representação como ‘formas de apresentação’ de seu poder político, que pode se tornar ‘visível’ e/ou ‘dizível’ através de signos textuais ou não, como cerimônias, imagens e, naturalmente, o discurso (falado e impresso). Como ideologia, o trabalhismo abarca os dois sentidos da representação e se expressa de formas múltiplas, dentre as quais o discurso assume posição privilegiada, definindo e sendo definido pela trajetória do próprio partido.”



e eleições), exercendo, principalmente, o poder que sua palavra como senador e convencional no Diretório Nacional lhe conferia. Um indício que ajuda a corroborar a premissa de que não há dicotomia entre “bons”, “doutrinários” trabalhistas e “maus”, “fisiológicos”, é justamente o dia 24 de agosto. A luta pelo monopólio do carisma, do legado de Getúlio e pelos espaços políticos tem como referência essa data.

Denotando cuidado, Carlos elaborou, de antemão, um discurso, lido da tribuna do Monroe naquele 24 de agosto. Para ele, o sacrifício de Getúlio mantivera intacta a Constituição de 1946, sacrifício este duro para com o povo brasileiro, o humilde, então atônito, mas que deveria evitar atitudes violentas de retaliação. Getúlio morria pela Constituição, mas sua obra social, o trabalhismo, não morria agora. Muito pelo contrário: “O Partido Trabalhista Brasileiro, criado sob sua inspiração, é o instrumento adequado à continuação dessa obra” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 331). O PTB manteria desfraldada a bandeira de Getúlio, afirmava mais à frente.

Havia, novamente, um movimento duplo, mas agora com conotação contrária ao distanciamento de suas falas anteriores: inicialmente, o discurso buscava exaltar a coragem e a grandeza do líder Getúlio Vargas (e suas “raízes”, fincadas nas massas populares), e então arrogava ao PTB o papel de herdeiro de sua política social.

Além desta leitura do papel de Getúlio frente ao trabalhismo, CGO finalizava seu discurso sinalizando o papel do PTB nessa nova conjuntura: portando o estandarte do presidente morto “e com o auxílio de outras forças e de outros elementos iremos, pelo tempo adiante, vencendo as resistências que a incompreensão, o capital internacionalista, e o conservadorismo levantaram, para o bem dos trabalhadores e o progresso do Brasil.” Ou seja, a obra varguista só encontraria continuidade no campo democrático, buscando alianças e apoios não só no PTB. Era a senha para ocupar o governo Café Filho: “confiem na lei e na Constituição – consequentemente, nas autoridades constituídas normalmente, com Café Filho no Governo” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 331).

A montagem do gabinete de Café mostraria que a batalha de Carlos por espaço dentro do novo governo estava comprometida. O novo presidente cercou-se de elementos da antiga oposição, golpistas (Eduardo Gomes) e entreguistas (Raul Fernandes e Eugênio Gudin, por exemplo, executivos em empresas transnacionais), quase todos udenistas.

O novo mandatário, porém, buscou também nomes nas linhas trabalhistas. Convidou o senador Alencastro Guimarães (PTB/DF) para a pasta do Trabalho. Em reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional, entretanto, o PTB ratificou uma postura de independência em

relação a Café Filho e apelou ao senador Alencastro para que recusasse o cargo. O único nome de que se tem nota de ter combatido tal encaminhamento é o do senador Gomes de Oliveira. Sua estratégia de aproximar-se de Café não encontrou ressonância na Comissão Executiva, dominada por elementos de Jango, nem mesmo entre parlamentares menos ligados ao presidente da legenda, Lúcio Bittencourt (PTB/MG), líder do partido na Câmara.

A imprensa não perdoou. Na coluna do *Diário de Notícias*, referida anteriormente, Magalhães Filho interpretou a atitude de CGO como mais uma traição. Mais uma vez, o senador Gomes de Oliveira abandonava Getúlio, “renegava-lhe” a memória. O jornalista procurava um tom de dramaticidade em seu texto, e conseguiu.

Na semana seguinte, CGO lhe escreve, esperando que a crítica tenha sido escrita “sob impressão falsa, de uma parte apenas, dos discursos que proferi no Senado.” Aliás, Carlos enviou na íntegra os discursos de 12 de julho e 10 de agosto, para esclarecer seus pontos ao jornalista. Já observamos, no final do capítulo anterior, que a crítica de Magalhães Filho realmente parecia “esquecer” trechos dos discursos de Carlos, frisando com eloquência outros.

Ressaltou que se sentia pessoalmente “desobrigado” para com o governo. Mantinha uma postura de independência por considerar “a linha de dignidade que o mandato de senador me impunha diante de outro Poder – o Executivo – que tantas seduções oferece a tôda gente”, mas defendeu a legalidade constitucional e o mandato de Getúlio contra as ameaças de golpe. Numa tentativa de reforçar sua defesa, CGO acessou o passado, fez lembrar ao jornalista que ele estivera presente no Palácio da Guanabara em apoio a Getúlio, até o último momento do golpe de 29 de outubro de 1945.

Quanto à reunião que decidiu a política do PTB ante o novo governo, embora ressaltasse ligações pessoais com Café (seu colega de Câmara nos anos 1930), lembrava que ele “não surgira contra nós, mas eleito também pelos trabalhistas, e dentro de um imperativo constitucional [...]” (OLIVEIRA, s/d. 3f).<sup>357</sup> Sua lógica considerava que

---

<sup>357</sup> Carlos pedia, na carta a Magalhães Fº (Distrito Federal, s/d), em nome da “dignidade jornalística” de Magalhães, que sua carta fosse publicada na próxima edição da coluna. Não foi atendido. O **Diário de Notícias** foi um dos mais ferrenhos opositores de Getúlio em seus últimos dias, e dos que procuraram minimizar a cobertura de sua morte. Essa oposição deve ser considerada ao se observar o tom duro das críticas dirigidas a Carlos e a Alencastro Guimarães.

o vice de Getúlio fora eleito com votos do PTB, e nada mais natural que o partido fizesse parte deste novo governo.

Outro fator precisa ser considerado: a perda de Getúlio, como reafirmamos, foi dura para o partido. O PTB fora golpeado pelas forças conservadoras e, na visão de Carlos, o sacrifício de Getúlio mantivera por pouco a Constituição intacta. Desta forma, sua estratégia de integrar o novo governo respondia à necessidade de um reerguimento da legenda, e também ao receio de uma solução autoritária, ainda não vencida, considerando o agravamento da radicalização política após o 24 de agosto, e as manobras da UDN em tentar barrar as eleições legislativas de 3 de outubro de 1954.

## 8.2 OS ARTÍFICES DA UNIÃO NACIONAL

O governo do novo presidente, cercado de elementos da UDN, tomou rumos distintos dos de seu antecessor em alguns pontos, tais como relações exteriores e política econômica (ambos intimamente ligados). A abertura ao capital estrangeiro e a pausa no projeto de desenvolvimento industrial nacional são características deste governo que, em certa medida, retornou à dinâmica liberal da administração do general Dutra. A Instrução 113 foi uma dessas medidas liberais: ela permitia, em linhas gerais, a empresas estrangeiras a importação de maquinário industrial sem pagar impostos, mesmo que aqui no Brasil operasse empresa nacional no mesmo setor. Essa guinada na gestão interna e externa verificou-se num ambiente politicamente instável. A polarização *entreguista x nacionalista* só cresceu após o suicídio do presidente Vargas.

Menos de dois meses depois de sua morte deveriam ser realizadas eleições legislativas em todo o país, para renovar a Câmara e dois terços do Senado. Preocupada com a repercussão negativa do suicídio à sua imagem, a UDN procurou, sem sucesso, impedir o pleito.

Para o PTB, era a primeira batalha sem o líder carismático, e um teste para averiguar a força do partido e a transferência do prestígio varguista a seus candidatos. O resultado foi controverso: a bancada trabalhista cresceu pouco em número, passando de 51 para 56 deputados federais. A UDN perdeu dez assentos (de 84 para 74) e o PSD ganhou dois (de 112 para 114). Em Santa Catarina, a formação da Aliança Social Trabalhista (AST) entre PSD e PTB rendeu a eleição de Saulo Ramos ao Senado, mas nenhum deputado. E, sobretudo, a candidatura de João Goulart ao Senado, pelo Rio Grande do Sul, foi derrotada. Dentro do partido, a derrota de Jango gerou percepções distintas, que repercutiram nas *démarches* da sucessão presidencial em 1955.

De fato, um dos principais argumentos contra a aliança PTB-PSD, entre as hostes trabalhistas, era uma pretensa fraqueza eleitoral de Goulart, incapaz de eleger-se em seu próprio estado..... Outra crítica ainda era o potencial de uma chapa entre as duas legendas de catalisar o cenário instável da democracia brasileira. O medo de uma ruptura autoritária era real, especialmente entre a bancada parlamentar do PTB, notadamente clivada. Se, de um lado, Jango costurava o acordo com Juscelino, de outro, parlamentares trabalhistas articulavam sua própria solução, a fórmula da “união nacional”.

A premissa da união nacional era simples: os partidos escolheriam um candidato único, para evitar o desgaste de mais um pleito presidencial. E isso seria possível apenas porque não apenas o PTB se encontrava indeciso, mas também o PSD e a UDN. Juscelino estava longe de ser unanimidade, e o brigadeiro, derrotado duas vezes, era um candidato inviável. Observações como esta eram acessíveis ao senador Gomes de Oliveira, ao defender o princípio da eleição não competitiva na tribuna do Palácio Monroe em fins de janeiro de 1955. Era um discurso deveras temeroso, em que denunciava a possibilidade de golpe de Estado, alertando, por fim, os golpistas: “A força das armas se destrói por outra força igual ou superior, e essa força é sempre origem e fim dos regimes ditatoriais” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 368). A democracia combalida, cansada, prejudicada por uma crise econômica, deveria receber um “descanso”.<sup>358</sup>

De onde sairia este candidato? Aí jazia uma questão importante. Para o senador trabalhista, seria um nome não “saído do bolso do colete do Presidente da República, ou da imposição de um partido, mas escolhido dentre nomes altos, em face de um programa que se assentasse” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 370). Era o mês de fevereiro, e o PTB ainda não se havia reunido em convenção para decidir sua posição, o que ocorreria em abril.

---

<sup>358</sup> Receio que não era novo para Carlos. Ele presenciou de perto o golpe de 1937. Lá, ele denunciou o mesmo “cansaço” das instituições. As emoções não deviam, conforme já abordamos, ser descartadas na análise da ação política. O medo de uma ruptura institucional, presente em nosso personagem em 1937, mostrava-se novamente aqui. Sua solução, a “união nacional”. Uma candidatura única não seria de nenhum modo antidemocrática. Para isso, Carlos movimentava exemplos de países da Europa Ocidental que, embora parlamentaristas, formavam coalizões em tempos de crise, como a que o Brasil vivia então, a fim de evitar abalos.

Carlos demonstrava, em sua fala de fevereiro, uma formulação relativamente avançada de como se deveria proceder à escolha do candidato e da elaboração de um programa de governo que sustentasse essa candidatura. Os próceres da “união nacional” já entabulavam negociações a respeito deste tema, ao menos desde as eleições de outubro do ano anterior.

Correspondência reservada a Osvaldo Aranha, datada aproximadamente daquele mês de outubro de 1954, era reveladora do teor das discussões e também dos receios e dúvidas dos parlamentares trabalhistas. São citados, na carta, pelo PTB, além do autor não identificado, Lúcio Bittencourt e Carlos Gomes de Oliveira, como articuladores de uma rede que pretendia lançar o nome de Osvaldo Aranha à presidência, candidatura concebida como sendo a “união nacional”. Como se vê, era ilícito a este grupo de parlamentares um candidato “imposto” pelo PSD ou por Café Filho: eles contavam já com um nome. Mas se, conforme afirmou Carlos em fevereiro de 55, os partidos deveriam ter alguma ingerência na escolha deste nome, que outros partidos estariam envolvidos nas conversações? Pela UDN, Juraci Magalhães, Flores da Cunha e Virgílio Távora. Do PSD, nenhum nome foi referido, algo que sugeria os limites na composição desta “união nacional”.

Em linhas gerais, o problema posto na correspondência era o de que, já em outubro de 1954, o clima pró-Juscelino, dentro do PTB, estava muito forte: a “infiltração de Juscelino nas seções estaduais do P.T.B. está causando temor a todos nós.” Em reunião com Jango, Lúcio Bittencourt procurou reanimar a ideia de um candidato próprio do PTB, sugerindo Aranha. Não era viável para Jango, entretanto, uma candidatura própria. Mas os advogados da “união nacional” ainda não sabiam. O presidente do PTB deu sua palavra de que aceitaria a candidatura de Osvaldo Aranha, desde que sem acordo prévio com a UDN (pelo temor de uma associação entre um partido de origem getulista com os maiores opositores de Vargas). O apoio udenista deveria vir, naquela concepção de união nacional, mas depois de lançada a candidatura. Vaticinava Juraci Magalhães que a UDN “não teria” outra opção senão aceitar a união nacional.

O receio quanto à influência de JK era grande. Temia-se que os delegados da convenção viessem com a mente feita em favor do pessedista, e sufragassem a aliança PTB-PSD. Mas, caso um candidato próprio fosse referendado, seria Osvaldo Aranha, pois “não se falava em outro nome”. Afastada a candidatura própria na convenção, seria difícil impedir a aliança com Juscelino. O medo destes parlamentares quanto a

JK baseava-se na debilidade institucional, tanto do partido quanto do regime, fragilidades fatais para a própria existência do PTB. Escreveu alguém (presume-se que do partido), na referida carta reservada a Aranha, a respeito da hipótese de eleição de JK: “Se eleito e empossado, absorveria o partido. Passaria a ser o dono da política que o dr. Getúlio deixou. Se eleito e não empossado, liquidado ou mais uma vez golpeado seria o P.T.B” (CORRESPONDÊNCIA..., 1954, p. 1-2).

O pleito presidencial assumia também a conotação de uma disputa pelo legado de Getúlio. Juscelino apresentava-se como um concorrente obstinado. Somando isso à desconfiança gerada pela derrota de Jango no Rio Grande do Sul, estes parlamentares viam o partido rumo à cooptação. Eram problemas internos do PTB dentro de um contexto cheio de incertezas quanto à continuidade do próprio regime. Escrevendo essas linhas em 2018, ano também de muitas incertezas políticas, é possível projetar algumas das sensações que teriam levado este grupo de trabalhistas a pensar numa solução, segundo eles, que causaria menos impacto tanto à democracia quanto ao próprio partido.

Retornando a 1955, o encontro entre Jango e Osvaldo Aranha não produziu, aparentemente, os resultados esperados pelos partidários da união nacional. A Convenção de Abril confirmou o receio do autor da carta, de que os convencionais referendariam o acordo PTB-PSD. Juscelino concordou em aceitar um programa mínimo elaborado pelos trabalhistas, que, assim, partiam de consciência limpa para a negociação de cargos e apoios. Na convenção, posições dissidentes foram marcadas, inclusive a de CGO, único senador participante: defendeu a reedição da “Frente Populista” de 1950, com o PSP, muito provavelmente visando à aglutinação de mais um partido à sua “união nacional”. Tais posições dissidentes foram facilmente contornadas por Jango. Os convencionais do PTB eram de sua inteira confiança (vimos, no capítulo anterior, o critério de escolha dos delegados estaduais), e o peso da bancada contra o acordo era minoritário na convenção.<sup>359</sup>

A vitória da aliança JK-Jango era, de certa forma, a confirmação do poder de Jango sobre o PTB e um recado para líderes dissidentes como Pasqualini, CGO e Lúcio Bittencourt. Mas a vitória não calou todas essas dissidências, fossem os advogados de um enlace com Ademar de Barros, ou uma candidatura de união nacional (um não excluía o outro). Em junho, vieram à luz as articulações para a pré-candidatura de união

---

<sup>359</sup> Dez dos dezessete senadores do partido eram contrários ao acordo, segundo D’Araujo (1996), incluindo, além de CGO, Saulo Ramos, Alberto Pasqualini e Lourival Fontes, demonstrando a cisão da base parlamentar petebista.

nacional de Osvaldo Aranha, por nomes como CGO, Lúcio Bittencourt, Lourival Fontes (estes pelo PTB) e Juraci Magalhães, Virgílio Távora e Flores da Cunha (pela UDN).<sup>360</sup> O fato de ser noticiado de partida o apoio de setores udenistas mostra o atropelo das negociações, atropelo este que provavelmente levou à ruína do nome de Aranha (lembrando que o apoio da UDN deveria ser o último).

Osvaldo Aranha era visto como uma terceira opção, fato político para a retirada da candidatura de Etelvino Lins (UDN/PE), e alternativa mais competitiva que Juarez Távora. A pré-candidatura não decolou, e muitos dos trabalhistas antijanguistas empenharam-se na candidatura de Ademar de Barros. Danton Coelho, por exemplo, foi candidato a vice-presidente na chapa do PSP, o que lhe rendeu a expulsão do partido em setembro de 1955, não sendo o único a ser desligado da legenda. Juarez Távora concorreu pela UDN, enfrentando, além de Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek (PSD), em 3 de outubro de 1955, a despeito dos esforços da UDN (e até mesmo de Café Filho) em impedir a realização das eleições, invocando as “ligações” comunistas de JK e Jango, e um suposto caráter “demagógico” e “fraudulento” do pleito (FERREIRA, 2003, p. 317).<sup>361</sup> Incitavam diretamente os militares a um golpe. Neste contexto, a infame “Carta Brandi” foi arma destes setores conservadores para tumultuar o pleito. Provou-se falsa apenas depois das eleições.

A vitória de Juscelino, por curta margem, abaixo dos 50% dos votos, abriu espaço para a UDN argumentar novamente em favor da maioria absoluta, deslegitimando o pleito. Alegaram ainda, em outra manobra, que JK recebera votos de comunistas, e que tais votos deveriam

---

<sup>360</sup> Novamente nenhum nome do PSD foi citado. Mas é importante salientar que entre os pessedistas a escolha de JK cobrou seu preço: intervenção em alguns diretórios estaduais rebeldes, como o catarinense. Juscelino estava longe de ser unanimidade dentro de seu próprio partido. Dissidências pessedistas poderiam muito bem embarcar numa possível candidatura de Osvaldo Aranha, “cristianizando” outro candidato próprio, a exemplo de 1950.

<sup>361</sup> De acordo com Ferreira, desgostava à UDN a democracia de massa implantada em 1945: “[...], a maneira como os trabalhadores manifestavam sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria ‘conspurcada’, ‘desvirtuada’, ‘corrompida’ pelos direitos sociais. As leis trabalhistas, interpretadas por diversos grupos liberais como fruto da demagogia, da conjuntura nazi-fascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e ‘pelegos’, teriam comprometido a legitimidade da democracia no Brasil. [...] Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em ‘saneamento da política, visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. ‘Sanear’ significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos.”

ser considerados inválidos. Nenhum destes estratagemas encontrou fundo no tribunal eleitoral.

A via golpista, assim, ganhou terreno nos quartéis, na imprensa e no Congresso. CGO contava com sentinelas ao menos na Aeronáutica: seus filhos Flávio Edmundo e João Carlos. O primeiro pode ter relatado ao pai um diálogo pouco auspicioso: um oficial que o guiou no quartel da 2ª Zona Aérea, em Recife, perguntou-lhe, provavelmente antes do pleito, o que achava da “posse de Juscelino”. À resposta de Flávio de que este era assunto dos políticos e da Justiça Eleitoral, a réplica do oficial não identificado é amostra do avanço do golpista: “Mas o companheiro insistiu, dizendo que ‘se ele ganhasse, não levaria’” (OLIVEIRA, F. E. G., 2005, p. 172).

Relatos como este podem ter chegado aos ouvidos de nosso personagem e influenciado sua linha de ação parlamentar naquele período. No Palácio Monroe, em 27 de outubro, o senador Carlos Gomes de Oliveira fez uso da palavra para denunciar as “sombras” que voltavam a pairar sobre o país, aludindo ao 24 de agosto. Buscou reafirmar sua lealdade com a Constituição, estratégia também presente no contexto do suicídio de Getúlio no ano anterior, afirmando que “nesta hora em que os rumores ou boatos andam soltos, contra a veredicto das urnas e por uma solução extra-legal, que impeça a posse dos eleitos, a nossa linha continua sendo a mesma” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 380).

Mais adiante argumentaria que era no exercício da Constituição e da democracia que se haveria de aperfeiçoá-la, e não em sua suspensão. Não deixou de relembrar, porém, que tais rumores de golpe não o surpreendiam, pois “ninguém mais do que nós as pressentiu e esforçou-se para que a sucessão presidencial se processasse em outros termos”, a saber, a chamada união nacional (OLIVEIRA, C. G. 1992, p. 379-382)<sup>362</sup>. O momento, porém, era sério demais para dizer “nós avisamos”, e urgia a defesa da ordem constitucional. Os rumores de impedimento da posse dos eleitos preocupavam CGO, e não apenas ele, mas todos os defensores da legalidade constitucional. Os receios de nosso biografado iam ganhando corpo à medida que os dias passavam.

---

<sup>362</sup> Trechos do discurso de 27 de outubro de 1955, em que afirmava que seu senso de disciplina partidária o compelia, eventualmente, a aceitar a candidatura JK-Jango, e chegou mesmo a recebê-los em Santa Catarina em comícios.



### 8.3 NA POSSE E GOVERNO DE JUSCELINO

Após as eleições, a movimentação contrária ou favorável a um golpe tornou-se mais intensa, inclusive dentro das Forças Armadas. O general Zenóbio da Costa lançou manifesto pela legalidade, no que foi punido pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, por se desviar do princípio da hierarquia militar. Lott também estava preocupado com a politização nas Forças Armadas.

Seguindo a escalada, a morte do general Canrobert Pereira da Costa (golpista de primeira hora) no primeiro dia de novembro serviu de palanque ao coronel Jurandir Mamede, num forte discurso contra os eleitos. Lott, também presente, pensou em dar voz de prisão ao coronel, mas as efusivas saudações do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, o seguraram (LOTT, 2002, p. 75).<sup>363</sup> Este mesmo Carlos Luz assumiria a presidência do país dois dias depois, em decorrência de problemas de saúde de Café Filho.

Buscando ainda a punição ao coronel Mamede, ligado à Escola Superior de Guerra e, portanto, da alçada direta do presidente da República, Teixeira Lott agendava reunião com Luz em 10 de novembro. Depois do “chá de cadeira” premeditado pelo presidente interino, Lott foi recebido, e seu pedido de punição, declinado.

O pedido de demissão de Lott e a humilhação que lhe havia sido impingida foram irradiadas para todo o Brasil pelas ondas do rádio, e desagradaram aos altos quadros do Exército que, na mesma noite, reuniram-se na casa do general Odílio Denys. Inquieto com a situação, Lott comunicou-se com Denys, que revelou a intenção de militares aliados intervirem na situação, desde que com a liderança de Lott. Assim é que foi deflagrado o movimento batizado por seus líderes de “movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”.

Os generais iniciaram uma série de medidas, tomando a sede do Ministério da Guerra e enviando comunicados a todos os comandos militares pelo país, angariando apoio expressivo. Obtido o apoio militar, Teixeira Lott, que não queria o governo para si, buscou os civis para combinar os passos seguintes. Rapidamente, Lott estava no controle da situação. Os golpistas, entre eles Carlos Luz, Carlos Lacerda e o almirante Pena Boto (Marinha e Aeronáutica resistiram ao “golpe preventivo” de

---

<sup>363</sup> Lott expressou sua surpresa com o cumprimento de Carlos Luz ao discurso do coronel Mamede, em depoimento: “Não compreendi como um homem que ocupava cargo importante – era presidente da Câmara dos Deputados – tomava semelhante atitude” (LOTT, 2002, p. 75).

Lott) refugiaram-se no cruzador Tamandaré. Sua ideia era seguir para Santos e lá, com a ajuda do governador de São Paulo, Jânio Quadros, estabelecer um novo governo. Entretanto, a estratégia falhou, dado que em São Paulo emissários de Lott controlaram a situação.

Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado, convidado por Lott para elaborar uma solução constitucional para a crise, foi elevado à presidência da República, pelo Congresso, ainda em 11 de novembro, depois do impedimento de Luz (contraditoriamente, este pôde retornar a seu posto de presidente da Câmara dos Deputados). O 1º secretário do Senado Federal, senador Gomes de Oliveira, exerceu interinamente a presidência da casa até a posse de Juscelino e Jango, em janeiro. Esteve nosso personagem à frente do Senado nas ocasiões da aprovação do estado de sítio, dia 14, e no impedimento de Café Filho, 22 de novembro. Todas essas medidas foram tomadas com a franca oposição da UDN. Entretanto, o consórcio entre PTB e PSD garantiu os encaminhamentos de forma a facilitar a posse de Juscelino.

Do período à frente do Monroe é que boa parte da construção da memória em torno da figura de Carlos se baseou: como justo defensor da democracia e encarregado, ao lado de outros catarinenses, Nereu Ramos e Luiz Gallotti (então presidente do tribunal eleitoral), de garantir a posse de Juscelino, iniciando um período de otimismo e relativa estabilidade institucional. A cerimônia de posse dos eleitos, em 31 de janeiro de 1956, é evento importante em várias narrativas jornalísticas da trajetória política de CGO, especialmente em Ternes (1994), e nas reportagens de Raul Caldas Filho para *O Estado* (outubro de 1977), e de *A Notícia* (novembro de 1981).<sup>364</sup>

Justiça é um termo utilizado com frequência para tratar seu período de presidente do Senado. Elegância e tenacidade também são características comumente associadas a CGO. É o caso de uma reportagem da época, publicada em fins de 1955. O redator descreve a sua condução como sendo de “acentuada habilidade”. O senador Gomes de Oliveira se estaria impondo “à confiança das correntes políticas [...] pela correção de suas atitudes, cumprindo, inflexivelmente, o regimento, não obstante a invariável tolerância com que atende a seus pares, nas mais

---

<sup>364</sup> Em partes, a ideia destes eventos como culminância de sua atividade parlamentar é criada já nos anos 1950. Publicação patrocinada pelo PTB-SC para a campanha de reeleição de Carlos em 1958 destaca sua postura serena e firme no comando dos trabalhos no Monroe naqueles dias. SÁ, Argolo de (Org.) *O Senador – O Candidato*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

complexas solicitações, onde predomina, sempre, a malícia partidária” (PELA..., 1955, p. 5).<sup>365</sup>

As declarações de Carlos à redação foram aparentemente protocolares, mas, se cotejadas com as estratégias futuras do PTB, mostram algumas tendências. Ao exaltar o papel do Exército e do general Teixeira Lott na busca de uma solução constitucional para o *imbróglio*, por exemplo, CGO já sinalizava um processo de aproximação entre trabalhistas e setores legalistas das Forças Armadas, acentuado, nos anos que se seguiram, que o PTB se havia dado conta de que a UDN não possuía o monopólio na caserna, e então, o partido, presidido por Jango, interpretou que a adesão dos militares seria componente importante para a aprovação de seu programa de reformas. O auge desta proximidade entre PTB e Forças Armadas foi a candidatura de Lott à presidência da República em 1960, como se verá adiante. Por outro lado, essa aproximação fez do partido um inimigo ainda mais visado pelas forças conservadoras, principalmente dentro da caserna.

Outro momento de sua fala evidencia visões acerca do dever do PTB numa conjuntura sem a presença de Getúlio. Para Carlos, em síntese, aquele era o momento de consolidar a estrutura do partido. Ia além, ao dizer que era preciso que o trabalhismo descartasse “certos elementos inadaptados aos seus propósitos, que, ao infiltrarem-se em suas fileiras e que os últimos resquícios de personalismo cedam lugar à sólida consciência doutrinária.” Só assim o partido se sedimentaria como força política decisiva no Brasil. Um partido que se imporia mais através de um programa trabalhista coeso do que através de uma liderança personalista. Não era uma opinião nova: parte da base parlamentar trabalhista (em certa medida antijanguista), em que encontramos Lúcio Bittencourt e Alberto Pasqualini como expoentes, vinha professando esta leitura. Inferimos, assim, que a disputa afirmativa pelo “verdadeiro” trabalhismo de que fala Castro Gomes (1994) estava nesta ocasião em pleno vapor, e Carlos demonstrava estar inserido neste debate, ao conjecturar o personalismo como um grave problema do PTB.

Apesar desta aparente dissensão entre CGO e João Goulart (Carlos era advogado da candidatura de Osvaldo Aranha à presidência), o primeiro, disciplinadamente<sup>366</sup>, esteve ao lado do presidente de seu

---

<sup>365</sup> A formulação da imagem de um homem correto em meio à “malícia partidária” se coaduna com as considerações tecidas há pouco sobre a construção da figura de Carlos.

<sup>366</sup> Em 1952, em reunião da Comissão Interparlamentar da Reforma Administrativa, CGO teve a oportunidade de expor como via a questão da

partido e da Constituição no período, presidindo a cerimônia de posse dos eleitos e, nos dias anteriores, garantindo a aprovação de medidas que asseguravam estabilidade para o momento, essencial para que JK assumisse o cargo.

Como presidente em exercício do Senado e do Congresso Nacional, CGO foi o responsável por presidir a sessão de posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Revelou, anos depois, ter tomado “medidas de cautela para que a Sessão Solene programada corresse sem incidentes e que não houvesse perturbações na hora da posse” (CALDAS FILHO, 1977a, p. 4). Tudo correu bem na rápida (mas concorrida) cerimônia sediada no Palácio Tiradentes. Dali, os eleitos rumaram ao Catete, para a transmissão da faixa presidencial.

O período presidencial de Juscelino Kubitschek foi de relativa estabilidade política, e ativo no campo econômico, com a retomada de um projeto desenvolvimentista calcado no fomento à indústria nacional. A prioridade do desenvolvimentismo<sup>367</sup> requisitou a mobilização de outros setores da administração governamental, entre eles as relações internacionais.

### 8.3.1 A Operação Pan-Americana

A política externa do segundo governo Vargas (e até de seu primeiro período) foi regida pela prática de uma *barganha nacionalista*, isto é, utilizar as relações internacionais com vistas a obter vantagens para o desenvolvimento do Brasil. A Comissão Mista Brasil-EUA, referida no capítulo anterior, é um dos exemplos desta prática no início dos anos

---

disciplina: “Compreendo assim a disciplina partidária: quando o partido resolve sobre um assunto, podemos ter opiniões pessoais diferentes; não podemos, porém, votar contra esse ponto de vista” (COMISSÃO INTERPARTIDÁRIA..., 1952, p. 368. Acervo CPDOC/FGV). Reafirmou este ponto ainda no discurso de 27 out. 1955, ao comentar o seu apoio final à chapa JK-Jango, depois do malogro da tese de “união nacional”: “Acabamos nos conformando com a situação que se nos apresentava, dos candidatos múltiplos à Presidência da República e, acatando, por espírito de disciplina – como aliás também os demais senadores trabalhistas – a posição do nosso Partido, com os candidatos que ele indicava” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 379).

<sup>367</sup> Termos como “nacional-desenvolvimentismo” e “desenvolvimentismo associado” são movimentados para caracterizar a política econômica de JK. Para Vizentini (2003), por exemplo, “desenvolvimentismo associado” é o que acontece nos anos JK, pois é um desenvolvimento atrelado primordialmente ao capital estrangeiro.

1950. Esta barganha não significava uma postura independente em relação aos Estados Unidos: era justamente negociar vantagens com Washington. A ascensão de Café Filho, em 1954, foi o início de um interregno na postura de negociação, mas não na dependência (VIZENTINI, 2003, p. 205).<sup>368</sup>

Este interregno se encerrou em maio de 1958, com o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA). O nacional-desenvolvimentismo de JK mostrava limites pela escassez de investimentos, e as contas do governo estavam no vermelho. Um plano de estabilização das contas públicas, para controlar a inflação, foi traçado, mas não obteve aprovação do FMI (como resposta, o Brasil rompeu com o FMI em junho de 1959).

Percebendo a oportunidade de se aproximar de Dwight Eisenhower, reeleito na presidência dos Estados Unidos (resultado pouco comemorado na América Latina), Juscelino acaba por ressuscitar a política de barganha, ao chamar a atenção dos EUA para o subdesenvolvimento e “abandono” das nações latino-americanas, e assim “obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance” (VIZENTINI, 2003, p. 206). A inspiração para este incremento nos investimentos nessas áreas menos desenvolvidas do continente americano vinha do Plano Marshall, concebido para a Europa na década anterior.

Membro, a partir da legislatura iniciada em 1955, da Comissão de Relações Exteriores do Senado, CGO lembrava, em discurso proferido em 11 de junho de 1958, em que leu e comentou correspondência entre os presidentes Kubitschek e Eisenhower, que desde o governo Vargas vinha subindo à tribuna para denunciar “as queixas, o mal-estar que se sentia nos países sul-americanos contra a política, quase de discriminação por parte daquela grande Nação esquecendo os países da América do Sul, sobretudo o Brasil” (OLIVEIRA, C. G. 1992, p. 563). Esta “discriminação” tinha seu preço; em tempos de Guerra Fria, se os Estados Unidos desejavam combater a influência soviética no continente americano, Carlos era taxativo: “Não vejo outra forma senão procurarmos satisfazer aos reclamos dos povos ditos subdesenvolvidos, povos que aspiram a uma melhor situação econômica e à elevação do nível de vida”

---

<sup>368</sup> “Entre 1954 e 1958 essa política conheceu um sério retrocesso, e houve um autêntico hiato com relação às tendências marcantes do período. A gestão Café Filho caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra.”

(OLIVEIRA, C. G. 1992, p. 563)<sup>369</sup>. É com esta leitura um tanto anticomunista da geopolítica mundial que CGO se torna um entusiasta da OPA.

Por outro lado, a dependência do capital estrangeiro estadunidense não significava um alinhamento ideológico automático com aquele país, a despeito da ideia de investimentos atrelados ao combate à influência soviética, sugerida por CGO em sua fala de junho de 58. Meses antes, em março, o chanceler Osvaldo Aranha já havia sinalizado sua opinião favorável a “relações normais com todos os países e contra o colonialismo. [...] o país deveria participar da vida mundial, mantendo relações com todos os países que lhe interessassem, independentemente de critérios ideológicos” (RAMPINELLI, 2004, p. 138). Em outros termos, esse posicionamento significava aval para o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, e também uma maior atenção com o continente africano, onde se alastravam as lutas anticoloniais e independentistas.

Contudo, Carlos vê o nacionalismo como elemento indispensável ao desenvolvimento do país, e também como elemento de solidariedade com outros países subdesenvolvidos, ampliando seu horizonte de relações para além dos dólares estadunidenses:

[...] num país como o nosso, rico de possibilidades que queremos explorar com nossos próprios recursos, para não sermos explorados por aquelas forças capitalistas estrangeiras [...].

E, então, somos nacionalistas, por um imperativo de coerência com as próprias idéias que defendemos internamente – a defesa das classes menos favorecidas nos levaria, no plano internacional, à dos povos ou países também menos favorecidos, contra a opressão ou espoliação de países ricos e poderosos, através de suas tentaculares organizações econômicas, os trustes.

Procuramos, então, explorar o nosso petróleo, o nosso carvão, o nosso minério, com recursos próprios, para que possamos nos beneficiar das vantagens econômicas que, alhures, fizeram a riqueza de outros povos.

Buscamos construir uma indústria, a nossa própria indústria, desde a siderúrgica, até as de tecidos que, sem falar nas tarifas protecionistas, se nutrem ainda em grande parte dos auxílios financeiros do

---

<sup>369</sup> Este e o anterior são trechos do discurso de 11 de junho de 1958.

governo, através do Banco do Brasil, para que possamos emancipar-nos do estrangeiro e criar a nossa própria riqueza (OLIVEIRA, C. G., 1958, p. 10).

Assim, ao falar dos países mais pobres, Carlos não se referia unicamente aos latino-americanos, e aí apontava para outro ponto interessante da política externa da administração JK: a expansão das relações comerciais brasileiras com o continente africano.

Em 1957, CGO compôs a delegação brasileira liderada por Osvaldo Aranha na XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York. Desta reunião, o chanceler Aranha destacou a “iniciativa já consagrada que criara a Comissão Econômica e Social para a África ‘onde já existem 8 novas nações, e onde muitos povos procuram – como nós – a liberdade e autonomia, e mesmo a independência’” (RAMPINELLI, 2004, p. 139). Sugestivamente, é o mesmo destaque de Carlos: nosso biografado rememorou entendimentos quanto à criação de uma “Comissão de estudos para o Mercado africano” (provavelmente a mesma aludida por Aranha) e da Comissão de Bons Ofícios, para a qual ele fora inclusive indicado a representar o Brasil, recusando, posteriormente, em decorrência das eleições de 1958, em que tentaria a reeleição ao Senado (OLIVEIRA, C. G., 1959a).

A OPA, auge das relações internacionais concebidas durante o governo JK, não rendeu nenhum fruto prático para o projeto desenvolvimentista brasileiro, embora tenha reforçado as bases de uma política que ganhou corpo nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, a chamada Política Externa Independente. Esta, esboçada por Vargas, acaba sendo adotada como bandeira do PTB em sua XIII Convenção Nacional, em 1961, abarcando aí o apoio às lutas anticoloniais e aos países subdesenvolvidos.

A atuação de Carlos no campo da política externa, defendendo a OPA, a barganha nacionalista e a expansão dos horizontes brasileiros na geopolítica mundial (embora mantendo cores anticomunistas), quase lhe rendeu a indicação, em 1960, para assumir a embaixada brasileira em Honduras.<sup>370</sup> Entretanto, a concorrência de outro nome, a demora do

---

<sup>370</sup> Em 1960, Honduras vivia um breve interregno democrático, iniciado com a eleição de Ramón Morales, em 1957, e finalizado em 1963, quando este sofreu um golpe de Estado. Há uma sucessão de golpes realizados por militares naquele país, desde a primeira metade do século XX. A deposição de Morales não seria a última de um presidente civil eleito.

Itamaraty na indicação e a inconveniência de sair do Brasil acabaram por afastá-lo da missão.

### **8.3.2 O projeto de lei nº 17/52 e as reformas de base para o senador Gomes de Oliveira**

No decorrer da década de 1950, o PTB foi firmando posição de partido comprometido com reformas de base estruturais (agrária, urbana, administrativa, tributária, entre outras), de suma importância para atenuar as desigualdades sociais do país e para o desenvolvimento econômico nacional. Sistemáticamente, a partir de 1954, o partido elaborou programas em que pontos referentes a este conjunto de reformas eram elencados. No programa lançado em 1955, assumido pelo PSD para formalizar a aliança para as eleições presidenciais daquele ano, por exemplo, constava a “reforma agrária com extinção do latifúndio improdutivo, assistência ao pequeno produtor e, finalmente, extensão da legislação social ao campo” (D’ARAÚJO, 1996, p. 108).

Dentro do governo de Juscelino, o PTB obteve as pastas do Trabalho e da Agricultura, essenciais para a criação e execução de um plano de reforma agrária e extensão da legislação trabalhista para o campo. Contudo, pouco foi feito neste sentido. Durante os anos JK, a atuação reformista do PTB passou mais pela atuação de seus congressistas que dos ministros dentro do governo. O presidente não priorizou o compromisso reformista firmado em 55, fato denunciado por San Tiago Dantas em 1959. A morosidade na execução destas pautas é um dos fatores que contribuiu, na década seguinte, à radicalização de grupos reformistas dentro do PTB, cansados da demora nos trâmites.

Enfim, enquanto o governo JK pouquíssimo avançava neste sentido e, na verdade, sua gestão acirrava as contradições do desenvolvimentismo brasileiro, com o aumento da desigualdade social (verificaram-se problemas como a carestia e diminuição dos salários), o senador Gomes de Oliveira aproximava-se do fim de seu mandato, sacramentado com sua derrota no pleito de outubro de 1958.

Numa de suas últimas falas no púlpito do Palácio Monroe, em 20 de janeiro de 1959, retoma um assunto antigo, o projeto de Lei nº 17, de 1952, proposição de sua autoria, que previa a desapropriação de terras por interesse social.

A proposta não era necessariamente nova. Na legislatura anterior (1946-1951), tentativa semelhante havia sido rejeitada no Monroe. A formulação de Carlos consistia em desapropriar terras mediante pagamento de indenização, para que tais terras, seguindo um plano de



trabalho, se tornassem produtivas, seja para a construção de apartamentos de baixa renda, criação de colônias agrícolas e centros de cooperação rural, formação (complementação) de lotes em áreas rurais de até trinta hectares, entre outras finalidades. De acordo com CGO, a desapropriação por interesse social permitia um diferencial em relação à expropriação por interesse público: a terra poderia, nesta modalidade, criada na Carta de 1946, ser distribuída pelo Estado.

Numa de suas defesas do projeto, CGO argumentou que o homem do campo sem terra era um indivíduo escravizado. A própria terra era escravizada por proprietários que a mantinham ociosa. Compreendendo que o principal entrave à expropriação era o preço da indenização, esta não poderia seguir o preço da especulação imobiliária. No projeto, em linhas gerais, a indenização seria “pelo valor da compra do imóvel, acrescido dos juros legais sobre a importância investida, de percentagem sobre o valor do imóvel, conforme o tempo decorrido da data em que tenha sido adquirido” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 106-107).

A terra não poderia simplesmente ser deixada nas mãos dos camponeses despreparados para utilizá-la de forma efetiva. Por isso, a defesa dos centros de cooperação rural, contendo “todos os elementos de assistência, isto é, agrônomo, máquinas, distribuição de adubos e sementes, médicos e até elementos recreativos, como o cinema, que possam distrair o homem do campo” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 146). Estes centros deveriam congrega uma considerável população rural e lembrara política cooperativista de seus tempos no INM, quando o argumento era o de que os camponeses esparsos não poderiam ser devidamente assistidos pelo governo, sendo, assim, a cooperativa o *lócus* perfeito para que o Estado proporcionasse assistência médica e técnica, por exemplo.

Esta proposta de cidadania a ser levada ao homem do campo era possivelmente um primeiro passo rumo à extensão dos direitos trabalhistas, embora Carlos não comentasse este tema. De efeito prático, a ideia dos centros de cooperação rural materializou-se na construção de escolas agrícolas, entre elas a que leva o nome de CGO, instalada no município de Araquari/SC, inaugurada ainda na década de 1950.

O projeto de uma reforma agrária mediante a desapropriação por interesse social, embora abraçado pelos trabalhistas, conforme indica o programa elaborado por Fernando Ferrari na Convenção de maio de 1959, esbarrava na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (reforçando a tendência ao “esquecimento” das reformas do período JK). Não há dúvidas de que o cálculo elaborado para a indenização era o principal entrave naquela comissão, já que boa parte de seu discurso de

janeiro de 1959 tentava justificar a inconveniência em pagar um preço de mercado, submetido a especulação, pela terra expropriada.

Carlos deixa o Congresso no mês seguinte, legando contribuição no sentido de uma reforma agrária, como gostava de acentuar, “dentro das fórmulas jurídicas e constitucionais”. Uma reserva aparentemente necessária, em razão da possibilidade de a opinião pública o interpelar com “aquela velha suspeita de que só os comunistas pensam assim” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 109), de que apenas eles pleiteavam a reforma agrária no Brasil.

O aprofundamento da pauta reformista no PTB após 1954 é um efeito das disputas e afirmações simbólicas e práticas acerca do trabalhismo brasileiro, construídas a partir da morte de Getúlio. A necessidade de reformas estruturais de base constituiu um consenso entre os trabalhistas. CGO é uma das provas deste consenso.

Fernando Ferrari, um dos principais pensadores do partido, desafiava ao mesmo tempo a liderança de Jango dentro do PTB. Isso não impediu que as convenções de 1959 e 1961, dominadas por quadros janguistas, aprovassem os programas de sua autoria.

A grande questão que surgiria para o PTB era como executar estas reformas. Aqui podemos recorrer à trajetória de San Tiago Dantas para compreender os debates no partido nesta questão.

Dantas seguiu uma linha doutrinária tributária do discurso getulista e da obra de trabalhistas como Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, Fernando Ferrari e outros “doutrinários”, preocupados com a formulação de um programa definido para o PTB. Sua ênfase era a luta pela implementação das reformas estruturais de base, como já aludido, um consenso entre os petebistas a partir de fins dos anos 50; entretanto, Dantas “insistia muito no gradualismo reformista como meio e na democracia como fim” (CASTRO GOMES, 1994, p. 143).. As reformas, em outras palavras, seriam uma “revolução branca”, e por se realizar dentro da legalidade, seguiriam “uma dinâmica de reformismo social progressivo e de rejeição ao radicalismo político e ideológico” (CASTRO GOMES, 1994, p. 148). Este reformismo gradual e democrático esbarrou, afinal de contas, no cenário de radicalização da política brasileira do início dos anos 1960: de um lado, este gradualismo era rechaçado dentro do PTB; de outro, precisava de apoios em outros partidos para tocar as reformas, e aí também encontrava resistência por parte das bancadas dos partidos mais conservadores.

Podemos considerar, com a ajuda de Castro Gomes (1994), que o ponto nevrálgico da disputa política dentro do PTB no período da saída de CGO da legenda, e que se acentuou nos anos seguintes, passava menos

por divergências programáticas agudas entre vertentes da agremiação, do que pelo *modus operandi* da aplicação do projeto trabalhista brasileiro.

Não há dúvidas de que Carlos Gomes de Oliveira estava comprometido também com um programa de reformas para o Brasil, incluindo o exemplo aqui discutido da reforma agrária. Embora não tenha sido um trabalhista “doutrinário” como Pasqualini e outros, em sua trajetória política dentro do partido demonstrou, em algumas intervenções, sua representação do PTB como uma legenda preocupada com a questão social, mas preocupada também em tranquilizar “ainda as outras classes [patronais] do perigo de revoluções sociais” (SÁ, 1958, p. 8), uma legenda refratária a revoluções e a soluções não constitucionais. O trabalhismo de CGO, se é que se pode afirmar como tal, assemelha-se ao trabalhismo de San Tiago Dantas no tocante ao gradualismo e na confiança na luta política dentro da legalidade, inaugurada em 1945 e garantida a duras penas, como afirmou Carlos em certa ocasião, nas crises de 1954 e 1955. A acentuada agudez do discurso trabalhista no início da década de 1960, denunciando a ineficácia das franquias democráticas na execução das reformas, nos faz questionar até que ponto seria possível a presença de CGO num partido em tal contexto.

#### 8.4 O SEGUNDO TEMPO DO TRABALHISMO CATARINENSE: SUBSTITUIÇÃO DE LIDERANÇAS

O jornalista Armino Marcílio Doutel de Andrade mostrou, em pouco tempo, que sua chegada seria um ponto de inflexão na história do trabalhismo em Santa Catarina. Em questão de meses, o amigo próximo de João Goulart conseguiu amealhar prestígio dentro do partido, suficiente para rivalizar com nomes mais antigos da legenda, como Saulo Ramos. Enviar um homem de sua confiança a um estado em que o PTB era eleitoralmente fraco talvez tenha sido a ideia de Jango de realizar uma intervenção no diretório catarinense, a fim de substituir nomes dissidentes, que há muito controlavam o partido, e formar o PTB-SC mais à imagem do diretório gaúcho e o da capital da República, imagem e ação de vanguarda, comprometida com a pauta das reformas de base.

Não é que políticos como CGO não abraçassem as reformas, mas o impacto que a vinda de Doutel poderia causar, trabalhando no sentido de uma maior aproximação do PTB com sindicatos e institutos previdenciários, transformando a cara do partido de uma legenda de “cúpula”, “moderada”, em um partido de “trabalhadores”, não pode ser descartado.

A ascensão de Doutel foi meteórica. Em outubro de 1958, era eleito deputado federal pelo PTB-SC, com a maior votação da história do partido para aquele cargo no estado. Em maio de 1959, era eleito presidente da Comissão Executiva estadual, suplantando o nome indicado por Saulo Ramos, e, em outubro de 1959, era eleito secretário-geral na Executiva Nacional.

Como um homem que poucas vezes (senão nenhuma) havia pisado em solo catarinense ascendeu tão rapidamente na estrutura de um partido que, como afirma Maria Celina D'Araujo, era extremamente oligarquizado?

As reminiscências de dois trabalhistas podem nos ajudar a responder à questão. Em carta datada de 22 de março de 1969, CGO relembra a eleição de Doutel dez anos antes. O trecho que destacamos abre várias vias a serem exploradas:

Lembravas, outro dia, o aparecimento de Doutel de Andrade em Santa Catarina. Teria ele vindo pela mão de Saulo Ramos e de Rafael Cruz Lima. Quero tomar a mim o quinhão que me cabe também, de responsabilidade no fato, e isentar Rafael, que, e com mais malícia do que nós, se opôs a que o incluíssemos na chapa de deputados. Mas, tínhamos vaga na chapa, o homem era chegado a Jango e já Secretário do Diretório Nacional do PTB. Tinha namoro firme com uma catarinense. Ainda que nunca tivesse estado em Santa Catarina nem fosse conhecido aqui...

Nós o fariamos conhecido. E assim foi. Demos-lhe a melhor região do Partido. O Sul do Estado era o maior reduto trabalhista. Acabou eleito.

Era bem falante e vivo. Por isso, como te pareceu, perigoso para os líderes do Partido. A nós, nos pareceu que seria um bom elemento para a agremiação. Vimos logo, entretanto, que era, realmente, perigoso (OLIVEIRA, C. G., 1969, p. 1)-

Analisemos por partes. Primeiramente, para os membros do diretório, no caso o destinatário de CGO nesta missiva, Abdon Fôes, a vinda de Doutel parecia mais uma movimentação de cúpula, leitura avalizada por CGO, afinal de contas o jornalista era “chegado” a Jango e mantinha relacionamento firme com uma catarinense, Lígia Moellmann, filha do engenheiro e udenista José da Costa Moellmann.

Este namoro (futuramente matrimônio) é referido também por Lenzi (1983) como um dos fatores que ajudaram Doutel em sua ambientação no estado. As suas ligações familiares em Santa Catarina tornaram-se tão importantes (ou mais) quanto seu padrinho político neste contexto. Deve-se frisar que CGO justifica a inclusão de seu nome na chapa de candidatos a deputado federal por dois motivos: o apadrinhamento político e o relacionamento. A hipótese de que esta relação tenha desempenhado essencial papel na rápida aceitação de Doutel de Andrade vai ao encontro de reflexões de Sá Motta acerca dos estudos de cultura política, quando aventa que moderação e negociação em política “tem a ver com laços familiares e pessoais, como afirma Roberto Da Matta: na política brasileira impera mais a casa do que a rua. Muito mais as relações familiares, laços tradicionais de família, de aliança, de escolaridade, é que interferem no jogo político” (LOHN.; FALCÃO; CAMPOS, 2011, p. 255-256). Ora, observamos, nos capítulos anteriores, o quão importante foi o elemento familiar tanto para a ação política de CGO, quanto para a política partidária catarinense, dominada por clãs familiares que em sua atuação sedimentaram inclusive uma cultura política própria.

Não se deve creditar a expressiva ascensão de Doutel à hierarquia partidária apenas nessa aceitação de cúpula, mesmo que lhe tenha designado o maior reduto eleitoral do partido, o sul do estado. Aí entra a característica pessoal do indivíduo. Doutel era “falante” e “vivo”, características vistas com reserva por Fóes, especialmente se comparadas ao caráter “inconstante” e “vacilante” de Saulo Ramos na administração do partido. A imprensa noticiou sua campanha, destacando visitas a municípios de quase todas as regiões do estado. Eleito, procurou reforçar sua posição entre os sindicatos catarinenses através de seu mandato, servindo de canal de comunicação das aspirações operárias com o partido.

Retomamos Sá Motta: “Quando entra o elemento popular, é mais difícil encontrar iniciativas para negociar, pois há um potencial disruptivo” (LOHN.; FALCÃO; CAMPOS, 2011, p. 255-256). A inserção do trabalhador e o alargamento da base do partido eram a causa da inconstância de Saulo e a virtude do comunicativo Doutel que, seguindo o exemplo de Jango, reforçou o diálogo e trouxe para o diretório as autarquias (institutos previdenciários) e os sindicatos (especialmente os mineiros do sul de Santa Catarina). Testemunhas da época confirmam que o PTB não detinha a hegemonia dentro dos sindicatos catarinenses, principalmente aqueles das regiões do Vale do Itajaí e Litoral Norte, caracterizadas por serem áreas urbanas e industriais. Os sindicatos destas regiões são indicados por relações mais harmônicas com a classe patronal.

Em Blumenau, por exemplo, a UDN preponderava entre as lideranças trabalhadoras.<sup>371</sup> Foi visando a um estreitamento do diálogo com estas bases que Doutel conduziu uma reestruturação do partido no estado.

De fato, durante a convenção de maio de 1959, Doutel de Andrade demonstrou força entre os diretórios municipais do partido. Estes diretórios interioranos sustentaram sua candidatura à presidência da Comissão Executiva estadual, de acordo com Lenzi (1983). Vitoriosa sua candidatura, disputando com Acácio Garibaldi S. Thiago, então presidente e do grupo dos “históricos”, Doutel de Andrade imprime ritmo próprio ao partido. Saulo Ramos se retira da Convenção e do PTB. Carlos Gomes, entretanto, mantém-se membro do diretório estadual, respeitando a decisão dos convencionais.

Carlos reconhecia, como demonstrou em discursos na tribuna do Monroe, o peso dos sindicatos e institutos previdenciários para o trabalhismo brasileiro, mas reconheceu, posteriormente, também o “perigo” representado por Doutel, dentro de um partido como o PTB, marcado por disputas internas “antropofágicas”: Saulo foi o primeiro “devorado” pelos novos atores da legenda. Isto não selava, automaticamente, o destino nosso biografado. A título de comparação, Baeta Neves, outro trabalhista antigo, dirigente desde 1945, exercia funções na Comissão Executiva Nacional ainda na década de 1960. E, conforme dito, se Saulo saiu do PTB já em 1959, CGO manteve sua posição de convencional. Seu destino final na legenda seria determinado em suas duas últimas eleições, em 1958 e 1960.

#### **8.4.1 As campanhas eleitorais de 1958 e 1960: composições e resultados**

A Aliança Social Trabalhista (AST), firmada no pleito de 1954 e renovada no ano seguinte, seguia aparentemente firme para o pleito de 1958. Vista como prévia da eleição governamental de 1960, a de 1958, diante de reconfigurações dentro dos grupos políticos tradicionais catarinenses e nas relações PSD-PTB em nível nacional, viram ruir as chances de reedição da AST.

Para Santa Catarina, o desastre aéreo que vitimou Nereu Ramos, Leoberto Leal e Jorge Lacerda deixou vácuos de liderança dentro de PSD e UDN, e foi importante nas movimentações seguintes. Em julho, foi

---

<sup>371</sup> Informações apresentadas por Carreirão (1988), obtidas através de depoimento com Genir Destri, petebista e emedebista catarinense com base política no município de Chapecó, oeste do estado.

protocolado acordo entre PSD-PTB. Seu princípio era simples: o PSD apoiava o nome do PTB ao Senado em 1958, e os trabalhistas apoiavam o candidato pessedista ao governo do estado em 1960. Tudo estava certo. Em 18 de agosto, os petebistas em convenção lançam o nome do então senador Gomes de Oliveira à reeleição, e seu nome sai inclusive em *O Estado*, jornal pessedista em Santa Catarina.

Entretanto, o acordo foi unilateralmente desfeito logo em seguida, por parte do PSD. Afirmava-se que os trabalhistas catarinenses não tinham autorização da Comissão Executiva nacional de seu partido para contrair aqueles compromissos e, diante do panorama nacional, com o PTB tendo a possibilidade de lançar João Goulart à presidência em 1960, à revelia do PSD, Ernani do Amaral Peixoto havia aconselhado findar a AST no estado. O PTB-SC contra-argumentou, lembrando que os pessedistas quebravam injustificadamente os acordos entre as duas legendas, firmados desde 1955, cláusulas assentadas com o conhecimento e o apoio da Comissão Executiva nacional do PTB, invalidando o argumento pessedista.

Na realidade, a ideia do pleito de 1958 ser uma prévia de 1960 incentivou Celso Ramos, agora presidente e figura de maior destaque no PSD estadual, a testar suas chances. Antes do acordo protocolado entre o PSD e o PTB em fins de julho, o PSD havia proposto ao PTB o apoio conjunto à candidatura de Plínio Salgado (PRP) ao Senado. O PTB alegou em nota ter acalentado a opção que, posteriormente, não se concretizou, pois, o próprio PSD a abortou.

Em 18 de agosto, a candidatura de Carlos foi ratificada em convenção do partido em Florianópolis. Sem nenhuma aliança efetivada, porém apresentando-se ao povo como “um PTB livre, independente, coeso e confiante nos seus próprios destinos”, a legenda fracassou na tentativa de reeleger seu senador. Foram 55.556 votos, contra 190.993 concedidos a Celso Ramos, e 216.775 ao vencedor, Irineu Bornhausen (UDN). A “prévia” de 1958 pendeu para a UDN. Quais as estratégias de PSD e PTB para reverter o quadro para dali dois anos?

Os pessedistas logo reforçaram a opção por Celso Ramos. O Seminário Sócio-Econômico, em julho de 1959, organizado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina, da qual Celso era o presidente, foi uma estratégia de articulação política e confecção de um plano de governo para uma futura gestão do irmão de Nereu.

Também em 1959 se ventilava, na imprensa, um acordo entre PSD e PTB, em que CGO poderia ser escolhido candidato a vice-governador. Nada oficial ainda, porém mais sério a partir da XII Convenção Nacional do PTB, realizada em fevereiro de 1960, que homologou a chapa Lott-

Jango para a presidência da República. Em março, Doutel de Andrade assumia a possibilidade de lançar CGO a vice-governador, embora seu próprio nome já tivesse sido levado à direção pessedista em janeiro daquele ano, antes mesmo da Convenção Nacional.

Em linhas gerais, a relação entre PTB e o Marechal Henrique Teixeira Lott foi ambígua: embora existisse um compromisso com o nacionalismo, e representasse a passagem do PTB para dentro da caserna, Lott não se mostrava disposto a abrir diálogo com setores mais à esquerda do espectro político, e sua leitura anticomunista era evidente. Tal descompasso entre Lott e o PTB abriu a possibilidade de chapas alternativas, a mais famosa a dobradinha Jan-Jan, Jânio Quadros e João Goulart. Os comitês apoiadores dessa fórmula proliferaram a partir de maio de 1960, com o beneplácito de Jango: o importante era fazer do presidente do PTB vice-presidente da República, “e, nesse caso, a ‘traição’ a Lott era bem-vinda. Não o foi, contudo, quando certos petebistas decidiram apoiar outro candidato a vice, mesmo mantendo o apoio a Lott. Para estes, o caminho foi a expulsão” (D’ARAÚJO, 1996, p. 134).<sup>372</sup>

O PTB estava empenhado em eleger Jango, independentemente de quem alcançasse a Presidência. Tal dualidade não passaria despercebida em Santa Catarina. Até 9 de julho de 1960, quando ocorreu a Convenção Estadual do PSD, com a presença de Lott e Goulart, e que sacramentou a dobradinha Celso Ramos-Doutel de Andrade, o PTB-SC debateu intensamente a posição a tomar diante da sucessão estadual e nacional. A desconfiança em relação ao PSD (por 1958), a aproximação com o partido cultivada pelo governador Heriberto Hülse (UDN), e o crescimento do apelo de Jânio no PTB nacional eram elementos pesados pelos trabalhistas catarinenses. A vinda de Goulart ao estado, para a convenção do PSD, foi a gota d’água para o grupo dos trabalhistas “históricos”, representados por Saulo Ramos e CGO. É o que relata nosso biografado em carta enviada a Jango em outubro de 1960.

As eleições de 1958 e a mudança de mãos do partido estavam vivas na memória de Carlos. O PTB, para ele, “caíra em mãos espúrias que, traindo-o e traindo o companheiro subscritor desta, sacrificado nas urnas, em 1958, para que a bandeira do Partido não caísse em meio à caminhada, haveriam de levá-lo à humilhação a que chegou.” Sua queixa ia além, argumentando que o acordo entre PTB e PSD em Santa Catarina não havia sido homologado pela Comissão Executiva Nacional do partido e

---

<sup>372</sup> A historiadora aponta os estados de Pernambuco, São Paulo e Paraná como precursores da fórmula Jan-Jan.



era, portanto, inválido. O apoio unilateral de Jango ao acordo foi a causa do posicionamento de dissidente de CGO em relação ao diretório estadual. Posicionamento levado às “últimas consequências, até a dissidência formal de um grupo de valorosos companheiros, e à minha candidatura a vice-governador, contra o candidato do Partido, o presidente que ali se impôs à sombra do presidente nacional do Partido” (EX-SENADOR..., 1960, p. 18).

A 30 de julho, a UDN ratificou em sua convenção estadual a chapa Irineu Bornhausen-Carlos Gomes de Oliveira. O PTB era encarado por setores dos dois partidos maiores como o fiel da balança no pleito, e agora fragmentado, restou a Irineu amearhar o apoio dos dissidentes.

#### **8.4.2 O senador, o candidato**

O processo eleitoral a partir de 1945 assistiu a mudanças sensíveis em relação ao período anterior, na Primeira República, ou ainda durante o Governo Provisório. A principal mudança foi a forma de se organizar uma campanha eleitoral. O número de eleitores cresceu substancialmente entre 1934 e 1945, dada a flexibilidade no critério de alistamento. Este momento foi de emergência de novos eleitores, especialmente os trabalhadores de regiões periféricas. Para alcançar esses novos eleitores, era preciso traçar estratégias.

É elencada como característica do período, em linhas gerais, a relação direta, emocional, entre um líder populista e a massa de seus eleitores, sem a mediação de partidos políticos. Ao criticar este “consenso” populista, Jorge Ferreira o vê como “uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo” (FERREIRA, 2003, p. 337). Todo este consenso aponta para uma desqualificação da experiência democrática brasileira de 1945 a 1964. Para o historiador, alguns dos motivos para matizar a ideia de populismo é o fato da existência de projetos de país no período, além do personalismo, também presente. Havia identificação popular com os partidos políticos, e nos momentos de crise do regime ocorreu mobilização ativa na sociedade com vistas à manutenção das instituições democráticas.

Mas é importante manter a noção de populismo à vista; contudo, não com uma conotação negativa, pintando uma sociedade acrítica e manipulada. Ao analisar a experiência política do janismo e do adhemarismo em bairros paulistanos no período, Adriano Duarte e Paulo Fontes destacam que a relação entre o eleitor e o poder público vai além

das relações sindicais. O sucesso eleitoral destes dois políticos tampouco está calcado apenas em seu carisma pessoal e nas relações diretas e emocionais estabelecidas com a população. Os autores destacam a utilização, por parte destes políticos, de uma rede de contatos infiltrada capilarmente nas comunidades, através das organizações de bairro, culturais, esportivas, entre outras. Estes canais levavam a eles as demandas dos bairros e cabia a eles, com sua intimidade com o poder público, atender a essas demandas. Dessa forma, o voto possuía uma carga de reciprocidade implícita: “Em vários depoimentos colhidos, os votos em Jânio e Adhemar são classificados como votos de gratidão, a retribuição dada por um benefício recebido. Assim, o ato de dar o voto era percebido como uma retribuição e estabelecia uma reciprocidade.” (DUARTE, FONTES, 2004, p. 119).

Este relacionamento com o voto não é alienado. Resulta da conquista da voz: o trabalhador da periferia finalmente tinha voz para apresentar suas reivindicações, através da ação das associações de moradores e das visitas dos políticos à sua residência, e obter melhorias nas condições de sua comunidade. É uma construção capilar, da base, de soluções para demandas da população, e, portanto, não implicava o alinhamento automático a um político.

Novas formas de se fazer campanha não passaram, certamente, ao largo de Santa Catarina. Alguns autores destacam o sucesso inicial do PSD no estado graças a seu maior grau de organização, em razão dos anos de Nereu Ramos à frente da interventoria durante o Estado Novo. O PTB, em fins dos anos 1940, iniciava um processo de organização institucional visando a uma penetração capilar no eleitorado, quando se pretendia “organizar sub-comissões nos distritos municipais e nomear Delegados Locais em vários pontos ou ruas das cidades ou estradas da zona rural” (INSTRUÇÕES..., s/d., p. 1). Percebe-se a preocupação de estender o partido praticamente até a soleira da porta do eleitor. CGO foi delegado da Comissão de Reestruturação estadual na região de Joinville; portanto, coordenou de perto essa reorganização.

O primeiro resultado colhido foi o pleito de 1950. O PTB passou da casa dos dez mil votos nos pleitos de 1945 e 1947 (Câmara Federal e Assembleia Legislativa) para pouco mais de 36 mil em ambas as categorias no pleito de 1950. Estes votos, mais o eleitorado da UDN, foram decisivos para sua eleição ao Senado.<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup> A soma dos 36.328 votos do PTB à Câmara com os 109.342 da UDN resulta em pouco mais de 145 mil sufrágios: CGO foi eleito com 144.533. Nereu, por

Carlos disputou mais duas eleições dentro da legenda do PTB, 1958 e 1960. Vimos acima que, em 58, ele e o PTB concorreram solo contra PSD e UDN. Sem um aliado político mais forte, como se organizou o PTB para a pugna? Em primeiro lugar, o desafio do financiamento eleitoral. Defensor da criação do fundo partidário em suas falas na tribuna do Monroe, CGO não assistiu à instituição do fundo a tempo de auxiliar os candidatos mais humildes e/ou que recorriam aos próprios bolsos para financiar campanhas (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 184).<sup>374</sup>

Em documento, apresentado à direção do PTB-SC em maio de 1959 como prestação de contas de seus bens durante os anos de Senado, Carlos comentou alguns percalços no financiamento de sua campanha eleitoral de 58, quando necessitou se desfazer de imóveis, bens de consumo, um automóvel e, ainda, contrair empréstimos bancários. Havia dívidas a serem pagas. De recursos do partido, recebeu muito pouco.<sup>375</sup>

O dinheiro foi destinado à confecção de cartazes e panfletos junto à Gráfica Bloch, do Distrito Federal, num montante que ultrapassou facilmente os Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), exatamente o valor obtido na venda do automóvel; de fotografias oficiais coloridas e preto e branco feitas pela empresa Fotogravura Brasil, também do Distrito Federal, no valor de pouco mais de Cr\$ 4.000,00; de anúncios

---

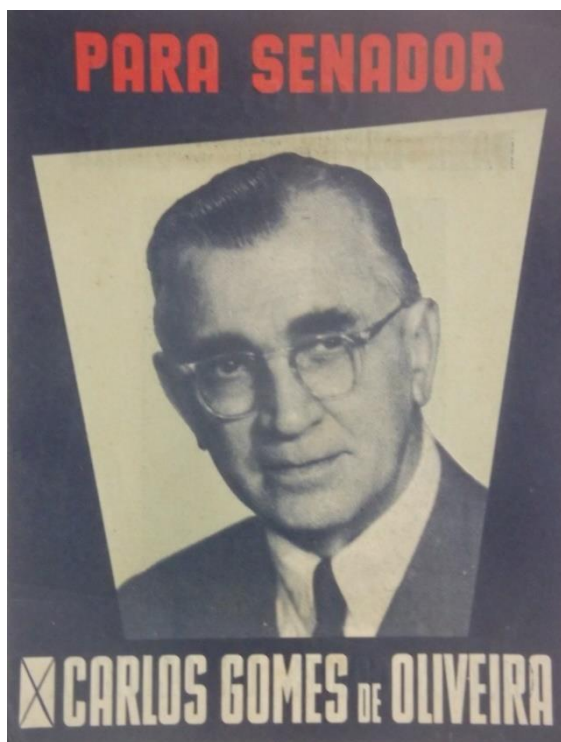
seu turno, recebeu 111.879, abaixo dos 115 mil sufrágios conferidos aos candidatos possedistas à Câmara Federal.

<sup>374</sup> Em discurso de 27/10/1953, Carlos alegava que o fundo possibilitaria candidaturas de pessoas mais pobres: “Se, muitas vezes, os recursos para as eleições, para manutenção dos partidos, não saem de origens obscuras ou imorais, proveem do bolso de alguns, mas para ressarcimento futuro, às vezes para satisfazerem a vaidade daqueles que têm meios e podem pagar eleições. Os pequenos, os homens mais dignos, sem recursos financeiros, dificilmente poderão candidatar-se e seja o que for.” (OLIVEIRA, C. G., 1992, p. 184).

<sup>375</sup> O caso da venda dos automóveis é curioso. Em 1957, congressistas obtiveram direitos de importação com isenção de impostos para automóveis. Embora tivesse votado contra o projeto, CGO afirmou posteriormente sentir a necessidade de ter um automóvel para se locomover na cidade do Rio e em campanha em Santa Catarina. Relatou ter adquirido um automóvel da marca Chevrolet. Incomodado com a opulência do veículo, o vendeu, repassando, do valor obtido, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) ao PTB-SC, utilizando o resto para saldar dívidas e adquirir outro, da marca Mercedes Benz, do ano 1952. Vendeu este outro no decorrer da campanha de 58, “muito a contragosto”. A compra e venda dos automóveis, portanto, desempenhou papel importante no financiamento de sua campanha e na manutenção da sessão estadual do partido.

em pelo menos duas estações de rádio catarinenses, a Rádio Miramar de Camboriú e a Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, num total de Cr\$ 1.660,00. Consta ainda o pagamento de Cr\$ 14.842,30 ao Departamento de Imprensa Nacional, por duas mil cópias de um livreto, intitulado *O Senador – O Candidato*. O total investido na campanha parece ter passado longe dos Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), valor do apartamento em que viviam Carlos e Sara no Rio de Janeiro, no bairro do Leblon.<sup>376</sup>

**Figura 23 - Cartaz da campanha de CGO à reeleição em 1958**



Fonte: Acervo FCGO/AHJ

---

<sup>376</sup> O valor de mais de um milhão de cruzeiros é avaliado por nosso personagem em 1959. Mais em Oliveira, C. G. (1959b). O apartamento, concluído em setembro de 1954, localizava-se na rua Aristides Espínola, nº 8. O casal adquiriu o imóvel na planta em 1952, pelo valor total de trezentos e setenta mil cruzeiros.

A começar pelo material gráfico contratado junto à empresa de Bóris Bloch, no Rio de Janeiro, foram encomendados 35 mil panfletos, de estrutura visual sóbria (Figura 23): um retrato preto e branco de Carlos, encimado pelos dizeres “Para Senador”; em vermelho, e abaixo, a alternativa “Carlos Gomes de Oliveira”, devidamente assinalada, como num teste escolar. CGO encomendou dez mil cartazes maiores, neste mesmo modelo.

O outro modelo de cartaz (Figura 24) revela um pouco mais de sua estratégia: cinco mil cartazes grandes, de cor vermelha, preenchidos, quase dois terços por uma fotografia da ocasião da posse de JK e Jango, em que aparecia CGO ladeado por ambos, no Palácio Tiradentes. Abaixo, em letras brancas, os dizeres: “Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart tomam posse (31-1-55) [sic]”. Abaixo: “Carlos Gomes de Oliveira na presidência do Congresso (Senado e Câmara) dirige a grande cerimônia”.<sup>377</sup>

As três cores do PTB eram o vermelho, o preto e o branco; são também as mais proeminentes no material gráfico da campanha de Carlos.

Além da escolha de cores, deve-se atentar para os cartazes que aludem à posse de Juscelino: Carlos se coloca no centro de um dos eventos mais traumáticos da história política recente. Sua atuação como presidente do Senado, e na posse como presidente do Congresso, é lembrada no sentido de colocar o então senador trabalhista como um dos defensores do regime democrático brasileiro.

A bandeira da legalidade uniu, conforme já mencionamos anteriormente, o PTB e a ala nacionalista do Exército, ala essa corporificada no marechal Teixeira Lott, dada sua atuação no contexto do “golpe preventivo” de 11 de novembro de 1955. Carlos busca então aproveitar a mobilização em favor da legalidade para passar uma imagem de democrata, trabalhista e vitorioso em sua trajetória política (colando sua figura junto à destes políticos de alta popularidade).

A participação de Carlos nos eventos de novembro de 55 é retomada em outro veículo de campanha, o livro *O Senador – O Candidato*. Composto do discurso de CGO na convenção estadual do PTB e do texto de uma reportagem escrita pelo jornalista Argolo de Sá, o folheto conta com 27 páginas totais. A iniciativa da compilação foi do diretório estadual do PTB, expressando assim uma visão oficial de seu candidato.

---

<sup>377</sup> Documentos hoje no acervo AHJ/FCGO.

**Figura 24 - Folheto de propaganda para a reeleição de Carlos Gomes em 1958**



Fonte: Acervo FCGO/AHJ.

Vale observar mais detidamente este material de campanha para avaliar a estratégia discursiva eleitoral do PTB catarinense. Embora pretendendo, no prefácio, uma “ampla difusão” do conteúdo, apenas dois mil exemplares foram impressos nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional. As dificuldades financeiras da campanha com certeza diminuíram o número de exemplares impressos. Folheando seu conteúdo, é possível avaliar sua profundidade como veículo de propaganda eleitoral.

A primeira parte do discurso de Carlos na convenção do partido é dividido nas seguintes seções: introdução, “Evolução política”, “Direito social”, “Rumo a escolher pelos trabalhadores”, “O Partido Trabalhista e seu programa”, “Nacionalismo e emancipação econômica”, “Lavoura e pesca”, “Problemas de interesse catarinense”, “Exortações aos moços”. Os dois primeiros itens falam do panorama mundial político, até o nascimento de um novo direito, o social, preocupado em assistir aos trabalhadores, mencionando apenas o trabalhador urbano. Este novo direito asseguraria uma convivência harmônica entre capital e trabalho, disciplinando a relação entre patrão e empregado. O terceiro e o quarto salientam a importância da organização do trabalhador em sindicatos, anteparo essencial à influência comunista entre os trabalhadores, bem como a inspiração no Labour Party britânico, que, através de sua ação junto aos sindicatos, permitiu o equilíbrio entre as classes. Parte daí para a maior seção de seu discurso, em que discorre acerca do programa do PTB, basicamente um capitalismo mais humano, com benefícios para a população e o controle do capital. O quinto item destaca o teor nacionalista da doutrina trabalhista, o desenvolvimentismo, calcado na indústria e na exploração própria de nossos recursos naturais. Arremata o discurso conclamando os jovens a tomarem parte na política: “Assim, poderemos levar adiante uma política alta, sem personalismo, sem ódios, cristã e amável, para o bem do povo, sobretudo daqueles que aspiram a um mundo melhor para si e um futuro mais feliz para seus filhos” (OLIVEIRA, C. G., 1958, p. 13).

A fala mescla dois períodos. De um lado, remete à sua própria fórmula de introduzir a urgência dos problemas sociais no mundo e no Brasil, através de um contexto histórico do direito mundial, remetendo até ao regime feudal europeu, até o século XX. De outro, introduz a temática candente do nacionalismo. Ou seja, sua fala mantém, comparada com contextos anteriores, continuidade, mas abrindo espaço para novos problemas. O destaque dado ao programa do PTB, a maior das seções do discurso, tampouco surpreende.

O texto da reportagem de Argolo de Sá, originalmente transmitido pela rádio do deputado trabalhista Rubens Berardo, se inicia com um breve currículo de Carlos, contendo, em seguida, os itens: “Trabalhismo”, “Custo de vida”, “Economia”, “Lavoura”, “Verbas orçamentárias”, “Cooperativismo”, “Assuntos gerais”<sup>378</sup>, e “Presidência do Senado”.

---

<sup>378</sup> Os temas “Verbas orçamentárias” até “Assuntos gerais” são os mais curtos. Do primeiro o jornalista destaca verbas para obras obtidas por Carlos para

De maneira geral, Sá complementa e repete algumas considerações mais gerais de Carlos a respeito do papel do PTB no item “Trabalhismo” (a seção mais extensa também). A originalidade do trabalho do radialista Argolo de Sá está em dois itens: o “Custo de vida”, no qual procura frisar as falas de CGO no Monroe a respeito da carestia crescente e da inflação, condenando os dois fenômenos, colando-o assim numa pauta mais popular e de imediato impacto na vida do trabalhador brasileiro; e na última seção, “Presidência do Senado”, na qual destaca a “firmeza” e “serenidade” com que conduziu o Senado e a posse de Juscelino e Jango.

O apelo nacionalista e legalista, em voga na sociedade brasileira à época, constitui pilar importante do discurso de campanha de Carlos em 1958, junto à defesa da doutrina trabalhista (em que se refere novamente à inspiração de Pasqualini), e da importância da participação política do trabalhador via sindicato. Nada surpreendente, ou fora do padrão. O que realmente surpreende são as escassas menções a Getúlio Vargas, algo corrente em campanhas de outros trabalhistas no período. No discurso, Getúlio aparece apenas em função do PTB, quando remonta às origens da legenda: “O nosso Partido, criado sob a inspiração de Getúlio Vargas, cioso da obra social que havia começado, não busca senão dar às classes menos favorecidas aqueles bens que constituem condições básicas de uma vida digna, [...]” (OLIVEIRA, C. G., 1958, p. 8-9). Sobre Jango, nenhuma palavra, a não ser quando da participação de Carlos em sua posse.

Deve-se matizar, porém, o caráter mais protocolar do material: o discurso de Carlos foi proferido na nonvenção do partido, e não em um comício a operários, por exemplo. No caso da reportagem de Sá, transmitida na rádio de um petebista, percebe-se até o esforço de introduzir temas mais populares, como a carestia. Nas palavras de Sá:

Católico, modesto por índole, o Senador Carlos Gomes de Oliveira conseguiu salienta-se pelo próprio valor, sem jamais haver baixado a pleitear popularidade ou propaganda para seu nome e para suas ações. Impôs-se pelo valor intrínseco de seus discursos, pela elegância de seus atos e pela compostura de suas atitudes. Tornou-se, por isso, um parlamentar modêlo, tipo britânico, que sabe expor calma e decentemente, convencendo pela mansidão e vencendo sem arrogâncias (SÁ, 1958, p. 27).

---

Santa Catarina; de “Cooperativismo”, Sá lembra a atuação de CGO no INM, e de “Assuntos Gerais” são lembradas as missões do senador no exterior.



A imagem final que o partido procura passar de Carlos é uma mescla de homem modesto, cristão, preocupado com o povo, e de caráter. É a valorização do candidato através do que ele defende, o trabalhismo brasileiro, renegando o personalismo na política.

Não podemos desconsiderar a hipótese de que a construção destas representações de um CGO católico, elegante, sereno, parlamentar modelo, “tipo britânico”, faça parte também das disputas simbólicas intrínsecas ao PTB após 1954. Estas disputas, conforme já salientado, traduziam-se na defesa de um “verdadeiro” trabalhismo. CGO buscava então firmar-se dentro do partido com estas características, possivelmente em oposição a outras figuras da legenda.

Por exemplo, não é à toa a associação a um pretense “tipo britânico”, dadas as ligações iniciais do PTB com o Labour Party inglês. Partindo desta hipótese, CGO demarcava sua posição como um dos membros históricos da legenda, ante uma nova geração que ingressara após 54. Também ao salientar sua religiosidade católica, poderia estar manifestando implicitamente um anticomunismo, posicionando-se em campo oposto ao de Jango, que valorizava as relações com o PCB. Elegância, calma e compostura fariam, possivelmente, contraponto ao estilo mais despojado e inflamado de Leonel Brizola.

Enfim, *O Senador – O Candidato*, contribui não apenas com a campanha eleitoral de 1958, mas com a veiculação de representações e símbolos, instrumentalizados dentro da disputa pela hegemonia do trabalhismo brasileiro e do partido.

### **8.4.3 “Unidos mais uma vez por Santa Catarina”**

Em 1960, conforme exposto, o PTB caminhava rumo à cisão entre dois grupos: o comandado por Doutel de Andrade, que havia tomado o lado de Celso Ramos nas eleições estaduais daquele ano, e a ala de Saulo Ramos e CGO, que discordava da aliança PSD-PTB e optou por eventualmente aderir à UDN.

A elaboração e difusão de manifestos, prática corrente em campanhas eleitorais do período, também foi ferramenta utilizada pela chapa Irineu-Carlos Gomes, seja em conjunto, ou por cada partido isoladamente.

Não apenas de manifestos viveu a campanha. Um dos cartazes produzidos dita o tom da empreitada: “Unidos mais uma vez por Santa Catarina” é o *slogan* impresso em letras pretas e brancas, que encerra as fotografias em preto e branco de Irineu Bornhausen e Carlos Gomes de Oliveira, contrastadas com o fundo amarelo do cartaz (Figura 25).

Produzidos na filial blumenauense da Imprensa Paranaense S./A., os referidos cartazes remetiam à vitoriosa campanha de 1950, quando a dobradinha UDN-PTB levou ao governo do estado Irineu, e ao Senado, CGO. Sob os auspícios desta vitória passada é que se desenvolveu a campanha de 1960. Aliás, o local de confecção remete também à área de influência da família Bornhausen, a cidade de Blumenau. CGO, um dissidente sem o apoio formal de seu partido, dificilmente traria grandes recursos para financiar a campanha. A influência econômica do Banco INCO, provavelmente, se fez sentir em favor de Irineu, tal como em dez anos antes.<sup>379</sup>

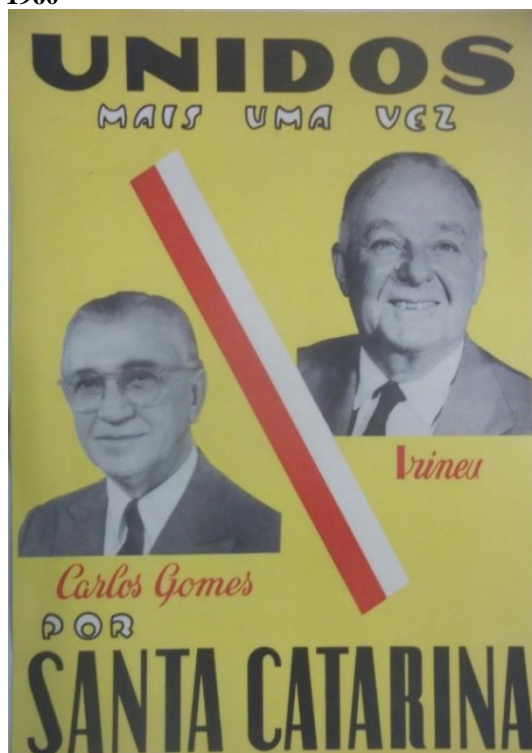
Dos manifestos acima referidos, dois deles são, com certeza, de autoria intelectual da dissidência petebista, batizada de MRT (Movimento de Recuperação Trabalhista). O primeiro deles é mais uma divulgação de seu candidato. Simples, em preto e branco, aparece uma fotografia de Carlos ladeada pela sigla MRT, encimada por uma citação de Getúlio Vargas extraída da Carta Testamento, em que, dentre outras frases, se lê: “Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender como sempre o defendi, o Povo e principalmente os humildes” (PARA GOVERNADOR..., 1960, p. 1). Finaliza pedindo voto a Irineu e a Carlos Gomes, em fonte maior que os demais trechos escritos do cartaz, para efeito de destaque.

O segundo manifesto, seguramente do MRT, traz também o posicionamento dos dissidentes quanto ao pleito presidencial. Intitulado, com letras garrafais, “Serão esses os verdadeiros petebistas?”, é um cartaz de papel simples, de jornal, com letras sóbrias, pretas, variando apenas o tamanho da fonte utilizada.

---

<sup>379</sup> Irineu era membro da diretoria deste banco, que teve importante participação nos seus anos de governo. Ver mais detalhes em Laus (1985).

**Figura 25 - Material da Chapa Irineu/Carlos Gomes para as eleições de 1960**



Fonte: Acervo FCGO/AHJ.

Do conteúdo, rebate as acusações de traição partidas do Diretório Estadual do PTB contra CGO e Saulo Ramos. Ao fazê-lo, lembra do “manifesto dos generais”, do fato de Henrique Teixeira Lott, candidato oficial do PTB e do PSD, haver assinado o dito manifesto no contexto da crise que levou Getúlio ao suicídio: “É por esses motivos, que nós petebistas de GETÚLIO VARGAS, somos impedidos de sufragar o nome de Lott porque este é um dos seus principais assassinos.” O manifesto prega ainda, por fim, a fórmula, em letras maiúsculas: “Para a luta com Saulo Ramos e para a vitória com JANIO IRINEU CARLOS GOMES”. Vale notar a falta de um nome para a vice-presidência. O MRT declara apoio a Jânio, mas no cargo de vice; não menciona Jango, tampouco Milton Campos ou Fernando Ferrari. A “traição” a Lott foi permitida no PTB, mas não a traição a Jango.

Na política catarinense, o manifesto vai à ofensiva, acusando a direção do PTB de prostrar o partido aos pés do PSD: “Êsse partido, ao pegar-se no poder, volta-nos as costas e tudo nos nega. Se derrotado, alega que seus compromissos só teriam valor no caso de vitória” (SERÃO..., s/d., p. 1). O elemento Getúlio volta à baila quando o texto lembra a pretensa solidariedade e respeito de Irineu ao falecido chefe, quando em vida. Afinal, há aqui uma disputa entre os petebistas autênticos, CGO e Saulo Ramos, com os “verdadeiros traidores” do partido, os aliados de Doutel. Vale destacar o movimento de recuperação da imagem de Getúlio, para reforçar a ideia de “autenticidade” e “tradição” dos petebistas dissidentes.

Ademais, pode haver a imbricação entre a vereda das disputas simbólicas dentro da legenda petebista com a questão da independência partidária entre duas agremiações de origem getulista em nível nacional: se em 1949 Saulo Ramos e Carlos Gomes denunciavam as tentativas do PSD de transformar o PTB numa linha auxiliar em Santa Catarina (sem dúvida um dos motivos para a aliança firmada com a UDN no pleito de 1950), aqui, em 60, podemos ter uma nova manifestação deste protesto: o “traíçoeiro” PSD, liderado por JK, já visto por CGO como ameaça ao monopólio petebista sobre o carisma de Getúlio em 1955, estaria em vias de cooptar o PTB, e, portanto, deveria ser visto com desconfiança.

Além disso, há a já comentada dimensão intrapartidária da luta simbólica, a de que a aliança com a UDN criaria uma diferenciação entre dois grupos antagônicos e reclamantes do título de “autênticos” trabalhistas: o grupo de Jango (aqui representado por Doutel de Andrade) e o de CGO e Saulo Ramos. A dobradinha com Irineu seria, desta forma, uma estratégia de posicionamento em âmbito nacional, além das nuances da política catarinense.

Adiante, noutro manifesto, o argumento da tradição política em Santa Catarina para o caso de Carlos ou de Doutel, aparece já no título: “ÊSTE É NOSSO – Catarinense e Trabalhista”. Nesse manifesto são elencados dez momentos da carreira profissional e política de nosso personagem, culminando com sua “devoção” aos problemas catarinenses no Senado, mencionando-se novamente a posse de JK e João Goulart em 1956.

Mas voltemos à “tradição”. Impossível pensar na validade deste argumento para escolher CGO ao invés de Doutel sem nos remeter à cultura política praticada pelos Ramos e Konder/Bornhausen, tema dos capítulos anteriores. A representação da predestinação ao poder, à direção política do estado, explícita nesta cultura política, é invocada nesta campanha. Foi um “sentimento bairrista”, como o que opôs os cunhados

Gomes de Oliveira ao juiz Ulisses Costa em Joinville em 1921, que ajudou a impulsionar Carlos a candidatar-se a vice-governador em 1960; algo disto mesclado com a bagagem adquirida por Carlos em sua vivência dentro do PTB, de suas disputas internas pela máquina do partido, arrastadas em pejejas pela hegemonia da doutrina e da representação do trabalhismo. É justamente a disputa pelo capital simbólico do partido, de sua força de penetração na sociedade, que Carlos, em seu discurso na Convenção da UDN, ou nos manifestos do MRT, procurou reforçar, ou seja, sua posição como “autêntico” trabalhista. O silêncio quanto à opção eleitoral à vice-presidência era parte conveniente da estratégia.

## 8.5 CARLOS GOMES DE OLIVEIRA DEIXA O PTB

Dissidências não eram bem aceitas no PTB. Fernando Ferrari, principal autor do programa chancelado pela Convenção Nacional do partido em maio de 1959, acabou liderando o que Maria Celina D’Araujo (1996) chamou de “cisma” do partido, ao fundar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).<sup>380</sup>

Enquanto outros partidos, UDN e PSD, conviviam com alas diferentes, o PTB se desintegrou com o combate de Ferrari ao personalismo de Goulart. O ponto nevrálgico era menos programático e mais em torno da disputa pela máquina partidária. Segundo D’Araujo, o fato de Ferrari ser um político em plena ascensão eleitoral e proveniente do diretório gaúcho, casa de Jango e Leonel Brizola, agravou a querela. A autora descarta, assim, a possibilidade de Ferrari ter fundado o MTR em busca de um autêntico trabalhismo, mas o admitiu como um confronto entre lideranças num partido de estrutura oligárquica, grassado pelo personalismo janguista.

Ferrari lança, então, sua candidatura à vice-presidência, concorrendo diretamente com João Goulart em 1960, candidatura logo abraçada por setores envolvidos com Jânio Quadros. Em Santa Catarina, Ferrari obteve modesta votação, 58.873 votos, contra 174.509 conferidos a Milton Campos e 235.557 a Goulart. Seu trabalhismo de “mãos limpas”, porém, encontrou raízes, especialmente na dissidência petebista no estado.<sup>381</sup>

---

<sup>380</sup> A semelhança com o nome da dissidência catarinense não é mera coincidência.

<sup>381</sup> A expressão “mãos limpas”, utilizada para criticar o personalismo e o clientelismo de Jango no PTB, ecoou, a seu modo, na campanha de Carlos. Em um manifesto, afirma-se que CGO “não fez de seu trabalhismo um balcão”, que “não tem cadilques no Rio de Janeiro”, e que honra o trabalhismo

Em carta ao presidente nacional do PTB, contudo, nosso biografado destacou a votação de Ferrari e de Campos em Santa Catarina. Para ele, os números comprovavam: “Não fôsse o divisionismo destas duas candidaturas, e o presidente do PTB estaria plenamente derrotado”. Causa disso, na avaliação de Carlos, era o apoio do partido ao governo Kubitschek, que relegara a segundo plano a previdência social e as condições de vida dos trabalhadores, priorizando, durante sua gestão, um plano de metas nada condizente com a realidade nacional, pois agravava problemas como a carestia e a inflação. O PTB sofria, então, com o descrédito, dado seu alinhamento ao PSD, e já que o PSD falhara com relação às demandas populares, seu partido também falhou.

Afinal, CGO traz algumas informações pertinentes para rastrear sua ação pós-eleições. Primeiramente, destaca o laço da dissidência catarinense com o MTR de Fernando Ferrari, no qual diz ter ingressado. Essa medida era consequência de sua crítica ao personalismo que, em sua leitura, “intoxicava” o PTB: “É êsse personalismo que afastou e afasta do PTB um sem número de homens de primeira linha política e cultural, e que pelas suas tendências e convicções deveriam estar conosco” (EX-SENADOR..., 1960, p. 12). Tal crítica não era endereçada ingenuamente a João Goulart: era um desafio de CGO à autoridade do presidente do PTB, como se não bastasse reafirmar sua simpatia por Ferrari. Foi, de certa forma, sua carta de despedida do partido, considerando o expurgo realizado na Convenção Nacional de julho de 1961, ocasião em que o próprio Fernando Ferrari foi expulso. O nome de Carlos não é relacionado entre os expurgados, mas é improvável que tenha sobrevivido.

Concomitantemente com suas atividades partidárias, desde fevereiro de 1959 Carlos havia retomado seu cargo no governo estadual, no antigo DAM, então Consultoria Jurídica, na gestão Heriberto Hülse (UDN). Tal aproximação política e profissional com a UDN foi, sem dúvida, elemento pesado por Carlos nas discussões petebistas em torno da sucessão de 1960. Seu apoio a Jânio Quadros, no pleito daquele ano, rendeu-lhe o retorno à posição de diretor no INM.

Em prestação de contas ao iniciar o exercício do cargo, em março de 1961, Carlos reforçou sua condição financeira, estável (até deficitária) em relação ao período anterior a 1950, “e hoje, com poucos bens, mas com muita tranquilidade de consciência me sinto em condições de poder servir a um govêrno, como o do Jânio Quadros, da renovação administrativa, política e moral” (DECLARAÇÃO..., 1961, p. 8).

---

brasileiro e catarinense, pois “não é um explorador do trabalho” (AOS TRABALHISTAS..., s/d).

Compreende-se esta ênfase no fato de possuir poucos bens, pois é tributária das críticas, feitas ainda no Senado, contra a influência do poder econômico na política, um poder que sempre procura “reembolso” de seus préstimos financeiros.

Agora, é instigante pensar a leitura que ele faz do papel de Jânio Quadros na política nacional, e o que diz sobre o processo político brasileiro. O ano de 1960 apresentou três candidatos apartidários à presidência da República - Jânio Quadros, Teixeira Lott e Adhemar de Barros. Isto revela uma pulverização da representação política, se somado ao surgimento das frentes parlamentares como a Frente Parlamentar Nacionalista (grupo, aliás, responsável, dentro do PTB, pelo apoio ao marechal Lott) e ao nascimento de outras entidades representativas da sociedade civil entre fins dos anos 1950 e início dos 60. Ou seja, os antigos partidos agora não estavam mais sozinhos, embora os três maiores ainda representassem maior força institucional. Enfim, é importante salientar que um trabalhista como CGO (e muitos outros que avalizaram a chapa Jan-Jan) via em Jânio Quadros uma opção melhor que a do PSD para a implementação do programa trabalhista.

Para Carlos, havia então uma “crise” de representação, gerada pelo personalismo fomentado por João Goulart no PTB<sup>382</sup>. O partido já não conseguia mais responder às aspirações da população. É por entender que havia a necessidade de uma “renovação” das lideranças da legenda que simpatiza com o MTR de Fernando Ferrari e seu “autêntico trabalhismo” (EX-SENADOR..., 1960, p. 12),<sup>383</sup> e com a figura de Jânio Quadros. É assim que Carlos toma posição numa disputa, agora interpartidária, pelo controle do teor ideológico do trabalhismo brasileiro.

---

<sup>382</sup> Não era voz única nesta crítica. Guerreiro Ramos, ex-deputado federal do PTB, entendia que os pleitos de 1958 e 1960 haviam fechado um ciclo no partido, e se “o PTB, se quisesse transformar-se no ‘órgão de excelência das aspirações da coletividade trabalhadora do país’, deveria livrar-se de quatro ‘doenças’: o varguismo, o janguismo, o peleguismo e o expertismo” (D’ARAÚJO, 1996, p. 168). Guardadas as diferenças no pensamento de ambos, percebe-se que até a semântica é semelhante: para Carlos, o partido estava “intoxicado”; para o outro, “doente”.

<sup>383</sup> Havia mais uma leitura que unia Fernando e Carlos: o anticomunismo. Na carta a Jango, CGO alertava a respeito da falha do PTB em responder às demandas do povo: “Ou elevamos o nível de vida das classes trabalhadoras aos termos de um socialismo moderado, como o que pregamos com o trabalhismo, ou teremos a revolução social. O extremismo russo já transpôs o oceano em direção a nós.





## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] abandonei a política sem desencanto nenhum. Não tenho do que me queixar. Nunca fui ambicioso. Foram as próprias contingências da vida que me levaram a ser aquilo que nunca pleiteei. Por isto estou em paz comigo mesmo e com o mundo.

(TERNES, 1994, p. 58)

Não poderíamos, ao fim desta pesquisa, negar a Carlos a oportunidade de se despedir. O trecho que selecionamos, de sua entrevista a Raul Caldas Filho para *O Estado*, em 1977, nos remete um pouco ao problema das generalizações, do ordenamento de um devir para a trajetória de vida, ao fazer alusão ao que é mistério, ao que é inexplicável em nossas vidas, às contingências e acasos com que invariavelmente nos deparamos. Denota, nosso personagem, ter ele próprio refletido acerca de sua trajetória e, ao comunicar este tipo de sentimento, tentar criar uma imagem de si – processo sobre o qual teceremos algumas considerações adiante.

Sua vida, contudo, não acabou em 1960, com a derrota nas eleições do governo do estado. À guisa de epílogo, podemos contar algumas histórias enfeixadas em sua trajetória.

Em outubro de 1962, ocorreram eleições no Brasil e, em Santa Catarina, duas vagas para o Senado estavam em disputa. O PTB lançou como candidato Armindo Doutel de Andrade, com Acácio S. Thiago de suplente, indicando que ao menos parte das disputas internas do partido estavam amenizadas. Entretanto, sem espaço no partido, Saulo Ramos queria sua reeleição, sendo lançado pelo PST. CGO foi seu candidato a suplente. A inexpressiva votação de Saulo marcou a última disputa eleitoral de nosso personagem, embora pouco se tenha referido a ela. Em todas as entrevistas do personagem a que tivemos acesso, a eleição de 1960 é referida como sua final, talvez uma estratégia de apagar este insucesso, talvez por ter sido ele apenas suplente.

Quanto aos eventos de 1964, que culminaram com um golpe civil-militar, Carlos não parece ter-se envolvido diretamente, tampouco ter sofrido alguma sanção e/ou perseguição por seu passado no PTB. De fato, em julho daquele ano, recebeu do Arquivo Nacional cópias de documentos sobre a história de Joinville, para suas pesquisas sobre o

município, realizadas em conjunto com Adolfo Bernardo Schneider e Carlos da Costa Pereira, cujo objetivo era escrever uma “História de Joinville” (SCHNEIDER, 1963).

Já seus filhos mais velhos, Flávio Edmundo e João Carlos, oficiais da Aeronáutica, estiveram mais diretamente envolvidos nos eventos de março e abril de 1964. Flávio Edmundo, então adido ao gabinete do Ministério da Aeronáutica, continuou suas funções após o golpe e em 22 de abril foi promovido a tenente-coronel-aviador. Segundo suas memórias, a promoção foi por merecimento, em decorrência de ter atingido 5.600 horas de voo e 7.000 aterragens. João Carlos não teve a mesma sorte: atuando em São José dos Campos/SP, onde quase todos aderiram ao golpe, o segundo filho de CGO voou para Porto Alegre no dia 31 para defender o regime democrático, sendo preso ao aterrissar. Transferido para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo, foi liberado cerca de três meses depois, pela Comissão Geral de Inquérito. Em 20 de agosto, acabou demitido, “isto é, considerado falecido, pela Força Aérea, pelo Ato Institucional nº 1” (OLIVEIRA, F. E. G., 2005, p. 27). João Carlos foi impedido de exercer qualquer atividade profissional na aviação civil, o que lhe dificultou a vida nos anos que se seguiram. Sua punição, considerada exagerada pelo irmão e pelo pai (na dedicatória do livro *Integração*), foi revista apenas com a Lei de Anistia em 1979.

O primeiro vestígio de crítica ao regime instalado em 1964 da parte de nosso biografado data de 1977, na já referida entrevista para *O Estado*. Na ocasião, CGO destacou o papel do Ato Institucional nº 5, “que é realmente um instrumento ditatorial” (TERNES, 1994, p. 80). Dissertou ele: “Vivemos aparentemente num regime democrático. Temos eleições. Vota-se. A imprensa ganhou uma certa liberdade. A aparência toda é de uma democracia. Mas nós sabemos que não é bem assim” (TERNES, 1994, p. 80).

Na vigência do regime civil-militar, Carlos passou a dedicar-se a outras atividades políticas. Residiu alguns anos no balneário de Barra Velha, litoral norte de Santa Catarina, onde foi em algumas ocasiões procurado pela prefeitura daquele município, como demonstram correspondências do FCGO, para intermediar contatos com o governo estadual, especialmente durante o período de Antônio Carlos Konder Reis, governador biônico de Santa Catarina entre 1975 e 1979. Os dois cultivavam uma relação cordial, ao menos desde os anos 1950, quando um jovem Konder Reis exercia o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do estado. Talvez esta amizade tenha sido conveniente para impedir sanções do regime ao antigo petebista Carlos Gomes.

Seja como for, se a sua atividade política não estava necessariamente finalizada, a intelectual floresceu no período. CGO escreveu artigos em jornais do estado, falando de tempos passados, ou da política do momento. Candidatou-se à Academia Catarinense de Letras e nela ingressou em 1969, na cadeira nº 8. Também participou da constituição da Academia Joinvilense de Letras no mesmo período. O FCGO conta, aliás, com inúmeras correspondências de colegas acadêmicos, emitidas entre os anos 1970 e 1980, como Walter Piazza, Carlos Humberto Corrêa, entre outros.

Carlos retomou seu lado escritor com a publicação de *Constituinte e Constituição* (1986), coletânea de discursos e projetos seus na Constituinte de 1934, além de uma “memória” do período. Um ano antes, nosso biografado lançou outro livro, *Integração* (1984). Neste, dividido em seções – uma sobre Joinville, outra sobre Santa Catarina, a última do Brasil –, CGO apresenta dados, informações e interpretações suas a respeito da história do Brasil, do estado e do município de Joinville, destacando a constituição do território, a composição social e étnica das populações que o ocupam, dados demográficos, estatísticos, econômicos e históricos da trajetória do país. Carlos investe novamente no sentido da defesa da nacionalização empreendida nos anos 1930 e 1940. Na leitura do livro, evidencia-se o protagonismo do elemento luso-brasileiro na construção de Joinville, numa perspectiva até contrastante com as narrativas memorialísticas e históricas locais que priorizavam mais o papel dos imigrantes europeus.

O período de 1960 a 1990 foi também de perdas pessoais para CGO. Em 1969, João Carlos, seu filho do meio, faleceu em decorrência de um infarto, sendo lembrado com carinho no prefácio de *Integração*. Sara, sua esposa desde 1921, veio a falecer em 1992, depois de 71 anos de casamento.

Já por fins dos anos 1980, Carlos e Sara haviam voltado a residir em Joinville. Depois da viuvez, CGO mudou-se para a casa de seu filho mais velho, Flávio Edmundo, passando também algum tempo com a filha caçula, a bibliotecária Sara Maria Isabel Gomes, no Rio de Janeiro.

Os anos pesavam. No início de 1997, Carlos não conseguia mais andar sozinho; por isso, passou muito tempo em repouso. Num destes momentos, na tarde de sexta-feira, 15 de agosto de 1997, CGO sofreu uma parada cardíaca durante o sono, vindo a óbito. Aos 102 anos de idade, deixou os dois filhos ainda vivos, oito netos e dezessete bisnetos.

Luto oficial decretado, o velório foi realizado no saguão da prefeitura municipal de Joinville. O cortejo saiu na manhã de sábado rumo

ao Cemitério Municipal, sua morada final, ao lado dos pais Francisco e Izabel, da esposa Sara e do filho João Carlos.

Se as décadas de 1960 a 1990 foram de atividade intelectual e de mudanças na dinâmica familiar para Carlos, foram também anos em que foi se sedimentando uma leitura sobre o seu passado, processo controlado em partes por ele mesmo. A produção da memória sobre nosso biografado forneceu fontes para esta pesquisa e, portanto, é preciso um pouco de cautela sobre essa construção contemporânea a ele, conforme alerta de Musiedlak (2007).

Vale uma breve digressão sobre este processo, que, em nossa percepção, se divide em três frentes: entrevistas para jornalistas, doação de documentos e recebimento de condecorações.

Da primeira frente, as entrevistas mais consultadas por Apolinário Ternes em seu livro são as concedidas a *O Estado*, em outubro de 1977, e ao jornal *A Notícia*, em 1981. Estas duas seguem um roteiro narrativo muito próximo, em que jornalistas em anos seguintes basearam suas perguntas e textos.

Da segunda, a doação de documentos, é outra muito bem controlada por Carlos e que, de certa forma, complementa a primeira, considerando a atuação de Ternes, tanto no jornal *A Notícia*, quanto no Arquivo Histórico de Joinville. Na caminhada desta pesquisa, percebemos o potencial do FCGO, mas também suas limitações. Sua força estava no fato de serem documentos derivados de sua atuação pública, e aí estava a sua fraqueza: lembremos Giovanni Levi e sua leitura da parcialidade das fontes, produzidas em sua maioria em momentos de decisão do indivíduo. Sentimos falta de mais correspondências, que fornecessem pistas sobre as articulações políticas antes de acontecerem. Quanto à carência de fontes relacionadas à sua família, muito provavelmente se deve a uma concisa delimitação entre o público e o privado.

Não podemos, naturalmente, culpar a documentação pelo caráter desta biografia. Esta é uma biografia possível de Carlos Gomes de Oliveira. No próprio FCGO, deparamo-nos com outras opções: o foco no Carlos intelectual e dono da cadeira nº 8 da ACL é escolha viável, considerando a documentação presente no AHJ. Entretanto, foi nossa escolha a escrita de uma biografia política, entendendo que sua trajetória nesta esfera traz contribuições para pensarmos a política catarinense e brasileira e suas culturas políticas durante boa parte do século XX.

Ainda há uma terceira frente: o recebimento de prêmios. Honrarias como o título Doutor Honoris Causa, a Ordem do Congresso Nacional e

a Medalha do Sesquicentenário da Assembleia Legislativa são o resultado material, prova cabal, de sua virtuosa carreira pública.

Indubitavelmente, Apolinário Ternes, em seu *Dossiê dos 100 anos*, foi o artífice que, ao enfeixar essas três frentes, produziu a representação documental mais robusta acerca de CGO, ao unificar a narrativa cronológica de sua trajetória roteirizada nas reportagens já referidas de *O Estado* e *A Notícia*, além de coligir uma série de depoimentos de contemporâneos em relação a nosso personagem. Qual é o Carlos Gomes que emerge do “Dossiê”?

Os adjetivos valorativos são muitos, mas sempre gentis: modesto, sereno, humilde, “não se deixando perder nos labirintos da vaidade”, reto, disciplinado, ético e ímpoluto: “Abdicou de mordomias, vantagens e privilégios, quando esteve na Câmara Federal e no Senado.” Cita, para esta sua afirmativa, especificamente o caso dos automóveis, de 1953. Carlos “viveu de seus proventos como político e jamais enriqueceu nela, na política. Antes, em razão dela, acabou se desfazendo de um razoável patrimônio, herdado de família [...]” (TERNES, 1994, p. 12). Este aspecto da honestidade na política é pensado a partir do presente de Apolinário, 1994, época em que o apelo aos valores éticos entre os políticos possivelmente estava em alta, em decorrência, por exemplo, do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor.

O jornalista beira, de fato, à divinização de Carlos, quando afirma: “A grandeza de Carlos Gomes de Oliveira está na dignidade com que desempenhou todas essas funções. No caráter nobre, superior, quase divino que emprestou a cada uma destas atividades” (TERNES, 1994, p. 10).

Além deste traço de sua conduta pública, há ainda o destaque ao trabalhismo: a opção dele pelo PTB na defesa do trabalhador teria sido natural, considerando sua origem de “família grande e que lutara com dificuldades por longo tempo, Carlos Gomes sempre soube as amarguras da escassez da assistência material, do dinheiro, da segurança.” Deste passado, nosso biografado “dedicou inteira sua vida pública em defesa de princípios e instrumentos que possibilitassem a gradativa melhoria do trabalhador, seja na elevação do salário, ou na criação de sindicatos, na organização do trabalhador na busca de benefícios e garantias” (TERNES, 1994, p. 15-16). Sua adesão ao getulismo também foi consequência natural.

Este pendor, que Bourdieu chama de ilusão biográfica, fica também evidente quando faz um balanço do Brasil, que tanto havia mudado desde 1930, mas no qual Carlos continuou “ele mesmo, fiel a seus princípios, como combatente de uma política voltada para os

pequenos, tendo como imbatível sonho a construção de um país melhor, mais solidário, mais fraterno e moderno, participativo e democrático” (TERNES, 1994, p. 17).

Essa construção aparece em pelo menos mais um personagem. Para o jornalista Moacir Pereira, “a generosidade humana costuma ser benevolente com os falecidos, apagando registros biográficos negativos para relacionar apenas suas qualidades. Pois no caso desse extraordinário político joinvilense nada há a registrar na coluna das fraquezas” (PEREIRA, M., 1997, p. 5). Assim, Carlos assume o caráter de paradigma do político, modelo, exemplo a ser seguido.

É imperativo, porém, cotejar essa imagem. Apresentamos, na introdução deste trabalho, alguns pressupostos teóricos caros a nossa pesquisa, na relação entre o gênero biográfico e a História. Em que contribuem eles para a compreensão da trajetória de nosso personagem e das representações atribuídas a esta trajetória ao longo dos anos 1960 a 1990?

A primeira percepção da leitura de Ternes é sua tendência à organização de sentido, de um devir, dos primeiros anos ao auge da carreira política de Carlos. Fiel a seus princípios, CGO manteve-se o mesmo durante sua trajetória, a despeito das mudanças institucionais e sociais passadas pelo país durante o século XX. Essa leitura de Apolinário Ternes parece tributária da pintura de um contexto histórico difuso, pouco profundo, tábula rasa para a ação do “grande homem” Carlos Gomes. Há aí uma relação de força entre o indivíduo e a sociedade que CGO vence, pois pode agir com sua independência – consequência de sua probidade e retidão – em um rumo inabalável para seus objetivos na vida pública. É como se Carlos jamais estivesse ele próprio em disputa, como se tivesse saído da carpintaria acabado.

Tal leitura vai de encontro à crítica de Bourdieu, à ideia de que a unificação do indivíduo numa trajetória linear rumo a um destino é de fato uma ilusão que não leva em conta inúmeras variáveis individuais e sociais; é uma opção na qual se admite que os “grandes” “fazem a história” a seu bel-prazer. Giovanni Levi fala da importância de se caracterizar um contexto histórico rico e diversificado que pode, dentre outras funções, demonstrar que a agência de dado sujeito nada constitui de excepcional, sendo, antes de mais nada, a regra de uma época.

Algumas situações com que nos deparamos no decorrer da pesquisa e da análise mostram, porém, outro personagem. Carlos não parecia um sujeito encerrado quando observamos suas atividades parlamentares na década de 1930. Um Brasil em disputa mostrou um Carlos em disputa, entre os melhores projetos políticos a serem

implantados no país. CGO flertou com o Integralismo, aderiu a um novo regime republicano e, em 1937, nada fez para impedir um golpe de Estado que inaugurou um novo período autoritário. Mesmo que admitamos (e não é o caso aqui) que, neste breve período de três anos, seu conceito de democracia se tenha modificado, mesmo isso demonstraria que Carlos era um sujeito em constante construção.

Por que teria ele voltado a aventar a possibilidade da retomada da democracia em público apenas no início de 1945, e não antes? Provavelmente porque a conjuntura política nacional e internacional lhe permitiu isso apenas no começo de 1945.

Recusou ele as mordomias dos cargos que ocupou? De fato, em muitas ocasiões, a documentação nos permite reafirmar sua probidade e desapego em relação aos benefícios que, ainda hoje, são prodigamente usados pelos homens públicos. Entretanto, só para citar uma ocasião já comentada no capítulo 6, se em 1953 CGO se recusou a comprar o automóvel em condições favorecidas de financiamento, não deixou passar uma segunda vez, em 1957, o que lhe deu mais recursos para o financiamento de sua campanha para a reeleição no ano seguinte. A questão em jogo aqui não é condenar nosso biografado, mas demonstrar como são problemáticas as generalizações e os reducionismos na produção de uma imagem de um indivíduo.

Estas generalizações voltam a aparecer, comportando também a despolitização da trajetória do sujeito. Em dado momento, Ternes afirma: “Daí, também, sua confortável adesão ao getulismo, do qual foi um dos mais valorosos soldados em terras catarinenses, e, mesmo, homem de confiança pessoal de Getúlio Vargas, com quem trocou muitas e extensas cartas” (TERNES, 1994, p. 16). O jornalista transcreve, em outro capítulo de seu livro, a íntegra do discurso de CGO de 24 de agosto de 1954, já com o presidente morto. Percebe-se haver aí, senão uma contradição, o esquecimento das nuances políticas de Carlos Gomes que, nos dias antecedentes, não atuara como um dos mais “valerosos soldados” de Vargas.

A despolitização torna-se evidente no tocante à sua participação no Estado Novo. Em nenhum momento é citada sua colaboração no INCP, enquanto o INM tem cadeira cativa nas narrativas de sua trajetória. Mesmo sua nomeação para a presidência do INM parece despolitizada, tributária apenas do interesse e conhecimento que CGO manifestava em relação ao assunto do mate na Câmara Federal e da amizade com Getúlio Vargas. O estudo deste período nos mostrou que estes fatores facilitaram a nomeação de CGO, mas há todo um histórico nessa proximidade entre

ele e Getúlio, que passa despercebido em Ternes e nas entrevistas em que o fato é mencionado.

A biografia que estamos a concluir é uma biografia possível, por nossas perguntas, métodos e documentos, assim como foi o *Dossiê dos 100 anos* possível a Apolinário naquele momento, por seus objetivos e documentos. A despolíticação que verificamos deve-se muito às fontes que selecionou, boa parte delas de tempos posteriores, especialmente as entrevistas jornalísticas de caráter memorialístico. Muito das articulações políticas se perdeu nessas entrevistas. Para se ter uma ideia, a posse de Juscelino e Jango em 1956 é sempre referida, mas nada se comenta das tratativas de uma candidatura de “união nacional”, bandeira de muitos petebistas em 55, inclusive do próprio Carlos Gomes.

Conseguimos perceber, mesmo privilegiando a atuação pública de nosso objeto de estudo, incoerências e (des)continuidades em sua trajetória. O estudo de seu comportamento político através das reflexões de cultura política foi de suma importância para esta percepção. Que Carlos Gomes de Oliveira emerge do presente trabalho?

Tendo em consideração a premissa de que o sujeito não é livre de amarras de seu contexto em sua agência, percebemos Carlos e seu comportamento político muito mais em decorrência de sua bagagem intelectual, familiar, religiosa, partidária. Por isso, buscamos apreender seus contatos com diferentes grupos políticos, espaços institucionais, vetores de socialização política. É do contato com culturas políticas, com a assimilação de características, e até da evolução dessas culturas que Carlos manifestou um conjunto de valores, representações e práticas, produziu suas leituras de passado, presente e projetos de futuro.

Assim, emerge um Carlos agente político em primeiro lugar. Um indivíduo que não age com inspiração divina, numa trajetória teleológica. É um indivíduo que faz escolhas pautadas no que tem em mãos - informações, costumes, valores, visão de mundo, de passado e de futuro. Emerge um Carlos Gomes que lidava com trabalhadores urbanos e rurais desde os anos 1920, reconhecendo a importância destes novos atores sociais para a política, mas com a perspectiva de circunscrever sua participação política ao alistamento eleitoral. Um discurso atualizado na questão social, mas excludente em política. Um Carlos que entrou no jogo político da Primeira República, mas que demandava mudanças no sentido de se “regenerar” costumes. Só neste parágrafo percebemos a influência e a assimilação de leituras de mundo provindas de seus contatos políticos, os Ramos e os Konder, de seu cunhado Plácido Gomes e de sua formação acadêmica em São Paulo.



Emerge um Carlos defensor dos sindicatos corporativos do Estado Novo e da legislação trabalhista referendada no país a partir da década de 1930. Vale lembrar que seu primeiro contato com o Governo Provisório, a partir de 1931, foi com o MTIC. O sindicato seria o local de mediação e harmonização entre patrões e empregados, e guia político para o operariado em direção ao Partido Trabalhista Brasileiro, como preconizou nos anos 1950. Objetivo de toda essa legislação: afastar o operário da influência comunista.

Significa, como o próprio Carlos afirmou em entrevista, que fora trabalhista “desde os anos 1920”? Não, até porque o trabalhismo brasileiro, como cultura política, só começou a se construir nos anos 1940. Nosso personagem esteve em disputa, em construção, durante o período de sua vida que observamos, e essa disputa se dava através de seu contato com diferentes canais de socialização política. Carlos não projetou, nem teria podido, seu ingresso no PTB na década de 1920. Antes disso, passou por flertes com o integralismo, depois, ao combate eleitoral à AIB; passou pela tentativa de regenerar a Primeira República, através da aliança com o “modernizador” Adolfo Konder; passou de sua “independência”, tantas vezes arrogada, ao serviço de Getúlio Vargas e a seu regime; ressignificou seu conceito de democracia durante os anos de Estado Novo.

O traço da preocupação com a assistência ao trabalhador manteve-se com maior ou menor intensidade, mas essa pauta poderia ter sido defendida não necessariamente por ele no PTB. Poderia ter sido no PCB. Ao analisar seu comportamento em relação ao PCB, porém, percebemos que essa opção foi eliminada com certeza nos anos 1930. Teria podido ser o PSD, partido criado em 1945, também de inspiração getulista, em que vários de seus conhecidos catarinenses ingressaram, especialmente o velho aliado Nereu Ramos.

Mas a escolha foi o PTB. E que trabalhismo ajudou a construir? Em trabalhos consultados, fala-se da condução do PTB catarinense pelo grupo de CGO, um grupo “moderado”, substituído a partir de 1958 por Doutel de Andrade, que aproximou o partido da burocracia sindical. Observamos, de fato, essa disputa organizacional no partido a partir de fins dos anos 1950. Não se deve, entretanto, entender o PTB de CGO como reacionário: muito pelo contrário, nosso biografado, alinhado a Alberto Pasqualini e a Lúcio Bittencourt, se não formulou uma doutrina de fôlego para o trabalhismo, manifestou preocupação neste sentido. Sua atuação parlamentar não salta aos olhos em contraste se comparado com outros colegas, embora se possa questionar o alinhamento da bancada parlamentar com os desígnios da direção do partido. Em suma, a “moderação” de Carlos não era algo extraordinário no PTB. A opção mais

“radical” foi sendo construída principalmente a partir da década de 1960, quando ele já não estava mais na legenda.

Olhamos para o passado de Carlos Gomes sob o peso do presente. Num momento como esta década de 2010, de avanço de políticas públicas neoliberais, como as privatizações; de congelamento de investimentos públicos pelo governo federal; de concessão da exploração de recursos naturais, especialmente do petróleo; de reformas trabalhistas discutíveis sob o aspecto da melhora de vida do trabalhador; de uma diplomacia subserviente. É interessante olhar para o passado e observar que existiram opções, projetos diferentes de país, como o trabalhismo, construído também por nosso biografado. Ora como parlamentar catarinense, ora como burocrata estadonovista, nosso personagem advogou pela nacionalização dos recursos naturais; foi pertinaz defensor da criação da Petrobrás em 1953; assinalou a necessidade da presença do Estado na coordenação econômica e social do país, com a legislação trabalhista e previdenciária, no provimento da educação, no controle da produção econômica, no controle de preços, na taxação e no incentivo industrial; desconfiou da eficácia da iniciativa privada nessa coordenação econômica em inúmeras ocasiões; encampou a Operação Pan-Americana num sentido de buscar para o Brasil recursos para a implementação do Plano de Metas desenvolvimentista do governo JK; elaborou projeto de reforma agrária. Tudo isso, dentre outras bandeiras que se enquadram no projeto de país defendido pelo trabalhismo brasileiro.

Agora, nos anos 2010, assistimos também à deterioração das instituições republicanas e à sombra do autoritarismo e da ruptura democrática. Talvez a intenção não seja olhar a biografia de Carlos em busca de um modelo, de um tipo aplicável hoje para solucionar a atual crise política, como história *magistra vitae*, mas mostrar que, em várias ocasiões, o regime democrático brasileiro esteve na berlinda, e Carlos participou, a seu modo, na construção de soluções mais ou menos originais: em 1937, foi conivente com um golpe no regime democrático, mas em 1945 abraçou a redemocratização conduzida pelo Estado Novo, surfando na onda do queremismo, não conseguindo, porém, ver sua opção consolidada por conta do golpe contra Getúlio em outubro. Em 1954, embora se distanciasse de Getúlio, mantinha uma fala (comedida) de defesa de seu mandato ante a instigação de golpe militar por parte da UDN. Para Carlos, os militares deveriam despir sua farda para entrar na política. Em 1955 articulou junto a outros trabalhistas uma candidatura única, para unificar o país, no que falhou também, e a chapa JK-Jango, vencedora, quase não assumiu a Presidência, por conta de um golpe militar.

Há, nestas ocasiões, uma incoerência: se em 1937, ou mesmo antes, em 1932, não manifestou grande apreço pela democracia liberal, transformou-se em “soldado” da democracia nas três ocasiões seguintes. Além desta pontuação, o que fica é a defesa da democracia e da construção da experiência democrática a partir de 1945 – momento em que os modelos autoritários são derrotados na Segunda Guerra Mundial. É como afirmava CGO em 1955, às vésperas da tentativa de golpe contra a posse de Juscelino: “O desrespeito às instituições só redundaria em atraso para o aperfeiçoamento delas, que desejamos melhoradas e definitivamente implantadas” (OLIVEIRA, C. G. 1992, p. 382).

A propósito do aperfeiçoamento das instituições, a posição de Carlos Gomes, se, por sua moderação, pode ser vista com reserva hoje, demonstra que o regime iniciado com a Carta de 1946 estava em contínua construção. A experiência democrática de então foi, conforme lembra Jorge Ferreira, conquistada, ampliada, não nasceu pronta. Tampouco foi terra arrasada pelo “populismo”. Foi um momento de mobilizações populares, sindicais, especialmente em momentos como o de 1955, de crise institucional. Havia projetos nacionais mais ou menos bem delineados, e verificava-se a identificação de parte significativa da população com os partidos.

Ferreira assinala que as crises da República de então decorreram da não aceitação das forças conservadoras, civis e militares, aos avanços e resultados do jogo democrático. E o resultado dessas tentativas de golpe “foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais, incluindo o povo nas ruas, greves de trabalhadores organizados, [...], estudantes e intelectuais mobilizados, entre outros grupos sociais defendendo a democracia” (FERREIRA, 2003, p. 338). Este foi nosso biografado entre 1954 e 1955, mesmo que sua estratégia de defesa democrática possa parecer “moderada”. A seu modo, CGO foi um dos artífices da experiência democrática brasileira de 1946.

Num estado como Santa Catarina, em que a política parece ainda dominada por oligarquias como nos anos 50, é interessante olhar para a trajetória de alguém que se desgarrou, mesmo que um pouco, do seio dessa oligarquia, e levantou – em termos políticos, sociais e econômicos - um projeto de país nacionalista, desenvolvimentista e democrático.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A COACÇÃO. **Correio de Joinville**, 5 ago. 1922, p. 1. Acervo AHJ.
- A ELEIÇÃO da comissão directora. **República**, Florianópolis, 1º mar. 1931, p. 2. Acervo HDBN.
- A ELEIÇÃO do dia 1º e o prestígio da chefia política em Joinville. **Correio de Joinville**, 8 mar. 1930, p. 1. Acervo AHJ.
- A GREVE. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 4 ago.1917, p. 1. Acervo HDBN.
- A LEI de segurança nacional: Discurso pronunciado pelo deputado Carlos Gomes. **República**, Florianópolis, 7 fev. 1935, p. 6. Acervo HDBN.
- A NOSSA orientação. **Correio de Joinville**, 20 ago. 1921, p. 1. Acervo AHJ.
- A QUESTÃO presidencial. **Correio de Joinville**, 28 jan. 1922, p. 1. Acervo AHJ.
- A REFORMA constitucional. **O Radical**, Rio de Janeiro, 2 dez. de 1936, p. 2. Acervo HDBN.
- A RENOVAÇÃO. **Correio de Joinville**, 25 mar. de 1931, p. 1. Acervo AHJ.
- A REUNIÃO dos Directorios Municipal e Districtaes do Partido Liberal em Joinville. **República**, Florianópolis, 7 jul. 1931, p. 1. Acervo HDBN.
- A REVOLUÇÃO victoriosa. **Correio de Joinville**, 25 out. 1930, p. 1. Acervo AHJ.
- A SERVIÇO do extremismo verde! **O Radical**, Rio de Janeiro, 29 nov. 1936, p. 1. Acervo HDBN.
- A SUCESSÃO presidencial da Republica. **Correio de Joinville**, 10 ago. 1929a, p. 1. Acervo AHJ.
- A SUCESSÃO presidencial. **Correio de Joinville**, 31 jul. 1929b, p. 1. Acervo AHJ.

A TRAGÉDIA do abandono. **Diário de Notícias**, Distrito Federal, 27 ago. 1954, p. 3. Acervo HDBN.

ACÔRDO entre o P. S. D. e o P. T. B. **O Estado**, Florianópolis. 18 nov. 1946, p. 4. Acervo BPSC.

ACTA da reunião convocada para o fim especial de se fundar nesta cidade de Joinville, um Gymnasio. **O Município de Joinville**, 27 ago. 1919, p. 1-2. Acervo HDBN.

AINDA o desfecho da questão política de Santa Catarina. **República**, Florianópolis, 6 jun. 1935. Acervo HDBN.

ANDRADE, Maíra Pires. Discursos de Carlos Gomes de Oliveira: uma análise das políticas da nacionalização de ensino em Santa Catarina em 1933 e 1939. In: V Semana Acadêmica de História – História e Segredo: Dimensões entre o Público e o Privado, 2014, SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA – FAED-UDESC, 5, Universidade Estadual de Santa Catarina, **Anais...**, Florianópolis, v. 5, 2014.

AO DEPUTADO Carlos Gomes de Oliveira [Convite e cardápio] 30 jan. 1937. São Francisco do Sul/SC. Almoço. Acervo FCGO/AHJ.

AO ELEITORADO de Joinville. **Correio de Joinville**, 4 fev. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

AOS TRABALHISTAS – aos trabalhadores. s./l., s./d. 2f. Acervo FCGO/AHJ.

AS CLASSES intelectuais ao Chefe da Nação. **Ciência Política**, fasc. 3, v. 1, jan. 1941, p. 68-70. Acervo HDBN.

AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da História, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BARBOSA, F. A. Firme o governo na tese nacionalista. **Última Hora**, Distrito Federal, 6 mai. 1953, p. 3. Acervo HDBN.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da Republica**: 1889-1930. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976a.

\_\_\_\_\_. **História sincera da Republica:** de 1930-1960. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976b.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política:** partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Constelação Capanema:** intelectuais e políticas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

BRASIL. Decreto nº 4.549, de 5 de julho de 1922. Declara, pelo prazo de trinta dias, no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio, e dá outras providencias. **Diário Oficial da União.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4549-5-julho-1922-568200-publicacaooriginal-91593-pl.html>>.

CALDAS FILHO, R. Carlos Gomes de Oliveira: o catarinense que deu posse a JK e Jango. **O Estado,** Florianópolis, 2 out. 1977a. Acervo FCGO/AHJ.

CALDAS FILHO, R. Carlos Gomes de Oliveira: o catarinense que deu posse a JK e Jango. **O Estado**, Florianópolis, 5 out. 1977b. Acervo FCGO/AHJ.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1974.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARTA aberta do Dr. Ulysses Costa. **Correio de Joinville**, 3 set. 1921, p. 1. Acervo AHJ.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M. Correio de Joinville. **Correio de Joinville**, 8 jun. 1929, p. 2. Acervo AHJ.

CASA do Partido. **República**, Florianópolis, 13 jul. 1929, p. 3. Acervo HDBN.

CGO – 100 ANOS: Patrimônio vivo da política catarinense. **A Notícia**, 2 set. 1994. Acervo FCGO/AHJ.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1985.

CHEGADA DA Missão Oficial Acadêmica Paulista. **Correio Paulistano**, 23 set. 1918, p. 4. Acervo HDBN.

CINDIU-SE a bancada do PTB na Câmara Federal. **O Jornal**, Distrito Federal, 20 mar. 1947, p. 3. Acervo BPSC.



COELHO, D. [Carta] 14 set. 1950, [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. 5f. Reporta a situação política de Santa Catarina e outros estados frente a sucessão estadual e presidencial. Acervo CPDOC/FGV.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville, SC: Univille, 2005.

COMISSÃO INTERPARTIDÁRIA para o Estudo da Reforma Administrativa: atas com os debates. Acervo CPDOC/FGV. Classificação GC k 1952.08.05.

COMO SE está vendo. **Correio de Joinville**, 20 ago. 1921, p. 1. Acervo AHJ.

CONDENADOS os autores do desfalque no Instituto do Mate. **Diário de Notícias**, Distrito Federal, 21 abr. 1949, p. 5. Acervo HDBN.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

CORRESPONDÊNCIA reservada. [Carta] out. 1954, [para] ARANHA, O. s./l. 2f. Articulações para a sucessão presidencial de 1955. Acervo CPDOC/FGV.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões e controle – Joinville 1917/1943**. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

COSTA, Philomeno Joaquim da. Professor Dr. Frederico Vergueiro Steidel. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 63, p. 27-48, dec. 1967. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66550/69160>>. Acesso em: 14 junho 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v63i0p27-48>.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville: Gênese**. Joinville, SC: Edições Toda letra, 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DECLARAÇÃO de bens feita pelo Diretor Carlos Gomes de Oliveira. Rio de Janeiro, 03/03/1961, 8f. Instituto Nacional do Mate. Acervo FCGO/AHJ.

DEFENDEMOS a verdadeira República. **Correio de Joinville**, 25 fev. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

DEFINIDOS OS campos da política joinvillense. **A Notícia**, Joinville, 13 abr. 1932, p. 2. Acervo HDBN.

DENUNCIADO como autor de desfalque, no Instituto do Mate. **Correio da Manhã**, Distrito Federal, 19 de março de 1948, p. 3. Acervo HDBN.

DEPARTAMENTO de Administração Municipal. **Relatório apresentado ao interventor Nereu Ramos, pelo Diretor Geral, Dr. Carlos Gomes de Oliveira**. Florianópolis, Tipografia Alberto Entres, 1938.

DIÁRIO da Assembleia Nacional. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1934. Ano II, n. 157, p. 5109.

DIRECTÓRIO Liberal de Joinville. **República**, Florianópolis, 25 de dezembro de 1930, p. 2. Acervo HDBN.

DISCURSO pronunciado pelo dr. Carlos Gomes de Oliveira na noite da reorganização do Partido Liberal. **A Notícia**, Joinville, 3 abr. 1936, p. 6. Acervo HDBN.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cadernos AEL**, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, Campinas, SP, v. 11, n. 20/21, p. 85-123, 2004.

DUWE, Ricardo. **Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

ECONOMIA ERVATEIRA e política. **Diário da Tarde**, Curitiba, 3 fev. 1945, p. 8. Acervo HDBN.

EDITAL de protesto. **A Notícia**, Joinville, 9 de agosto de 1938, p. 11. Acervo HDBN.

ELEIÇÃO. **República**, Florianópolis, 7 dez. 1927, p. 1. Acervo HDBN.

ELHKE, C. Carlos Gomes de Oliveira e o 50º ano de “Sociedades Irregulares”. **A Notícia**, 23 jun. 1974. Acervo FCGO/AHJ.

ELOQUENTE explicação do deputado Carlos Gomes. **República**, Florianópolis, 8 dez. 1936, p. 1. Acervo HDBN.

ÊSTE É NOSSO – Catarinense e Trabalhista. s./l., s./d. 1f. Acervo FCGO/AHJ.

EXPORTAÇÃO geral do país. **Jornal do Commercio**, Distrito Federal, 14 jul. 1936. Acervo FCGO/AHJ.

EX-SENADOR salienta a votação expressiva de Ferrari e diz que o PTB falhou em sua missão. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1960, p. 12-18. Acervo HDBN.

FACULDADE DE Direito – Os bacharelados de 1918. **Correio Paulistano**, 29 dez. 1918, p. 3. Acervo HDBN.

FACULDADE de Direito: A brilhante conferencia do sr. deputado Carlos Gomes de Oliveira. **República**, Florianópolis, 5 out. 1934, p. 6. Acervo HDBN.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge. \_\_\_\_\_. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: \_\_\_\_\_. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 301-342.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOI AFINAL vendida a Empresa Telephonica à Empresul. **Correio de Joinville**, 22 mar. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

FRECHANDO. **O Estado**, Florianópolis, 5 set. 1950, p. 8. Acervo BPSC.

GALLOTTI, L. [Bilhete] 12 mar. 1927 [para] OLIVEIRA, C. G. Florianópolis. 1f. Elogia o livro “Sociedades Irregulares”. Acervo FCGO/AHJ.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. pp. 7-26.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

GRANDE manifestação popular. **Correio de Joinville**, 11 fev. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

GRANDE, H. Revolução e Reconstrução. **Ciência Política**, fasc. 5, v. 1, mar. 1941, p. 13-14. Acervo HDBN.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

HALL, H. R. [Carta] 21 nov. 1932 [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. 3f. Analisa a política catarinense e fala do interventor Assis Brasil. Acervo CPDOC/FGV.

HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Editora UFSC; Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. **Economia do Mate**. Rio de Janeiro, 1943.

INSTRUÇÕES para a reestruturação do Partido Trabalhista Brasileiro na secção de Santa Catarina. s./l., s./d., 4f. Acervo FCGO/AHJ.

JUNQUEIRA, J. [Carta] 14 nov. 1949 [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. 5f. Discorre sobre o momento político e as articulações estaduais do PTB. Acervo CPDOC/FGV.

JUNTA COMMERCIAL do Estado – Contractos – Mês de Junho. **República**, Florianópolis, 18 ago. 1929, p. 8. Acervo HDBN.

KONDER, A. [Carta] 3 nov. 1927 [para] OLIVEIRA, C. G. Detalha acordo político viabilizando a candidatura de Carlos Gomes a deputado. Florianópolis, Acervo FCGO/AHJ.

LARGURA, A. Aristides Largura: entrevista. [05-06 março, 1982]. Balneário Camboriú/SC. Entrevista concedida a Dúnia de Freitas Toaldo. Acervo LHO/Univille.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 1983.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Niterói, v. 20, 2014.

\_\_\_\_\_. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 67-74, jun. 1984.

LIBERDADE sindical ampla, opina Gomes de Oliveira, líder do P. T. B. no Senado. **Última Hora**, Distrito Federal, 3 ago. 1951, p. 2. Acervo HDBN.

LIDERANÇAS CIVIS E MILITARES CATARINENSES [Telegrama] 27 out. 1932 [para] VARGAS, G. Acervo CPDOC/FGV. Classificação GV c 1932.10.03

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOHN, R. L.; FALCÃO, Luiz Felipe; CAMPOS, E. C. TEMPO PRESENTE BRASILEIRO: cultura política, ditaduras e historiografia na perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta. Entrevista. **Revista Tempo e Argumento UDESC**, Florianópolis, 2011.

LOPES, Silvana Fernandes. A contribuição de Lima Barreto para o entendimento da crítica educacional brasileira do início do século XX. **Saeculum**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v. 22, 2010.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOTT, H. B. D. T. **Henrique Teixeira Lott: depoimento**. [1978]. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

MARTINELLI, Veronica Vieira. O Instituto Nacional de Ciência Política nas páginas da sua Revista (1940-1945). In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS - PPGH/PUCRS, 3, 2016, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2016. p. 254-265.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense – 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

MUSIEDLAK, Didier. Biografia e história. Reflexões metodológicas. **Esboços** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 13, n. 15, p. 103-9, 2007.

NA CÂMARA Federal - A integra do discurso do deputado Carlos Gomes, ao dar parecer favoravel à decretação do estado de guerra. **República**, Florianópolis, 15 out. 1937, p. 5. Acervo HDBN.

NOTA da Interventoria. **República**, Florianópolis, 10 set. 1932. Acervo HDBN.

NOTÍCIAS de Santa Catharina. **O Paiz**, 11 out. 1927, p. 4. Acervo HDBN.

O DR. CARLOS GOMES telegrapha. **A Notícia**, Joinville, 17 nov. 1937, p. 1. Acervo HDBN.

O FEITO dos 18 de Copacabana e o seu cincoentenário – A sua repercussão em Joinville. **Jornal de Joinville**, 28 jul. 1972. Acervo FCGO/AHJ.

O INSTITUTO Nacional de Ciência Política visitou o Presidente da República. **Ciência Política**, fasc. 2, vol. 4, março de 1942, p. 72-73. Acervo HDBN.

O LABORATÓRIO de Analyses do Mate e sua função. **Correio de Joinville**, 15 jan. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

O MANIFESTO do Partido Liberal em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 3 abr. 1936, p. 1. Acervo HDBN.

O P.T.B. não fará acordos na base de compensações. **O Estado**, Florianópolis, 12 ago. 1950, p. 1. Acervo BPSC.

O PLEITO em Santa Catharina. **Correio da Manhã**, Distrito Federal, 7 mar. 1930, p. 7. Acervo HDBN.

O POVO joinvillense presta significativa homenagem aos soldados da Revolução. **Correio de Joinville**, 25 out. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

O SR. Hercilio Luz justifica a intromissão dos magistrados na politica. **O Imparcial**, Distrito Federal, 31 jan. 1922. Acervo HDBN.

OLIVEIRA, B. À margem do livro do Dr. Carlos Gomes de Oliveira. **Gazeta de Notícias**, Distrito Federal, 19 mai. 1940, p. 8. Acervo FCGO/AHJ.

OLIVEIRA, C. G. **Atuação parlamentar**: discursos pronunciados no ano de 1952 até o ano de 1959, nas sessões do Congresso Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1992. 658 p.

\_\_\_\_\_. **Constituinte e Constituição**. Joinville: Gráfica Águia, 1986.

\_\_\_\_\_. **Integração**: estudos sociais e história – Joinville. Florianópolis: Canarinho, 1984. 157p.

\_\_\_\_\_. Memória Política. In: PIAZZA, Walter F. (Org.). **As constituições do Estado de Santa Catarina**: 1891/1970. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado, 1984.

\_\_\_\_\_. **Nacionalização e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940a.

\_\_\_\_\_. **Sociedades Irregulares**. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia., 1924.

\_\_\_\_\_. [Carta] 1 out. 1933a [para] RAMOS, N. Joinville. 3f. Comenta os últimos acontecimentos da política municipal. Acervo FCGO/AHJ.



- \_\_\_\_\_. [Carta] 20 out. 1933b [para] RAMOS, N. Joinville. 4f. Disserta sobre a conjuntura do país e suas leituras sobre o Integralismo. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] nov. 1937a, [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. 3f. Indica o Nereu Ramos para seguir à frente do governo de Santa Catarina. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 22 dez. 1937b [para] LIMA, A. C. Rio de Janeiro. 1f. Dá instruções sobre a política municipal. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 22 dez. 1937c [para] WOLFF, J. Rio de Janeiro. 1f. Articula a substituição do prefeito de Joinville. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 27 dez. 1937d [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. 1f. Comunica seu retorno à Santa Catarina e denuncia o germanismo em Joinville. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 16 jun. 1938a, Florianópolis, [para] VARGAS, G. 2f. Aborda questões relacionadas a sua atuação no Departamento de Municipalidades. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 28 jun. 1938b, [para] RAMOS, N. 1f. Trata da prisão de alemães e da Campanha de Nacionalização. Trechos desta carta em Ternes (1994, p. 46).
- \_\_\_\_\_. [Carta] s/d [para] VASCONCELLOS, M (Gal.). Alerta sobre as dificuldades da Campanha de Nacionalização em Joinville. Trechos desta carta em Ternes (1994, p. 44-45).
- \_\_\_\_\_. [Carta] 20 set. 1945 [para] VARGAS, V. Rio de Janeiro. 3f. Apoiava a campanha queremista e a candidatura de Getúlio Vargas. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 23 nov. 1945 [para] LINHARES, J. São Paulo. 4f. Manifesta surpresa pela abertura de inquérito contra sua administração à frente do INM. Acervo FCGO/AHJ.
- \_\_\_\_\_. [Carta] 18 jan. 1947 [para] VARGAS, G. Florianópolis. 1f. Relata sua participação em comício do PTB em Joinville e envia recortes de jornal. Acervo CPDOC/FGV.

\_\_\_\_\_. [Carta] s/d, [para] FILHO, M. Rio de Janeiro. 3f. Rebate artigo do jornalista Magalhães Filho, do Diário de Notícias da capital federal. Acervo FCGO/AHJ.

\_\_\_\_\_. [Carta] 23 ago. 1959a [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. 1f. Remete cópia de carta enviada ao jornalista Samuel Wainer. Acervo CPDOC/FGV.

OLIVEIRA, C. G. [Carta] out. 1959b [para] OLIVEIRA, S. G. Rio de Janeiro. 2f. Faz um balanço das finanças da família. Acervo FCGO/AHJ.

\_\_\_\_\_. [Carta] 22 mar. 1969 [para] FÓES, A. Barra Velha/SC. 1f. Comenta a chegada de Doutel de Andrade ao PTB em Santa Catarina. Acervo FCGO/AHJ.

\_\_\_\_\_. [Carta] nov. 1979 [para] RAMOS, P. C.; RAMOS, S. C. Barra Velha/SC. 4f. Narra episódios das eleições de 1950. Acervo FCGO/AHJ

\_\_\_\_\_. A necessidade dos partidos políticos. **Correio de Joinville**, 21 fev. 1931a, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. A necessidade dos Partidos. **República**, Florianópolis, 31 jul. 1931b, p. 1. Acervo HDBN.

\_\_\_\_\_. A POLITICA Nacional – e o apoio que merece o chefe da politica catarinense. **Correio de Joinville**, 24 jul. 1929, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Mate. **Correio de Joinville**, 13 ago. 1932, p. 1-4. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Deve o Estado intervir na economia? **Jornal do Comércio**, Distrito Federal, 10 nov. 1946, p. 4. Acervo HDBN.

\_\_\_\_\_. Discurso do sr. Carlos Gomes de Oliveira. **Ciência Política**, Rio de Janeiro, Fasc. 3, v. 9, set. 1944, p. 18-23. Acervo HDBN.

\_\_\_\_\_. O candidato. In: SÁ, Argolo de (Org.) **O Senador – O Candidato**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

\_\_\_\_\_. O regimen das unanimidades. **Correio de Joinville**, 28 jan. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Oposição e bairrismo. **Correio de Joinville**, 14 jun. 1930a, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Saibam quantos. **República**, Florianópolis, 30 nov. 1927, p. 1. Acervo HDBN.

OLIVEIRA, C. G.. Somos agora, o que sempre fomos. **Correio de Joinville**, 22 nov. 1930b, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, P. G. O “Correio de Joinville” e os princípios que inspiraram a sua criação. **Correio de Joinville**, 8 jun. 1929, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. DISCURSO do Dr. Carlos Gomes de Oliveira. Getúlio Vargas e a Nova Ordem Jurídica. **Ciência Política**, v. 6, abr. 1942, p. 29-31.

\_\_\_\_\_. A Unidade Nacional e Getúlio Vargas. **Ciência Política**, fasc. 1, v. 1, nov. 1940b, p. 48-49. Acervo HDBN.

\_\_\_\_\_. **Carlos Gomes de Oliveira: entrevista**. [23 de julho, 1978]. Barra Velha/SC. Entrevista concedida a Raquel S. Thiago. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Um Decênio de Vida Brasileira. **Ciência Política**, fasc. 2, v. 1, dez. 1940c, p. 20-27. Acervo HDBN.

\_\_\_\_\_. Uma família. A primeira vila. **A Notícia**, Joinville, 31 mar. 1976. Acervo FCGO/AHJ.

OLIVEIRA, Flávio Edmundo Gomes de. **Sobrevoando o passado**: memórias de um Cadete-do-Ar da Turma de 1944 – Escola de Aeronáutica – Campos dos Afonsos. Joinville: Letradágua, 2005.

ORGANIZAÇÃO cooperativista dos produtores de mate. **A Manhã**, Distrito Federal, 21 jan. 1945. Acervo FCGO/AHJ.

ORGANIZADO o novo govêrno de Santa Catarina. **Correio da Manhã**, Distrito Federal, 14 fev. 1946, p. 6. Acervo HDBN.

OS DISTÚRBIOS extremistas no sul. **O Radical**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1936, p. 2. Acervo HDBN.

OS ÚLTIMOS acontecimentos. **Correio de Joinville**, 22 jul. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

OS VERDADEIROS líderes expulsarão os pelegos. **Última Hora**, Distrito Federal, 13 out. 1952, p. 2. Acervo HDBN.

PAES, Marlus Iásbeck. **Instituto Nacional do Mate e Instituto Nacional do Pinho**: estudo institucional comparado. 2010. 35f. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PARA onde devemos ir? Ditadura ou Constituinte? **Correio de Joinville**, 20 jul. 1932, p. 1. Acervo AHJ.

PARA GOVERNADOR votem em Irineu Bornhausen, para vice votem em Carlos Gomes de Oliveira. s./l., 1960. 1f. Acervo FCGO/AHJ.

PARTIDO Liberal Catarinense. **República**, Florianópolis, 13 abr. 1932, p. 1. Acervo HDBN.

PARTIDO NOVO, com ranço de velho. **Correio de Joinville**, 20 ago. 1921, p. 2. Acervo AHJ.

PARTIDO Trabalhista Brasileiro. **O Estado**, Florianópolis, 5 mar. 1947, p. 8. Acervo BPSC.

PELA instrução. **O Estado**, Florianópolis, 6 fev. 1922, p. 2. Acervo HDBN.

PELA Política. **Correio de Joinville**, 3 ago. 1929, p. 2. Acervo AHJ.

PELA primeira vez na história do Senado Federal um trabalhista ocupa a sua presidência. **Diário da Tarde**, Curitiba, 29 dez. 1955, p. 5. Acervo HDBN.

PELO VOTO Secreto. **Correio de Joinville**, 15 jun 1929, p. 1. Acervo AHJ.

PEREIRA, Moacir. Excepcional paradigma político. **A Notícia**, Joinville, 16 ago. 1997, p. 5. Acervo FCGO/AHJ.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, jun. 1955.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994.

POLÍTICA joinvillense. **A Notícia**, Joinville, 14 abr. 1932, p. 1. Acervo HDBN.

POLÍTICA MUNICIPAL – Motivos da oposição no Conselho. **Correio de Joinville**, 2 jul. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

POSITIVANDO a nossa atitude. **Correio de Joinville**, 4 fev. 1922, p. 1. Acervo AHJ.

POSSE do Sub-Chefe de Polícia. **República**, Florianópolis, 21 set. 1932, p. 3. Acervo HDBN.

PRORROGAÇÃO do estado de guerra: o parecer do deputado Carlos Gomes de Oliveira. **República**, Florianópolis, 21 jun. 1936, p. 1. Acervo HDBN.

PRORROGAÇÃO do estado de sítio. **República**, Florianópolis, 22 dez. 1935, p. 1. Acervo HDBN.

RAMOS, N. [Carta] 3 out. 1924 [para] OLIVEIRA, C. G. Rio de Janeiro. 1f. Comunica estado de saúde de Hercílio Luz. Acervo FCGO/AHJ.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

REGULADA a participação do capital privado na exploração do petróleo. **Última Hora**, Distrito Federal, 29 mai. 1953, p. 2. Acervo HDBN.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RESUMO da 18ª sessão ordinária da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina, em 23 de setembro de 1930. República, Florianópolis, 24 set. 1930, p. 5. Acervo HDBN.

REUNIÃO DA Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate. **Correio da Manhã**, Distrito Federal, 24 out. 1945. Acervo FCGO/AHJ.

RIBEIRO, Heráclito Carneiro. **Memória**. 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador/BA, 1916. Acervo FCGO/AHJ.

ROCHA JUNIOR, Geovanni. **Trabalhadores e trabalhadores: classe e relações políticas em Santa Catarina (1945-1964)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis.

S. THIAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista**. Florianópolis, SC: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

SÁ, Argolo de (Org.) **O Senador – O Candidato**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHNEIDER, A. B. [Carta] 16 jun. 1963 [para] PEREIRA, C. C. Joinville. 3f. Convida o destinatário a participar de projeto de escrita de uma “História de Joinville”. Acervo FCGO/AHJ.

SENADOR CARLOS Gomes, político, historiador, lucidez e participação. **A Notícia**, Joinville, 1º nov. 1981. Acervo FCGO/AHJ.

SERÃO esses os verdadeiros petebistas? s./l., s./d. 1f. Acervo FCGO/AHJ.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Roberto Bittencourt da. **Alberto Pasqualini**: trajetória política e pensamento trabalhista. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SONTAG, Ricardo. Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2008.

STEIDEL, F. V. [Carta] 27 nov. 1923 [para] OLIVEIRA, C. G. São Paulo. Tece comentários em relação à monografia “Sociedades Irregulares”. Carta transcrita em Oliveira, C. G. 1924, p. VII-IX.

SUCCESSÃO Municipal. **Correio de Joinville**, 22 jun. 1929, p. 1. Acervo AHJ.

TERNES, Apolinário. **Carlos Gomes de Oliveira**: dossiê dos 100 anos. Joinville, SC: A Notícia, 1994.

TROTTA, F. Nacionalização e Ensino. **Jornal do Commercio**, Distrito Federal, 4 out. 1944. Acervo FCGO/AHJ.

UM DESFALQUE de Cr\$ 1.050.793,77 no Instituto Nacional do Mate. **A Noite**, Distrito Federal, 29 nov. 1945. Acervo FCGO/AHJ.

UMA ESMOLINHA pelo amor de Deus! **O Radical**, Distrito Federal, 20 nov. 1937, p. 5. Acervo HDBN.

UMA JUSTA homenagem. **República**, Florianópolis, 16 ago. 1927, p. 1. Acervo HDBN.

VEGINI, Edmundo. **A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do trabalho – 1880-1927**. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIEIRA, C. A. Comentários & Notas Sobre Leituras: Sociedades Irregulares. **A Notícia**, 30 jun. 1974. Acervo FCGO/AHJ.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WENDLAND, Daniely. **Integralismo, círculo operário católico e sindicatos em Joinville (1931-1948)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

### **OUTRAS FONTES DE CONSULTA**

#### **A) ACERVOS DOCUMENTAIS**

Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) – Joinville/SC

Biblioteca Câmara dos Deputados



Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Consulta em verbetes. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Fundo Carlos Gomes de Oliveira – Arquivo Histórico de Joinville

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Hemeroteca Biblioteca Pública de Santa Catarina

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

## **B) LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Decreto nº 4.549, de 5 de julho de 1922. Declara, pelo prazo de trinta dias, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sítio, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4549-5-julho-1922-568200-publicacaooriginal-91593-pl.html>>.

## **C) PERIÓDICOS**

A Manhã. Distrito Federal (1945)

A Noite. Distrito Federal (1945)

A Notícia. Joinville/SC (1932-1938; 1981; 1994-1995)

Correio da Manhã. Distrito Federal (1930, 1937, 1946, 1948, 1960)

Correio de Joinville. Joinville/SC (1921-1922; 1929-1932)

Correio Paulistano. São Paulo (1914-1918)

Diário da Tarde. Curitiba/PR (1945, 1955)

Diário de Notícias. Distrito Federal (1949, 1954)

DIÁRIO da Assembleia Nacional. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1934.  
Ano II, n. 157, p. 5109.

Gazeta de Notícias. Distrito Federal (1940)

Gazeta do Commercio. Joinville/SC (1917)

Jornal de Joinville. Joinville/SC (1919; 1922; 1972)

Jornal do Commercio. Distrito Federal (1936; 1946; 1952)

O Estado. Florianópolis/SC (1922; 1946-1950; 1977)

O Município de Joinville. Joinville/SC (1918)

O Imparcial. Distrito Federal (1922)

O Jornal. Distrito Federal (1947)

O Paiz. Distrito Federal (1927)

O Radical. Distrito Federal (1936-1937)

República. Florianópolis/SC (1927-1937)

Revista Ciência Política. Distrito Federal (1940-1945)

REVISTA LIFE, 13 de fevereiro de 1956, v. 40, n. 7. Disponível em:  
<<https://books.google.com.br/books?id=iT8EAAAAMBAJ&pg=PA143&hl=pt-BR&pg=PA143#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 23  
mai. 2018.

Última Hora. Distrito Federal (1951-1959)

## **D) FOTOGRAFIAS - ACERVO ICONOGRÁFICO**

Arquivo Histórico de Joinville

Inventário 2793

Inventário 4149

Inventário 6601

Inventário 8468

Inventário 8495

Inventário 8551

Inventário 8555

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do  
Brasil (CPDOC)

Fotografias da campanha de Getúlio Vargas em Joinville/SC. Acervo  
CPDOC/FGV. Classificação GV foto 179

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.803

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.1035

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.5101

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.1384